

Fernando de Mello Franco
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo consolidou a primeira etapa do processo de revisão do marco regulatório da cidade de São Paulo com o projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico que ora é apresentado à Câmara Municipal de São Paulo. Este processo significou um trabalho decisivo orientado a lidar com os desafios do planejamento urbano da cidade de São Paulo: a ampliação do processo participativo para o debate sobre os destinos da cidade e a consolidação das estratégias de ação necessárias para conduzir o desenvolvimento urbano à redução das desigualdades sócio-espaciais.

Para tanto, fez-se necessário avaliar os avanços da implementação do Plano Diretor Estratégico de 2002 e reconhecer as suas dificuldades e os novos desafios que se apresentam na atualidade, após mais de 10 anos de vigor do Estatuto da Cidade.

Nesse sentido, foi fundamental desenvolver uma ampliação do alcance do processo participativo para a avaliação da experiência do Plano Diretor Estratégico na cidade e formulação das estratégias de ação sobre como garantir a implementação da função social da propriedade, otimizando o aproveitamento da terra urbana e coibindo o seu uso especulativo. Essas estratégias se traduziram na revisão e inovação de um conjunto de instrumentos urbanísticos, e nas ênfases do ordenamento territorial orientado ao desenvolvimento urbano das áreas de estruturação metropolitana, dos eixos de adensamento urbano ao longo do sistema de transporte coletivo, e dos territórios de vulnerabilidade social.

Assim, o processo participativo, com a densidade tal como ocorreu, demonstrou seu protagonismo para a definição das políticas prioritárias no planejamento dos rumos da cidade e para a sua efetiva implementação. Tanto isso foi promovido durante o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico, através de um amplo debate público capaz de articular meios de participação nas audiências públicas, nas oficinas nas subprefeituras, e em canais eletrônicos, que se consubstanciaram numa minuta colaborativa na internet; como isso resultou em propostas de mecanismos que fortalecem a gestão democrática e o controle social da política urbana, presentes no projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico. O presente documento demonstra isso ao apresentar a metodologia e descrever o processo participativo que se desenvolveu na Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico.

Apresentação

I – Breve Histórico

II – A metodologia de revisão participativa do Plano Diretor Estratégico

Considerações Finais**Anexos**

- | | |
|--|---------------------|
| 1. 1ª Fase - Avaliação | Volume 1 e 2 |
| 2. Atas de reunião com o CPMU | Volume 2 |
| 3. Texto Base Conferência Municipal | Volume 2 |
| 4. Instrumentais utilizados na 1ª Etapa | Volume 2 |
| 5. 2.a Etapa - Propositiva | Volume 3 |
| 6. 3.a Etapa Sistematização | Volume 4 |
| 7. 4.a Etapa Devolutiva | Volume 4 |
| 8. Material produzido pela Comunicação
e Cobertura Jornalística | Volume 4 |
| 9. Cobertura Jornalística | Volume 5 e 6 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO**Apresentação**

O processo de revisão dos instrumentos de planejamento urbano e de gestão da cidade iniciou-se em janeiro de 2013 e deverá se estender até o final de 2015. Estes instrumentos definem um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação de agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano. Para que a revisão destes instrumentos seja de fato participativa, com o compartilhamento das avaliações sobre a aplicação desses dispositivos legais e a pactuação dos ajustes e alterações necessárias, será fundamental o envolvimento consciente e ativo de todos os segmentos da sociedade: movimentos sociais, trabalhadores, empresários, organizações não governamentais, universidades, associações profissionais e poder público.

O processo está sendo conduzido pelo Poder Executivo, em conjunto com a sociedade civil e com os representantes no Poder Legislativo, convidados a integrar desde o início a construção das novas propostas. A coordenação dos trabalhos está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ SMDU, que aciona as demais secretarias municipais para realização do levantamento de dados, informações, composição das avaliações preliminares, realização das atividades participativas, sistematização das contribuições e preparação das minutas dos Projetos de Lei, a serem encaminhados à Câmara Municipal.

A revisão participativa do marco regulatório do desenvolvimento urbano é prevista para ocorrer em **três grandes etapas**: a **primeira**, com foco na lei 13.430 / Lei do Plano Diretor Estratégico, ocorreu de fevereiro a setembro de 2013; a **segunda etapa** avaliará a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Planos Regionais Estratégicos e Planos de bairro; a **terceira etapa** corresponde à revisão do Código de Obras e leis complementares.

Etapas da revisão dos instrumentos de planejamento e gestão urbana**1ª Etapa**

Plano Diretor Estratégico – Lei 13.430/2002 e Parte I da Lei 13.885/2004 (Artigos 1 a 47)

2ª Etapa

Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Parte III da Lei 13.885/2004 (Artigos 95 a 275)

Planos Regionais Estratégicos – Parte II da Lei.13885/2004 (Artigos 48 a 94) e **Planos de Bairro**

3ª Etapa

Código de Obras e Edificações – Lei 11.228/1992 e **Leis Específicas**

Com o intuito de registrar todos os elementos que compuseram a 1.a etapa desse processo de revisão, ou seja, da **Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico**, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano preparou os cadernos ora apresentados, em que são registrados de forma sintética todo o processo de revisão, com destaque às atividades participativas. Constam nesses volumes os materiais disponibilizados à sociedade para avaliação e debate, a descrição da metodologia participativa utilizada no processo – incluindo aí o processo de treinamento dos funcionários para moderação das atividades – o material utilizado para comunicação e divulgação da revisão, e a descrição do método de sistematização utilizado.

I – BREVE HISTÓRICO**Os desafios da nova gestão administrativa**

A Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo teve início nos primeiros meses de 2013, quando assume a Gestão 2013-2016. No início de 2013 foi conferida à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) a tarefa de produzir avaliações relacionadas à aplicação da Lei 13.430/2002. Ao tomar posse, a

nova equipe diretiva deu início ao planejamento do processo de revisão, em conjunto com os técnicos dos diversos departamentos da Secretaria – Gabinete, Departamento de Urbanismo, Departamento de Uso e Ocupação do Solo, Departamento de Produção e Análise da Informação, Assessoria Jurídica, Assessoria Digital/Comunicação, Assessoria de Imprensa, Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento, Assessoria de Relações Institucionais e com a recém criada Assessoria de Participação Popular e Comunicação.

Em fevereiro de 2013, a nova gestão convidou as entidades sociais que se articularam, a partir do ano de 2009, em torno da Frente em Defesa do Plano Diretor de São Paulo, reconhecendo-as como importantes interlocutores para o processo de revisão. O principal assunto tratado foi o processo de tramitação do PL 671 e a revisão do Plano Diretor de São Paulo. Naquele encontro, foram ponderadas as seguintes possibilidades: manutenção do PL na Câmara e realização da revisão em conjunto com a Câmara Municipal; ou retirada do PL e realização da revisão coordenada pelo Executivo. Foi explicitado o compromisso da atual gestão em construir, junto com aquelas entidades ali representadas, as bases para o processo participativo. Reafirmou-se que o ponto de partida da revisão seria o Plano de 2002 e não o PL 671, e que seriam garantidos espaços de interlocução, além de instâncias devolutivas, em que a sociedade poderia avaliar de que maneira suas contribuições foram incorporadas. Essa diretriz direcionou a composição de toda a proposta participativa.

Logo de início, o corpo diretivo de SMDU foi chamado a participar de inúmeras atividades promovidas por importantes atores sociais, resultado do intenso interesse da sociedade por participar do processo de revisão do Plano Diretor. Foram atividades organizadas com o fim de, ao mesmo tempo em que se poderia ouvir da nova gestão de que maneira pretendia empreender o desafio da revisão, poder expressar a enorme expectativa de que o processo efetivamente permitisse a interlocução da sociedade com o poder público.

Em março, a Secretaria foi convidada a participar de Audiência Pública organizada pelo Ministério Público Estadual, sobre “**Participação Popular e Gestão Democrática da Cidade**”, que teve o intuito de obter da população e do poder público subsídios, ideias e argumentos que pudessem tornar o processo participativo menos retórico e mais efetivo na cidade. Essa audiência foi uma oportunidade para a

administração ouvir algumas das expectativas relacionadas aos processos participativos e posteriormente utilizar as sugestões também como subsídio à elaboração do processo sob responsabilidade da SMDU.

A partir de março de 2013 a Secretaria também foi convidada a participar de um **Ciclo de Debates e Diálogos, promovidos pelo Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável**, sobre “**Temas Urbanos e a Revisão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo**”. Nesses encontros foram pautados, entre outros assuntos, gestão de riscos e planejamento, mobilidade urbana, estudos de impacto de vizinhança, conselhos de representantes e, transversalmente a esses assuntos, o próprio processo participativo. A secretaria esteve presente nesses espaços de discussão organizados autonomamente pela sociedade, por entendê-los e apoiá-los como espaços de reflexão e expressão de expectativas.

A constituição dos Grupos Técnicos de Trabalho

O Departamento de Urbanismo da SMDE, coordenador do processo de revisão acionou, a partir de fevereiro de 2013, diversas secretarias municipais para realização do levantamento de dados, informações e composição das **avaliações preliminares**. Foram constituídos Grupos de Trabalho Intersecretariais a partir da segunda quinzena de fevereiro e os grupos passaram se reunir semanalmente para planejamento de atividades, divisão de tarefas, realização dos estudos e análises; ainda que as portarias que designaram formalmente os componentes permanentes desses grupos tenham sido editadas apenas a partir de março.

No início de abril de 2013, o Sr Prefeito retira o PL 671 da Câmara, ato que torna oficial a realização da revisão do Plano Diretor de 2002 pelo Executivo.

O trabalho de revisão começou, portanto, com as equipes internas de SMDU e demais secretarias, organizando as informações disponíveis e produzindo os estudos temáticos. Foram estruturados os seguintes grupos intersecretariais de trabalho:

1. GT Meio Ambiente
2. GT Habitação
3. GT Mobilidade
4. GT Saneamento

5. GT Cultura
6. GT Equipamentos e Gestão de Áreas Públicas.

Além desses grupos, também foram compostos grupos interdepartamentais, internos à SMDU. Foram eles:

1. GT Instrumentos Urbanísticos
2. GT Centralidades

O papel do Conselho Municipal de Política Urbana.

Paralelamente ao trabalho desses grupos, a Secretaria deu início ao processo de reestruturação do Conselho Municipal de Política Urbana. O Conselho é composto por 16 membros da sociedade indicados pelo poder público, tal como estabelece a lei vigente. Quando a Gestão 2013-2016 assumiu o governo, uma das importantes tarefas empreendidas foi a reestruturação do Conselho, o que se efetivou a partir da ampliação da participação de representantes da sociedade, inclusive reconhecendo aqueles envolvidos historicamente com as pautas de política urbana e habitação: Conselhos de Categoria, Movimentos de Moradia e ONGs. Esse movimento de reestruturação na composição do Conselho, conjugado à disposição da atual gestão em ampliar as pautas a serem discutidas com esses representantes e aprimorar os dispositivos de organização das reuniões – como por exemplo, enviando pautas e subsídios com antecedência para todos os conselheiros - já representou um enorme avanço em relação à forma de condução dos trabalhos até então adotada pela administração.

Porém, a forma de composição do Conselho, bem como suas atribuições, são objeto de revisão da Lei 13430/ Plano Diretor de 2002. Incorporando várias sugestões recepcionadas no processo participativo – de que se trata detalhadamente mais adiante – a minuta encaminhada à Câmara pretende tornar o Conselho um órgão efetivo de fiscalização e controle da sociedade sobre a implementação da política urbana no município, através da ampliação de suas atribuições.

Na 24ª Ordinária do Conselho realizada em 21.02.2013 (1ª do ano de 2013), o Conselho aprovou o Calendário Anual de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, sendo que essas últimas foram reservadas exclusivamente para pautas relacionadas ao acompanhamento da Revisão do Plano Diretor.

Em 28.03.2013 ocorreu a 13ª Reunião Extraordinária do C MPU (primeira reunião extraordinária de 2013), tendo o Processo Participativo de Revisão do Marco Regulatório como pauta. Naquela reunião foi apresentada e discutida a 1.a versão da proposta de Cronograma e Atividades da Revisão do PDE. Em 25 de abril de 2013 (14ª Extraordinária) foi pautada e aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho sobre o Processo Participativo, com membros indicados pelos Conselheiros do C MPU. Desde a primeira reunião do Conselho, estabeleceu-se que o mesmo assumiria o papel fundamental de **Núcleo Gestor** do processo participativo, de tal modo a organizar, em conjunto com a SMDU, a metodologia de todo processo de revisão, bem como da mobilização social dos atores sociais estratégicos da sociedade.

II – A METODOLOGIA DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO.

A revisão participativa se sustentou em duas grandes estratégias, absolutamente articuladas e complementares: o desenvolvimento de atividades participativas presenciais e a construção da Plataforma Participativa Digital.

Desde o início do processo de revisão, procurou-se pesquisar formatos diferenciados de consulta pública, que permitissem ao mesmo tempo uma participação mais ampliada da sociedade, e espaços de debate para que a sociedade pudesse conhecer e reconhecer os posicionamentos, interesses e propostas defendidas pelos diversos segmentos e/ ou grupos sociais interessados em incidir na composição da nova lei.

Partiu-se do pressuposto de que o processo de revisão participativa deveria, além de preparar os estudos e análises técnicas da aplicação do Plano, compartilhar esse material com a sociedade antes de iniciar a recepção de propostas. Dessa forma, dividiu-se a revisão participativa em (4) fases:

1a. Fase de Avaliação Participativa do PDE de 2002 e de sua aplicação.

2a. Fase de Recepção de Propostas.

3a. Fase Interna de Sistematização das contribuições.

4a. Fase de Devolutivas à sociedade e composição da Minuta do PL do novo Plano Diretor.



Procurou-se divulgar, de maneira clara e objetiva, não só o formato das atividades de cada fase, mas também as normas do processo participativo, pactuadas anteriormente em diálogo com o Conselho Municipal de Política Urbana.

Em cada uma das atividades desenvolvidas no contexto da revisão participativa, procurou-se garantir a todos os interessados o conhecimento de que a **revisão do marco regulatório** ocorreria em etapas definidas – a primeira correspondendo à revisão do Plano Diretor –, bem como quais seriam os canais participação (presencial e eletrônico).

Foram disponibilizados no *site* da prefeitura, bem como amplamente divulgado antecipadamente à realização das atividades participativas, o cronograma das atividades, um caderno sobre o processo de revisão e o conteúdo dos estudos técnicos a serem apresentados nas diversas atividades.

A Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM) definiu e realizou uma estratégia e um **Plano de Comunicação**, que previa a divulgação em equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, subprefeituras, casas de cultura e bibliotecas públicas; publicação de encartes, informes e pequenos textos (relesse) em jornais de bairro e de grande circulação. Uma amostra desse material foi anexada a estes cadernos.

Além disso, o site gestaorubana.sp.gov.br foi peça fundamental para a divulgação e mobilização para as atividades, como será demonstrado a seguir.

A Plataforma Digital

Numa cidade de mais de 11 milhões de habitantes, o grande desafio enfrentado pela Prefeitura de São Paulo foi o de construir formatos participativos que ampliassem as possibilidades de participação da sociedade na revisão do marco regulatório do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, a construção de uma ferramenta eletrônica foi fundamental para publicizar e permitir maior acesso aos dados, resultados, agenda e notícias, tornando-se, ao mesmo tempo, um elemento complementar na mobilização da sociedade, um espaço para o compartilhamento rápido de informações e um instrumento para coleta de contribuições da sociedade. Inicialmente, a formulação



dessa ferramenta foi baseada na experiência no projeto de construção colaborativa do Marco Civil da Internet, desenvolvido e lançado em 2009 pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ), em parceria com a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO RIO).

A plataforma www.gestaourbana.sp.gov.br foi assim construída para permitir que a população entendesse o processo de revisão participativa e suas etapas de maneira simples, acompanhasse as últimas notícias e a agenda de atividades, assistisse transmissões ao vivo ou aos vídeos das atividades presenciais, acessasse facilmente documentos úteis para a revisão (como leis e apresentações) e participasse *online*, enviando propostas e sugestões para a revisão do Plano Diretor de São Paulo. No link para “perguntas mais freqüentes” procurou-se, de forma resumida, esclarecer quais seriam os instrumentos de gestão e planejamento urbano a serem revistos, a importância de cada um, etc.

Na plataforma foram disponibilizadas as listas de presença, as contribuições recebidas – identificadas com nome, data e local de contribuição - os Relatórios Síntese de todas as atividades participativas, bem como todos os materiais que subsidiaram cada uma das discussões: apresentações em *power point*, manuais, estudos realizados, etc.

Na fase propositiva, de junho a julho, além do acesso aos dados e apresentações, os munícipes tiveram duas formas de interação via internet através de fichas de propostas online e mapa colaborativo.

A disponibilização do formulário, com instruções de uso passo a passo, permitiu que, de qualquer computador conectado a internet ou de dispositivos móveis, fossem enviadas contribuições diretamente para a os organizadores da revisão participativa do PDE. A partir da plataforma foram gerados quadros completos de todas as contribuições recebidas.

O Mapa Colaborativo foi introduzido nessa etapa de revisão como experiência piloto, testando a possibilidade de interação da sociedade na indicação do que se pretende melhorar em espaços definidos da cidade, apontando problemas e possíveis soluções diretamente no mapa. Assim, o mapa colaborativo continuará disponível para

contribuições e será aprimorado para assumir um papel mais ativo na etapa de Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) e da construção dos Planos Regionais.

Na quarta fase de revisão do PDE, de agosto a setembro, foi lançada a Minuta Colaborativa, que permitiu ao cidadão comparar com o Plano Diretor de 2002 (vigente) ao texto construído a partir dos estudos realizados e das colaborações da sociedade. Além disso, a Plataforma permitiu que cada munícipe pudesse postar *online* suas considerações à proposta, vinculadas a cada um dos artigos da MINUTA.

As atividades participativas presenciais

FASE DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO PDE DE 2002 E SUA APLICAÇÃO

Nessa fase, o foco foi o compartilhamento das avaliações trazidas pela sociedade e de avaliações técnicas realizadas por SMDU (e demais secretarias municipais) sobre a aplicação do PDE de 2002. Para tanto, foram organizadas atividades ao mesmo tempo informativas e de reflexão, cada qual consolidando uma leitura coletiva (comunitária, por temática ou de um determinado segmento social) sobre os principais aspectos da política urbana regulados pelo PDE. Significou uma fase de “alinhamento” de informações, com a identificação e discussão dos principais problemas diagnosticados tanto nos estudos técnicos, quanto pela experiência dos participantes.

Nessa fase, foram organizados Seminários, Oficinas de Avaliação Temática, Diálogos Abertos com Segmentos Sociais e a 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo.

Os **Seminários** e **Oficinas Temáticas** foram direcionadas para lideranças comunitárias, lideranças de movimentos sociais, representantes dos segmentos de universidades, categorias profissionais, trabalhadores representados por suas entidades sindicais, ONGs, empresários e cidadãos em geral, e abordaram os seguintes temas:

1. Objetivos da revisão e a Cidade que queremos.
2. Uso e Ocupação do Solo.
3. Instrumentos de Política Urbana



4. Habitação
5. Meio Ambiente
6. Mobilidade Urbana
7. Investimentos Prioritários, Planos Regionais e Planos de Bairro

Cronograma de Atividades:

Data	Tipo de Atividade	Local	Tema	Participantes
27.04.2013 (manhã)	Abertura – Seminário com Abertura para Contribuições avaliativas da Plenária	UNINOVE Barra Funda	Desafios da Revisão: a Cidade que Queremos	375
27.04.2013 (tarde)	Oficina	UNINOVE Barra Funda	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	375
30.04.2013	Seminário com Abertura para Contribuições avaliativas da Plenária	Centro Cultural São Paulo (CCSP)	Instrumentos de Política Urbana	275
04.05.2013 (manhã)	Oficina	UNINOVE Barra Funda	HABITAÇÃO	610
04.05.2013 (tarde)	Oficina	UNINOVE Barra Funda	MEIO AMBIENTE	250
07.05.2013	Seminário com Abertura para Contribuições avaliativas da Plenária	Centro Cultural São Paulo (CCSP)	MOBILIDADE URBANA	307
11.05.13 (tarde)	Oficina	UNINOVE Barra Funda	Investimento Prioritários, Planos Regionais e Planos de Bairro.	240
14.05.13	Diálogo Avaliativa com Segmentos Sociais.	SMDU	Segmento de ONGs	61
22.05.2013	Diálogo Avaliativo com segmento sociais	Sindicato dos Engenheiros	Segmento de Movimentos Populares	105
12.06.2013	Diálogo Avaliativo com Segmentos Sociais	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Segmento Universidades	31
26.06.2013	Diálogo Avaliativo com Segmentos Sociais	SECOVI	Segmento Empresários	79
31.05 e 01.06	Discussão do Documento Base	Anhembi	6ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo	9634

Objetivo das atividades: compartilhamento das avaliações trazidas pela sociedade e de avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais Secretarias sobre a aplicação do PDE de 2002.

Prazo de realização: de 27.04 a 01.06, incluindo a realização da Conferência Municipal da Cidade de São Paulo.

Mobilização: Foram privilegiadas (3) estratégias de mobilização–

1. Mapeamento dos atores ativos, tanto em determinada região como na cidade mais ampla e na região metropolitana, nos segmentos de movimentos sociais (de moradia, da população em situação de rua, de ambulantes, indígenas, mulheres, LGBT, entre outros), empresarial



(construção civil e setor imobiliário), segmento acadêmico, segmento de organizações não governamentais, de associações de moradores, de conselhos (conselhos de saúde, conselhos tutelares, da assistência, e outros), segmento de categorias profissionais e de trabalhadores, representados por suas entidades sindicais.

De posse desse mapeamento, realizado em conjunto pelas subprefeituras e SMDU, a mobilização foi desencadeada através do envio de cartas-convite contendo o calendário e temas das atividades, bem como com a informação do link para acesso aos estudos.

2. Mobilização de massa, a partir da publicação dos calendários e encartes sobre os assuntos objeto das avaliações, em jornais de grande circulação e jornais de bairro (estratégia de comunicação organizada por SECOM).
3. Ampla divulgação junto aos conselheiros do CMPU.

Estratégias de Trabalho: Apresentação dos estudos realizados por SMDU, de forma didática, complementada por dinâmicas que buscavam estimular os participantes a formular perguntas, esclarecer dúvidas e a expressar sua forma de ver o assunto ou a questão apresentada. Foram propostos dois formatos, como já pontuado anteriormente:

a) Seminários: Nesse caso, a apresentação dos estudos foi seguida de debate em plenária.

Descrição da Atividade:

1. No início da atividade, a mesa acordava com a plenária o tempo de fala de cada participante do debate – aproximadamente 3 min.
2. Durante a exposição de SMDU, a equipe de apoio recolhia a inscrição dos interessados em usar a palavra.
3. Além da fala, os interessados poderiam apresentar avaliações em formulário específico.
4. A cada conjunto de (5) cinco falas a mesa, composta pelo Diretor de Urbanismo e o Secretário de SMDU, foram desenvolvidos alguns comentários complementares à fala inicial ou às considerações dos presentes.

5. A atividade contou com (2) dois técnicos relatores. As colocações foram posteriormente transcritas para os quadros de sistematização.

b) Oficinas: Nesse caso, a apresentação dos estudos, foi seguida da divisão da plenária em subgrupo para discussão de questões específicas e retorno da síntese das discussões em plenária.

Descrição da Atividade:

1. Os participantes recebiam no ato de credenciamento o I Volume da Revisão Participativa e “Informações Básicas para os participantes”, com um descritivo das atividades que ocorreriam naquele dia.

2. Depois da apresentação inicial da avaliação técnica realizada pela SMDU sobre o tema do dia, os participantes foram divididos em salas de até 50 pessoas, de modo a garantir a fala para um número maior de pessoas. Um moderador e um apoiador coordenaram a discussão; um relator anotava todas as colocações em formulário padrão.

3. Foram propostas para todas as salas duas ou três questões norteadoras da discussão e, na sequência, as salas foram subdivididas em subgrupos de 8 a 10 pessoas. Cada subgrupo definiu um porta-voz. Foram fornecidas fichas coloridas – cada cor correspondendo a uma questão e os subgrupos puderam compor quantas respostas considerassem adequadas à questão proposta. Na sequência tiveram de agrupar as questões registradas, de modo a facilitar a apresentação para a sala das questões consideradas mais relevantes.

4. As questões mais relevantes de cada subgrupo foram afixadas em um painel e toda a sala pôde escolher (3) três respostas como sendo as mais relevantes de todo o conjunto afixado, realizando, portanto, um segundo filtro de seleção em relação a todo o conteúdo discutido, ampliando a reflexão e o debate sobre os temas.

5. Os moderadores auxiliaram a composição das “nuvens” de idéias, agrupando-as para facilitar a síntese.

6. As questões mais votadas foram apresentadas à plenária por um porta-voz, indicado entre os participantes de cada sala.

7. Cada sala contou com (1) um técnico responsável pela relatoria. As colocações e os conteúdos das cartelas foram, posteriormente, transcritas para os quadros de sistematização.

Questões norteadoras do debate:

Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none">• Como organizar a mistura de usos diversos na cidade?• Como controlar os impactos de grandes empreendimentos imobiliários?• Como e onde organizar o aumento de construções, atividades e moradias nos espaços da cidade?
Habitação	<ul style="list-style-type: none">• O que deu certo na habitação nos últimos 10 anos?• O que não deu certo na habitação nos últimos 10 anos?
Meio Ambiente	Na sua opinião como o PDE contribuiu para melhorar ou não a qualidade ambiental de São Paulo?
Investimentos Prioritários, Planos Regionais e Planos de Bairro.	Quais os investimentos públicos melhoraram e quais investimentos não melhoraram a qualidade de vida na cidade?

O registro de todas as questões avaliativas – mais votadas ou não – resultaram em Relatórios Avaliativos Sintéticos, elaborados pela equipe de sistematização, e que serviram como subsídio para os trabalhos técnicos da etapa posterior.

c) Diálogos Avaliativos com Segmentos Específicos.

Foram realizadas conforme temas considerados relevantes para os seguintes segmentos sociais: Movimentos Sociais; Empresários; Conselhos e Associações de Categoria e Universidades; e Organizações não governamentais. Para esses encontros, a SMDU não produziu uma apresentação específica e a dinâmica foi organizada para ouvir as expectativas desses segmentos em relação à estrutura e conteúdo mínimo do novo PDE.

Mobilização: A mobilização para realização dessa atividade foi compartilhada com os conselheiros representantes de cada segmento no Conselho Municipal de Política Urbana.

d) Conferência Municipal da Cidade de São Paulo.

A etapa municipal da Conferência das Cidades ocorreu nos dias 31.05 e 01.06, e representou uma oportunidade singular de ampliação dos espaços de avaliação participativa do PDE. **A Comissão Preparatória incluiu, entre os temas da Conferência, a discussão sobre o Plano Diretor de São Paulo e sobre a criação**

do Conselho da Cidade de São Paulo. No texto base da Conferência foram discutidas as “Diretrizes para a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, a Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e o Conselho da Cidade”.

O texto final aprovado subsidiou a composição dos materiais discutidos na 2.a Etapa e a própria Minuta, elaborada e discutida na 3.a etapa.

FASE DE RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

Para a construção da metodologia desta fase, foi proposto e constituído **Grupo de Trabalho (GT) de Conselheiros do C MPU** – do qual participaram representantes da Universidade, Movimentos Populares, Empresários e Conselhos de Categoria. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano promoveu um processo intenso de treinamento de todos os moderadores, responsáveis pela condução de cada uma das oficinas. Foram elaborados instrumentais padrão para todas as etapas Também foram treinados os responsáveis pela recepção e credenciamento. Esses últimos eram todos funcionários públicos indicados pelas subprefeituras e demais secretarias em cada governo local. Nesta etapa, foram realizadas 31 Oficinas Regionais, aos sábados, em locais escolhidos em função do tipo de atividade a ser realizado e com acesso adequado para facilitar o deslocamento e a participação dos moradores das várias regiões da cidade.

As oficinas tiveram como foco a **construção coletiva de propostas** e, nesse sentido, foi desenhada uma metodologia que estimulou a explicitação dos conflitos, divergências e convergências dos diversos interesses presentes na sociedade e a composição conjunta de propostas, permitindo um espaço de tempo maior do que as plenárias para exposição das propostas. Ainda assim, foi assegurando também espaço para apresentação de propostas individuais, em formulários específicos, para todos os interessados.

O calendário das oficinas foi apresentado durante a Conferência Municipal da Cidade, divulgado pela SMDU e pelas Subprefeituras, por meio de convites endereçados às entidades, movimentos sociais e à população em geral, além de ter contado um amplo plano de divulgação coordenado pela Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM),



que providenciou anúncios em jornais de bairro e em várias rádios. Recebeu destaque ainda as notícias publicadas nos canais eletrônicos da PMSP.

Calendário das Oficinas Participativas para a Revisão do PDE 2002

08 de junho – Santana/Tucuruvi; Jaçanã/Tremembé; Vila Maria/Vila Guilherme.

15 de junho – Pirituba; Casa Verde; Freguesia do Ó; Perus.

22 de junho – V. Mariana; Cidade Ademar; Jabaquara; Santo Amaro.

29 de junho – Campo Limpo; Parelheiros; Capela do Socorro; M'Boi Mirim.

06 de julho – Aricanduva; Ipiranga, Mooca, Vila Prudente/Sapopemba.

13 de julho – Cidade Tiradentes, Guaianazes, Itaquera, São Mateus.

20 de julho – Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha, São Miguel.

27 de julho – Butantã, Lapa, Pinheiros, Sé.

A fim de oferecer subsídios, informações e garantir a transparência do processo de revisão do PDE, a SMDU disponibilizou, por meio do site Gestão Urbana SP, documentos técnicos, mapas, formulários, notícias das atividades realizadas, apresentações utilizadas nas oficinas da 1ª e 2ª etapas, vídeos das apresentações das avaliações temáticas do PDE e também as listas de presença e as contribuições e propostas recebidas nas Oficinas Participativas.

Durante todo o período da Etapa Propositiva, o site disponibilizou o formulário para a apresentação online de propostas individuais ou de grupos, ampliando assim as possibilidades de participação no processo de revisão do PDE. As propostas apresentadas nas Oficinas Propositivas foram sistematizadas e publicadas no site pela SMDU logo após a data de realização, permitindo ao público em geral tomar conhecimento do teor das proposições e acompanhar o resultado dos debates realizados.

A metodologia das Oficinas de Recepção de Propostas

Optou-se por utilizar a técnica de visualização por cartelas nas oficinas de recepção de propostas. Os participantes poderiam se dirigir para as salas agrupados com seus pares ou se distribuírem pelas várias salas, conforme desejassem, evitando que fosse ultrapassada a ocupação máxima de 50 pessoas por sala. Em todas as salas estava

prevista a discussão sobre os 12 objetivos do PDE, de acordo com o interesse dos participantes.

Os doze objetivos foram agrupado em (4) conjuntos, não sendo exigida a formação de grupos para todos os conjuntos de objetivos. Foram eles:

Conjunto A: temas relacionados à Transporte e emprego

Conjunto B: temas relacionados à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Conjunto C: Habitação e equipamentos sociais

Conjunto D: Gestão, participação e controle social.

A subdivisão dos presentes na sala esteve condicionada à manifestação de interesse dos participantes, permitindo que cada pessoa fizesse a sua opção sobre os temas a serem discutidos e para os quais apresentar propostas. Houve salas cujos participantes optaram por discutir apenas o conjunto de objetivos ligado à transporte e mobilidade; outros apenas ao conjunto ligado ao temário da habitação.

Em todas as oficinas, mesmo onde houve alguma reticência inicial em relação à dinâmica inovadora proposta, ao compreender o funcionamento dos trabalhos a absoluta maioria dos participantes reagiu positivamente e envolveu-se de forma ativa na proposta.

Nos locais e datas designados para a realização das Oficinas Propositivas, as Subprefeituras providenciaram a infraestrutura necessária, a organização de mesas e equipes para o credenciamento dos participantes e a distribuição de material sobre o PDE, disponibilizado pela SMDU. Os locais indicados pelas Subprefeituras foram vistoriados previamente, observando as condições de adequação dos espaços para a realização das atividades programadas. As avaliações produzidas nas visitas de vistoria foram documentadas em registros fotográficos e descritivos sobre as instalações, equipamentos disponíveis e acessibilidade ao público em geral, o que possibilitou realizar alguns ajustes nas situações em que se verificou esta necessidade.

De acordo com a programação definida pela SMDU, a mesa de abertura para a saudação inicial aos participantes previu a presença do representante da SMDU,

Subprefeito/a e um/a conselheiro/a do CPMU. A participação de outros convidados ou autoridades locais na mesa de abertura, ficou a critério do/a Subprefeito/a.

Após a abertura oficial, o representante da SMDU procedeu a apresentação dos objetivos e da programação da Oficina, com o apoio de equipamentos de projeção. Na sequência, foram apresentados os (12) doze objetivos do PDE, definidos pela SMDU a partir dos resultados das Oficinas de Avaliação realizadas na primeira etapa de revisão do PDE. A apresentação contemplou dados, informações e imagens para subsidiar os trabalhos em grupos no debate para subsidiar a elaboração das propostas coletivas para o PDE.

Ao final da apresentação, os participantes foram encaminhados para as salas preparadas pela equipe da Subprefeitura, com capacidade para 50 pessoas e dois moderadores para conduzirem os trabalhos em grupos. O deslocamento dos participantes entre o auditório - onde foi realizada a abertura - e as salas de trabalho em grupos, foi orientada pelas equipes da Subprefeitura e da SMDU, de modo a equilibrar a quantidade de pessoas em cada sala. Na maioria das Oficinas realizadas, a ocupação das salas para os trabalhos em grupos manteve a média entre 30 e 40 pessoas.

Desde o momento inicial dos trabalhos, os coordenadores designados pela SMDU e pela Subprefeitura percorreram as salas para apoiar as equipes responsáveis pela condução dos grupos.

Os participantes que chegaram atrasados, após o início das atividades nos grupos, foram acolhidos por dois moderadores em uma sala preparada para atender este público específico. Os participantes receberam as informações e orientações da mesma forma que os demais, obedecendo às mesmas orientações para o debate e a elaboração de propostas.

Para os trabalhos em grupos, foi dada relevância a indicação de que todas as propostas elaboradas, individualmente ou de maneira coletiva pelos grupos, bem como aquelas postadas diretamente no site Gestão Urbana SP até o dia 31 de julho, seriam encaminhadas para a equipe de sistematização da SMDU. Ao compreenderem que não seria necessário disputar o direito de apresentar suas propostas naquela



atividade presencial, os participantes puderam dialogar entre si, apresentar suas idéias e opiniões e escutar os demais integrantes do grupo, sem a tensão própria de dinâmicas envolvendo possíveis disputas e eliminação de proposta. Assim, ao contrário, buscou-se fomentar um debate coletivo e aprofundado sobre as propostas em cena.

O roteiro metodológico unificado, produzido para orientar a atuação das equipes das Subprefeituras nas 31 Oficinas Propositivas, e o trabalho de treinamento das equipes assegurou a uniformidade na condução dos trabalhos, naqueles aspectos considerados fundamentais para os objetivos desta etapa da revisão do PDE. Do mesmo modo, a adoção e padronização de instrumentos comuns como as listas de presença, formulários para atas, apresentação de propostas e avaliação, permitiram o registro sistematizado de cada atividade realizada com a população.

Técnica de visualização por cartelas e a composição coletiva de propostas.

Cada sala foi ambientada com cartazes que explicitavam:

1. Os Doze objetivos da revisão do PDE.
2. Os acordos – Pedir a palavra para falar; falar baixo para não atrapalhar a sala ao lado; respeitar o tempo da atividade; permanecer na atividade até o fim)
3. As Orientações para a escrita nas cartelas
 - Utilizar o máximo de 04 linhas por cartela;
 - Registrar apenas uma ideia por cartela;
 - Escrever na horizontal;
 - Não utilizar o verso das cartelas

Foi solicitado a cada participante, uma vez escolhido o tema de maior interesse, que anotasse em cada cartela uma proposta em resposta à seguinte questão norteadora: *A partir da avaliação apresentada e da sua vivência a atuação na cidade, o que deve ser feito para alcançar os objetivos do PDE?* Cada pessoa recebia pelo menos uma cartela e poderia solicitar novas cartelas.

Na seqüência, os componentes de cada subgrupo (na média de 8 pessoas) deveriam trocar entre si as propostas, comparar as semelhantes e as divergentes e compor até duas propostas para serem apresentadas à sala. Essas propostas deveriam ser transcritas em formulário específico, que seria afixado na lousa quando da leitura a



mesma para sala, por um porta voz do subgrupo. A ficha de proposta foi afixada junto com uma Ficha de Indicação de Prioridade.

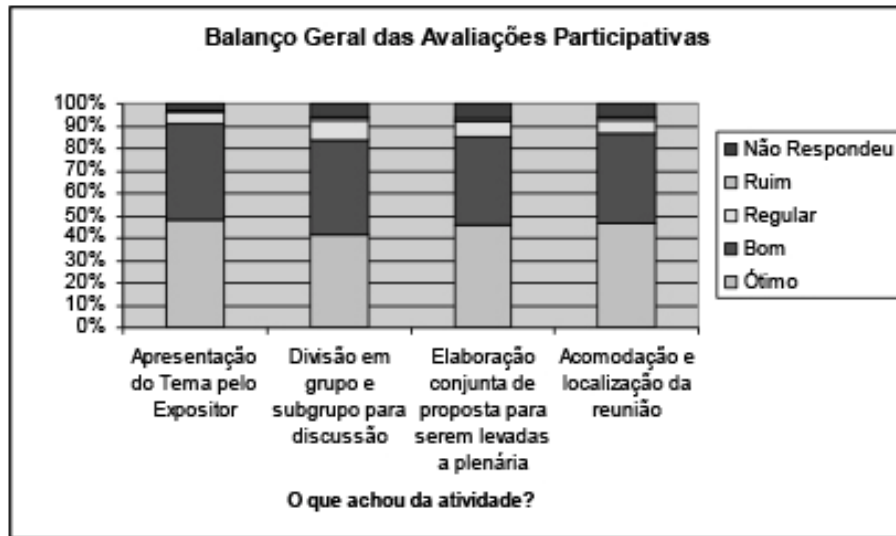
Depois de cada subgrupo expor suas principais propostas, todos os participantes da sala eram convidados a indicar, com bolinhas coloridas, (3) três dentre todas as afixadas que considerassem mais importantes. As bolinhas eram coladas na Ficha de indicação de Prioridades; o mediador contava o numero de bolinhas de tal modo que as (5) mais votadas seriam lidas na Plenária por um outro porta-voz indicado pela sala.

Essa dinâmica permitiu ao conjunto dos participantes ter uma visão geral de todas as propostas de sua sala e muitas vezes optar por indicar como mais importante uma proposta diferente daquela que havia inicialmente defendido. Isso ocorreu freqüentemente, pois todos tinham a segurança, estabelecida pelas normas do processo, de que sua proposta também seria computada e sistematizada.

Na plenária, a leitura das propostas mais votadas permitiu ao conjunto dos participantes perceber várias propostas convergentes entre as salas, e também reconhecer propostas que não tinham sido discutidas pelo seu grupo.

O formato “Oficina”, definido pela SMDU para o debate público e levantamento de propostas, distinguiu-se das tradicionais atividades regidas por listas de inscritos, em que poucos participantes conseguem fazer uso da palavra e apresentar suas opiniões e propostas. A Oficina teve boa receptividade do público participante, que pôde expor suas idéias e opiniões em pequenos grupos, conhecer os argumentos de outros participantes e juntos produzirem propostas que atendessem demandas e necessidades comuns. Ao mesmo tempo em que as diferenças de opiniões e os conflitos tiveram espaço para serem explicitados, a metodologia possibilitou o acolhimento de todas as propostas. Desta forma, superando as tradicionais formas de contraposição de propostas, evitaram-se os embates centralizados na disputa de posições, que pouco ou quase nada favorecem o debate democrático.

Parte dos participantes (1/3) respondeu à ficha de avaliação da atividade, classificando, na grande maioria, como bom e ótimo tanto a dinâmica realizada (a exposição inicial, a divisão em grupo e subgrupo, a elaboração coletiva de propostas) como a estrutura disponibilizada para a atividade.



O Roteiro detalhado da Oficina consta no anexo deste documento síntese.

FASE DE SISTEMATIZAÇÃO

As propostas coletivas elaboradas nas oficinas, as propostas individuais também entregues nas atividades presenciais e as propostas postadas na plataforma eletrônica, compuseram um banco de dados que passou por (4) conjuntos de classificações:

1. Primeiramente, foram classificadas àquelas pertinentes ou não ao PDE.
2. As não pertinentes foram separadas para posterior classificação em: assunto a que se refere e encaminhamento dado à proposta (LUOS, Política Setorial, Lei específica, Código de Obras, Planos Regionais e de Bairro).
3. As propostas pertinentes foram classificadas segundo seus objetivos, dentre os doze objetivos propostos.
4. Na seqüência foram classificadas em “palavras chaves” e agrupadas por nuvens de palavras chaves.
5. Cada “nuvem” de propostas foi encaminhada para o Grupo de Trabalho Técnico (GT) correspondente ao assunto, para reflexão quanto à forma de entrada na minuta do PDE.
6. Foi elaborado um Relatório Síntese das Propostas classificadas como pertinentes ao PDE e disponibilizado na Plataforma de Revisão.

**FASE DE DEVOLUTIVA À SOCIEDADE**

Considerando fundamental garantir à sociedade o conhecimento de todas as propostas incorporadas ao Plano Diretor revisto, bem como a explicação das razões que eventualmente justificariam a não incorporação de determinadas formulações, a SMDUa organizou atividades macrorregionais, audiências públicas e diálogos com diversos segmentos sociais para proceder a essas devolutivas. Além disso, foi possível, nessa fase, a realização de uma nova rodada de alterações dentro da estrutura da Minuta, como forma de qualificar ainda mais o produto final a ser remetido à Câmara Municipal. Assim, a SMDU recebeu contribuições pelo site Gestão Urbana e em todas as atividades presenciais, para as quais disponibilizou um novo formulário para apresentação de propostas por escrito. Foram realizadas:

- (8) Devolutivas macrorregionais.

Data / Macrorregião	Local
24/08/13 Norte 01 Maria/Guilherme; Jaçanã, Santana	Colégio Passionista Av. Tucuruvi, 470
24/08/13 Centro	UNINOVE Vergueiro Av. Vergueiro, 235/249 – próx. Estação S. Joaquim
24/08/13 Leste 01 (Mooca, Penha, Aricanduva, Vila Prudente).	Unicid R. Cesário Galeno, 448/475 – Tatuapé
24/08/13 Leste 02 (Ermelino, São Miguel, Itaim, Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes, São Mateus)	CEU Aricanduva Av Aricanduva prox Shopping
31/08/13 LA, PI, BT	Colégio Dante Alighieri
31/08/13 Sul 02 SA, Cid Ademar, CL, M'boi, Capela, Parelheiros.	SENAC Santo Amaro
31/08/13 Norte 02 PP,PT, FO, CV	CEU Atlântica
31/08/13 LA, PI, BT	Colégio Dante Alighieri

- (2) Audiências Públicas, uma tratando mais especificamente dos Títulos I e II e outra tratando dos demais Títulos. Local UNINOVE Barra Funda.
- Diálogos com segmentos sociais. Foram realizados (3) conjuntos de diálogos, respectivamente com: segmento das Universidades, categorias profissionais e Sindicatos; segmento dos movimentos populares e organizações não governamentais; segmento dos empresários.
- Recepção eletrônica de alterações relacionadas à MINUTA.

A Minuta do novo Plano Diretor Estratégico, elaborado com as contribuições da sociedade recebidas pela SMDU, esteve disponível para consulta a partir do dia

19 de agosto e, para receber contribuições pela Plataforma Eletrônica, de 21 de agosto a 06 de setembro.

As atividades devolutivas tiveram como objetivo apresentar aos munícipes a estrutura da MINUTA construída a partir das contribuições recebidas nas oficinas e através da plataforma eletrônica, destacar as alterações e avanços em relação ao PDE de 2002, esclarecer possíveis dúvidas com relação ao processo de sistematização e ao conteúdo da MINUTA, bem como recepcionar possíveis sugestões de alteração registradas por escrito e acompanhadas ou não do uso da palavra na plenária.

As devolutivas regionais foram organizadas no seguinte formato:

8 as 9hs	Credenciamento
09hs	Mesa de abertura
09:15 as 10:15	Exposição da Minuta.
10:15 às 12:30	Abertura para falas da Plenária.

Os presentes puderam se inscrever para falas anotando em uma “Ficha de inscrição” o seu nome, organização e a qual artigo ou título do PDE sua fala se refere. As fichas de inscrição de falas foram disponibilizadas em mesa ao lado do palco. A cada grupo de (5) falas, a mesa retomou a palavra para comentários e esclarecimentos.

Cabe notar que os participantes utilizaram essas atividades devolutivas macrorregionais predominantemente para dirimir dúvidas em relação ao texto e esclarecer de que forma suas propostas foram incorporadas. Já nas Audiências Públicas e Diálogos com os segmentos, os presentes prepararam-se anteriormente e apresentaram propostas de alteração e de inclusão, direcionadas para partes específicas da minuta. As audiências

foram gravadas e disponibilizadas no site, juntamente com uma ata síntese. Quanto aos diálogos, a equipe de sistematização produziu um “registro memória” e também o disponibilizou no site do Gestão Urbana.

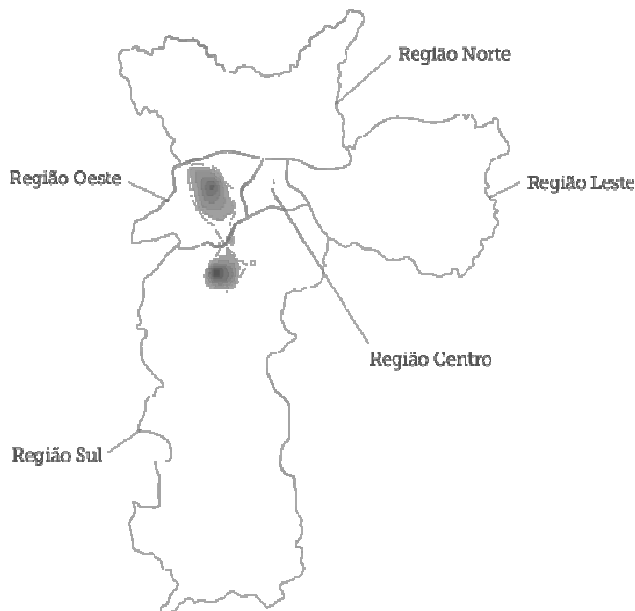
BALANÇO QUANTITATIVO

Na primeira fase (avaliativa), foram realizadas 12 atividades participativas (avaliações temáticas e diálogos com segmentos sociais), contando com 1804 participantes e tendo recebido 1847 contribuições. Vale notar que nessa etapa também ocorreu a 6.a Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, que contou com a participação de 9.636 munícipes, a maior Conferência ocorrida no Brasil desde 2003, quando instituídas nacionalmente as conferências da cidade.

Na segunda fase (propositiva) foram 31 oficinas presenciais, com participação de 5.895 munícipes; nessas atividades foram recepcionadas 1.696 propostas das quais 1360 foram construídas coletivamente durante as próprias oficinas; 336 foram recebidas na Mesa de Recepção de Propostas, em formulários impressos. Foram postadas 1826 propostas na plataforma eletrônica. O quadro abaixo demonstra quais dos objetivos foram mais abordados em cada um dos canais de expressão participativa. A primeira coluna refere-se às propostas vindas das oficinas; a segunda refere-se àquelas postadas pela Internet.



Das propostas enviadas pelo canal eletrônico, a maior parte proveio das áreas centrais da cidade, como demonstra a figura abaixo.



Na fase devolutiva, foram computadas 5.865 visualizações da MINUTA e recepcionadas 1.198 contribuições. Nas atividades presenciais, participaram 1661 munícipes e foram recepcionadas 624 contribuições.

Considerações Finais

O processo de revisão participativa do plano Diretor Estratégico de São Paulo inaugurou um formato mais abrangente de consulta e participação popular na elaboração de uma importante parte do marco regulatório da política de desenvolvimento urbano, não só pela realização de atividades participativas com formatos mais amplos do que as tradicionais audiências públicas, mas pela incorporação da ferramenta eletrônica como meio de mobilização, informação e como plataforma colaborativa na elaboração das propostas de novo PDE. Essa experiência inovadora será indubitavelmente aprimorada para que, na próxima etapa de revisão do marco regulatório, ou seja, a revisão da Lei de Zoneamento e dos Planos Regionais, seja possível contar com um processo ainda mais intenso de formação da sociedade, com o mapa colaborativo – novo patamar da ferramenta eletrônica colaborativa – e



com um amplo envolvimento das subprefeituras tanto na elaboração dos conteúdos, como na composição das atividades de discussão local das novas leis.

Alem disso, é foco da Gestão 2013-2016 integrar os procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social, a partir da consolidação de um Sistema Participativo Municipal, integrado e transversal, reconhecendo como fundamental não só o direito a informação, mas o direito a participação da sociedade nas decisões relacionadas às políticas públicas. Coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, essa difícil tarefa de levantamento e avaliação de todos os mecanismos e instâncias participativas existentes, e a proposição de um sistema integrado, tem contado com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano como parceira ativa.

A experiência de Revisão Participativa do Plano Diretor foi exemplar ao reafirmar a concepção da participação social como processual e cumulativa. Tomá-la como evento isolado e desconectado do conjunto das políticas públicas empobrece o próprio sentido da participação social. Nesse sentido, essa experiência reforça a necessidade de construção de um Sistema Participativo Municipal, que conecte todos os importantes mecanismos, instâncias e experiências participativas em curso na cidade de São Paulo.

PRIMEIRA ETAPA



REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO

ABERTURA

E

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

27.04.2013

Relatório Fotográfico

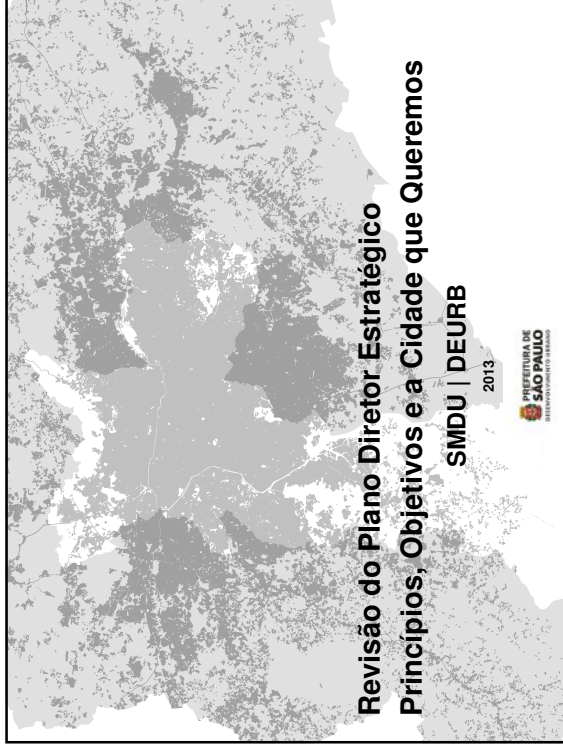
Apresentações

Sistematização das Propostas

Relatório Sintético

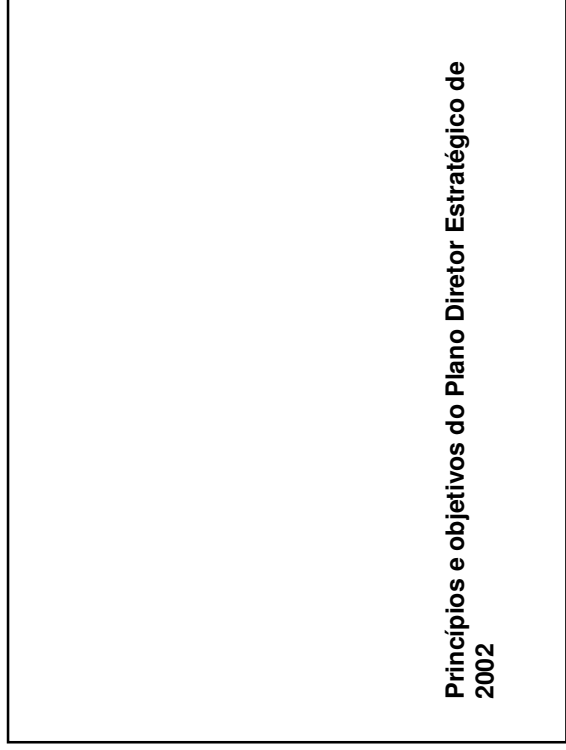
Mesa de Abertura





Sumário

- Princípios e objetivos do Plano Diretor Estratégico
- Macro elementos estruturadores do Plano Diretor Estratégico
 - Redes estruturais
 - Macrozona de estruturação e qualificação
 - Macrozona de proteção ambiental

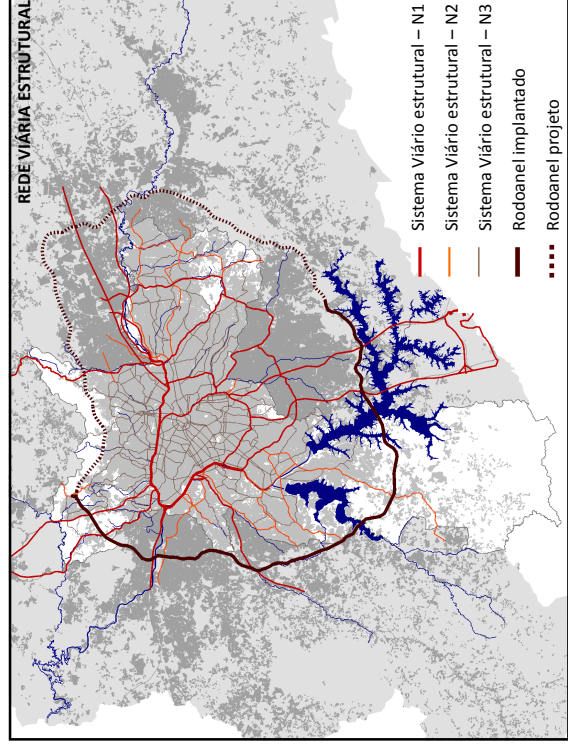
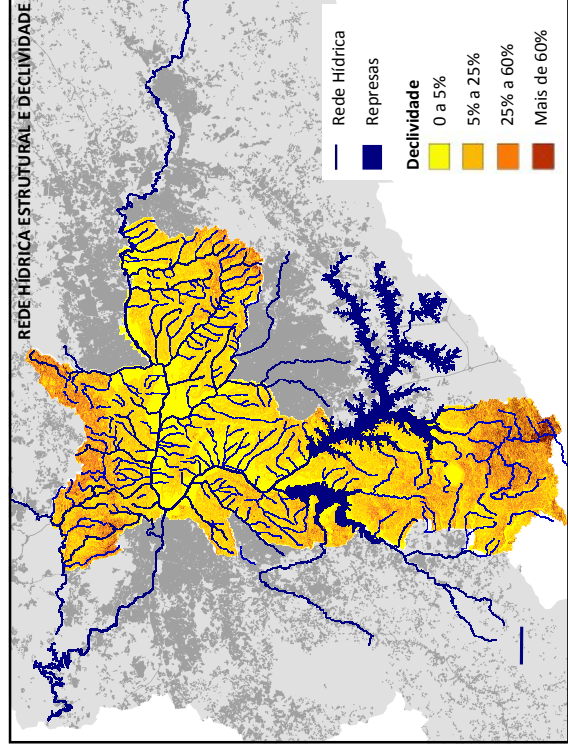


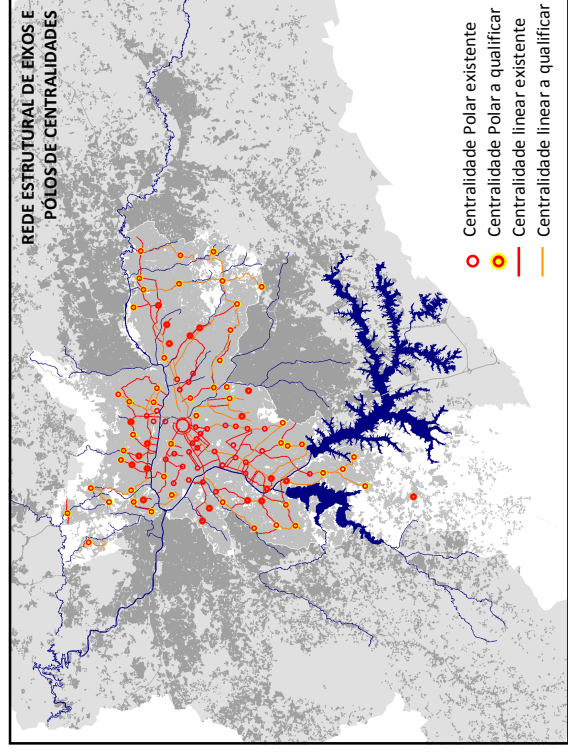
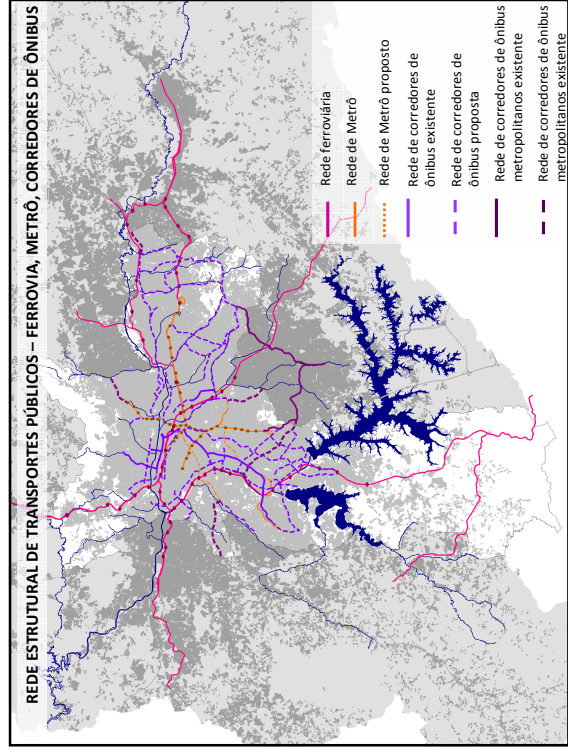
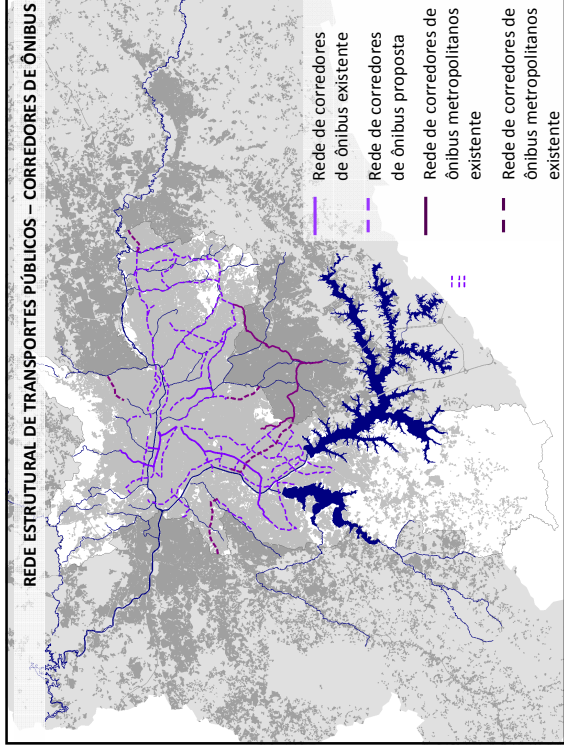
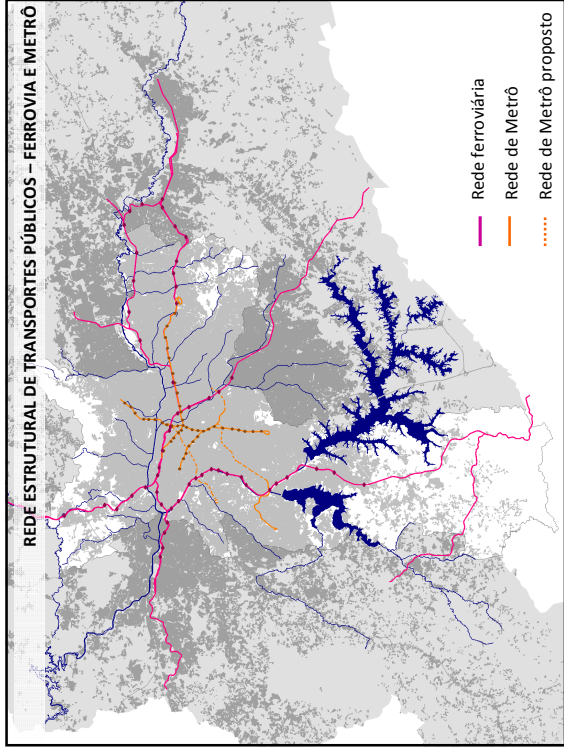
- ### Princípios
- justiça e inclusão social;
 - direito à cidade e à moradia digna;
 - funções sociais da cidade e da propriedade;
 - justa distribuição da valorização imobiliária;
 - universalização da acessibilidade e mobilidade com prioridade para o transporte coletivo público;
 - preservação e recuperação ambiental;
 - fortalecimento do interesse público;
 - descentralização e democratização da gestão e administração pública.

Objetivos

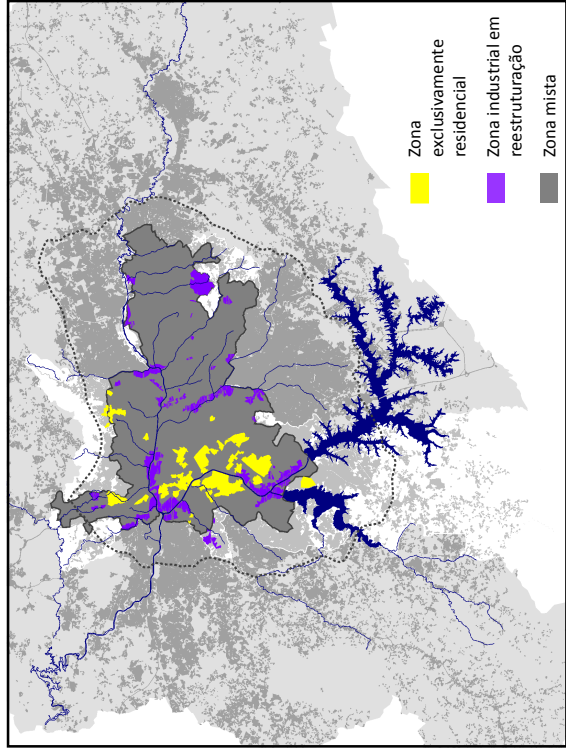
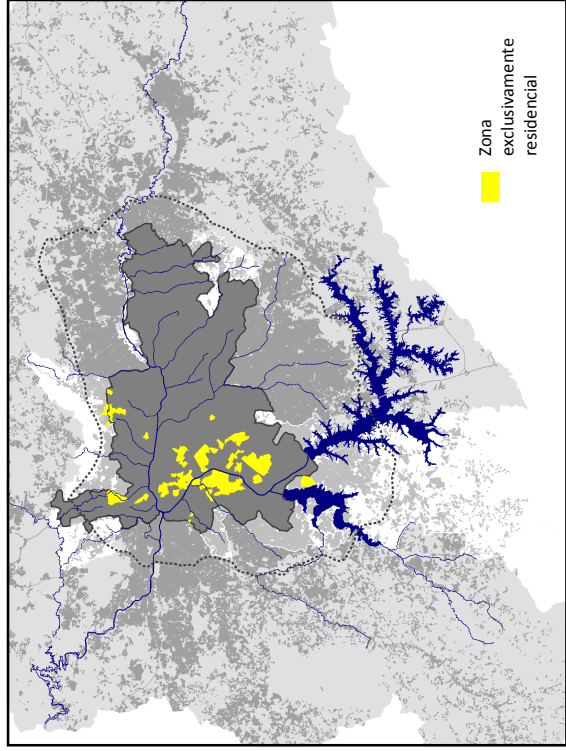
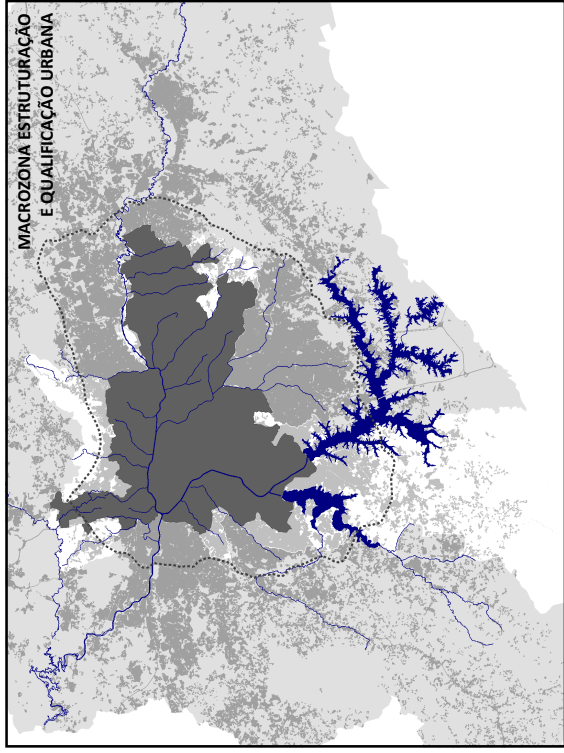
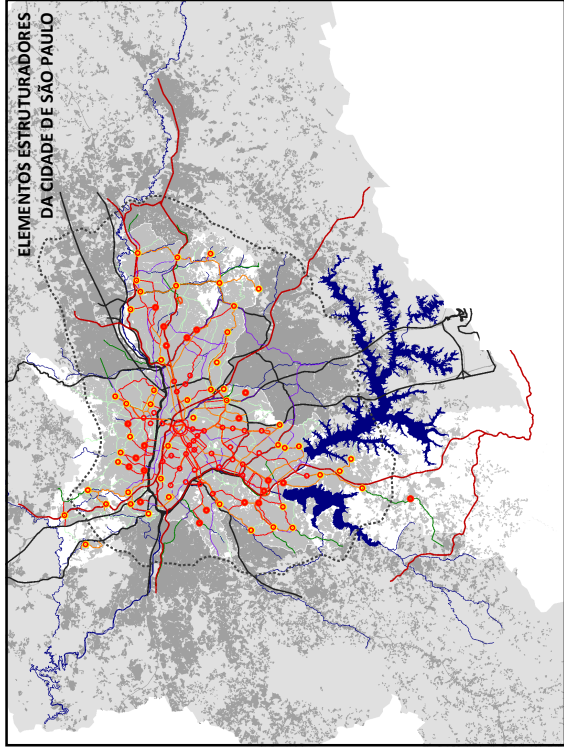
- consolidar a cidade de São Paulo como centro regional e pólo internacional;
- melhorar a qualidade de vida, do ambiente urbano, do ar, das águas e dos alimentos;
- promover o desenvolvimento sustentável e a justa distribuição de riquezas, dos ônus e dos benefícios da urbanização;
- otimizar e racionalizar a eficiência econômica da cidade, os investimentos públicos e privados, a infraestrutura instalada e as ações governamentais;
- democratizar o acesso à terra urbana para habitação de interesse social e o planejamento público;
- coibir o uso especulativo da terra urbana.

Macro elementos estruturadores do Plano Diretor Estratégico de 2002

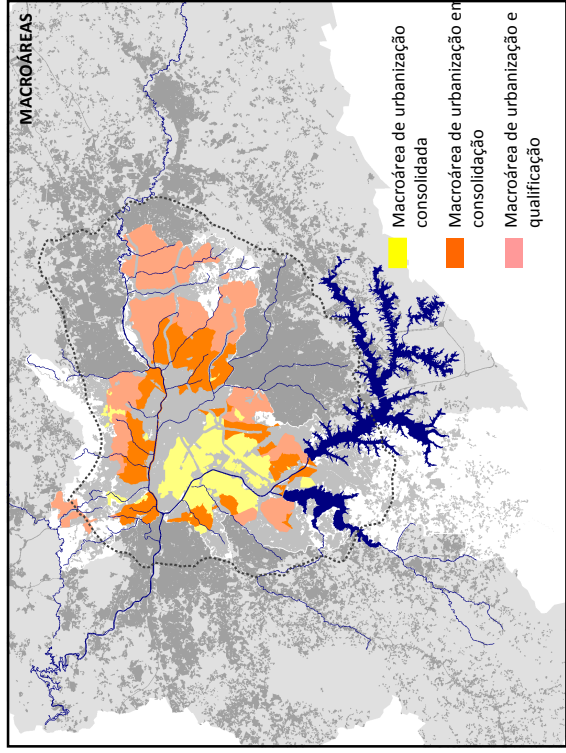
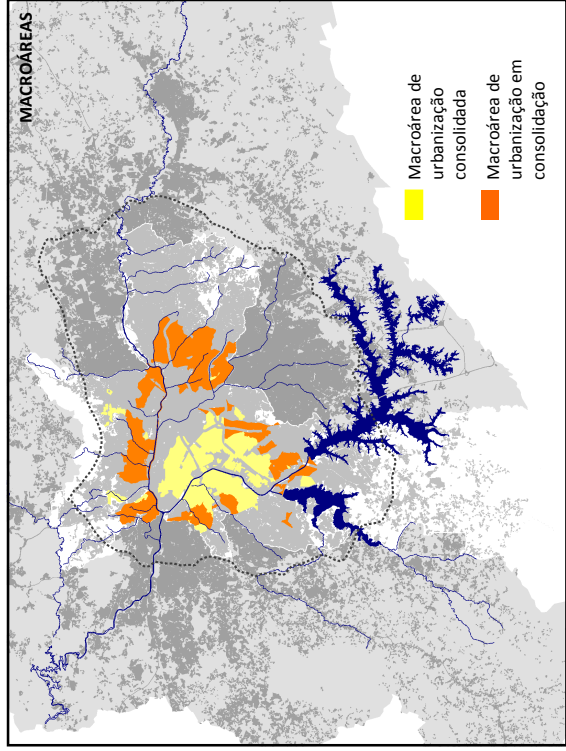
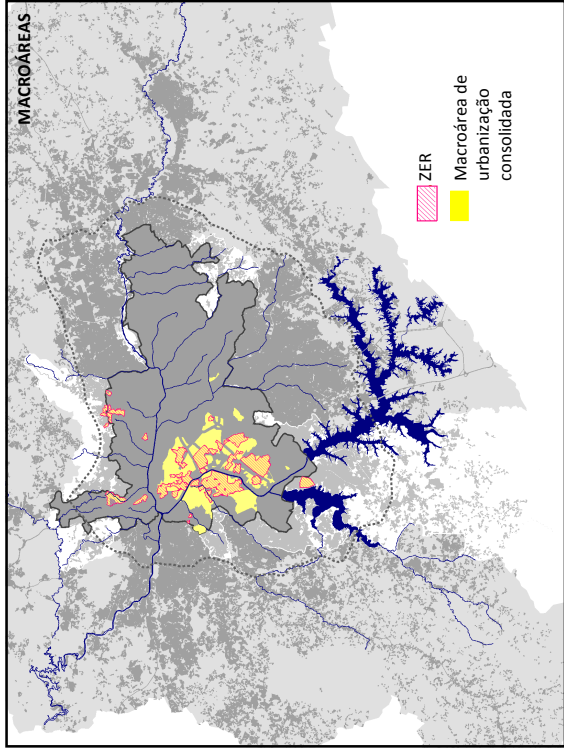
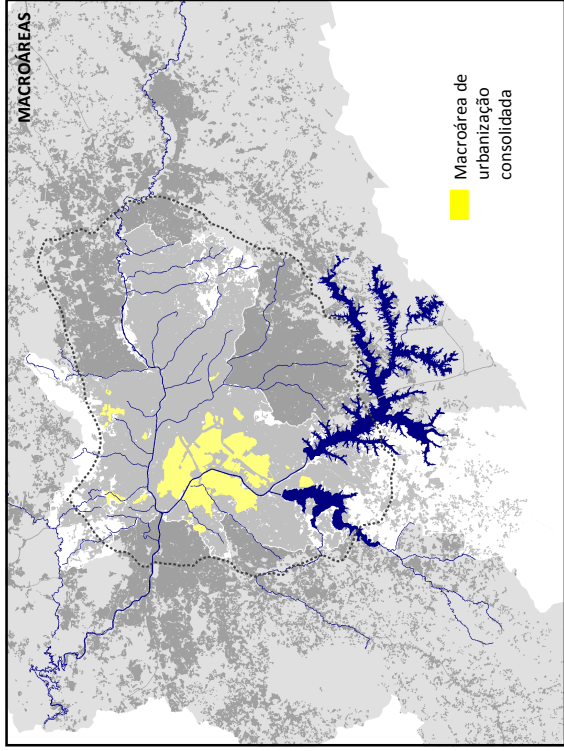




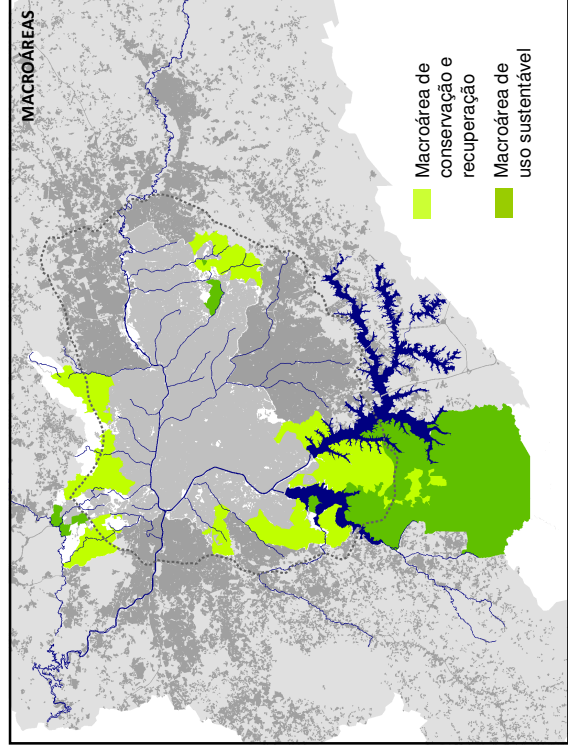
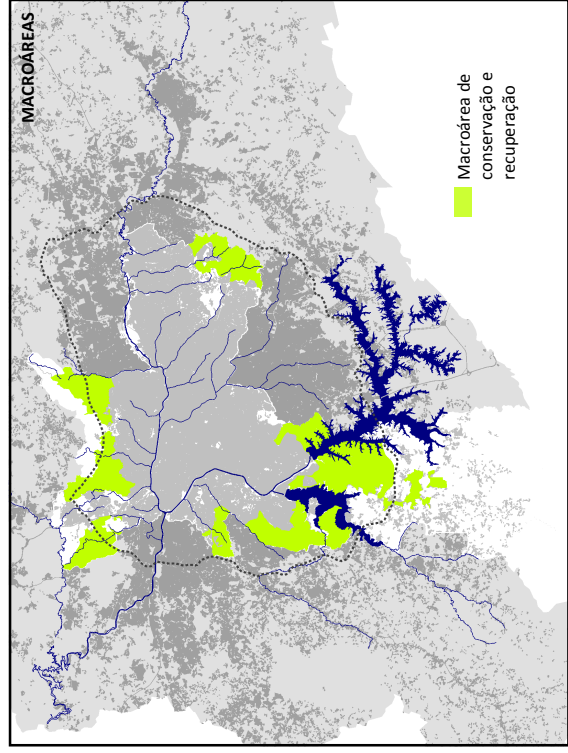
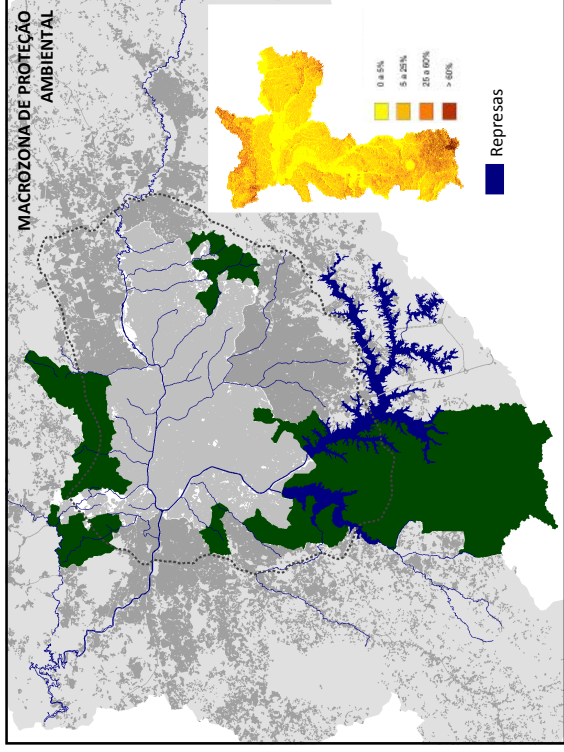
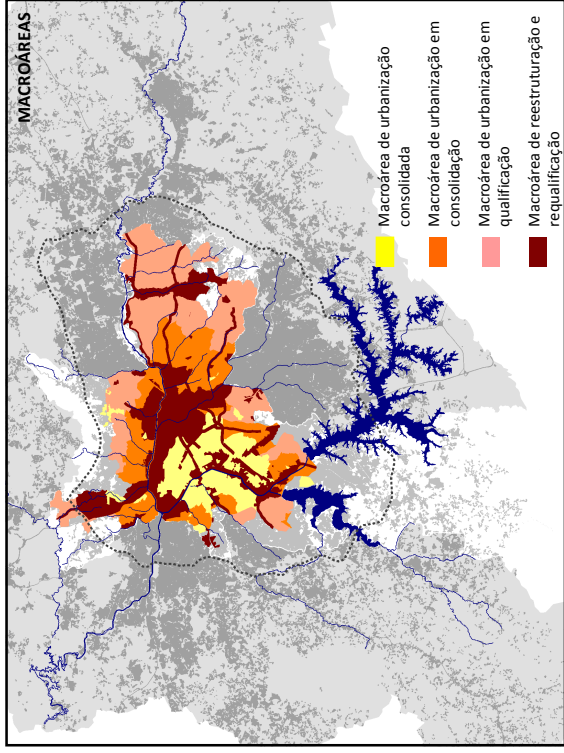
Avaliação Temática - Princípios, Objetivos e a Cidade que queremos



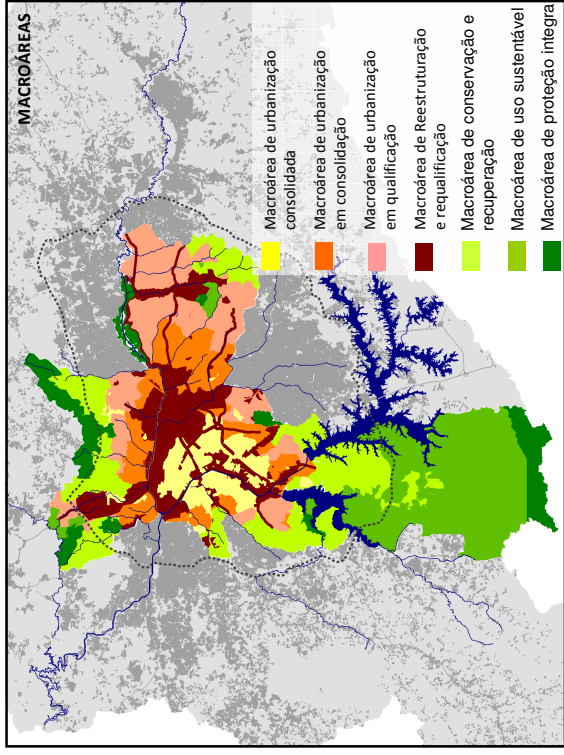
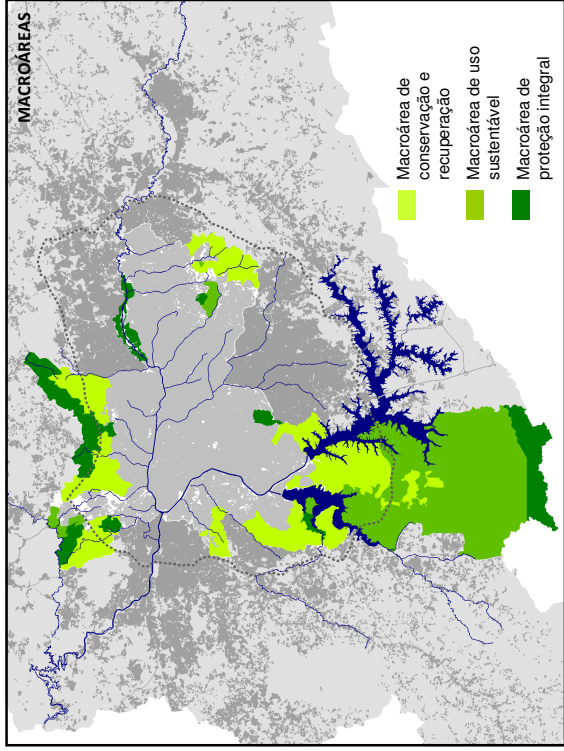
Avaliação Temática - Princípios, Objetivos e a Cidade que queremos



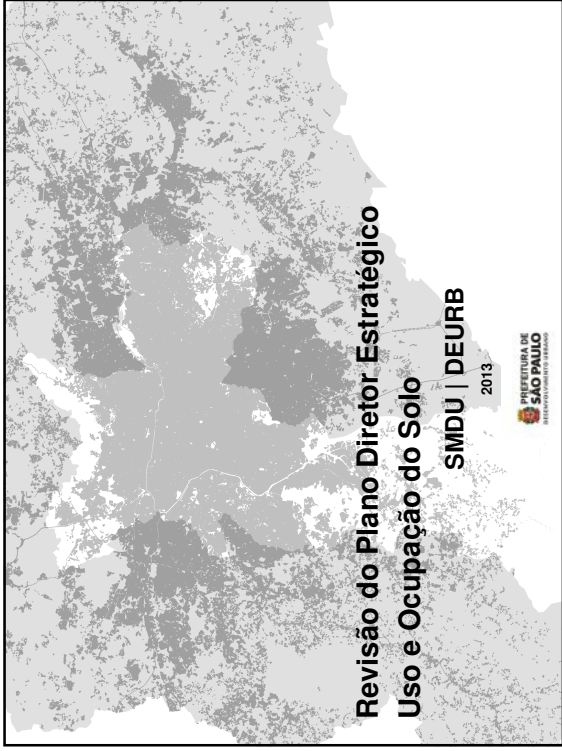
Avaliação Temática - Princípios, Objetivos e a Cidade que queremos



Avaliação Temática - Princípios, Objetivos e a Cidade que queremos

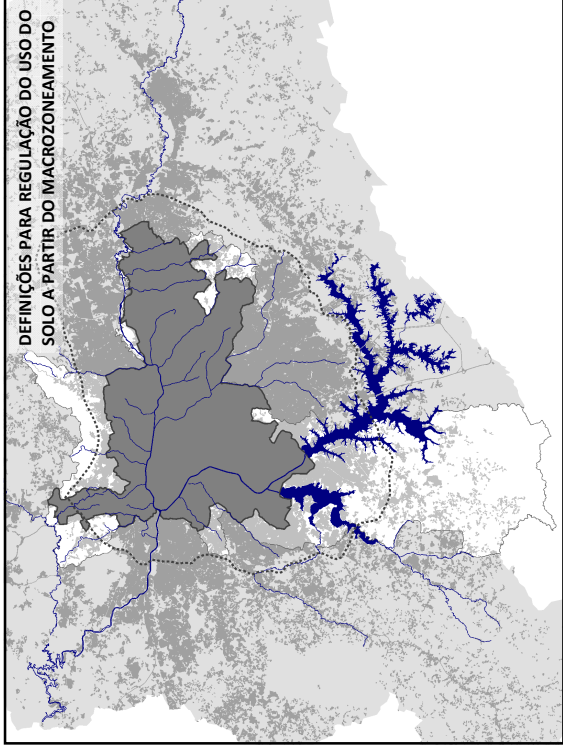
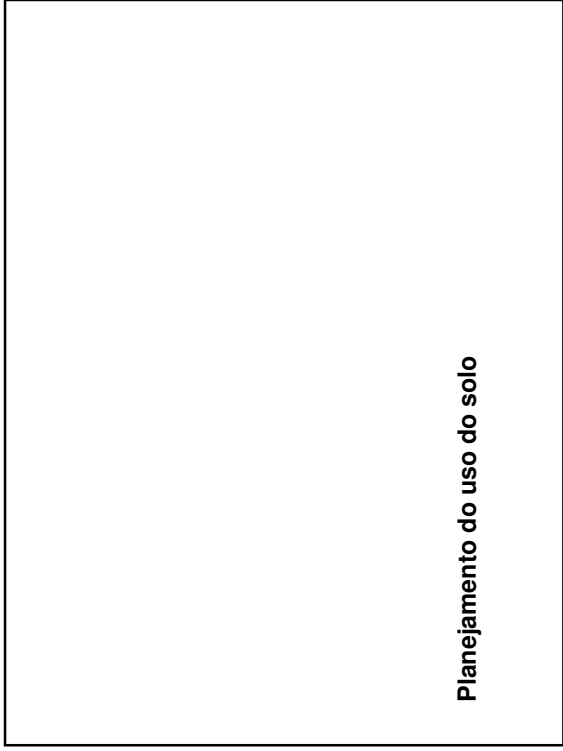


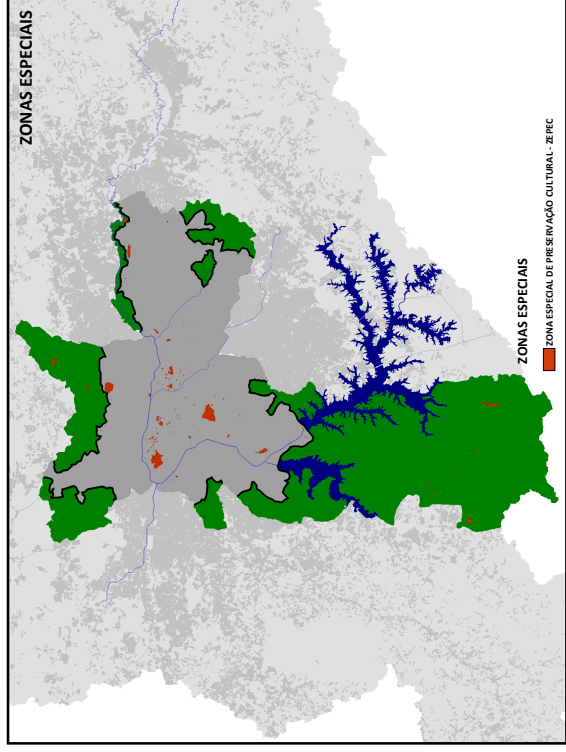
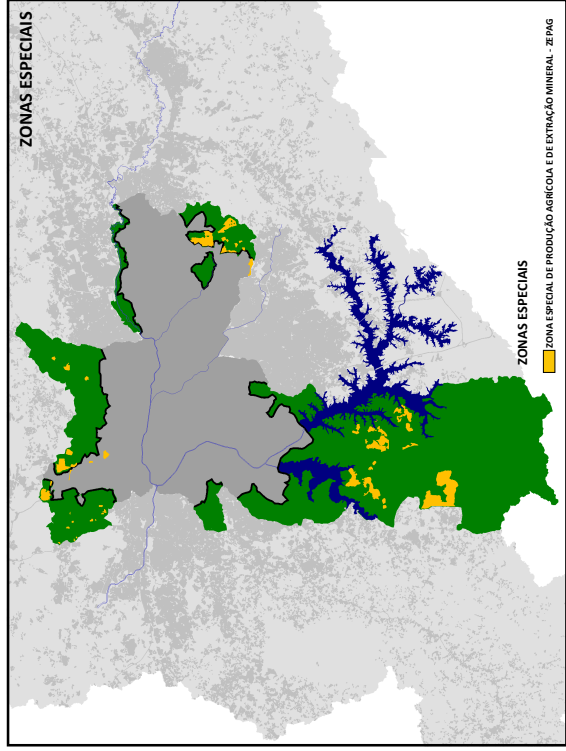
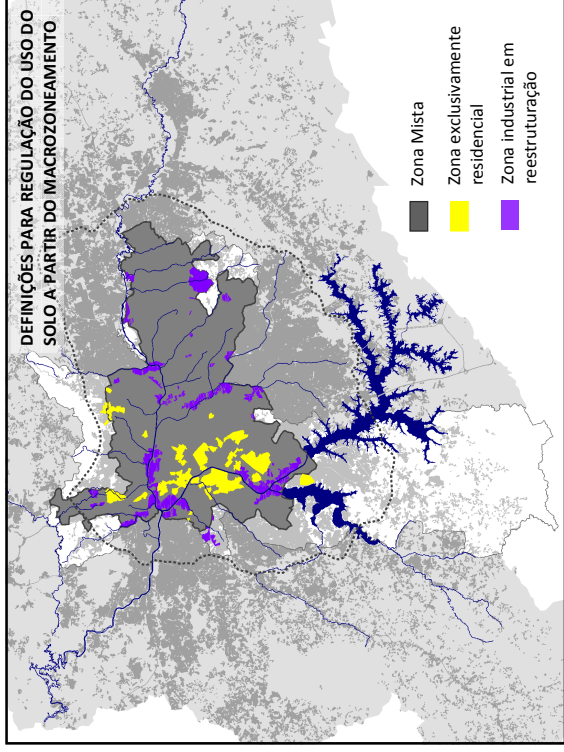
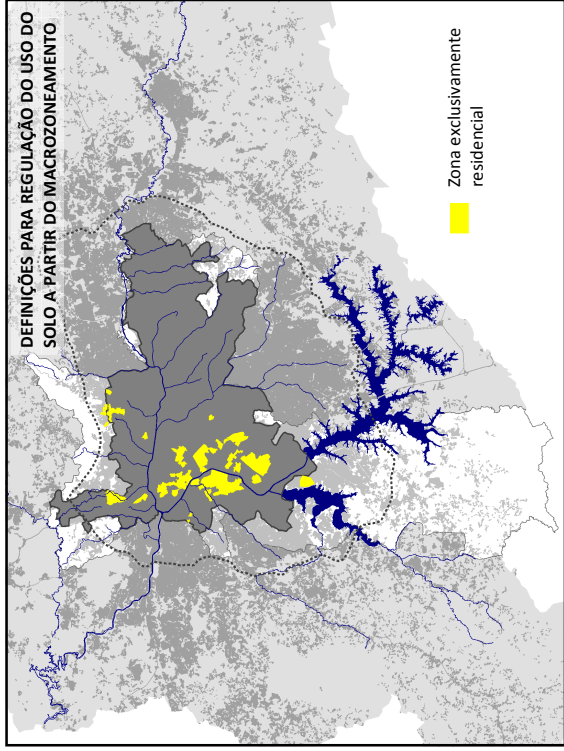
Avaliação Temática - Princípios, Objetivos e a Cidade que queremos

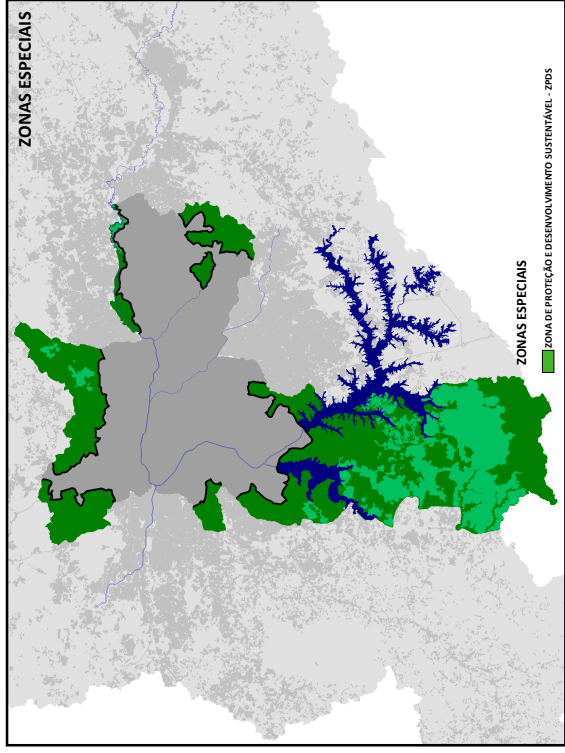
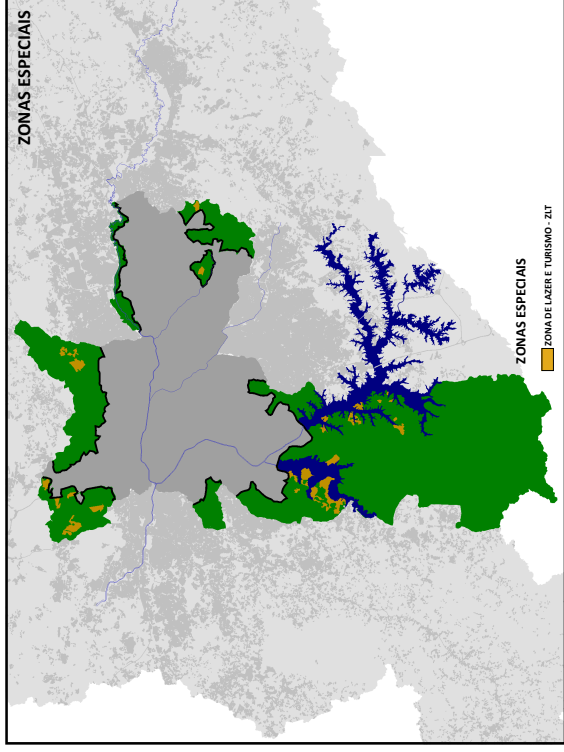
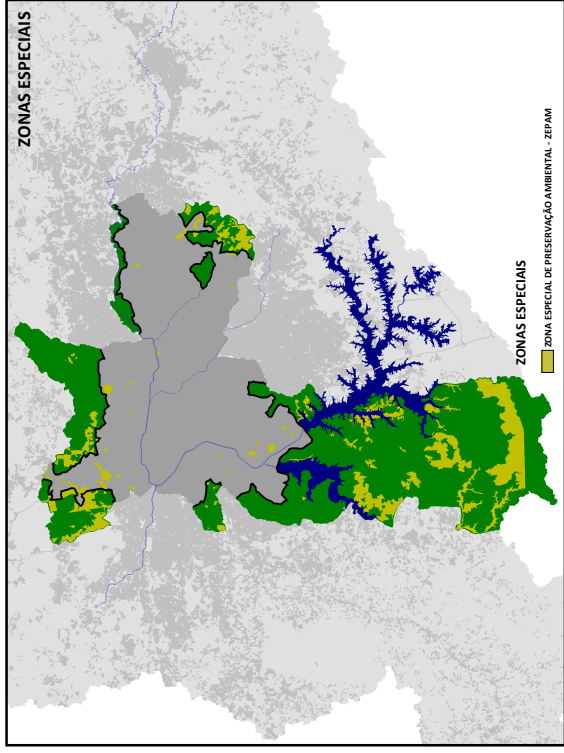


Sumário

- Planejamento do uso do solo
- Planejamento da ocupação do solo







Classificação do Uso do solo (PDE - Art. 184):

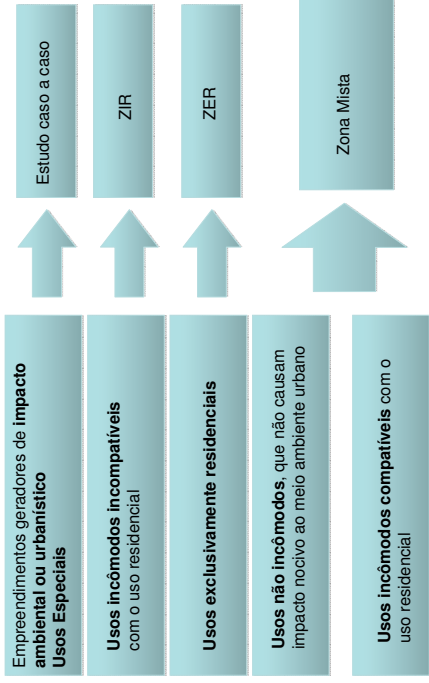
I - **RESIDENCIAL**, que envolve a moradia de um indivíduo ou grupo de indivíduos

II - **NÃO RESIDENCIAL**, que envolve o desenvolvimento de atividades comerciais, de serviços, industriais e/ou institucionais

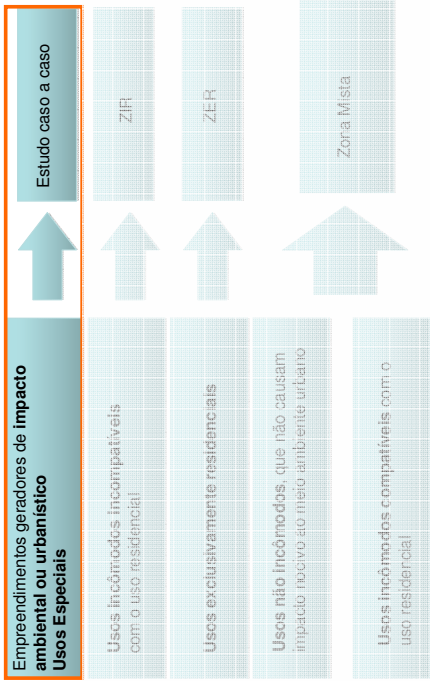
Bases para regulação do uso do solo

- Impactos urbanos
- Parâmetros de in comodidade
- Rede Viária Estrutural (Art.111 e 187)
- Capacidade de suporte da infraestrutura instalada

Bases para regulação do uso do solo



Bases para regulação do uso do solo



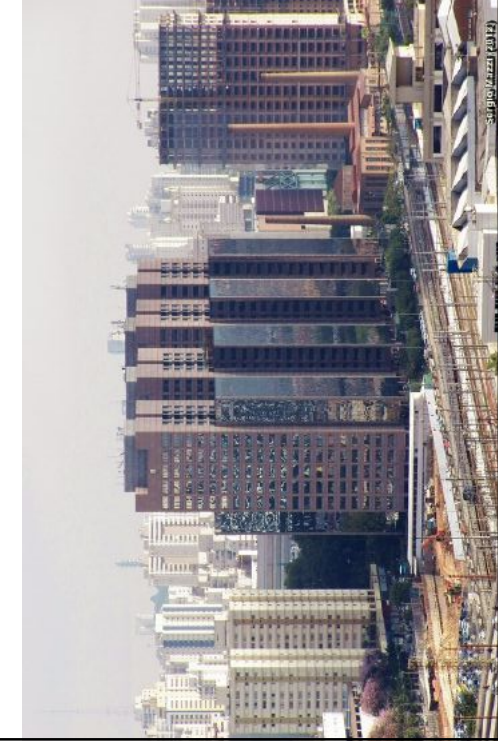
Torre de escritórios – Casa das Caldeiras – Parque Antártica – Shopping Bourbon



Parque Antártica (obras)



Torre de escritórios – Casa das Caldeiras – Parque Antártica – Shopping Bourbon

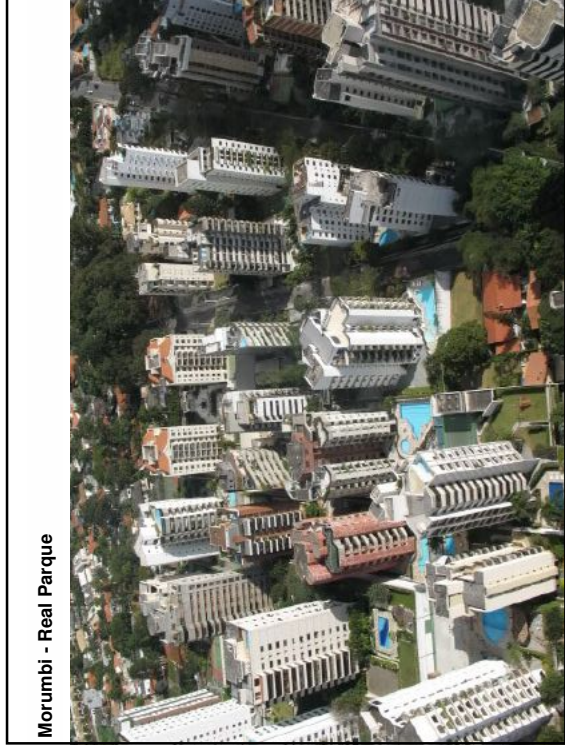
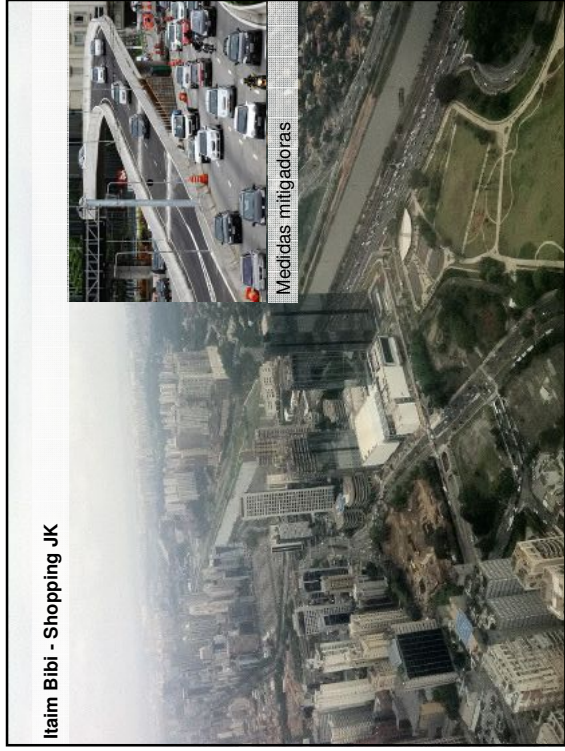
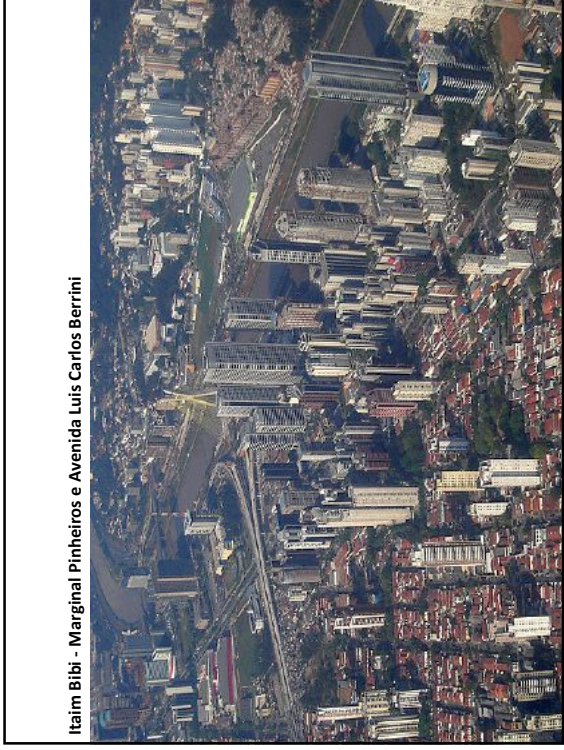
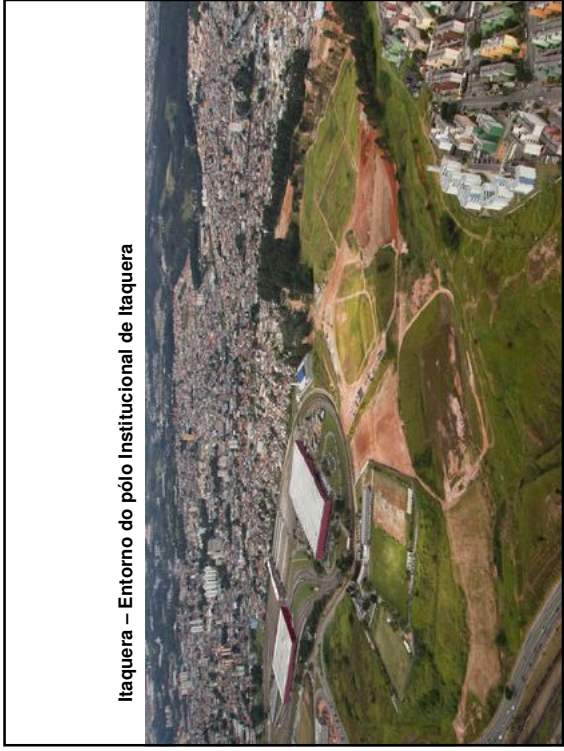


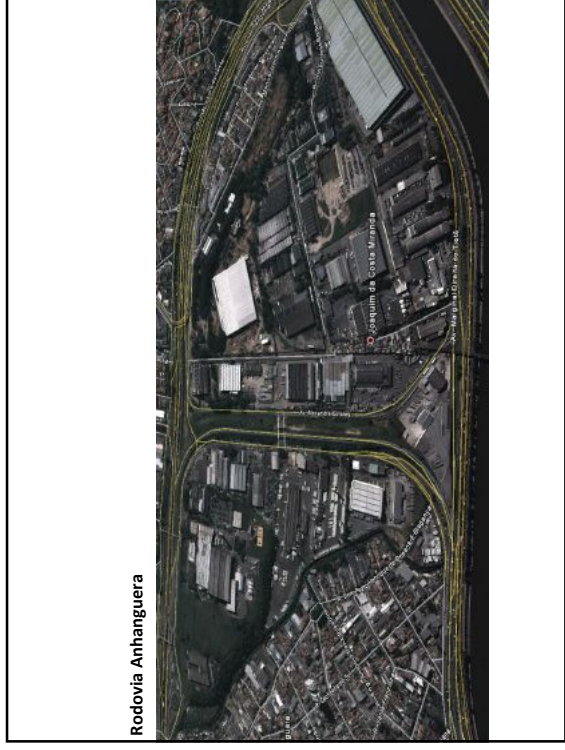
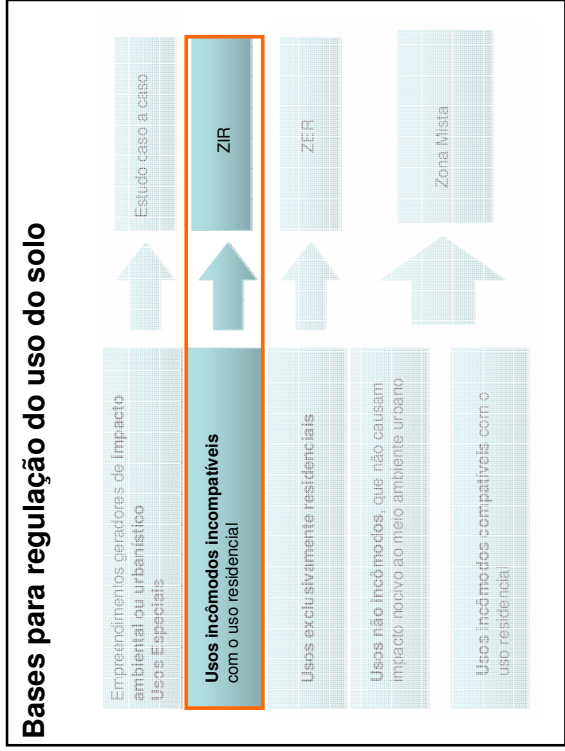
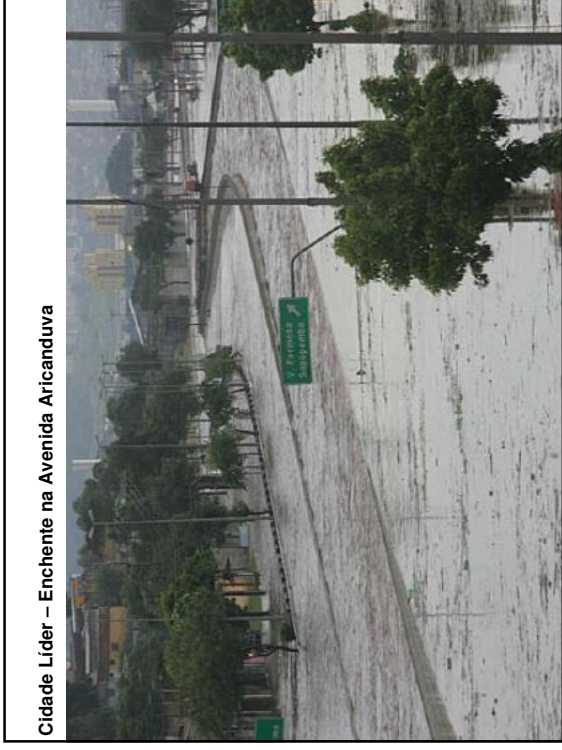
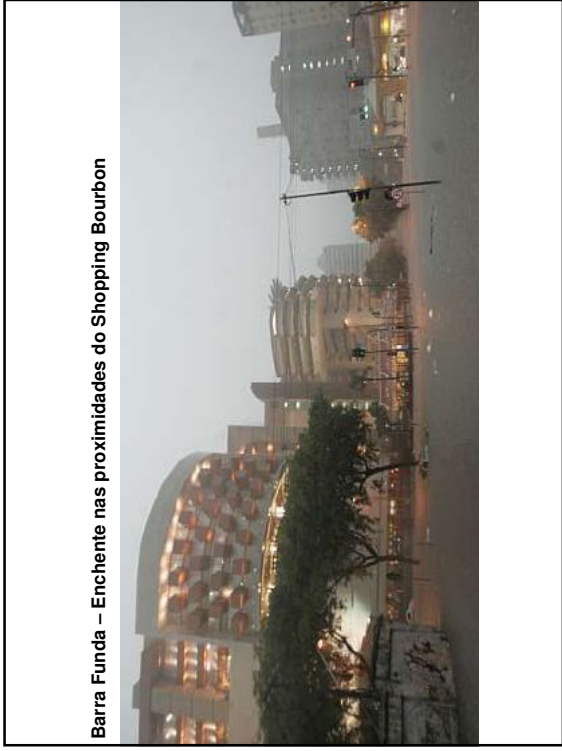
Itaquera



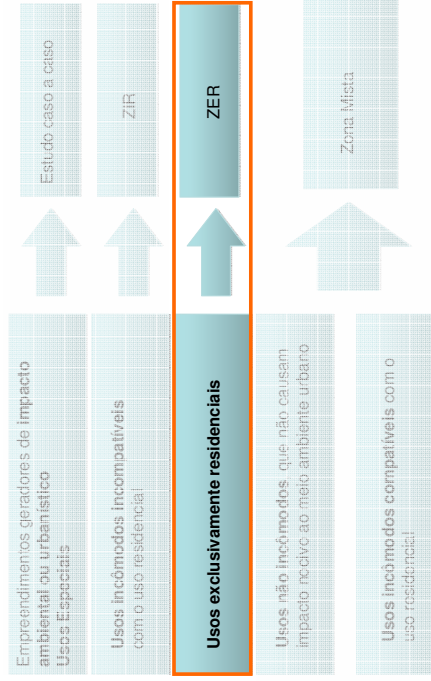
Pólo Institucional Itaquera



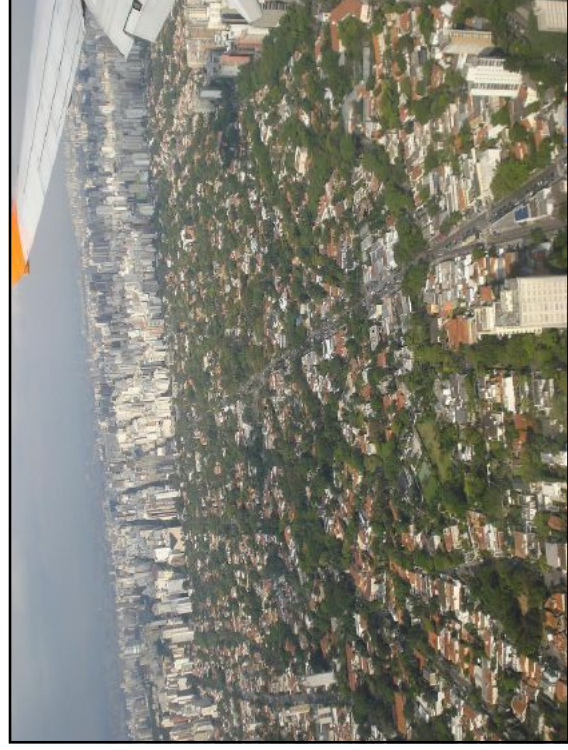




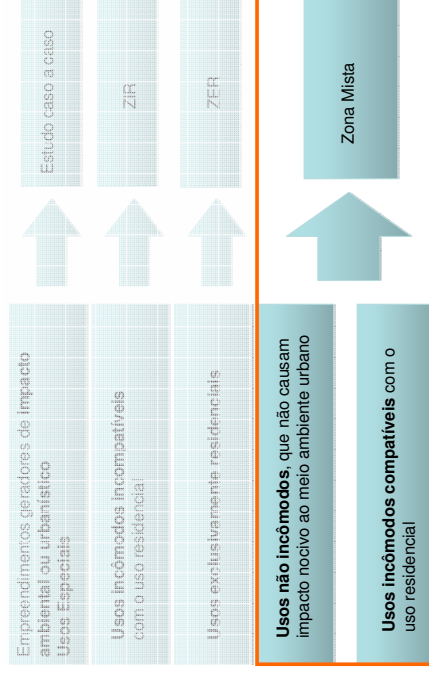
Bases para regulação do uso do solo

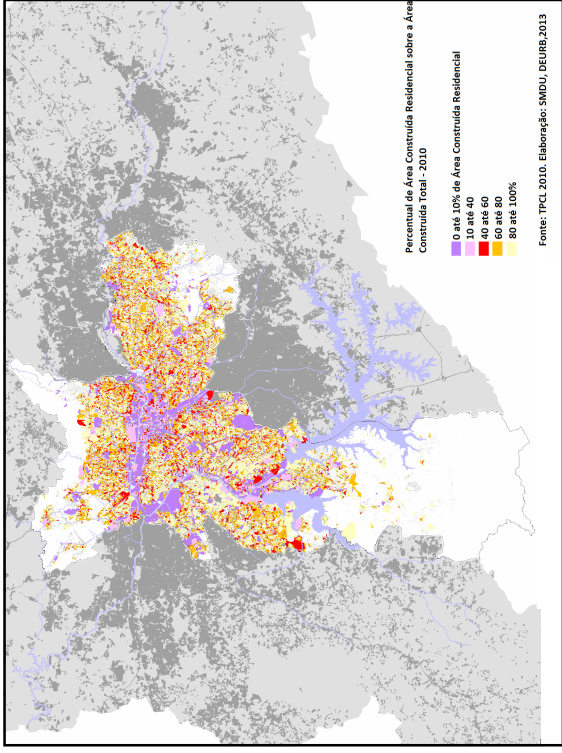


Chácara Santo Antonio

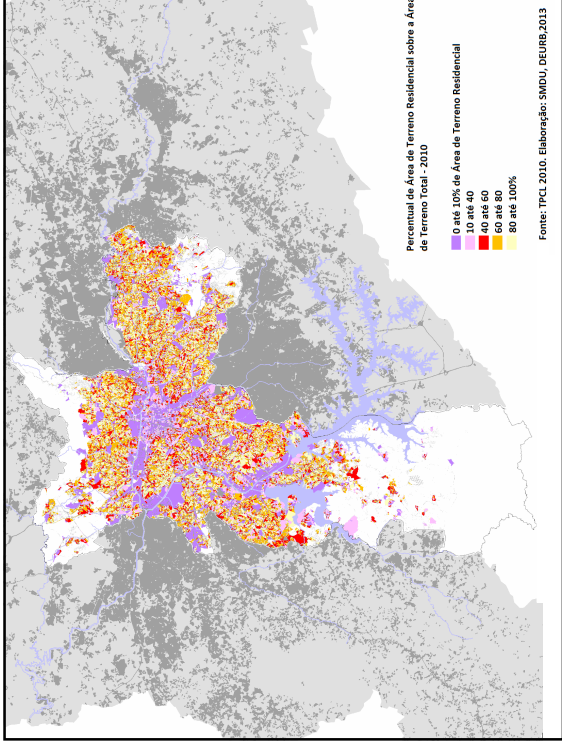


Bases para regulação do uso do solo



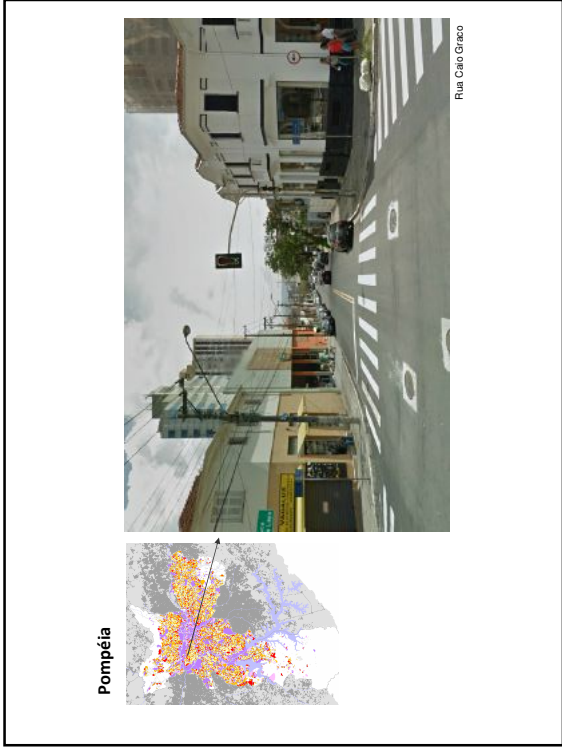


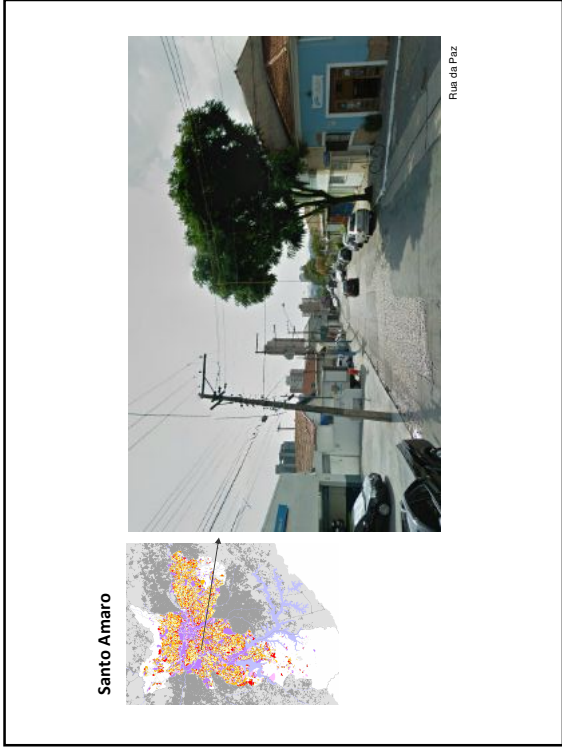
Freguesia do Ó



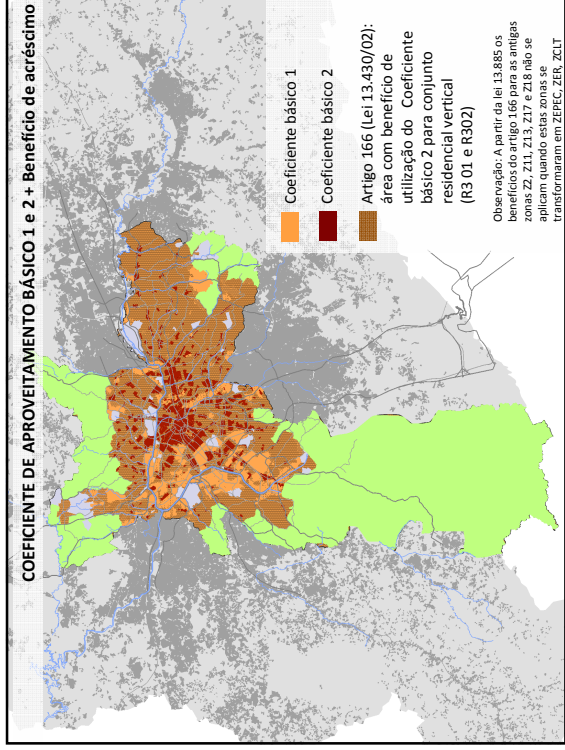
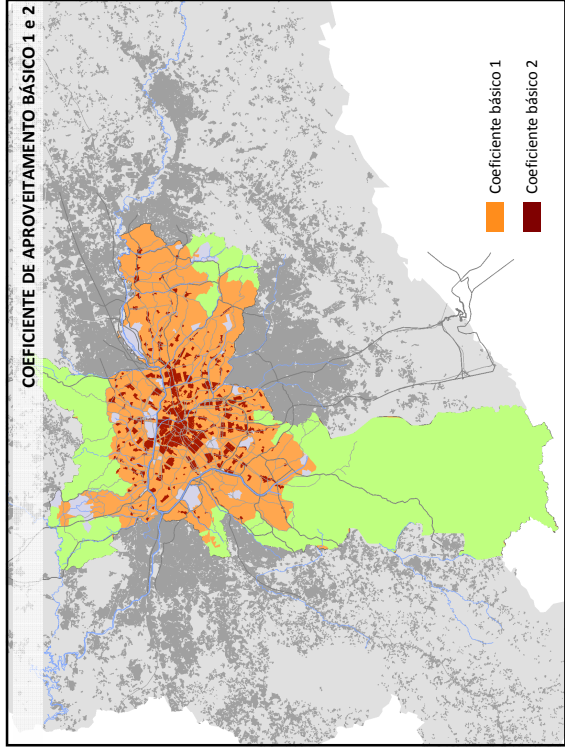
Santa Cecília

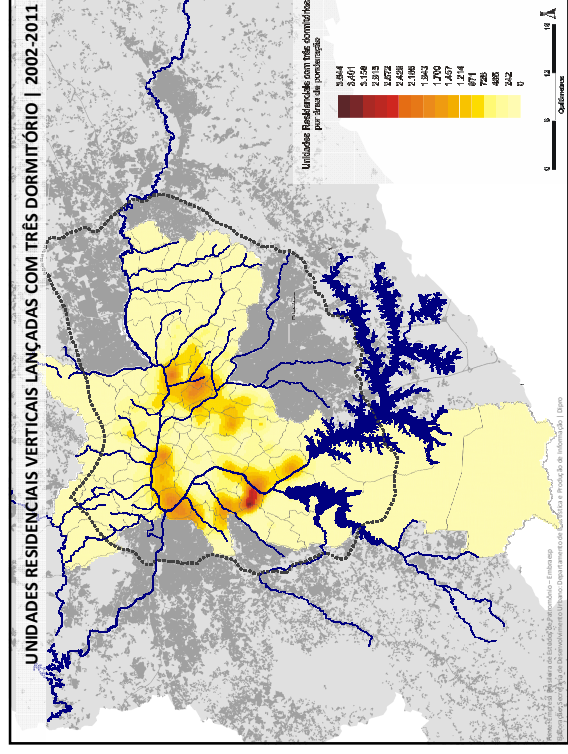
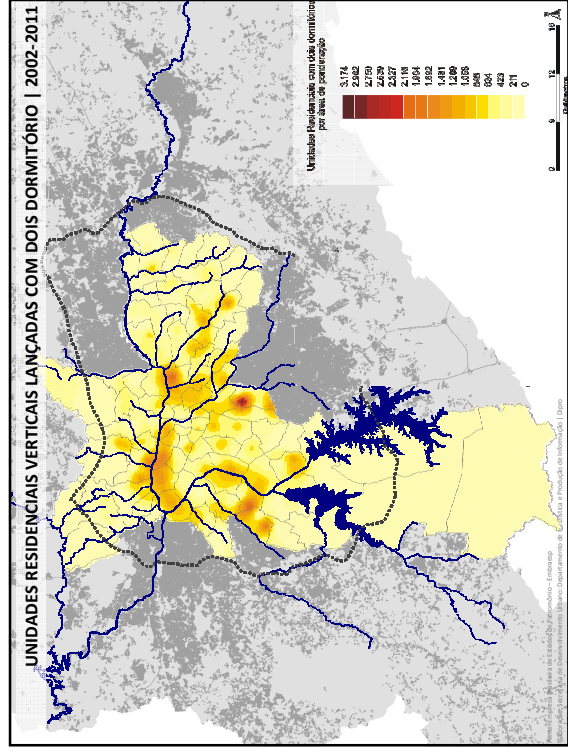
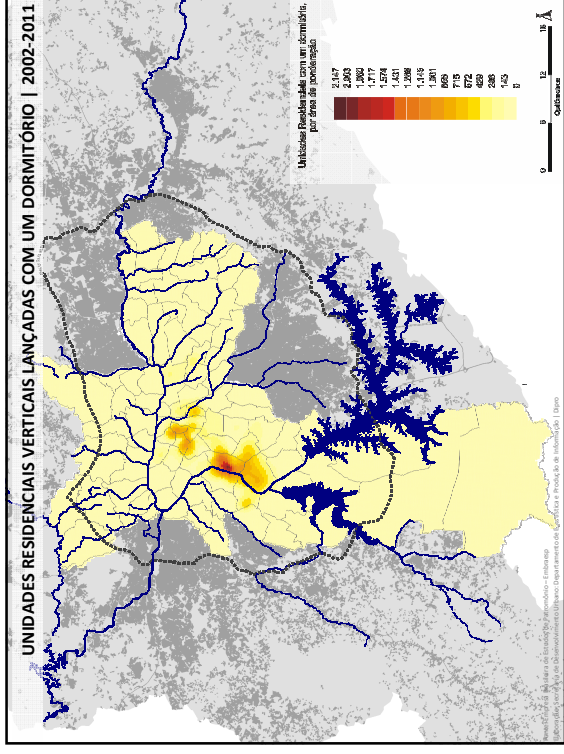
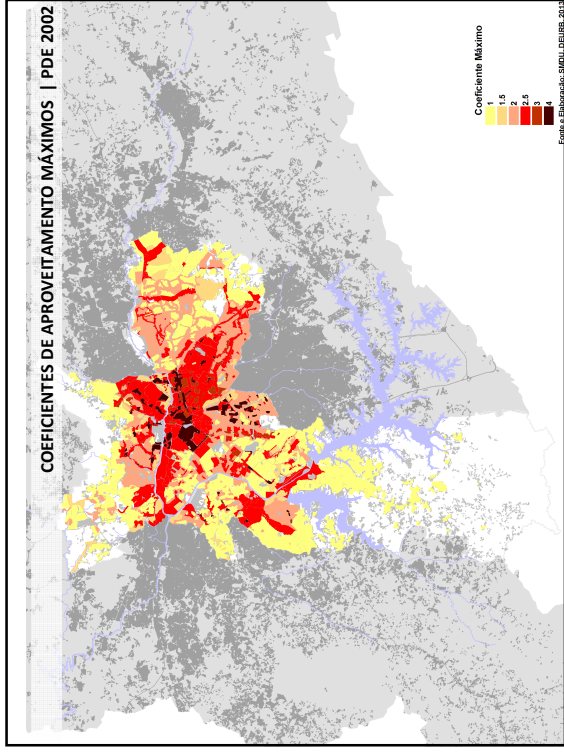


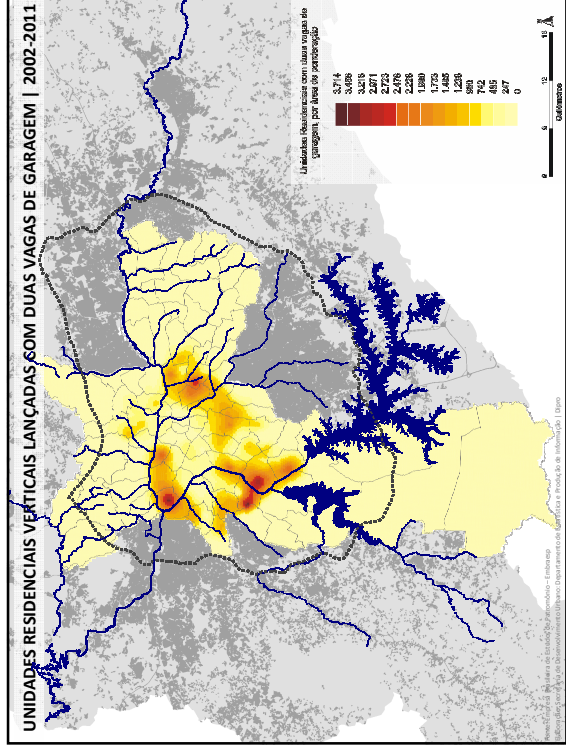
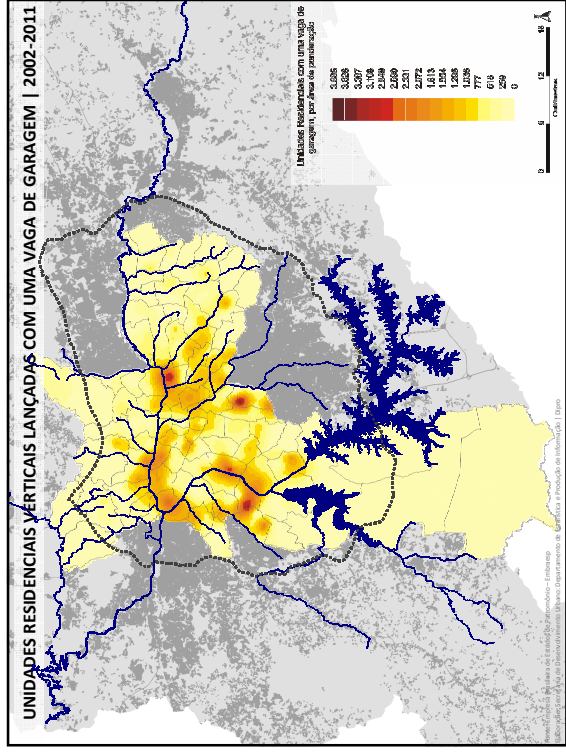
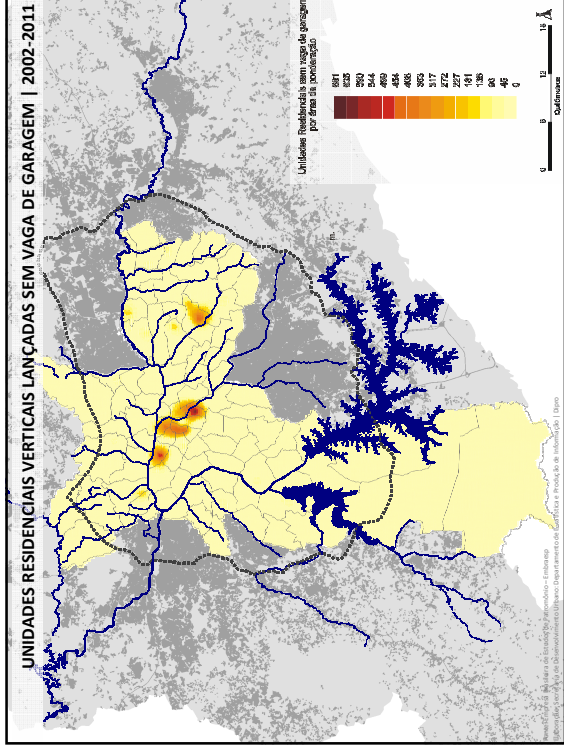
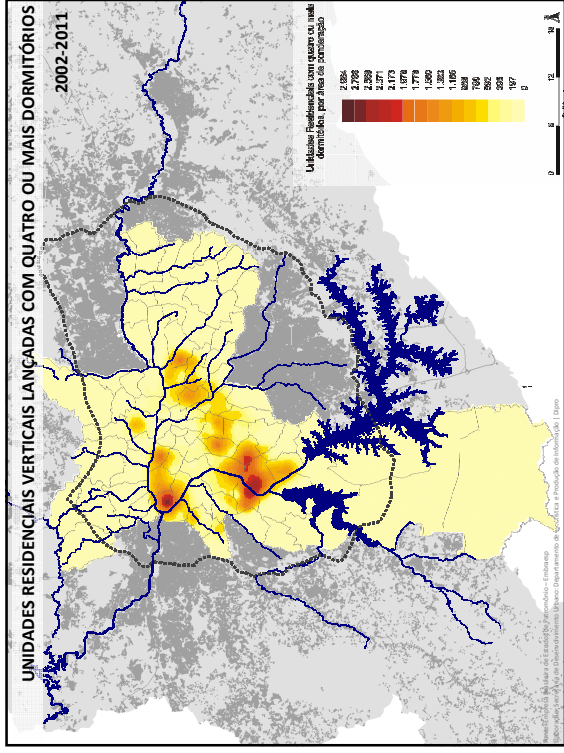


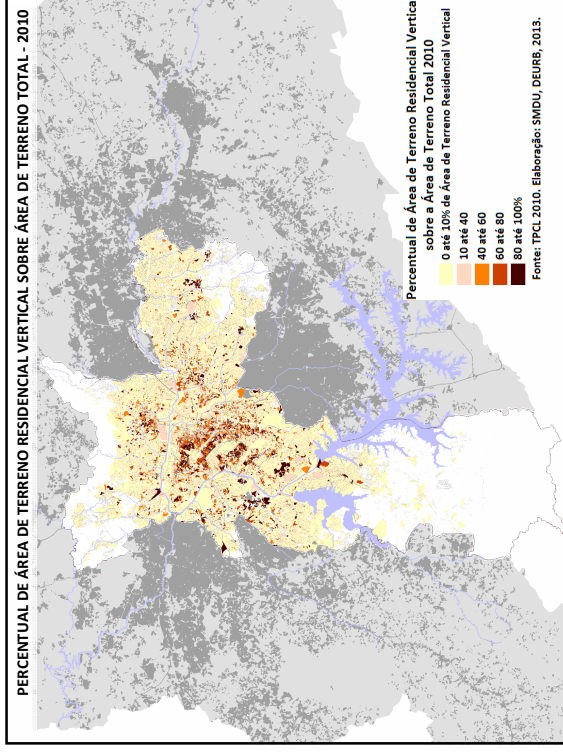
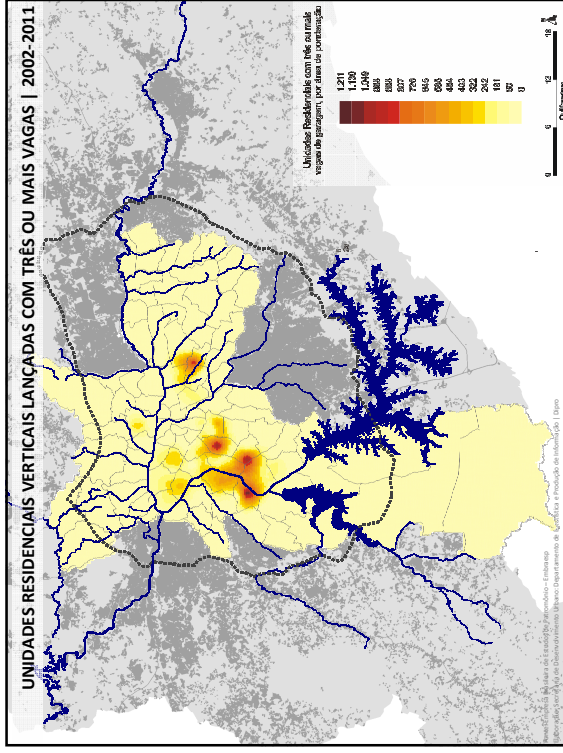


Planejamento da ocupação do solo









Considerações iniciais necessárias à análise (ponderações sobre período dos dados)

- Boa parte dos empreendimentos construídos no período 2002 a 2010 segue a legislação anterior;
- A Lei 13.885/2004 se reflete principalmente nos lançamentos imobiliários ocorridos a partir de 2007.



Padrão de Ocupação –2000-2010, Moema



ESPAÇO PÚBLICO

•O uso exclusivo residencial nos lotes, vertical ou horizontal, não gera relações entre o edifício e a via pública, além do próprio acesso ao lote.



OCUPAÇÃO

•A verticalização neste período mantém o padrão anterior, que consiste em reemplazar uma quantidade de imóveis necessários a produção de um ou no máximo dois edifícios isolados no lote;

•Esta forma de ocupação cria mais pontos de acesso da rua ao interior da quadra.

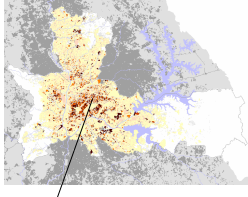
Padrão de Ocupação –2000-2010, Saúde



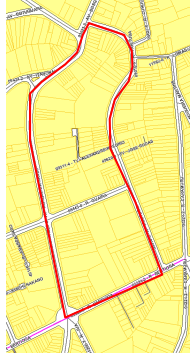
Foto aérea Google, 2004



Foto aérea Google, 2011



MDC, 2004



MDC, 2004

Padrão de Ocupação –2000-2010, Vila Andrade



ESPAÇO PÚBLICO

•A verticalização das edificações não implica necessariamente em qualificação ou deterioração do espaço público;

•A vida da rua depende muito mais da diversidade de usos e de seus horários de funcionamento do que da verticalização ou não do lote.



OCUPAÇÃO

•Em áreas de ocupação consolidada é mais difícil a aquisição de lotes que viabilize empreendimentos com grande área de terreno;

•Est e padrão de ocupação possibilita que a transformação da quadra ocorra ao longo do tempo;

•Possibilita ainda usos mistos, pois nem todos os lotes serão transformados, sendo que a existência prévia de usos não residenciais não impede a implantação do uso residencial vertical.

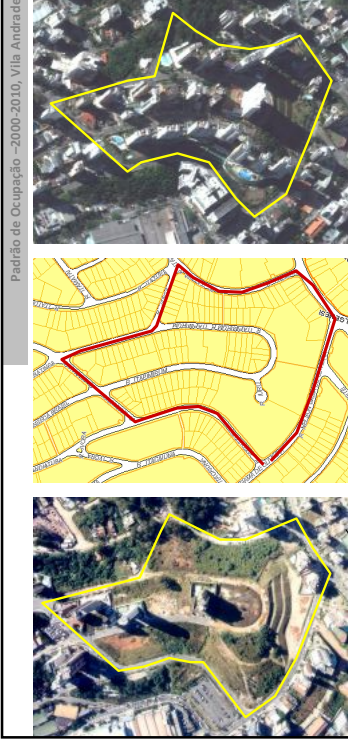
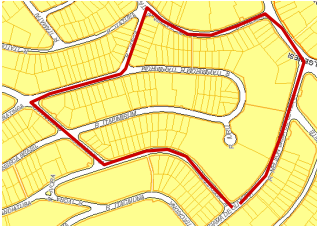


Foto aérea Google, 2011



MDC, 2004



Foto aérea Google, 2000

Padrão de Ocupação –2000-2010, Vila Andrade



Rua Nelson Gama de Oliveira



ESPAÇO PÚBLICO

O uso exclusivo residencial vertical nos lotes, associado as grandes dimensões dos mesmos, não estimula o surgimento de usos não residenciais em seu entorno.
 •Os recuos de frente, quando de uso público, são utilizados como estacionamento – provavelmente para visitantes.



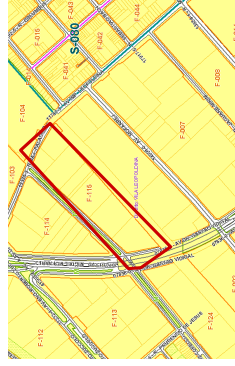
Ocupação

•Empreendimentos resultantes de empreendimentos e/ou grandes lotes propiciam a implantação de condomínios-clubes ou conjuntos de torres, sem a preocupação de relacionarem-se com o seu entorno.

Padrão de Ocupação –2000-2010, Vila Leopoldina



Foto aérea Google, 2004



MPC, 2004

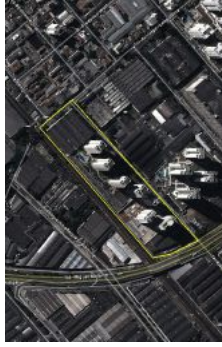
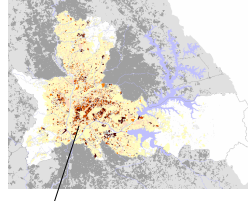


Foto aérea Google, 2011



Padrão de Ocupação –2000-2010, Vila Leopoldina



ESPAÇO PÚBLICO

•Parcelamento solo proveniente de antigas áreas industriais propiciam áreas com ruas mais largas, porém poucas vezes arborizadas.
 •O uso de espaço público das vias acaba sendo disputado por carros e caminhões de indústrias e garfins remanescentes.



Ocupação

•Lotes de grandes dimensões associados a mudanças de uso propiciam edifícios mais altos com pequena taxa de ocupação e grandes áreas livres no interior do lote.
 •Os usos não residenciais existentes no entorno destes empreendimentos, não atendem a demanda dos moradores da região, pois são mais ligados a carga, logística, mecânica, entre outros.

Padrão de Ocupação –2000-2010, Móbica



MPC, 2004

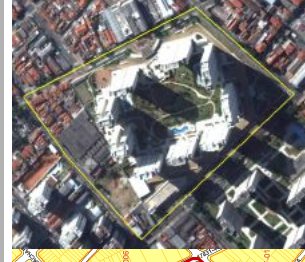


Foto aérea Google, 2011

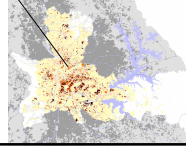


Foto aérea Google, 2002

Padrão de Ocupação – 2000-2010, Mbooca



ESPAÇO PÚBLICO

- Por falta de legislação específica que exija, estes empreendimentos não criam novos espaços públicos, nem propiciam melhoramento no viário, nem aumentam a capilaridade da quadra, resultando em lotes que não interagem adequadamente com o seu entorno.

OCUPAÇÃO

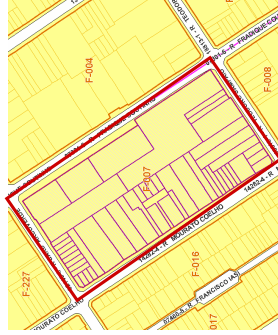
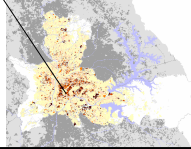
- Lotes de grandes dimensões associados a mudança de uso propiciam o surgimento de condomínios-clubes de grande porte.
- A verticalização nestes empreendimentos, tendem a materializar em edifícios mais altos com grandes áreas livres no interior do lote.
- Lotes que, por não serem parcelados quando da mudança de uso, reforçam o efeitto barreira da ocupação original.



Padrão de Ocupação - Pinheiros (Rua Fradique Coutinho)



Foto área Google, 2011

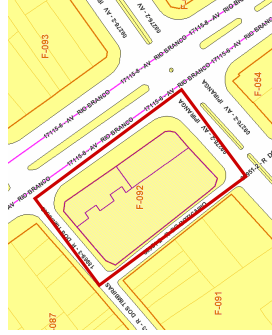
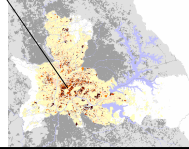


MDC, 2004

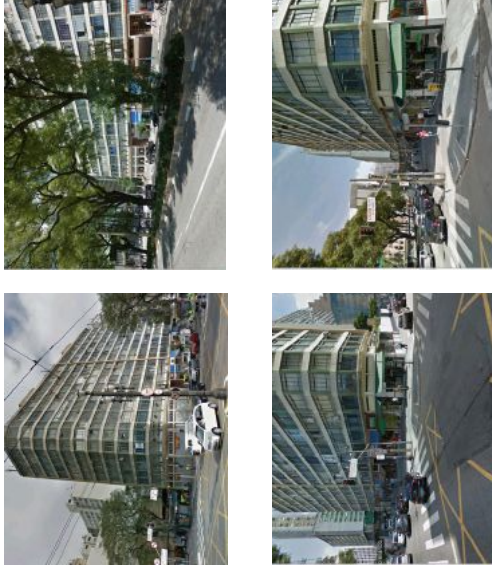
Padrão de Ocupação - Pinheiros (Rua Fradique Coutinho)



Padrão de Ocupação - Re publicita (Av. Rio Branco)



Padrão de Ocupação , República (Av. Rio Branco)



Padrão de Ocupação , República (Av. S. Luís)



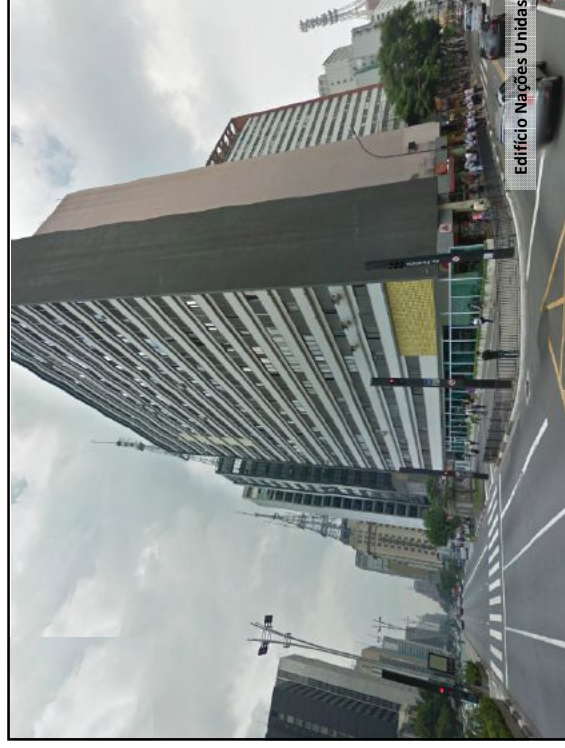
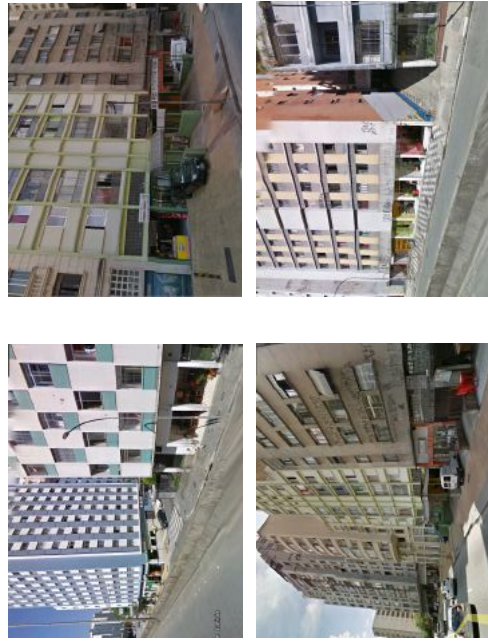
Padrão de Ocupação , República (Av. S. Luís)



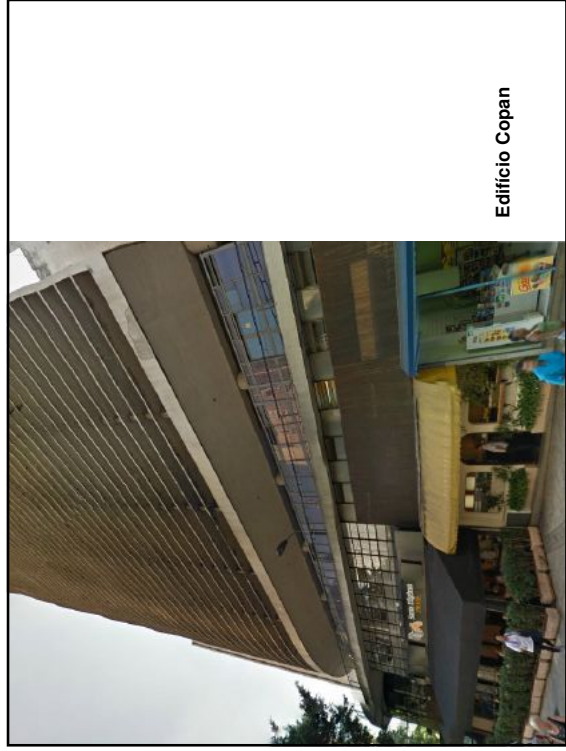
Padrão de Ocupação , Bela Vista (Av. 9 de Julho)



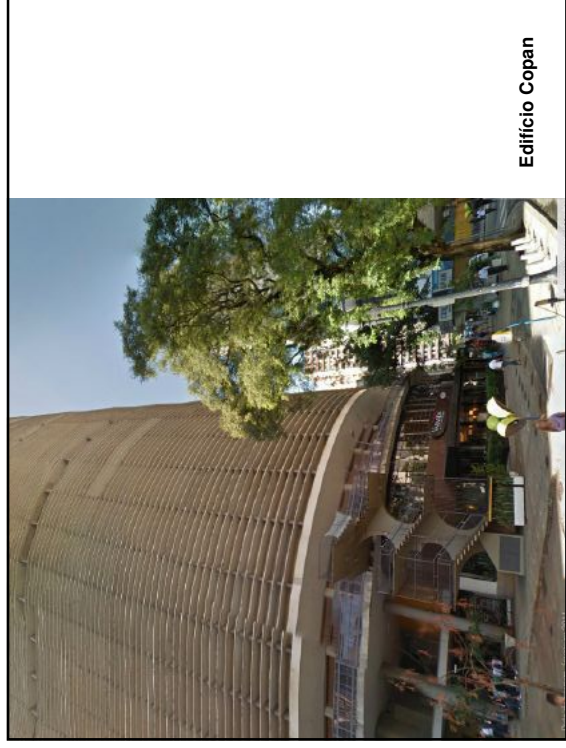
Padrão de Ocupação, Bela Vista (Av. 9 de Julho)



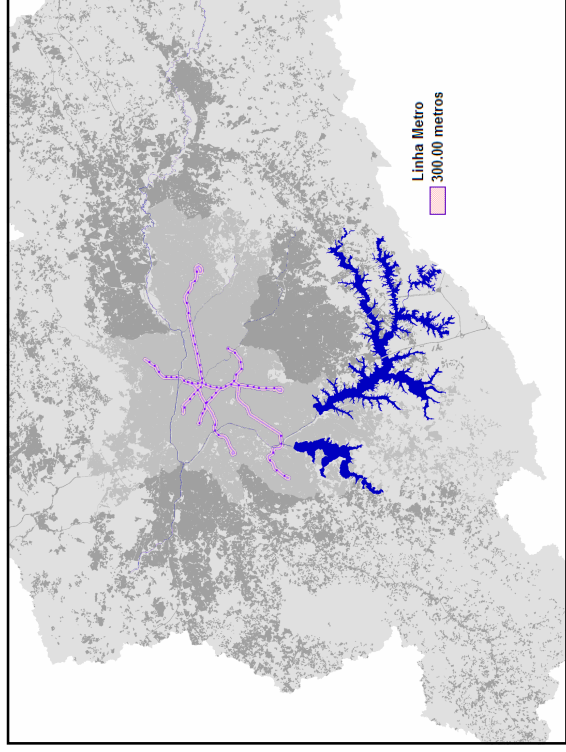
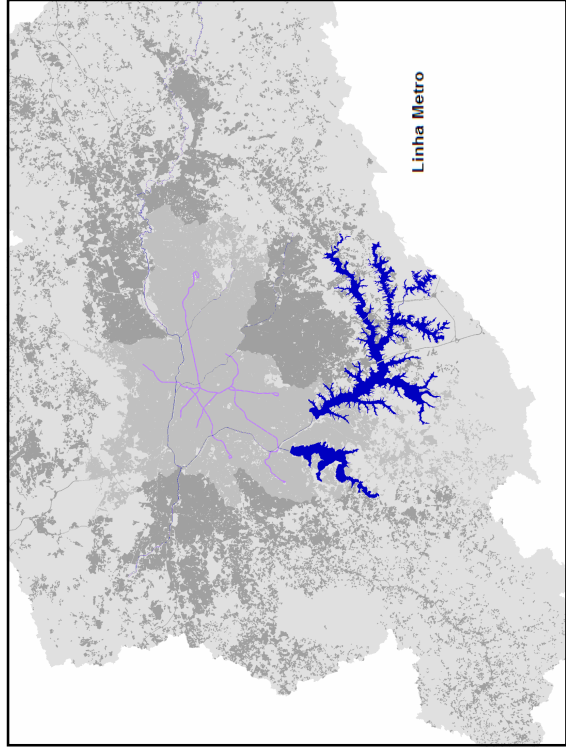
Edifício Nações Unidas

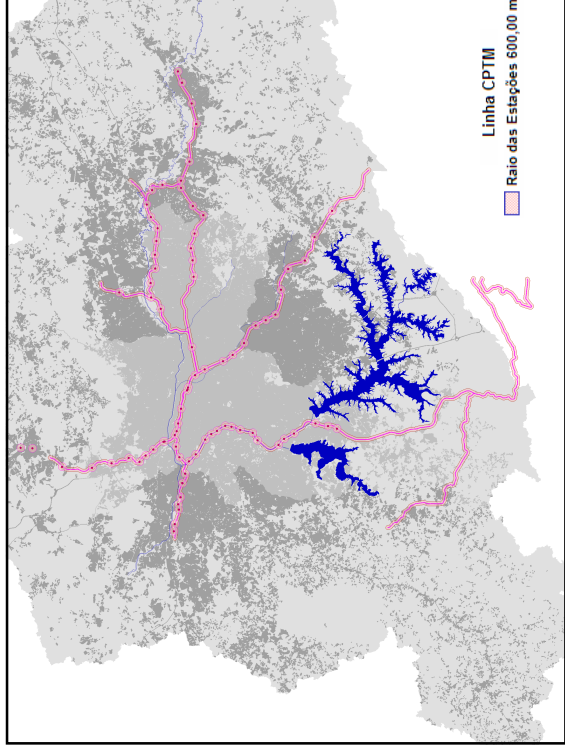
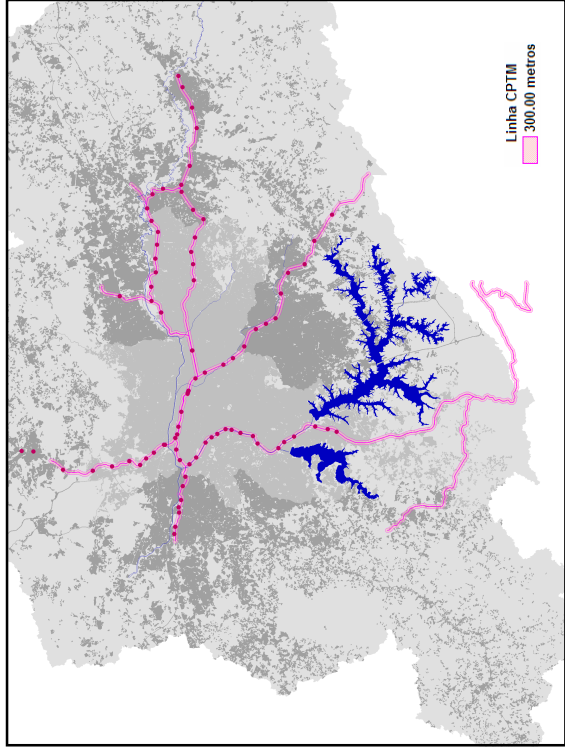
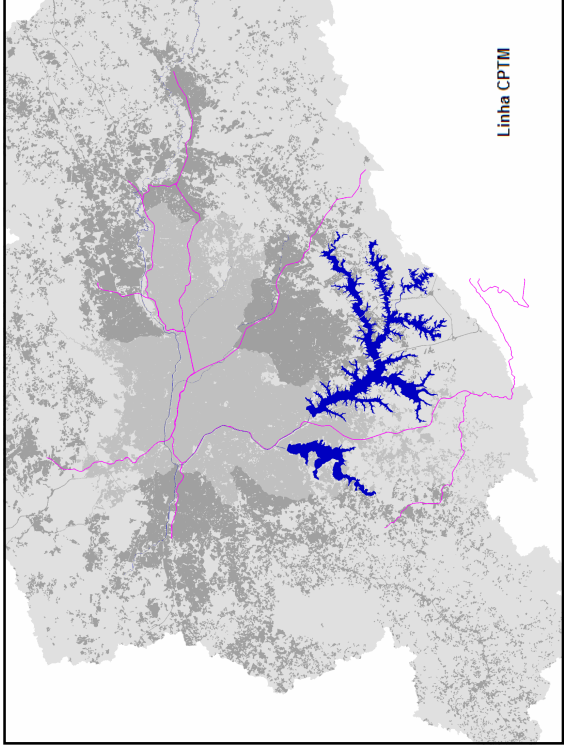
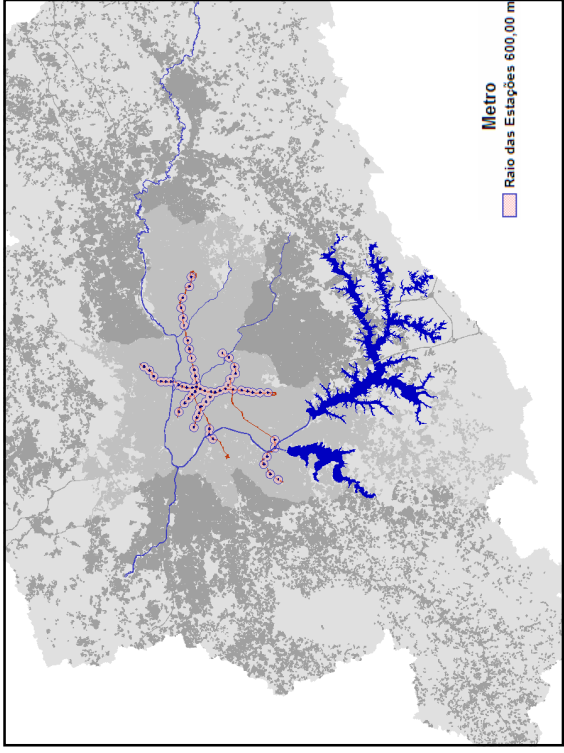


Edifício Copan



Edifício Copan





Uso do Solo

O **uso misto e diversificado** é realidade em grande parte do território do Município de São Paulo. Permanece a necessidade de planejar melhor a convivência entre moradias, comércio, serviços, instituições, entre outras atividades.

As **relações de vizinhança entre usos residenciais e não residenciais** através do controle de incomodidades precisa ser aprimorado.

Os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), Estudos e Relatórios de Impacto de Vizinhança (EIV-RIV) e a Lei dos Polos Geradores de Tráfego analisam e controlam impactos dos **grandes empreendimentos** a partir do caso a caso. Não dão conta de impactos acumulativos.

Ocupação do Solo

É importante definir novos tipos de ocupação dos espaços da cidade com os empreendimentos imobiliários de modo a gerar melhorias nos espaços públicos e na paisagem urbana.

É importante aumentar o aproveitamento de áreas ao dos eixos de corredores de ônibus, trens e metrô.

O Coeficientes de Aproveitamento Básicos precisam ser aprimorados.

Perguntas para o trabalho em grupo

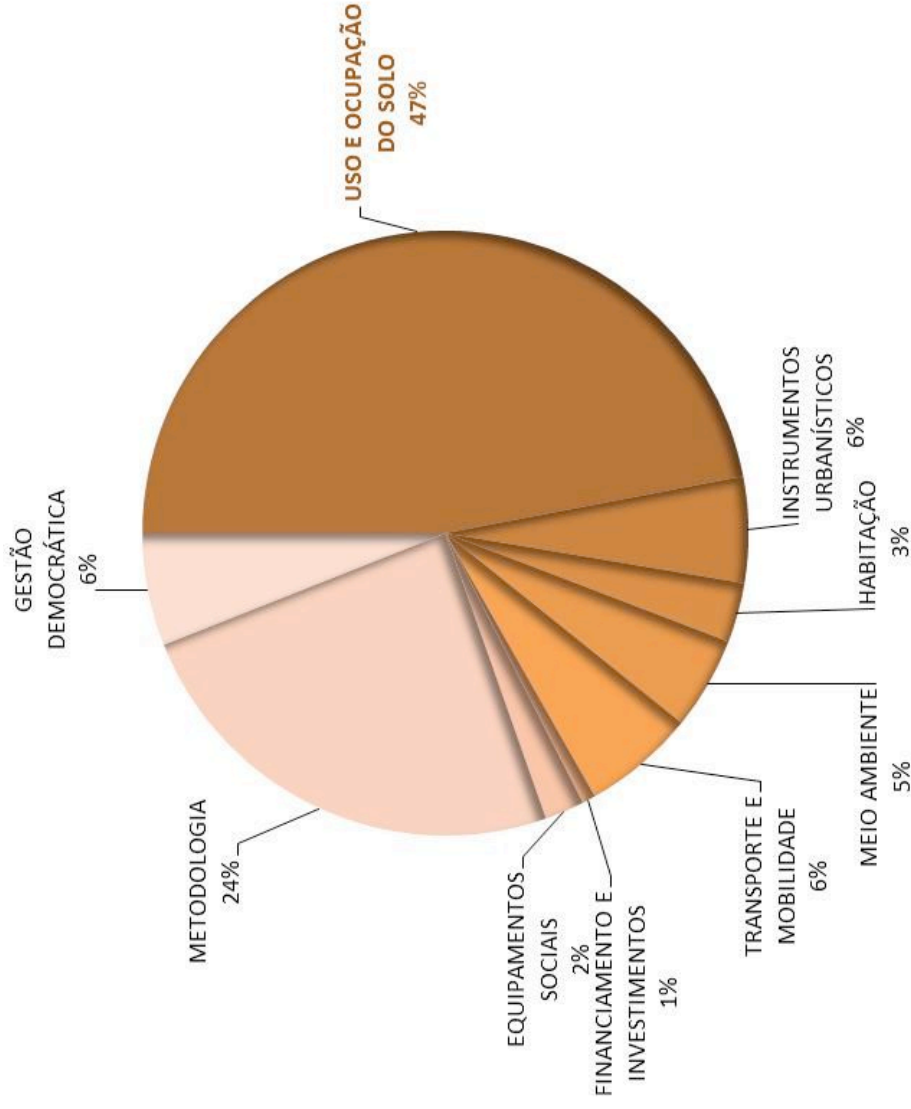
- Como organizar a mistura de usos e atividades na cidade?
- Como planejar os grandes empreendimentos de impacto?
- Como organizar o aumento de atividades, construções e moradores nos espaços da cidade?



REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – Lei 13.430/02

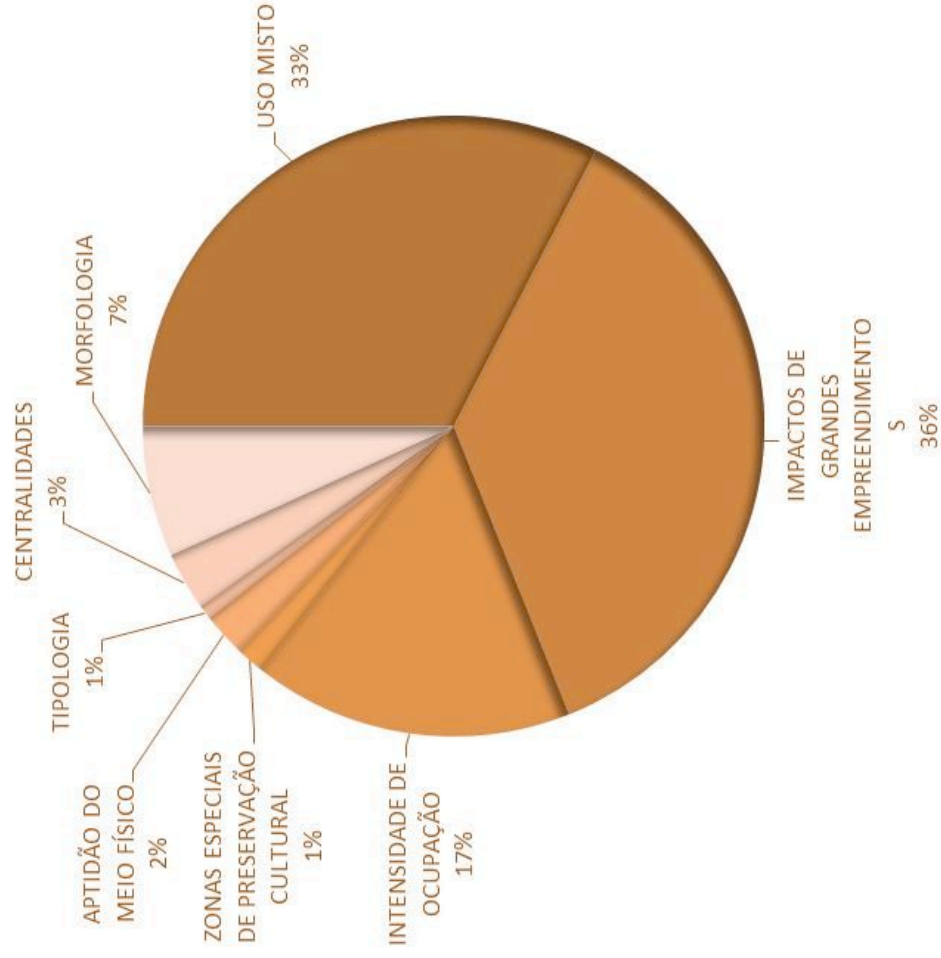
1ª FASE: AVALIAÇÃO TEMÁTICA SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A. TEMAS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES



CONTRIBUIÇÕES POR TEMAS	
Uso e ocupação do solo	133
Instrumentos urbanísticos	16
Habitação	9
Meio ambiente	14
Transporte e mobilidade	17
Financiamento e investimentos	2
Equipamentos sociais	6
Metodologia	69
Gestão democrática	17

B. SUBTEMAS



CONTRIBUIÇÕES POR SUBTEMAS

Uso misto	43
Impactos de grandes empreendimentos	48
Intensidade de ocupação	22
Zonas especiais de preservação cultural	2
Aptidão do meio físico	3
Tipologia	1
Centralidades	4
Morfologia	9
Total	132

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
ADRIANO BORGES	PLENÁRIA	VERTICALIZAÇÃO – LIMITE DE CA 1: INTENÇÃO DE COMBATER VERTICALIZAÇÃO PORÉM MODIFICADO PARA CA2 E GARAGEM NÃO COMPUTÁVEL. TERRENOS GRANDES (MUITAS VEZES REMEMBRADOS) CONSEGUEM CONSTRUIR. TERRENOS DE PEQUENO MÉDIO PORTE ESTÃO PREJUDICADA. ELAS ESTÃO SE TORNANDO ILEGAIS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
ALEXANDRE REPPLE	PLENÁRIA	MUDANÇA DE PARADIGMA: ESPAÇOS PÚBLICOS X ESPAÇOS PRIVADOS. COMO AVALIAR E PLANEJAR O PODER PRIVADO. PODEMOS DISCIPLINAR, MAS NÃO SABEMOS O QUE SERÁ REALIZADO NO ESPAÇO PRIVADO. BUSCAR MECANISMOS DE NÃO APENAS DISCIPLINAR, MAS TAMBÉM INCENTIVAR O QUE ESTAMOS BUSCANDO NA CIDADE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ANTONIO CUNHA	PLENÁRIA	PDE INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA BÁSICA. NECESSIDADE DE POLÍTICA URBANA QUE DETERMINA O PDE. REVISAR A LEI DE POLÍTICA URBANA BÁSICA E DEPOIS DEFINIR NA SEQÜÊNCIA AS LEIS QUE IRA VIABILIZAR O PDE DA CIDADE EM SEUS VÁRIOS NÍVEIS. DIFERENÇA ENTRE PRE E ZONEAMENTO. PRIMEIRO DEFINIR OS INSTRUMENTOS LEGAIS E DEPOIS O PDE. INSTRUMENTOS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE E ESCALA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ANTONIO CUNHA	PLENÁRIA	CRÍTICAS DA METODOLOGIA: NÃO DEVE SER EM DIA DE SEMANA. DEVE SER NOS FINAIS DE SEMANA PARA QUE TODOS POSSAM TER CONDIÇÕES DE PARTICIPAR DOS EVENTOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	REFORÇAR A METODOLOGIA E ESPAÇO DE DISCUSSÃO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	ACESSO A INFORMAÇÃO, COMO SE FARÁ? FACILIDADE DE COMPRENSÃO DE LINGUAGEM ACESSÍVEL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	EDUCAÇÃO POPULAR PARA TODOS POSSAM DISCUTIR O PDE. NÃO VAMOS CONSEGUIR MELHORAR SE FOR ASSUNTO DE POUCOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	CICLOVIAS: NÃO TEMOS MALHA CICLOVIARIA E UMA SOLUÇÃO DE BAIXO CUSTO ESTUDADOS POR GRUPOS ESPECIALIZADOS NO ASSUNTO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	GOVERNO ESTADUAL – MUNICIPAL: FALTA DE DIALOGO. O CIDADÃO NÃO E DO MUNICÍPIO NEM DO ESTADO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	INTEGRAÇÃO
DANIELA MATTA	PLENÁRIA	MOBILIÁRIO URBANO – LIXEIRAS E PONTO DE ÔNIBUS: MANUTENÇÃO E GESTÃO DO MOBILIÁRIO URBANO. DEVEMOS MANTER E NÃO CONSTRUIR TUDO NOVAMENTE.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	MOBILIÁRIO URBANO
FABIO ARAUJO PEREIRA	PLENÁRIA	PDE OS PERÍMETROS DE ZEIS SER AVALIADOS DE TEMPOS EM TEMPOS. FLEXIBILIDADE PARA INCLUSÃO E DELEÇÃO DOS PERÍMETROS DE ZEIS	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
FABIO ARAUJO PEREIRA	PLENÁRIA	CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ENTRE DIPLOMAS LEGAIS. HAVERÁ TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DAS LEIS EXISTENTES E OUTROS DIPLOMAS LEGAIS?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
FABIO ARAUJO PEREIRA	PLENÁRIA	NECESSIDADE DE LINGUAGEM MAIS ACESSÍVEL	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
FABIO ARAUJO PEREIRA	PLENÁRIA	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NA EDIFICAÇÃO NOVA. EX. IPTU MENOR PARA PRÉDIOS COM TETO VERDE. INCLUIR MÉTODOS E INSTRUMENTOS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
JOÃO CASSIANO	UNIVERSIDADE LIVRE DOS IDOSOS	LEGITIMAÇÃO DESTA AÇÃO NA CF88: ART. 182: O QUE É FUNÇÃO SOCIAL – ATENDIMENTOS DAS EXIGÊNCIAS DO PDE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
JOÃO CASSIANO	UNIVERSIDADE LIVRE DOS IDOSOS	EDIFÍCIOS ABANDONADOS ENTREM EM PROCESSO DE REDESENHO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL
JORGE RUBIES	PLENÁRIA	PDE BENEFICIOU OS EMPREENDIMENTOS, MEGA CONDOMÍNIOS, DEVASTANDO BAIROS E MEIO AMBIENTE	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
JORGE RUBIES	PLENÁRIA	COMISSÃO PARA AVALIAR PROJETOS ARQUITETÔNICOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
JUPIRA	PLENÁRIA	INSTRUMENTO OPERAÇÃO URBANA, COMO SE RELACIONA COM PDE? OU ÁGUA BRANCA: PL ENVIADO SEM RESPOSTAS ADEQUADAS AOS MOVIMENTOS DE MORADIA E REPRESENTANTES. COMO ESTE INSTRUMENTO / OU-ÁGUA BRANCA VAI SER DISCUTIDO NO PDE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LAERTE BRASIL	SUSTENTABILIDADE	HÁ 25 ANOS FOI APRESENTADO PROJETO DE MOBILIDADE, COM VÁRIOS KM DE TRANSPORTE SUBTERRÂNEO, COM GARAGEM SUBTERRÂNEA. NADA DISSO FOI FEITO, SE COMPARARMOS COM CIDADE DO MÉXICO, NÃO FIZEMOS NADA. A META HOJE É QUE ATÉ 2016 SEJAM CONSTRUÍDOS MAIS 60KM DE METRO (PARA TRABALHO, LAZER ETC). NA CHINA, CONSTRUIRAM MUITO MAIS EM MENOS TEMPO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
LOEB	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	QUEREMOS TER O DIREITO DE DEMOLIR IMÓVEIS ANTIGOS E CONSTRUIR NOVOS. ASSIM DAREMOS OPORTUNIDADE PARA ARQUITETOS, ETC. VÁRIOS ENDEREÇOS JÁ SÃO CORREDORES COMERCIAIS. O CUSTO DE REFORMAR É MAIS CARO QUE FAZER UM IMÓVEL NOVO E BONITO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
LOEB	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	SETOR COMERCIAL GERALMENTE ESTÁ NOS CORREDORES. TEMOS BOM CONVÍVIO COM A VIZINHANÇA, NÃO QUEREMOS VERTICALIZAÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	QUESTIONAMENTO EM RELAÇÃO A SEQÜÊNCIA DE REVISÃO: PDE, PRES, LUOS, E POR ÚLTIMO PLANOS DE BAIRRO. CABE AO PLANO DE BAIRRO (OU DISTRITO), DISCUTIR ONDE PODE VERTICALIZAR, ETC.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	DA MESMA FORMA QUE O MERCADO QUER UMA SEGURANÇA JURÍDICA, A POPULAÇÃO TAMBÉM QUER.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	SEGURANÇA JURÍDICA
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO PODE-SE EXIGIR QUE SÓ SE USE CA=1. FOI PERMITIDO PELA REGRA DE TRANSIÇÃO DO PDE O ENORME PRESENTE DO CA=2. TEMOS QUE TER UMA REGRA DE TRANSIÇÃO AGORA ATÉ QUE SE FAÇAM OS PLANOS DE BAIROS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	DESENHO – “PRIMEIRO, PROJETO E DEPOIS ESCREVO O PROJETO” . PROJETOS ESCRITOS E NÃO DESENHADO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	CONTROLE DO USO DO AUTOMÓVEL	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	PLANEJAR A PARTICIPAÇÃO NO USO DO BAIRRO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
ANGELA PILOTTO	MINISTÉRIO PÚBLICO	SERIA IMPORTANTE APRESENTAR (DENTRO DA METODOLOGIA DE REVISÃO DO PLANO) A ESTRUTURA DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS/ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO E OS ESPAÇOS/INSTÂNCIAS DE TOMADA DE DECISÃO (MOMENTOS E INSTÂNCIAS DELIBERATIVOS X MOMENTOS/INSTÂNCIAS NÃO DELIBERATIVOS).	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
ANTONIO GOMES DOS SANTOS	FICHA	INCORPORAR A EDUCAÇÃO O ENTENDIMENTO DO PDE EM TODOS OS GRAUS ESCOLARES E A OBRIGATORIEDADE A TODOS OS COLABORADORES DO PODER PÚBLICO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	criação de ciclovia partindo do zoológico até museu do Ipiranga vindo pela av. Ricardo Jafet.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	CICLOVIA NA AV. PRESIDENTE WILSON QUE LIGA SÃO CAETANO DO SUL ATÉ O BAIRRO DO BRÁS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	CICLOVIA NA AV. ANHAIA MELLO PARTINDO AO LONGO DE SÃO MATEUS A ESTAÇÕES DA CPTM - IPIRANGA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	criação de bicicletário junto as estações da CPTM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	REVISÃO DA REDE VIÁRIA, MOBILIDADE URBANA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, LAZER E AERAÇÃO URBANA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
AUREA APARECIDA COLAÇO	FICHA	AMPLIAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DOS PARQUES (INCLUINDO IBIRAPUERA)	MEIO AMBIENTE	PARQUES
AUREA APARECIDA COLAÇO	FICHA	AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DESTINADOS À OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA) COM A DIMINUIÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO, COEFICIENTES CONSTRUTIVO E GABARITO, BEM COMO ÁREA ENVOLTÓRIA.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
AUREA APARECIDA COLAÇO	FICHA	UTILIZAR COEFICIENTE 1 (UMA VEZ A ÁREA DO TERRENO), GABARITO DE 10 METROS E PRESERVAÇÃO DA ÁREA ENVOLTÓRIA DE 200 METROS NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA)	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
CRISTINA H. Y. LEITE ARAUJO	FICHA	A PREFEITURA DEVE FAZER UM LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS E COBRAR UM IPTU ALTO AOS PROPRIETÁRIOS QUE NÃO FAZEM NADA NO IMÓVEL (OU SEJA, SÓ DEIXAM PARA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA).	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
CRISTINA H. Y. LEITE ARAUJO	FICHA	INCENTIVAR A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES ATRAVÉS DE IMPOSTO MAIS BAIXO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
DEISE TOMOCO ODA	SEHAB	O PLANO DIRETOR NA QUESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO TEM QUE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O IMPACTO DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS QUE ESTÃO REGULADOS COMO CATEGORIA DE USO R2V. A LEI ATUAL É UMA RELEITURA DA LEI DE 1972 (LEI 7802?) ADAPTADA AO DESEJO DO MERCADO IMOBILIÁRIO EM ATENDER A UM SEGMENTO. CONTRADIZ A INTENÇÃO DO PDE QUE PRECONIZA UMA CIDADE COM USO MISTO PREDOMINANTE NA MAIOR PARTE DE SEU TERRITÓRIO. PARTICIPEI DE DISCUSSÕES CUJO OBJETIVO ERA LIMITAR A ÁREA DO EMPREENDIMENTO, QUE NÃO FRUTIFICARAM. ATUALMENTE PARECE QUE O LIMITE É 40.000M ² DE ÁREA. OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS DE LUXO FORMAM ENCLAVES NA ÁREA URBANA E NÃO CONTRIBUEM NADA PARA A CIDADE, A NÃO SER COM MAIS TRÂNSITO NA RUA ONDE SE IMPLANTA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
DEISE TOMOCO ODA	SEHAB	AS ÁREAS VERDES E INSTITUCIONAIS DOS CONDOMÍNIOS PREVISTOS NO DECRETO QUE REGULA A CATEGORIA DE USO SÃO ÁREAS PARTICULARES QUE NÃO SÃO REVERTIDAS PARA USO PÚBLICO COMO SERIA SE HOUVESSE O PARCELAMENTO DO SOLO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
DEISE TOMOCO ODA	SEHAB	A LEGISLAÇÃO DEVERIA MODIFICAR AS CARACTERÍSTICAS DA CATEGORIA DE USO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS :	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
EDGAR DIAS	FICHA	1) LIMITANDO A ÁREA DO TERRENO PARA 15000M ² NO MÁXIMO, COMO É O CASO DA CATEGORIA VILA. 2) DESTINAR PARTE DAS ÁREAS RESERVADAS PARA USO INSTITUCIONAL, COMUNITÁRIO OU ÁREA VERDE PARA USO PÚBLICO COM ACESSO PÚBLICO. AS ÁREAS DE ZEIS 3 E 4 DEVEM SER DESAPROPRIADAS PELA PMSP E LICITADAS PARA INICIATIVA PRIVADA COM TETO DE PREÇOS FIXOS, GANHANDO A PROPOSTA COM MAIOR DESCONTO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
EDISON BORGES LOPES	ASBEA	QUE ESTA REVISÃO CONTEMPLE OS "PENDURICALHOS" COMO LEI DE TEATRO/CINEMA/HOTÉIS/VILAS ETC CONDENSANDO OS DESEJOS DE USO EM UM ÚNICO DOCUMENTO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
ELZA APARECIDA GONÇALVES DOS SANTOS	FICHA	EFETUAR TRABALHO COM OS SENHORES DA REGIÃO, LEVANDO CULTURA CONHECIMENTOS SOBRE A CIDADE, USANDO UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA, ONDE ELES PODEM USAR TAMBEM SUA SABEDORIA DE VIDA, COM APRESENTAÇÕES, IDEIAS, PEQUENOS PASSEIOS NA CIDADE, SEMINARIOS DE VIVÊNCIA E LUTA, AJUDAR A COMUNIDADE JUNTO COM ESCOLAS. E PASSAR AOS JOVENS QUE VALE A PENA ENVELHECER NA CIDADE, QUE AMAMOS. CRIAR PRAÇAS COM JOGOS ONDE ELES PODEM ENSINAR MUITOS MORADORES, POIS SENTEM FALTA DISSO. TER TAMBEM APARELHOS DE GINÁTICA, SER REALIZADO ENCONTROS SEMESTRAIS E CAMPANHAS D AJUDA E AUTOAJUDA.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
ELZA APARECIDA GONÇALVES DOS SANTOS	FICHA	COMO AJUDAR E COMO CUIDAR? COM UNIÃO, FORÇA E FÉ. COM AJUDA DAS SUBPREFEITURAS. MINHA CONTRIBUIÇÃO É LUTAR PORQUE QUANDO ASSISTIMOS NOSSOS JOVENS SE DISTANCIARES CADA VEZ MAIS DA MUSICALIDADE REAL, ONDE SEU CONCEITO DE FAMÍLIA, DE VIDA A DOIS TOTALMENTE TRANSTORNADOS PELA MÍDIA, SEM TRANSTORNOS. E PEÇO ASSIM UMA CENTRALIZAÇÃO DE FORÇAS PARA JUNTOS LEVAR NOSSOS ESPAÇOS PARA OS JOVENS SE ENCONTRAREM COM MÚSICA SIM DE QUALIDADE E COM FAMILIAS E TODOS JUNTOS NUMA UNIÃO DE ALEGRIA DE ESTAR NA RUA EM CONFRATERNIZAÇÃO CONSTANTE. PODEMOS E SABEMOS FAZER É SÓ UNIRMOS MAIS!	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
FRANCISCO BARROS	FICHA	<p>IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO - SUA APLICAÇÃO DEVE SER SUSCETÍVEL À TODA A CIDADE - A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE SE DÁ EM TODO O TERRITÓRIO - NÃO APENAS NAS ÁREAS DE ZEIS.</p> <p>IPTU PROGRESSIVO ESPAÇO - CRIAR MAIS FAIXAS DE ALÍQUOTAS, COM MAIOR DIFERENCIAÇÃO DOS VALORES A SEREM COBRADOS SEGUNDO O VALOR DE CADA IMÓVEL. OU SEJA, COBRAR DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS CAROS O FINANCIAMENTO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE TODA CIDADE.</p> <p>IPTU PROGRESSIVO ESPAÇO - TRATAR, TANTO COM O CPF OU CNPJ A CONSIDERAÇÃO SOBRE A TAXA: UM PROPRIETÁRIO DE MUITOS IMÓVEIS DEVE SER OLHADO COMO UM TODO.</p> <p>CRUZAR AS INFORMAÇÕES DE PROPRIEDADE.</p> <p>FOI DIVULGADO AO GRANDE PÚBLICO O HORÁRIO DE INÍCIO AS 8H00 E COMEÇOU APENAS 2 HORAS DEPOIS, ISSO É DESRESPEITO PRIMODIAL AO CIDADÃO!! INADMISSÍVEL!!</p> <p>A PROIBIÇÃO DE ENTRADA DE CRIANÇAS É UM CRIME QUE PROÍBE A PARTICIPAÇÃO DE SEUS PAIS E MÃES, ISSO É OUTRO ABSURDO TOTAL, TAMBÉM INADMISSÍVEL!!</p>	<p>INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS</p>	<p>PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO</p>
FRANCISCO T. BARROS	FICHA		METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
GIAN HILLER PISANO	FICHA	LEVANDO OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS PARA OS EXTREMOS DA CIDADE JUNTO COM INCENTIVOS PARA EMPRESAS DE MÉDIO/GRANDE PORTE (QUE EMPREGAM MUITOS FUNCIONÁRIOS) DIMINUIRIA O TRÂNSITO NA CAPITAL E A DISPARIDADE DE DINHEIRO PER CAPITA REGIONAL.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GILBERTO ROSSI	PREFEITURA	MODIFICAÇÃO DA LEI DE ZONEAMENTO OBSERVANDO CARACTERÍSTICAS REGIONAIS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GILBERTO ROSSI	PREFEITURA	DESESTÍMULO AO SOLO CRIADO ESTÁ INVIABILIZANDO A MORADIA NOS BAIRROS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
GILBERTO ROSSI	PREFEITURA	criação de novos terminais de carga (melhorar a logística dos transportes e de caminhões).	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CARGAS E LOGÍSTICA
JORGE MACEDO DOS SANTOS	FICHA	PARA CUMPRIR EFETIVAMENTE O NOVO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE SÃO PAULO SERÁ NECESSÁRIO ANTES DE TUDO REVER PROCEDIMENTOS NAS SUBPREFEITURAS QUANTO À ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE FISCALIZAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NAS SUBPREFEITURAS QUE FAZEM DIVISAS COM OUTROS MUNICÍPIOS. É HUMANAMENTE IMPOSSÍVEL HOJE COM O QUADRO DE FISCALIZAÇÃO EXISTENTE NAS SUBPREFEITURAS FISCALIZAR TUDO. É NECESSÁRIO URGENTEMENTE AMPLIAR O QUADRO DE FISCALIZAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
JOSÉ N. BARROS DE ARAUJO	ASSESSOR DO JOSÉ AMÉRICO	PARA QUE SEJAM FEITOS SHOPPINGS NAS REGIÕES VOLTADAS AOS "CAMELÓS" NA CIDADE DE SÃO PAULO. QUE SEJA RESPEITADA A DIGNIDADE HUMANA DE TODOS OS AMBULANTES DE SÃO PAULO. QUE SEJA FEITA A REGULAMENTAÇÃO DE TODOS OS COMERCIANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO E TODOS OS COMERCIANTES DO JABAQUARA. A CIDADE DE SÃO PAULO TEM QUE AMBIENTAR NOSSO CENTRO EXPANDIDO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	REGULARIZAÇÃO
KLEBER DANGELO	FICHA	REDEFINIÇÃO LOCAL NOS BAIRROS É NECESSÁRIO UM NOVO ESTUDO DE TRÂNSITO REGIONAL, EXPLORAÇÃO DE RUAS DE BAIRROS SEM MÃO DUPLA/MÃO ÚNICA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
KLEBER DANGELO	FICHA	REGIÃO DE SANTANA, CICLOVIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
LUCIA MARTINS CAMPOS	FICHA	NO BUTANTÁ, PELA SIMPLIFICAÇÃO E FALTA DE PARTICIPAÇÃO DE PROJETO URBANO PROPOSTO NA OPERAÇÃO URBANA VILA SÔNIA, DESCONSIDERANDO INÚMEROS ASPECTOS DO PLANEJAMENTO, TIROU O FOCO DA NECESSIDADE DE SERES DISCUTIDAS PARTICIPATIVAMENTE TAMBÉM AS PROPOSTAS DE "INTERVENÇÕES URBANAS" PRESENTES AO ZNEAMENTO DE 2004, E NUNCA FORAM COLOCADOS NAS PAUTAS DE DISCUSSÃO.	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
LUCIA MARTINS CAMPOS	FICHA	A REGIÃO DO BONFIGLIOLI TEM UM PERÍMETRO QUE EDIFÍCIOS COMEÇARAM A PIPOCAR NA AV. EIRAS GARCIA CUJA CALHA NÃO COMPORTA O FLUXO DE TRÁFEGO NESTE TRECHO JÁ HOJE, E NÃO HÁ FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE ISSO. POR ISSO AS ESTRUTURAS (PESSOAL, EQUIPAMENTOS, DESENHO INSTITUCIONAL) DO SETOR DE PLANEJAMENTO DAS SUBPREFEITURAS TEM QUE SER COMPLETAMENTE IMPLEMENTADAS, PARA APOIAR A PARTICIPAÇÃO, MEDIAR E DAR SUBSÍDIO TÉCNICO PARA SEREM CONSTRUÍDOS OS PROJETOS URBANOS DESSAS INTERVENÇÕES PRESENTES NO PRE	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
MARIZA DUTRA ALVES	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA	QUE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO NAS SUBPREFEITURAS SEJAM AGENDADAS AOS SÁBADOS, PARA QUE A POPULAÇÃO QUE ESTUDA À NOITE POSSAM PARTICIPAR E PRINCIPALMENTE CONTRIBUIR, OU SEJA, TRAZER SUAS CONTRIBUIÇÕES DA HABITAÇÃO!!! E QUE CONVIDASSE OUTROS SEGMENTOS, PRINCIPALMENTE TRANSPORTE PÚBLICO!!! E EDUCAÇÃO!!!	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MICHEL STEINECKE	FICHA	APESAR DA EVOLUÇÃO DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO PROMOVIDO PELA FUSÃO DO ACESSO A INTERNET, OS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA COM SEUS REPRESENTANTES ESTÃO ESTAGNADOS, AO MESMO TEMPO, VÁRIAS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL SURGEM PARA COBRIR ESSAS DEMANDAS, COMO O EXEMPLO DA "CIDADE DEMOCRÁTICA", WEBSITE DA INTERNET. POR QUE NÃO UTILIZOU ESSES MECANISMOS PARA APRIMORAR A GESTÃO PARTICIPATIVA PÚBLICA?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
PAULA FREIRE SANTORO	FICHA	QUERIA UM ESCLARECIMENTO SOBRE QUANDO/COMO VÃO APRESENTAR A AVALIAÇÃO DO PDE. AS ZEIS FUNCIONARAM? ZEPAMS? ZEPAGS? AIUS? OPERAÇÕES URBANAS? HÁ PROBLEMAS/ASPECTOS POSITIVOS NESTES INSTRUMENTOS DA FORMA COMO ESTÃO DESCRITOS NO PDE?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
PEDRO EUGÊNIO LEITE ARAUJO	FICHA	MOREI NO JAPÃO POR TRÊS ANOS E MEIO E PUDE CONHECER UM PROJETO INTERESSANTE DE MORADIA. AS PREFEITURAS E TAMBÉM O ESTADO CONSTROEM PRÉDIOS E DISPONIBILIZAM PARA OS INTERESSADOS ATRAVÉS DE UM ALUGUEL QUE É PROPORCIONAL AO SALÁRIO QUE OS MORADORES DE CADA UNIDADE RECEBEM. QUANDO HÁ NECESSIDADE DE SORTEIO PARA O ACESSO A ALGUMA UNIDADE, OS INTERESSADOS QUE TÊM MAIS FILHOS OU FILHOS PEQUENOS RECEBEM MAIS BOLINHAS PARA CONCORREREM. É UM SISTEMA SOLIDÁRIO E EFICIENTE. O PLANO "DIRETOR E DO MUNICÍPIO! MAS TUDO E SO "CIDADE" PARECE QUE O ESTATUTO DA CIDADE EXTINGUIU O ESTATUTO DA TERRA. QUALQUER PROPRIEDADE RURAL SEM ATIVIDADE AGRÍCOLA NÃO É "ESPECULATIVA" ESTÁ SE VALENDO DO "POUSIO". NO MÍNIMO A VEGETAÇÃO PRODUZ ÁGUA. A SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS (INCLUSO O DISTRITO DE MARSILAC) NÃO É URBANO. É UMA IMENSA ÁREA RURAL COM INCRA QUE CONTÉM NÚCLEOS URBANOS LEGAIS E CLANDESTINOS. DEVERIA MANTER SUA CARACTERÍSTICA RURAL. PROPOSTA: INCLUIR O TERMO RURAL:	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	"A9-1ª ESTA LEI INSTITUI O PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO" OBTIVAMENTE DAÍ PRA FRENTE DEIXAR CLARO AS DIFERENÇAS DE TRATAMENTO DO URBANO E DO RURAL A ÁREA DE MANANCIAIS GUARAPIRANGA E BILLINGS NÃO DEVERIA SER UMA NOVA ÁREA DE DORMITÓRIO SEM EMPREGOS, SEM TRANSPORTE, SEM ASSISTÊNCIA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO ETC...; O MUNICÍPIO NÃO DEVERIA PERMITIR ESSA DESTRUÇÃO DE CERCA DE 30% DO TERRITÓRIO TOTAL (SUBPREFEITURAS DE SOCORRO/PARELHEIROS).	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA		USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	O DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES, LOTEAMENTOS CLANDESTINOS QUE ESTEJAM COMEÇANDO DERRUBADA DE VEGETAÇÃO COIBIDA COM RIGOR.	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	DEVERIA INCENTIVAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA SEM AGROTÓXICO OU SEJA, ORGÂNICA; INSTITUIR O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PRODUÇÃO DE ÁGUA)	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	ESTAS SUPREFEITURAS COM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DEVERIAM ORÇAMENTARIAMENTE SER MULTIPLICADAS POR 10; DAR ESTRUTURA DE FUNCIONÁRIOS/INSTALAÇÃO/EQUIPAMENTOS	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DEVERIA SE SUBORDINAR AO PLANO DIRETOR. HOJE SEC. DE FINANÇAS PODE LANÇAR UM IPTU SE O LOCAL TIVER GUJIAS (SARIETAS OU ESCOLA A 3KM/OU ILUMINAÇÃO PÚBLICA/OU ÁGUA ENCANADA ETC); ISSO É UM ABSURDO LOCAL DESDE QUE A LÓGICA URBANO+RURAL EXISTA E SEJA DEFENDIDA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	TRANSFORMAR O ESGOTO EM "ÁGUA POTÁVEL"!	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
PIERRE LOEB	FICHA	SUGERIR QUE IMOVEIS EM ZCLZ POSSAM SER RECONSTRUIDOS E NAO SOMENTE REFORMADOS EM ATÉ UMA VEZ (1X) A ÁREA DOS RESPECTIVOS TERRENOS. RETIRAR ZLCZ SOBRE AVENIDAS VIAS ESTRUTURAIIS, HOUVE MISTURAS ZM1 COM LARGAS AVENIDAS E ZCLZ BENEFÍCIOS: NÃO CAUSA VERTICALIZAÇÃO EMPREGOS DESDE PROJETOS OBRAS E ATIVIDADES MELHOR ASPECTO VISUAL DE VIAS E BAIROS CONSTRUÇÕES BAIXAS, BONITAS E MODERNAS INTERESSE EM IMÓVEIS HOJE FECHADOS	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
PIERRE LOEB	FICHA	REVER USOS E QUADRO DE ATIVIDADES AUMENTAR USOS QUE NÃO CAUSEM INCÔMODOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
RAIMUNDA MONTEIRO DE SOUZA	FICHA	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MORADIA OU DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM SOLO CONTAMINADO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
RAIMUNDA MONTEIRO DE SOUZA	FICHA	INCORPORAR EM DIRETRIZ NO PLANO PARA GARANTIR A INTERSETORIALIDADE. COMO EXEMPLO, DISCUTIR A SAÚDE JUNTAMENTE COM HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E EDUCAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
RAIMUNDA MONTEIRO DE SOUZA	FICHA	FORMAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO FORMADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA DISCUSSÃO DOS LICENCIAMENTOS PARA OBRAS. UM EXEMPLO É A USP LESTE, CONSTRUÍDA NO SOLO CONTAMINADO PELA KEROLUAE. COMO EXEMPLO DE LOCAL DA POPULAÇÃO EM RISCO TEMOS NA ZONA NORTE O CONDOMÍNIO NOSSA SENHORA DA PENHA QUE PODE EXPLODIR A QUALQUER MOMENTO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ROSELI DE OLIVEIRA BONFIM DOS SANTOS	PARADA DE TAIPAS	JÁ TEMOS NOSSA MORADIA, O QUE PRECISAMOS É DA REGULARIZAÇÃO DOS TERRENOS, NO RESOLO O QUE NOS INFORMARAM É QUE EXISTE POSSIBILIDADE PARA REGULARIZAR, ESTAMOS MORANDO NO BAIRRO DESDE 1995 E EM 2008 CHEGARAM INTIMAÇÕES DA SUBPREFEITURA E EM 2011 CHEGARAM AS INTOMAÇÕES PARA REMOÇÃO E DEMOLIÇÕES DAS MORADIAS. OBS: ESTRADA JOSÉ LOPES O LADO ESQUERDO DA RUA, TODAS AS CASAS NOTIFICADAS PARA DEMOLIÇÃO E LADO DIREITO DA RUA NÃO ESTÃO NOTIFICADAS. ESTAMOS DESESPERADOS E DE MÃOS ATADAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
SILVIO DE SOUZA	FICHA	A CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS DEVE SER "LIBERADA". EXPLICO O MOTIVO DA SEGUINTE MANEIRA: EM UM TERRENO QUE SE PERMTE A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO DE 15 ANDARES COM 4 UNIDADES POR ANDAR, TEREMOS 60 UNIDADES. PORÉM, SE FOR PERMITIDO CONSTRUIR 25 ANDARES, TEREMOS 100 UNIDADES. RESULTADO DISTO SERÁ UM CUSTO MENOR POR UNIDADE, E UM MAIOR ADENSAMENTO POPULACIONAL POR M².	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÃO FICHA				
SILVIO DE SOUZA	FICHA	CONSTRUIR PRINCIPALMENTE NO CENTRO DA CIDADE, PARA EVITAR DESLOCAMENTO HUMANO DE UM LADO PARA OUTRO DA CIDADE.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
SOLANGE NORBERTO DA SILVA	FICHA	POLO INDUSTRIAL NA REGIÃO LESTE, GLEBA DO PÉSSEGO: EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE, VOLTA DOS ÔNIBUS, POIS SÃO MAIORES E MAIS SEGUROS DOS QUE AS VANS NOS LUGARES QUE FORAM TIRADOS OS ÔNIBUS NOS BAIRROS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
SOLANGE NORBERTO DA SILVA	FICHA	COBERTURA NOS PONTOS DE ÔNIBUS. EXEMPLO: RUA INÁCIO MONTEIRO, ALTURA DO NÚMERO 5.000	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
SUELLY ALONSO	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	ATRAVÉS DOS PLANOS DE BAIRRO (OU DISTRITO) SEJA REALIZADO UM ESTUDO: "PLANO DE CAPACIDADE E VOCAÇÃO" DAS ÁREAS DA CIDADE E QUE APENAS A PARTIR DESTE PLANO FOSSEM DEFINIDOS OS 'ESTOQUES' DE CEPAC.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
SUELLY ALONSO	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	PLANOS DE BAIRRO: UTILIZAR ESTE INSTRUMENTO PARA FORTALECER AS CENTRALIDADES DOS BAIRROS POR MEIO DE PROJETOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES
VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA	CÂMARA MUNICIPAL	IMPOR CONDIÇÃO PARA O REMEMBRAMENTO DE LOTES A FIM DA VERTICALIZAÇÃO REFERENTE A EXIGÊNCIA DE PERCENTUAL DE ÁREA LIVRE DE IMPERMEABILIZAÇÃO, DESTINADA AO USO PÚBLICO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA	CÂMARA	INCENTIVO SIMILAR AO DA OPERAÇÃO ÁGUA BRANCA REFERENTE AO USO MISTO E À LIBERAÇÃO DO PAVIMENTO TERREO RESULTARIA NUMA PERMEABILIDADE DAS QUADRAS, ESTIMULARIA O TRÂNSITO DE PEDESTRES, ALÉM DA REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS. TAMBÉM AS ÁREAS PERIFÉRICAS SE BENEFICIARIAM COM O INCREMENTO DE ÁREAS VERDES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA	CÂMARA	VINCULAR PERCENTUAL DO ADICIONAL CONSTRUTIVO OBTIDO POR OUTORGA ONEROSA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL OU HMP COMO PARTE INTEGRANTE DA SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA DO PROJETO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GUSTAVO	ASSESSOR DO VEREADOR NABIL BONDUKI	PROBLEMA DO USO MISTO EM BAIRROS RESIDENCIAIS. BARES VILA MADALENA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 3	ASSESSOR JOSÉ AMÉRICO	SUBPREFEITURAS FICARAM COMO ZELADORIAS. AS OBRIGAÇÕES FORAM PARA AS SECRETARIAS QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE RESOLVER OS PROBLEMAS. NOSSAS SUBPREFEITURAS NÃO TÊM COMO ATENDER AS DEMANDAS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
MARIA LUCIA	ASSESSORA DO NABIL BONDUKI	OS EMPREENDIMENTOS DE GRANDE IMPACTO TEM QUE TER CONTRAPARTIDAS SOCIAIS E LOCALMENTE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
MARIA LUCIA	ASSESSORA NABIL BONDUKI	JÁ ESTÁ NO PDE –AS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS DA CIDADE MANTER AS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS COMO A REDE HÍDRICA, AS ÁREAS DE MACROFLORESTAS, ÁREAS ONDE AS CONDIÇÕES DE GEOTÉCNICA NÃO RECOMENDAM A OCUPAÇÃO, MACIÇOS DE VEGETAÇÃO...O MAPEAMENTO DE ONDE DEVE SER OCUPADO E DE ONDE DEVE SER PRESERVADO É FUNDAMENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
FABIO	CADES	O ESPAÇO PÚBLICO TEM QUE SER CONSIDERADO E TEM QUE SER PARA TODO MUNDO. O PADRÃO DE SANTA CECILIA PODE SER BOM PARA LÁ E PODE NÃO SER BOM PARA OUTRA REGIÃO DA CIDADE. “O PÚBLICO DEVE PREVALECER SOBRE O PRIVADO.”	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
FABIO	CADES	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS - AS COMPENSAÇÕES DEVEM SER COMUNITÁRIAS E ANTES DE FAZER UM PROJETO. A PENHA NÃO VAI TER COMPENSAÇÃO NENHUMA DO ESTÁDIO. EX: COLOCAR MAIS UM VAGÃO NO METRO, ESTABELEÇER UM PERÍMETRO PARA TER QUE FAZER AS COMPENSAÇÕES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
FABIO	CADES	PLANO DE BAIRRO – A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DIRETOR DEVE CONTER O QUE E O QUANTO SE PODE FAZER E TEM QUE ESTAR EXPRESSO NO PLANO DE BAIRRO. “UMA COISA É FALAR AQUI , OUTRA É FALAR EM OUTRAS LUGARES, POIS PODE SE LEVAR UM TIRO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	USO MISTO - DEVEM HAVER ORIENTAÇÕES GERAIS DA CIDADE E DESCER A UMA ESCALA DOS DISTRITOS. A PAULISTA TEM UMA CARACTERÍSTICA DIFERENTE DE ITAQUERA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	O CONTROLE DO PROJETO A PARTIR DE UM PLANEJAMENTO MACRO COM PLATAFORMA AMBIENTAL E DAÍ IRÁ DETALHANDO . DEFINIR OS IMPACTOS E AS CONTRAPARTIDAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	COMO ORGANIZAR OS ESPAÇOS: DEFINIR QUE QUADRAS SE VERTICALIZA. O CONTROLE DO USO DO SOLO SE CONSEGUIE ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DE UM SISTEMA DE PLANEJAMENTO INTEGRADO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
LUCILA LACRETA	DEFENDA SP	QUE ORGANIZE A PREFEITURA, O QUE A SECRETARIAS TEM QUE FAZER E O QUE AS SUBPREFEITURAS TEM QUE FAZER.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1	GRUPO 1	PRIORIZAR O USO NO ENTORNO E AO LONGO DOS CORREDORES E ESTAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO (METRÔ, TREM E ÔNIBUS).	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 1	GRUPO 1	PLANEJAR A PARTIR DO DESENHO URBANO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1	GRUPO 1	CONSIDERAR EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1	GRUPO 1	FORTALECER OS INSTRUMENTOS EXISTENTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1	GRUPO 1	PLANO CURTO, OBJETIVO E DIDÁTICO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1	GRUPO 1	APERFEIÇOAR E MUDAR A ABORDAGEM DO EIV/RIV COM CONTROLE SOCIAL, TRABALHANDO O EIV POR ZONAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1	GRUPO 1	DIRETRIZES PRÉVIAS PARA GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 1	GRUPO 1	DISTRIBUIR OS EMPREENDIMENTOS EM OUTRAS CENTRALIDADES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES
GRUPO 1	GRUPO 1	INCENTIVAR PEQUENOS USOS NÃO IMPACTANTES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 1	GRUPO 1	AUMENTAR AS CALÇADAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
GRUPO 1	GRUPO 1	PLANOS REGIONAIS PARTICIPATIVOS COM CONSELHO DE REPRESENTANTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 1	GRUPO 1	HUMANIZAR A CIDADE COM PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	MELHORAR AS CALÇADAS	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	EQUIPAMENTOS URBANOS TANTO DA INICIATIVA PRIVADA QUANTO DO PODER PÚBLICO.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS URBANOS
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	NECESSÁRIO APERFEIÇOAR O EIV RIV, CONTROLE SOCIAL DE EQUIPAMENTOS E ACOMPANHAMENTO DO QUE ESTA SENDO CONSTRUÍDO.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	MUDAR A ABORDAGEM POR ZONA DE USO: SE EXISTEM DETERMINADA QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS POR ZONA DE USO. TER DIRETRIZES PREVIAS E DISTRIBUIR OS EQUIPAMENTOS NA CIDADE.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS URBANOS
NINA WAISSERMAN	GRUPO 1	ADENSAR AO LONGO DOS CORREDORES. AÇÃO EFETIVA PARA LOTES VAZIOS, USANDO SEMPRE OS INSTRUMENTOS EXISTENTES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
ADRIANA	GRUPO 2	GESTÃO DA CIDADE: NECESSIDADE DE SE CRIAR UMA PLATAFORMA DE INFORMAÇÕES – BANCO DE DADOS SOBRE A CIDADE (ATUALIZADOS, PRESENTES E COMPATIBILIZADOS) – INDICADORES PARA AVALIAR CRITICAMENTE. MONITORAR OS DADOS DOS INDICADORES. FERRAMENTA DE GESTÃO QUE CABERIA PERTENCER AO PLANO DIRETOR – AJUDA A RESPONDER.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ADRIANA	GRUPO 2	TALVEZ UM GRANDE EMPREENDIMENTO PODE SER UM GRANDE INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO, MAS PARA ISSO É PRECISO TER UM AMBIENTE ESTRATÉGICO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	É FUNDAMENTAL HAVER UM CORPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR QUE POSSA FAZER A INTERLOCUÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA. E QUE POSSUA CLAREZA COM RELAÇÃO A CAPACIDADE DE SUPORTE DAS REGIÕES BEM COMO APONTAR DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS. UMA VEZ TENDO CLAREZA DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANALISADA TÉCNICAMENTE PASSA A SER POSSÍVEL MENSURAR AS EVENTUAIS CONTRAPARTIDAS URBANÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA RECEPCIONAR UM EMPREENDIMENTO DE PORTE. É IMPORTANTE CITAR QUE TAIS CONTRAPARTIDAS URBANÍSTICAS DEVERÃO SER CLARAMENTE DETALHADAS EM SUAS COMPETÊNCIAS. OU SEJA, OFERTAS QUE CABERÃO À INICIATIVA PRIVADA E OFERTAS QUE CABERÃO AO PODER PÚBLICO. SUGESTÃO DE APLICAÇÃO: CADA EMPREENDIMENTO POLO GERADOR TER SEUS RECURSOS ORIUNDOS DE CONTRAPARTIDAS DEPOSITADOS EM FUNDO ESPECÍFICO PARA APLICAÇÃO NA REGIÃO DA INTERVENÇÃO EM OBRAS DE: ILUMINAÇÃO, ARBORIZAÇÃO, CALÇADAS, ENTERRAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, PAVIMENTAÇÃO, ETC.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	<p>1. A MISTURA DE USOS É EXTREMAMENTE POSITIVA PARA A VIDA URBANA. PARA UM ESPAÇO PÚBLICO VIVO, DE CONVIVÊNCIA NA RUA, ITENS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO E IDENTIDADE DO MORADOR COM A CIDADE.</p> <p>2. VALE A PENA ESTUDAR PARA A MESCLA DE USOS UMA VARIEDADE DE ESCALAS POSSÍVEIS: O LOTE, A RUA, O BAIRRO. SERIA INTERESSANTE HAVER INDICADORES PARA REGRAMENTO DAS VÁRIAS ESCALAS POSSÍVEIS DE INSTALAÇÃO DE USOS MISTOS OU SEJA, CRIAR IDENTIDADE OU VOCAÇÃO PARA RUAS OU BAIRROS.</p> <p>3. É FUNDAMENTAL SOFISTICAR A GAMA DE PARÂMETROS DE INCOMODIDADE PARA UMA BOA CONVIVÊNCIA DE USOS, SEMPRE APOIADAS NA "TOLERÂNCIA". POR EXEMPLO, UMA LEGISLAÇÃO MAIS RIGOROSA COM RELAÇÃO AO RUIDO TANTO NO ESPAÇO PÚBLICO QUANTO PRIVADO SE SEGUIDO, REPRESENTARÁ UMA MELHOR CONDIÇÃO DE CONVIVÊNCIA ENTRE USOS MISTOS. (EX.: LEGISLAÇÃO HOLANDESA).</p> <p>4. A PARAMETRIZAÇÃO DOS ÍNDICES DE INCOMODIDADE DEVEM SER MONITORADOS, FISCALIZADOS E ATENDIDOS NOS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS.</p>	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	<p>A MISTURA DE USOS É EXTREMAMENTE POSITIVA PARA A VIDA URBANA. PARA UM ESPAÇO PÚBLICO VIVO, DE CONVIVÊNCIA NA RUA, ITENS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO E IDENTIDADE DO MORADOR COM A CIDADE.</p>	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	<p>VALE A PENA ESTUDAR PARA A MESCLA DE USOS UMA VARIEDADE DE ESCALAS POSSÍVEIS: O LOTE, A RUA, O BAIRRO. SERIA INTERESSANTE HAVER INDICADORES PARA REGRAMENTO DAS VÁRIAS ESCALAS POSSÍVEIS DE INSTALAÇÃO DE USOS MISTOS OU SEJA, CRIAR IDENTIDADE OU VOCAÇÃO PARA RUAS OU BAIRROS.</p>	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	É FUNDAMENTAL SOFISTICAR A GAMA DE PARÂMETROS DE INCOMODIDADE PARA UMA BOA CONVIVÊNCIA DE USOS, SEMPRE APOIADAS NA "TOLERÂNCIA". POR EXEMPLO, UMA LEGISLAÇÃO MAIS RIGOROSA COM RELAÇÃO AO RUÍDO TANTO NO ESPAÇO PÚBLICO QUANTO PRIVADO SE SEGUIDO, REPRESENTARÁ UMA MELHOR CONDIÇÃO DE CONVIVÊNCIA ENTRE USOS MISTOS. (EX.: LEGISLAÇÃO HOLANDESA).	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	A PARAMETRIZAÇÃO DOS ÍNDICES DE INCOMODIDADE DEVEM SER MONITORADOS, FISCALIZADOS E ATENDIDOS NOS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	PARA SE TER CONTROLE E CLAREZA SOBRE AS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE É FUNDAMENTAL QUE HAJA UM 'ENTE INTELIGENTE E NÃO PRECONCEITUOSO' CAPAZ DE CONSTITUIR: 1. BANCO DE DADOS VIVO E DINÂMICO DA CIDADE 2. MONITORAMENTO CONSTANTE DO CRESCIMENTO DA CIDADE 3. ELABORAÇÃO DE INDICADORES PARA QUE SE POSSA AVALIAR CRITICAMENTE E ELASTICAMENTE O DESENVOLVIMENTO DINÂMICO DA CIDADE.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	É FUNDAMENTAL A PRÓ ATIVIDADE OBRIGATÓRIA DO PODER PÚBLICO REALIZAR DENTRO DE CRONOGRAMA CONCRETO, OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOBRETUDO TRANSPORTE DE MASSA E SANEAMENTO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ADRIANA LEVISKY	GRUPO 2	É MUITO COMPLICADO APOSTAR NO ADENSAMENTO DE DETERMINADA REGIÃO EM FUNÇÃO DA PROMESSA DE EXPANSÃO DO METRÔ, POR EXEMPLO, SEM TER A GARANTIA QUE ESTA OBRA REALMENTE VIRÁ. O TEMPO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS DEVE ESTAR 'CASADO' (ESFERA ESTADUAL) COM AS ESTRATÉGIAS E REGRAMENTOS E USO DO SOLO E PARCELAMENTO IMPOSTOS PELA MUNICIPALIDADE. DESTE MODO SERÁ POSSÍVEL CRIAR DIRETRIZES MADURAS DE VETORES DE CRESCIMENTO DA CIDADE. A CIDADE PRECISA CRESCER E PODE!	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
ADRIANO	GRUPO 2	TEM DE SER MAIS FLEXÍVEL COM A LEGISLAÇÃO – ECONÔMICA E SOCIAL. SIMPLIFICAR PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS, JÁ VAI COMPLICAR PARA OS GRANDES EMPREENDIMENTOS, NATURALMENTE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ADRIANO	GRUPO 2	DEVE SER REVISTO CA, TO, TP, POIS PARA OS MENORES, NÃO HÁ TERRENO PARA SEGUIR A LEGISLAÇÃO E DEIXAR RECUSOS E TAXAS DE PERMEABILIDADE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
AUREA APARECIDA COLAÇO	GRUPO 2	HÁ NECESSIDADE DE SE ANTECIPAR O CONTEÚDO PARA QUE TODOS POSSAM DISCUTIR, POIS O GRUPO É MUITO HETEROGÊNEO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
AUREA APARECIDA COLAÇO	GRUPO 2	PRECISAMOS PENSAR NOS NOSSOS PARQUES, PRAÇAS, ÁREAS INSTITUCIONAIS (EQUIPAMENTOS PÚBLICOS). PRESERVAÇÃO AMBIENTAL É VIÁVEL AUMENTAR E PRESERVAR O QUE JÁ FOI ESTIPULADO NO PDE ANTERIOR. O USO MISTO DEVE ASSOCIAR-SE À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
AUREA APARECIDA COLAÇO	GRUPO 2	ESTABELEÇER NORMAS RÍGIDAS PARA PRESERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS, PARQUES, PRAÇAS E ENTORNO MEDIANTE ESTABELECIMENTO DE COEFICIENTE 1, GABARITO 10M E ÁREA ENVOLTÓRIA DE 200M E VEDAÇÃO À IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO. VEDAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
CIRO	GRUPO 2	ENVIAR AS PERGUNTAS COM ANTECEDÊNCIA PARA QUE CADA UM PUDESSE ESTUDAR PARA A HORA DA CONVOCAÇÃO - POR CONTA DOS TERMOS TÉCNICOS. PROBLEMAS COM A LINGUAGEM TÉCNICA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
CUNHA	GRUPO 2	MISTURA DE USOS É EFICAZ E EFICIENTE? A MESCLA DE USOS É UMA "OVA" . PARA ELE, ISSO É A ACEITAÇÃO DA BAGUNÇA COMO ELA FOI FEITA. AO CONTRÁRIO DA MISTURA, ESPECIFICAÇÃO – AUMENTA POTENCIALIDADE E DIMINUI CUSTOS. POTENCIAL DE EFICIÊNCIA, EFICÁCIA. ÁREA POLAR E LINEAR E VOLTAR AO CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO DE USOS LOCAIS, USOS E SERVIÇOS DIVERSIFICADOS E NÚCLEOS ESPECIALIZADOS. HIERARQUIZAÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
CUNHA	GRUPO 2	PROIBIR SHOPPING CENTERS E HIPERMERCADOS. PENSANDO NA RIGIDEZ DO COMÉRCIO COMO UM TODO. DESTROÍ O PEQUENO COMÉRCIO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
CUNHA	GRUPO 2	POR CONTA DO PODER PÚBLICO NÃO SABER RESOLVER A CIRCULAÇÃO URBANA, RESOLVEM COLOCAR OS EMPREGOS PERTO DOS BAIRROS RESIDENCIAIS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
EDISON LOPES	GRUPO 2	HIERARQUIZAÇÃO DOS USOS, LEGISLAÇÃO PROMOVA ZM NÃO TER MAIS ZER, CONSELHOS DE GESTÃO NOS MOLDES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, TRANSPARÊNCIA NOS DADOS, PARÂMETROS DE INCOMODIDADE, FORMULAÇÃO DE INDICADORES – QUAIS SÃO OS USOS DESEJÁVEIS, TEMAS URBANOS, REPRESENTANTES LOCAIS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
EDISON LOPES	GRUPO 2	GESTÃO, MONITORAMENTO PLATAFORMA DE GESTÃO, AVALIAÇÃO CRÍTICA, PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO, CONSULTA PÚBLICA NOS GRANDES EMPREENDIMENTOS	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
EDISON LOPES	GRUPO 2	CRIAR MECANISMO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA, ESTÍMULO AO USO R2V COM COMERCIO E SERVIÇO NO TÉRREO, PRIORIZAR HIS/HMP AO LONGO DAS LINHAS DE TRANSPORTE, CONTRAPARTIDA PARA VERTICALIZAÇÃO, SIMPLIFICAR LEGISLAÇÃO PARA PEQUENOS E MÉDIOS COMÉRCIOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 2	GRUPO 2	FLEXIBILIZAR A LEGISLAÇÃO EDILÍCIA PARA EDIFICAÇÕES DE PEQUENO E MÉDIO PORTE NAS ZONAS DE USO MISTO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
IRENE	GRUPO 2	4 TORRES NA SANTA CECÍLIA INTERROMPEM O TRÂNSITO ENTRE OUTROS PROBLEMAS PARA A VIZINHANÇA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
IRENE	GRUPO 2	PRECISAMOS TER UM DISPOSITIVO PARA A LEI SER CUMPRIDA – FISCALIZAÇÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
MARIA ISABEL COELHO	GRUPO 2	DE ACORDO COM O ZONEAMENTO. COM COMÉRCIOS NO ENTORNO. COM CALÇADAS LARGAS E INCLUSIVAS PARA QUE O MORADOR ABANDONE O CARRO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
MARIA ISABEL COELHO	GRUPO 2	PARA CONTROLAR O IMPACTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS É NECESSÁRIO TER REGRAS MAIS RÍGIDAS QUE EXIJA MAIORES BENEFÍCIOS PARA COMPENSAR SEUS IMPACTOS NA REGIÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
MARIA ISABEL COELHO	GRUPO 2	ACOMPANHANDO O ZONEAMENTO, E A NECESSIDADE DA POPULAÇÃO QUE JÁ ESTÁ INSTALADA NA REGIÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
MARIA IZABEL	GRUPO 2	CRIAR NORMAS MAIS RÍGIDAS PARA A VERTICALIZAÇÃO, PARA ELES DAREM CONTRAPARTIDAS MELHORES PARA A CIDADE, COMO PENSAR NO PEDESTRE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
MARIA IZABEL	GRUPO 2	SÃO NECESSÁRIAS NORMAS MAIS RÍGIDAS PARA O USO MISTO. É A FAVOR DA ZER, TEM QUE TER MAIS ESPAÇOS PARA PEDESTRES, MAS AS PESSOAS DALI MORAM E PAGAM PARA MORAR NESTA CONDIÇÃO. A SOCIEDADE TEM QUE PRESSIONAR PARA QUE AS COISAS POLÍTICAS ACONTEÇAM. FOI FALADO DO TRAFFIC CALM PARA A CITY LAPA EM UMA OUTRA REUNIÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
MARÍLIA	GRUPO 2	O CONTROLE AMBIENTAL, DO EFEITO QUE A ATIVIDADE PODE TER, É MUITO MAIS IMPORTANTE ATÉ DO QUE O ZONEAMENTO PARA ALGUNS PEQUENOS COMO A MARCENARIA OU A DANCETERIA.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
MARÍLIA PAIVA	GRUPO 2	FLEXIBILIZAR MISTURA DE USOS, EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS, TAMBÉM A PARTIR DE CONTROLE EFETIVO DE POLUENTES, ISOLAMENTO SONORO, HORÁRIO DE CARGA E DESCARGA, ETC	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
MORENO	GRUPO 2	CONSELHOS DE GESTORES POPULARES (LEITURA DE ERMÍNIA MARICATO) E NEM APENAS PARA A CIDADE, MAS TAMBÉM PARA A GRANDE SÃO PAULO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
REINALDO	GRUPO 2	O SHOPPING TUCURUVI GEROU EMPREGOS, MAS NÃO TEM ESTRUTURA DO ENTORNO – AUMENTO DE CONGESTIONAMENTO, DIMINUIÇÃO DOS USOS DIVERSIFICADOS LOCAIS SENDO QUE JÁ EXISTE UMA VIDA MISTA NAQUELA REGIÃO, ATÉ HISTÓRICA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
REINALDO	GRUPO 2	FALA-SE EM LEGISLAÇÃO, MAS NÃO SE FALA DOS PROBLEMAS DO BAIRRO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
REINALDO	GRUPO 2	CONSULTA A POPULAÇÃO DO BAIRRO NESSES GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
REINALDO	GRUPO 2	CHEGA DE PRÉDIOS ENORMES EM LUGARES QUE TENHAM INFRA-ESTRUTURA DE LOCOMOÇÃO E USOS MISTOS, POIS OS GRANDES EMPREENDIMENTOS QUEREM USAR CARROS. NAS REGIÕES COM MAIORES INFRA-ESTRUTURAS CRIAR EMPREENDIMENTOS COM BAIXA E MÉDIA RENDA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
ROQUE PEREIRA	GRUPO 2	O QUE ESTÁ PRONTO NÃO SE MEXE, O QUE VAI SER CONSTRUÍDO É PRECISO UM RAIOS GEOGRÁFICO: RESIDENCIAL, NÃO RESIDENCIAL, PERMISSÃO DE PORCENTAGEM NESSE RAIOS DE CADA TIPO DE USO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ROQUE PEREIRA	GRUPO 2	OUVIR A OPINIÃO DOS MORADORES ANTES DE LANÇAR GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ROSEIA	GRUPO 2	DEVERIA SER EXPLICADO POR QUE HÁ REGRAS DE MORADIAS SÃO DIFERENTES DOS LANÇAMENTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
SÉRGIO MARTINS	GRUPO 2	O QUE CADA BAIRRO É? COMO QUE FUNCIONA E O QUE PODE FUNCIONAR? PRECISAMOS DE PLANEJAMENTO COM INDICADORES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
SÉRGIO MARTINS	GRUPO 2	NA MINHA RUA NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE ANDAR COMO PEDESTRE, POIS O USO MISTO LIBERA OS BARES A UTILIZAREM-SE DA CALÇADA. UNIVERSIDADE MACKENZIE É TAMBÉM UM PROBLEMA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
SÉRGIO MARTINS	GRUPO 2	QUAL É A PORCENTAGEM DE ÁREA PÚBLICA E PRIVADA DA CIDADE? É NECESSÁRIO FAZER ESSE TIPO DE LEVANTAMENTO. O GRANDE ERRO É A FALTA DE COMPARTILHAMENTO DOS INDICADORES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
SONIA	GRUPO 2	SINTO FALTA DESSES INDICADORES DA PREFEITURA PARA A POPULAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
TATIANA	GRUPO 2	PLANO DIRETOR QUE PENSE QUE A CIDADE É FLEXÍVEL, QUE SE PERMITAM O DESENVOLVIMENTO DOS BAIRROS MAIS PERIFÉRICOS. PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
TATIANA	GRUPO 2	MUDAR A QUESTÃO DO TRABALHO ESTAR LONGE DA POPULAÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
CLEYTON	GRUPO 3	O USO MISTO JÁ DEVE LEVAR EM CONTA A INCOMODIDADE. – PROBLEMA COM A SEGURANÇA (ENG. DE SEGURANÇA) – RISCO DE INCÊNDIO EM USOS MISTOS. PERIGO PARA O USO RESIDENCIAL. EX. ED. COPAN.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
CLEYTON	GRUPO 3	O ESTUDO DE IMPACTO NÃO PODE SER SÓ DO PODER PÚBLICO. DEVE SER SUBMETIDO À POPULAÇÃO. TODO O EMPREENDIMENTO DE CERTO PORTE DEVE-SE OUVIR A POPULAÇÃO SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
CLEYTON	GRUPO 3	DA OPORTUNIDADE – RECONFIGURAÇÃO DA EDIFICAÇÃO – DEMOLIR E RECONSTRUIR OS EDIFÍCIOS. ATRATIVO PARA OS EMPREENDEDORES. EDIFÍCIOS DESQUALIFICADOS E ULTRAPASSADOS NA REGIÃO CENTRAL. AQUECIMENTO DO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	TIPOLOGIA
DANIELA MATTA	GRUPO 3	IDENTIFICAÇÃO DE USOS INCÔMODOS DE FORMA MAIS CLARA, COM MECANISMOS PARA ISSO. GERENCIAMENTO DE CONFLITOS E PACTOS DE CONVIVÊNCIA AJUDA SOCIAL PARA RESOLVER PROBLEMAS DE VIZINHANÇAS. PROBLEMAS ESTRUTURAIIS: LEI DO SILENCIO. REPENSAR AS ROTAS DE LAZER/ENTRETENIMENTO E TRABALHO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
DANIELA MATTA	GRUPO 3	PRECISAM SER MELHORADOS E DE FATO USADOS OS INSTRUMENTOS JÁ EXISTENTES. MELHOR DEFINIDO OS PROCEDIMENTOS DE ESTUDOS DE IMPACTOS E DEFINIR A ABRANGÊNCIA DO IMPACTO E MAIOR TRANSPARÊNCIA DESSES ESTUDOS PARA QUE A POPULAÇÃO POSSA CONSULTAR.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
DANIELA MATTA	GRUPO 3	REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS E VALORIZAÇÃO DOS BAIRROS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES
DANIELA MATTA	GRUPO 3	IMPORTÂNCIA DE ANALISAR A CAPACIDADE DE SUPORTE QUE AS VEZES MESMO NAS ÁREAS CONSOLIDADAS NÃO SÃO SUFICIENTES, REPENSAR SE A REGIÃO SUPORTA EX. OU LAPA-BRÁS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
DANIELA MATTA	GRUPO 3	MAIOR TRANSPARÊNCIA, ACESSO DOS CONTRATOS E PROJETOS DA URBANIZAÇÃO DO RIO PEQUENO, É IMPORTANTE QUE A PREFEITURA DISPONIBILIZE PARA QUE A POPULAÇÃO REFLETA SOBRE ISSO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
DIOGO	GRUPO 3	QUESTÃO DA ZONA MISTA. COMBINAÇÃO DO RESIDENCIAL E COMERCIAL POR MEIO DO EMPREENDEDOR. EM REGRA ELE É ESPECIALISTA EM UM OU OUTRO (COMERCIAL OU RESIDENCIAL) INCENTIVO A TER A RESIDÊNCIA E COMÉRCIO JUNTOS – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR IMPLEMENTAR TAL FUNÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
JOSÉ CARLOS	GRUPO 3	GRANDES EMPREENDIMENTOS SÃO CENTRALIZADOS NAS GRANDES SECRETARIAS. E AS PEQUENAS OBRAS NAS SUBPREFEITURAS. OS GRANDES DEVEM PASSAR ANTES NAS SUBPREFEITURAS – DEBATE COM A POPULAÇÃO LOCAL NAS SUBPREFEITURAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
JOSÉ SEDIS	GRUPO 3	A PREFEITURA DEVERIA BARRAR ESSES GRANDES EMPREENDIMENTOS DE GRANDES IMPACTOS. CONTRA A VERTICALIZAÇÃO. FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO. PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RACIONAL. FORTE PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA NA LAPA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LUCIANA	GRUPO 3	FACILIDADE DE APROVAR UM USO MISTO – EM FUNÇÃO DE USOS QUE INCOMODAM (BARES). FALTA DE DISCIPLINA NA APROVAÇÃO CAUSA INCOMODO AOS MORADORES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
LUCIANA	GRUPO 3	EXISTEM MECANISMOS – ESTUDO DE IMPACTOS DE VIZINHANÇA. FALTAM DIAGNÓSTICOS SOBRE ESSES MECANISMOS. COMO ESTÃO SENDO PRODUZIDOS? EMPREENDIMENTO E GRANDES EVENTOS. QUAIS OS RESULTADOS DESSES ESTUDOS?	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
MARIA	GRUPO 3	A PREFEITURA DEVERIA ADOTAR A CNAE – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES EM SEU TERRITÓRIO. POIS EXISTEM DIFERENÇAS. UMA ATIVIDADE PODE SER CLASSIFICADA COMO X ATIVIDADE PELA PMS P E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PELA CNAE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
MÁRIO MENDES	GRUPO 3	EDIFÍCIO QUE NÃO CUMPREM AS FUNÇÕES SOCIAIS. REDESENHO DE ALGUNS EDIFÍCIOS DE CENTRO DE SÃO PAULO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
MARIVALDA	GRUPO 3	1 QUESTÃO – IDENTIFICAR O USO DE CADA REGIÃO – O QUE QUEREMOS ALTERAR - PLANEJAR A VIABILIDADE DO LOCAL – O QUE PODE SER IMPLANTADO DE ACORDO COM A CONSULTA DA POPULAÇÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
RICARDO	GRUPO 3	CONTROLE DE EMPREENDIMENTOS. DESDE QUE A INFRAESTRUTURA LOCAL AGUENTE OU TENHA POSSIBILIDADE DE SER APRIMORADA. EXISTÊNCIA EM ÁREAS JÁ SATURADAS E QUE RECEBEM TAIS EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ARLINDO	GRUPO 4	PRIMEIRO RESOLVER A ESTRUTURA DA CIDADE PARA DEPOIS DESCENTRALIZAR.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ARLINDO	GRUPO 4	AS OPERAÇÕES URBANAS – OS MENOS FAVORECIDOS TEM QUE SAIR DAS SUAS CASAS COMO NA OUC ÁGUA ESPRAIADAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
ARLINDO	GRUPO 4	O PROBLEMA DA VIA LOCAL, NA PERIFERIA NÃO PODE COLOCAR UM COMERCIO	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
ARLINDO	GRUPO 4	VAMOS CRIAR MAIS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO NA CIDADE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
BRUNO	GRUPO 4	O PODER PÚBLICO DÁ AS INFORMAÇÕES FRAGMENTADAS. TEM QUE SE ESTABELEÇER O QUE DEVE SER FEITO NAS QUADRAS E NÃO PERDENDO A QUESTÃO REGIONAL, DAS CIDADES DO ENTORNO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
CAMILO	GRUPO 4	CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL DENTRO DA SUBPREFEITURA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
CAMILO	GRUPO 4	DESAPROPRIAÇÃO PARA MORADIA POPULAR DAS ÁREAS DO EXÉRCITO E DA MARINHA EXISTENTES EM SÃO PAULO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4	GRUPO 4	O PLANO DIRETOR DEVERÁ CONTER DIRETRIZES PARA AS DIFERENTES ESCALAS DE PLANEJAMENTO, A DA METRÓPOLE, A DA CIDADE, A DA SUBPREFEITURA E DOS DISTRITOS/LOCAL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4	GRUPO 4	1.RECONHECIMENTO DAS REGIÕES, COMPRENSÃO, RESPEITO AS QUESTOES ESTRUTURAIS, CULTURAIS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA CIDADE. -IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS BAIRROS, QUE DEVEM SER VALORIZADOS, ATRAVÉS DE CHAMADAS PÚBLICAS REAIS (VEÍCULOS APROPRIADOS), PARA BUSCARMOS UMA CIDADE MAIS HUMANA -PLANEJAMENTO EM MACRO E ESCALA LOCAL -PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. -IPTU PROGRESSIVO -PARTICIPAÇÃO LOCAL	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4	GRUPO 4	-UTILIZAÇÃO DE DISTRITOS COM UMA ESCALA DE CONTROLE EMPREENDIMIENTOS DEVEM TER CONTRAPARTIDAS REAIS QUE BENEFICIEM A COMUNIDADE LOCAL, - RECLASSIFICAÇÃO DE VIAS LOCAIS ; - RECLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS DE GRANDE IMPACTO (UMA PRÉDIO PODE TER GRANDE IMPACTO SE INSTALADO NUMA VILA) - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA EIV, CANCELAR AS EXCEÇÕES - ÁREAS A SEREM DESAPROPRIADAS - AS ÁREAS DE INFLUÊNCIAS DE AEROPORTOS DEVE-SE ESTABELEÇER AS PRIORIDADES DOS USOS ENVOLVIDOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMIENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 4	GRUPO 4	<p>criação de instrumentos de estímulos a função social da propriedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento de áreas abandonadas - Deestímulo a demolição de residências para implantação de prédios - Restrições ambientais devem ser previstas considerando a rede hídrica, a macrofloresta, a geotécnia. - Proximidades zonas mistas 	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
MARCELO	GRUPO 4	<p>O tempo é insuficiente para a resposta a estas questões. As etapas dos trabalhos: revisão do zoneamento ser anterior poderá causar algum entrave para o plano de bairro.</p> <p>TODO O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DEVERÁ SER FEITO DE FORMA MAIS REGIONALIZADA: ESTAMOS TRABALHANDO COM UMA POLUIÇÃO DE 11 MILHÕES DE HABITANTES. A METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO DEVERIA SER REVISADA., INCLUINDO CHAMADAS PÚBLICAS EM HORÁRIO NOBRE E VEÍCULOS COMO TELEVISÃO, JORNAIS DE BAIRROS. “DISCUTIR REGIONALMENTE E EM AMBIENTE PÚBLICO.”</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MARCELO	GRUPO 4	<p>SABEMOS OS GRANDES IMPACTOS. A POPULAÇÃO QUER ESTES EMPREENDIMENTOS DE GRANDE IMPACTO, SE FOR FICAR NO LOCAL TEM QUE CONDIÇÕES PARA ESTA INSTALAÇÃO.</p> <p>OS AEROPORTOS TEM ZONEAMENTO DE RUÍDO, E PREVÊ OS USOS COMPATÍVEIS COM O RUÍDO. É ÓBVIO QUE NÃO PODE TER USOS RESIDENCIAIS NO ENTORNO. ESTABELEÇER PLANOS ESPECÍFICOS PARA OS AEROPORTOS, BEM COMO OS ISOLAMENTOS ACÚSTICOS PARA AS EDIFICAÇÕES DO ENTORNO.</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MICHELE	GRUPO 4		USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
MICHELE	GRUPO 4	PRECISAMOS REVISAR AS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS SE TIRAR UMA ARVORE TEM QUE PLANTAR 23 ARVORES NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO, E NÃO HÁ ESPAÇO PÚBLICO PARA SE IMPLANTAR ESTAS ÁRVORES. EXEMPLO DISTO É OLHAR A AV. BANDEIRANTES, A AV. WASHINGTON LUIS, QUE TEM UMA ARVORE ATRÁS DA OUTRA. ESTE MECANISMO TEM QUE HAVER REVISÃO. DEFINIÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS EXPRESSAS EM LEI, PARA TORNAR MAIS CLARA AS LICENÇAS AMBIENTAIS.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
MICHELE	GRUPO 4	CONCLUÍMOS QUE O PDE DEVE ABRANGER DIFERENTES ESCALAS DE PLANEJAMENTO COM FORMAS DE CONTROLE PARA AS AÇÕES IMPLANTADAS. COM DIFERENTES ESCALAS DESDE A METRÓPOLE AO PROJETO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
MICHELE	GRUPO 4	RECLASSIFICAÇÃO DE ALGUMAS VIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
MICHELE	GRUPO 4	SOMATIZAÇÃO DOS IMPACTOS NA REGIÃO – COMPENSAÇÃO CONJUNTA. CRIAR NOVAS ÁREAS DE COMPENSAÇÃO, NOVOS INSTRUMENTOS DE COMPENSAÇÃO. INTEGRAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COMPATIBILIZADO NO PDE – EX. RUÍDO DOS AEROPORTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
PATCHA	GRUPO 4	NÃO DÁ PARA ADMINISTRAR E ORGANIZAR UMA CIDADE DESTE TAMANHO E GRANDE EMPREENDIMENTOS QUE APARECEM TODOS OS DIAS. O PLANEJAMENTO TEM QUE SER LOCAL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
PATCHA	GRUPO 4	TIRAR OS GRANDES PRÉDIOS MURADOS, POIS ACABA COM A MOVIMENTAÇÃO DAS PESSOAS. ENQUANTO TIVER CARRO E MURO NÃO DÁ PARA CIRCULAR. SE O COMÉRCIO ESTÁ NO TÉRREO GERA MELHORIA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
PATCHA	GRUPO 4	ANALISAR LOCALMENTE E TER CONTINUIDADE LOCALMENTE. "SE A PESSOA PODE CONSTRUIR UM SHOPPING, ELA PODE CONSTRUIR LIMA EM SÃO PAULO – OPERAÇÃO URBANA A PMSP FAZ UMA PONTE OS OUTROS (EMPREENDEDORES) PAGAM MUITO POUCO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMIENTOS
PATCHA	GRUPO 4	E DAÍ CONTINUAÇÃO DE RUA , A PMSP NÃO FAZ, PORQUE NÃO TEM DINHEIRO. É PRECISO COLOCAR EM LEI PARA FORÇAR O PRIVADO A INVESTIR EM INFRAESTRUTURA. A NOSSA CULTURA É DE UM RETORNO PEQUENO PARA O PÚBLICO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMIENTOS
PATCHA	GRUPO 4	UTILIZAR IPTU PROGRESSIVO EM LOCAIS QUE NÃO SÃO UTILIZADOS, CORTIÇOS, ÁREAS ABANDONADAS POR PROBLEMAS DE HERANÇA, UTILIZAR OS ESPAÇOS INTERNOS ANTES DE EXPANDIR PARA OUTROS LUGARES. VILA MADALENA É UM BAIRRO SEM PROBLEMA EM RELAÇÃO A RISCO..	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
PAULA SANTORO	GRUPO 4	DAR ÊNFASE AOS PLANOS DE BAIRROS, NÃO SEI SE CONSEGUIMOS FAZER OS PLANOS DE BAIRROS. PORDEREMOS FAZÊ-LOS DE FORMA PAULATINA. DEFINIR CADA ESCALA DE PLANEJAMENTO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
SABRINA	GRUPO 4	A LEI SENDO USADA PARA BURLAR A LEI. NÃO SEI SE É VIÁVEL O CONTROLE DO CONTROLE, NÃO SEI CONTROLAR OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE. NÃO SOU CONTRA OS INTERESSE DAS CONSTRUTORAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
TINA DUARTE	GRUPO 4	QUANTO MELHOR SE CONHECE A REGIÃO MELHOR SE COMPREENDE A CIDADE, E A PARTIR DAÍ CONSEGUIREMOS TER MELHOR CONTROLE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
TINA DUARTE	GRUPO 4	O SISTEMA DE PLANEJAMENTO TEM QUE TER UM SISTEMA DE INDICADORES, PARA SE PODER TER UM PLANEJAMENTO DESCENTRALIZADO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
VERA	GRUPO 4	NUM BAIRRO, O ESTUDO DE EIA E RIV, TEM QUE SER PRÉVIOS, PARA NÃO PREJUDICAR OS MORADORES ANTIGOS, ANTES DE PROTOCOLAR OS PROJETOS NA PREFEITURA. O CONTROLE TEM QUE SER FEITO NÃO SÓ PELA PMSP, COMO PELA POPULAÇÃO. PARA A POPULAÇÃO VERIFICAR SE ESTÃO CUMPRINDO O QUE FOI ACORDADO.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
VERA	GRUPO 4	REQUALIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS ABANDONADOS, PORQUE NÃO TRANSFORMÁ-LOS EM HABITAÇÃO SOCIAL?	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
VERA	GRUPO 4	APLICAR A INSTRUMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PARA QUEM CONSTRUIU UM MEGA EMPREENDIMENTOS E QUE VENDE 30% E DEIXA 70% SEM VENDER.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
VERA	GRUPO 4	PRIORIZAR A UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS VAZIOS, AO INVÉS DE DEMOLIR CASINHAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 5	GRUPO 5	ORGANIZAÇÃO DO USO – A CLASSE DE BAIXA RENDA É EXPULSA QUANDO HÁ CONSTRUÇÃO DE ALTA RENDA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	INCENTIVO AO USO MISTO NO MESMO LOTE, POR EXEMPLO, INCENTIVAR COMÉRCIO NO TÉRREO DOS EDIFÍCIOS ATRAVÉS DE BÔNUS/DESCONTOS PARA O EMPREENDEDOR.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	O USO MISTO DEVE SER PENSADO EM RELAÇÃO À POSIÇÃO DA CIDADE: EM ZONAS COMO A LESTE, ONDE FALTA EMPREGO, O COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO PARA USO NÃO RESIDENCIAL DEVE SER MAIOR QUE O DO RESIDENCIAL, NA ÁREA CENTRAL DEVE SER O CONTRÁRIO. OU SEJA, ONDE SE QUER MAIS RESIDÊNCIA, PERMITE-SE O COEFICIENTE MÁXIMO SÓ PARA ESSE USO, ONDE SE QUER MAIS EMPREGO, O MÁXIMO É PARA O NÃO RESIDENCIAL.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	USAR MÉTODO DISTRIBUTIVO “DOSANDO” CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO (ALVARÁS) DE CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO PROPORCIONALMENTE, POR DISTRITO, COM METODOLOGIA EXPLICITADA NO PDE. INSTRUMENTOS: PLANO DE BAIRRO E CONSELHO COMUNITÁRIO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	CONCESSÃO URBANÍSTICA
GRUPO 5	GRUPO 5	INCENTIVOS PARA O EMPREENDIMENTO PARA O USO MISTO NO TÉRREO (EVITAR OS MUROS) E INCENTIVOS PARA A MISTURA DE TIPOLOGIAS E FAIXAS DE RENDA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	DAR INCENTIVOS PARA EMPREENDIMENTO COM USO MISTO E CRIAR ÁREAS COM DIFERENTES TIPOS DE REGULAÇÃO DE INCOMODIDADES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	DEMOCRATIZAR O ACESSO; ANÁLISE DE IMPACTOS E INCOMODIDADES; OFERTA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5	GRUPO 5	VIABILIZAR PROJETOS NOS BAIRROS PARA GARANTIR QUE RESIDÊNCIAS E NÃO RESIDÊNCIAS POSSAM CONVIVER COM MENOR PROBLEMA POSSÍVEL. EX: EQUIPAMENTOS SOCIAIS, SINALIZAÇÃO PARA FACILITAR A MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO (NESTE CASO ESTUDAR BAIRRO A BAIRRO PARA DIAGNOSTICAR QUAL MODELO SERÁ MELHOR IMPLEMENTADO). QUANTO AOS NOVOS EMPREENDIMENTOS, DETERMINAR QUE CADA HABITAÇÃO TENHA UMA VAGA DE GARAGEM (NESTE CASO O PODER PÚBLICO PRECISA REGULAR A POLÍTICA DE HABITAÇÃO) EVITANDO O SUPER CONGESTIONAMENTO NAS VIAS PRINCIPAIS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	CRIAR UM SETOR/ ÁREA ESPECIAL NA PREFEITURA PARA APROVAÇÃO DE USO MISTO E ANÁLISE DE EMPREENDIMENTO QUE MESMO QUE SEPARADOS NO CONJUNTO GEREM IMPACTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	PRIORIDADE AS ESTRUTURAS (CASA) QUE SERVEM AO DESCANSO, COLOCANDO LIMITAÇÕES PARA EMPREENDIMENTOS QUE CAUSARIAM IMPACTOS SIGNIFICATIVOS A PAZ E BEM-ESTAR SOCIAL, LEVANDO GRANDE EMPREENDIMENTO PARA LIMITES DESTINADOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	DEFINIR E IMPLANTAR ÍNDICES SUSTENTÁVEIS DE DENSIDADE CONSTRUTIVA E ADENSAMENTO URBANO. FORTALECER E APERFEIÇOAR POLÍTICA EXISTENTE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5	GRUPO 5	O ANTIGO PORTUGUÊS DE PADARIA ERA MUITO LÚCIDO (PADARIA NO TÉRREO E MORADIA NO 1º E 2º ANDAR). UM INCENTIVO ÓBVIO SERIA PERMITIR ALGUMAS MORÁDIAS NOS ANDARES SUPERIORES (ÁREA NÃO COMPUTÁVEIS). EX: TÉRREO 500M ² TÉRREO 350M ² 70% + MEZANINO = COMÉRCIO (500M ²) + 4 UNIDADES DE MORADIA NO 1º ANDAR, TODAS NÃO COMPUTÁVEIS COM OU SEM VAGAS DE ESTACIONAMENTO. TOTAL 1000, COEFICIENTE 1 + 1 (SÓ MORADIA)	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	, A IDÉIA DE COMÉRCIO NO TÉRREO E PRÉDIO DE APTOS ACIMA É EXCELENTE, MAS COMO A HISTÓRIA DO "SINO NO GATO" APROVADO EM ASSEMBLÉIA. QUEM VAI FAZER? A CEF NÃO FINANCIÁ ISSO HOJE! CLARO QUE É QUESTÃO DE SEGURO/ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS, ETC. SE A PRESIDENTE DILMA DETERMINAR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (EST. BANCO DO BRASIL) QUE DEVEM FINANCIAR PASSARÃO A FAZÊ-LO. EX. UM SUPERMERCADO COM 4.500M² E ALGUMAS TORRES RESIDENCIAIS HMP/HIS/R2V PARTICULAR; O TÉRREO DO PRÉDIO – LAJE COBERTURA DAS LOJAS	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	POTENCIALIZAR, REDIMENSIONAR E PLANEJAR CONFORME AS NECESSIDADES LOCAIS E REGIONAIS DENTRO DA NECESSIDADE ECONÔMICA E SOCIAL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	POUCAS REGRAS GERAIS E PODER LOCAL PARA DECIDIR NA ESCALA DO BAIRRO. CADA LOCALIDADE TEM UM USO MISTO ESPECÍFICO E CONFLITOS ESPECÍFICOS QUE PRECISAM SER RESOLVIDOS PELOS AGENTES LOCAIS PARA QUE OS CIDADÃOS QUE VIVEM E TRABALHAM ALI FIQUEM MINIMAMENTE SATISFEITOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	SEPARAR OS USOS ATRAVÉS DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	O USO MISTO PODE SER FEITO COM TIPOLOGIAS VARIADAS, NÃO SÓ NOS TÉRREOS DOS PRÉDIOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	CRIAR CONSELHO DE MORADORES PARA DECIDIR SE O QUE EXISTE É COMPATÍVEL COM UMA BOA QUALIDADE DE VIDA E QUE NÃO PREJUDICA O AMBIENTE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	NO CÓDIGO DE OBRAS NÃO APROVAR PROJETOS DE EDIFICAÇÕES QUE FARÃO SUBSOLOS PARA GARAGEM, A FIM DE PRESERVAR O LENÇOL FREÁTICO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	E IMPRESCINDIVEL HAVER UM PROJETO ELABORADO POR TECNICOS DO PODER EXECUTIVO QUE TEM DADOS E CAPACIDADE TÉCNICO; É PRECISO QUE HAJA UM SISTEMA DE CONTROLE DESSE PROJETO E UM SISTEMA DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. A PARTIR DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO É QUE A POPULAÇÃO DEVE SER CHAMADA A PARTICIPAR PARA CONSOLIDAR A ELABORAÇÃO DO PROJETO ATÉ O SEU APERFEIÇOAMENTO. É NECESSÁRIO SUPORTE TÉCNICO, DADOS OBJETIVOS E NÃO APENAS OPINIÕES ALEATÓRIAS PARA CONSTRUIR UM PROJETO CONSISTENTE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	CONTROLAR ATRAVÉS DE CONSELHOS DE REPRESENTANTES DE BAIRROS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	<ul style="list-style-type: none"> • GERALMENTE SÃO APROVADOS E VIABILIZADOS NAS OPERAÇÕES URBANAS. NO EXEMPLO DO BOURBON / PALMEIRAS / ESCRITÓRIOS – OPERAÇÃO ÁGUA BRANCA. NO CASO DOS GRANDES PRÉDIOS BERRINI / PONTE ESPRAIADA – OPERAÇÃO ÁGUA ESPRAIADA. NA FÁRMA LIMA SHOPPINGS IGUAATEMI / JK – OPERAÇÃO FÁRMA LIMA. PORTANTO CADA UMA DESTAS LEIS QUE SÃO CITADAS NO PLANO DIRETOR, NA VERDADE SÃO EXTRA-PLANO DIRETOR. VAI SE CRIAR NOVAS OPERAÇÕES URBANAS COMO OPERAÇÃO LEOPOLDINA / VILA MARIA DIAGONAL SUL. ESTAS PRECISAM PODER PREVER / CONTROLAR / VIABILIZAR OS GRANDES EMPREENDIMENTOS. 	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	O PLANO DIRETOR PODE ESTIPULAR ÁREA MÁXIMA DE EMPREENDIMENTOS 15.000 M2 OU 20.000 M2 OU 30.000 M2. EXIGIR ABERTURA DE VIAS EM GRANDES GLEBAS EX-INDUSTRIAIS COM OBRIGATORIEDADE DE DESTINAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS VERDES E INSTITUCIONAIS SEM O POTENCIAL DESTAS DOAÇÕES SEREM TRANSFERIDAS PARA O EMPREENDIMENTO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	CONTROLAR O GRANDE VOLUME CONSTRUÍDO MEDIANTE OUTORGA CRESCENTE E PROPORCIONAL AO PORTE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	LEGISLAÇÃO RIGOROSA; ANÁLISE DE INCOMODIDADES: CUSTO PÚBLICO (PARA MITIGAR OS IMPACTOS), CONSULTA PÚBLICA AOS MORADORES, RESPONSABILIZAR OS GRANDES EMPREENDIMENTOS PELOS PROBLEMAS CAUSADOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	CONSIDERAR O IMPACTO DO CONJUNTO DE EMPREENDIMENTOS, NÃO APENAS INDIVIDUAL. EIV COLETIVO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DA PLANTA, PESQUISA DE ÁREAS DISPONÍVEIS E REGULAÇÃO DISTRIBUTIVA DE AUTORIZAÇÕES PARA EMPREENDIMENTOS COM CRITÉRIOS ELENCADOS NO PDE. INSTRUMENTOS - PLANOS DE BAIRRO E CONSELHO COMUNITÁRIO. A EQUIPE TÉCNICA DO PODER EXECUTIVO DEVERIA ELABORAR UM PROJETO E SUBMETÊ-LO À POPULAÇÃO, QUE PODERIA CRITICÁ-LO E CONSOLIDÁ-LO. INICIAR A DISCUSSÃO COM A SOCIEDADE COM OPINIÕES ALEATÓRIAS, NÃO TÉCNICAS, NÃO CONTRIBUI PARA O PROCESSO PARTICIPATIVO COMO O DIFICULTA ENORMEMENTE. MINHA SUGESTÃO É HAVER: PROJETO, CONTROLE, SISTEMA DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. SEM ISSO O PROCESSO SERÁ MERAMENTE FORMAL DE PARTICIPAÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	ESTABELECEER CONSELHOS POPULARES NAS SUBPREFEITURAS PARA CONSULTAR A POPULAÇÃO SE ESSES EMPREENDIMENTOS SERÃO INTERESSANTES PARA AQUELA POPULAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 5	GRUPO 5	O IMPACTO QUE A CIDADE NÃO SUPORTA MAIS É O DO AUTOMÓVEL. PARA OS DEMAIS, PODEM SER CRIADOS INFRAESTRUTURAS CUSTEADAS PELOS EMPREENDIMENTOS. POR ISSO, O CONTROLE DE IMPACTOS DO ADENSAMENTO DEPENDE DE MUDAR O PADRÃO DE MOBILIDADE, COM A PRIORIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	EXIGIR E FISCALIZAR ATRAVÉS DE CONSELHOS COM PARTICIPAÇÃO DA CIDADANIA, O RESPEITO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO. EX: ELABORAÇÃO DO EIA – RIMA EIVI – RIVI PELOS EMPREENDEDORES. CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA AFRONTA À LEGISLAÇÃO, A PREFEITURA DEVE JUSTAR A EXECUÇÃO DA OBRA. RESPONSABILIZAR FUNCIONAL E / OU CRIMINALMENTE O FUNCIONÁRIO QUE APROVAR PROJETO DE EMPREENDIMENTO QUE AFRONTE A LEGISLAÇÃO PERTINENTE. CONGELAR OS EMPREENDIMENTOS EM LOCAIS JÁ MUITO ADENSADOS. CONSELHO DE REPRESENTANTES ELEITO. O DINHEIRO DA OUTORGA/CEPAC NA REGIÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5	GRUPO 5	AMPLIAR A DISCUSSÃO SOBRE OUTORGA ONEROSA JUNTO COM A POPULAÇÃO: O QUE É, COMO FUNCIONA, QUE RESULTADOS APRESENTOU, COMO FUNCIONOU, FUNCIONA E FUNCIONARÁ EM CADA BAIRRO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	FALTA UMA VISÃO CLARA DOS CRITÉRIOS (OUTORGA / OPERAÇÃO DE ÁREAS “DEMOCRÁTICAS”, PROPRIEDADE E VALORES DAS MESMAS) DEVE SER UM PROCESSO TRANSPARENTE PARA O MUNÍCIPE, EMPREENDEDORES, ETC.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
GRUPO 5	GRUPO 5	UMA FORMA DE MINIMIZAR OS IMPACTOS DECORRENTES DA DINÂMICA SERIA EXIGIR DO EMPREENDEDOR, NOS CASOS DE REMEMBRAMENTOS PARA FINS DE INCORPORAÇÃO DESTINAR PERCENTUAL DE ÁREA LIVRE “DESIMPERMEABILIZADA” AO USO PÚBLICO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 5	GRUPO 5	DIVULGAÇÃO DE GRANDES PROJETOS NA MÍDIA / JORNAIS E CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS / CONSELHOS DE PAISAGEM / VIZINHANÇA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	CRIAR UM “ESTOQUE” E CONTROLAR DISTRIBUTIVAMENTE AS PERMISSÕES, ALVARÁS E HABITE-SE, COM NORMATIZAÇÃO GERAL NO PDE. INSTRUMENTOS – PLANO DE BAIRRO E CONSELHO COMUNITÁRIO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	PRIORIZAR AS REGIÕES COM BAIXOS INVESTIMENTOS, EQUILIBRANDO O DESENVOLVIMENTO URBANO, ISSO DIMINUI A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5	GRUPO 5	TRABALHANDO COM DIAGNÓSTICOS DE CADA REGIÃO, CONHECENDO O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO, E PARA TANTO É PRECISO QUE AS SUBPREFEITURAS TENHAM AUTONOMIA PARA AVALIAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS – PRECISAM TER ESTRUTURAS PARA IMPLEMENTAR AS ESTRATÉGIAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5	GRUPO 5	VINCULAR PERCENTUAL DO ADICIONAL CONSTRUTIVO ADQUIRIDO ATRAVÉS DA OUTORGA ONEROSA À TIPOLOGIA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL OU HMP.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5	GRUPO 5	CONGELAR AS CONSTRUÇÕES EM ÁREAS JÁ SATURADAS E LEVAR OBRAS PARA A PERIFERIA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5	GRUPO 5	AUMENTAR O NÚMERO DE ZEIS 3 NAS DIVERSAS REGIÕES DA CIDADE, PRIORIZANDO AS HABITAÇÕES POPULARES PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5	GRUPO 5	CONTROLE EFETIVO DAS GRANDES OBRAS QUE SURGEM COM AS OPERAÇÕES URBANAS QUE PASSAM POR CIMA DA LEI. PROPOSTA: CONTROLE DAS OPERAÇÕES URBANAS E DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA QUE CONSUME DE FORMA VORAZ E IGNORA QUALQUER PLANEJAMENTO RACIONAL OU ATÉ MESMO LEIS VIGENTES. ESTE CONTROLE PODERIA SER FEITO DE FORMA EFETIVA PELA PRÓPRIA PREFEITURA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	ESTIPULAR COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO 1 PARA TODA A CIDADE É UMA FALÁCIA NOS BAIRROS PERIFÉRICOS COM TO PRÓXIMO 100% E 3,4 OU MAIS ANDARES. QUAL É O COEFICIENTE? ESTE CONCEITO DEIXA DE TER SENTIDO. ÁREAS DIFÍCEIS/ IMPOSSÍVEIS DE CONTROLAR. REVER A LEI DE PARCELAMENTO 9413 TOTALMENTE FORA DA REALIDADE DE HOJE, QUANTOS ANOS UMA PROPRIEDADE DE GLEBA DEMORA PARA APROVAR? O PROPRIETÁRIO DA GLEBA PREFERE DEIXAR INVADIR E TORNA-SE UM NOVO LOTEAMENTO CLANDESTINO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
GRUPO 5	GRUPO 5	NÃO VEJO POSSIBILIDADE DE SE RESPONDER QUESTÃO DE TAL COMPLEXIDADE SEM DIRETRIZES OU DADOS TÉCNICOS. UMA MERA OPINIÃO SEM FUNDAMENTO TÉCNICO NÃO RESOLVE QUALQUER PROBLEMA DA CIDADE, AINDA MAIS PROBLEMAS CRUCIAIS. HÁ QUE SER APRESENTADO UM PROJETO PELO PODER EXECUTIVO, QUE É QUEM TEM MATERIAL TÉCNICO E PROFISSIONAIS TÉCNICOS COM POSSIBILIDADE DE FAZER UM PROJETO INICIAL PARA SER DISCUTIDO COM A POPULAÇÃO. ASSIM, A PRODUÇÃO SERÁ ÚTIL. DE OUTRA FORMA, SE OCUPARA O TEMPO INUTILMENTE, APENAS PARA CUMPRIR UM CRONOGRAMA PRÉ ESTABELECIDO, ULTRA-CELERE QUE NÃO SE ENTENDE PARA O QUE SE PRESTA, JÁ QUE OS PROBLEMAS SÃO ANTIGOS E ERA DE SE ESPERAR QUE AS SOLUÇÕES PARA A CIDADE FOSSEM BEM E CONSISTENTEMENTE PENSADAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	CRIAR INCENTIVOS PARA ESTÍMULO AO USO MISTO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5	GRUPO 5	ADEQUAR PARÂMETROS URBANÍSTICOS, EM ESPECIAL COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO, DIFERENCIADO POR USO RESIDENCIAL E NÃO RESIDENCIAL.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5	GRUPO 5	IMPLEMENTAR O PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL: PLANOS DE BAIRROS; CONSELHOS COMUNITÁRIOS, CONSELHOS DE REPRESENTANTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5	GRUPO 5	APERFEIÇOAR E IMPLEMENTAR INSTRUMENTOS DE CONTROLE DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS: <ul style="list-style-type: none"> •NO PERÍMETROS DAS OUCS; •EM GRANDES VOLUMES CONSTRUÍDOS; •EM CONJUNTO DE EMPREENDIMENTOS; •NO ENTORNO DOS EIXOS DE TRANSPORTE COLETIVO. 	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	INTRODUZIR NO PDE DIRETRIZES DE PARCELAMENTO PARA GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	INTRODUZIR NO PDE DIRETRIZES DE PARCELAMENTO PARA GRANDES EMPREENDIMENTOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5	GRUPO 5	PRIORIZAR A APLICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE FORMA MAIS EQUILIBRADA NO TERRITÓRIO DA CIDADE.	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS / INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS
JUPIRA	GRUPO 5	DIVERSOS SEGMENTOS REPRESENTADOS, GRUPO DE 40 PESSOAS, PRODUZIU RESPOSTAS DIVERSAS. O GRUPO NÃO DEFINIU CONCLUSÕES. A DISCUSSÃO EM GRUPO PARTICIPATIVA FOI ESSENCIAL. O TEMPO FOI INSUFICIENTE. REFORÇA A METODOLOGIA UTILIZADA, COM MAIS TEMPO E MELHOR ADEQUAÇÃO DOS ESFORÇOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
JOSÉ CARLOS	MINISTÉRIO PÚBLICO	RESOLVER AS RECLAMAÇÕES DE BARULHO – DEVE SER POR MEIO DE UM PACTO DE CONVIVÊNCIA LOCAL. NÃO SE PODE ESPERAR SÓ DO PODER PÚBLICO. ESTABELEÇER REGRAS DE USO – HORÁRIOS PARA DETERMINADOS USOS. REGRA DE VIZINHANÇA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
JOSÉ CARLOS	MINISTÉRIO PÚBLICO	MELHORAR A LEI DE DEFINIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMPACTANTES. PROMOVER UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS EMPREENDIMENTOS ANTES DE SUA APROVAÇÃO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
PAULA SANTORNO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TEM QUE ESTAR NO PLANO DIRETOR: O CONTROLE PÚBLICO NAS APROVAÇÕES. NÃO CONTROLAR SÓ POR ÁREA E CONTROLAR OS IMPACTOS CUMULATIVOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
PAULA SANTORNO	MINISTÉRIO PÚBLICO	A MISTURA DE CLASSES NO MESMO EDIFÍCIO. TEMOS PROBLEMAS COM VIZINHOS E DEVEMOS NOS TOLERAR.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
PAULA SANTORO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TEM QUE PREVER PARCELAMENTO COMPULSÓRIO. SOU CONTRA GRANDES EMPREENDIMENTOS. ESTÃO CANALIZANDO RIO, ABAIXANDO LENÇOL FREÁTICO...	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
PAULA SANTORO	MINISTÉRIO PÚBLICO	ADENSAR COM GENTE MORANDO E MANTENDO CALÇADAS AMPLAS E VERDES, SOU CONTRA A VERTICALIZAÇÃO QUE COLOCA MAIS CARRO NA RUA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
PAULA SANTORO	MINISTÉRIO PÚBLICO	IPTU PROGRESSIVO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
MICHELE	MOVIMENTO BUTANTÁ	CONTROLAR OS EMPREENDIMENTOS POR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE MÉRITO, COM A POPULAÇÃO, SEM ESTAR VINCULADO À SVMMA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
PATRÍCIA	MOVIMENTO BUTANTÁ	O USO MISTO SIGNIFICA USOS COMERCIAIS DE BAIXO IMPACTO, QUANTO AO PADRÃO DE OCUPAÇÃO E DENSIDADE	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
SÔNIA	MOVIMENTO DE MORADIA	EXISTIR CONSELHOS DE REPRESENTANTES LOCAIS, EM CADA BAIRRO. MELHORIA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
SÔNIA	MOVIMENTO POPULAR	COMO O PLANO DIRETOR VAI PREVER OS PONTOS DE VISTA TÉCNICOS, LEGAIS E ECONÔMICOS?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DANIELA	NABIL BONDUKI	ESTABELECEER CONTRAPARTIDAS QUE TRANSFORMEM A CIDADE COMO A GENTE QUER. E NÃO COMO SE DEMOLE 30 ÁRVORES E PLANTAM 31 ARVORES.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	CONCESSÃO URBANÍSTICA
DANIELA	NABIL BONDUKI	ESTABELECEER COMO OS PLANOS DE BAIROS SE ARTICULAM COM OS OUTROS BAIROS. TEMOS QUE OLHAR A CIDADE INTEIRA E DEPOIS OLHAR NO SEU BAIRRO. "OBRAS EM ITAQUERA TEM IMPACTO NA CIDADE INTEIRA."	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
27.04.2013 Avaliação Temática - Uso e Ocupação do Solo - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
DANIELA	NABIL BONDUKI	GARANTIR A FRONTEIRA AMBIENTAL. MANTER AS MACROZONAS E MACROÁREAS, POIS TRAZEM O QUE A CIDADE PODERIA SER.	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
DANIELA	NABIL BONDUKI	UMA CIDADE QUE TEM PROXIMIDADE NO TRABALHO, CASA E LAZER.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
DANIELA	NABIL BONDUKI	ADENSAMENTO NAS GRANDES VIAS, COM INDUÇÃO DO USO MISTO COTA MÁXIMA DE TERRENO POR UNIDADE DE SERVIÇO PODEMOS TER UMA CIDADE DENSA	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
DANIELA	ONG	AS FESTAS SÃO REALIZADAS NO PRÓPRIO LOCAL DE RESIDÊNCIA NA PERIFERIA. NÃO VIU FUNCIONAR ESSES PACTOS DE CONVIVÊNCIA NAS PERIFÉRIAS DE SÃO PAULO.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
CLAUDIA	PRESERVA SP	OBRIGATORIEDADE DOS ESTUDOS DE IMPACTO SER ANTERIOR A OBRA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LAERTE BRASIL	PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	CONSTRUIR DOIS GRANDES CANAIS NA MARGEM ESQUERDA E DIREITA PARA A COLETA DE ESGOTOS DOMICILIARES E USINA DE TRATAMENTO.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
LAERTE BRASIL	PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	A PARTICIPAÇÃO DEVE SER DESCENTRALIZADA – PARA CONSTITUIR REFERÊNCIAS NOS BAIRROS, E FAZER 32 CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS E INSTITUIR 96 CONSELHOS DE REPRESENTANTES.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ADRIANO	SUBPREFEITURA DO IPIRANGA	CA CONTINUA COM O VALOR 1 – ACREDITA QUE HÁ ENGENHAMENTO PARA OS PEQUENOS EMPREENDEDORES. A IDÉIA É SIMPLIFICAR A LEGISLAÇÃO PARA OS PEQUENOS EMPREENDEDORES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)

REGISTRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

1ª ETAPA. Atividades de Avaliação Participativa

OFICINAS TEMÁTICAS

OFICINA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Data: 27.04.2013

Local: UNINOVE BARRA FUNDA

Número de Participantes: 375

Número de oficinas/ salas: (5) cinco

Cartelas utilizadas: (2) cores, uma para cada questão (como e onde)

Tema mais debatido: Os temas “impactos de grandes empreendimentos”, “intensidade de ocupação” “morfologia” e “uso misto” foram os que mais receberam contribuições, tanto de análise e avaliação relacionadas à configuração atual da cidade, quanto em termos propositivos.

Objetivo das oficinas: compartilhar as avaliações trazidas pela sociedade e as avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais secretarias, sobre a aplicação do PDE de 2002.

Descrição da Atividade de Oficina Avaliativa:

1. AS OFICINAS AVALIATIVAS tiveram início com a apresentação da avaliação produzida pela equipe técnica de SMDU sobre um tema específico (Uso e Ocupação do Solo, Habitação, Meio Ambiente e Investimentos Prioritários, Planos Regionais e Planos de Bairro), cada qual com duração de aproximadamente 40 minutos. Estiveram presentes na mesa: o Secretário de SMDU – Fernando Melo Franco, o Diretor do Departamento de Urbanismo de SMDU – Anderson Kazuo Nakano, o Diretor do Departamento de Uso e Ocupação do Solo de SMDU – Daniel Todtmann Montandon.
2. Na seqüência, os participantes reunidos em plenário foram divididos em salas de aproximadamente 50 pessoas. As salas estavam ambientadas com TNT e cartazes com o seguinte conteúdo:
 1. Uma QUESTÃO apresentada para estimular o debate - **COMO E ONDE ORGANIZAR O AUMENTO DE CONSTRUÇÕES, ATIVIDADES E MORADIAS NOS ESPAÇOS DA CIDADE?**
 2. Objetivos da revisão do PDE (7 objetivos Gerais)
 3. ACORDOS
 4. Orientações para Escrita
3. Foi aplicada a técnica de visualização de idéias por cartelas. Os participantes foram convidados a anotar em cartelas, individualmente, respostas às perguntas formuladas. Nessa etapa os moderadores estavam disponíveis para atender quem solicitasse ajuda para a escrita. Na seqüência, os presentes foram convidados a se agrupar em grupos de 5 a 8 pessoas para debater as idéias anotadas: comparar idéias semelhantes e identificar idéias conflitantes, de tal forma a apresentar uma cartela por idéia os demais participantes

da sala, não havendo restrição quanto ao número de idéias.. Nesta oficina foram utilizadas cartelas de (2) cores, uma para cada questão (como e onde).

4. Um porta voz indicado por cada subgrupo leu a idéia para a sala e entregou ao moderador, que teve como tarefa construir “nuvens “ de idéias comuns, afixadas no TNT de acordo com a proximidade do assunto.
5. De forma agrupada, foram afixadas no painel todas as idéias produzidas pelo grupo e cada participante foi convidado a “votar” em até (3) propostas que considerasse mais importante dentro daquele conjunto. As (5) idéias mais votadas foram levadas para o plenário pelo porta-voz indicado pela sala.
6. Na Plenária, uma vez lidas as idéias mais votadas, a mesa abriu algumas rodadas de inscrições, com a possibilidade de novas contribuições.
7. Além disso, houve também a possibilidade de entrega de contribuições por escrito, em formulário padrão.
8. Para registro no banco de contribuições desta atividade, foram consideradas todas as cartelas apresentadas nos grupos, as falas individuais feitas em plenária e as contribuições por escrito.

Avaliação Geral da Proposta de Oficinas: A revisão participativa do PDE estruturada por SMDU, procurou criar estratégias diferenciadas para ouvir a população em relação a aplicação do Plano Diretor Estratégico de 2002 e, ao mesmo tempo, permitir que essas avaliações fossem debatidas em espaços que agregassem vários segmentos sociais. Desse modo, ao invés da organização de encontros no formato de Audiências Públicas, em que os participantes se organizam para serem ouvidos apenas pelo poder público, que preside a mesa de coordenação dos trabalhos optou-se pela vivência de OFICINAS AVALIATIVAS. Nessas oficinas, a dinâmica proposta induziu os participantes a debaterem suas idéias no grupo e, ao mesmo tempo, permitiu um registro muito mais amplo de considerações do que seria possível no modelo de Audiências Públicas. Por ser um formato novo, portanto ainda não testado, os participantes não tinham certeza da efetividade do processo. As várias experiências participativas dos últimos anos, pontuais e muitas vezes instrumentais – voltadas mais para o referendo a alguma proposta previamente formulada sem que houvesse de fato possibilidade de interferir no processo e alterar decisões – fez com que os participantes tivessem grande expectativa com relação às atividades de revisão participativa do PDE. As oficinas foram sendo aprimoradas de acordo com a avaliação das oficinas já realizadas.

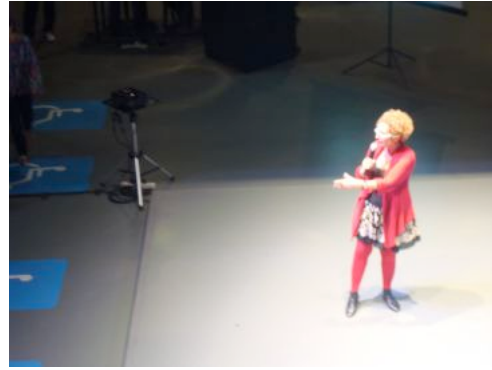
Avaliação da Oficina USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: A pergunta proposta para incentivar o debate acabou gerando não só a avaliação sobre a aplicação das regras de uso e ocupação do solo, mas induziu a construção de propostas, o que não era objeto dessa etapa da revisão. Isso foi corrigido nas oficinas seguintes. Além disso, por ser a primeira experiência de consulta no formato de oficina com técnica de visualização de cartelas tendo como objeto o PDE, também foram necessários alguns ajustes nas oficinas posteriores, como ampliação das informações disponíveis na ambientação da sala, escrita na cartela apenas com pincel atômico e escrita de no máximo (4) linhas, o que auxilia a visualização no painel.

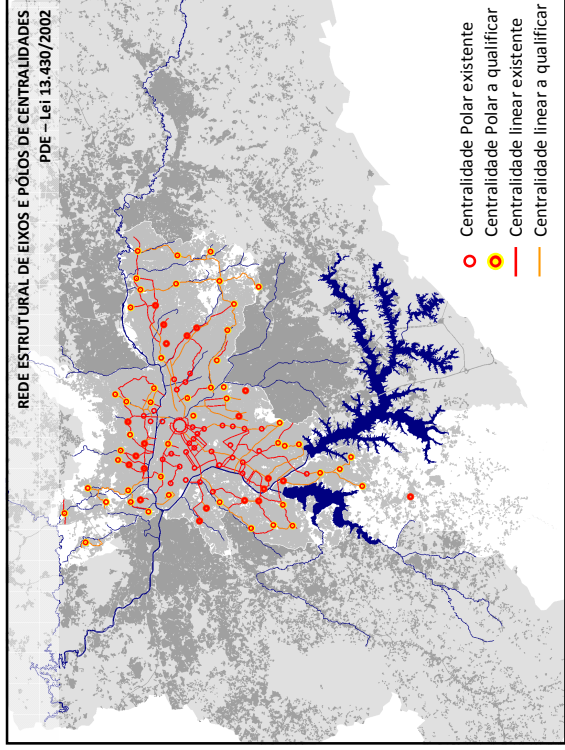
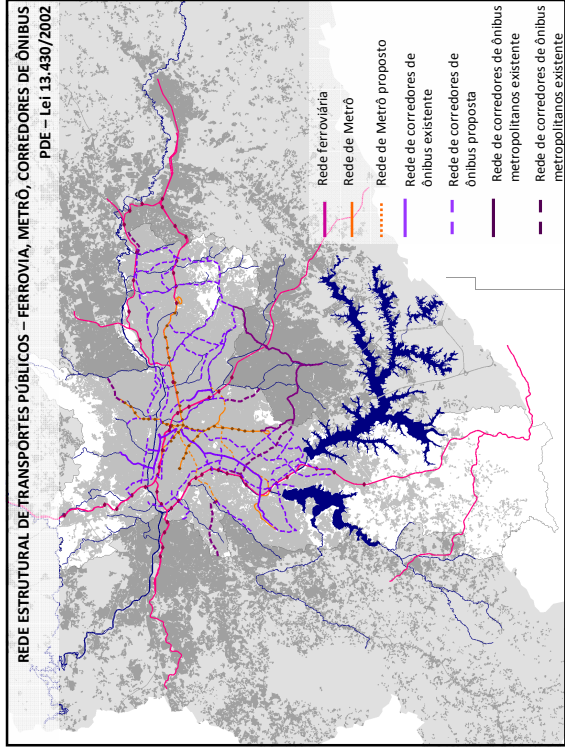
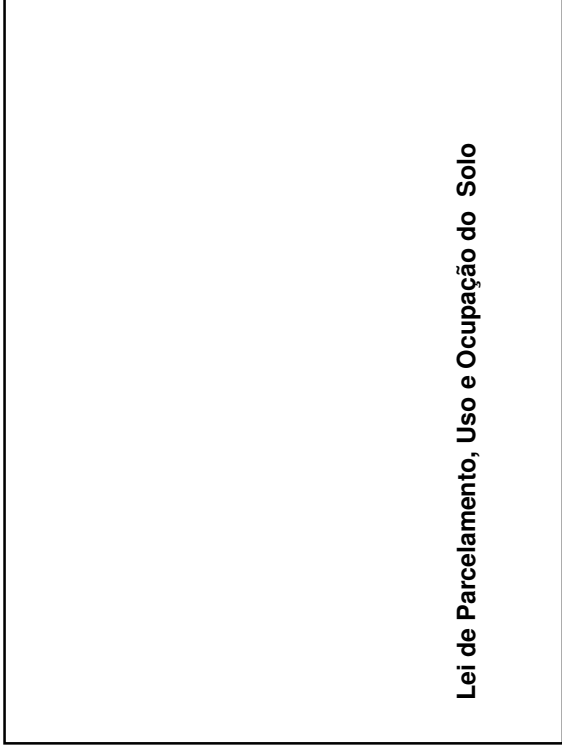
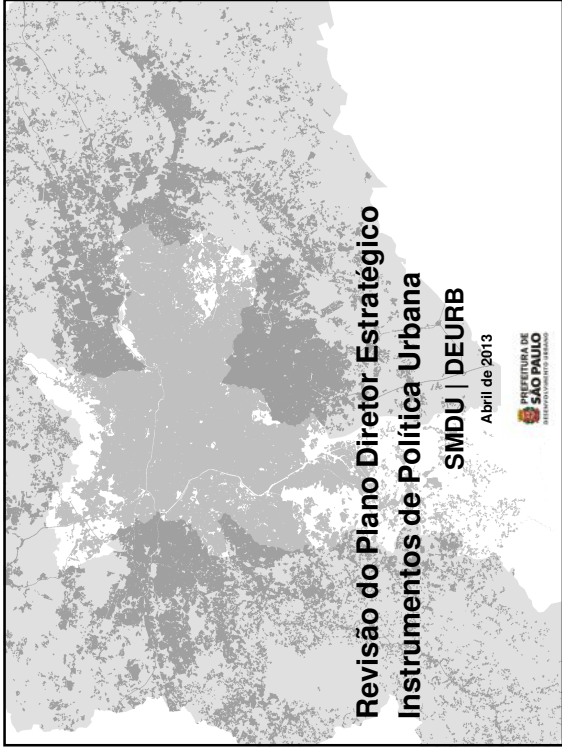
PRIMEIRA ETAPA

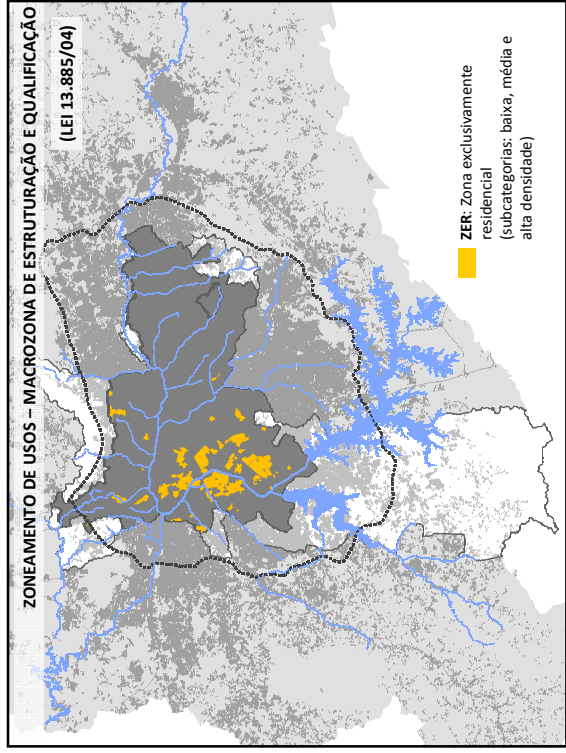
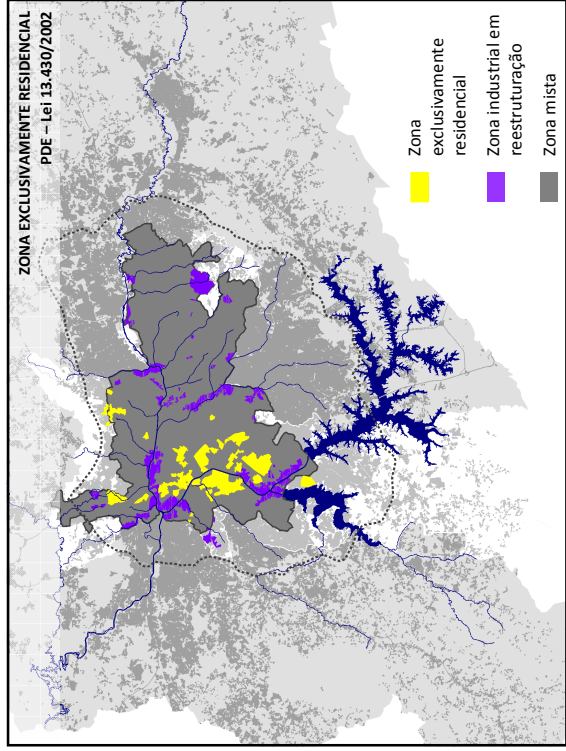
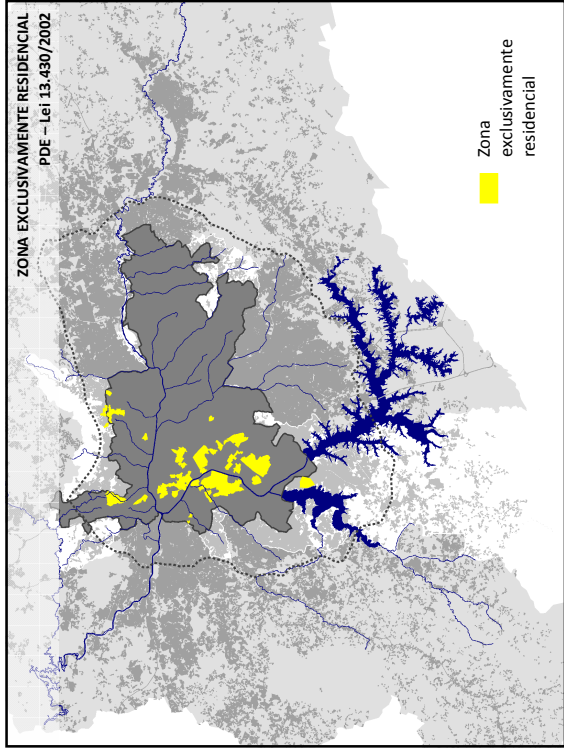
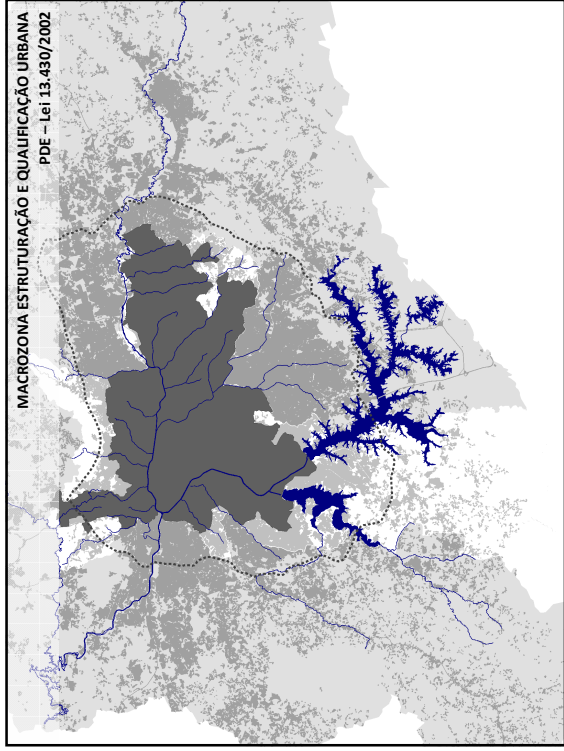
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA – 30/04/2013

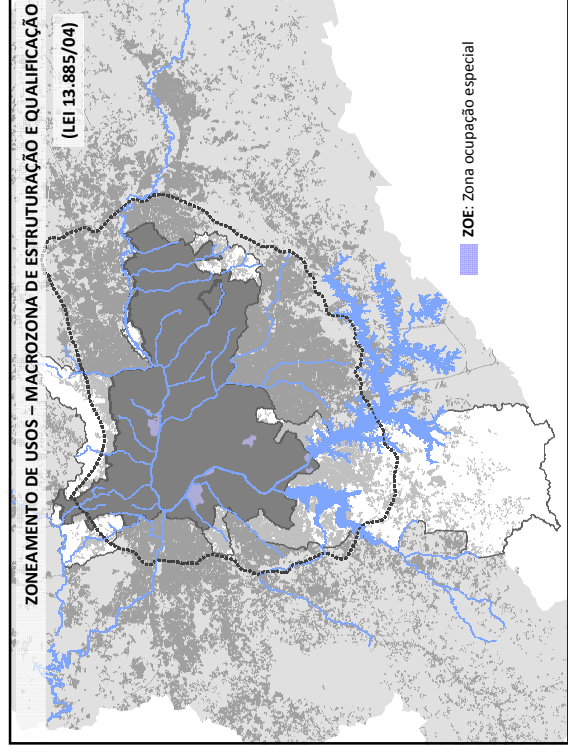
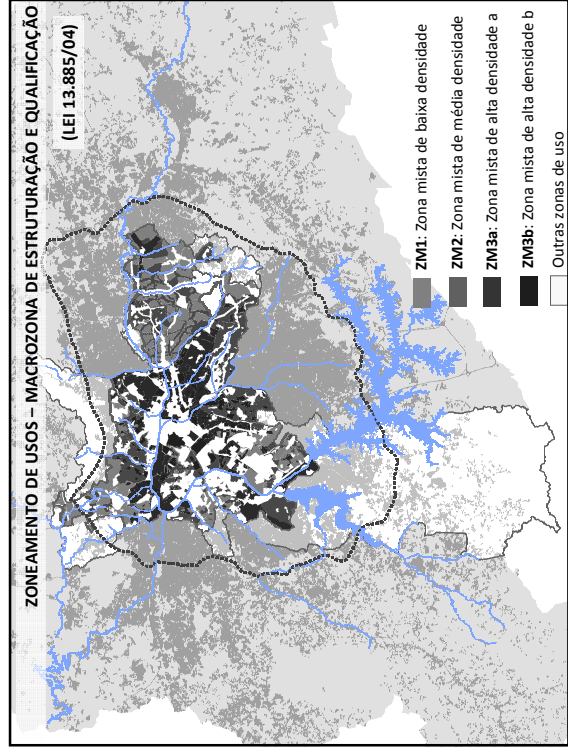
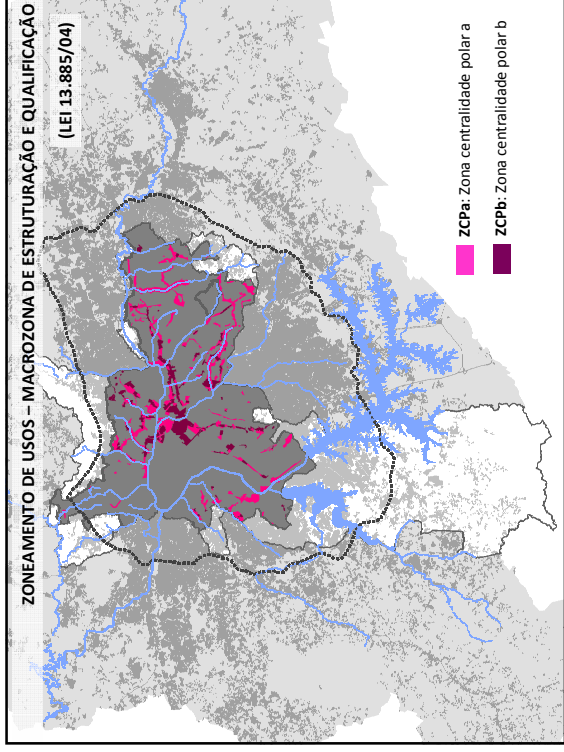
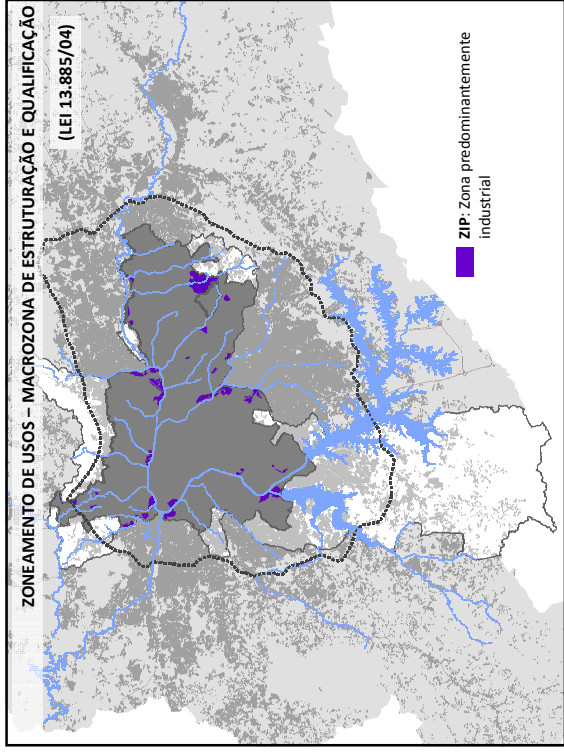
Registro Fotográfico
Apresentação – Power Point
Sistematização das Propostas Apresentadas
Registro Sintético

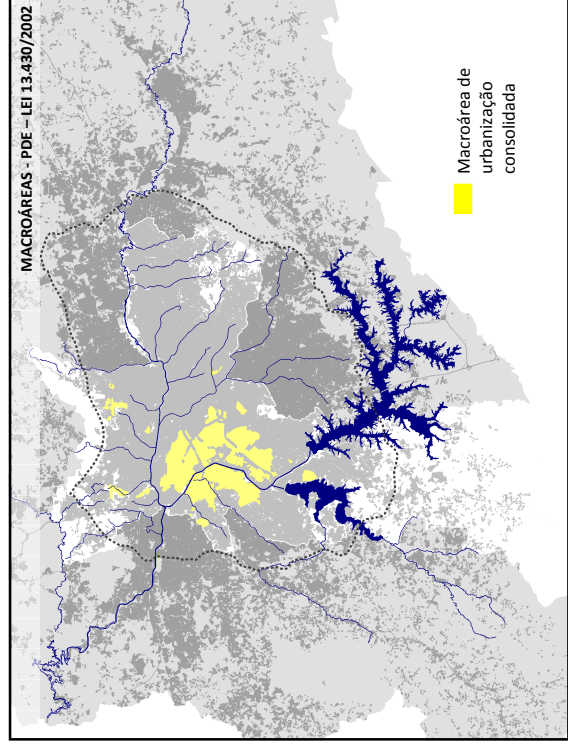
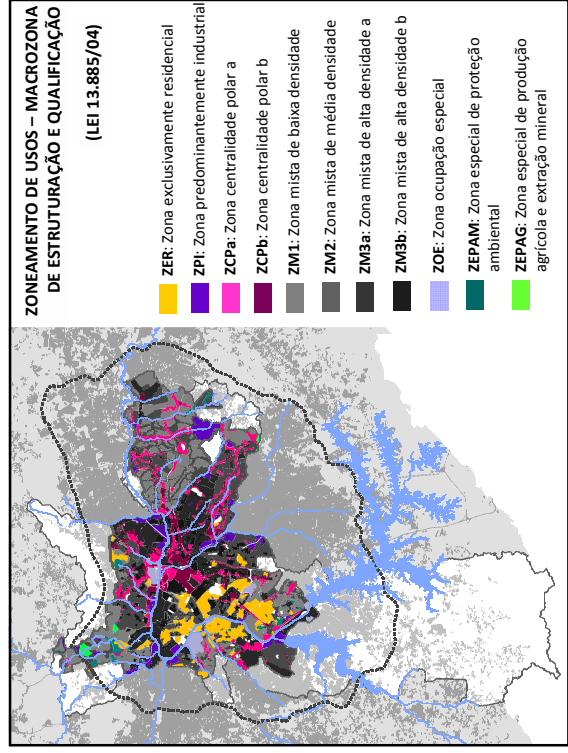
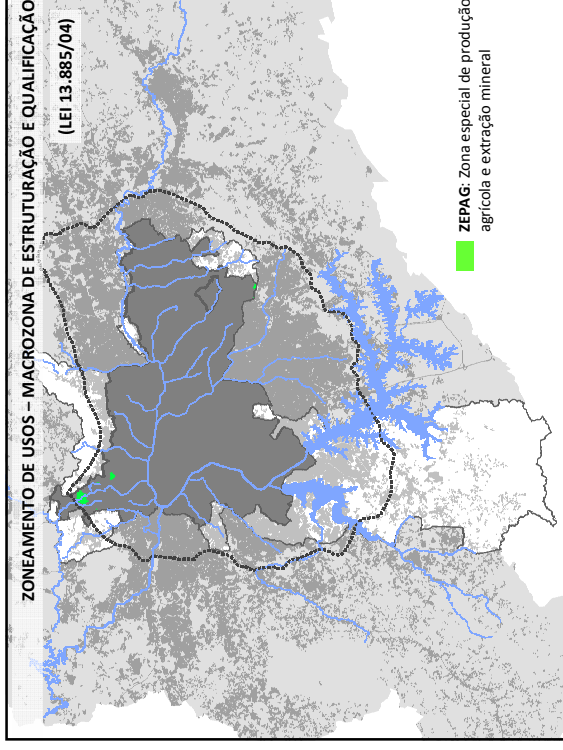
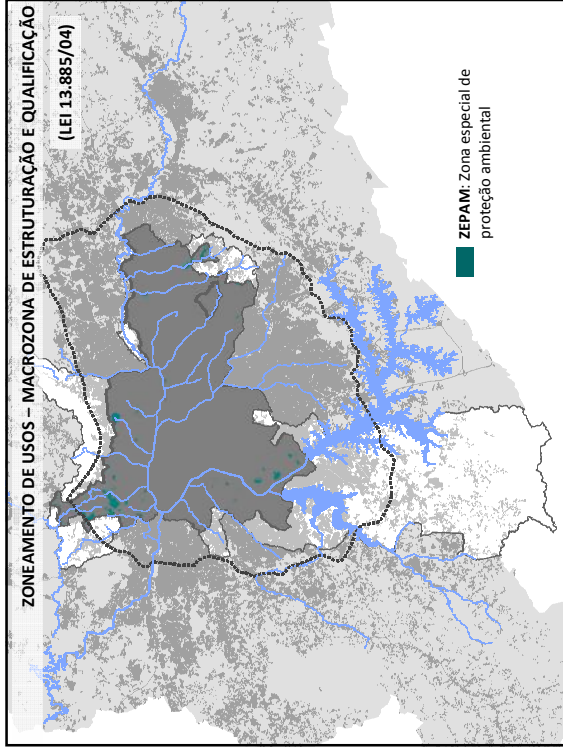
Instrumentos de Política Urbana – 30/04/2013

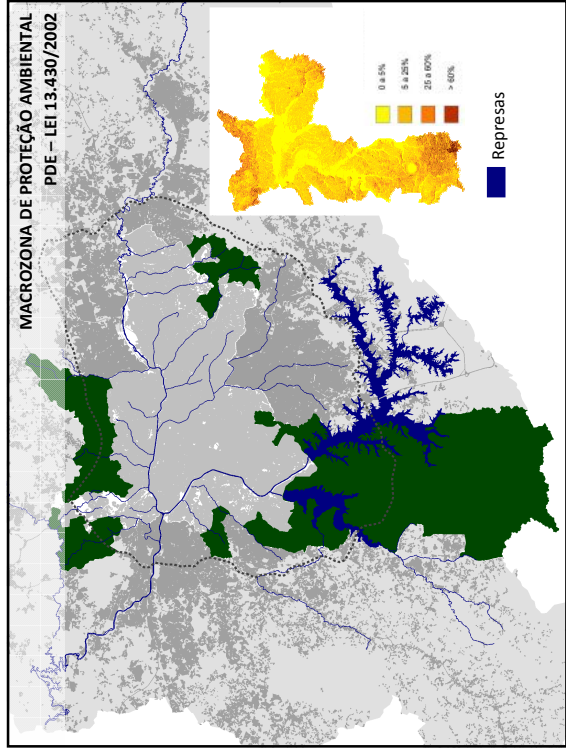
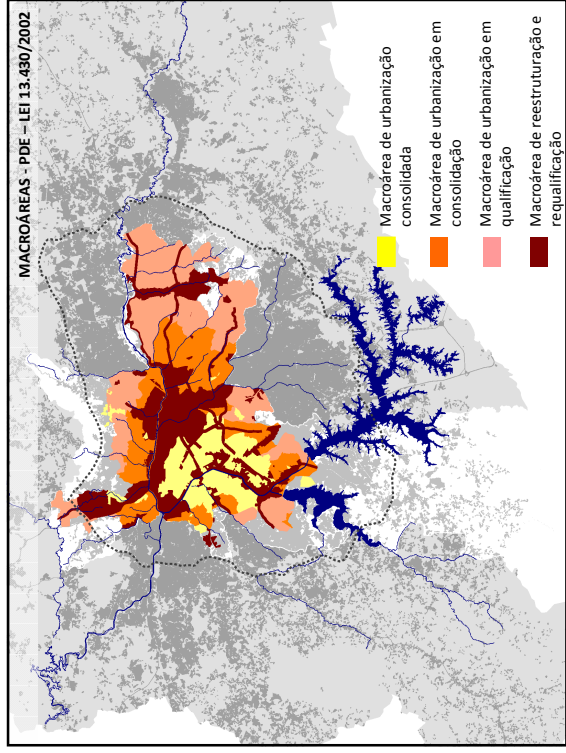
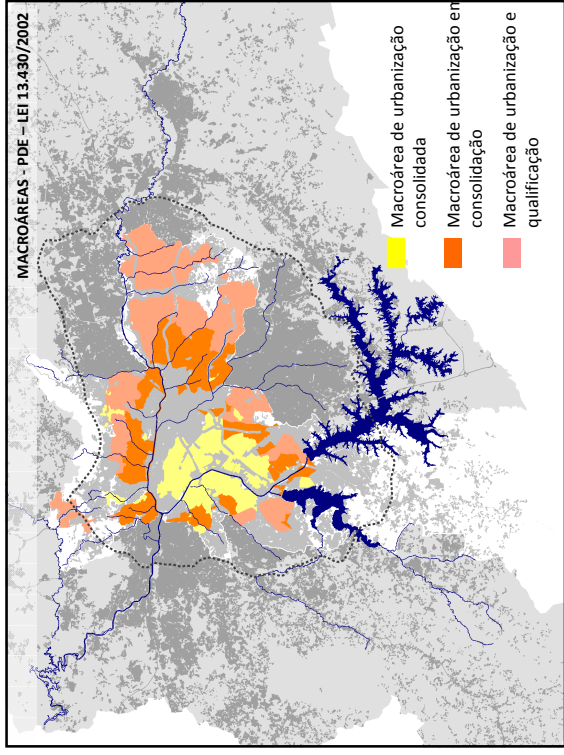
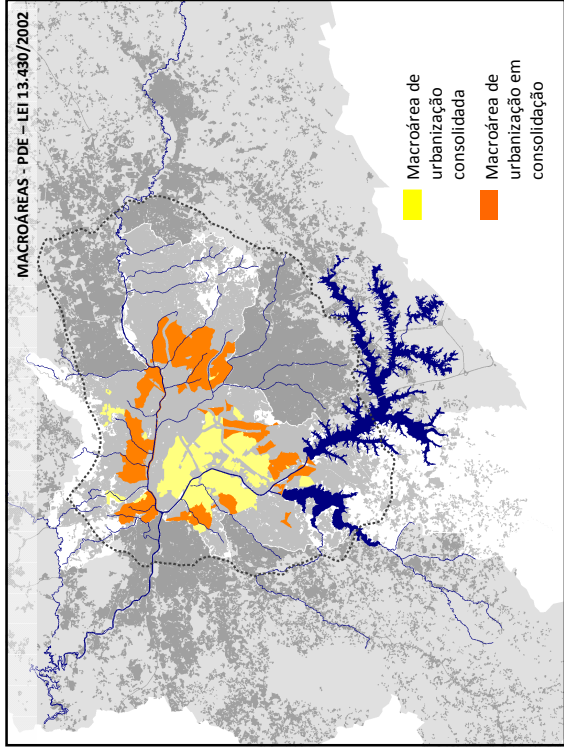


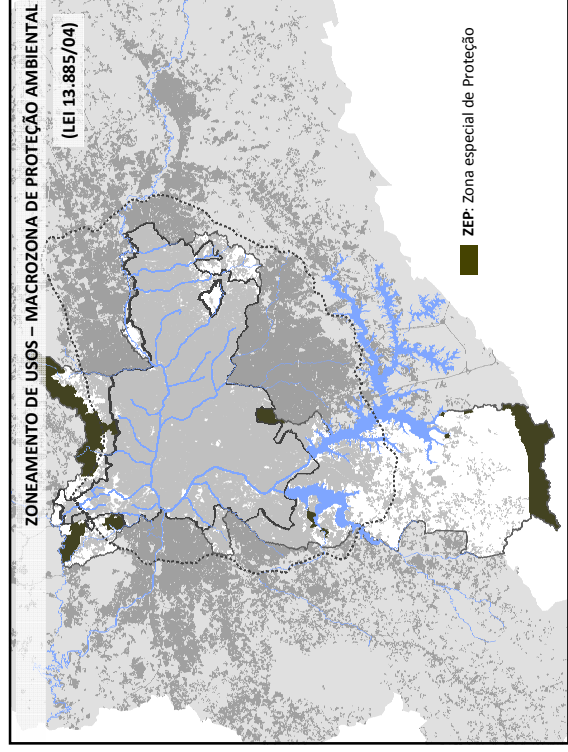
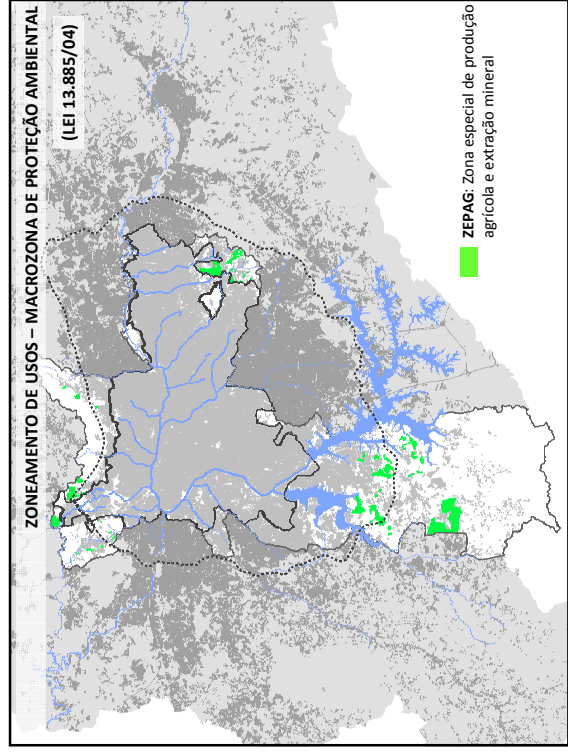
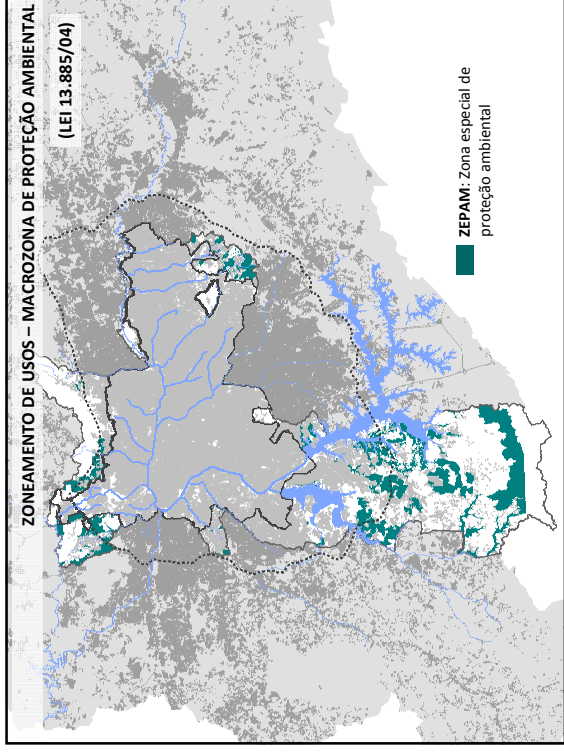
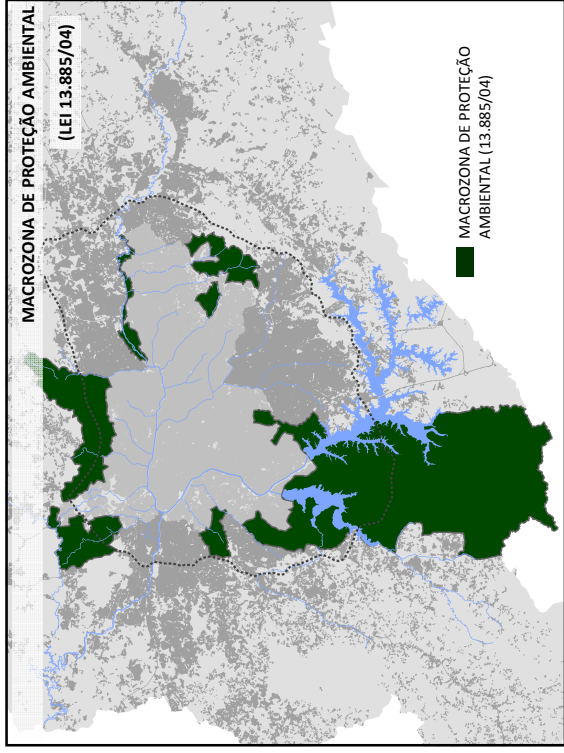


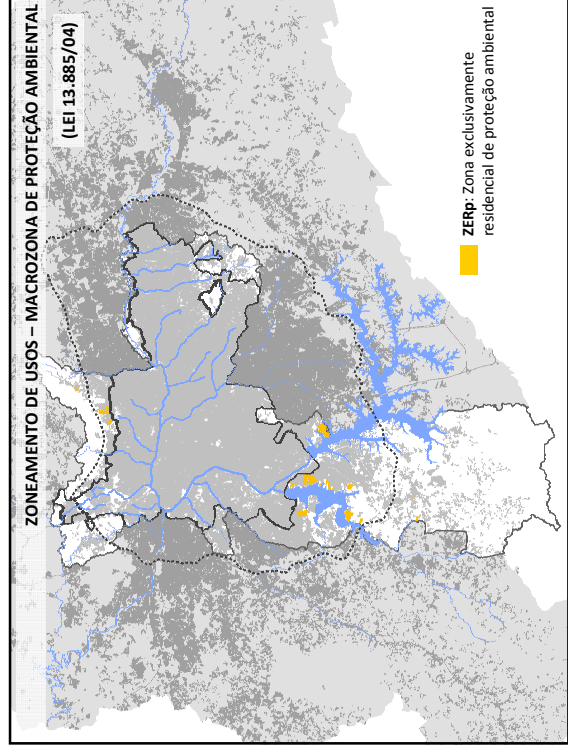
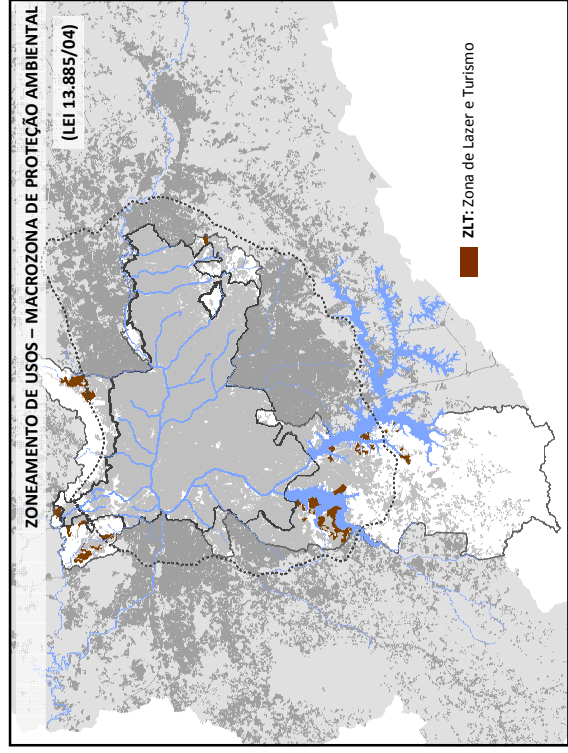
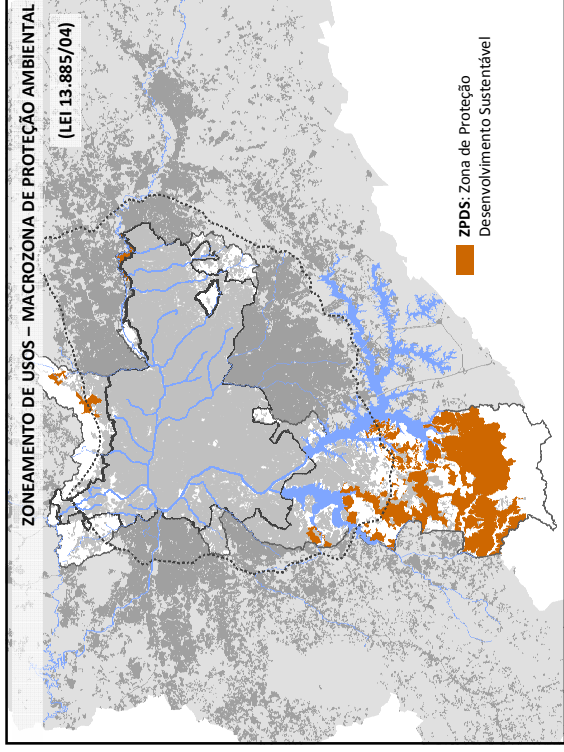
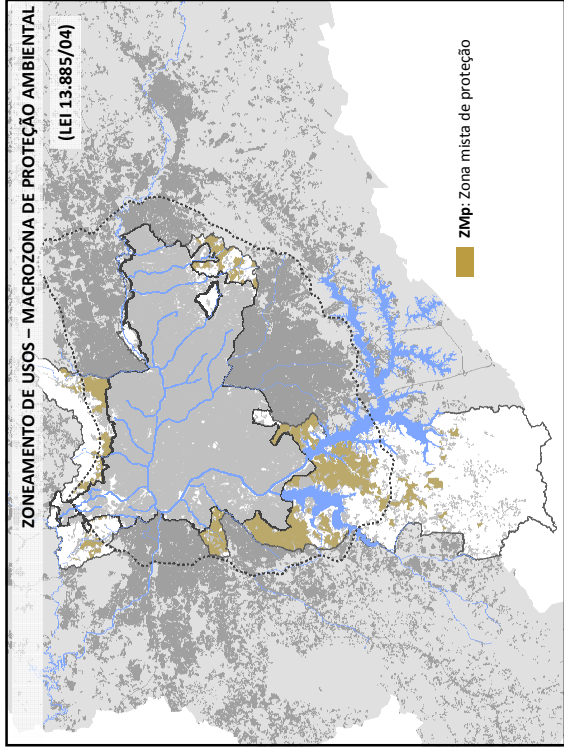


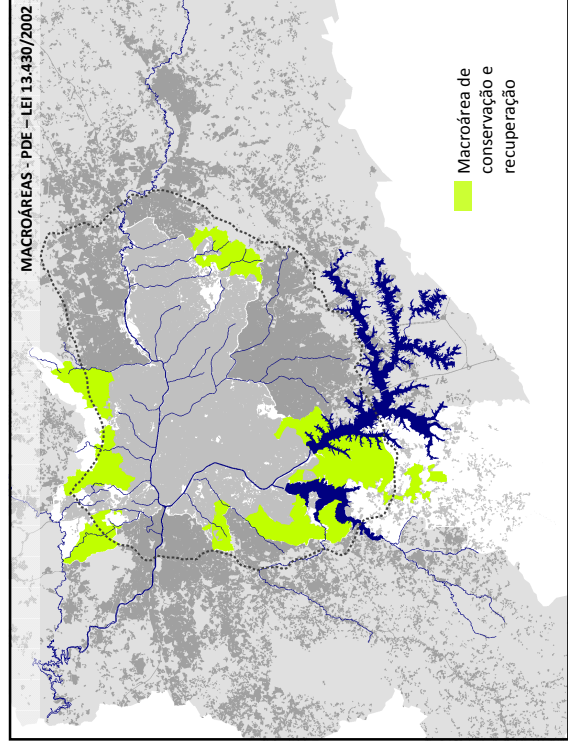
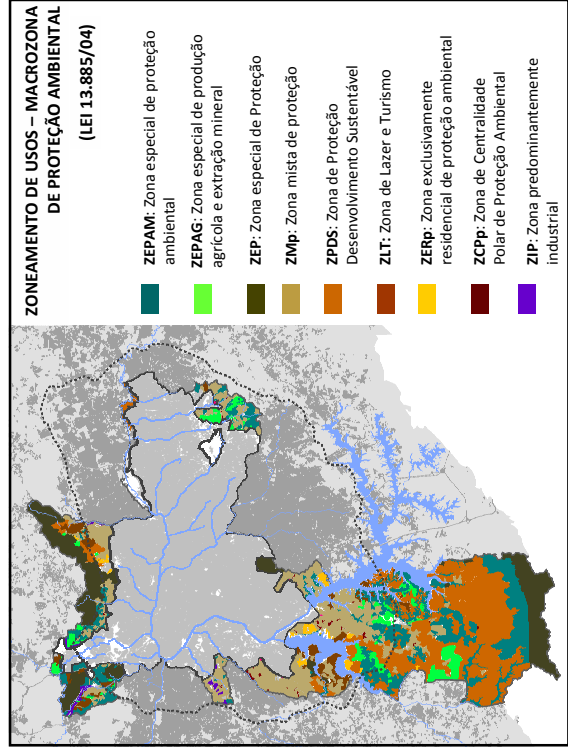
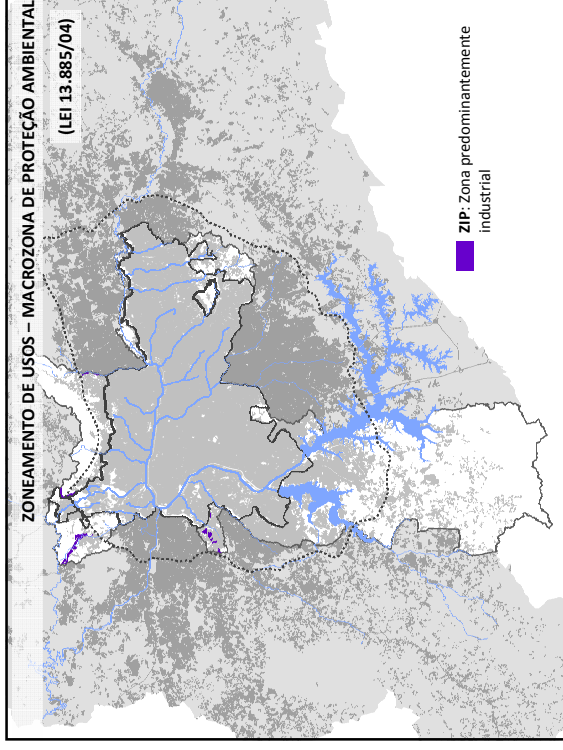
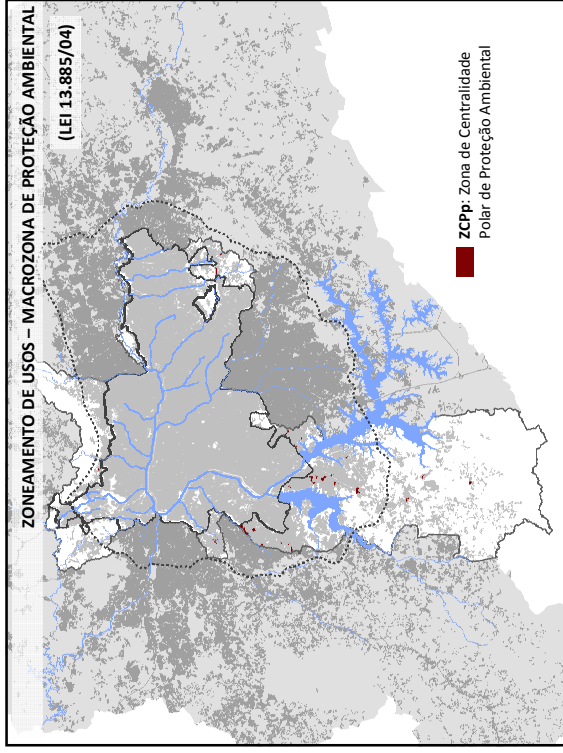


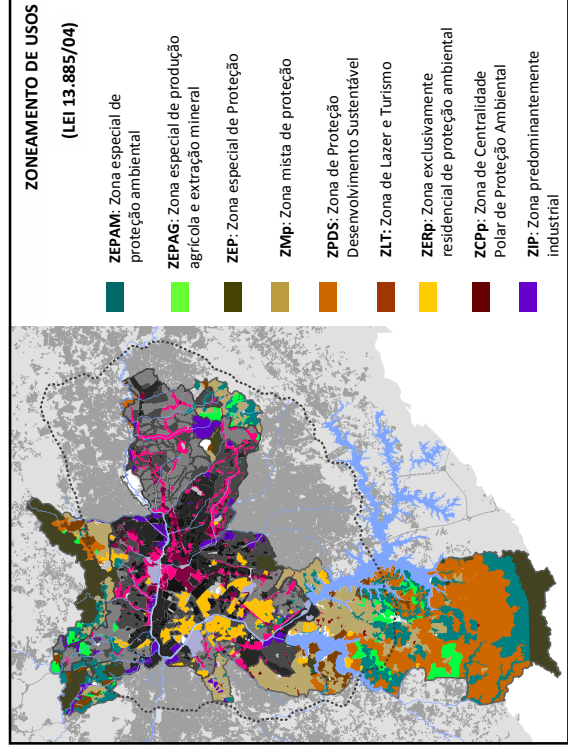
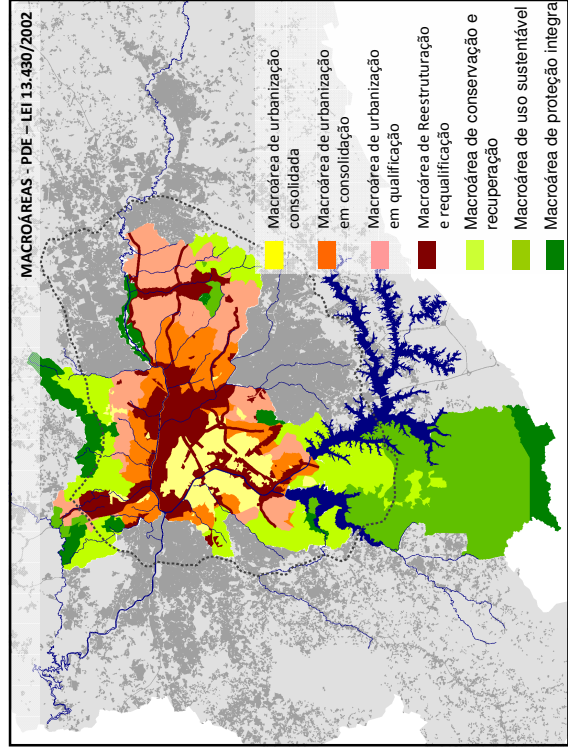
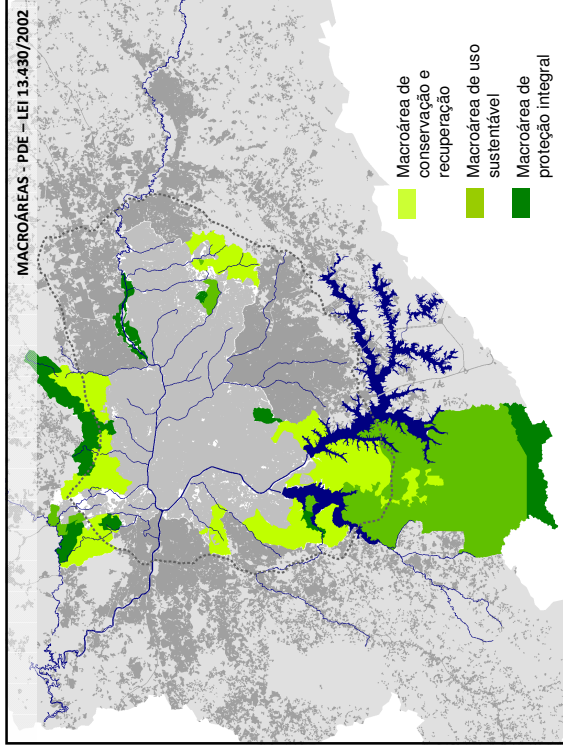
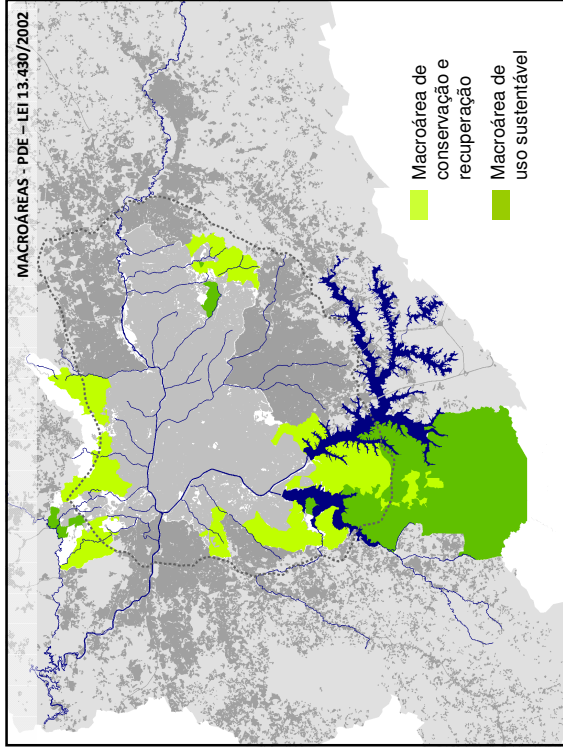




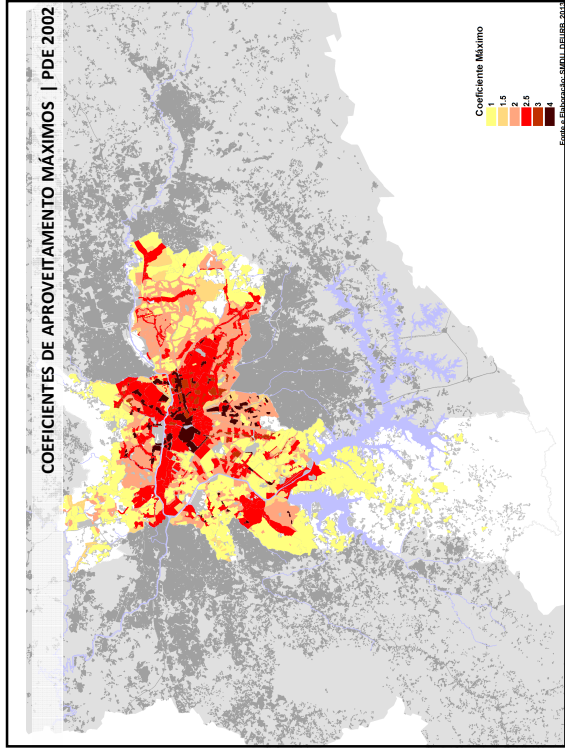
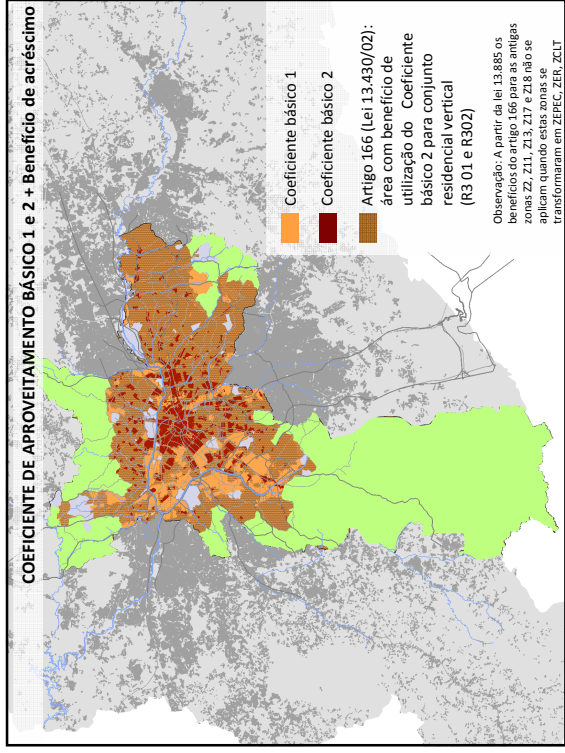
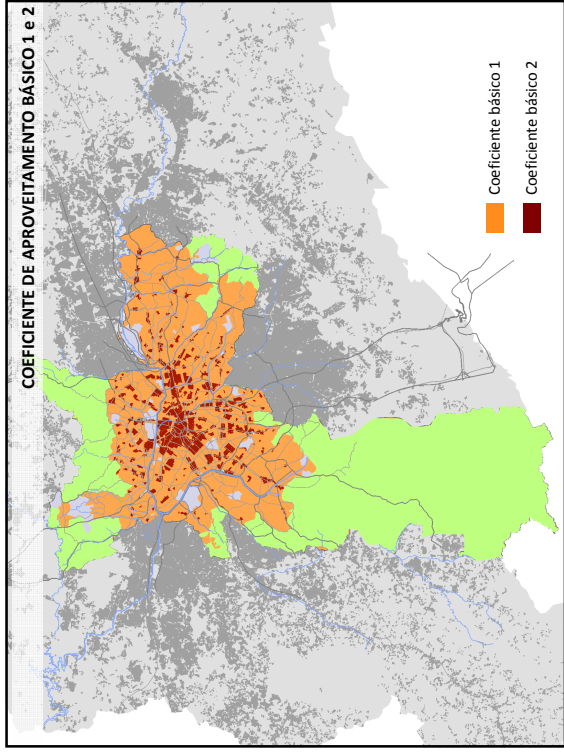








Outorga Onerosa do Direito de Construir

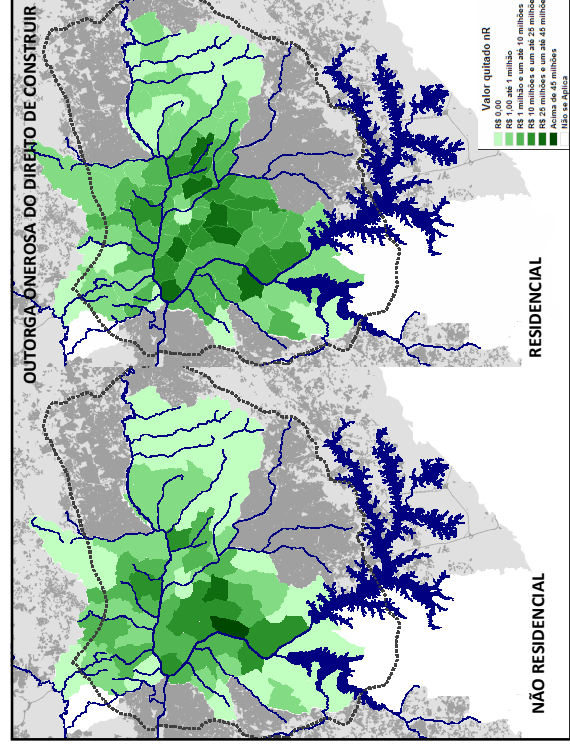
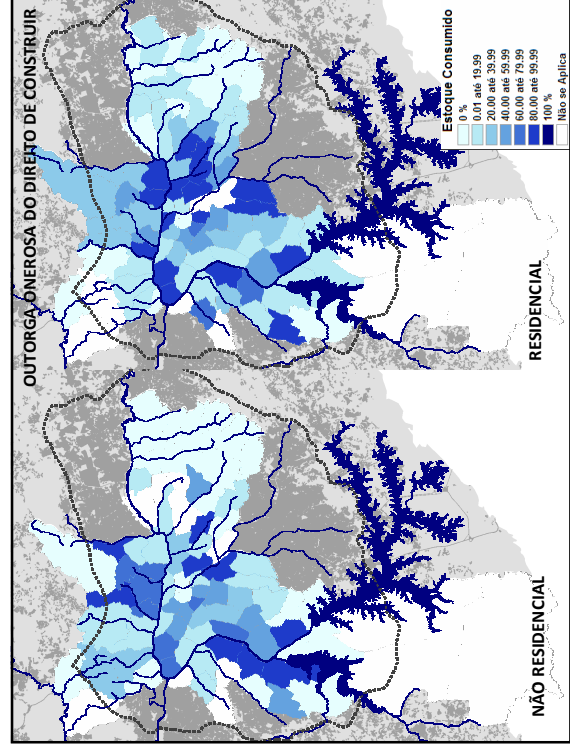
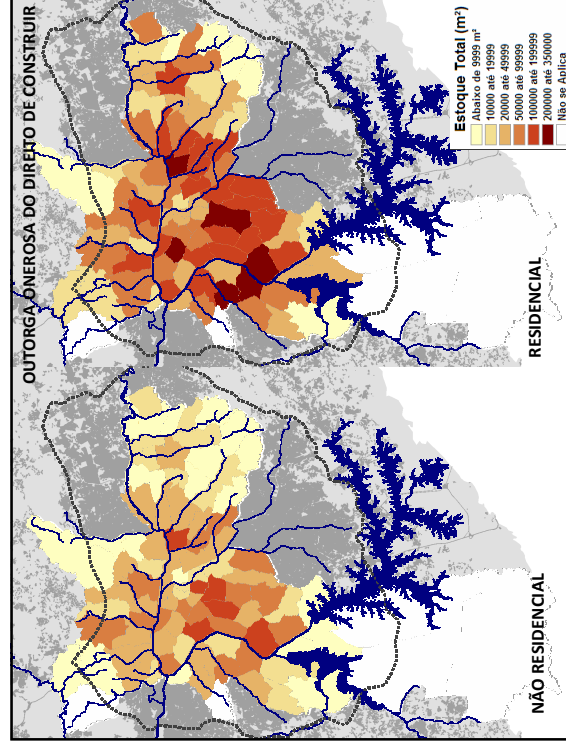


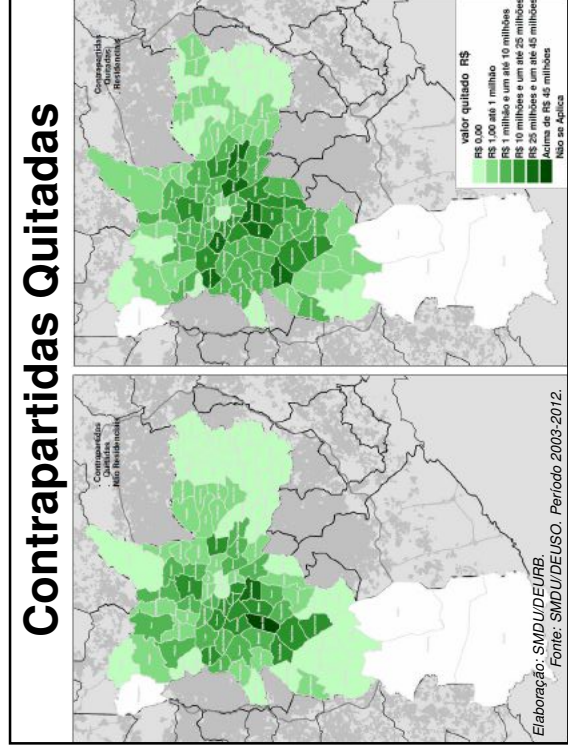
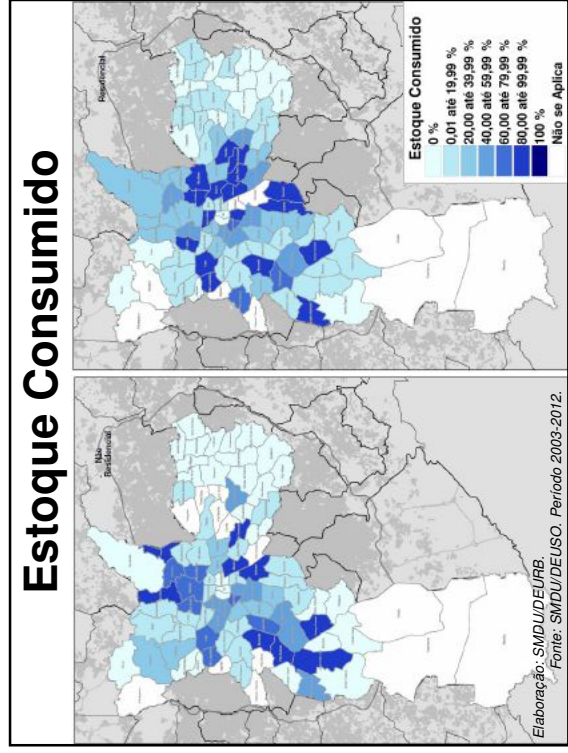
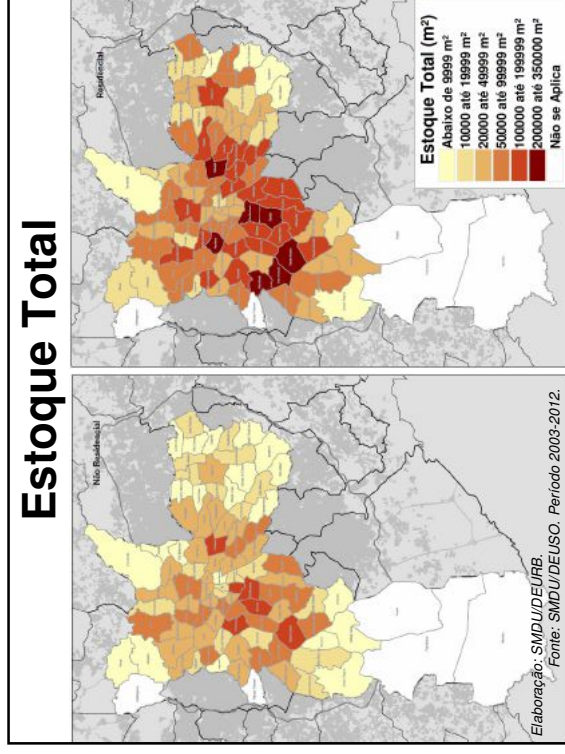
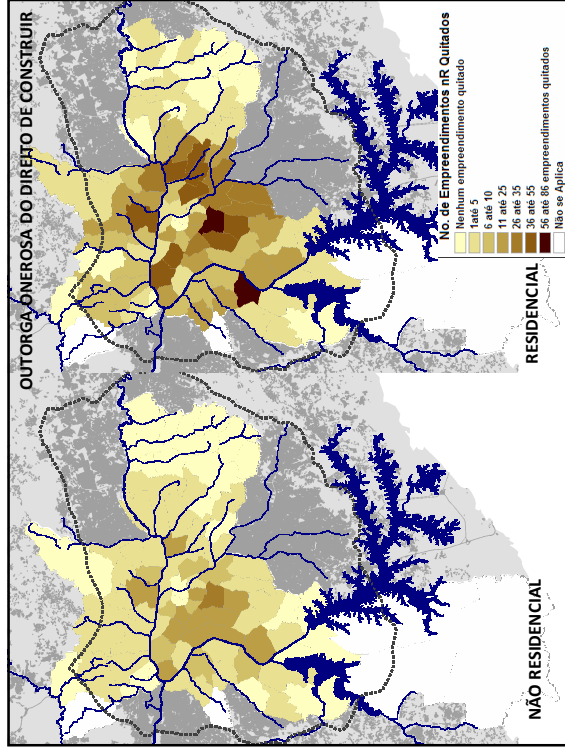
Estoques consumidos e contrapartidas quitadas

Uso	Não-residencial	Residencial
Estoque total (m ²)	2.850.000,00	6.919.000,00
Estoque consumido (m ²)	878.785,49	2.954.256,05
Estoque consumido (%)	30,83	42,70
Contrapartidas quitadas do estoque consumido (R\$)	395.625.703,15	568.100.174,34
Número de empreendimentos quitados (un)	390	1.188

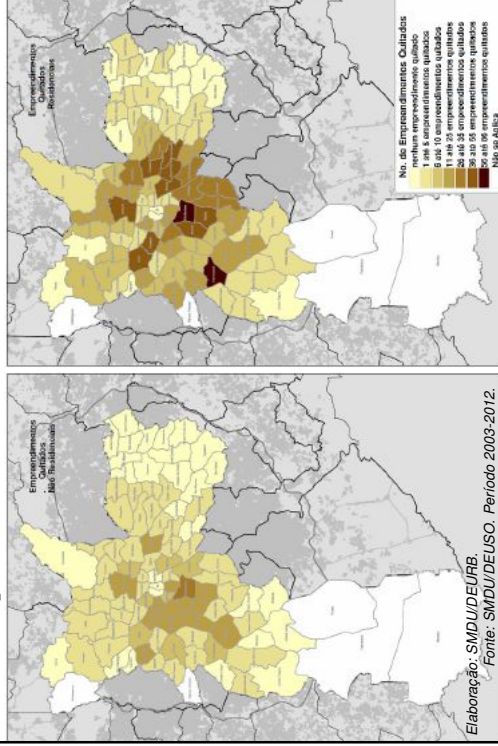
Fonte: SMDU/DEUSO. Período 2003-2012.

Observação: O estoque consumido residencial inclui o consumo com HIS e HMP produzidos pela iniciativa privada, porém não inclui a produção pública até a data de referência dezembro de 2012.





Empreendimentos Quitados



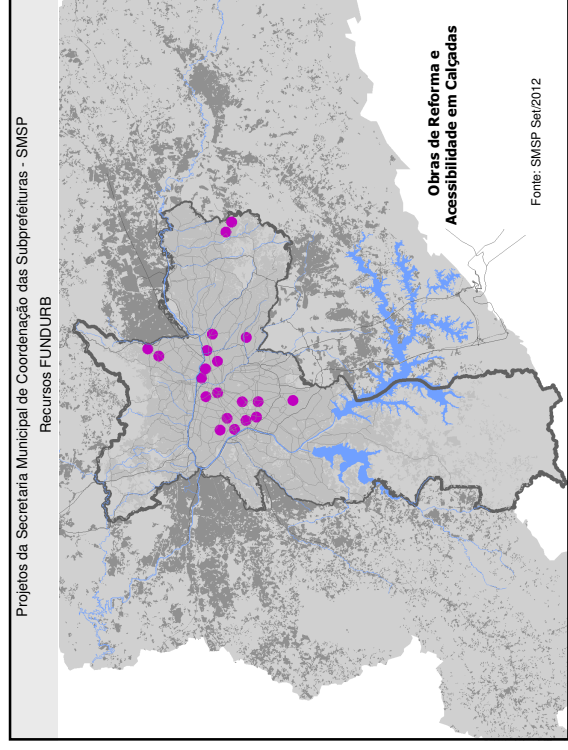
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Exercícios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Arrecadação*	99.937	118.128	115.928	210.672	339.961	203.048	1.087.674
Orçamento Atualizado - R\$ Mil							
SMSP	16.000	21.250	32.330	8.038	108.500	73.000	259.118
SEHAB	40.000	62.000	52.445	30.444	61.000	59.000	304.889
SMT	14.000	21.250	26.198	1.667	23.500	22.000	108.615
SIURB	38.000	108.500	59.395	11.333	51.000	113.000	381.228
SMC	22.000	16.400	43.663	45.982	73.967	76.958	278.969
SVMA	39.497	55.500	52.399	27.535	51.000	25.000	250.931
Total	169.497	284.900	266.429	124.998	368.967	368.958	1.583.749

* Outorga Onerosa - Plano Diretor

Fontes: 2010 - Novo SEO / 2011 e 2012 SOF
2007 a 2009 - acervo/arquivos digitais

SMSP - Reforma e Acessibilidade em Calçadas
SEHAB - Regularização Fundiária em Assentamentos
SMT - Implantação de Equipamentos Urbanos e Comunitários
SIURB - Obras de Drenagem e Saneamento
SMC - Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural
SVMA - Implantação de Parques Lineares



Projetos da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP

Recursos FUNDURB

Reforma e Acessibilidade em Calçadas

Trecho: Rua Jorge Veiga até Rua Doralisa



A n t e s



D e p o i s

Trecho: Rua Luis Pinto até Rua Pedro Pires



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da C MPU

Projetos da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP

Recursos FUNDURB

Reforma e Acessibilidade em Calçadas

Trecho: Rua Doralisa até Rua Luis Pinto



A n t e s



D u r a n t e

Trecho: Rua Pedro Pires até Rua Reinoso Fernandes



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da C MPU

Projetos da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP

Recursos FUNDURB

Reforma e Acessibilidade em Calçadas

Rua Joaquim Floriano (Trecho 1)



A n t e s



D e p o i s

Rua Oscar Freire



A n t e s

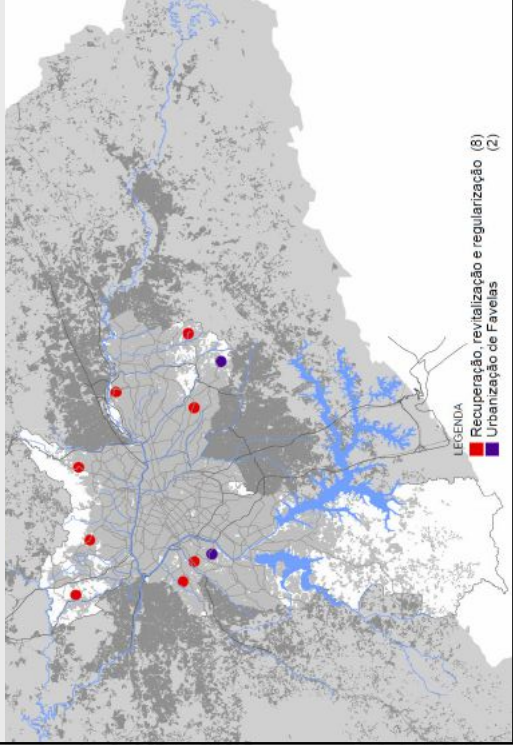


D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da C MPU

Projetos da Secretaria Municipal da Habitação - SEHAB

Recursos FUNDURB



Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - SÃO FRANCISCO



Vista da área desocupada



São Francisco Lote 2



Canalização córrego São João



A n t e s



D e p o i s

Revitalização Urbanística - Promorar Rio Claro

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - PARAISSÓPOLIS



A n t e s



D e p o i s

GROTINHO 2



CONDOMÍNIO G:
Serviços em fase de acabamento



ESTAÇÃO ELEVADORA DE ESGOTO:
Obras em andamento



AV. PERIMETRAL: Obras em andamento

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares
 Jardim Vista Alegre (consolidação geotécnica)



A n t e s



D e p o i s

Jardim Vista Alegre (demolição de quadra)




A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares
 Jardim Brasil Novo - Rua Belo Horizonte



A n t e s



D e p o i s

Jardim Corisco II - Rua Projetada 1



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB

Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares

Jardim Paulistano (abertura e pavimentação de rua) - Trav. 8 – Rua 8



A n t e s



D e p o i s

Jardim Palmares (consolidação geotécnica)



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB

Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares

Anhanguera / Morada do Sol (consolidação geotécnica)



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB

Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares

JARDIM DO LAGO



A n t e s




D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU


Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB

Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares

JOSE PAULINO



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares



GOTTI



D
e
p
o
s
i
t
o

Fonte: 22ª Reunião da CMJU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares



CHAPARRAL



D
e
p
o
s
i
t
o

Fonte: 22ª Reunião da CMJU

Projetos SEHAB - Recursos FUNDURB
Recuperação Revitalização Regularização de Assentamentos Precários e Irregulares

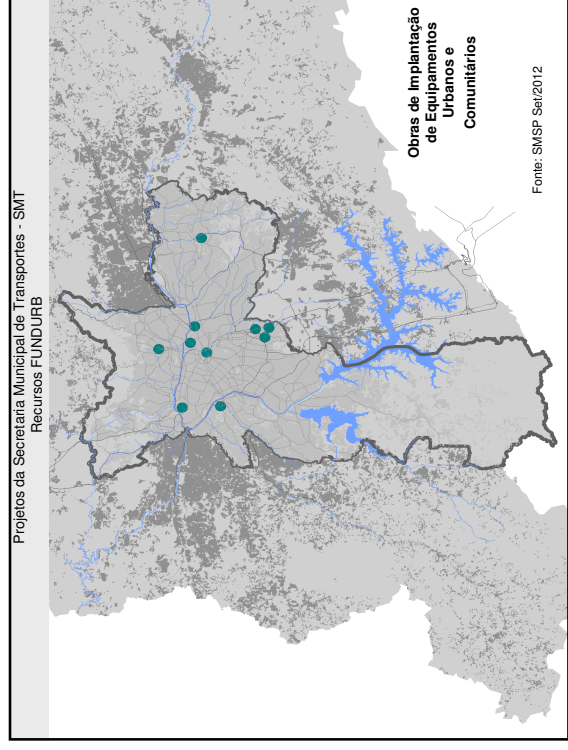


CHAPARRAL TIQUATIRA




D
e
p
o
s
i
t
o

Fonte: 22ª Reunião da CMJU




Projetos da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SIURB
Recursos FUNDURB

Córrego Pirajussara



A n t e s



D e p o i s

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

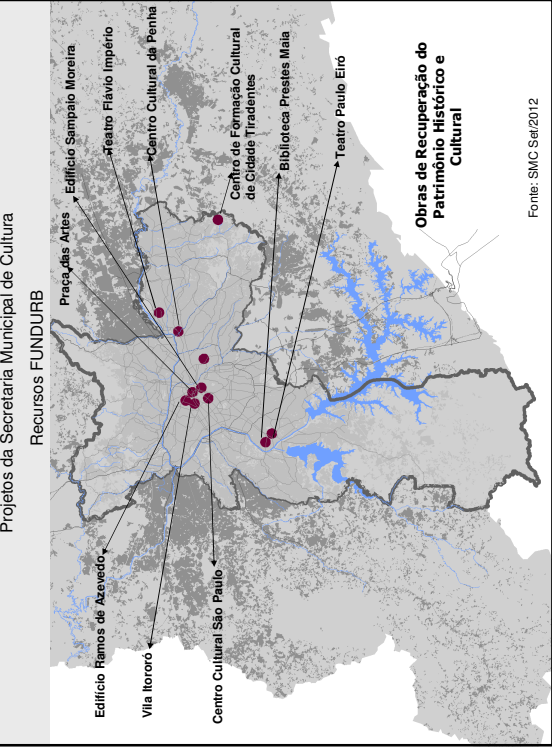
Projetos da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SIURB
Recursos FUNDURB

Córrego Ponte Balça




Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB



Fonte: SMC Set/2012

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Praça das Artes



Vista da Av. São João, 269

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Vila Iitororó

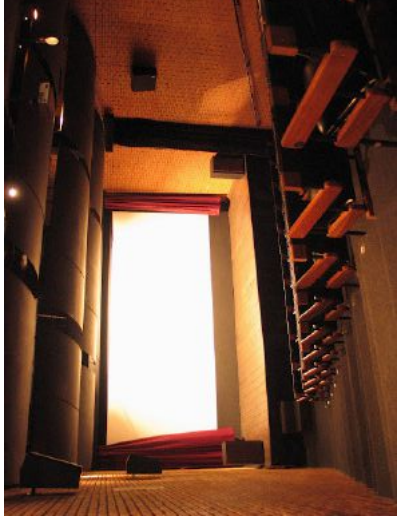


Entrada pela Rua Martiniano de Carvalho

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

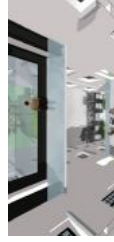
Reforma das Salas de Espetáculo do Centro Cultural São Paulo



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Restauração do Edifício Sampaio Moreira



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Construção do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Obras internas no Edifício Ramos de Azevedo



Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Reforma do Teatro Arthur Azevedo



Projeção de como ficará o teatro com o anexo

Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Reforma do Centro Cultural da Penha



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal de Cultura
Recursos FUNDURB

Reforma do Teatro Paulo Eiró



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

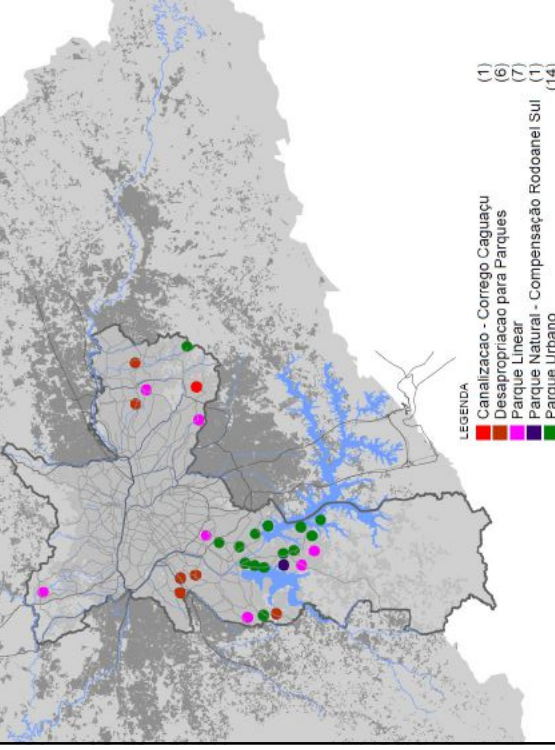
Projetos da Secretaria Municipal de Cultura

Recursos FUNDURB

Restauração da Biblioteca Prestes Maia



Fonte: 22ª Reunião da CMFU



Projetos da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Recursos FUNDURB

Parque Linear Rio Verde - Subprefeitura Itaquera



Fonte: 22ª Reunião da CMFU

Projetos da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Recursos FUNDURB

Parque Linear Oratório - Subprefeitura Vila Prudente / Sapopemba



Fonte: 22ª Reunião da CMFU

Projetos da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Recursos FUNDURB

Parque Linear Córrego do Bispo - Freguesia / Brasíliaândia



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Recursos FUNDURB

Córrego Caguaçu Parque Sapopemba - São Mateus



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Projetos da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Recursos FUNDURB

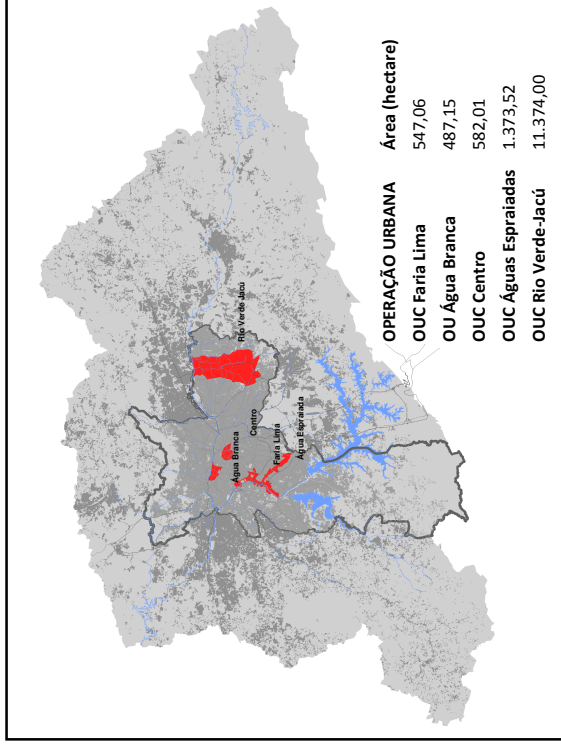
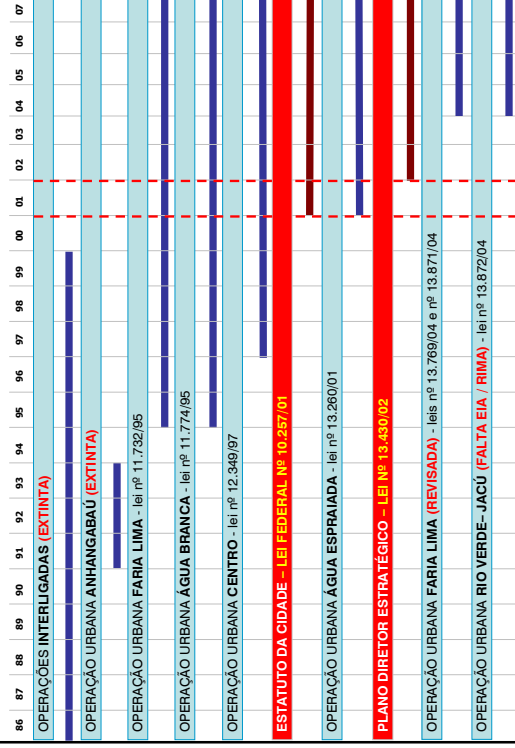
Piscinão Caguaçu - São Mateus



Fonte: 22ª Reunião da CMPU

Operação Urbana Consorciada

CRONOLOGIA DAS OPERAÇÕES URBANAS



Posição em 28/02/2012

	ESTOQUE RESIDENCIAL		SALDO DE ESTOQUE RESIDENCIAL	
	Máximo	Consumido	m²	%
OUC Faria Lima	1.057.770	358.848,37	33,92	698.921,63
OU Água Branca	300.000	299.997,67	100	0
OUC Águas Espraiadas	1.125.000	1.171.017,13	0	0

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/development_urbano

Observação: O estoque da OUC Águas Espraiadas é global. Porém, a lei prevê o mínimo de 30% para o uso residencial e no máximo 70% para o uso Não Residencial.

Posição em 28/02/2012

	ESTOQUE NÃO RESIDENCIAL		SALDO ESTOQUE NÃO RESIDENCIAL	
	Máximo	Consumido	m²	%
OUC Faria Lima	448.385	351.782,07	78,46	96.602,93
OU Água Branca	900.000	305.230,51	33,91	594.769,49
OUC Águas Espraiadas	2.625.000	1.216.204,85	46,33	1.362.778,02

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/development_urbano

Posição em 28/02/2012

	Receita OODC	Receita CEPAC	Receita Financeira	Total	%
OUC Centro	28.681.674,26		12.697.181,98	41.378.853,24	0,7
OUC Água Branca	313.819.434,30		49.222.018,80	363.041.453,10	6,5
OUC Água Espraiada	2.946.305.848,86		336.062.515,44	3.282.368.164,30	58,4
OUC Faria Lima	465.321.920,86	1.192.919.911,65	277.305.559,01	1.935.547.391,52	34,4
Total				5.622.335.862,16	100,0

FONTE: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/ - consultado em 04/04/2013

	Receitas - R\$	Despesas - R\$	Saldo - R\$	%
OUC Centro	41.378.853,24	8.157.687,58	33.221.165,66	80,29
OUC Água Branca	363.041.453,10	27.893.462,28	335.147.990,82	92,32
OUC Água Espraiada	3.282.368.164,30	978.493.572,01	2.303.874.592,29	70,19
OUC Faria Lima	1.935.547.391,52	1.348.026.470,55	587.520.920,97	30,35
Total	5.622.335.862,16	2.362.571.192,42	3.259.764.669,74	57,98

FONTE: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/ - consultado em 04/04/2013

INVESTIMENTOS REALIZADOS COM RECURSOS DA OUC ÁGUA BRANCA

Rubrica	Água Branca	%
Total arrecadado	363.041.453,10	100
Serviços e Obras	19.413.699,73	5,34
Desapropriações	4.656.705,58	1,28
HIS obras	0,00	0,00
HIS desapropriação	0,00	0,00
Taxa administrativa	3.612.735,78	1,00
Desp. bancárias	210.321,19	0,06
Transporte coletivo - Metrô	0,00	0,00
Saldo	335.147.990,82	92,31

INVESTIMENTOS REALIZADOS COM RECURSOS DA OUC ÁGUA BRANCA

Rubrica	Água Espraiada	%
Total arrecadado	3.282.368.164,00	100
Serviços e Obras	448.524.906,65	13,66
Desapropriações	21.842.827,56	0,66
HIS obras	117.644.102,43	3,58
HIS desapropriação	127.525.865,81	3,88
Taxa administrativa	80.139.283,52	2,44
Desp. bancárias	19.845.313,74	0,6
Transporte coletivo - Metrô	162.971.272,30	4,96
Saldo	2.303.874.592,00	70,19

INVESTIMENTOS REALIZADOS COM RECURSOS DA OUC ÁGUA BRANCA

Rubrica	Faria Lima	%
Total arrecadado	1.935.547.391,00	100
Serviços e Obras	808.374.607,00	41,80
Desapropriações	174.905.146,00	9,04
HIS obras	150.884.864,00	7,80
HIS desapropriação	7.810.807,00	0,40
Taxa administrativa	80.798.508,00	4,17
Desp. bancárias	4.752.536,00	0,25
Transporte coletivo - Metrô	120.500.000,00	6,23
Saldo	587.520.920,00	30,35

Preço médio por metro quadrado de área útil construída por unidade habitacional - 2002 a 2011

ANO	OUC CENTRO	OUC ÁGUA BRANCA	OUC ESPRAIADAS	OUC FARIA LIMA
2002	R\$ 2.242,11	R\$ 2.948,25	R\$ 2.199,97	R\$ 3.901,36
2003	R\$ 3.056,07	R\$ 2.419,49	R\$ 3.333,00	R\$ 4.744,99
2004	n/d	R\$ 2.971,84	R\$ 2.974,90	R\$ 5.508,16
2005	R\$ 1.502,75	R\$ 3.396,60	R\$ 3.504,96	R\$ 5.315,86
2006	R\$ 1.251,07	s/d	R\$ 4.341,62	R\$ 5.938,45
2007	R\$ 1.778,19	R\$ 3.191,21	R\$ 4.036,71	R\$ 4.513,63
2008	R\$ 1.809,85	R\$ 3.435,22	R\$ 4.316,44	R\$ 7.548,46
2009	R\$ 2.405,11	R\$ 3.602,25	R\$ 4.962,36	R\$ 8.423,13
2010	R\$ 4.651,25	R\$ 4.098,94	R\$ 6.793,10	R\$ 9.811,33
2011	R\$ 7.134,89	R\$ 8.415,00	R\$ 8.658,40	R\$ 13.674,84

Fonte: Relatório de lançamentos imobiliários da EMBRAPESP para o período de 2002 a 2011.

Imóveis que podem transferir o direito de construir - PDE

Inseridos em **Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC)**;

Inseridos nas **Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC)** e incluídos na **Operação Urbana Centro**;

Doados para a Prefeitura produzir **HIS localizados nas ZEIS (regulamentado para Paraisópolis – Decreto 47.272/06)**;

Localizados em **Zona Especial de Produção Agrícola (ZEPAG)**, na **Macrozona de Proteção Ambiental (não regulamentado)**;

Propriedades particulares inseridas no **Sistema de Áreas Verdes (não regulamentado)**;

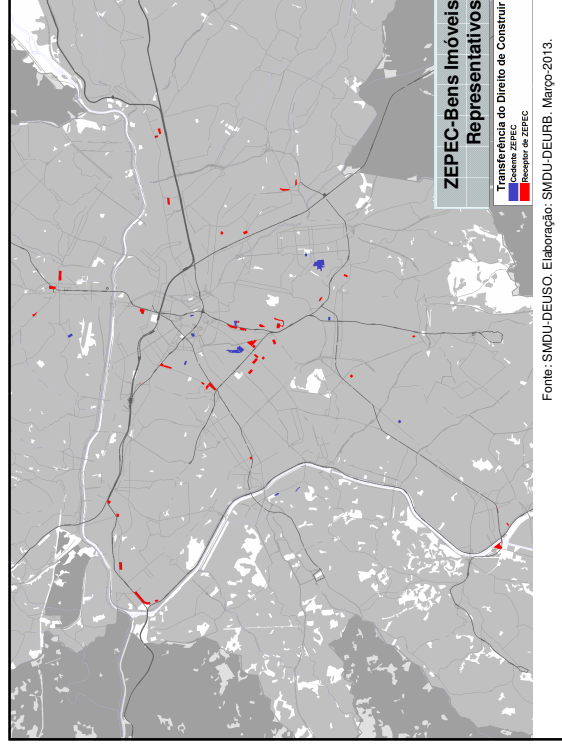
Localizados nas faixas aluviais dos **parques lineares (não regulamentado)**.

Transferência do Direito de Construir

Imóveis que podem receber o direito de construir transferido - PDE

Lotes da Microzona de Estruturação e Qualificação Urbana onde o Coeficiente de Aproveitamento Básico pode ser ultrapassado e localizados:

- nas **Áreas dos Projetos Estratégicos**;
- nas **faixas de até 300 (trezentos) metros** ao longo dos eixos de transporte público de massa; e
- na **área** definida por circunferências com raio de até **600 (seiscentos) metros**, tendo como centro as **estações de transporte metropolitano ou ferroviário**, excluídas as áreas de Operações Urbanas Consorciadas.



Transferência de Potenciais Construtivos em Paraisópolis

Total de lotes em Paraisópolis	2.200 lotes
Lotes que podem ser doados para HIS e transferir potenciais	1.668 lotes
Lotes com processos de transferência em andamento	271 lotes
Potenciais construtivo transferíveis	133.817,00 m ²
Solicitações de Declarações	119 lotes
Potencial construtivo disponível para transferência	106.325,14 m ²
Transferências realizadas	28 lotes
Potencial construtivo transferido	10.513,07 m ²

Fontes: SEHAB e SMDU-DEUSO, Mar/13.
Elaboração: SMDU-DEURB. Março-2013.

Imóveis ZEPEC - BIR	2.864 imóveis
Declarações para TDC	50 declarações
Potencial construtivo para transferência	898.849,08 m ²
Potencial construtivo transferido	95.182,64 (11%) m ²
Saldo de potenciais construtivo a ser transferido	803.666,54 m ²

Fonte: SMDU-DEUSO. Elaboração: SMDU-DEURB. Março-2013.

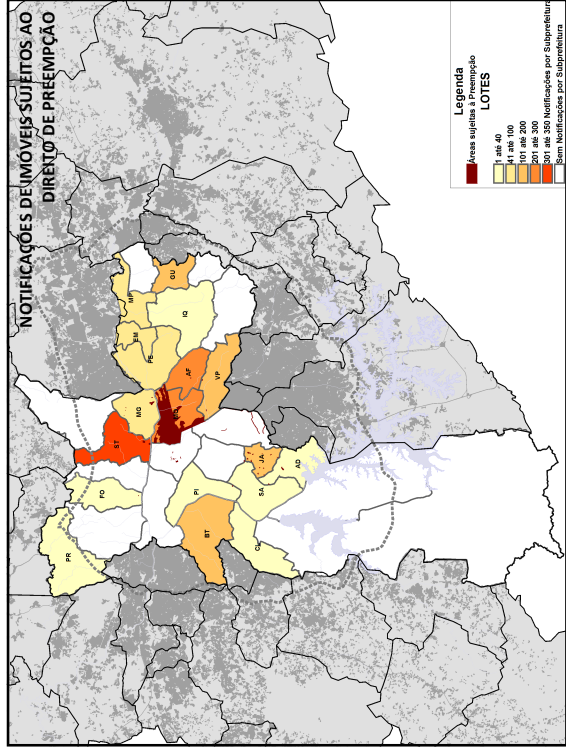
Direito de Preempção

Houve uma **única notificação** aos proprietários de imóveis em 18 Subprefeituras - DOC de 05-03-05 (válida por 5 anos);

Foram notificados um total de **1.777 proprietários** com setor, quadra e lote especificados;

Alguns dos proprietários notificados **ofertaram seus imóveis** a PMSP, mesmo depois de findo o prazo;

Dos imóveis ofertados, **nenhum foi adquirido**.



Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória

IPU Progressivo no Tempo

Desapropriação com Pagamentos em Títulos da Dívida Pública

- Instrumentos regulamentados pela **Lei 15.234/2010** e **Decreto 51.920/2010**;

- **Imóveis não edificados e não utilizados**: solo não-edificado (lotes e glebas com uma área superior a 250 m², no qual o coeficiente de aproveitamento utilizado é igual a zero);

- **Imóveis edificados não utilizados**: não-utilizado (todo tipo de edificação que tenha, no mínimo, 80% da área construída desocupada há cinco anos, salvo impossibilidade jurídica da ocupação ou pendência judicial);

- **Imóveis edificados subutilizados**: subutilizado (lotes e glebas com área superior a 250 m², nos quais o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido pelo lote);

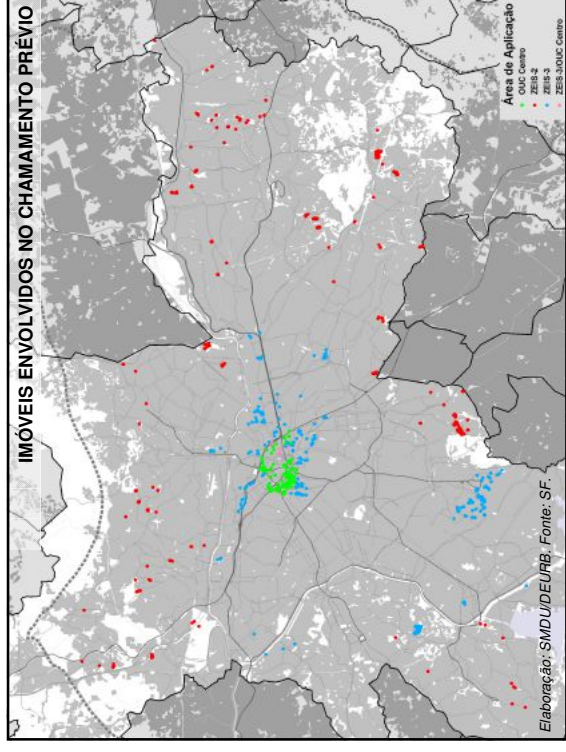
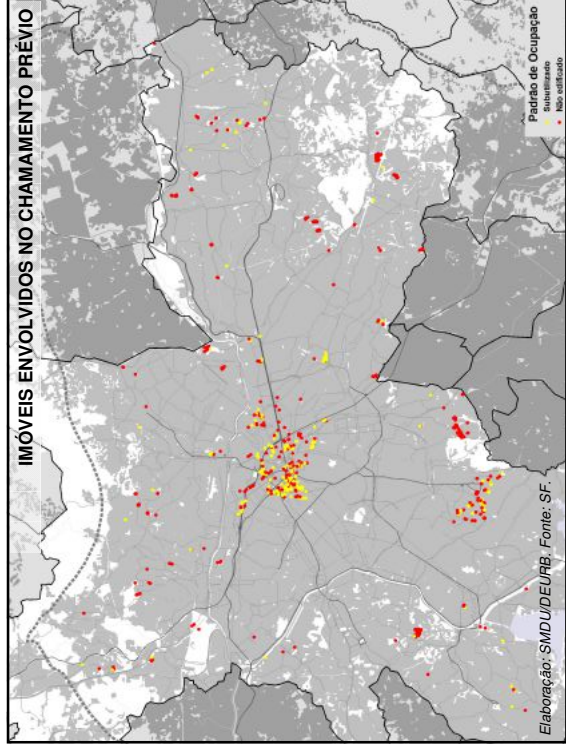
- **Prioridades**: imóveis localizados em **ZEIS 2 e 3** e no perímetro da **OUC Centro**.

- Comissão Intersecretarial constituída pela Portaria 542/11-PREF, de 17 de maio de 2011, publicou um **Chamamento Prévio dos Proprietários de Imóveis que não cumprem a Função Social da Propriedade**;

- **1.053 proprietários** de imóveis não utilizados e subutilizados já foram informados;

-já decorreu **prazo de 1 ano** para que esses proprietários se manifestem junto à PMSP;

- Cerca de **500 proprietários** atenderam ao chamamento prévio.



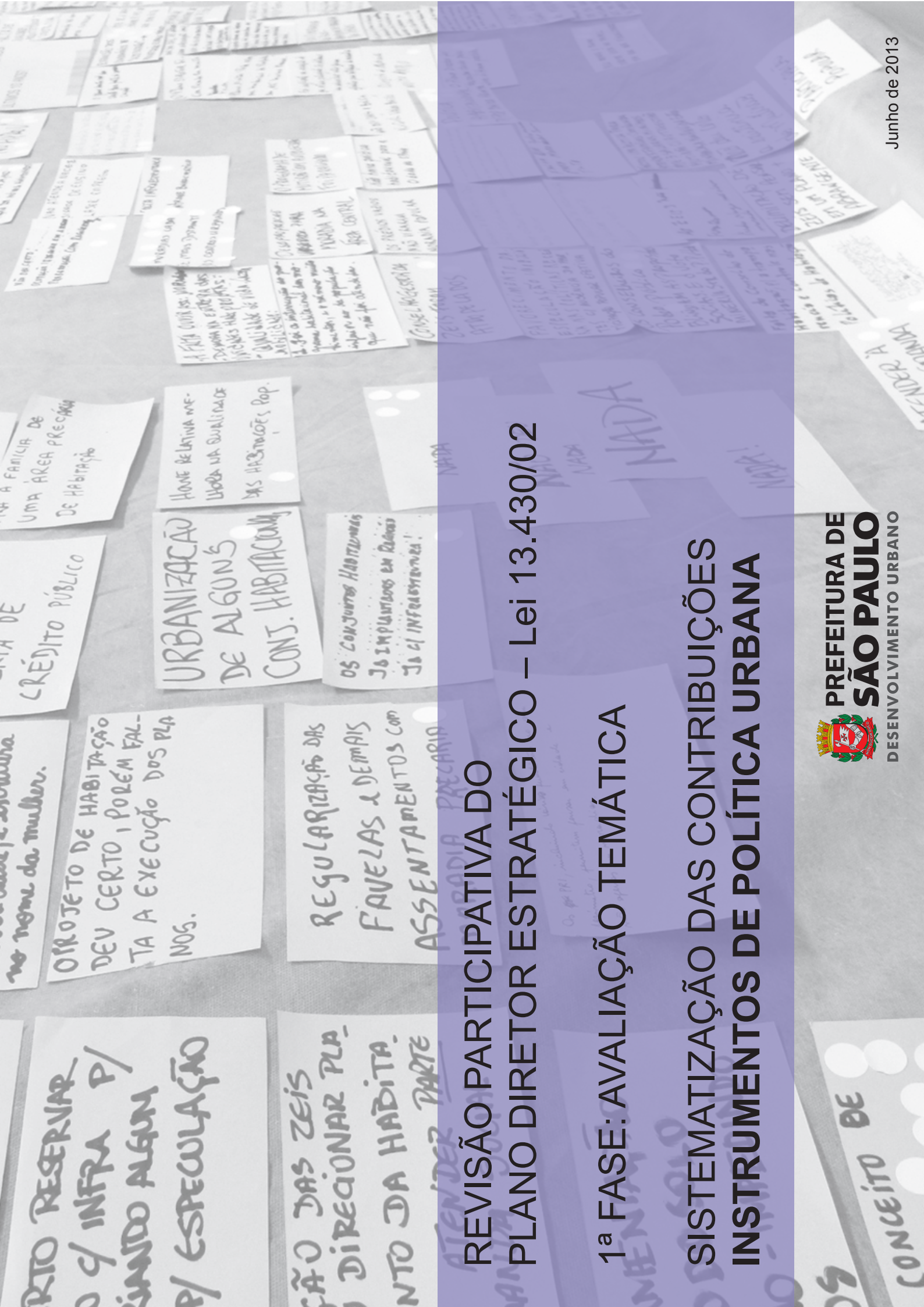
Imóveis Ociosos	OUC Centro	ZEIS-2	ZEIS-3	ZEIS-3/ OUC Centro	Total
Não utilizados	51	539	226	8	824
Sub-utilizados	56	38	133	2	229
Total	107	577	359	10	1.053

Fontes: SMDU/DEURE. Fonte: SF.

Concessão Urbanística

Instrumento regulamentado pela:

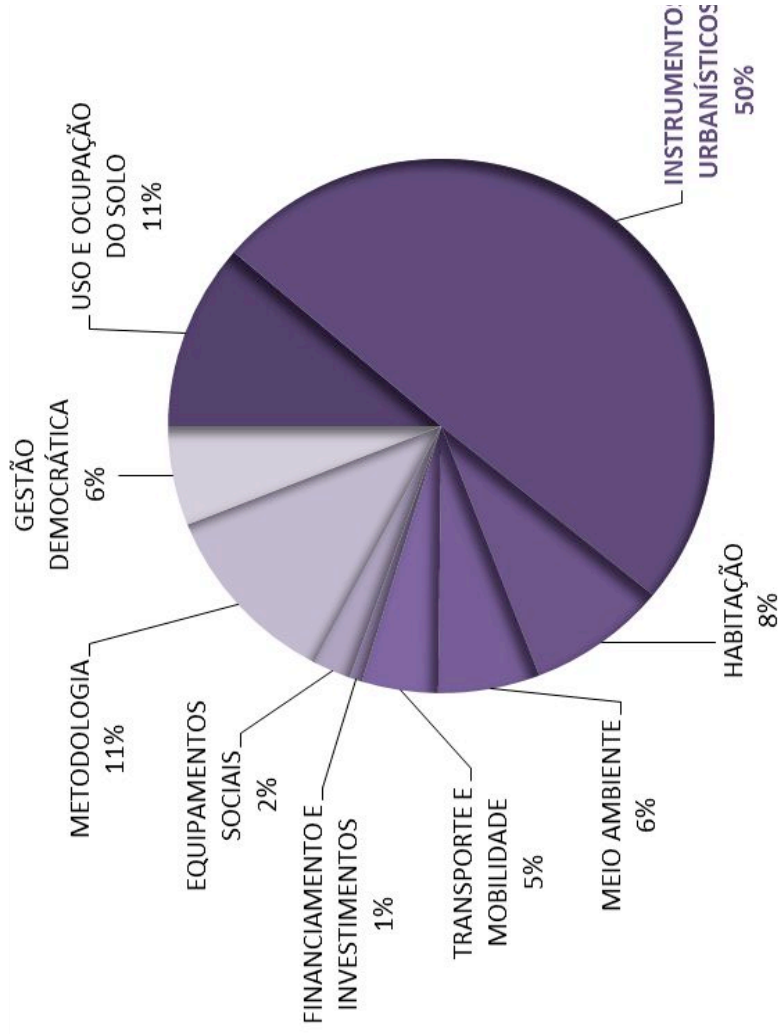
- **Lei 14.917 de 07 de maio de 2009** – Dispõe sobre a concessão urbanística no Município de São Paulo
- **Lei 14.918 de 07 de maio de 2009** - Autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz



REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – Lei 13.430/02

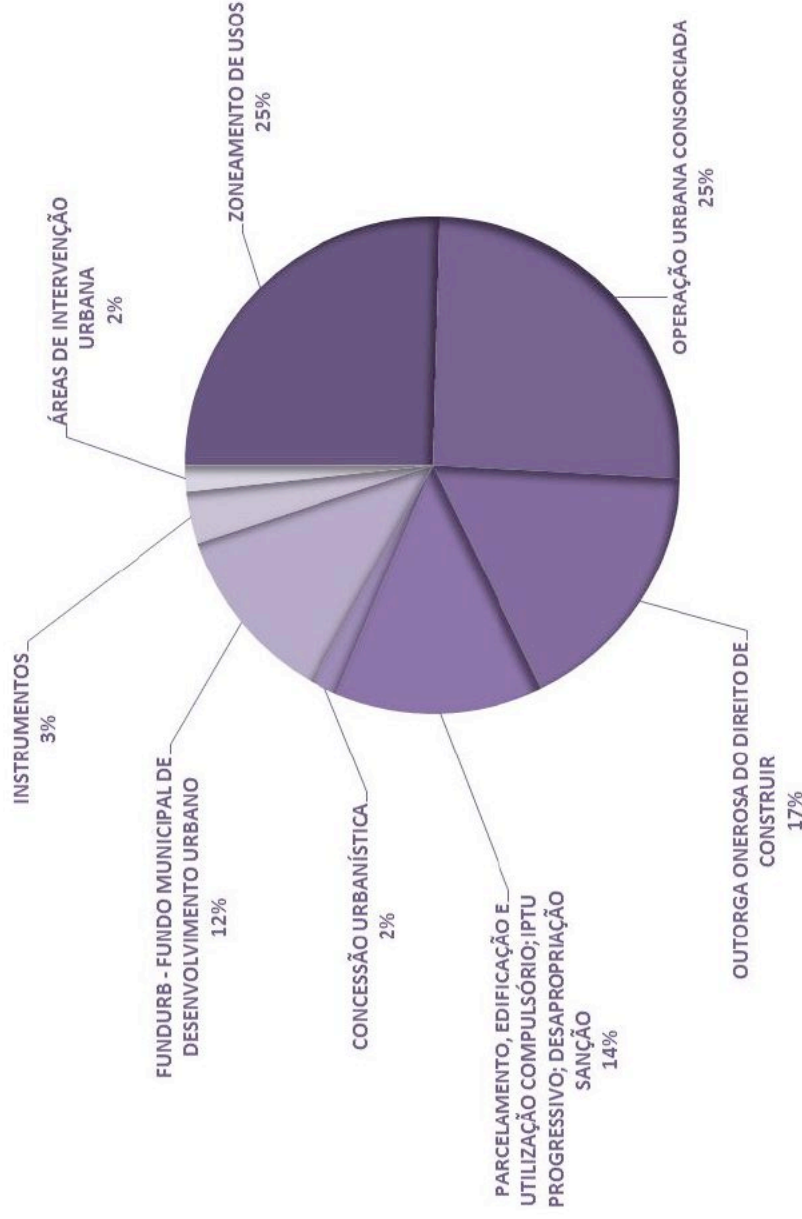
1ª FASE: AVALIAÇÃO TEMÁTICA SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

A. TEMAS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES



CONTRIBUIÇÕES POR TEMAS	
Uso e ocupação do solo	15
Instrumentos urbanísticos	66
Habitação	11
Meio ambiente	8
Transporte e mobilidade	6
Financiamento e investimentos	1
Equipamentos sociais	3
Metodologia	15
Gestão democrática	8

B. SUBTEMAS



CONTRIBUIÇÕES POR SUBTEMAS

Zoneamento de usos	15
Operação urbana consorciada	15
Outorga onerosa do direito de construir	10
Parcelamento, edificação e utilização compulsório; iptu progressivo; desapropriação sanção	8
Concessão urbanística	1
Fundurb - fundo municipal de desenvolvimento urbano	7
Instrumentos	2
Áreas de intervenção urbana	1
Total	56

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
ADRIANO BORGES	PLENÁRIA	LUOS VEIO DESCOLADA: PDE FIXAR CA=1 ACABA ENGRESSANDO QUESTÕES (TERRENOS PEQUENOS). PDE NÃO DEVE TRATAR DAS QUESTÕES DE LUOS. EDIFICAÇÕES DE PEQUENO PORTE NÃO SÃO CONSIDERADAS NA MACROESCALA. O VERTICAL TODOS CONHECEM, HORIZONTAL NÃO. ESTAMOS COMPLETAMENTE DESLOCADAS DA REALIDADE, TEMOS MUITAS CONSTRUÇÕES PEQUENAS. LEGISLAÇÃO COM MAIS URBANIDADE. LEI DA ANISTIA É A PIOR QUESTÃO DESTA CIDADE. TODOS ESPERAM A PRÓXIMA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
AILTON BARROS	PLENÁRIA	LEGISLAÇÃO PRECISA SER MAIS SIMPLIFICADA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MACROZONEAMENTO
ALEXANDRE GOMES	PLENÁRIA	NA REVISÃO DO PDE DE 2006, PROPÓS O FIM DAS MACROÁREAS. GOSTARIA DE DEFENDÊ-LAS, POIS HÁ INTENÇÃO DE INTERVENÇÕES. COMO É POSSÍVEL DIZER QUE COEFICIENTE BÁSICO É IRRELEVANTE E QUE A OODC É BOA?	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	FOI DADO DE GRAÇA O CA=2, POR ISSO NÃO ARRECADOU O QUE DEVERIA. DEVE SER IMPLANTADO CA=1.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	ZONEAMENTO: É A PRINCIPAL FERRAMENTA PARA COLOCAR SP NOS EIXOS.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	PARQUE DA INDEPENDÊNCIA É UM PROBLEMA, ZER AO REDOR.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	SEGURANÇA URBANA
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	FALTA DE SEGURANÇA URBANA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	ESTA NOVA LEGISLAÇÃO DEVE REVER DESLOCAMENTOS (USOS NA CIDADE)	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	EVITAR A BANALIZAÇÃO DA OODC. TALVEZ NÃO SEJA EFICAZ. GERA RECURSOS QUE NÃO SÃO APLICADAS NAS ÁREAS MAIS CARENTES.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	MAIOR PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS OUCS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	PROMOÇÃO DO DIAGNOSTICO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS QUE SERÃO UTILIZADAS PARA OUTROS FINS. SOLO CONTAMINADO.		

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
DANIEL AIMORÉ	PLENÁRIA	AMPLIAÇÃO DA ZEIS	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
DANIELE MATER	PLENÁRIA	OBRAS DO FUNDURB: COMO ELAS SE RELACIONAM COM OS PRES? NAS PERIFERIAS ACONTECERAM MUITO POUCO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DANIELE MATER	PLENÁRIA	NÃO PRECISAMOS DE UM ELEMENTO NO PDE QUE É PRAZO? PRAZOS, METAS E INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO ANUAL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DANIELE MATER	PLENÁRIA	TEMOS UMA GRANDE ZONA, MAS FALTA CONCEITO PARA CENTRALIDADES LOCAIS. ESTRUTURA TEM RELAÇÃO COM TRANSPORTES? RIO PEQUENO TEM PARQUES E CEUS, MAS NÃO TEM TRANSPORTES. QUAIS EQUIPAMENTOS OS CIDADÃOS DEVERIAM TER ACESSO NUM RAIO X.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES
EDUARDO ONERELI	PLENÁRIA	MACROÁREA: PARQUE DO ESTADO É UMA MACROÁREA CERCADA DE ÁREA XX.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MACROZONEAMENTO
EDUARDO ONERELI	PLENÁRIA	NÃO PODEMOS TER MAIS QUE 8 SUBPREFEITURAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
EDUARDO ONERELI	PLENÁRIA	OUC SÃO FEITAS POR INTERESSES.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
EDUARDO ONERELI	PLENÁRIA	ARQUITETURA ESTÁ UM LIXO. PLANEJAMENTO ESTÁ NO PAPEL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
FABIO	CONSELHO SUBPREFEITURA PENHA	FICOU CLARO QUE NÃO HOUVE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS. VIMOS QUE OS INVESTIMENTOS NÃO FORAM FEITOS ONDE PRECISARIA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS
FABIO	CONSELHO SUBPREFEITURA PENHA	ADENSAMENTO NOS EIXOS ESTRUTURANTES DE TRANSPORTE PÚBLICO: É DIFERENTE QUANDO PENSAMOS EM ZONA LESTE E ZONA OESTE. É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO AS ESPECIFICIDADES DE CADA ÁREA. E PENSAR EM TRANSPORTES QUE CONSIDEREM A DEMANDA REAL DOS LUGARES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
FABIO	CONSELHO SUBPREFEITURA PENHA	VAMOS TENTAR SER MAIS ARROJADOS. REDISTRIBUIÇÃO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA CIDADE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
INDALÉCIA	PLENÁRIA	AS MACROÁREAS DEVEM QUALIFICAR, POIS RECONHECEM O TERRITÓRIO. ÁREA EM REESTRUTURAÇÃO, LEMBRAR QUE SÃO ÁREAS PERMEÁVEIS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MACROZONEAMENTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
INDALÉCIA	PLENÁRIA	ZEIS DEVERIA ESTAR PRESA A SECRETARIA DE FINANÇAS E NÃO AO IMÓVEL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
JOSÉ POLICE NETO	PLENÁRIA	QUESTIONAMENTOS: QUAL ESCALA ESTÃO PRETENDENDO UTILIZAR NA CARTA GEOTÉCNICA?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
JOSÉ POLICE NETO	PLENÁRIA	NO PDE ANTERIOR, NÃO HAVIA MACROÁREAS. QUAL A ESTRATÉGIA DESTA GESTÃO QUE VÃO PERMITIR INOVAR NESTE PROCESSO?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
JOSÉ POLICE NETO	PLENÁRIA	DIREITO DE PROTOCOLO: COMO SERÁ TRABALHADO? FOI ELE QUE PERMITIU QUE A CIDADE SE CONSTRUÍSSE SEM RESPEITAR O PDE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	DIREITO DE PROTOCOLO
JOSÉ POLICE NETO	PLENÁRIA	VERTICALIZAÇÃO: INSTRUMENTO DO R2V. TODO ESFORÇO DE ZONEAR, DEIXA DE EXISTIR COM O R2V (SEM CALCULO DE SUPORTE)	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
JOSÉ POLICE NETO	PLENÁRIA	QUAIS CRITÉRIOS DEIXAREMOS EXPLÍCITOS E OBRIGATÓRIOS PARA DEFINIRMOS O CÁLCULO DE SUPORTE DOS COEFICIENTES MÁXIMOS?	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
LAERTE BRASIL	PLENÁRIA	ESPAÇOS COMERCIAIS PARA 96 DISTRITOS DE SP.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	CENTRALIDADES
LAERTE BRASIL	PLENÁRIA	PARA SE RECUPERAR UM RIO, TEM QUE HAVER PLANO METROPOLITANO. 2 CANAIS AO LADO DO RIO TIETÊ, COM USINAS DE TRATAMENTO.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
LUCA MIRANDULA	PLENÁRIA	NÃO CONCORDO COM APRESENTAÇÃO COM A NÃO EXISTÊNCIA DE UM PROJETO DE CIDADE NO ATUAL PDE. QUESTÃO DAS ESCALAS (CIDADE GRANDE, PROJETO EM ESCALA). FALTOU VER O QUE NÃO FOI FEITO DO PDE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
LUCA MIRANDULA	PLENÁRIA	TRAZER MORADIA ONDE TEM TRABALHO E VICE-VERSA. MAS OS INSTRUMENTOS TEM DIFICULDADE DE LIDAR COM O EXISTENTE: EX: PRAÇA ROSSEVELT ESTÁ EXPULSANDO MORADORES E PEQUENOS COMERCIANTES.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
LUCILA LACRETA	PLENÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • OUS: DESASTRE URBANÍSTICO. O PRÓPRIO PDE ESTABELECE QUE NADA DO QUE ELE DETERMINA PRECISA SER ATENDIDO. AS OUS VIGENTES NÃO TEM PROJETO URBANO. APESAR DAS REGRAS, VEMOS QUE HÁ UMA SUPER UTILIZAÇÃO DO SOLO, SEM NENHUMA CONTRAPARTIDA. O GERENCIAMENTO É PROBLEMÁTICO. ERA EMURB, AGORA SP URBANISMO. SE QUER O RECURSO ARRECADADO FOI UTILIZADO. ESGOTOU-SE O SOLO, E NÃO HOUE INVESTIMENTOS COMPATÍVEIS. TEMOS A NOVA LEI DA OU ÁGUA BRANCA. ESTAMOS PROTOCOLANDO DOCUMENTO SOBRE OUS. 	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LUIS CARLOS COSTA	PLENÁRIA	<p>ATITUDE NECESSÁRIA EM RELAÇÃO AS OUCS: A EXPERIÊNCIA NOS ÚLTIMOS 25 ANOS, SETOR IMOBILIÁRIO TENTANDO EXTRAPOLAR LIMITES DO ZONEAMENTO (NÃO FALA EM LIMITES QUANTITATIVOS).</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LUIS CARLOS COSTA	PLENÁRIA	<p>OPERAÇÕES URBANAS NO MUNDO FOI PENSADA PARA SITUAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, ONDE O ZONEAMENTO NÃO DAVA CONTA. AQUI EM SP, NEUTRALIZOU-SE O ZONEAMENTO, EM ENORMES ÁREAS DA CIDADE.</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LUIS CARLOS COSTA	PLENÁRIA	<p>AVALIAÇÃO COM RIGOR QUE AINDA NÃO HOUE.</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LUIS CARLOS COSTA	PLENÁRIA	<p>QUE CONTEMPLE TODAS AS PARCELAS DA POPULAÇÃO.</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
LUIS ROGÉRIO DA SILVA	REDE NOSSA SÃO PAULO	<p>ESTAMOS ANALISANDO O PDE HÁ BASTANTE TEMPO. DURANTE O PLANO DE METAS ENTREGAMOS NOSSA CONTRIBUIÇÃO. GOSTARIA DE SABER SE CHEGOU ESTE DOCUMENTO, POIS NÃO FOI CONSIDERADO. EM UM PROCESSO PARTICIPATIVO, ISSO DEVE ESTAR CLARO. DEIXOU DOCUMENTO EM MÃOS DO SECRETÁRIO.</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MARIA LAURA	SAMPAUBA	<p>QUE TODOS O PL SEJAM RETIRADOS DA CMSP. QUE NENHUM PL SEJA ENCAMINHADO A CMSP (PLANOS DE BAIROS, ZONEAMENTO, ETC)</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
MARIA LAURA	SAMPAUBA	<p>REVISÃO DO EIV-RIV ESTÁ DESATUALIZADO (IMPACTOS ACUMULATIVOS).</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS
NABIL BONDUKI	VEREADOR	<p>SUGERIRIA COMEÇAR PELAS MACROÁREAS. ÁREAS DE REESTRUTURAÇÃO SÃO EXATAMENTE AS ÁREAS DE OPERAÇÃO URBANA.</p>	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
NABIL BONDUKI	VEREADOR	EM QUE MEDIDA O ZONEAMENTO VAI CONTEMPLAR MAIS ÁREAS RESIDENCIAIS DO QUE COMERCIAIS. ESTES OBJETIVOS DEVEM SER AVALIADOS EM CONJUNTO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
NABIL BONDUKI	VEREADOR	ARRECADAR OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA MACROÁREA CONSOLIDADA E APLICAR NA MACROÁREA DE URBANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
NABIL BONDUKI	VEREADOR	COEFICIENTE BÁSICO: QUANDO SE PROPÓS, CRIOU UM CONFLITO, MAS FOI NEGOCIADO. MELHOR APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDURB. PELA PRIMEIRA VEZ VI OS DADOS DE OODC, PARABÉNS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PAULA SANTORO	PLENÁRIA	DEFENSORA DA OODC. RECUPERAR DA MAIS VALIA. A ODDC DEVERIA TER RELAÇÃO COM INFRAESTRUTURA. DENSIDADE X CAPACIDADE DE INFRAESTRUTURA. ESTAMOS ASSOCIANDO OODC COM VERTICALIZAÇÃO, É ERRADO. COBRAMOS MUITO POUCO. VIDE RESULTADO NO NOSSO ESPAÇO PÚBLICO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
PAULA SANTORO	PLENÁRIA	QUE TIPO DE PRODUTOS ESTAMOS PRODUZINDO NA CIDADE?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
PAULA SANTORO	PLENÁRIA	OUCS: RECUPERANDO MAIS VALIA, MAS SEM EIV, MUITAS REMOÇÕES SEM PRODUÇÃO DE HIS SUFICIENTES (ÁGUA ESPRAIADA); ETC. QUANDO ISSO ACABA? PEDIRIA APROFUNDAMENTO DO INSTRUMENTO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
PEDRO NICOROV	PLENÁRIA	EM SÃO MATEUS, FRONTEIRA AMBIENTAL É O ATERRO SANITÁRIO. PROTESTO: AO DESCASO EM RELAÇÃO A SÃO MATEUS. DUTO DA PETROBRÁS. SABESP. 7 ATERROS SANITÁRIOS DE SÃO PAULO. ÁREA NÃO RECONHECIDA COM ÁREA DE MANANCIAL. (ITAGUAÇU NÃO TEVE INTERVENÇÃO COMO FOI MOSTRADO)	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
RAQUEL ROLNIK	PLENÁRIA	EXISTE UMA ENORME AUTONOMIA DO ZONEAMENTO. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO ZONEAMENTO NÃO FORAM REVISITOS, E MUITAS VEZES ELE BOICOTA OS OBJETIVOS DO PDE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
RAQUEL ROLNIK	PLENÁRIA	DISCUSSÃO DE ADENSAMENTO E COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO: UMA COISA NÃO TEM NADA A VER COM A OUTRA. NOSSO DISCUSSÃO FICA ETERNAMENTE NO COEFICIENTE, E NÃO NO QUE É A QUESTÃO CENTRAL DO PDE.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
RAQUEL ROLNIK	PLENÁRIA	ESTOQUE DISCUTIDO COMO COEFICIENTE, E NÃO COMO TIPOS DE PRODUTOS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
RAQUEL ROLNIK	PLENÁRIA	A IDEIA DE CAPTAR MAIS VALIA ESTÁ PRESENTE NA OODC E OUC, MAS É INVESTIMENTO NA PRÓPRIA ÁREA. NÃO HÁ REDISTRIBUIÇÃO. HÁ MAIOR PARTE DOS INVESTIMENTOS NÃO FOI NA PERIFERIA.	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
ROBSON MIGUEL	PLENÁRIA	REVER TRAVESSIA DE PONTES	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
SÉRGIO RESE	PLENÁRIA	A AVALIAÇÃO DA OUCS NÃO FOI MUITO A FUNDO. LIVRO DAS OUS, PARCEIROS DA EXCLUSÃO. NO RESTO DO MUNDO, ESTAS OUCS DEVERIAM SER FEITAS NAS ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS. PARECE QUE EM SP FOI PARA TENTAR ADQUIRIR MAIS ESTOQUE, ONDE JUSTAMENTE O MERCADO QUER ATUAR. NO PRIMEIRO PROJETO DA OU AGUA BRANCA, SÓ HAVIA INTERVENÇÕES EM VIÁRIO. NÃO HAVIA EQUIPAMENTOS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
SÉRGIO RESE	PLENÁRIA	CEUS COMO NAVES ESPACIAIS QUE POUSAVAM NAQUELE TERRITÓRIO. OS USOS DO ENTORNO NÃO DIALOGAVAM, FORAM AOS POUCOS TENTANDO SE ADEQUAR, UM COMERCIO AQUI, OUTRO ALI.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	PLENÁRIA	O PROBLEMA DA IMPERMEABILIZAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
WILLIAM SILVA	PLENÁRIA	PERUS ESQUECIDO DA CIDADE. É PRECISO REVER A MACROZONA, PARA SEREM RECONHECIDOS. MUITOS MORADORES, JOGADOS A ESCANTEIO. POLICE NETO NOS RECONHECEU. REVER A LEI DE ZONEAMENTO DE PERUS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
ADILSON YOCHIAKI SABIYAMA	FICHA	É NECESSÁRIO A FISCALIZAÇÃO DURANTE QUALQUER EMPREENDIMENTO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ADRIANO BORGES	FICHA	TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EDIFICAÇÕES DE PEQUENO PORTE, NÃO VINCULADOS A COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO E TAXA DE OCUPAÇÃO PERMITIR MAIOR ADENSAMENTO HORIZONTAL PARA USO RESIDENCIAL, COMERCIAL E SERVIÇOS COM MELHOR APROVEITAMENTO DOS LOTES. LEI MAIS REALISTA E NÃO EDIÇÃO DE NOVAS ANISTIAS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
ADRIANO LUIZ DA SILVA	FICHA	ACREDITO QUE OS RECURSOS DA OUTORGA ONEROSA TAMBEM DEVEM SER APLICADAS PARA REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS TURÍSTICOS DE SÃO PAULO, POIS SÃO PAULO NÃO DEVE ATRAIR SOMENTE O TURISTA DE NEGÓCIO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
ALINE SASAHARA	FICHA	SOBRE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL CONSIDERO INSUFICIENTE UMA ÚNICA PLENÁRIA EM CADA SUBPREFEITURA NESSE PROCESSO DE TÃO GRANDE COMPLEXIDADE CADA UMA DESSAS SUBPREFEITURAS DEVERIAM TER UM CICLO, INICIADO APARTIR DESSA PRIMEIRA PLENÁRIA. É FUNDAMENTAL QUE AS SUBPREFEITURAS SEJAM PRAPARADAS PARA ISSO, OFERECENDO MATERIAIS INFORMATIVOS ESTRUTURA FÍSICA PARA QUE A COMUNIDADE POSSA, DE FATO TER UMA PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	O MUNICÍPIO DEVE ADOTAR O SISTEMA DE INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA, COM RESPECTIVO SISTEMA DE "CARTAS DE SERVIÇOS" ACORDADO COM A POPULAÇÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	DEVERÁ SER IMPLEMENTADO O SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TENDO COMO 1 DOS INSTRUMENTOS O SISTEMA DE INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA - E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	INSERIR CAPÍTULO SOBRE QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO PDE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	ADOÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE LICENCIAMENTO - SIL, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, PARA VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, CONSIDERANDO QUE O SIL PODERÁ LIBERAR CONTINGENTE EXPRESSIVO DE PESSOAL TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	EFETUAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO - GOVERNO, PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL LOCAL, LIBERANDO/ASSOCIANDO A APROVAÇÃO DE USOS EM ÁREAS DE MANANCIAIS, DE FORMA A INDUZIR MAIS VELOCIDADE A TAIS LICENCIAMENTOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	PARA DESTINAÇÃO DE VERBAS PÚBLICAS AS SUBPREFEITURAS AGREGAR ÍNDICE DE EFICIÊNCIA, COM PONTO POR QUANTIDADE DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO, TEMPO DE DELIBERAÇÃO UTILIZADO, QUANTIDADE DE IMÓVEIS E ATIVIDADES IRREGULARES. OBS: NO PMHS, DAS 3388 ÁREAS RELACIONADAS, 1319 TIVERAM TIPIFICADOS A PROPRIEDADE, SENDO: 1006 PÚBLICAS, 118 VUCTS E 195 PARTICULARES. CONDENSAR: DEVEMOS CONTINUAR EXIGINDO DESTINAÇÃO DE DUAS POLÍTICAS COM PARCELAMENTOS DE SOLO, PARA SEREM INVADIDOS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FICA OMISSA?	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
ANELIS H. C. TISOVEC	FICHA	PARA ESCOLHA DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA, OUTORGA ONEROSA E OUTROS, ADOTAR A DEMONSTRAÇÃO DA TAXA DE RETORNO INTERNO, NORMA NOS PROJETOS PÚBLICOS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	CONTROLE DE APLICAÇÃO DO IPTU PROGRESSIVO, PRINCIPALMENTE NAS REGIÕES MAIS ABASTADAS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
BRUNO GEORGE CRISTIANO IANOMII	FICHA	ADEQUAÇÕES DAS PONTES PARA TRAVESSIA SEGURA DE PEDESTRE, CICLISTAS E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
BRUNO GEORGE CRISTIANO IANOMII	FICHA	APARTIR DA CRIAÇÃO COM AMPLIAÇÃO DOS PÓLOS DE CENTRALIDADES NAS PERIFERIAS DEVEM VIR ACOMPANHADAS DE VIAS PERIMETRAIS ATRAVESSANDO AS ZONAS NORTE, LESTE E SUL, SEJAM DE CORREDORES DE ÔNIBUS, LINHAS FERROVIÁRIAS OU CICLOVIAS. ESSAS VIAS LIGARÃO BAIRROS IMPORTANTES E REDIRECIONARÁ O FLUXO DE PESSOAS PARA REGIÕES MAIS PRÓXIMAS DE SUAS RESIDÊNCIAS DO QUE O CENTRO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
CLAUDIO COSTA SANTOS	FICHA	RECURSOS DA OPERAÇÃO URBANA NÃO CONSTA NO PLANO DE METAS DA CIDADE 2013/2016. DEVE-SE ESPECIFICAR E EXECUTAR OS RECURSOS NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
CLAUDIO COSTA SANTOS	FICHA	UTILIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA REURBANIZAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAIPAS REGIÃO NOROESTE DEVIDO A OBRA VIÁRIA DO TRECHO NORTE DO RODOANEL, ZEIS 2	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CRISTINA H. Y LEITE ARAUJO	FICHA	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO TER CONTROLE SOCIAL RÍGIDO COM OUVIDORIA PERMANENTE SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA OUTORGA ONEROSA PRINCIPALMENTE PARA AS ÁREAS COM ÍNDICES SOCIAIS VULNERÁVEIS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
CRISTINA H. Y LEITE ARAUJO	FICHA	AUMENTAR O NÚMERO DE ZEIS 3 NAS DIVERSAS ÁREAS DA CIDADE, DISTRIBUINDO MELHOR, INCLUINDO EM ÁREAS CONSOLIDADAS TAMBÉM, PARA HUMANIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO SOCIAL	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
CRISTINA H. Y LEITE ARAUJO	FICHA	PREVER UM MUTIRÃO PARA DETECTAR IMÓVEIS PASSÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA RÁPIDA PARA A PREFEITURA, NA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	HARMONIZAÇÃO DA LEI DO ZONEAMENTO COM O PLANO DIRETOR	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	MORADIAS POPULARES NO CENTRO DA CIDADE	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	PRIORIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS DA OUTORGA ONEROSA EM INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS INSERIDOS NO CONTEXTO DA CIDADE QUE A POPULAÇÃO QUER E PRECISA	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	AMPLIAR AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL PARA AUMENTAR A INCLUSÃO NA CIDADE	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	MUDANÇAS DO ZONEAMENTO A FIM DE PERMITIR UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA EVITANDO GRANDES DESLOCAMENTOS ENTRE LOCAIS DE MORADIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER, PRINCIPALMENTE NAS PERIFERIAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	EVITAR A BANALIZAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR QUE MUITAS VEZES PROVOCA IMPACTOS IRRECONCILIÁVEIS SOBRE O TRÂNSITO E A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, DIVULGAR INVESTIMENTOS FEITOS COM RECURSOS DA OUTORGA ONEROSA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	MELHOR DIVULGAÇÃO E MAIOR PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM SEU CONTROLE SOCIAL DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS PARA IMPEDIR A HEGEMONIA DE LOGICA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
DANIEL AYMORE FERREIRA	FICHA	PROMOVER O DIAGNÓSTICO E TRATAMENTOS DE ÁREAS INDUSTRIAIS QUE SERÃO UTILIZADAS COMO FRONTEIRAS DE EXPANSÃO HABITACIONAL A FIM DE QUE SE EVITE CONTAMINAÇÕES E AGRAVOS A SAÚDE.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
DEISE TOMOCO ODA	FICHA	<p>A ESCOLHA DOS USOS E A LOCALIZAÇÃO, O DESENHO DO LOTEAMENTO SERIAM SUJEITOS A DIRETRIZES CONFORME MANDA O PD ATUAL E A LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO, ENTRETANTO PARA RESERVA DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL, DEVE-SE CONSIDERAR A DEMANDA HABITACIONAL PARA O DISTRITO OU UNIDADE DEMOGRÁFICA E GEOGRÁFICA ESCOLHIDA PARA PLANEJAMENTO.</p> <p>O PARCELAMENTO DO SOLO DEVE SER MELHOR EXPLORADO COMO INSTRUMENTO DE DESENHO URBANO QUE DEVE SER BEM ARTICULADO COM UM PLANO VIÁRIO MUNICIPAL E METROPOLITANO.</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
DEISE TOMOCO ODA	FICHA	<p>A DESTINAÇÃO ATUAL DE ÁREAS PÚBLICAS PELO PARCELAMENTO ATENDENDO A LEI 9413 É DE 40% DA ÁREA (20% PARA SISTEMA VIÁRIO, 15% PARA ÁREAS VERDES, 5% PARA ÁREAS INSTITUCIONAL), QUE PODERIA INCLUIR ALÉM DO USOS PREVISTOS, O USO HABITACIONAL DE MEDO ALTERNATIVO, OU SIMULTANEAMENTE.</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
DEISE TOMOCO ODA	FICHA	<p>NO PARCELAMENTO DO SOLO, OBEDECENDO AO ZONEAMENTO ATUAL, GLEBA A SER PARCELADO TEM UMA ÁREA MÍNIMA PARA O LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL, EXISTE UMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE PERMITE APROVEITAR MELHOR O TERRENO COM COEFICIENTES DE APROVEITAMENTO DO SOLO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A ÁREA DO TERRENO A LEGISLAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL LEVA EM CONSIDERAÇÃO A ÁREA CONSTRUÍDA.</p> <p>PROPOE-SE QUE TODOS EMPREENDIMENTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM GLEBAS A PARTIR DE 10.000 M², CONFORME A ZONA, DEVEM SER SUJEITAS AO PARCELAMENTO INDEPENDENTEMENTE DO FUTURO USO PROPOSTO E, SUJEITAS À DESTINAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS- REDES INSTITUCIONAIS, SISTEMA VIÁRIO OU ALTERNATIVAMENTE DESTINAR % DA ÁREA PARA HABITAÇÃO SOCIAL.</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
JOÃO CASSIANO	FICHA	PLANEJAR APROFUNDAR- SE, REFORMANDO E MELHORANDO O ZONEAMENTO. APLICAR NOS TERRENOS ABANDONADOS, IPTU PROGRESSIVO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
JOÃO CASSIANO	FICHA	PROJETOS DE MORADIA NO CENTRO DA CIDADE, FAZENDO QUE SÃO PAULO POSSA VOLTAR A SUA BOA UTILIZAÇÃO COM MORADIAS PARA SERES HUMANOS DE BAIXA RENDA E TAMBEM DE PESSOAS, NÃO MILIONÁRIAS MAIS SIM COM SALÁRIO MINIMO ATÉ 8 MENSAL	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
JORGE MACEDO DOS SANTOS	FICHA	PLANO DIRETOR 2002 DETERMINOU EM SÃO MATEUS ZEPAG 1 E ZEPAG 2 ONDE NESSAS AREAS HÁ PREDOMINANCIA DE INDUSTRIAS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
LUZINEIDE BRANDÃO RAMOS	FICHA	PASSADOS 10 ANOS DE APROVAÇÃO DO PDE/02, A VITÓRIA DAQUELE MOMENTO MORREU AOS POUCOS E VIMOS O ENTERRO DAQUELE QUE FOI O PDE MAIS PARTICIPATIVO, MAS AVANÇADO DO PONTO DE VISTA DA REFORMA URBANA COM APLICAÇÃO DO ESTATUTO DAS CIDADES EM TODO O BRASIL. ESTAMOS NUMA SÃO PAULO DO CAOS, DA VIOLÊNCIA, DA EXPLORAÇÃO E MANIPULAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO, MAIS EXCLUSÃO, MENOS RENDA, MAIS TRISTE. PORQUE O CAPITAL É QUEM LUCRA COM AS OPERAÇÕES URBANAS. FOI O CAPITAL FINANCEIRO QUE SE APROPRIOU DOS CEPACS, TRANSF. DO DIREITO DE CONSTRUIR, ETC... TODOS OS NOVOS INSTRUMENTOS PARA IMPLEMENTAR A PROPRIEDADE SOCIAL URBANA NÃO POSSIBILITOU UMA SÓ CONQUISTA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
LUZINEIDE BRANDÃO RAMOS	FICHA	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NÃO FOI REAL? ESSES INSTRUMENTOS DO EST. DA CIDADE NÃO SÃO APLICÁVEIS NUMA CIDADE COMO SÃO PAULO? NÃO HOUE UM SÓ CASO DE APLICAÇÃO DO IPTU PROGRESSIVO. NÃO SERIA O CASO DE FAZER COM A SOCIEDADE UMA AVALIAÇÃO DESSE PROCESSO? SE NÃO FOSSE A POLÍTICA NACIONAL, A FOME, A MISÉRIA, A MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA BEM COMO O CRESCIMENTO EPIDÊMICOS TERIAM SE PROLIFERADO EM NOSSA CIDADE. SIM, ESTAMOS CONVIVENDO COM O MAIOR NÚMERO DE VIOLÊNCIA GERAL. ... (QUERO REGISTRAR OS MEUS SENTIMENTOS)	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	GESTÃO DEMOCRÁTICA
MARCOS ANTONIO ROMEU	FICHA	A MINHA SUGESTÃO PARA O PDE É A CONSTRUÇÃO DE CANAIS SUBTERRÂNEOS. AUMENTOU AS ÁREAS CONSTRUÍDAS E CADA VEZ DIMINUI-SE AS ÁREAS DE ABSORÇÃO PARA AS ÁGUAS PLUVIAIS. NECESSITAMOS COM URGÊNCIA DO PLANEJAMENTO DE CANAIS SUBTERRÂNEOS PELO MENOS A CONSTRUÇÃO DE 3, DIGAMOS, NOVOS RIOS, O TIETÉ COMO ESCOADOR DE TODA ÁGUA PLUVIAL É INSUFICIENTE, 3 CANAIS COM A DIMENSÃO DE TÚNEIS DO METRÔ. QUANDO CHOVE FORTE EM UMA ÁREA DE SÃO PAULO EM OUTRA NEM CHOVE COM ESSES CANAIS ESCOARIA-SE RAPIDAMENTE AS ÁGUAS DE CHUVA PELOS CANAIS QUE SERIAM TAMBÉM DE PISCINÕES COM ESCOAMENTO.	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	A CONCESSÃO URBANÍSTICA É INCONSTITUCIONAL TEM 2 PROCESSOS SOBRE A NOVA LUZ, JAMAIS PASSAR O DIREITO DE DESAPROPRIAÇÃO AO MERCADO IMOBILIÁRIO?	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	CONCESSÃO URBANÍSTICA
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	REGULAMENTAÇÃO COM A RETIRADA DO PDE DAS OPERAÇÕES QUE SÃO EXCEÇÃO A LEI REGULAMENTAR.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	OUTORGA - VER NO TRIBUNAL DE CONTAS ONDE ESTA ESTE DINHEIRO DA OPERAÇÃO AREF	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	DISCUTIR AMPLAMENTE O QUE É NECESSARIO A CIDADE E NÃO AO MERCADO IMOBILIÁRIO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	VERIFICAR PARA ONDE SE DESTINA DE FATO ESTE DINHEIRO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	DISCUTIR COM ESPECIALISTAS, PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS; IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO, DIREITO DE PREENPÇO, TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DO DIREITO DE CONSTRUIR, COM AMPLO DEBATE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	O QUE SERIA? DISCUTIR ESTE INSTRUMENTO PARA A POPULAÇÃO TROCAR EM MIUDOS O SIGNIFICADO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	AREA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	A IMENSIDÃO DE ZONAS MISTAS COM ÍNDICES MUITO DÍSPARES TRANSFORMOU A CIDADE ANTERIOR A 2005 EM 31 CIDADES, ANTES Z2, Z3, Z4 VALIA EM TODO TERRITÓRIO. HOJE CADA SUB DIVIDIDA EM MUITAS ZM2, ZM3a E ZM3b. PARA QUE ISSO? O CIDADÃO NUNCA VAI RECONHECER O PORQUE DISSO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	ZM1 E ZMP PROIBIR ASSOCIAÇÕES ATÉ 100 PESSOAS VIA LOCAL É ABSURDO!	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	FRONTEIRAS DE SUBPREFEITURAS HÁ UM CORREDOR. A OUTRA NÃO É ABSURDO LÓGICO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	REVER A MALANDRAGEM DE DESDOBRIO EM CORREDORES DE USO OU PARA GABARITO DE PROTEGER ZER (ANALISAR A APROVAÇÃO DOS PRÉDIOS DA ANTIGA LACTA NO BROOKLIN E ASSIM HOUE MUITOS CASOS).	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	A APROVAÇÃO DE PRÉDIOS DE CLASSE MÉDIA EM ZEIS OUTRO ABSURDO. EX.: PRÉDIOS NA AV. POLITÉCNICA FRENTE À USP, RUA NAGEL NA LAPA, AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE (ORQUÍDEAS). HMP VENDIDO A R\$ 500.000,00 ETC.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	CONSIDERAR COEFICIENTE 1 EM TODA A CIDADE É INCOMPREENSÍVEL NA PERIFERIA CONSTRÓI-SE 3, 4, 5 VEZES. ELA VAI PAGAR OUTORGA?	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	OUTORGA = (VALOR DO M ² DO TERRENO) * (COEFICIENTE BÁSICO ZONA) * (FAT PLAN) * (FAT SOC) * (M ² A COMPRAR) OBS: VALOR 4 VEZES MAIOR EXEMPLO: NO CASO DOS PRÉDIOS DA AV. POLITÉCNICA COMO ERA ZONA INDUSTRIAL PARA 18.000M ² DE ÁREA ACRESCIDADA PAGOU-SE MENOS DE R\$ 4 MILHÕES (PREÇO DE ALGUNS APARTAMENTOS) DESAFIO FINANÇAS SE JÁ ATUALIZOU NA QUADRA FISCAL O VALOR DO TERRENO POR USO RESIDENCIAL E DEMAIS INDUSTRIAS FICA OK.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	O MAIOR ERRO NA OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA DA OUTORGA: E PAGAR NO FIM DA ANÁLISE DE APROV E VÁRIAS VEZES O ESTOQUE ACABOU (QUE PENINHA!)	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	SOLUÇÃO: NO DIA DO PROTOCOLO DA APROVAÇÃO, PAGAR TODA OUTORGA QUE O INTERESSADO DESEJA/PRECISA. (CLARO QUE TEM QUE HAVER FSTOOUE NO PROIBIR A SABESP DE ESTENDER REDE DE ÁGUA EM MANANCIASIS SE CONJUNTAMENTE NÃO INSTALAR A REDE DE ESGOTO. EM MANANCIASIS SE NÃO HÁ ÁGUA E ENERGIA DIFICULTA-SE A EXPANSÃO "URBANA" ONDE SE QUER PRESERVAR. EX. PARELHEIROS/MARSILAC.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	A ELETROPAULO DEVE SER RIGOROSAMENTE PUNIDA (MULTADA) SE ESTENDER REDES SEM AUTORIZAÇÃO (SUBPREFEITURAS, SVMA, CETESB).	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	LIMITAR A ÁREA DE TERRENO DE CADA EMPREENDIMENTO A 15.000M ² DE TERRENO. EMPREENDIMENTOS TIPO "CIDADES" 50.000, 60.000 PESSOAS COMO O CASO DO TERRENO DA MONARC OU NA LAPA VÁRIOS NÃO DEVE CONTINUAR. ABRIR RUAS E PRAÇAS E ÁREAS PÚBLICAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	ABSURDO TOTAL TER QUE GASTAR TODO VALOR ARRECADADO NO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO. É TORNAR MAIS RICOS OS RICOS. PELO MENOS 60% DEVERIA SER USADO NAS ZEIS DA OPERAÇÃO (SE HOUVER) E NA PERIFERIA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	OPERAÇÃO RIO VERDE JACU ESTABELECEU UM ALARGAMENTO DA AVENIDA JACU PÉSSEGO DE 50 A 100 METROS. PERGUNTO: COMO ALGUÉM VAI CONSTRUIR NESSES MILHARES DE TERRENOS A DESAPROPRIAR SE SERÁ DEMOLIDO E SEM INDENIZAÇÃO?? SOLUÇÃO: PERMITIR A CONSTRUÇÃO HOJE SEM O PROPRIETÁRIOS SER OBRIGADO A DECLARAR QUE ABRE MÃO DA INDENIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES. QUEM SERÁ LOUCO DE CONSTRUIR NESSA OPERAÇÃO RIO VERDE JACU?	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	COBRAR OUTORGA NA OPERAÇÃO RIO VERDE JACU É OUTRO TIRO NO PÉ. O INTERESSADO VAI PARA O JABAQUARA NA OPERAÇÃO ÁGUA ESPRAIADA ONDE 1 CEPAC = 3M ² (MAIS OU MENOS 300,00 REAIS O METRO QUADRADO - MUITO BARATO).	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
		SUGESTÃO: PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO, UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS, IPTU PROGRESSIVO.		

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA	<p>BOA IDEIA, MAS COMO VIABILIZAR? SIM, HÁ A LEI DO VEREADOR POLICE NETO.</p> <p>PONTO 1 - O QUE É COEFICIENTE MÍNIMO? EX: 0,05 = 5% EM ZER 1 CUMPRE A FUNÇÃO SOCIAL? TERRENO: 1.000 NA ZER SE CONSTRUIR 52M² JÁ CUMPRE? SÓ ENCONTRO JUSTIFICATIVA SE O ARGUMENTO FOR ARBORIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ÁGUA. NAS DEMAIS ZONAS PROPONHO COEFICIENTE MÍNIMO 40% PARA CUMPRIR FUNÇÃO SOCIAL.</p> <p>PONTO 2 - A BUROCRACIA VAI FAZER UMA DEMORA NA EFETIVIDADE DESSE INSTRUMENTO.</p> <p>1. NOTIFICAÇÃO: 2 ANOS 2. APROVAÇÃO: 3 A 5 ANOS COM N COMUNIQUE-SES 3. CONSTRUÇÃO: 3 ANOS PARA INÍCIO DA OBRA (FUNDAÇÃO) 4. OBRA QUASE PRONTA + ANOS (NÃO HÁ PRAZO NO CÓDIGO DE OBRAS PARA TERMINAR UM PRÉDIO COM SUPER ESTRUTURA PRONTA).</p> <p>PONTO 3 - IPTU PROGRESSIVO: O IMÓVEL VAI SER VALORIZADO ARTIFICIALMENTE PELA PMSP. PERGUNTO: QUANDO FOR DESAPROPRIAR O IMÓVEL, VAI PAGAR POR ESTA VALORIZAÇÃO AO DONO??</p> <p>PONTO 4 - SE APÓS CONSTRUIR, TIRAR O HABITE-SE E DEIXAR FECHADO COMO FICA? VIRARÁ ZEIS 3?? NUMA PRÓXIMA REVISÃO DE ZONEAMENTO?</p>	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	REVISÃO DAS ÁREAS MÁXIMAS A SEREM CONSTRUÍDAS EM ZM NA LOCAL. PNT/6M ALTURA DA EDIFICAÇÃO, PELO MENOS VOLTAR A SER 9,00M COM RECUO. INSTALAÇÃO DE USOS A PARTIR DA LARGURA DA VIA, SER SUPERIOR A 10 METROS. EQUIPARAR NOVA TABELA (DECRETO) DE USOS AO CNAE (CNPJ). AMPLIAR PERMISSÃO DE USOS EM ZMS, DESDE QUE NÃO INCÔMODOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	MAIS INCENTIVOS FISCAIS PARA AS ZONAS PERIFÉRICAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INCENTIVOS FISCAIS
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	REAL APLICAÇÃO DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	DESBUROCRATIZAÇÃO NA CONSULTA A OUTRAS SECRETARIAS. EX.: REMOÇÃO DE MORADORES PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO EM CADA SUBPREFEITURA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	SUBPREFEITURAS
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM TODAS AS SUBPREFEITURAS (EX. CASA DE CULTURA DE ERMELINO MATARAZZO) E MELHOR GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTO CULTURAL
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	INCENTIVOS PARA INSTALAÇÃO DE ÁREAS VERDES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	REVER A QUESTÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS (VLP, METRÔ, TREM), UMA LOGÍSTICA URBANÍSTICA QUE ATENDA A POPULAÇÃO, SEM EXPULSAR OS COMERCIANTES DO ENTORNO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA CEU É SHOW E DAS CORRIDAS/CAMINHADAS, DURANTE O ANO NAS SUBPREFEITURAS.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	REVISÃO DOS PLANOS E PROJETOS DE ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
30.04.2013 Avaliação Temática - Instrumentos Urbanísticos - CONTRIBUIÇÕES FICHA				
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	AGILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DOS PARCELAMENTOS IRREGULARES.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	GESTÃO COM CETESB DAS ÁREAS CONTAMINADAS E AGILIZAR OS PROCEDIMENTOS DE DESCONTAMINAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO EFICIENTE	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
SELMA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	FICHA	IMPLANTAÇÃO DE FAIXA EXCLUSIVA PARA MOTOS E DE CICLOFAIXAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
UMIRAMAR ALVES PINHO	FICHA	NO BAIRRO DE PERUS VERIFICAR ÁREAS LIVRES PARA QUE CONSTRUA SISTEMA DE LOGÍSTICA POR ESTAR PRÓXIMAS AO RODOANEL IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO POLUENTE RESPEITANDO TAIS COMO, MATA NATIVA CURSOS D'ÁGUA E MANANCIAL COMO ISSO HÁ POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NO BAIRRO A FIM DE REDUZIR O FLUXO DE TRABALHADORES PARA TRABALHAR NA CIDADE DE SÃO PAULO MÃO DE OBRA PRÓXIMO AS MORADIAS JÁ EXISTENTES	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
WILLIAMS FERNANDES DA SILVA	FICHA	REVISAR A LEI DE ZONEAMENTO DA REGIÃO NOROESTE (PERUS) QUE NA GRANDE MACRO DA REGIÃO É ZEPAM, APP, ZEPAG.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS

REGISTRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

1ª ETAPA. Atividades de Avaliação Participativa

ATIVIDADE TEMÁTICA

TEMA INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

Data: 07.05.2013

Local: Centro Cultural São Paulo Horário: 19 às 22h.

Número de Participantes: 272.

Objetivo da atividade: compartilhar as avaliações trazidas pela sociedade e as avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais secretarias, sobre a aplicação do PDE de 2002.

Descrição da Atividade:

1. A atividade foi organizada no formato de seminário, com uma apresentação inicial de SMDU e abertura para recepção de contribuições avaliativas do plenário. A abertura do Seminário foi realizada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco, e na seqüência o Diretor do Departamento de Urbanismo (DEURB) apresentou os estudos realizados pelos técnicos de SMDU.
2. Realizada a apresentação, a coordenação da mesa abriu inscrição para as contribuições dos presentes. O grupo de apoio registrou em fichas o nome e a organização do interessado em fazer o uso da fala e a mesa foi chamando os presentes ao microfone e, a cada grupo de 5 falas, a mesa retomou para algumas considerações, ressaltando pontos em comum e pontos discordantes relacionados ao tema.

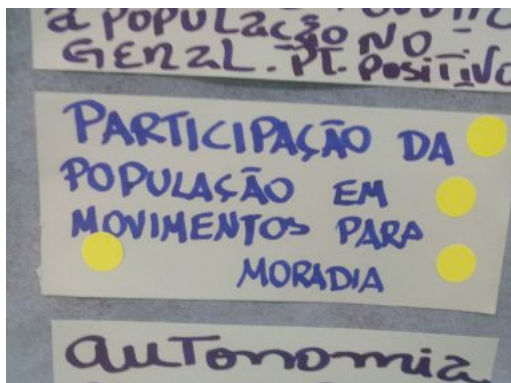
Avaliação da Atividade: Na primeira etapa de revisão participativa pretendeu-se testar dois formatos (oficinas e seminários) como alternativos ao formato de audiência pública, no sentido de permitir espaços mais democráticos para o debate entre os segmentos da sociedade e para que o poder público pudesse ouvir os vários segmentos. Segundo avaliação apresentada pelos participantes, a atividade temática sobre Instrumentos de Política Urbana deveria ter sido realizada no formato de “oficina”, pois teria permitido um diálogo mais aprofundado sobre um tema considerado importantíssimo. A necessidade de haver maior controle sobre a produção imobiliária na cidade foi colocação recorrente, juntamente com a crítica à falta de efetiva aplicação dos Instrumentos de Política Urbana e à indicação da necessidade de organização de maior número de debates com especialistas. Dentre os temas discutidos, **Operações Urbanas e Outorga Onerosa** foram os que receberam mais contribuições avaliativas.

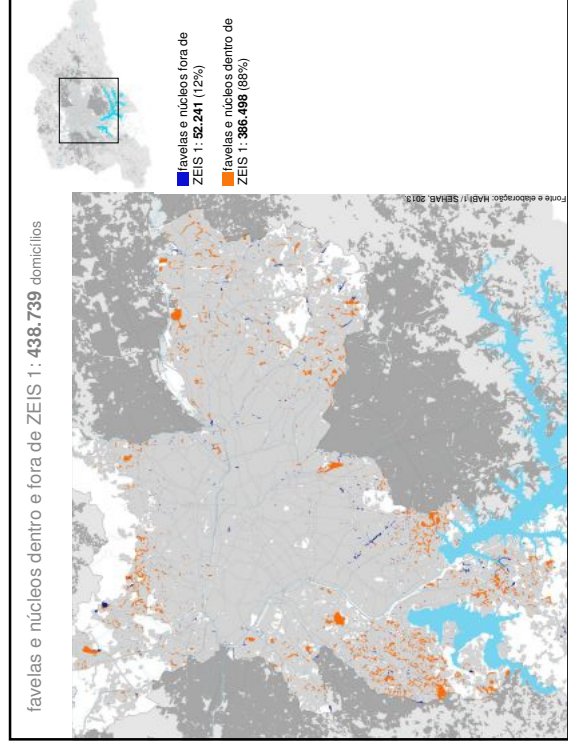
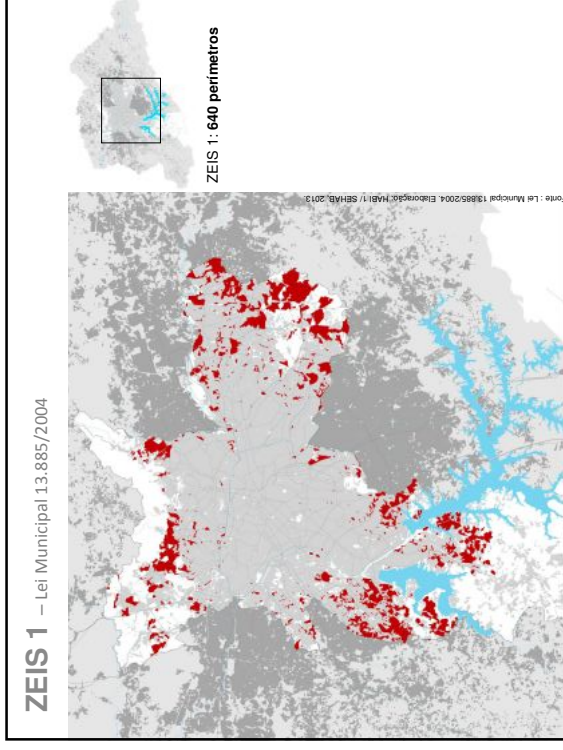
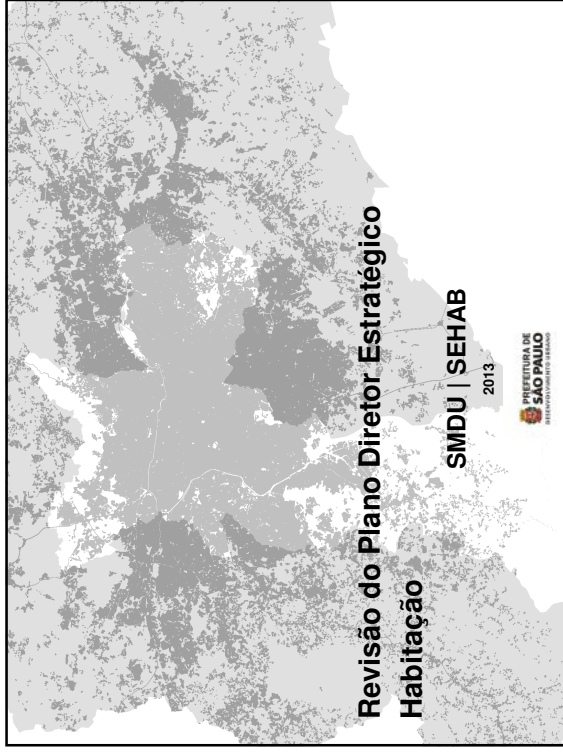
PRIMEIRA ETAPA

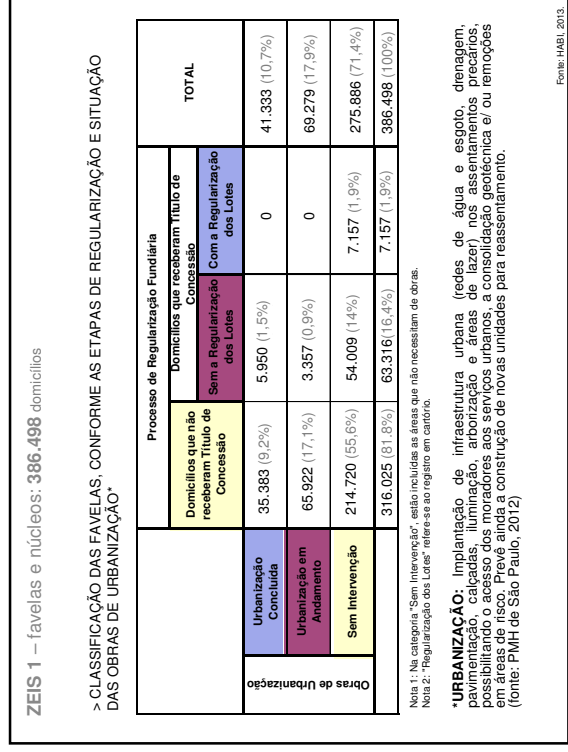
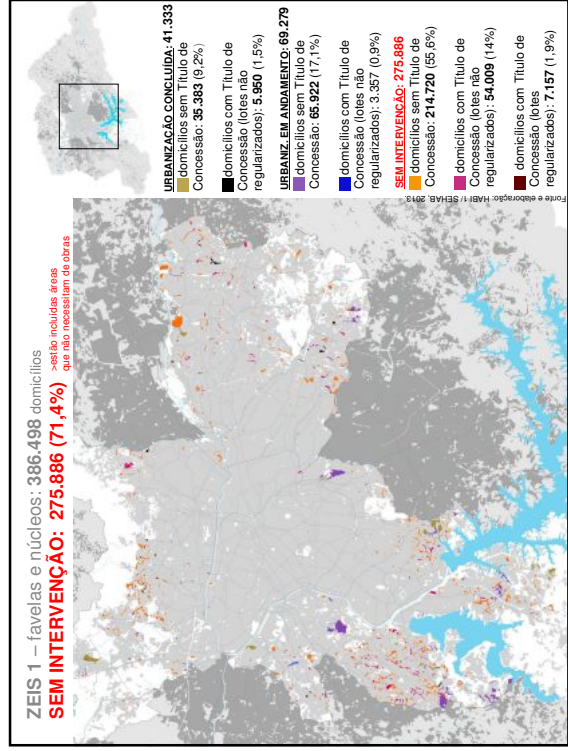
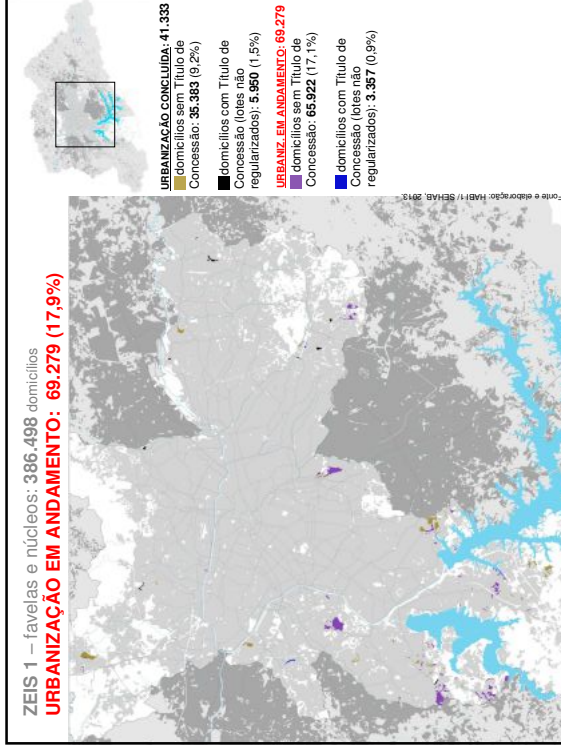
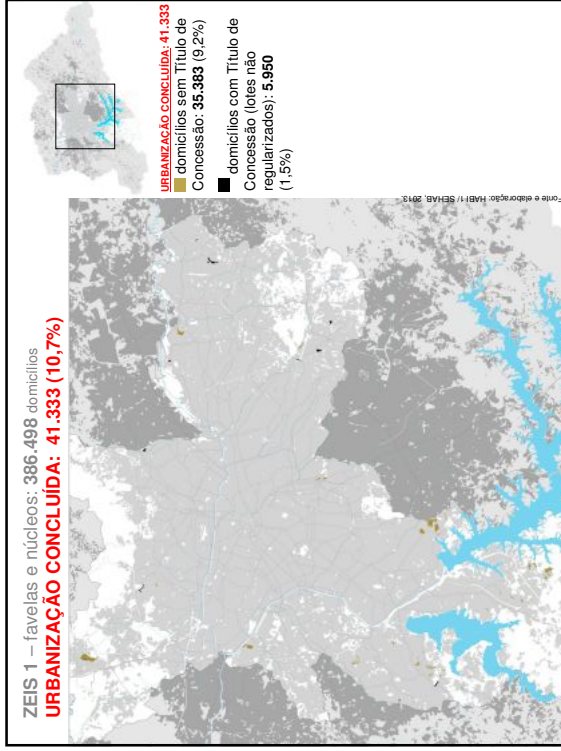
HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE – 04/05/2013

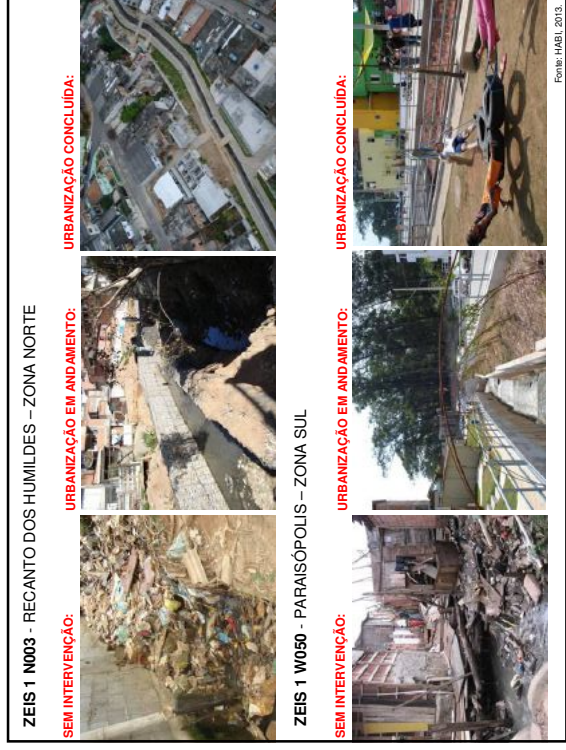
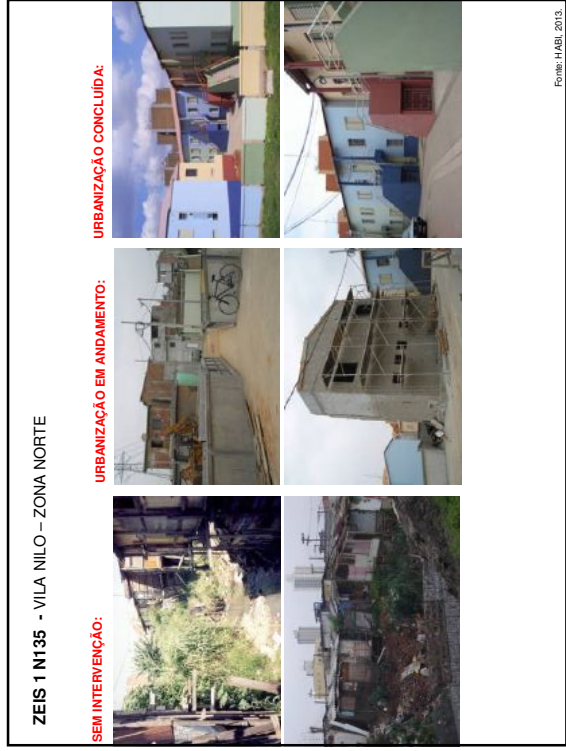
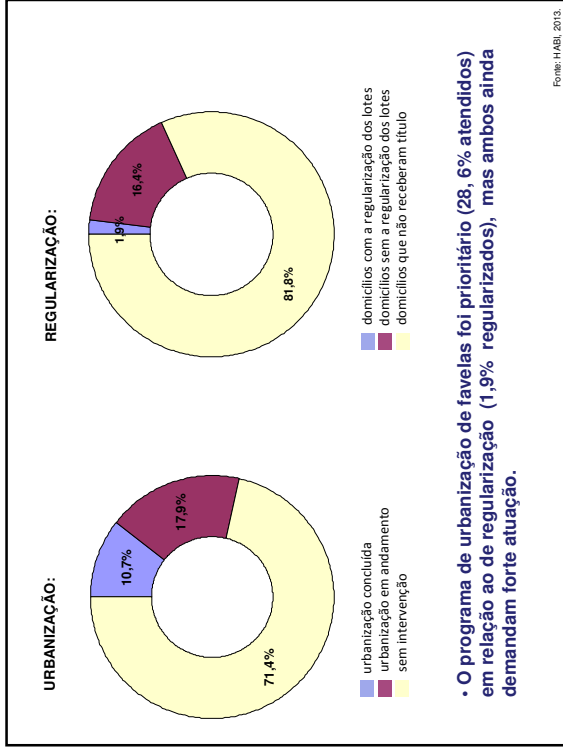
Registro Fotográfico
Apresentação – Power Point
Sistematização das Propostas Apresentadas
Registro Sintético

Registro Fotográfico – 04/05/2013 Manhã









• FAVELAS E NÚCLEOS em ZEIS 1
386.498 domicílios (88%)

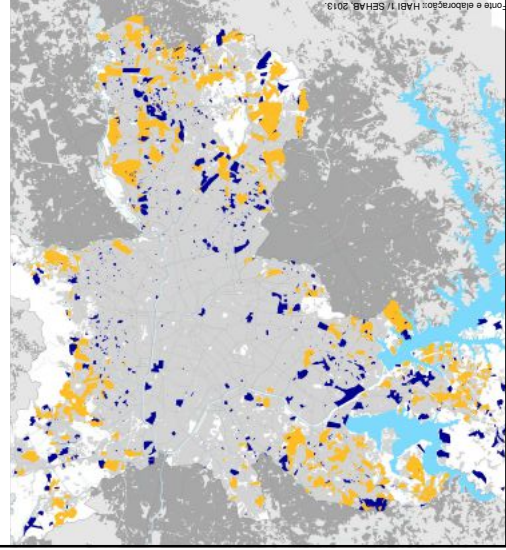
• FAVELAS E NÚCLEOS FORA de ZEIS 1
52.241 domicílios (12%)

• FAVELAS E NÚCLEOS TOTAL (dentro e fora de ZEIS 1)
438.739 domicílios (100%)

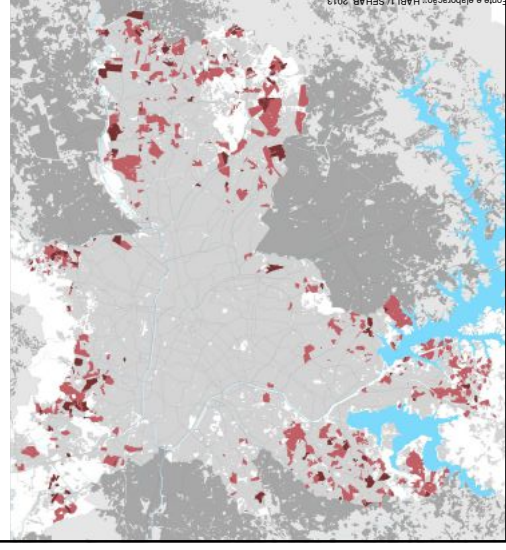
Fonte: HABIT, 2013.

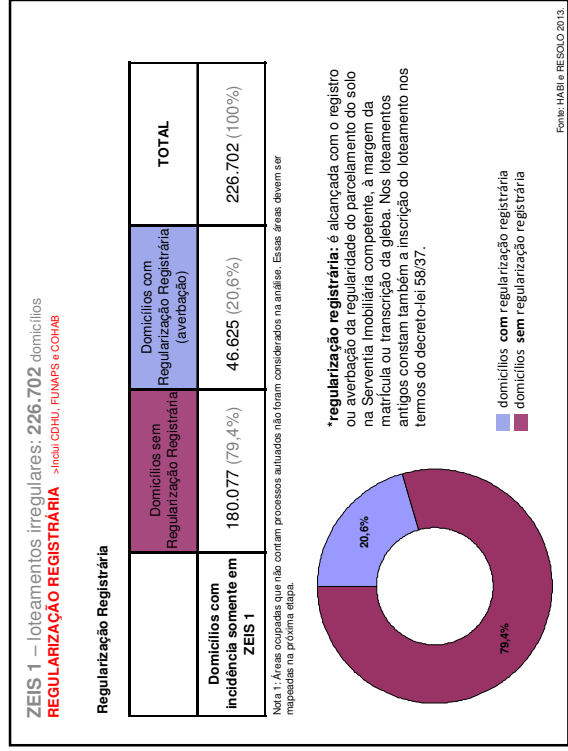
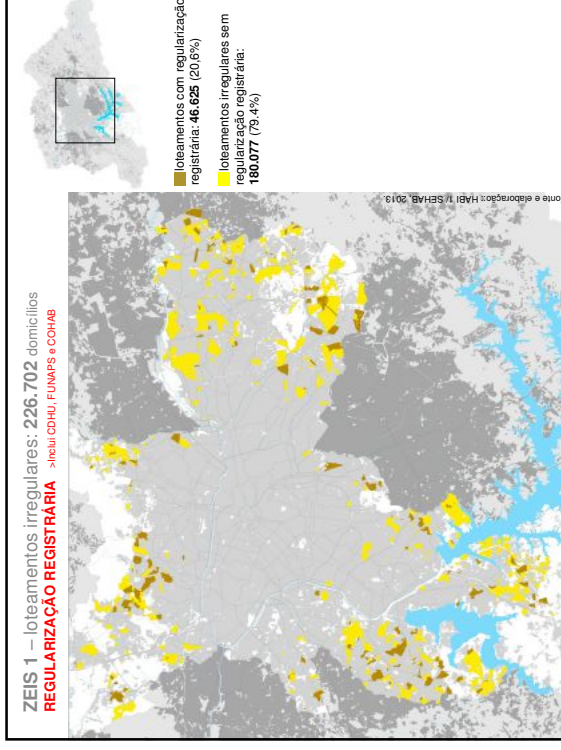
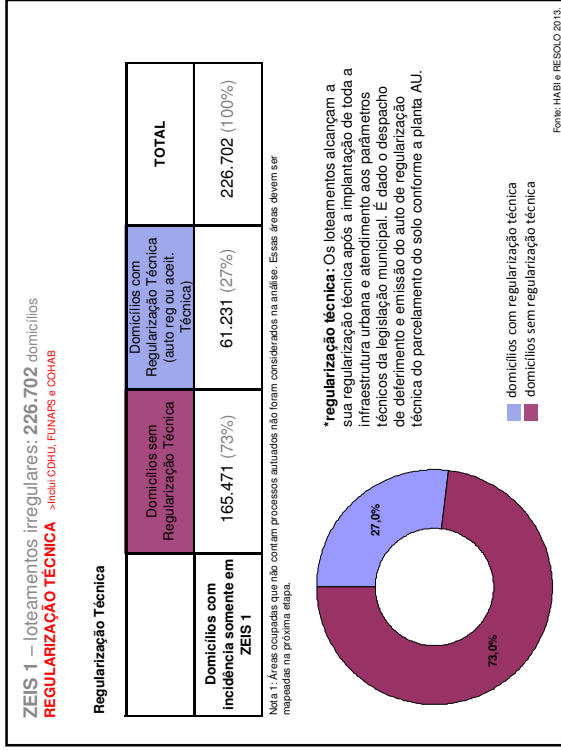
ZEIS 1 intervencões em loteamentos irregulares

loteamentos irregulares dentro e fora de ZEIS 1: 482.336 domicílios



ZEIS 1 – loteamentos irregulares: 226.702 domicílios
REGULARIZAÇÃO TÉCNICA - Inova COHU, FUMDES e COHAB

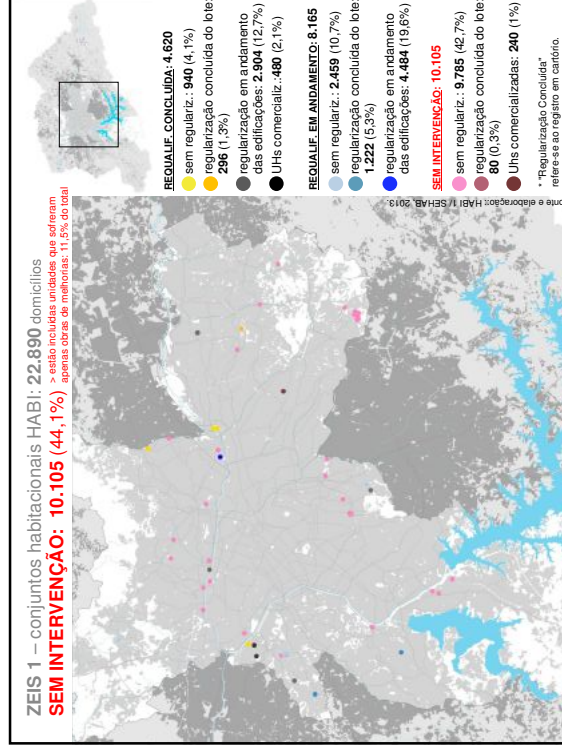
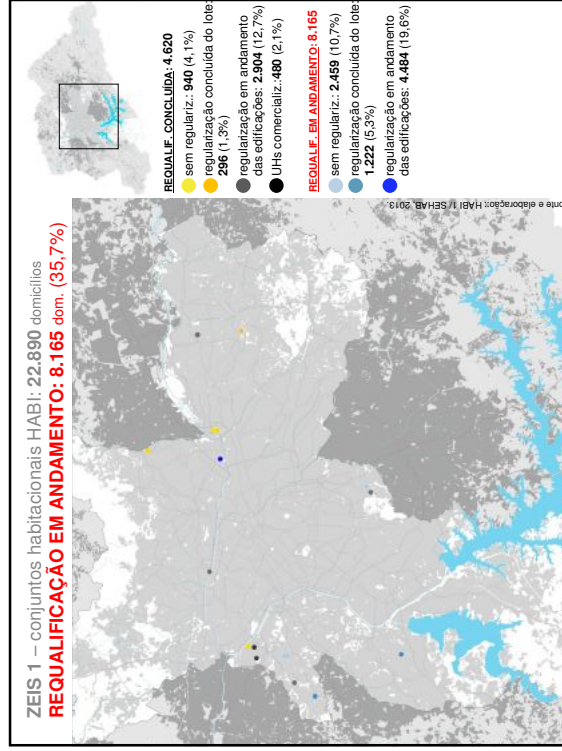
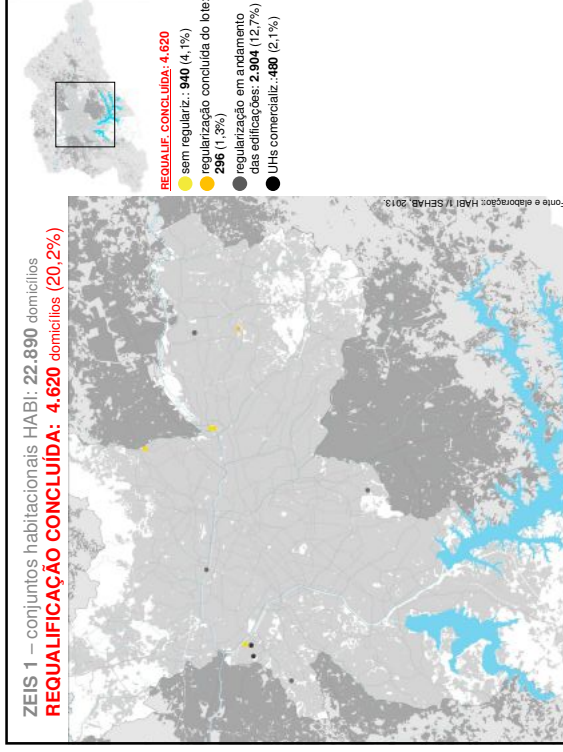




- **LOTEAMENTOS IRREGULARES em ZEIS 1**
226.702 domicílios (47,1%)
 - **LOTEAMENTOS IRREGULARES FORA de ZEIS 1**
255.634 domicílios (52,9%)
 - **LOTEAMENTOS IRREGULARES (dentro e fora de ZEIS 1)**
482.336 domicílios (100%)
- >loteamentos irregulares mapeados em ZEIS 1 (PDE-2002) tinham o amparo legal na foto aérea de 2000.
- Fonte: HABIT e RESOLUÇÃO 2013.

ZEIS 1 intervenção em conjuntos habitacionais HABI

Conjuntos Cingapura, Prover e Guarapiranga construídos até 2004.
Após esta data as UHs estão inseridas no Programa de Urbanização de Favelas



ZEIS 1 – conjuntos habitacionais HABI: 22.890 domicílios
 Conjuntos Ongapura, Prover e Guarapiranga construídos até 2004. Após essa data as UHs estão inseridas no Programa de Urbanização de Favelas)

> CLASSIFICAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE SEHAB, CONFORME AS ETAPAS DE REGULARIZAÇÃO E SITUAÇÃO DAS OBRAS DE REGULARIZAÇÃO*

	Processo de Regularização Finalizada				TOTAL
	Sem regularização	Regularização concluída de lote	Regularização em andamento das edificações	Unidades comercializadas	
Regularização concluída	840 (4,1%)	298 (1,3%)	2.904 (12,7%)	480 (2,1%)	4.520 (20,2%)
Regularização em andamento	2.459 (10,7%)	1.222 (5,3%)	4.484 (19,6%)	0	8.165 (35,7%)
Sem intervenção	9.785 (42,7%)	80 (0,3%)	0	240 (1,0%)	10.105 (44,1%)
Obras de regularização	13.184 (57,6%)	1.598 (7,0%)	7.383 (32,3%)	720 (3,1%)	22.890 (100%)

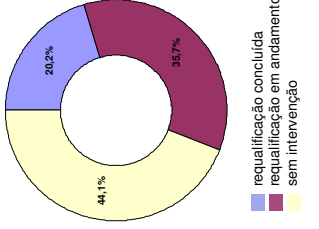
Nota 1: Na categoria "Sem Intervenção", estão incluídas as unidades que sofreram apenas obras de melhorias (11,5% do total).
 Nota 2: "Regularização Concluída" refere-se ao registro em cartório.

***REGULARIZAÇÃO:** obras de recuperação em conjuntos habitacionais, contemplando também a recuperação dos equipamentos de segurança, com a finalidade de dotar os empreendimentos das condições necessárias à sua regularização.
 (fonte: Programa 3RS, 2012)

Fonte: HABI, 2013.

ZEIS 1 – conjuntos habitacionais HABI: 22.890 domicílios
 Conjuntos Ongapura, Prover e Guarapiranga construídos até 2004. Após essa data as UHs estão inseridas no Programa de Urbanização de Favelas)

REGULARIZAÇÃO:

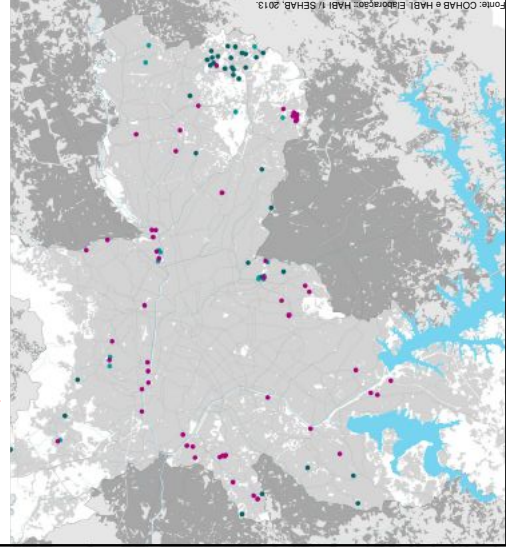


• **Obras de regularização atenderam mais de 50% dos conjuntos, enquanto a regularização atendeu menos de 10%.**

Fonte: HABI, 2013.

ZEIS 1 intervenções em conjuntos habitacionais COHAB

ZEIS 1 – conjuntos habitacionais COHAB: 102.269 domicílios
 > Dúbia extintos do mapeamento de 2006

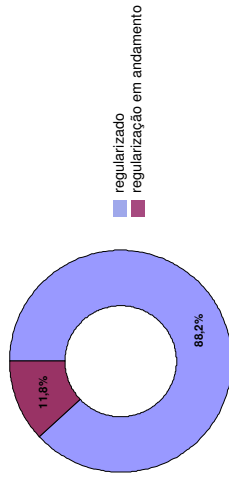


Fonte: COHAB e HABI. Elaboração: HABI II/SEHAB, 2013.

ZEIS 1 – conjuntos habitacionais COHAB: 102.269 domicílios

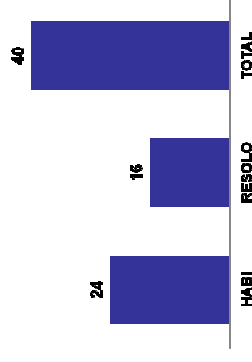
	Regularização em andamento	Regularizados	TOTAL
Conjuntos	11.040 (11,8%)	82.279 (88,2%)	93.319 (100%)

Nota 1: Mapeamento de 2006.



Fonte: COHAB, 2006

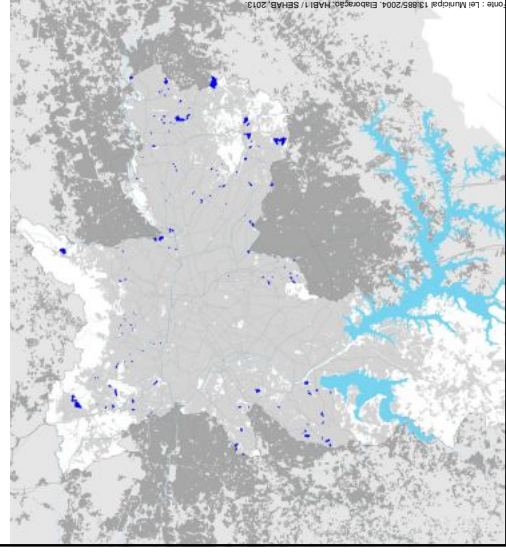
ZEIS 1 – Conselhos Gestores

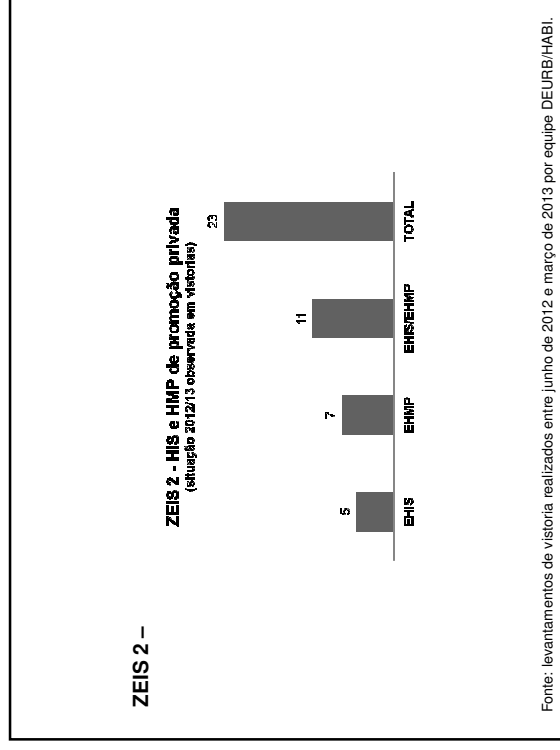
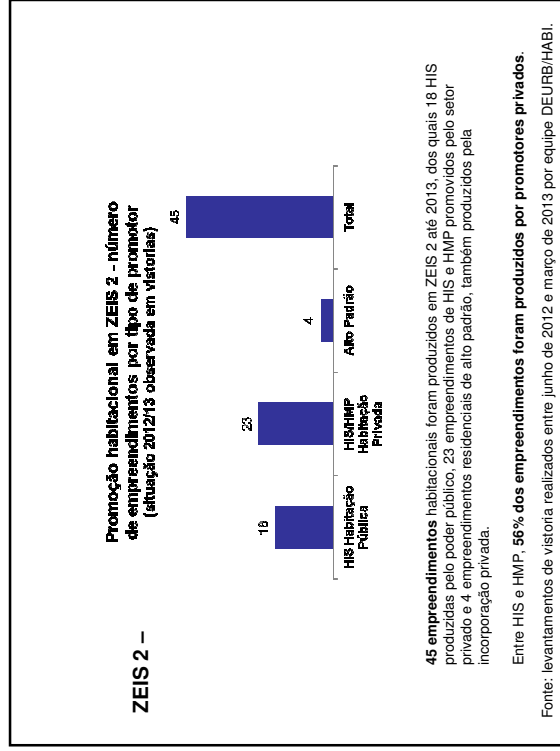
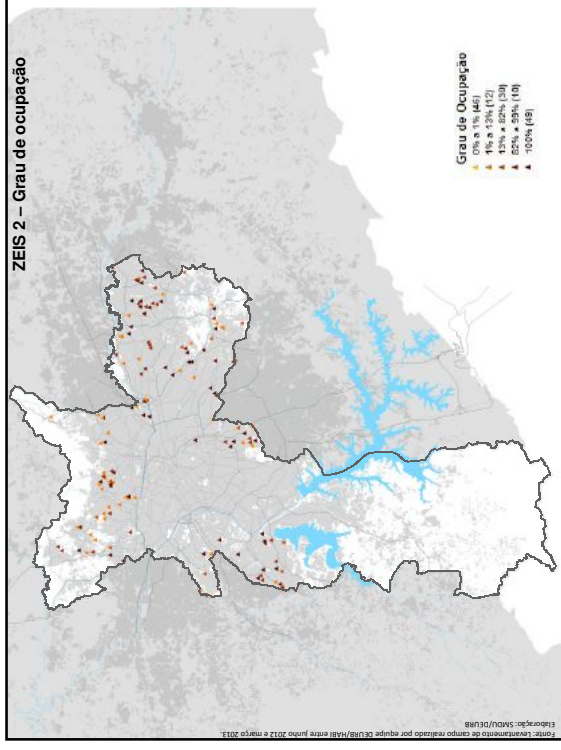
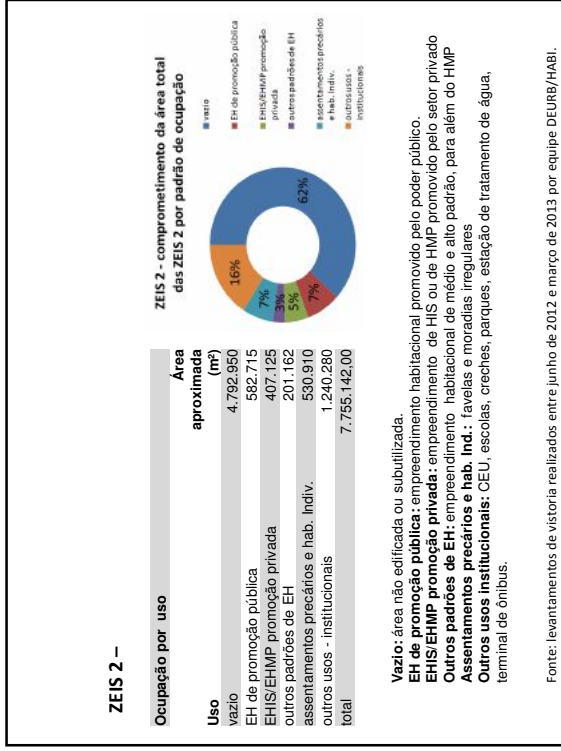


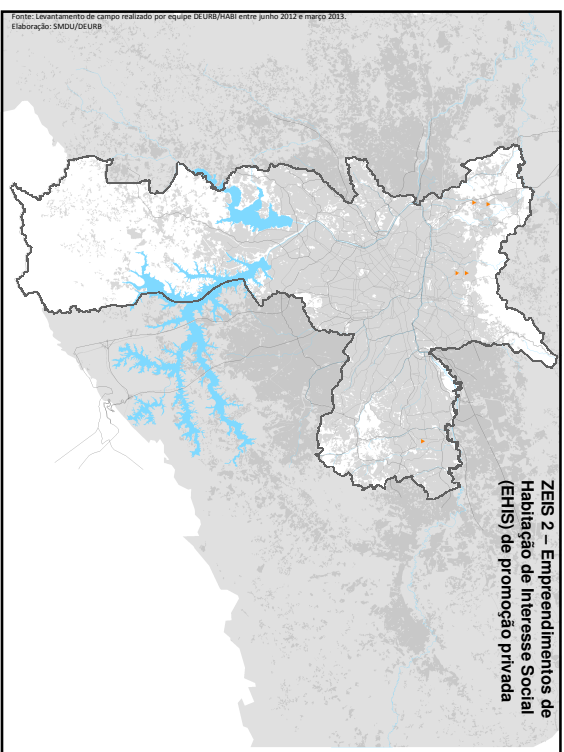
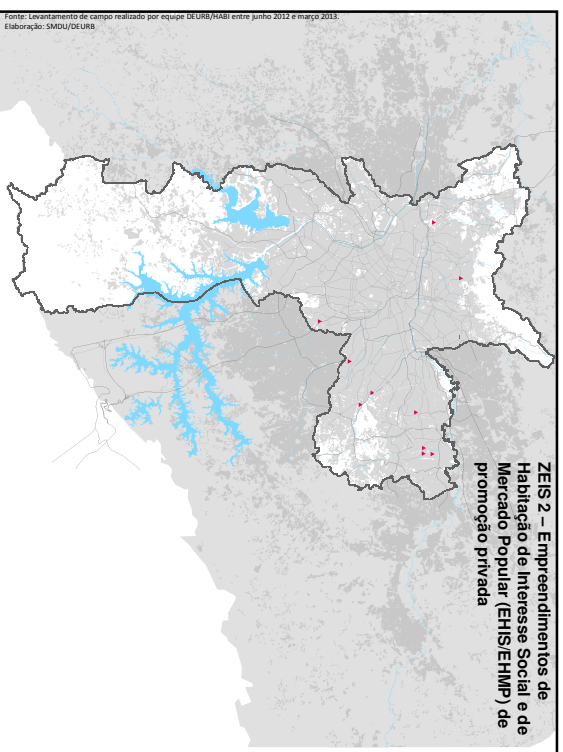
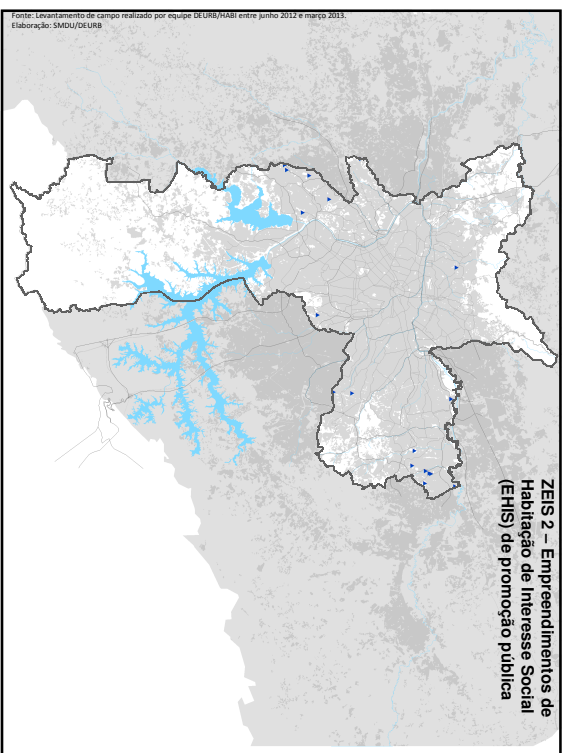
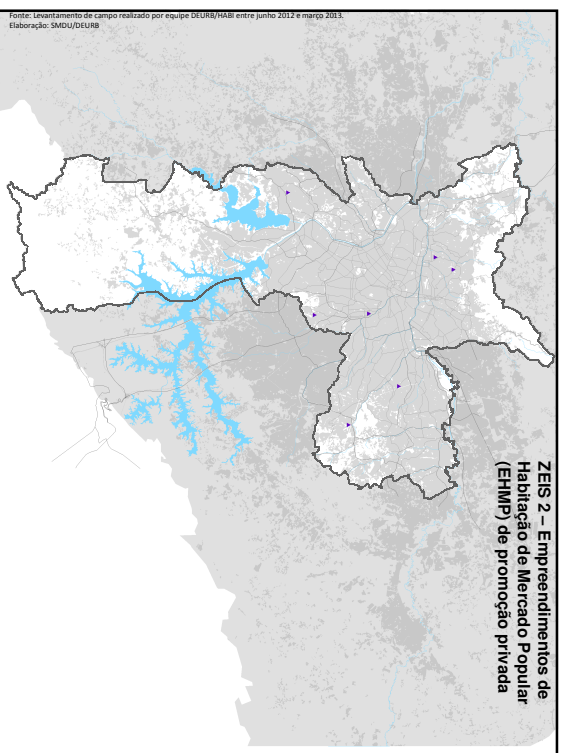
Do total de 640 ZEIS 1, 40 tiveram Conselhos Gestores para discutir e deliberar sobre a urbanização ou regularização.

ZEIS 2
 Intervenções em áreas
 desocupadas

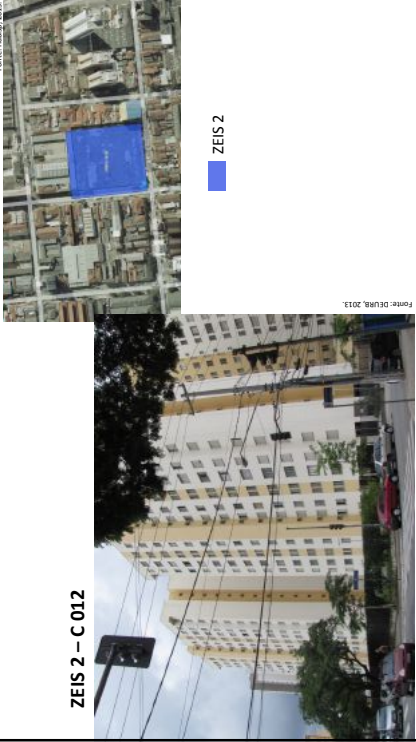
ZEIS 2 – Lei Municipal 13.885/2004







ZEIS 2 – C 012




Fonte: MAB, 2013.

Fonte: OLIVEIRA, 2013.

ZEIS 2

Área total: 7.290m²
 100% da área foi construída.
 Habitação promoção privada: MCMV → entregue em 2010, 4 torres de 13 andares cada.
 Ipiranga.

ZEIS 2 – L 044



Fonte: OLIVEIRA, 2013.

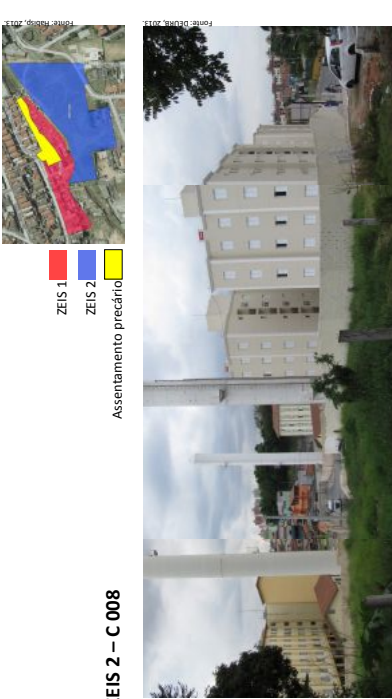
Fonte: OLIVEIRA, 2013.

Fonte: OLIVEIRA, 2013.

ZEIS 2

Área total: 35.000m²
 100% da área foi construída. A ZEIS ocupada por 3 empreendimentos
 Habitação promoção privada: MCMV → ~900 unidades de HIS e HMP
 Sapopemba

ZEIS 2 – C 008



Fonte: OLIVEIRA, 2013.

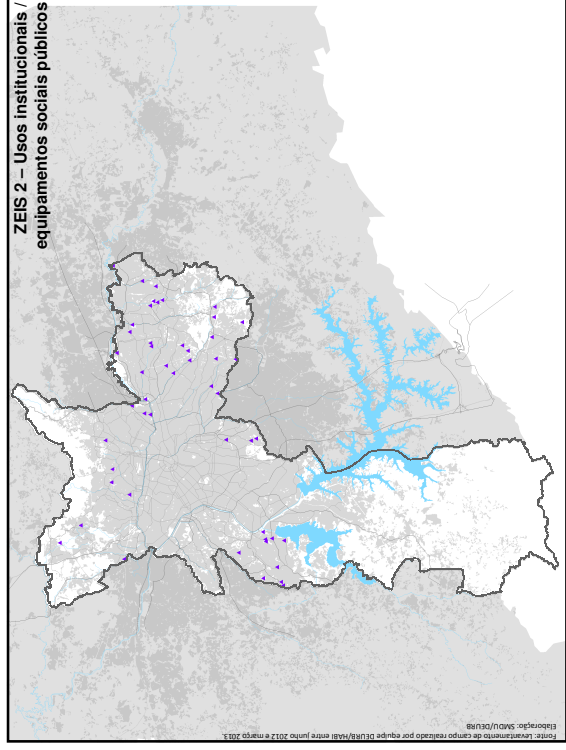
Fonte: OLIVEIRA, 2013.

ZEIS 1

ZEIS 2

Assentamento precário

Área total: 21.130 m²
 60% da área continua vazia
 Habitação provisão pública: CDHU → 20% da área = 12.700m² de terreno para HIS.
 Habitação promoção privada: MCMV → 20% da área = 12.700m² de terreno para HMP.
 Sacomã.



ZEIS 2 – L 045



ZEIS 2

Área total: 8.450 m²
10% da área contínua vazia.
90% da área deu lugar a uma Escola Municipal.
Vila Prudente



ZEIS 2 – L 049



ZEIS 2

Área total: 18.600 m²
100% da área contínua vazia.
Aricanduva

ZEIS 2 – W 025



ZEIS 1

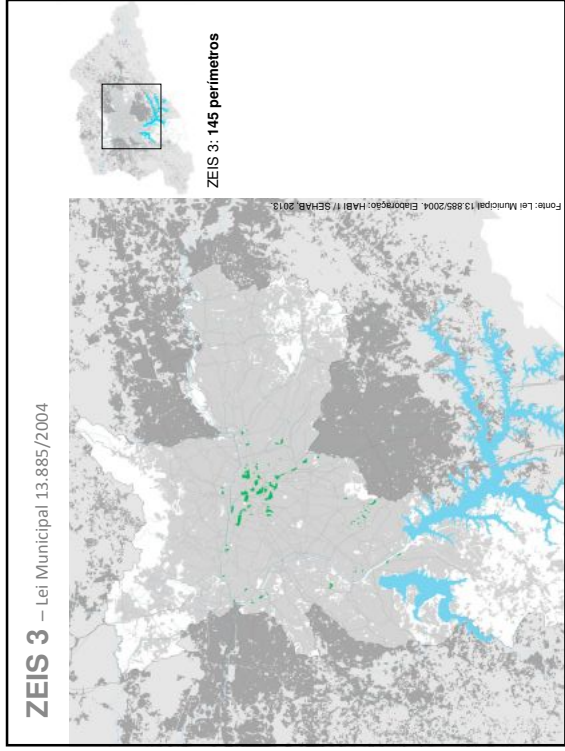
ZEIS 2

ZEIS 2 – L 049



ZEIS 1

ZEIS 2



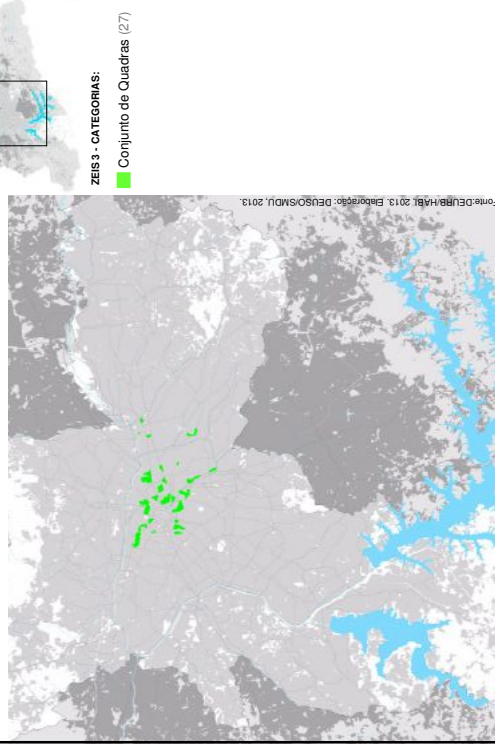
ZEIS 3 – Categorias de análise de desempenho

	Quantidade	%
Lotes não utilizados / subutilizados	56	39%
Lotes em uso	35	24%
Lotes parte em uso / parte não utilizados / subutilizados	18	12%
Conjuntos de Quadras	27	19%
Edifícios	9	6%
TOTAL	145	100%

As categorias acima foram definidas única e exclusivamente para avaliar o desempenho das ZEIS 3. Não apresentam, portanto, conotação oficial ou institucional.
Fonte: SMDU/DEURB

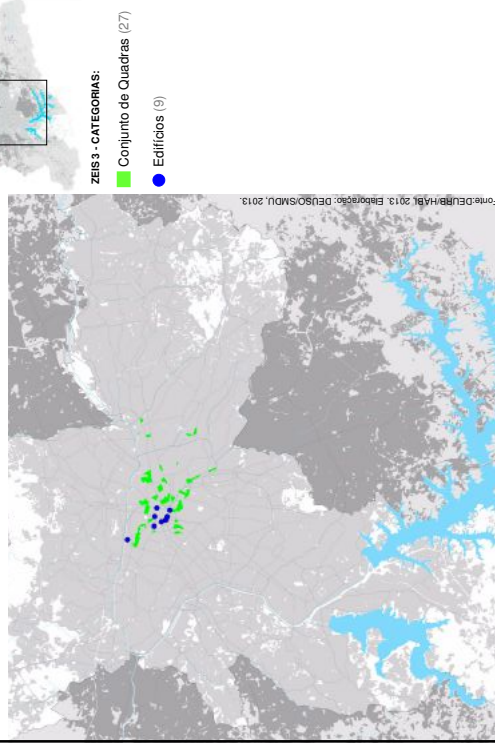
ZEIS 3

CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO



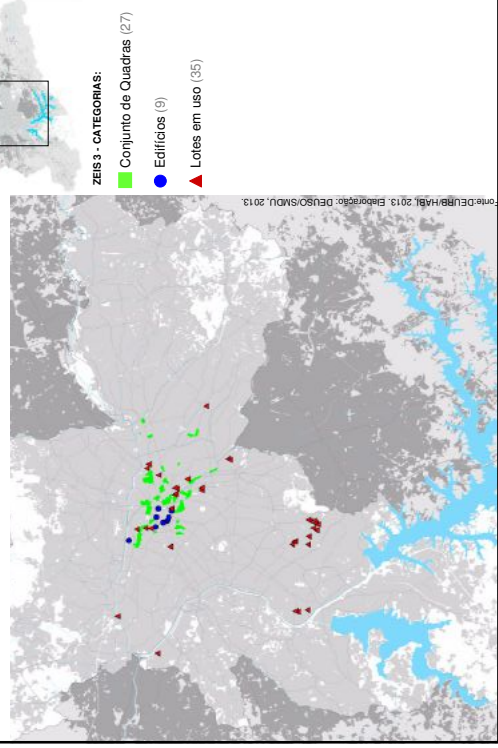
ZEIS 3

CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO



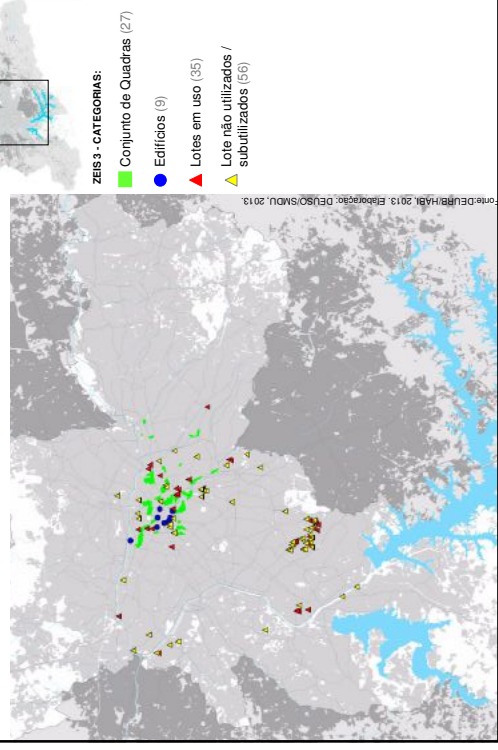
ZEIS 3

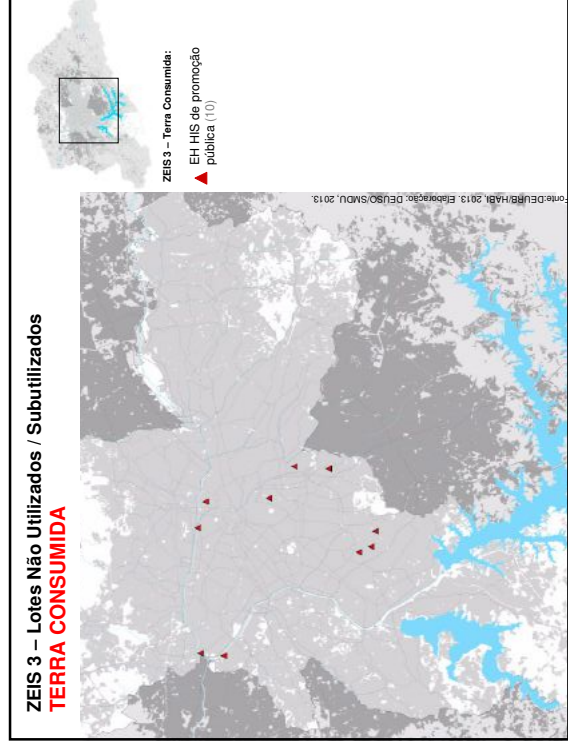
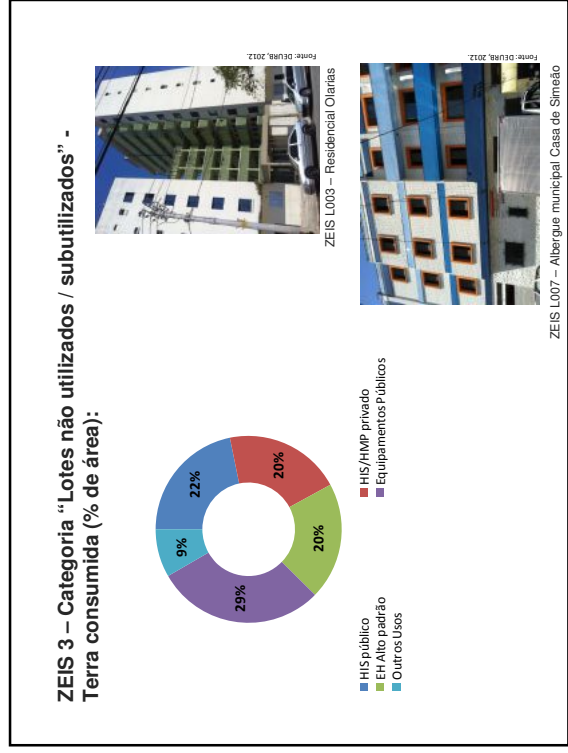
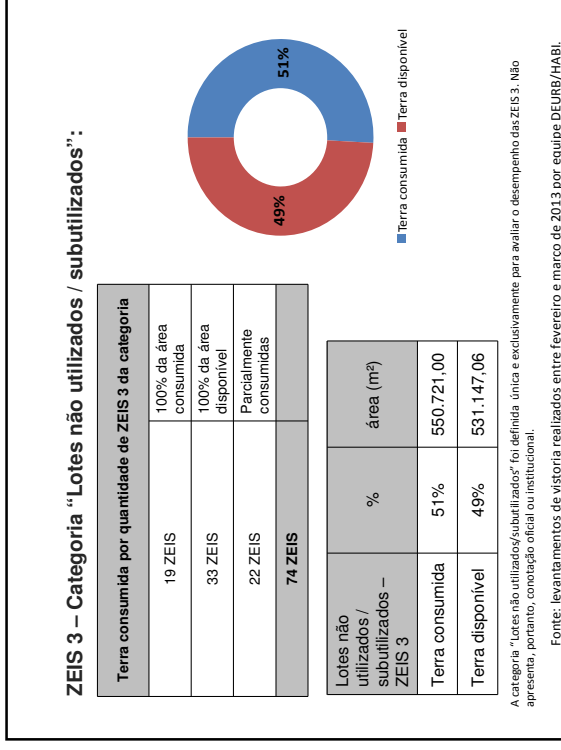
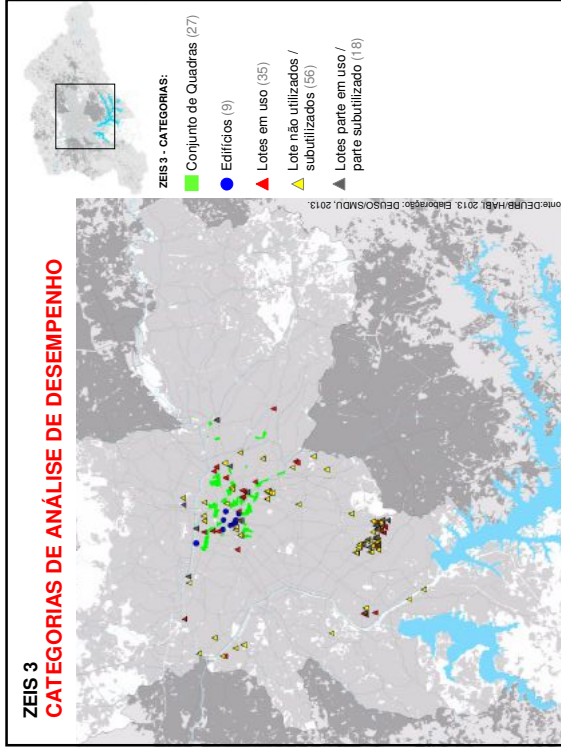
CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO



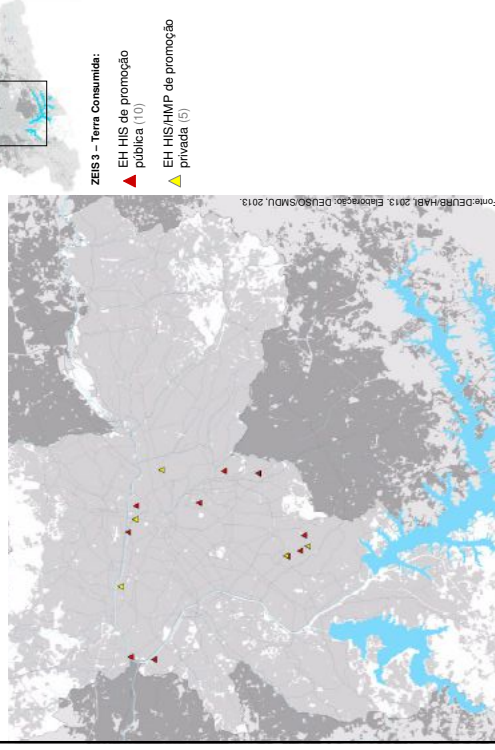
ZEIS 3

CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO

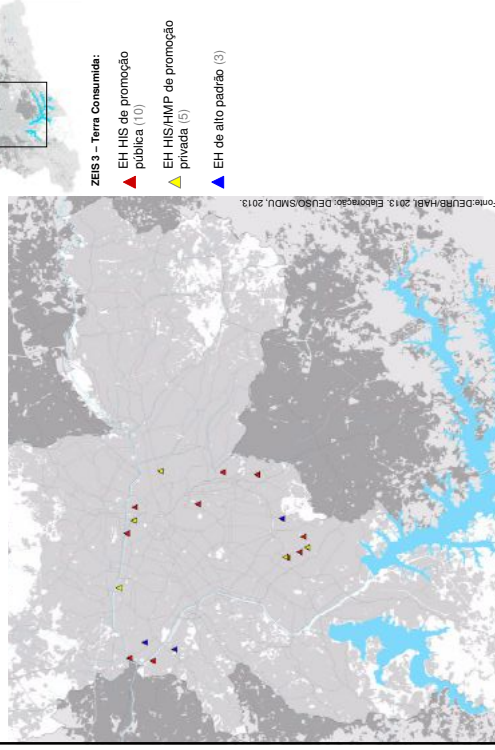




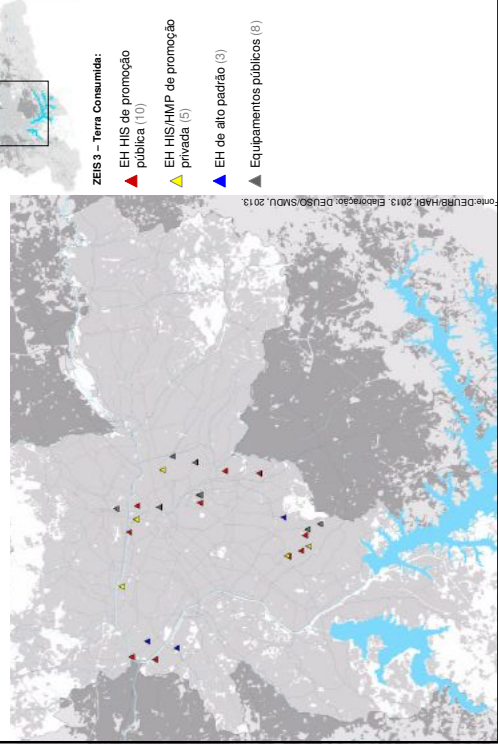
ZEIS 3 – Lotes Não Utilizados / Subutilizados
TERRA CONSUMIDA



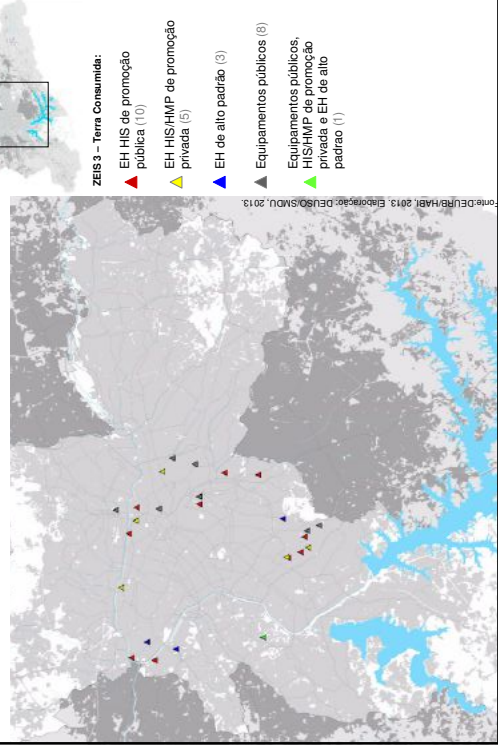
ZEIS 3 – Lotes Não Utilizados / Subutilizados
TERRA CONSUMIDA



ZEIS 3 – Lotes Não Utilizados / Subutilizados
TERRA CONSUMIDA



ZEIS 3 – Lotes Não Utilizados / Subutilizados
TERRA CONSUMIDA



ZEIS 3 – Categoria “Lotes em uso”:

100% em uso	35 ZEIS
Parcialmente em uso	18 ZEIS
TOTAL	53 ZEIS

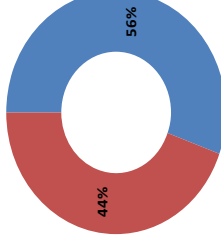
Tipo de ocupação	área (m²)	%
Galpões industriais	647.298,56	72,25%
Assentamentos precários	98.162,45	10,96%
Residências / Comércio	150.498,19	16,80%
TOTAL	895.959,20	100,00%

A categoria “Lotes em Uso” foi definida única e exclusivamente para avaliar o desempenho das ZEIS 3. Não apresenta, portanto, contagem oficial ou institucional.

Fonte: levantamentos de vistoria realizados entre fevereiro e março de 2013 por equipe DEURB/HABI.

ZEIS 3 – Categoria “Conjuntos de Quadras”:

Empreendimentos habitacionais em ZEIS 3 Conjuntos de Quadras	15 ZEIS
Empreendimentos HIS/HMP	12 ZEIS
Sem novos empreendimentos	27 ZEIS
TOTAL	9



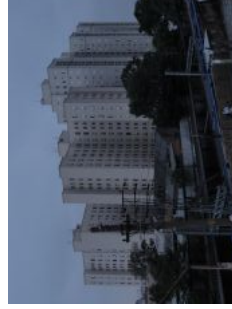
■ Empreendimentos HIS/HMP
■ Sem novos empreendimentos

A categoria “Conjunto de Quadras” foi definida única e exclusivamente para avaliar o desempenho das ZEIS 3. Não apresenta, portanto, contagem oficial ou institucional.

Fonte: levantamentos de vistoria realizados entre fevereiro e março de 2013 por equipe DEURB/HABI.

ZEIS 3 – Categoria “Conjuntos de Quadras”:

Empreendimentos Habitacionais em ZEIS 3 Conjuntos de Quadras	6 EH
HIS Promoção pública	16 EH
HIS/HMP Promoção privada	1 EH
Alto padrão	



ZEIS C017 – Empreendimento Engellux

A categoria “Conjunto de Quadras” foi definida única e exclusivamente para avaliar o desempenho das ZEIS 3. Não apresenta, portanto, contagem oficial ou institucional.

Fonte: levantamentos de vistoria realizados entre fevereiro e março de 2013 por equipe DEURB/HABI.

ZEIS 3 – Categoria “Edifícios”:

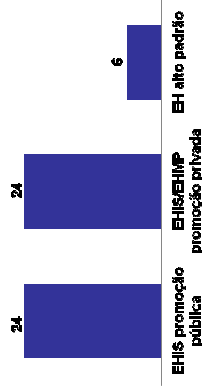
EDIFÍCIOS	
Adaptados para HIS	Baronesa de Porto Carreiro, Senador Feijó e Hotel São Paulo
Em obras de adaptação para HIS	Condomínio Novo Horizonte
Com obras paralisadas	Casação do Carmo
Demolido	São Vito
Ocupação	Alameda Barão de Limeira
Vazios	
TOTAL	9

A categoria “Edifícios” foi definida única e exclusivamente para avaliar o desempenho das ZEIS 3. Não apresenta, portanto, contagem oficial ou institucional.

Fonte: levantamentos de vistoria realizados entre fevereiro e março de 2013 por equipe DEURB/HABI.

Produção habitacional em ZEIS 3 – 54 Empreendimentos Habitacionais

ZEIS 3 - produção habitacional

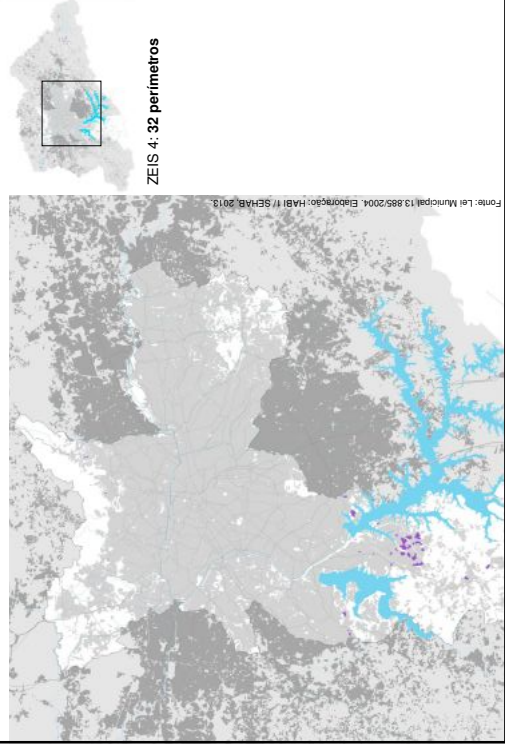


Grande parte da produção habitacional pública em ZEIS 3 ocorreu até 2004, pois muitos perímetros foram grafiados em áreas em intervenção ou com intervenção previamente programada. Nos últimos anos a produção da iniciativa privada foi mais relevante.

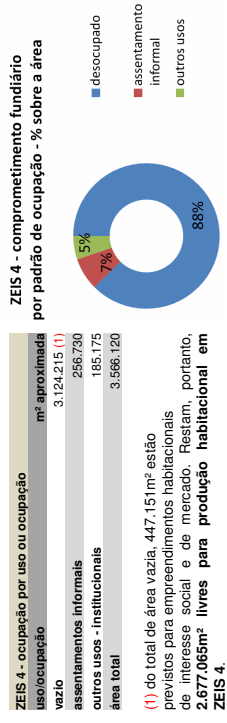
Fonte: levantamentos de vistoria realizados entre fevereiro e março de 2013 por equipe DEURB/HABI.

ZEIS 4

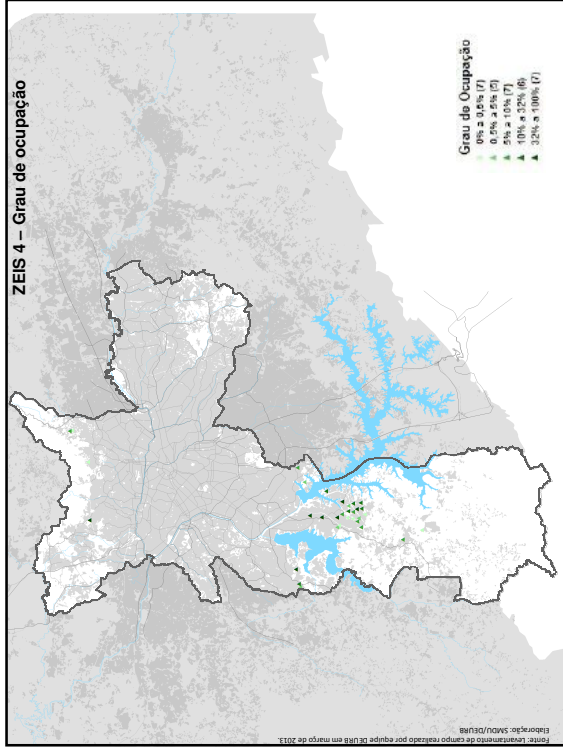
ZEIS 4 – Lei Municipal 13.885/2004



ZEIS 4 –



Fonte: levantamentos de vistoria realizados em março de 2013 por equipe DEURB/HABI.



ZEIS 4 – N 004

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 25.600 m²
100% da área utilizada para fins agrícolas.
Tremembé.

Foto: DE/UB, 2013. Fonte: Hsberg, 2013.

ZEIS 4 – S 007

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 51.291 m²
84% da área ocupada por assentamento precário.
10% da área: ENMEF.
6% da área desocupada.
Grajau

Foto: DE/UB, 2013. Fonte: Hsberg, 2013.

ZEIS 4 – S 005

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 15.500 m²
100% da área utilizada pelo CEU Vila Rubi.
Cidade Dutra.

Foto: DE/UB, 2013. Fonte: Hsberg, 2013.

ZEIS 4 – S 010

Fonte: DEURB, 2013.

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 156.300 m²
Existe projeto de HIS para a área, feita por HABI.

ZEIS 4 – S 013

Fonte: DEURB, 2013.

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 145.000 m²
5% de ocupação irregular (habitacional e pequeno comércio).
Existe projeto de HIMP para a área, iniciativa privada.

ZEIS 4 – S 028

Fonte: DEURB, 2013.

ZEIS 1
ZEIS 4

Área total: 214.000 m²
5% da área é ocupada pelo CEU Três Lagos.
Existe projeto de HIMP para a área, iniciativa privada, com demanda de HABI.

ZEIS 1,2,3 e 4 – Lei Municipal 13.885/2004

Fonte: Lei Municipal 13885/2004. Elaboração: HABI/CRMA.

ZEIS 1: 640 perímetros
ZEIS 2: 147 perímetros
ZEIS 3: 145 perímetros
ZEIS 4: 32 perímetros

TOTAL DE ZEIS:
964 perímetros

ZEIS - Recursos Fundiários Disponíveis

Estimativa de Recursos Fundiários disponíveis para produção de novas UHs:

ZEIS 2 : 4,7 milhões de m²

ZEIS 4 : 2,6 milhões de m²

ZEIS 3 – lotes não utilizados/subutilizados: 500 mil de m²

TOTAL DE ÁERA BRUTA ESTIMADO – 7,8 milhões de m²

Obs.: deste recurso fundiário total levantado, ainda podem ser descontadas áreas para sistema viário, áreas verdes, áreas de proteção ambiental permanente, entre outros.

ZEIS - Recursos Fundiários

Demanda habitacional em 2009 – PMH 2009

Inadequação habitacional: 889.808 domicílios (2009).

São moradias inadequadas do ponto de vista fundiário, urbanístico e/ou construtivo. As necessidades das habitações contidas nesse grupo podem ser sanadas por políticas específicas de regularização fundiária, investimento em infraestrutura urbana e melhorias na edificação.

Tipo de assentamento		N. domicílios
Favela		381.151
Urbanamento		382.044
Núcleo urbanizado		24.522
Conflito		80.389
Conjuntos habitacionais		20.702
Total		889.808

Déficit habitacional: construção de novas moradias: 227.023 domicílios (2009).

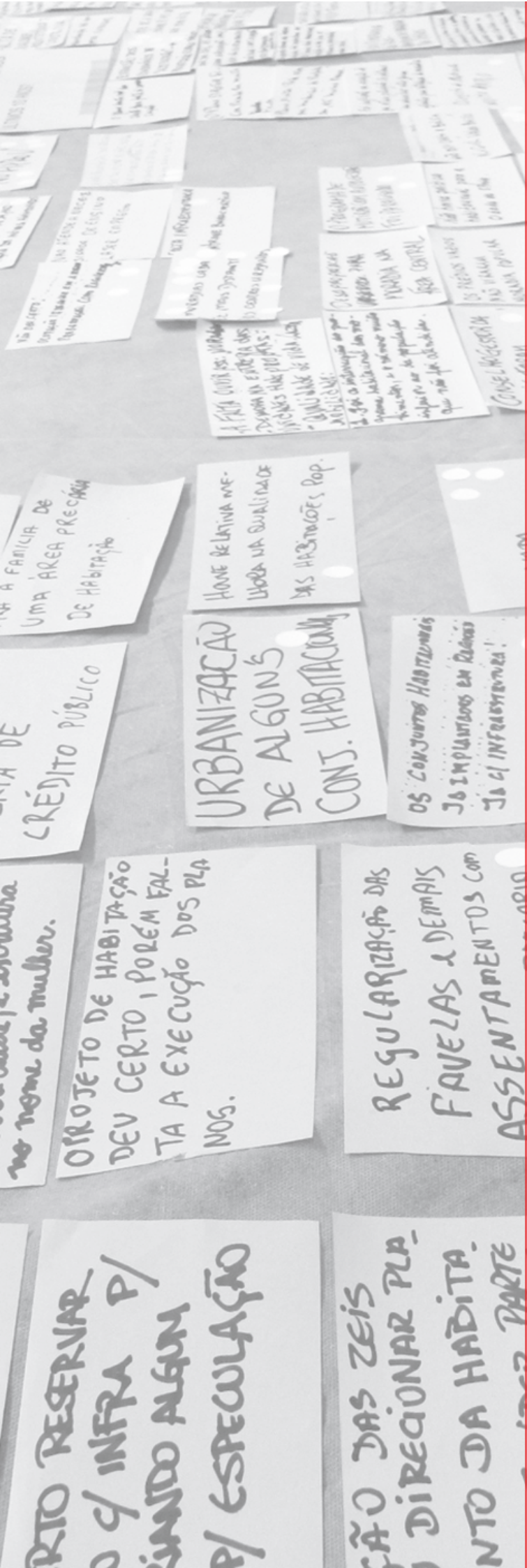
-déficit por substituição de moradias existentes em assentamentos precários: 133.291 domicílios

-coabitação indesejada: são 93.732 famílias.

Total: 227.023 domicílios a serem produzidos, sem considerar o crescimento demográfico.

Pessoas em situação de rua: 13.000 (2009, segundo a SIMADS).

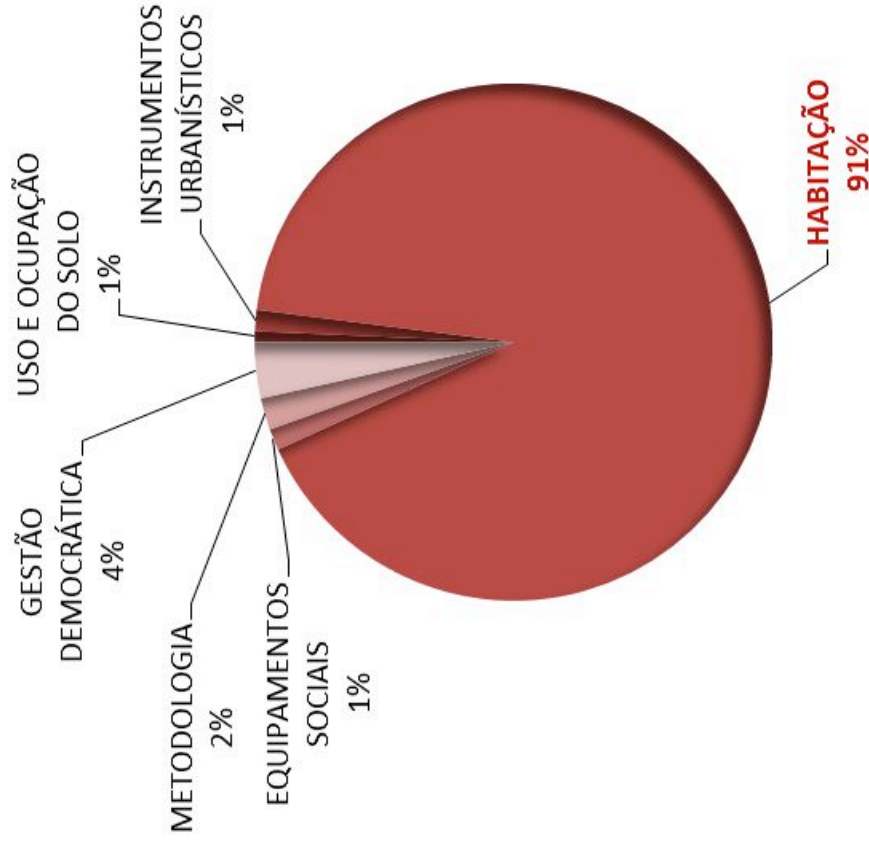
DEMANDA POR UNIDADES HABITACIONAIS (todos os padrões) ATÉ 2024: 720.000 NOVAS UNIDADES.



REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – Lei 13.430/02

1ª FASE: AVALIAÇÃO TEMÁTICA SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES HABITAÇÃO

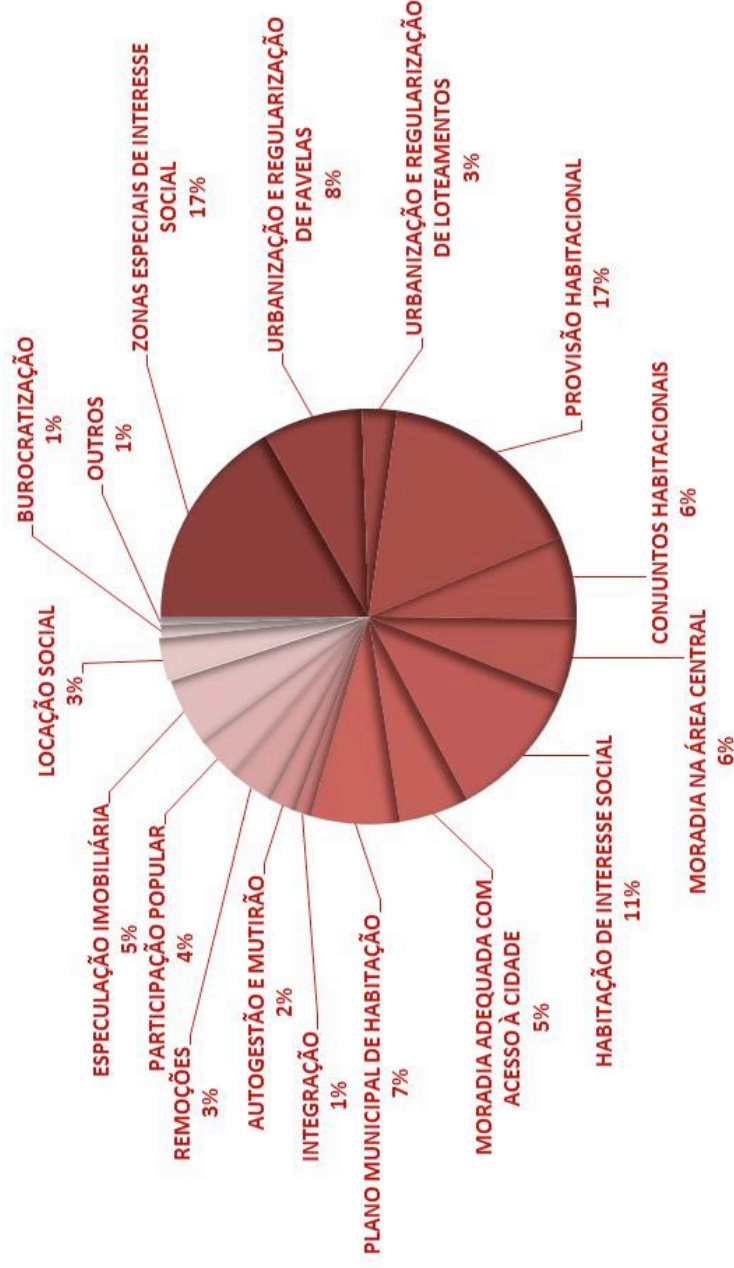
A. TEMAS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES



CONTRIBUIÇÕES POR TEMAS

Uso e ocupação do solo	4
Instrumentos urbanísticos	8
Habitação	546
Equipamentos sociais	8
Metodologia	12
Gestão democrática	21

B. SUBTEMAS



CONTRIBUIÇÕES POR SUBTEMAS	
Zonas especiais de interesse social	80
Urbanização e regularização de favelas	37
Urbanização e regularização de loteamentos	13
Provisão habitacional	79
Conjuntos habitacionais	31
Moradia na área central	28
Habitação de interesse social	53
Moradia adequada com acesso à cidade	26
Plano municipal de habitação	33
Integração	6
Autogestão e mutirão	10
Remoções	16
Participação popular	17
Especulação imobiliária	25
Locação social	16
Burocratização	5
Outros	3

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
AÍLTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	USO DA CARTA GEOTÉCNICA PARA DELIMITAR AS ÁREAS DE RISCO. O IPT TEM ESSA CARTA, O INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DESDE OS IDOS DE 1980. INCLUINDO ELE NOS PLANOS DE BAIRROS PRA QUE A GENTE POSSA TER A PARTIR DE AFERIMENTOS DE INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS A GENTE POSSA TER UM DETALHAMENTO E UM APRIMORAMENTO MELHOR DAS CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS.	HABITAÇÃO	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
ANTONIO SOUZA	PLENÁRIA	PROJETOS DE CONVÊNIOS QUE SURGIRAM NA GESTÃO MARTA, PASSARAM POR GESTÃO SERRA/KASSAB E AINDA CONTINUAM PARADOS E OS MOVIMENTOS AQUI TEM MUITOS PROJETOS QUE ERAM MULTIRÔES QUE DEPOIS PASSOU POR CRÉDITO SOLIDÁRIO E PERMANECEM PARADOS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
ANTÔNIO SOUZA	MOHAB	NÃO HOUE ENFRENTAMENTO DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO A ESSE PROCESSO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, MUITO PELO CONTRÁRIO, ÀS VEZES HOUE ATÉ UMA COMBINAÇÃO E UMA AÇÃO CONJUNTA BENEFICIANDO ESSE SETOR E DIMINUINDO AINDA MAIS É...A OBTENÇÃO DE TERRAS PRA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL VIDE QUE ALGUMAS...AS PRÓPRIAS ZEIS TAMBÉM EXISTE ALGUNS EMPREENDIMENTO DE ALTO PADRÃO QUE FOI FEITO NESSAS ÁREAS QUE DEVERIAM SER SAGRADAS, DESTINADAS À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
ANTÔNIO SOUZA	MOHAB	NÓS NÃO PODEMOS TER UM EXECUTIVO OU LEGISLATIVO QUE DEIXEM AS LEIS CAIREM POR TERRA, NÓS TEMOS QUE APLICAR ESSES INSTRUMENTOS DE FORMA RADICALIZADA. NÃO DÁ MAIS PRA GENTE FICAR LUTANDO PRA CONSTRUIR LEIS, APOIAR...APROVAR LEIS E DEPOIS ESSAS LEIS VÃO SER IMPLEMENTADAS NA PRÁTICA E, SOBRETUDO, DA PARTE DO PODER PÚBLICO QUE NÃO BASTA DEMARCAR AS ZEIS, AS ZEIS TÃO LÁ, A ESPECULAÇÃO VAI CHEGANDO, VAI SUPERVALORIZANDO E DAQUI A POUCO É...NÃO TEM COMO CONSTRUIR NAS ZEIS PELO PREÇO	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
ANTÔNIO SOUZA	MOHAB	A QUESTÃO DAS PPP'S TEM QUE PASSAR PRO DEBATE, POR DISCUSSÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E NO SEU CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, UMA VEZ QUE ENVOLVE ESSES DOIS ENTES. NÃO DÁ PRA ACEITAR QUE AQUELES QUE NÃO OCUPAM O MAIOR DÉFICITS HABITACIONAIS SEJAM ATENDIDOS, ENTÃO HIS DE ZERO A TRÊS, QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS DEVE TER PRIORIDADE NESSES ATENDIMENTOS E O QUE SE PROPÕE HOJE DE DEZ POR CENTO, DESSAS VINTE E MIL, É...ABSURDO! NÓS TEMOS QUE NÓ MÍNIMO, TRIPLICAR E O MOHAB PROPÕE QUE SEJA DESSAS VINTE E MIL, NO MÍNIMO, TRINTA POR CENTO DESTINADA AOS MOVIMENTOS DE MORADIA. CONSTRUIR UMA AGENDA POSITIVA NA CIDADE DE MODO QUE A GENTE POSSA LEVAR A FRENTE TODOS OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS. SEJA NA CAMPANHA ELEITORAL, SEJA TAMBÉM, VAMOS DIZER ASSIM, CONSAGRADA NAS CEM PROPOSTAS DO PLANO DE METAS	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
DITO	PLENÁRIA	ESTABELECE O ORÇAMENTO MUNICIPAL UMA AGENDA QUE POSSA DE FATO VIABILIZAR MORADIA SOCIAL NA CIDADE ASSOCIADA AO PLANO DE METAS E A POLÍTICA DE INVESTIMENTO DA CIDADE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DITO	PLENÁRIA	O PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO FOI IMPORTANTE PRA DEMARCAR OS PRINCÍPIOS QUE NÓS DEFENDEMOS, MAS AGORA, O MOMENTO QUE NÓS ESTAMOS FALANDO É: "QUAL É A AGENDA DE INVESTIMENTO? QUAL É A PRIORIDADE?" .	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
DITO	PLENÁRIA	COMO GARANTIR QUE AS MORADIAS POPULARES SEJAM RECOLOCADAS NA PAUTA DO PDE DE FORMA EQUILIBRADA COM A PAUTA DO SETOR IMOBILIÁRIO?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
DITO	PLENÁRIA	A QUESTÃO DAS ZEIS ELA É ESTRATÉGICA, É IMPORTANTE E DEVE PERMANECER NO PLANO DIRETOR, MAS NÓS QUEREMOS AVANÇAR.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DITO	PLENÁRIA	UM GOVERNO DA DIREITA LÁ NA FRANÇA APROVOU UMA LEI CHAMADA "LEI DA SOLIDARIEDADE" QUE É O SEGUINTE: A CADA MORADIA QUE SE FAZ PARA OS RICOS, FAZ TRÊS MORADIAS PARA OS POBRES, SENÃO A GENTE NÃO VAI INVERTER NUNCA ESSA AGENDA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
FÁTIMA	MOVIMENTO DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	ANGÚSTIA DO MOVIMENTO DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE (IPIRANGA) PORQUE A CDHU CONSTRUIU EM ÁREA DE ZEIS E NENHUM FOI ATENDIDO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
			HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GLÓRIA COSTA	PLENÁRIA	AS PESSOAS QUE ENTRAM NUM CONSELHO GESTOR ELAS NÃO ESTÃO ALI PRA DISCUTIR E BOICOTAR A PREFEITURA, NÓS QUEREMOS CONSTRUIR JUNTOS, TA? PARA A CIDADE...É...NO PLANO DIRETOR A SOCIEDADE CIVIL, A COMUNIDADE, O BAIRRO, NÓS QUEREMOS PARTICIPAR, NÓS SABEMOS ONDE NÓS MORAMOS, O QUE É PRECISO ALI.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GLÓRIA COSTA	PLENÁRIA	É PRECISO QUE HAJA UMA INSTRUÇÃO DAS COISAS NAS COMUNIDADES SOBRE LEIS, SOBRE REGRAS, SOBRE COMO NÓS PODEMOS NOS COLOCAR, COM O QUE QUE NÓS PODEMOS APRENDER COM A PREFEITURA, COM TODOS, COM OS TÉCNICOS, COM OS URBANISTAS, PARA QUE SAIBAMOS COMO REALIZAR E COMO NÓS PODEMOS REGISTRAR ISSO, PROTOCOLAR E FAZER VALER	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GONÇALVES	INSTITUTO DE LUTAS SOCIAIS	NA ZONA SUL ERA O MAIOR PARQUE INDUSTRIAL ATÉ O FERNANDO HENRIQUE IMPLANTAR O LATINHA, LATINHA INDÚSTRIA, LATINHA EMPREGO E TAL. ENTÃO, INDICAMOS CENTO E VINTE E OITO GALPÕES ABANDONADOS, FANTASMA PRAS ZEIS, QUE QUE ACONTECE? O PLANO DIRETOR FALA QUE NA REGIÃO SÓ PODE CONSTRUIR ATÉ NOVE METROS DE ALTURA, ISSO NO MUNICÍPIO E TAL. SÓ QUE NO GOVERNO ESTADUAL ESTÃO IMPLANTANDO COM VINTE METROS DE ALTURA SURGINDO AQUELES ESPIGÕES E VÃO VER QUE ELLES ESTÃO SOMANDO OS NOVE METROS DA PREFEITURA COM MAIS O (INCOMPREENSÍVEL) ...VINTE E NOVE ENTÃO, NÓS ESTAMOS FICANDO COM TODAS ESSAS ÁREAS ZEIS SEM CONSTRUIR PORQUE O PREÇO DO METRO QUADRADO É MUITO CARO E NÃO TEMOS CONDIÇÕES.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	ENTÃO TODAS ESSAS ZEIS HOJE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO FOI A UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA QUE MAPEOU E APRESENTOU PARA A PREFEITURA DE SÃO PAULO NÉ? E PARA NOSSA SURPRESA, HOJE, EM NENHUM MOMENTO FOI FALADO DA PARTICIPAÇÃO DE MOVIMENTOS POPULARES	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	A POPULAÇÃO DE ZERO A TRÊS SALÁRIOS (A MAIORIA DA POPULAÇÃO) NÃO CONSEGUIE IR NUM FINANCIAMENTO SEM SER, SE NÃO SER ATRAVÉS DE UM FINANCIAMENTO DA PREFEITURA, DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, AÍ POR DIANTE.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	NÃO HÁ DIÁLOGO ENTRE AS SECRETARIAS	GESTÃO DEMOCRÁTICA	INTEGRAÇÃO
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	IMPLANTAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA TAMBÉM NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	ALGUM TIPO DE FERRAMENTA QUE A GENTE POSSA USAR NO PLANO DIRETOR QUE POSSA CONGELAR O PREÇO NAS ÁREAS DE ZEIS, POR EXEMPLO, O DECRETO DE INTERESSE SOCIAL, ESTA NA ZEIS PÔE O DECRETO, ESTA CONGELADO O VALOR DO PREÇO DO METRO QUADRADO, SE A GENTE NÃO FIZER ISSO VAI FICAR SEMPRE CORRENDO CONTRA O TEMPO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRAÇA XAVIER	PLENÁRIA	O PODER PÚBLICO NÃO FISCALIZA RAPIDAMENTE AS HABITAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO COMO EM CÓRREGOS.	HABITAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A FUNDAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ZEIS, REFERÊNCIA A QUESTÃO DO CONSELHO GESTOR DA NOVA LUZ.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	GARANTIA DO CONCEITO DE ZEIS, DEVE SER INCLUSIVE APROFUNDADO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	EXISTÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR QUE GARANTAM A MORADIA, NÃO SÓ A ZEIS, MAS OUTROS INSTRUMENTOS, SEJAM ELES QUE ESTAVAM LÁ NO ESTATUTO DA CIDADE, E OS QUE FORAM INCORPORADOS AO PLANO DIRETOR PARA A GARANTIA DA MORADIA DAS FAMÍLIAS DE 0 ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A SUBMISSÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ÀS REGRAS DO MERCADO EM DETRIMENTO DO ATENDIMENTO À MORADIA PARA BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A FALTA DE FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS DESTINADAS ÀS ZEIS, POIS PARTE DESSAS ÁREAS FORAM CAPTURADAS PELO SETOR IMOBILIÁRIO. ENTÃO TEMOS QUE DISCUTIR, NESTA QUESTÃO DE DIREITO DE PROTOCOLO, É OUTRO PONTO QUE NÓS DEVEMOS APROFUNDAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A FALTA DE FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS DESTINADAS ÀS ZEIS, POIS PARTE DESSAS ÁREAS FORAM CAPTURADAS PELO SETOR IMOBILIÁRIO. ENTÃO TEMOS QUE DISCUTIR, NESTA QUESTÃO DE DIREITO DE PROTOCOLO, É OUTRO PONTO QUE NÓS DEVEMOS APROFUNDAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE QUALIDADE ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA NOS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A POUCA APLICAÇÃO DO RECURSO PARA VIABILIZAR A DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS, HÁ UM NÚMERO ENORME DAS ZEIS 3.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	OS EMPREENDIMENTOS VÃO SENDO VIABILIZADOS EM REGIÕES CADA VEZ MAIS DISTANTES, NAS FRANJAS DA CIDADE, EM DETRIMENTO DAS ÁREAS MAIS ESTRUTURADAS E MELHOR LOCALIZADAS NA CIDADE. GARANTIR MORADIA EM REGIÕES MELHORES, INFRAESTRUTURADAS E NAS ÁREAS MAIS CENTRAIS DA CIDADE, INCLUSIVE EM FUNÇÃO DO EMPREGO, DO TRANSPORTE, DA QUALIDADE DE VIDA.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	VIABILIZAR UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO PRA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS DE ALTO PADRÃO, DE LUXO, E A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	QUESTÃO DA CORRUPÇÃO NO APROV, DEVERIA TER ALGUM CONTROLE SOCIAL NO APROV, ALGUM TIPO DE CONTROLE PARA QUE A GENTE POSSA DE FATO APROVAR NOSSOS PROJETOS DO MINHA CASA MINHA VIDA, PORQUE ENQUANTO ISSO, OS RICOS POR DE BAIXO DO TAPETE VÃO APROVANDO SEUS PROJETOS DE ALTA RENDA NA CIDADE DE SP, A GENTE SABE MUITO BEM COMO ISSO FUNCIONA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DISCUSSÃO DO PDE	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO HABITACIONAL, FOI MUITO POUCO, MAS O GRUPO AVALIOU QUE TEVE FINANCIAMENTO, E CLARO DEPOIS O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O CONCEITO DAS ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PROVÉM DA UNIDADE DE ASSENTAMENTO PRECÁRIOS, POUCO ABRANGENTE, MAS PORÉM EFETIVO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A RETIRADA DE MORADORES DAS ÁREAS DE RISCO, ALOJAREM EM LOCAIS NÃO APROPRIADO COM A PROMESSA DE UMA CONDIÇÃO MELHOR.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTOU IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PARA CONTER A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREAS DE ZEIS.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 2 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A INSUFICIENTE PEQUENA PRODUÇÃO PARA FAMÍLIAS DE FAIXA DE ZERO A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A LUTA DOS MOVIMENTOS CONTINUOU PRESSIONANDO O GOVERNO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A MORADIA NO CENTRO TENDE A DAR CERTO, PORÉM TEM QUE TER MAIS EMPENHO DO PODER PÚBLICO PARA QUE ELA DÊ CERTO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	AS ZEIS GARANTIRAM A DEMARCAÇÃO DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MAS PRECISA APRIMORAR MAIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	criação de programas habitacionais para favorecer pessoas de baixa renda, nesse caso de 0 a 3 salários mínimos, porém infelizmente ainda tem muita gente sem moradia.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	RENOVA SP, QUANTO À INICIATIVA E CONCEITO, DE PERÍMETRO DE AÇÃO INTEGRADA.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O PLANO DIRETOR, POR NÃO SAIR DO PAPEL, PRINCIPALMENTE QUANDO SE RELACIONOU A ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA PERIFERIA NÃO FOI ACOMPANHADA DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA, POR EXEMPLO, A ZONA NOROESTE DE SÃO PAULO, PERUS, QUE HOJE HÁ UMA GRANDE DIFICULDADE DE REGULARIZAÇÃO DAS MORÁDIAS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÃO HOUE AVANÇO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA CENTRAL, QUE TANTO SE ESPERA.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	MÁ DISTRIBUIÇÃO NA HABITAÇÃO EMPREGO PERIFERIA CENTRO, DE TRAZER O POVO MAIS PRÓXIMO DO TRABALHO.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 3 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE UMA POLÍTICA DE TERRAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	COM RELAÇÃO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA QUE É UMA QUESTÃO DE DEU CERTO NÃO PELO LADO DO PODER PÚBLICO, MAS PELO LADO DOS MOVIMENTOS.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	CONSELHO GESTOR DAS ZEIS.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NADA DEU CERTO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE POLÍTICA PARA A REGIÃO CENTRAL.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A FALTA E DEMORA NA APROVAÇÃO DE HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA INCLUSIVE NAS ZEIS. É NECESSÁRIO IMPEDIR ESSA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA QUE NÃO É SÓ A QUESTÃO DO MUNICÍPIO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÃO TINHA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTÍMULO DE AJUDA PARA CONSTRUIR PRINCIPALMENTE NA FAIXA DE ZERO A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	AUMENTO DE PROJETOS VOLTADOS A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, MAS MUITO MAIS POR UMA QUESTÃO DE ARTICULAÇÃO E LUTA DOS MOVIMENTOS POPULARES DO QUE NECESSARIAMENTE DO PODER PÚBLICO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	PROJETO "MINHA CASA, MINHA VIDA 2" COM UMA ABRANGÊNCIA MUITO MAIOR DE CLASSES E A QUESTÃO TAMBÉM DE FAIXA SALARIAL.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	MUTIRÃO COM AUTOGESTÃO, SEGUNDO O QUE FOI COLOCADO DENTRO DO GRUPO, NÃO HOUEVE A UTILIZAÇÃO DESSE SISTEMA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS, MAS AONDE ISSO OCORREU, FUNCIONOU MUITO BEM.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A DEMARCAÇÃO DAS ZEIS NO PDE PERMITIU RESERVA DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O LEGISLATIVO, EXECUTIVO E PODER PÚBLICO NÃO TRABALHARAM PARA A CRIAÇÃO DE LEIS PARA GARANTIR O DIREITO A MORADIA, NEM DE INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS QUE ESTÃO JÁ NO ESTATUTO DA CIDADE E NA CONSTITUIÇÃO PARA DAR UMA FUNÇÃO SOCIAL E UTILIZAÇÃO PARA OS IMÓVEIS VAZIOS QUE ESTEJAM LÁ. DAR FUNÇÃO A ESSES IMÓVEIS, ISSO NÃO FOI, APESAR DE ESTAR GARANTIDO NA CONSTITUIÇÃO E NO ESTATUTO DA CIDADE.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÃO HÁ GARANTIA DE ATENDIMENTO HABITACIONAL NAS ZEIS PARA A POPULAÇÃO DE 0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, POIS O MERCADO PRODUZ HABITAÇÃO SÓ PARA PESSOAS QUE TENHAM RENDA DE 3 A 6.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	HÁ UMA BUROCRATIZAÇÃO QUE IMPEDE O ENCAMINHAMENTO E, TALVEZ ATÉ, O CUMPRIMENTO DA CONSTRUÇÃO DESSAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E PARA BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	BUROCRATIZAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÃO APLICOU O DIREITO A PREENPÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ACESSO DE ÁREAS EM CONTRAPONTO AO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O PDE NÃO GARANTE A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO EM ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÓS TEMOS CERTEZA QUE NESTA GESTÃO E DAQUI PRA FRENTE COM ESSA DISCUSSÃO E PARTICIPAÇÃO DENTRO DO PDE OS MOVIMENTOS SERÃO CONTEMPLADOS.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	DEMARCAÇÃO COMO FAVORÁVEL DE ZEIS NA REGIÃO CENTRAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	CONSELHO GESTOR EM ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O PLANO DE BAIRRO TEM QUE CONVERSAR COM O PDE, CONVERSAR COM AS OPERAÇÕES URBANAS, ETC.	HABITAÇÃO	PLANOS DE BAIRRO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	VALOR DE AUXÍLIO ALUGUEL É BAIXO.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS, PARA AS UNIDADES HABITACIONAIS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 118808, É UMA LEI QUE TROUXERAM O NOSSO CONHECIMENTO DE QUE ELA É FEDERAL E ELA PERMITE QUE TÉCNICOS ELES POSSAM FAZER REFORMAS EM EQUIPAMENTOS.	HABITAÇÃO	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O NÃO ATENDIMENTO DE FAIXAS DE ZERO A UM SALÁRIOS MÍNIMOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA TAMBÉM FORAM APONTADAS COMO QUE NÃO DERAM CERTO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	MORADIA POPULAR	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A RESISTÊNCIA QUE O MOVIMENTO SOCIAL VIABILIZOU.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	TEM MAIS PLANOS PARA MORADIA SOCIAL.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	RESERVA DE TERRAS PROMOVIDA PELAS ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	OCUPAÇÃO DE PRÉDIO VAZIOS NO CENTRO PELO MOVIMENTO DE MORADIA.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O NÃO CONTROLE À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	NÃO IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTOU PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR NAS ÁREAS CENTRAIS.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA E A VIOLÊNCIA POLICIAL QUANDO TEM REINTEGRAÇÃO DE POSSE E POR AÍ VAI.	HABITAÇÃO	DESPEJO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FAZER REMOÇÃO SEM A MORADIA DEFINITIVA PARA AS FAMÍLIAS, O FAMOSO "CHEQUE-DESPEJO".	HABITAÇÃO	DESPEJO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	DAS FAVELAS, AS URBANIZAÇÕES.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A DEMARCAÇÃO DAS ZEIS, TANTO POR RESERVA DA TERRA COMO TAMBÉM PELO ACESSO AOS RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL PELO PAC PELO MINHA CASA MINHA VIDA E TAMBÉM PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CARTORÁRIA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E A OPORTUNIDADE PARA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA O ACESSO A MORADIA DIGNA E AO ENDEREÇO ISSO COMO A IMPORTÂNCIA QUE O PDE TROUXE DO RECONHECIMENTO DA CIDADE REAL.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	OS MOVIMENTOS DE MORADIA TAMBÉM PUDEAM SE ORGANIZAR E PARTICIPAR DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A INCLUSÃO DE INSTRUMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE BAIRRO NOS 96 DISTRITOS COMO UMA POSSIBILIDADE QUE A GENTE AINDA TEM DE ABARRAMENTO DA CIDADE PRA CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	A FALTA DE MECANISMOS DE CONTROLE DO PREÇO DA TERRA PARA HABITAÇÃO SOCIAL É UM DOS PRINCIPAIS MOTIVOS. INCLUSIVE APONTADO COMO A FALTA DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, AS ZEIS ELAS TEM QUE ESTAR INTEGRADAS COM OUTROS INSTRUMENTOS PARA A GENTE EFETIVAR A GARANTIA DO ACESSO À MORADIA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	O GOVERNO NÃO RESPEITOU O CONVÊNIO ASSINADO E NÃO CONSTRUIU AS MORADIAS COMO JÁ FOI CONTEMPLADO, POUCOS RESULTADOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ENTÃO OS TÍTULOS FORAM MUITO POUCO ENTREGUES.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE UMA POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DOS PRÉDIOS OCIOSOS NO CENTRO FOI MUITO DEBATIDO NO GRUPO QUE ONDE TEM EMPREGO TA FALTANDO MORADIA E O CONTRÁRIO SE REVERTE NAS PERIFERIAS.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	PLENÁRIA	FALTA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A PARTICIPAÇÃO POPULAR, TANTO NOS CONSELHOS EXISTENTES COMO A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS DE REPRESENTANTES NAS SUBPREFEITURAS E OUTROS CONSELHOS PARA A GENTE PODER PARTICIPAR.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
LAERTE BRASIL	PRESIDENTE DA UNIÃO GLOBAL CIDADES NAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO TRABALHO EMPREGO	MAIS REGULARIZAÇÕES EM ÁREAS DE MANANCIASIS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
LAERTE BRASIL	PRESIDENTE DA UNIÃO GLOBAL CIDADES NAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO TRABALHO EMPREGO	ESTUDO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA REGIÃO DO ITAQUERÃO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
LUCILA LACRETA	PLENÁRIA	PRECISA-SE DEBATER O CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO. OS CONSELHOS MUNICIPAIS INFELIZMENTE NÃO FUNCIONAM, POIS A POPULAÇÃO NÃO TEM VOZ ATIVA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
LUIS CORRA		GASPAR GARCIA DOS DIREITOS HUMANOS	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
LUIS CORRA	GASPAR GARCIA DOS DIREITOS HUMANOS	AS ZEIS, APESAR DE SER UM INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA, ESTÁ FALTANDO INSTRUMENTO PARA PODER ASSEGURAR, PORQUE NA MEDIDA DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA ESTA TENDO O DESPEJO E NÓS NÃO TEMOS INSTRUMENTO NO PDE EXPLICITADO CONTRA O DESPEJO, PORQUE NÃO ADIANTA CRIAR TERRA, MELHORAR, INVESTIR OU PROTEGER EM QUANTO TA TENDO DESPEJO, ENTÃO SÓ PARA REFORÇAR NESSE SENTIDO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
NEIDE DUQUE	GARMIC	OS IMÓVEIS VAZIOS E ABANDONADOS QUE TAMBÉM PODERIAM TAMBÉM CONTEMPLAR, JUSTAMENTE, O PESSOAL DE UM ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
RAIMUNDO BONFIM	PLENÁRIA	EU ACHO QUE SEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO PUDESSE LEVAR ESSE RECLAME NOSSO DOS MOVIMENTOS E AÍ NÃO É DESMERECEER A MÁRCIA, MAS TEM QUE TA AQUI O PRIMEIRO ESCALÃO NO DEBATE DA HABITAÇÃO. NÃO É POSSÍVEL!	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
RAIMUNDO BONFIM	PLENÁRIA	A GENTE NÃO PODE SE CALAR DIANTE DA RECENTE MATÉRIA DE UTILIZAÇÃO DE PADRÃO DE ALTO LUXO EM ÁREA DE ZEIS, EU SUGIRO AQUI A POSSIBILIDADE DE TENTAR PELO MENOS UMA SINDICÂNCIA PRA VERIFICAR O QUE QUE ACONTECEU, NO MÍNIMO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
RAIMUNDO BONFIM	PLENÁRIA	A GENTE TEM QUE COMEÇAR A DESMONTAR UM MITO DE QUE MUITOS RECORDE QUE A CIDADE DE SÃO PAULO NÃO TEM PLANEJAMENTO URBANO, ESSA QUESTÃO NÃO É UMA AFIRMAÇÃO ABSOLUTA.	HABITAÇÃO	GESTÃO
RAIMUNDO BONFIM	PLENÁRIA	NÓS TEMOS QUE TER UM PROCESSO MASSIVO DE NOTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PRÉDIOS VAZIOS, DOS TERRENOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA QUE SE ADEQUEM A FUNÇÃO SOCIAL E SE NÃO SE ADEQUAREM, MAJORAR A ALÍQUOTA DO IPTU QUE PODE CHEGAR ATÉ 15% CONFORME DETERMINA A LEI.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
ROSA SANTOS	PLENÁRIA	A RESPONSABILIDADE DE GERIR A CIDADE NÃO É APENAS DELES (PODER PÚBLICO), MAS É PRINCIPALMENTE NOSSA, PORQUE QUANTAS CONTRIBUIÇÕES RICAS NÓS TIVEMOS AQUI HOJE DE VÁRIAS PESSOAS, DE VÁRIAS CABEÇAS PENSANDO? ISSO FOI MUITÍSSIMO IMPORTANTE, ENTÃO TODOS OS DESAFIOS QUE NÓS TIVERMOS COM RELAÇÃO A HABITAÇÃO ELES SÓ SERÃO VENCIDOS COM A UNIÃO, COM A PARTICIPAÇÃO MACIÇA DO TRABALHADOR E DA SOCIEDADE CIVIL.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
ROSA SANTOS	PLENÁRIA	POR PARTE DOS MOVIMENTOS E DA SOCIEDADE, UMA FISCALIZAÇÃO MAIOR COM RELAÇÃO AOS RECURSOS QUE VEM PRA MORADIA PARA QUE ESSES RECURSOS NÃO SEJAM DESVIADOS, PRA QUE NÃO HAJA FAVORECIMENTO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
AHELIS M. C. TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	NOS PROJETOS DE HIS, PERMITIR QUE, QUANDO ESTIVER PREVISTA ÁREA COMERCIAL ESTA POSSA SER EDIFICADA ANTES DA ÁREA RESIDENCIAL.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
AHELIS M. C. TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE O PODER PÚBLICO CONSTRUA HIS DE 0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, POIS A INICIATIVA PARTICULAR NÃO SE INTERESSA.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
AHELIS M. C. TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE SE IMPLEMENTE A CONSTRUÇÃO DE HIS PARA LOCAÇÃO ESPECIALMENTE JUNTO A SETORES DE EMPREGO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
AHELIS M. C. TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	SE O PODER PÚBLICO NÃO DESTINA E UTILIZA AS ÁREAS PÚBLICAS RESULTANTES DE LOTEAMENTOS / PARCELAMENTO DO SOLO, DEIXE DE EXIBIR, JÁ QUE NÃO GERENCIA E SE OMITI NA INVASÃO / OCUPAÇÃO DE TAIS ÁREAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
JORGE MACEDO DOS SANTOS	FICHA - HABITAÇÃO	OS GOVERNOS PASSADOS NÃO OLHARAM COM RESPONSABILIDADE PARA A QUESTÃO DA MORADIA. A SEHAB, JUNTO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL FAZEM DIAGNÓSTICOS GERADOS. É NECESSÁRIO UMA ORGANIZAÇÃO SÉRIA COM A POPULAÇÃO DE TODOS OS BAIROS, PARA SANAR PONTUALMENTE TODOS OS PROBLEMAS. SE TODAS AS SUBPREFEITURAS MANTEREM DIÁLOGO COM TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE, COM CERTEZA LÁ NA FRENTE VAMOS RESOLVER O DEFICIT DA MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
TEREZA DJANE ARRAIS	FICHA - HABITAÇÃO	REVER A IMPLANTAÇÃO E A REFORMULAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANA DENTRO DO PDE ONDE CONDOMÍNIOS DE ALTO PADRÃO, SHOPPINGS COMO CIDADE JARDIM - QUE FOI ABSURDAMENTE CONSTRUÍDO DENTRO DE UMA ÁREA DE ZEIS (JD. PANORAMA - 1)	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
TEREZA DJANE ARRAIS	FICHA - HABITAÇÃO	REVER O FORMATO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO E OS PRÓXIMOS QUE SAÍREM DO PAPEL POIS AS FAMÍLIAS SÃO EXCLUÍDAS E ARRANCADAS DE SEU HABITAT CAUSANDO UMA RUPTURA EM TODO SEU CONVÍVIO FAMILIAR, SOCIAL, LEVANDO ESSAS FAMÍLIAS A PERDEREM SEUS EMPREGOS CRIANÇAS PERDENDO ESCOLAS, ETC.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
ROS MARI ZENHA	FICHA - HABITAÇÃO	QUALIDADE DA HABITAÇÃO (EM ESPECIAL A MORADIA POPULAR). NECESSIDADE DE REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS UTILIZANDO A RECÉM LANÇADA NORMA DE DESEMPENHO PARA EDIFÍCIOS HABITACIONAIS QUE CONSIDERA AS MELHORES PRÁTICAS CONSTRUTIVAS E A OTIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO DOS EDIFÍCIOS (2013). (ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DOS USUÁRIOS AO LONGO DOS ANOS) ABNT NBR 15575/2013 (QUE PASSA A VIGORAR A PARTIR DE JULHO DE 2013). DOWNLOAD GRATUITO: cbic.org.br	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	O COEFICIENTE MÍNIMO QUE "CUMPRE" A FUNÇÃO SOCIAL DEVERÁ SER 0,5 (50%)	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	AS ZEIS E ZER EM PERÍMETROS DE OPERAÇÃO URBANA (ATUAIS E NOVAS) NÃO PODERIAM SER ALTERADAS POR EMPREENDIMENTOS PRIVADOS COM O USO DE CEPACS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	FAZER HABITAÇÃO HIS E HMP COM RECURSOS DAS OPERAÇÕES URBANAS COMO POR EXEMPLO AV. ROBERTO MARINHO. TIRAR 16 FAVELAS 10.000 MORADIAS PARA FAZER O PARQUE SEM NOVAS 10.000 NAS PROXIMIDADES. NADA DE "SÓ ALUGUEL SOCIAL POR TEMPO INDEFINIDO".	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE A APROVAÇÃO DE HIS E HMP (1 VACA DE VEÍCULO MÁXIMO) NÃO TENHA DE BAIXAR DO ESTOQUE.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	NÃO PERMITIR UNIDADES DE ALTO PADRÃO EM ZEIS POR NENHUMA HIPÓTESE NEM OS 20% LIVRE.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE O USO MISTO EM ZEIS SEJA (20%) PARA COMÉRCIO, SERVIÇO, INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE O ZONEAMENTO ZEIS PREVALEÇA SOBRE QUALQUER OUTRO COMO ZEPEC, ZPI, ZM LAYER.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	INCENTIVAR O USO MISTO RESIDENCIAL/COMERCIAL MUDANDO O RECULO LATERAL DE 6,00 PARA 9,00 (LEI 11.228/92). ISSO PERMITIRÁ COMÉRCIO COM PÉ DIREITO DE ATÉ 6,00 E MAIS UM PAVIMENTO RESIDENCIAL (SEJA NÃO COMPUTÁVEL).	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MORFOLOGIA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE O PLANO DIRETOR TENHA UM MAPA DE TODAS ZEIS ATUAIS (NÃO DIMINUI-LAS) COM EXTENSÃO LEGÍVEL DWG, DXF, PDF, JPEG, ETC COM O NOME DAS RUAS LEGÍVEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	QUE OS MAPAS DO PLANO DIRETOR A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL SEJA COLORIDO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	REVER AS LEIS DE LOTEAMENTO (APROVAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS - 9413). PROIBIR EMPREENDIMENTOS COM MAIS DE 15.000m ² DE TERRENO. EM GLEBAS MAIORES ABRIR VIAS E RUAS PÚBLICAS E PRAÇAS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	EXIGIR ÁREAS LIVRES PARA USO INSTITUCIONAL E PARA USO RESIDENCIAL HIS/HMP (10% DA GLEBA) EM GLEBAS MAIORES	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL, MEDIANTE REFORMA DE PRÉDIOS VAZIOS/ABANDONADOS COM UNIDADES COM 1, 2 E 3 DORMITÓRIOS.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	DINAMIZAR A OPERAÇÃO CENTRO COM COEFICIENTE 6 A 8 QUANDO FOR SEM VAGAS DE ESTACIONAMENTO E NEM LOJAS QUE POSSAM VIRAR ESTACIONAMENTOS PRÓPRIOS OU LOCAÇÃO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	DESAPROPRIAR TERRENOS ZEIS 2 E ZEIS 3 PARA BARATEAR O CUSTO DOS APARTAMENTOS HIS RENDA DE 0-3 SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
PEDRO FRANCISCO TISOVEC	FICHA - HABITAÇÃO	EM MANANCIAIS, CONSTRUIR PRÉDIOS (HABI-COHAB-CDHU) E RETIRAR MORADIAS DE ÁREA DE RISCO PRÓXIMOS A ÁGUA. GABARITO 25m (8 PAVIMENTOS).	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PLANO DIRETOR E O CONCEITO DE ZEIS É BOM.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FUNDAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DE ZEIS 3 - NOVA LUZ	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTOS PARA GARANTIA DA MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A LEI QUE PROTEGE AS ZEIS FOI BOA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NADA DEU CERTO NA HABITAÇÃO EM SP NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AS ASSOCIAÇÕES CREDENCIADAS PARA PODER AJUDAR A POPULAÇÃO A LUTAR PARA UM ÚNICO DIREITO QUE É DA MORADIA.	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS POPULARES
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	HOUE INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL QUE NÃO SE CONFIRMOU CONFORME AS EXPECTATIVAS CIDADÃS, MAS TROUXE ALGUMA ORGANIZAÇÃO POSITIVA DE MOVIMENTOS POPULARES.	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS POPULARES
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DEU CERTO A PROTEÇÃO DAS ZEIS NO PLANO DIRETOR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	OS CONJUNTOS HABITACIONAIS JÁ IMPLANTADOS EM REGIÕES JÁ COM INFRAESTRUTURA.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	URBANIZAÇÃO DE ALGUNS CONJUNTOS HABITACIONAIS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	REGULARIZAÇÃO DAS FAVELAS E DEMAIS ASSENTAMENTOS COM MORADIA PRECÁRIA.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	ZEIS 3 COLOCOU EM FOCO A DISCUSSÃO DA MORADIA NO CENTRO, LOCAL QUE POSSUI UMA INFRAESTRUTURA MAIS MADURA.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	HOUE RELATIVA MELHORA NA QUALIDADE DAS HABITAÇÕES POPULARES.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS GESTORES NAS ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FOI POSITIVA A CRIAÇÃO DOS PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E HABISP, QUE EMBORA AINDA EM DISCUSSÃO, TROUXE UM "RAIO X" DA SITUAÇÃO EM SÃO PAULO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	RELATIVAMENTE DEU CERTO A PROTEÇÃO DAS ZEIS GRIFADAS NO PLANO DIRETOR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DEU CERTO RESERVAR TERRITÓRIO COM INFRA PARA ZEIS CRIANDO ALGUM LIMITE PARA ESPECULAÇÃO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AUMENTOU A OFERTA DE CRÉDITO PÚBLICO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O QUE DEU CERTO, FORAM OS PROJETOS DIRECIONADOS AOS QUE TEM DIFICULDADE COM MOBILIDADE E ESCRITURA NO NOME DA MULHER.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	INSERÇÃO DA POPULAÇÃO EM ÁREAS URBANAS.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PROJETO DE HABITAÇÃO DEU CERTO, PORÉM FALTA A EXECUÇÃO DOS PLANOS.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	OS "PRI", INCLUINDO VÁRIOS QUARTEIÕES NO SEU PERÍMETRO, PERMITEM PENSAR EM CIDADES E NÃO APENAS EM MORADIAS.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A QUANTIDADE DE UNIDADES ENTREGUES HOJE; PENSAR MAIS NOS IDOSOS; REVITALIZAR O CENTRO DE SÃO PAULO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	PEQUENOS NÚCLEOS HABITACIONAIS EM LOCAIS COM INFRAESTRUTURA.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	BOM TRABALHO NA IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUE PRECISAM DE ATUAÇÃO COM AS ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	REGULAMENTAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO - IMPEDINDO ABUSOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DEFINIÇÃO DAS ZEIS PERMITIU DIRECIONAR PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO PARA ATENDER PARTE DA DEMANDA SOCIAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A LUTA DAS POPULAÇÕES ORGANIZADAS E OCUPAÇÕES MOSTRANDO AOS GOVERNOS QUE A CIDADES É NOSSA.	HABITAÇÃO	MOVIMENTO POPULAR
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A LUTA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA PELO DIREITO DE MORAR DIGNAMENTE NO CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	PARTICIPAÇÃO POPULAR.	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS POPULARES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	LANÇAMENTO DE PLANO DIRETOR FOI ÓTIMO - FALTOU FISCALIZAÇÃO DA SUBPREFEITURA NÃO RESPEITANDO O TRABALHO DOS URBANISTAS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A HABITAÇÃO DEU CERTO PARA O SETOR IMOBILIÁRIO, COM O APOIO DA PREFEITURA, GOVERNO DO ESTADO E GOVERNO FEDERAL.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NOVOS MODELOS DE REURBANIZAÇÃO COM MAIS QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL. EX: CANTINHO DO CÉU.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS DESTINADAS À ZEIS; PRIORIZAR A MORADIA POPULAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	SUBMISSÃO DOS ORGÃOS PÚBLICOS AO MERCADO.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AS MORADIAS CADA VEZ MAIS DISTANTES DOS CENTROS URBANOS.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	POLÍTICA HABITACIONAL PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE QUALIDADE ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	CORRUPÇÃO NO APROV.	HABITAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	POUCA APLICAÇÃO DE RECURSOS COMO IPTU PROGRESSIVO E DESAPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS ABANDONADOS.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS DE ALTO PADRÃO - PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	OS CONSELHEIROS DO PODER PÚBLICO BLINDAM AS PROPOSTAS SOCIAIS E O VOTO MINERVA SER DO PODER PÚBLICO.	HABITAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	PELO MENOS O PLANO DIRETOR ESTÁ NO PAPEL , TEM DE SER FISCALIZADO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALHA NOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE, PERMITINDO QUE OS INTERESSES DO SETOR IMOBILIÁRIO SE SOBREPUSSEM AOS DA SOCIEDADE.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NAS OPERAÇÕES ... NAS ÁREAS VALORIZADAS, NÃO RESPEITANDO AS ZEIS, FAZENDO OBRAS COMERCIAIS E HABITAÇÃO DE "ALTO LUXO" E EXPULSAM AS POPULAÇÕES DE MORADORES POBRES.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A NÃO PRIORIZAÇÃO DOS RECURSOS DO MINHA CASA MINHA VIDA PARA HIS, SENDO QUE O MERCADO RECEBEU BOA PARTE DO DINHEIRO PARA ATENDER FAIXA DE RENDA MAIS PRÓXIMA DOS 16 SALÁRIOS MÍNIMOS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PROGRAMA DE MUTIRÃO COM AUTOGESTÃO FOI PARALISADO.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO DEU CERTO A EXISTÊNCIA DO MUTIRÃO.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO DEU CERTO: OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO. COMO REGULARIZAR?	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	CONSELHO GESTOR DAS ZEIS FORAM ATROPELADOS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	ATENDER A GRANDE DEMANDA DE MORADIAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PLANO DIRETOR FOI DESRESPEITADO PELAS DUAS ÚLTIMAS GESTÕES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE RENDA PARA ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA INFRAESTRUTURA, ENTRAVE BUROCRÁTICO.	HABITAÇÃO	BUROCRACIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DELIMITAÇÃO DE ZEIS SEM PENSAR EM UM PLANO MAIS ABRANGENTE.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AS ZEIS NÃO FUNCIONARAM. PRÉDIOS VAZIOS NÃO VIRARAM MORADIAS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A LEGISLAÇÃO NÃO ACOMPANHOU OS ESFORÇOS DA SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO NÃO SE QUALIFICOU PARA CUMPRIR METAS DE INFRAESTRUTURA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DIREITO DE PROTOCOLO MUITO AMPLO.	HABITAÇÃO	DIREITO DE PROTOCOLO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	APESAR DAS ZEIS, AS ÁREAS SOFRERAM ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO ENFRENTANDO A EXCLUSÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO COM OUTROS PLANEJAMENTOS (AMBIENTAL, ETC...)	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO EFETIVAÇÃO DE PROCESSOS DE ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO, VISTA A SUA CRITICIDADE COM A VIDA.	HABITAÇÃO	ÁREAS DE RISCO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE PRIORIDADE PARA MORADIA POPULAR E VIOLÊNCIA CONTRA QUEM VAI ATRÁS DE SEUS DIREITOS.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE DIÁLOGO E REPREENSÃO (CRIMINALIZAÇÃO) E POLICIAMENTO EM CIMA DOS SEM TETO.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AUXÍLIO ALUGUEL TEM SERVIÇO PARA DESPEJO, COMPRA DE VOTO, ESTÍMULO PARA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DE ALUGUEL.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÚMERO DE FAMÍLIAS DESPEJADAS MAIOR QUE O NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS EM HIS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	MUITOS DESPEJOS E FAMÍLIAS REMOVIDAS - CHEQUE DESPEJO.	HABITAÇÃO	DESPEJO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DEU ERRADO A NÃO INTEGRAÇÃO NO DEVIDO TEMPO, DOS RECURSOS DOS TRÊS ENTES FEDERATIVOS PARA FINANCIAMENTO HABITACIONAL DE HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO ATENDE A NECESSIDADE DE ENSINO, LAZER E EMPREGO.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO DEU CERTO O BOLSA ALUGUEL, VALOR BAIXO.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTOU UMA POLÍTICA PARA ATENDER FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, COMO MUITIRÃO COM AUTOGESTÃO NO "MINHA CASA MINHA VIDA"	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO HOUE POLÍTICA HABITACIONAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO.	HABITAÇÃO	POLÍTICA HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	OS CONJUNTOS HIS EDIFICADOS SÃO PONTOS QUE FICARAM PERDIDOS NO MEIO DE UMA IMENSIDÃO DE BAIRROS PRECÁRIOS. FALTOU UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES PRECÁRIAS EXISTENTES E CONSERVADOS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTOU UM SISTEMA PARA MORADORES SEM TETO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DESAPROPRIAÇÃO PARA MORADIA NA ÁREA CENTRAL.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	OS PRÉDIOS VAZIOS NÃO VIRARAM MORADIA POPULAR.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO COM INCLUSÃO: OCUPANDO OS VAZIOS CENTRAIS (PRÉDIOS) E URBANIZANDO CORTIÇOS.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ÁREAS DE RISCO EM ZEIS 3.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA OUVIR AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES; DEMORA NA ENTREGA DAS UNIDADES HABITACIONAIS PRONTAS; QUALIDADE DE VIDA, LAZER E MOBILIDADE.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FOI A INTERRUPTÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DOS MOVIMENTOS, E O NÚMERO MUITO INFERIOR AO DA POPULAÇÃO QUE NÃO FOI ATENDIDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FAVORECIMENTO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NAS POLÍTICAS RECENTES COM AUSÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EFETIVA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE UM CONSELHO DE HABITAÇÃO PARA A TRANSPARÊNCIA E CONTROLE NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PLANO DIRETOR NÃO DEU CERTO POR FALTA DE COMUNICAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FOI INEFICIENTE NA EXECUÇÃO DO QUE ESTAVA PLANEJADA. OS SISTEMAS PARA URBANIZAR NÃO FORAM SUFICIENTES PARA SATISFAZER DE MORADIA.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	APOIO DE MORADIOS PARA OS RICOS; ABANDONO DE MORADIA PARA OS POBRES.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A FALTA DE FISCALIZAÇÃO E DE PUNIÇÃO AO DESRESPEITO EM FORMA DE CAPITALISMO DAS IMOBILIÁRIAS E GRANDES CONSTRUTORAS QUE ATROPELAM O PLANO DIRETOR E A ZEIS SEM COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO CARENTE.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A ESPECULAÇÃO DO EMPREENDEDOR IMOBILIÁRIO, ONDE ESTÁ DIFICULTANDO A CONSTRUÇÃO PARA QUEM REALMENTE PRECISA DE MORADIA, PELA GANÂNCIA DO NOSSO PODER GOVERNAMENTAL.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO AOS CONJUNTOS ENTREGUES.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O LIMITE DE 6 (SEIS) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA HIS SE TORNOU MUITO ALTO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FAVELAS EM ÁREAS DE RISCO ONDE OS MORADORES LUTAM E SÓ RECEBEM PROMESSAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	DESPEJOS SEM CRITÉRIOS, SEM RESPEITO ÀS FAMÍLIAS E SEM PROPOSTAS DE MORADIA.	HABITAÇÃO	DESPEJO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	A PMPS/COHAB INGRESSAR COM AÇÕES POSSESSÓRIAS CONTRA OCUPAÇÕES.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	NÃO DEU CERTO COMBINAR HIS E HMP NA MESMA ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO NO SENTIDO DE MANTER ÁREAS DESTINADAS À HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE RESPEITO SEGUIDO DE MUITA AMBIÇÃO E DESCASO COM A POPULAÇÃO MAIS HUMILDE EM RELAÇÃO A MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	FALTA DE UMA APROXIMAÇÃO MAIOR DO ARQUITETO COM AS REAIS NECESSIDADES DOS MORADORES.	HABITAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 1 HABITAÇÃO	GRUPO 1	O PLANO DIRETOR FICOU PARADO POR MUITO TEMPO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	FORMALIZAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES ZEIS	HABITAÇÃO	CONSELHOS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	CADASTRAMENTO DE MORADORES DE FAVELAS PARA MORADIAS POPULARES.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”;	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	FOI FEITO O PLANEJAMENTO DAS INTERVENÇÕES EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	A RESERVA DE ÁREAS BEM LOCALIZADAS PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	A RESERVA DE ÁREAS BEM LOCALIZADAS PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	BUSCAR ÁREAS URBANAS DE INTERESSE SOCIAL COM INFRA-ESTRUTURA DE OFERTAS DE SERVIÇO PARA A POPULAÇÃO	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	FORTALECIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA E DIÁLOGO DO PODER PÚBLICO	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	PROJETOS DE CIDADANIA	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	PROMOÇÃO DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	CONTINUIDADE DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PELA PREFEITURA, RESPEITANDO AS EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO BENEFICIADA, OUVINDO OS C.G, POR EXEMPLO, MUITAS PESSOAS QUE NÃO POSSUÍAM HABITAÇÃO, AGORA CONQUISTARAM A CASA PRÓPRIA	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	ZEIS NÃO BAIXA PREÇO DO SOLO	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	NÃO DEU CERTO, ENCAMINHAMENTO DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS OU EDIFÍCIOS DO CENTRO PARA MORADIA DEFINITIVA	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	DESACORDOS BUROCRÁTICOS	HABITAÇÃO	BUROCRACIA
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	ALTO NÚMERO DE REMOÇÕES NAS ÁREAS DE RISCO SEM ESTUDOS PARA MINIMIZAR IMPACTOS SOCIAIS	HABITAÇÃO	REMOÇÕES
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE BAIRRO (96 – UM PARA CADA DISTRITO)	HABITAÇÃO	PLANOS DE BAIRRO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	REGULARIZAÇÃO (ESCRITURA) NÃO DEU CERTO	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS NÃO DEU CERTO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE/SEGURANÇA EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INFORMAIS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	NÃO HOUE PROXIMIDADE DO EMPREGO JUNTO A MORADIA.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	NÃO HOUE O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO (IMÓVEL OCIOSO).	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SEGURANÇA DA POSSE NÃO ACOMPANHARAM A URBANIZAÇÃO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	A ESPECULAÇÃO NÃO CONSEGUIU SER ROMPIDA MESMO COM TODA A AVALIAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO. O MESMO TERRENO PODE SER VENDIDO DEPOIS PARA O MERCADO.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	O CONCEITO DAS ZEIS FOI INTENSO E PODERIA SER AMPLIADO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO FOI POSITIVO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	POSITIVO TAMBÉM FOI O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA.	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS POPULARES
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	GESTÃO PÚBLICA NÃO SEGUIU O PDE.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 2 HABITAÇÃO	GRUPO 2	HOUVE AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA HABITAÇÃO. NO ENTANTO ISSO PERMITIU AUMENTO DO PREÇO DA TERRA. O INSTRUMENTO DO IPTU PROGRESSIVO, BEM COMO OUTROS INSTRUMENTOS, COMO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NÃO FORAM APLICADAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	A LUTA DOS MOVIMENTOS CONTINUOU PRESSIONANDO OS GOVERNOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MOVIMENTOS POPULARES
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	MORADIA NO CENTRO (PROPOSTA) DEU CERTO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	criação de programas habitacionais para favorecer pessoas de baixa renda.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	RENOVA SP: QUANTO A INICIATIVA E CONCEITO DE PERÍMETRO DE AÇÃO INTEGRADA (PAI).	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	ZEIS GARANTIRAM A DEMARCAÇÃO DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS).	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO A QUALIDADE DE MORADIA MESMO SENDO A LONGO PRAZO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	A CONSTRUÇÃO DE LOCAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	LOCAÇÃO SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GESTORES.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	ACESSO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA VIA ENTIDADES ARTICULAÇÃO GOVERNO MUNICIPAL E FEDERAL.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PLANO DE BAIRRO - INTERESSE PELO PODER PÚBLICO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	PLANOS DE BAIRRO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	A EXPERIÊNCIA URBANÍSTICA DA ZONA SUL (CANTINHO DO CÉU).	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	TEM MUITA ÁREA DE ZEIS 2 E 3 QUE PODE SER USADA PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	A PRIORIDADE PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (EMBORA OS CASOS SEJAM EXCEÇÕES).	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	AQUISIÇÃO DE MORÁDIAS PARA ALGUMAS PESSOAS.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	AVANÇOU NO LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES (HABISP)	HABITAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	AVANÇOU EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NA PERIFERIA COM PROJETOS DE MAIOR QUALIDADE.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	MERCADO IMOBILIÁRIO DE ALTO PADRÃO DEU CERTO.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	O QUE DEU CERTO NA HABITAÇÃO EM RELAÇÃO AO PDE? ABSOLUTAMENTE NADA.	HABITAÇÃO	GESTÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PLANO DIRETOR - POR NÃO SAIR DO PAPEL.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA PERIFERIA NÃO FOI ACOMPANHADA DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA.	HABITAÇÃO	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	A FALTA DE UMA POLÍTICA DE TERRAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS).	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	MÁ DISTRIBUIÇÃO: HABITAÇÃO/EMPREGO - PERIFERIA/CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	NÃO HOUE AVANÇOS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NA ÁREA CENTRAL.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA POLÍTICA E RECURSOS PARA BAIXA RENDA (0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS).	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE CONSELHEIROS DE HABITAÇÃO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	CONSELHOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTOU PARCERIA DO GOVERNO MUNICIPAL COM O FEDERAL.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	INTEGRAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	ZEIS NÃO TIVERAM DETALHAMENTO E ESTUDOS ESPECÍFICOS PARA OCUPAÇÃO HABITACIONAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	LEIS RESERVANDO ÁREAS PARA FINALIDADE DE HABITAÇÃO SOCIAL POR SI SÓ NÃO BASTA, POIS PRECISA DE AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	NÃO HOUE DIVERSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO HABITACIONAL NO CENTRO E PERIFERIA.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	ANTIGAMENTE SE FAZIA MUTIRÃO COM MUITA PARTICIPAÇÃO POPULAR, QUANDO O IMÓVEL É ENTREGUE PRONTO, HÁ PROBLEMA DE CONVIVÊNCIA POIS AS PESSOAS NÃO SE CONHECEM.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE INTERESSE DO GOVERNO E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA".	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	REOCUPAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS P PARTIR DA HABITAÇÃO POPULAR.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	OS IMÓVEIS SÃO MENORES QUE ANTIGAMENTE, NÃO TEM ESPAÇO PARA TODA A FAMÍLIA NOS APARTAMENTOS FEITOS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS).	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE CONSELHOS GESTORES EM ZEIS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	CONSELHOS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PRODUÇÃO HABITACIONAL INSIGNIFICANTE.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA (OUC) NÃO DEU CERTO PARA MORADIA POPULAR.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	AS VERBAS DO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA" NÃO FORAM UTILIZADAS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	DEMORA NO FINANCIAMENTO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS).	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FALTA DE OPÇÕES DE LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS).	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	NÃO HÁ UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ALTO PADRÃO EM ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	FATOR CONTROLE NOS CONJUNTOS CONSTRUÍDOS COMO OS LOCAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	PESSOAS COM BAIXA RENDA NÃO TEM MAIOR OPÇÕES DE IMÓVEIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 3 HABITAÇÃO	GRUPO 3	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	ACESSIBILIDADE
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	REVITALIZAÇÃO CENTRO	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS MUITO ALTO.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MINHA CASA MINHA VIDA - "ATUAL" BUROCRACIA PARA CONSEGUIR O FINANCIAMENTO.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ACENTUADA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA, TAMBÉM EM ÁREAS DE ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE LIBERAÇÃO DA APROVAÇÃO DE PROJETOS DE HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DEMORA EM ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO NAS ÁREAS DE PROGRAMAS SOCIAIS HABITACIONAIS COMO MINHA CASA, MINHA VIDA.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NÃO FORAM REALIZADAS OBRAS SUFICIENTES PARA ACABAR COM AS ENCHENTES.	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AS GRANDES EMPREITEIRAS FICAREM RICAS. A CUSTA DOS DE BAIXA RENDA...	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MINHA CASA MINHA VIDA - CASA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA. O QUE NÃO DÁ CERTO? BUROCRACIA...	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA URBANA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AS VERBAS QUE DEVERIAM SER USADA EM HABITAÇÃO FORAM USADAS PARA FINS FORA DA MORADIA. FALTA DE TERRAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS HABITACIONAIS	HABITAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	CONJUNTOS HABITACIONAIS EM ÁREAS ISOLADAS COM INÚMEROS PRÉDIOS IGUAIS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ALUGUEL SOCIAL - MUITA BUROCRACIA PARA CONSEGUIR...	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ALUGUEL SOCIAL - DIFÍCIL DE CONSEGUIR ATRAVÉS DO CRAS.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AS AUTORIDADES DEVERIAM TRABALHAR JUNTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NÃO HOUE INVESTIMENTO EM MELHORIA DE MOBILIDADE, FALTA TRANSPORTE PÚBLICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	EMPREENHEIRAS TIRARAM PROVEITO DA MINHA CASA MINHA VIDA, E COM ISSO DIFICULTANDO CADA VEZ MAIS A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA TER SEU IMÓVEL.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	CONJUNTO HABITACIONAL SEM ESTRUTURA. (ZEZINHO C. TIRADENTES)	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	LENTIDÃO NA APROVAÇÃO DE PROJETOS MORADIA PARA AUTOGESTÃO.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	O QUE NÃO DEU CERTO: O DESINTERESSE PELA POPULAÇÃO MAIS POBRE. EX: FAVELAS E PESSOAS MENOS FAVORECIDAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	OS PREFEITOS NÃO CUMPREM AS PROMESSAS DE CAMPANHA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA CREDIBILIDADE COM O GOVERNO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS SEGUIMENTOS VULNERÁVEIS EM HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA OS POBRES.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DEVERIA HAVER MAIOR PARCERIA ENTRE PODER PÚBLICO E ENTIDADES.	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	20 ANOS DE DESCASO PÚBLICO NA MORADIA.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MESMO COM O INTERESSE DO POVO E MOVIMENTO, O GOVERNOS NÃO TEM DESEMPENHADO NA MORADIA PARA O POVO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DÍALOGO COM OS MOVIMENTOS DE MORADIA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA HABITAÇÃO PARA OS DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE INTERESSE PÚBLICO. LIBERAR VERBA PARA COMPRA DA TERRA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	POUCO FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MORADIA PARA QUEM NÃO MORA EM ÁREA PÚBLICA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MELHORAR MAIS O DESLOCAMENTO DAS FAMÍLIAS, COM RELAÇÃO AO TRANSPORTE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	LOCALIZAÇÕES: AFASTAMENTO DAS CLASSES MAIS BAIXAS AGRAVANDO OS PROBLEMAS DA MOBILIDADE URBANA E VIVÊNCIA DA CIDADE.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DESATIVÇÃO DOS ALBERGUES SEM CONSTRUIR MORADIAS PARA POPULAÇÃO DE RUA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	VIOLÊNCIA: PESSOAS EXPULSANDO FAMÍLIAS DAS SUAS CASAS.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	O USO DE VIOLÊNCIA NAS DESOCUPAÇÕES, OU REINTEGRAÇÕES DE POSSE USADA PELO PODER PÚBLICO.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DOS PARQUES LINEARES. FAMÍLIAS FORAM DESPEJADAS.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE HABITAÇÃO PARA OS MORADORES DE FAVELAS QUE FORAM DESPEJADOS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A GRANDE QUANTIDADE DE DESPEJOS, EM UM ESPAÇO MUITO CURTO, SEM PLANEJAMENTO, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS A FIM DE ATENDER A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	REMOÇÕES. POR CAUSA DAS OPERAÇÕES URBANAS E PROGRAMAS, LEIS, ETC...	HABITAÇÃO	REMOÇÕES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NÃO DEU CERTO: REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS POR CAUSA DA COPA E OUTROS EMPREENDIMENTOS.	HABITAÇÃO	REMOÇÕES
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A FALTA DE REGULARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NÃO FOI SUFICIENTE NEM RESPEITADO AS URBANIZAÇÕES DAS FAVELAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS NA REGIÃO CENTRO. POUCAS UNIDADES.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A FAIXA DE RENDA DO HIS É MUITO AMPLA - A ZEIS DEVE SER PARA MERCADADO POPULAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A FALTA DE MONITORAMENTO POR PARTE DO GOVERNO NOS EDIFÍCIOS DA CDHU. O SÍNDICO DEVERIA SER FUNCIONÁRIO DO GOVERNO.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	PROJETO CINGAPURA FALIDO.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO NO PDE. DEFESA DO DIREITO A MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA QUE SÓ ATENDEU AQUELES QUE TEM MAIS DINHEIRO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AUMENTO ABUSIVO DO VALOR DO IPTU.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES ABRE ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NADA. ESTOU ESPERANDO A MUDANÇA. (A PASSO DE TARTARUGA)	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	CONSELHO GESTOR ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	HABISP - DADOS DE TODAS AS ÁREAS ABERTO PARA A POPULAÇÃO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ABERTURA MCMU (MINHA CASA MINHA VIDA?), MAIS ABERTURA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA TER SUA MORADIA PRÓPRIA.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	LOCAÇÃO SOCIAL PARA BAIXA RENDA QUE DEVE CONTINUAR.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MOVIMENTOS HABITACIONAIS - ALÉM DA LUTA POR MORADIA EXERCER A AJUDA AS COMUNIDADES.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	INSERÇÃO DOS MELHORES PROFISSIONAIS NO PLANEJAMENTO PARA PROJETOS LOCAIS DE HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MUTIRÃO EM ALTA GESTÃO COM AS ASSOCIAÇÕES. (C. TIRADENTES - ZEZINHO)	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DIVERSIDADE DE ESTILO ARQUITETÔNICO.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A DEMARCAÇÃO DE ZEIS É POSITIVA.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	EMPREENHIMENTO PARA IDOSOS EM ÁREA COM BOA INFRA-ESTRUTURA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NAS PERIFERIAS E BAIRRO COMO AS FÁBRICAS DE CULTURA AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AUMENTO DE INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES E O IMPACTO POLÍTICO QUE CAUSOU.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	ASSOCIAÇÕES
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	NO MEU PONTO DE VISTA, A HABITAÇÃO TEM QUE FAVORECER A CLASSE BAIXA.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	AOS POUCOS AS LICITAÇÕES ESTÃO SAINDO DO PAPEL, MAS COM RITMO LENTO.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	REFORMA DOS EDIFÍCIOS DO CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	REGULARIZAÇÃO DAS FAVELAS, E CONJUNTOS HABITACIONAIS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	DEU CERTO A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA OS EMPRESÁRIOS.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EXISTE PLANEJAMENTO	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ATENDIMENTO A QUEM NÃO TINHA MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	CANALIZAÇÃO DOS CÓRREGOS.	HABITAÇÃO	MEIO AMBIENTE
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	O ABRIGAMENTO DO BOLSA ALUGUEL PARA QUEM MORA EM ÁREA DE RISCO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	O QUE DEU CERTO: PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COM AUTOGESTÃO POR MOVIMENTO POPULAR.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	O PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA TROUXE MAIS ESPERANÇA PARA O POVO.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MUTIRÃO POR AUTOGESTÃO.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	OS MOVIMENTOS POPULARES FICARAM FIRMES E ORGANIZADOS NA LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS A MORADIA DIGNA.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	ABERTURA / AUMENTO GRADUAL DA PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES POR MORADIA NAS TOMADAS DE DECISÃO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES.	HABITAÇÃO	ASSOCIAÇÕES
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	BILHETE ÚNICO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	MAIS CICLOVIAS NA CIDADE E CICLOFAIXAS, INCENTIVO AO USO DE BICICLETA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GRUPO 4 HABITAÇÃO	GRUPO 4	A AMPLIAÇÃO DOS CEUS.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	OS PROJETOS HABITACIONAIS AMPLIARAM, OU SEJA, HOUE AUMENTO DE MORADIA POPULAR EM ALGUMAS REGIÕES.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	AUMENTO OU AMPLIAÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS PARA A BAIXA RENDA: MORADIA PARA TODOS / MINHA CASA MINHA VIDA / CDHU.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	A QUESTÃO DA DEMORA DA ENTREGA DO PROJETO. E AINDA A BUROCRATIZAÇÃO PARA SE INICIAR AS OBRAS DOS PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL. O PROCESSO É DESGASTANTE, O PROJETO VAI E VOLTA – BUROCRACIA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS. AO CONTRÁRIO DE VÁRIOS PRÉDIOS DE ALTO PADRÃO IRREGULARES QUE JÁ ESTÃO CONSTRUÍDOS.	HABITAÇÃO	BUROCRACIA
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ENTENDIMENTO QUE ÁREA CENTRAL DEVE SER OCUPADA POR HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	IDÉIA DE QUE A AUTOCONSTRUÇÃO – AUTOGESTÃO PODE SER AÇÃO IMPORTANTE E COMPLEMENTAR NA POLÍTICA HABITACIONAL	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	INCAPACIDADE DO PODER PÚBLICO EM PRODUIZIR PARA BAIXA RENDA 0 A 3 SM.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	POUCA PRODUÇÃO, ESTAS DE BAIXA QUALIDADE, AFASTADA DO CENTRO E INSUFICIENTE - PRECISA CONSTRUIR MAIS MORADIA.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	A REGULIZAÇÃO DE ALGUMAS FAVELAS, CONJUNTOS HABITACIONAIS E ASSENTAMENTOS: URBANIZAÇÃO, BAIRRO LEGAL POR EXEMPLO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	A PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS CONSELHOS GESTORES GARANTINDO O DIREITO DO CIDADÃO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MUTIRÃO E AUTOGESTÃO UMA IDEIA QUE DÁ MUITO CERTO – PROJETO SAI ATÉ MAIS BARATO QUE CDHU E COHAB.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PDE CONFERENCIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, PRIORIDADE PARA MORADIA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MINHA CASA MINHA VIDA, NÃO DEU CERTO PARA MUNICÍPIO DE SP.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MINHA CASA MINHA VIDA 2, PROJETO EM QUE O PERFIL PARA CONSEGUIR A CASA E DE 0 A 3 SM ERA DIFERENTE DO MINHA CASA MINHA VIDA 1 QUE TINHA Q TER DE 3 A 10 SM.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MELHOR OCUPAÇÃO DO SOLO – ANTES ERAM CONSTRUÍDAS CASAS, MAS AGORA SE CONSTROEM SOBRADOS ATENDENDO MAIS PESSOAS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MAIS INFRAESTRUTURA COM OS NOVOS PROJETOS: FEIRA; SUPERMERCADO, BERCÁRIO. A INFRA – ESTRUTURA ESTA MELHORANDO.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	EXTERMÍNIO DO PROJETO CINGAPURA E DOS MUTIRÕES: O PROJETO QUE ATENDIA PESSOAS NO SEU IMEDIATISMO – REMOVIDAS POR CATÁSTROFES. HOJE NÃO TEM PROJETO QUE ENVOLVE PESSOAS NO SEU IMEDIATISMO.	HABITAÇÃO	MUTIRÕES
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DO CERTIFICADO DE PROPRIEDADE DA TERRA. ESTÃO EMPURRANDO A POPULAÇÃO MAIS CARENTE PARA O CAMPO, LONGE DO EMPREGO, AFASTADO NO CENTRO, LONGE DA VIDA ATIVA.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ALGUMA COISA DEU CERTO NA HABITAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO? (FILIPETA COM: “?”).	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	A GRANDE QUESTÃO DA HABITAÇÃO: A ESPECULAÇÃO COM O AGRAVANTE DA HIGIENIZAÇÃO DEU CERTO – EXPULSÃO DOS POBRES DA CIDADE.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES. PUBLICIZAÇÃO DE AÇÕES QUE NÃO OCORRERAM EM POLÍTICAS HABITACIONAIS.	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL COM PLANEJAMENTO: HIS, ALOCAÇÃO SOCIAL, MOBILIDADE URBANA, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIAIS.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	REMOÇÃO SEM MORADIA PRONTA, SEM AUXÍLIO MORADIA.	HABITAÇÃO	LOCAÇÃO SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	A SEGURANÇA E MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER NÃO FUNCIONARAM.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE LAZER
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ACESSO A MORADIA DIGNA DE 0 A 6 SM.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	LUTAS DAS COMUNIDADES E OBTENÇÃO DE RESULTADOS.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	DEMARCAÇÃO DE ZEIS NO PDE PERMITIU A RESERVA DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	VIABILIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS VAZIOS TRANSFORMADOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL, PORÉM COM POUCAS UNIDADES.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NOS CONSELHOS DE ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	PROJETOS DE GRIFES COM CUSTOS ALTOS: PRIORIZA MAIS A GRIFE, O PROJETO FICA MAIS CARO QUE A PRÓPRIA EXECUÇÃO DELE.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DE DIÁLOGO DOS TÉCNICOS COM A POPULAÇÃO DE FORMA A PRODUIZIR CONTEÚDOS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	PDE NÃO GARANTE PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ZEIS 3 E DE MAIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	NÃO SE APLICOU O DIREITO DA PREEMPÇÃO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	DIREITO DE PREEMPÇÃO
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ATRASOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DE TRANSPARÊNCIA SOBRE OS OBJETIVOS DAS OBRAS DAS HABITAÇÕES E DOS PRAZOS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	NÃO GARANTIA DE POPULAÇÃO DE 0 A 3 SM NAS ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO, MAS NÃO DE CIDADE (EXCEÇÃO DE HELIÓPOLIS).	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DE TRANSPARÊNCIA NOS CRITÉRIOS DE INDICAÇÃO DOS PERÍMETROS DAS ZEIS COMO TAMBÉM A FALTA DE INSTRUMENTOS DE REVISÃO DESTES PERÍMETROS E INCLUSÃO DE OUTROS NOVOS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ZEIS COMO RESERVA DE ÁREA PARA HABITAÇÃO POPULAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO SEGURANÇA PARA POSSE.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	REMOÇÃO FORÇADA NA CIDADE. ALTOS CUSTOS DOS IMÓVEIS (GERAL DA CIDADE). OFERTA DE MORADIA E A QUESTÃO DO ACESSO A MORADIA: FALTA DE VONTADE POLÍTICA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	ZEIS COMO RESERVA DE ÁREA PARA HABITAÇÃO POPULAR.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	FALTA DE TRANSPARÊNCIA, GESTÃO DE DEMANDA E PROCESSO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	BAIXA PRODUTIVIDADE DE HIS/HIMP QUE NÃO ATENDE 0 A 3 SM E SOBRETUDO NO CENTRO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	OS NÚMEROS HOJE APRESENTADO EM RELAÇÃO A REGULARIZAÇÃO SÃO MUITO PEQUENOS E CAUSAM INSEGURANÇA JURÍDICA.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS TAMBÉM É UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	OS ESFORÇOS, INSUFICIENTES, PARA TRANSFORMAR SÃO PAULO EM CIDADE INCLUSIVA, COLOCANDO EM PRÁTICA ALGUMAS INICIATIVAS E PROJETOS NA EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E SEGURANÇA PÚBLICA (GCM).	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	EFEATIVA RESERVA DE ÁREAS PARA HIS/HMP. AS ZEIS FOI INSTRUMENTO IMPORTANTE, MAS INSUFICIENTE.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	NÃO CUIDOU DA PROVISÃO DE MORADIA QUE PODERIAM SER MAIS BEM APROVEITADA E EM ÁREAS DE RISCO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MORADIA NÃO DEU CERTO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA 0 A 3 SM.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	DEU CERTO NA OCUPAÇÃO ONDE EU MORO, HÁ HABITAÇÃO, MAS FOI INTERROMPIDA PORQUE VAI PASSAR RODOANEL. NÓS VAMOS TER QUE DESOCUPAR A ÁREA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	O EXECUTIVO, LEGISLATIVO E PODER PÚBLICO NÃO TRABALHARAM PARA A CRIAÇÃO DE LEI PARA GARANTIR O DIREITO A MORADIA NEM APLICOU OS INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS, DO ESTATUTO DA CIDADE AOS IMÓVEIS SEM FUNÇÃO SOCIAL, OU SEJA, ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO, ESTÁ NO ESTATUTO DA CIDADE MAS NÃO SE APLICA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	QUALIDADE DAS UNIDADES/ HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA TEM MELHORADO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	PROJETOS PARA IDOSOS. ALUGUEL / PARECERIA SOCIAL.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	POUCA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO PELO SETOR PRIVADO, POIS O SETOR PÚBLICO NÃO DÁ CONTA DA DEMANDA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	POLÍTICA HABITACIONAL DEVERIA SE BASEAR EM ACABAR COM O LATIFÚNDIO URBANO, DISTRIBUINDO MELHOR A CIDADE: MUITA GENTE COM MUITOS APARTAMENTOS/APARTAMENTO/PROPRIEDADE, E PESSOAS QUE NÃO TEM NENHUM. ENTÃO, DISTRIBUIR MELHOR O LATIFÚNDIO URBANO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	COMPRA DE TERRA PARA PRODUÇÃO HABITACIONAL – DEMORA E BUROCRACIAS PARA DESAPROPRIAR TERRENOS: MUITAS VEZES A ÁREA É INTERESSANTE, DE ZEIS E ANTES DO PODER PÚBLICO CHEGAR NAQUELA ÁREA O MERCADO PRIVADO CHEGA PRIMEIRO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	NÃO UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO NAS ZEIS: MUITAS ZEIS NÃO UTILIZADA PARA HABITAÇÃO E DAS QUE FORAM UTILIZADAS PARA HABITAÇÃO MUITAS NÃO ALCANÇARAM O CA MÁXIMO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 5 HABITAÇÃO	GRUPO 5	MUITAS PESSOAS/FAMÍLIAS TÊM QUE SER REMOVIDAS POR MOTIVO DE RISCOS, POR EXEMPLO, MAS DEMORAM MUITO PARA CHEGAR NA MORADIA DEFINITIVA.	HABITAÇÃO	LOCAÇÃO SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MORADIA-VIOLÊNCIA POLICIAL	HABITAÇÃO	VIOLÊNCIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FAZER A REMOÇÃO SEM A MORADIA DEFINITIVA PARA AS FAMÍLIAS, DANDO R\$ 300,00 DE PARCERIA SOCIAL	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO CONTROLOU A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTOU PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR NAS ÁREAS CENTRAIS.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO TERMINARAM A REGULARIZAÇÃO DAS FAVELAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTOU APOIO AOS MOVIMENTOS DE MORADIA PARA AUTOGESTÃO.	HABITAÇÃO	MUTIRÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	POUCAS ZEIS 3, AS ZEIS (1.2.3) ESTÃO LONGE DA INFRA-ESTRUTURA	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	POUCA HABITAÇÃO NO CENTRO EXPANDIDO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTOU IPTU PROGRESSIVO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO; IPTU PROGRESSIVO; DESAPROPRIAÇÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	INCÊNDIOS EM FAVELAS (CRIMINOSOS).	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA OFERTA DE EMPREGO NOS LOCAIS DE MORADIAS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	PLANO MINHA CASA MINHA VIDA. MORADIA PARA TODOS, NÃO ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA MUITO CARA.	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	ALTO ÍNDICE DE EVASÃO DOS CONJUNTOS.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CUSTO MUITO ALTO DA UNIDADE HABITACIONAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE PARA FINS DE PRODUZIR HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA APOIO AOS MOVIMENTOS DE MORADIAS DA PARTE DA PREFEITURA, TRAZER MORADIAS PARA PERTO DO TRABALHO	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA E AÇÕES P/ INTERFERIR NA PROPRIEDADE PRIVADA E GARANTIR ACESSO A HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	ITAQUERA BOLA DA VEZ EM HABITAÇÃO, MAS É DE REMOÇÃO DE FAVELAS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	IMPLANTAÇÃO DE CONJ. HABITACIONAIS DISTANTES DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO E GESTORES PÚBLICOS.	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CONJUNTOS CONSTRUÍDOS ILEGALMENTE PELA PREFEITURA SEM APROVAÇÃO	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO FORAM CONSTRUÍDAS MORADIAS POPULARES NAS ZEIS	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	SUPER VALORIZAÇÃO DO SOLO DIFICULTA O USO DO MESMO POR PESSOAS DE BAIXA RENDA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	QUANTIDADE INSUFICIENTE! QUALIDADE DUVIDOSA.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISTOS NO PDE.	HABITAÇÃO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA DE CONTINUIDADE DO PLANO DIRETOR E CONSTRUÇÃO DE MORADIA EM ÁREAS DE ZEIS INDICADAS PELO MOVIMENTO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	O NÚMERO DE HABITAÇÃO PRECÁRIA CONTINUA MUITO ALTO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	UNIVERSALIZAÇÃO DA ALA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO ÁREAS OCUPADAS COM CRITÉRIOS CLAROS MAIS PARTICIPAÇÃO DE MORADIA.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PDE NA CIDADE NA MAIOR PARCELA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	PLANO DIRETOR FOI ADMINISTRADO DE UMA FORMA AUTORITÁRIA ABRINDO ESPAÇO PARA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO VERTICALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS (BAIXO APROVEITAMENTO DOS TERRENOS)	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CONSTRUÇÃO SOMENTE DO PRÉDIO DE HABITAÇÃO, FALTA O RESTO DA CIDADE.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	O NÚMERO DE HABITAÇÃO PARA BAIXA RENDA É MUITO POUCA.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	AS CONDIÇÕES DE MORADIA CONTINUAM PRECÁRIAS. FALTA DE EFETIVAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CASAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÃO CONSEGUIU TORNAR ATRATIVO AOS CONSTRUTORES PARA REALIZAR HABITAÇÃO SOCIAL.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	ALIANÇA DO PODER PÚBLICO COM AS CONSTRUTORAS E IMOBILIÁRIAS.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CADASTRO DE ATENDIMENTO CLARO E TRANSPARÊNCIA DE CRITÉRIOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	USO MISTO NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS PRATICAMENTE NÃO EXISTE.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CIDADE TIRADENTES, ZEIS BAIRRO DORMITÓRIO, FALTOU JUNTAR O EMPREGO NO BAIRRO	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	POUCA HIS NOS DISTRITOS CENTRAIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA PRODUÇÃO HABITAÇÃO POPULAR ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS NO CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FISCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS	HABITAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA DE POLÍTICA HABITACIONAL	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	NÓS QUE ESTAMOS NA PERIFERIA VERIFICAMOS QUE COM O AVANÇO E O CRESCIMENTO CHEGADA DE EMPREENDIMENTOS COMO ITAQUERÃO ETC, A COMUNIDADE VAI FICANDO A MARGEM (JUSTIFICATIVA COMO LUGAR CRECEU SEM PLANEJAMENTO URBANO E COISAS DESSE TIPO)	HABITAÇÃO	IMPACTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	CANALIZAÇÃO DO CÓDIGO DA PACIÊNCIA	HABITAÇÃO	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	PROGRAMA LOCAÇÃO SOCIAL NÃO FUNCIONOU	HABITAÇÃO	LOCAÇÃO SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	BOLSA ALUGUEL COM VALOR MUITO ABAIXO DO PRATICADO NO MERCADO	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTAM ACABAR COM A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NAS MARGINAIS E NAS PERIFERIAS, TIPO FAVELA DO BAU.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	POR ESSES DIAS PEDIMOS ASFALTO PARA UMA RUA E NÃO HAVIA VERBA. NA OUTRA SEMANA A ÁREA DE UMA EMPRESA RECEM CHEGADA TEVE ASFALTO, ILUMINAÇÃO, PLACAS NUMA RAPIDEZ	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	OUVIMOS FRASES DO TIPO: ITAQUERA NÃO É MAIS PERIFERIA COMO? HÁ LUGAR QUE NEM EXISTE SERVIÇO BÁSICO	HABITAÇÃO	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	TRANSPORTE NA PERIFERIA	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	AUMENTO O ÍNDICE DE PESSOAS MORANDO EM FAVELAS. PRÓXIMO AO ESGOTO ABERTO	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	FALTA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO URBANA DA CIDADE E DE POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	REMOÇÕES DESUMANAS	HABITAÇÃO	REMOÇÕES
GRUPO 6 HABITAÇÃO	GRUPO 6	MUITA GENTE MORANDO DE ALUGUEL	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL. HOUE AVANÇOS DESDE O PLANO DIRETOR.	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS DEU CERTO	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	ZEIS 3 NO CENTRO DEU CERTO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	NÃO DEU CERTO: HABITAÇÃO TIPO CINGAPURA. O VALOR DO TPU COBRADO É ALTO.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE CADASTRO DA COHAB;	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FAIXA DE RENDA DA HMP	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE MERCADO POPULAR
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	BAIXA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS DO PODER PÚBLICO	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	DEMARCAÇÃO DAS ZEIS DEU CERTO.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO PODER PÚBLICO DERAM CERTO.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA PROPORCIONADAS PELAS OPERAÇÕES URBANAS.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CRESCIMENTO DESORDENADO E SEM PLANEJAMENTO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	RESTRIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE HIS QUE DIFICULTAM SUA PRODUÇÃO PELO MERCADO	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	DEMORA NA PRODUÇÃO DE HIS PELO PODER PÚBLICO	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	NÃO HOUE ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NAS FAVELAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER NOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	DEU CERTO: AUTOGESTÃO COM CONSULTORIA TÉCNICA VIABILIZADA PELO PODER PÚBLICO.	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	BAIXO ATENDIMENTO DA FAIXA DE 0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DA IMPLANTAÇÃO DA LEI FEDERAL 11.888/08 QUE ASSEGURA A CONSULTORIA TÉCNICA À POPULAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE HIS	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA TODAS AS UNIDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE HIS DO PODER PÚBLICO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	VALOR DO AUXÍLIO-ALUGUEL PAGO PELA PREFEITURA E O TEMPO QUE AS FAMÍLIAS AGUARDAM PELO ATENDIMENTO DEFINITIVO.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	MUTIRÕES DA CASA PRÓPRIA QUE GARANTEM O ACESSO ÀS FAIXAS MAIS BAIXAS DE RENDA DEU CERTO	HABITAÇÃO	MUTIRÕES
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	HOUE AVANÇO NA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CEUS, QUE ATENDEM ÀS DEMANDAS DAS COMUNIDADES LOCAIS	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	ETECs, QUE CAPACITAM OS TRABALHADORES	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	BILHETE ÚNICO, QUE GARANTE O ACESSO À CIDADE	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	AUXÍLIO-ALUGUEL É MUITO BAIXO E NEM SEMPRE O MORADOR É ATENDIDO COM UNIDADE HABITACIONAL	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NÃO ATENDEU À FAIXA DE RENDA DE 0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PLANEJAMENTO INADEQUADO DAS REMOÇÕES DE ÁREAS DE RISCO SEM PREVISÃO DE ATENDIMENTO COM UNIDADES DE HABITAÇÃO	HABITAÇÃO	REMOÇÕES
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	NÃO IMPLEMENTAR ISENÇÃO DE IMPOSTOS PARA EMPRESAS QUE SE INSTALAREM NAS ÁREAS MAIS PERIFÉRICAS DA CIDADE.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ISENÇÃO DE IMPOSTOS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE TRANSPORTE PÚBLICO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	DEMONSTRAÇÕES DA GESTÃO ATUAL EM GARANTIR A PARTICIPAÇÃO POPULAR	GESTÃO DEMOCRÁTICA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	INCENTIVO À PRODUÇÃO HABITACIONAL DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-ENTIDADES ESTÁ ATENDENDO AO OBJETIVO	HABITAÇÃO	PROGRAMAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	POSSIBILIDADE DE FINANCIAR O IMÓVEL, MESMO COM RESTRIÇÃO DE CRÉDITO	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS MOVIMENTOS DE MORADIA	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS DE MORADIA
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS DE AUTOGESTÃO	HABITAÇÃO	AUTOGESTÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CADASTRO DAS FAMÍLIAS PARA ATENDIMENTO HABITACIONAL.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	GOVERNO ESTADUAL NÃO TEM POLÍTICA HABITACIONAL	HABITAÇÃO	POLÍTICA HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE VONTADE POLÍTICA A QUESTÃO DA HABITAÇÃO	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	MOROSIDADE NA EMISSÃO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CRITÉRIOS PARA ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NÃO SÃO BONS;	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	TERRENOS VAZIOS NO CENTRO.	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	INICIATIVA DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	HABITAÇÃO	POLÍTICA HABITACIONAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	OBRIGATORIEDADE DE UM CONSELHO GESTOR PARA CADA ZEIS.	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS DEU CERTO.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	PLANO BAIRRO VIVO NO BAMBURRAL DEU CERTO	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	“A CIDADE NÃO CONVERSA.” FALTA INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	OS CRITÉRIOS QUE DEFINEM A SEQUÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS QUE SERÃO URBANIZADOS NÃO SÃO CLAROS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	NÃO HOUE REGULARIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANIZADOS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	GRANDE QUANTIDADE DE EDIFÍCIOS VAZIOS E SUBUTILIZADOS	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	CONSTRUÇÕES HABITACIONAIS PARADAS HÁ ANOS	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	FALTA DE PREOCUPAÇÃO COM A SEGURANÇA NO PLANEJAMENTO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	VANDALISMO NOS EMPREENDIMENTOS DE HIS	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 7 HABITAÇÃO	GRUPO 7	VALOR INSUFICIENTE DO AUXÍLIO-ALUGUEL	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	INCLUSÃO DOS PLANOS DE BAIRRO	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	MOVIMENTOS DE MORADIA PUDEAM SE ORGANIZAR E PARTICIPAR DO ORÇAMENTO	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	A OPORTUNIDADE P/PESSOAS DE BAIXA RENDA A MORADIA DIGNA E ENDEREÇO	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	ELABORAÇÃO DO PMH (PL 509/11)	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	DEMARCAÇÃO DAS ZEIS PARA HIS	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	INTEGRAÇÃO ENTRE HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE NA PMSF.	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	A EXPANSÃO DE ÁREAS DE LAZER E PARQUES LINEARES NAS PERIFERIAS	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE LAZER
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	OCUPAÇÕES NO CENTRO, ALERTARAM PARA A FALTA DE MORADIAS	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	HABITAÇÕES EM ZER COM INCREMENTO À INFRAESTRUTURA E TOMBAMENTO DE BAIROS	HABITAÇÃO	ZONAS ESTRITAMENTE RESIDENCIAIS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	SISTEMA DE PRIORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÕES EM FAVELA E LOTEAMENTOS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS DISCUSSÕES DOS PLANOS.CRIAÇÃO DE GESTÃO PARTICIPATIVA	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	MAIS PARTICIPAÇÃO PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	URBANIZAÇÃO DE ÁREAS DENSAMENTE POVOADAS.	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	HABITAÇÃO PERTO DO EMPREGO E DA CRECHE	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	MANUTENÇÃO DAS MACROÁREAS	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	PROJETO DE REGULARIZAÇÃO PARAÍSÓPOLIS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	USO DA CARTA GEOTÉCNICA PARA VISUALIZAR ÁREA DE RISCO	HABITAÇÃO	ÁREAS DE RISCO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	AS POUCAS ZEIS EM ÁREAS VALORIZADAS (EX.J.EDITH)- FORAM POUCAS...	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	APARECIMENTO DE VÁRIOS MOVIMENTOS VOLTADOS PARA MORADIA	HABITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO POPULAR
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	APARECIMENTO DE VÁRIOS MOVIMENTOS VOLTADOS PARA MORADIA	HABITAÇÃO	MOVIMENTOS POPULARES
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	INCLUSÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS, ANTES IRREGULARES E MARGINALIZADOS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE MECANISMOS DE CONTROLE DO PREÇO DA TERRA PARA HIS	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	POUCOS RESULTADOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DE PRÉDIOS OCIOSOS NO CENTRO	HABITAÇÃO	MORADIA NA ÁREA CENTRAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	EFETIVO ACESSO DA BAIXA RENDA A HIS E HMP: HOJE HIS -R\$4.000 E HMP - R\$ 10.800(NÃO É BAIXA RENDA)	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	GOVERNO NÃO RESPEITOU CONVÊNIO ASSINADO E NÃO CONSTRUIU MORADIAS.	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A PARTICIPAÇÃO POPULAR	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	AUSÊNCIA DE EMPREGO NOS BAIRROS	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE EFETIVA AÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA PROCURAR ATENDER À DEMANDA HABITACIONAL	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA AINDA É O FOCO!	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE MECANISMOS QUE OBRIGUEM A CUMPRIR OS OBJETIVOS E METAS HABITACIONAIS	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	ÁREAS DE ZEIS NÃO FORAM OCUPADAS PARA ATENDER DEMANDA DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE HABITAÇÃO E OUTROS SETORES	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA	HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	PEQUENO NÚMERO DE UNIDADES CONSTRUÍDAS PELO PODER PÚBLICO	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	OCUPAÇÃO DE ÁREAS VERDES E MANANCIAS(POSITIVA PARA GRANDES PROPRIETÁRIOS)	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA E AÇÕES P/ INTERFERIR NA PROPRIEDADE PRIVADA E GARANTIR ACESSO A HIS.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	NÃO TER LEVADO O MODELO DE REGULARIZAÇÃO DE PARAISÓPOLIS PARA OUTROS BAIRROS	HABITAÇÃO	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	TEM ÁREA VAZIA GRANDE QUE NÃO É ZEIS E ESTÁ PRÓXIMA DE OCUPAÇÃO EM ÁREA DE RISCO(EX. CAMPO LIMPO)	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	HABITAÇÕES POPULARES(HIS) COM LOCALIZAÇÃO EM ZONEAMENTOS INADEQUADOS E/OU ILEGAIS	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Habitação - CONTRIBUIÇÕES GRUPOS				
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	A PRECARIIDADE DAS HABITAÇÕES - CONTINUAM SEM QUALIDADE DE VIDA AO CONTRÁRIO DO QUE DIZ O PLANO DIRETOR COM DEFICIÊNCIA DE APLICAÇÃO DO EIV.	HABITAÇÃO	CONJUNTOS HABITACIONAIS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	SUPER VALORIZAÇÃO DO SOLO DIFICULTA O USO DO MESMO POR PESSOAS DE BAIXA RENDA	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	EMPREGO PARA JOVENS	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	FALTA UBS	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	A BUROCRACIA FAZ COM QUE ESSE SONHO DEMORE PARA ACONTECER - HABITAÇÃO	HABITAÇÃO	BUROCRACIA
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	REQUALIFICAÇÃO DOS CORTIÇOS E LOCAÇÃO SOCIAL PARA RENDA MUITO BAIXA.	HABITAÇÃO	ALUGUEL SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	O GOVERNO NÃO TINHA UMA POLÍTICA VOLTADA PARA A HABITAÇÃO	HABITAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	NÃO VINGARAM AS ZEIS 4 (MANANCIAIS)	HABITAÇÃO	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	PARTICIPAÇÃO POPULAR MAIS EFETIVA NOS CONSELHOS(FALTOU)	GESTÃO DEMOCRÁTICA	CONSELHOS
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	AUSÊNCIA DE ÁREAS PARA CONVÍVIO SOCIAL	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	DEMORA PARA SE CONSEGUIR UMA MORADIA	HABITAÇÃO	PROVISÃO HABITACIONAL
GRUPO 8 HABITAÇÃO	GRUPO 8	OFERTA DE HIS NA ESCALA NECESSÁRIA(NÃO OCORREU)	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

REGISTRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

1ª ETAPA. Atividades de Avaliação Participativa

OFICINAS TEMÁTICAS

OFICINA HABITAÇÃO

Data: 04.05.2013 (manhã)

Local: UNINOVE BARRA FUNDA

Número de Participantes: 610 credenciados

Número de oficinas/ salas: (8)

Cartelas utilizadas: (2) cores, uma para cada questão.

Tema mais debatido: Os temas ZEIS, Provisão Habitacional e HIS foram os mais debatidos, seguidos pela necessidade de retomada do Plano Municipal de Habitação.

Objetivo das oficinas: Compartilhar as avaliações trazidas pela sociedade e avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais secretarias, sobre a aplicação do PDE de 2002.

Descrição da Atividade de Oficina Avaliativa:

1. AS OFICINAS AVALIATIVAS tiveram início com a apresentação da avaliação produzida pela equipe técnica de SMDU e SEHAB (HABI) sobre o tema específico – HABITAÇÃO - com duração de aproximadamente 40 minutos. Estiveram presentes na mesa: o Secretário de SMDU – Fernando de Mello Franco, a Secretária adjunta de SMDU – Tereza Herling, Márcia Terlizi (HABI), o Diretor do Departamento de Urbanismo de SMDU – Anderson Kazuo Nakano.

2. Na seqüência, os participantes reunidos em plenário foram divididos em salas de aproximadamente 40 pessoas. As salas estavam ambientadas com TNT e cartazes com o seguinte conteúdo:

3. Uma QUESTÃO apresentada para estimular o debate – **O QUE DEU CERTO E O QUE NÃO DEU CERTO NA HABITAÇÃO EM SÃO PAULO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS?**

3. Foi aplicada a técnica de visualização de idéias por cartelas. Os participantes foram convidados a anotar em cartelas, individualmente, respostas às perguntas formuladas. Nessa etapa os moderadores estavam disponíveis para atender quem solicitasse ajuda para a escrita.

4. Na seqüência, os presentes foram convidados a se agrupar em grupos de 5 a 8 pessoas para debater as idéias anotadas: comparar idéias semelhantes e identificar idéias conflitantes, de tal forma a apresentar uma cartela por idéia para os demais participantes da sala, não havendo restrição quanto ao número de idéias. Nesta oficina foram utilizadas cartelas de (2) cores, uma para cada questão (O QUE DEU CERTO E O QUE NÃO DEU CERTO).

5. Além de agrupar avaliações semelhantes, os grupos puderam construir, a partir do debate, novas avaliações além daquelas indicadas nas cartelas individuais.

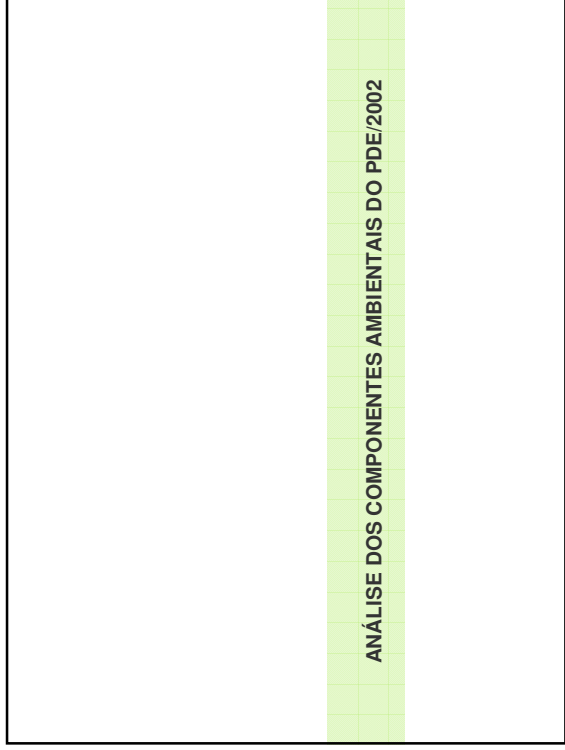
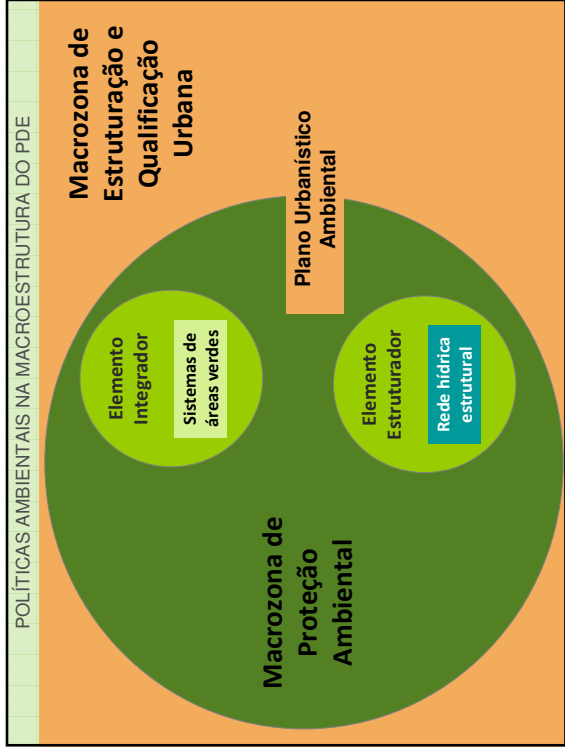
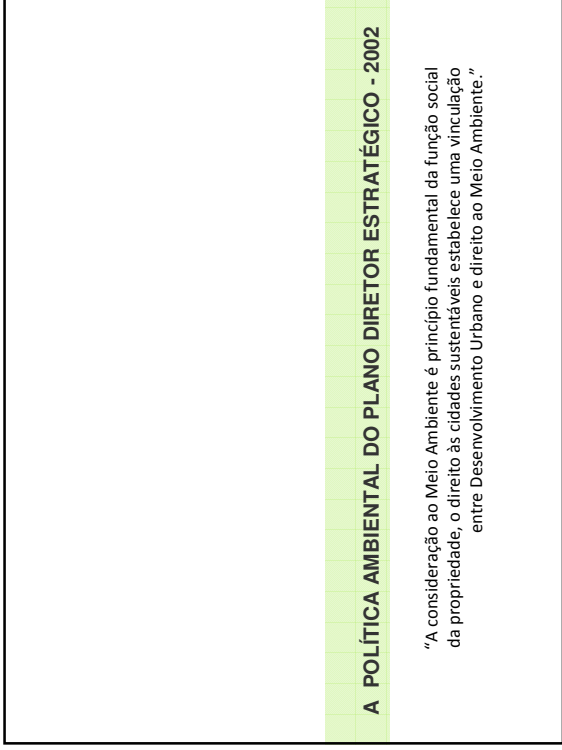
6. Um porta-voz indicado por cada subgrupo leu a idéia para a sala e entregou ao moderador, que teve como tarefa construir “nuvens” de idéias comuns, afixadas no TNT de acordo com a proximidade do assunto.
7. Afixadas no painel, de forma agrupada, todas as idéias produzidas pelo grupo, cada participante foi convidado a escolher até (3) propostas que considerasse mais importante dentro daquele conjunto. As (5) idéias mais votadas foram levadas para o plenário pelo porta-voz indicado pela sala.
8. Lidas as idéias mais votadas, a mesa abriu algumas rodadas de inscrições para a plenária, com a possibilidade de novas contribuições.
9. Além disso, houve também a possibilidade de entrega de contribuições por escrito, em formulários padrão.
10. Para registro no banco de contribuições desta atividade, foram consideradas todas as cartelas com contribuições (provenientes dos subgrupos e votadas pelo grupo para apresentação na plenária), as falas individuais feitas em plenária e as contribuições por escrito.

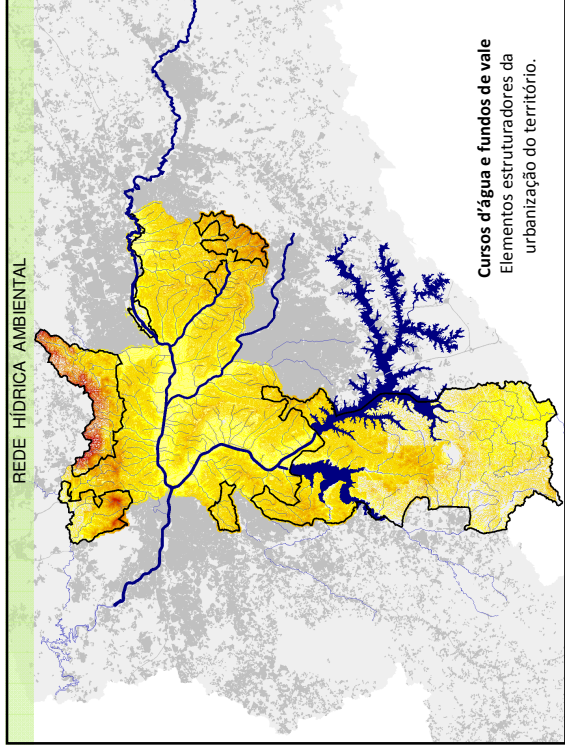
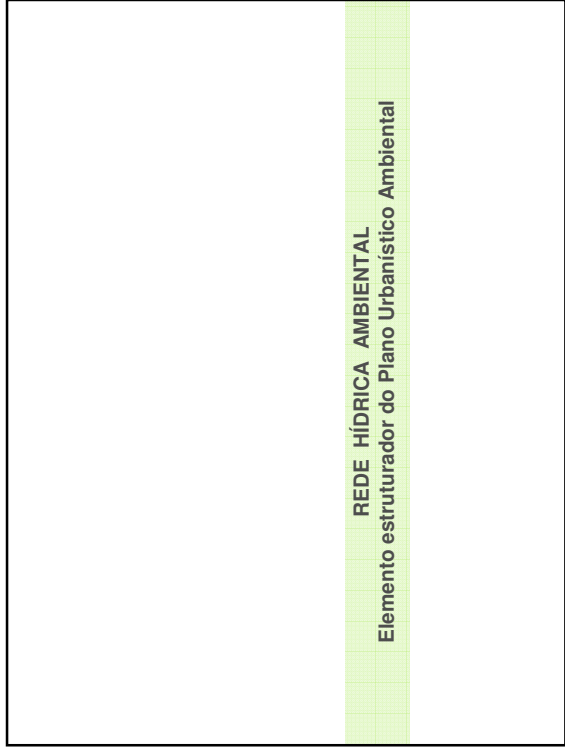
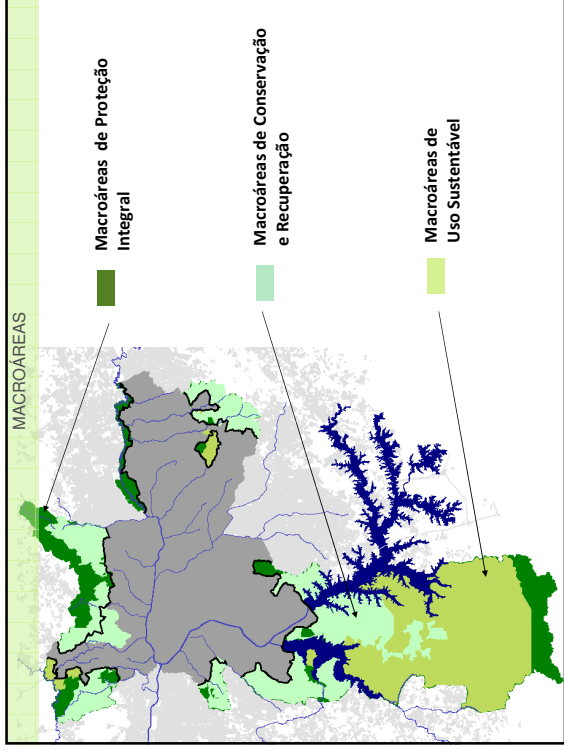
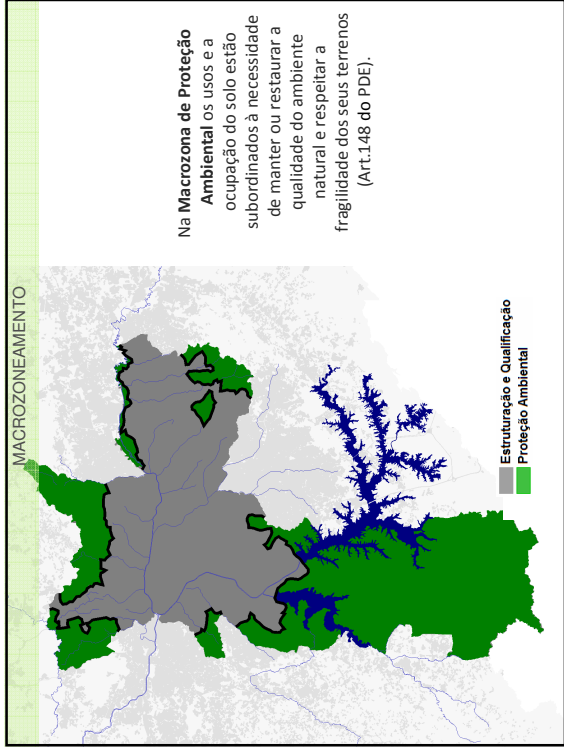
Avaliação da Oficina HABITAÇÃO: Houve significativa participação dos movimentos de habitação nesta oficina. Os participantes estavam bem preparados, com pautas pré-discutidas e puderam defender suas avaliações de forma bastante democrática. Houve mais consensos do que idéias discordantes. De maneira geral, os participantes apontaram como positiva a realização das oficinas. Todas as avaliações levadas para o painel foram registradas no banco de dados. O fato de colocar todas as avaliações em um painel permitiu aos presentes visualizar o conjunto rico de contribuições e, ao mesmo tempo, escolher nesse conjunto, no exercício da eleição das mais importantes, outras propostas além daquelas construídas por cada um individualmente ou pelo seu subgrupo de debate.

Meio Ambiente – 04/05/2013

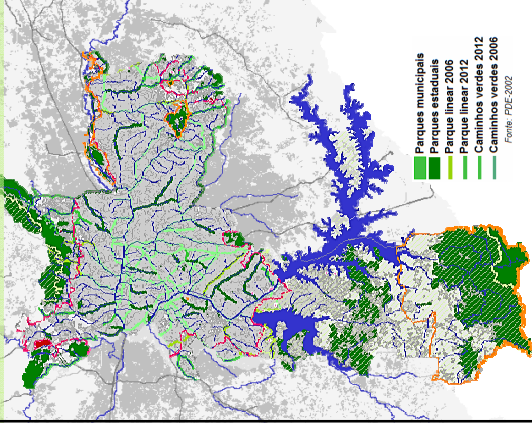
Meio Ambiente – 04/05/2013







REDE HÍDRICA AMBIENTAL



OBJETIVOS

- ampliar as áreas verdes;
- ampliar os parques lineares;
- recuperar áreas degradadas;
- reassentamento de população na mesma sub-bacia.
- promover ações de saneamento ambiental;
- promover vias de circulação de pedestres e ciclovias.



Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale (PDE Art.106)

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE CURSOS D'ÁGUA E FUNDOS DE VALE

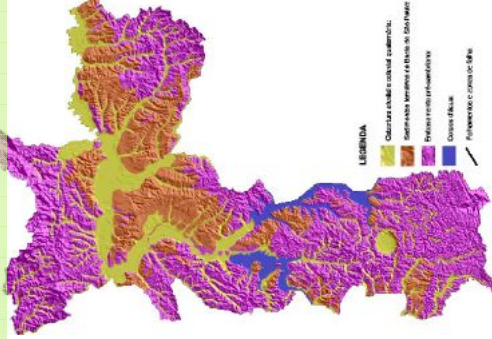


A implantação do **Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale** envolve a articulação de políticas públicas e ações de recuperação despoluição e reassentamento da população.



Córrego Itaim - Subprefeitura Itaim Paulista

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE CURSOS D'ÁGUA E FUNDOS DE VALE



Fonte: Atlas Ambiental do MSP. SIMA & SEMPLA, 2004.

- O PDE ousou adotar a rede hídrica como um elemento estruturador da cidade, objetivando reconhecer as características ambientais do território do município.

- Mas, o **Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale** efetivou apenas a implantação de parques lineares e de caminhos verdes para a recuperação ambiental de alguns fundos de vale, já que o desenvolvimento da cidade desconsiderou elementos ambientais importantes, dificultando intervenções na rede hídrica.

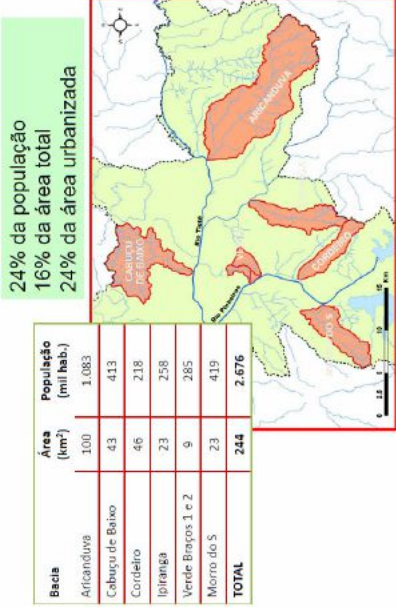
DRENAGEM URBANA

A Drenagem Urbana é uma das Políticas Ambientais do PDE. Tem a finalidade de estabelecer equilíbrio entre a urbanização e os processos integrantes do sistema de drenagem: absorção, retenção e escoamento de águas pluviais, interromper o processo de impermeabilização do solo; disciplinar a ocupação das cabeceira e várzea; desenvolvimento de projetos de drenagem entre outras ações estabelecidas.

- Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale – PROCAV 2 (implantado);
- Programa Córrego Limpo (implantado);
- Plano Diretor de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais de São Paulo (PMAP-SP) (a ser implantado).

DRENAGEM URBANA

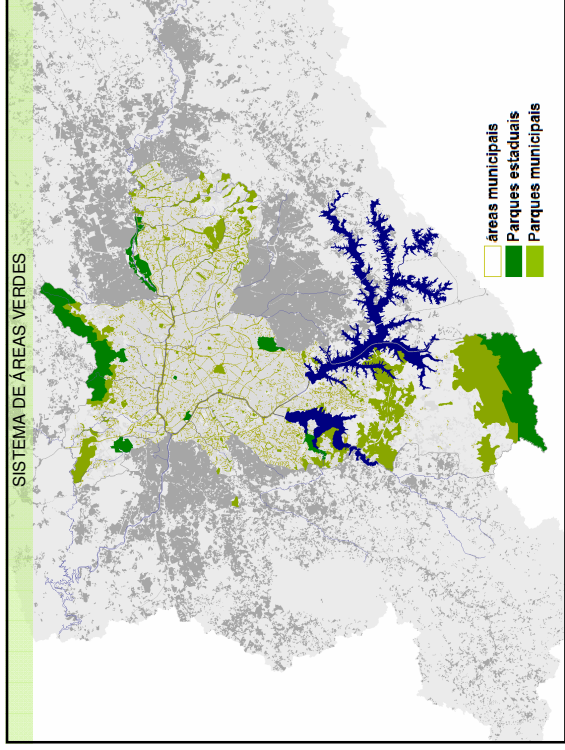
O Plano Diretor de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais de São Paulo (PMAPSP) prevê programas de drenagem para seis bacias prioritárias.



AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES

SISTEMA DE ÁREAS VERDES

- Um dos Elementos Integradores da cidade.
 - Espaços significativos arborizados e arborizados de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana.
- Avaliação:
- O Sistema de áreas verdes não se efetivou como elemento integrador conforme previsto no PDE, pois faltou articulação com as políticas setoriais.
 - A implementação do Sistema de não contou com instrumentos urbanísticos (ex.: transferência do potencial construtivo)
 - Não há vinculação do sistema de áreas verdes com a política de espaços públicos, uma das Políticas Ambientais (capítulo III PDE)



CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

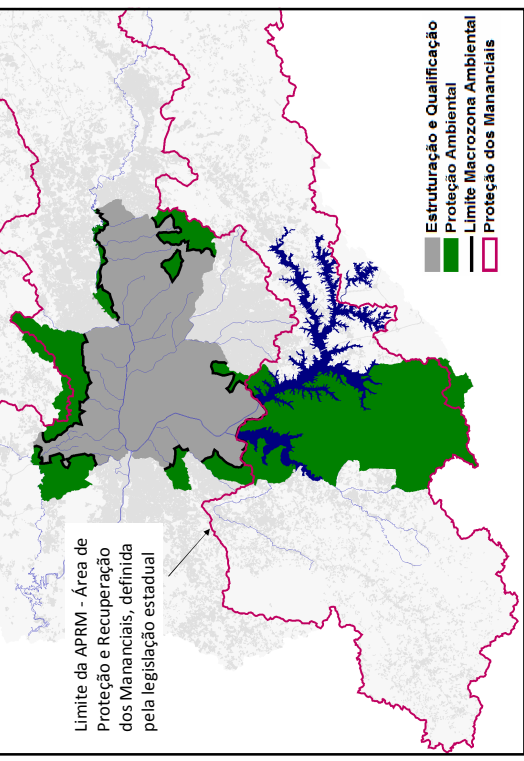
Características Geotécnicas do Sítio Físico



▪ Carta Geotécnica do Município de São Paulo, 1993

CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

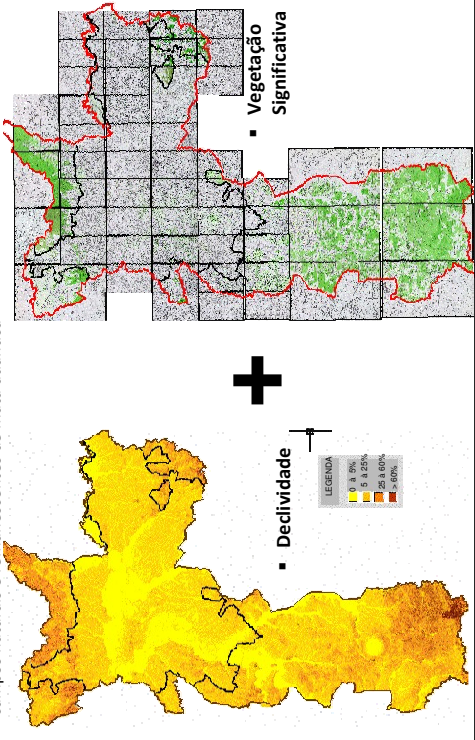
Limite da APRM - Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, definida pela legislação estadual



AVALIAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Critérios utilizados no PDE/2002

CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Características morfológicas e áreas com vegetação arbórea significativa, campos naturais e remanescentes de mata atlântica



CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

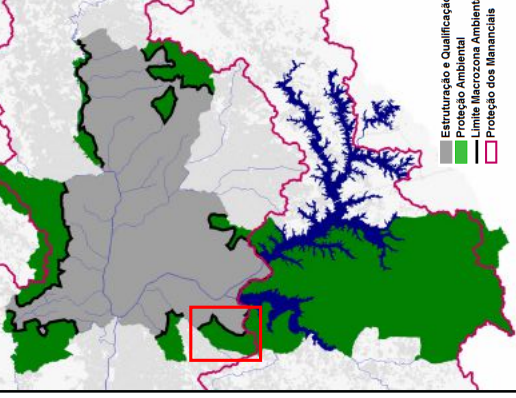
Limites das antigas zonas rurais (Z8-100).



CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A Macrozona de Proteção Ambiental incluiu as Bacias Billings e Guarapiranga (APRM).

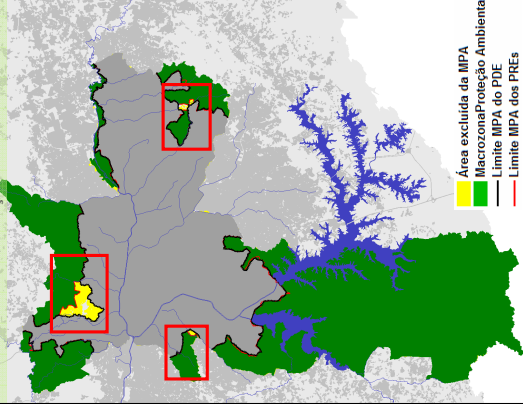
As áreas de risco geotécnico (M'Boi Mirim e Campo Limpo) também estão incluídas na Macrozona.



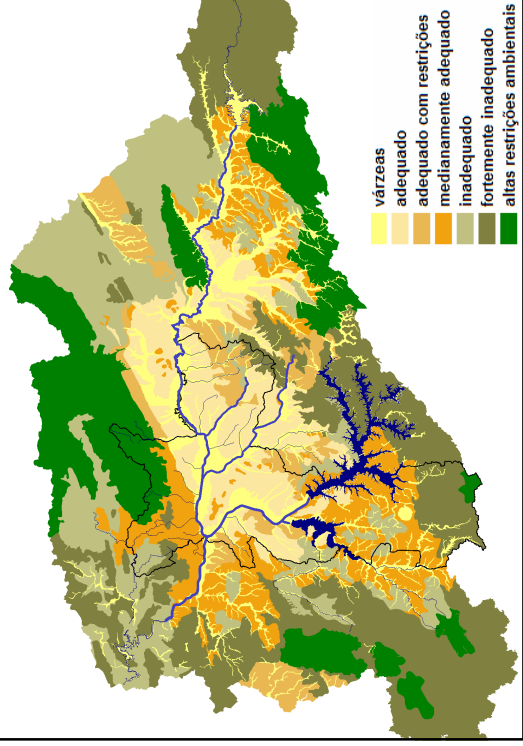
ALTERAÇÃO DE LIMITES DO PDE/2002 PELOS PRE's (2004)

Na elaboração dos Planos Regionais do PRE (Lei 13.885/04) aconteceram alterações nos limites da Macrozona de Proteção Ambiental.

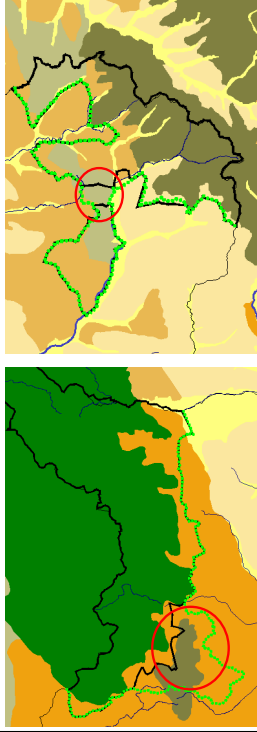
Art. 256. "Os perímetros da Macrozona de Proteção Ambiental passam a ser aqueles delimitados na Parte II desta lei, nos Mapas nº 04 dos Livros dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, e a área restante do Município, por exclusão, integra a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana." (PRE - Lei 13.885/04)



APTIDÃO FÍSICA AO ASSENTAMENTO URBANO

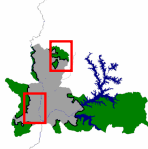


APTIDÃO FÍSICA AO ASSENTAMENTO URBANO



A alteração de limites da MPA – nos PRE – excluiu áreas classificadas como inadequadas ao assentamento urbano, sujeitas a fatores de risco.

- várzeas
- adequado
- adequado com restrições
- medianamente adequado
- inadequado
- fortemente inadequado
- altas restrições ambientais



Zona Norte – Rua Dep. Gouveia Franco



Zona Leste – Rua Joaquim Amaral



Jaraguá – Favela Chica Luisa



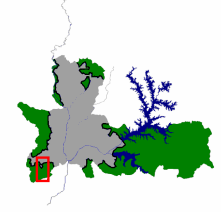
Zona Norte – córrego Camivete – R. Dom Tomas Nazorina

DELIMITAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: CONFLITO



Exemplo de conflito provocado pelo traçado do limite da Macrozona de Proteção Ambiental, seccionando loteamento.

Distrito Anhanguera - loteamento Residencial Sol Nascente.



AVALIAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Dinâmica urbana: Adensamento e Expansão Urbana

MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: ADENSAMENTO E EXPANSÃO URBANA



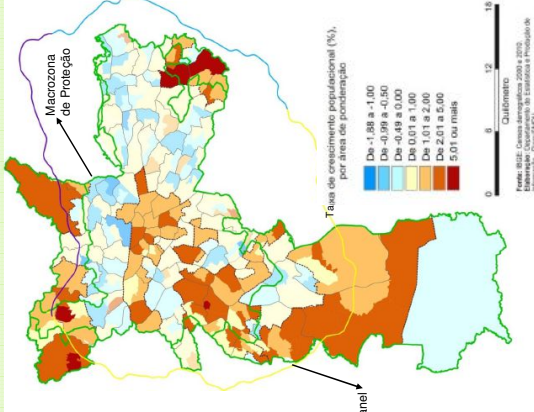
Fonte: Google Earth, 2010.

Na Macrozona de Proteção Ambiental, análises demográficas (2000 - 2010) demonstram incremento nas densidades populacionais urbanas. No entanto, observa-se que não houve "espraçamento" significativo da mancha urbana.

ADENSAMENTO E EXPANSÃO URBANA: CRESCIMENTO POPUCIONAL NA MPA

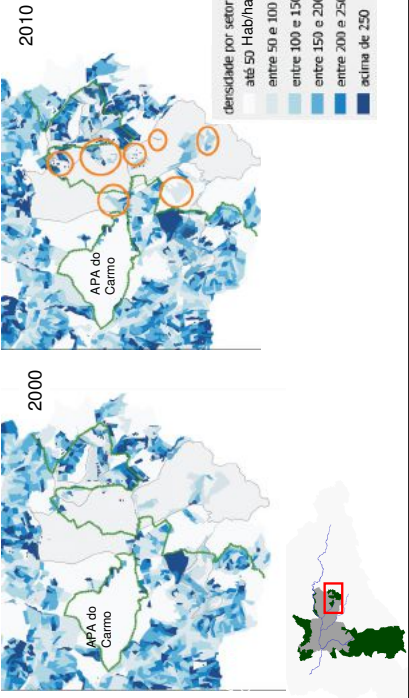
Taxa de Crescimento Anual da População 2000 -2010

As áreas situadas na Macrozona de Proteção Ambiental apresentaram taxas de crescimento populacional significativas, alcançando índices de crescimento superiores a 5% ao ano.



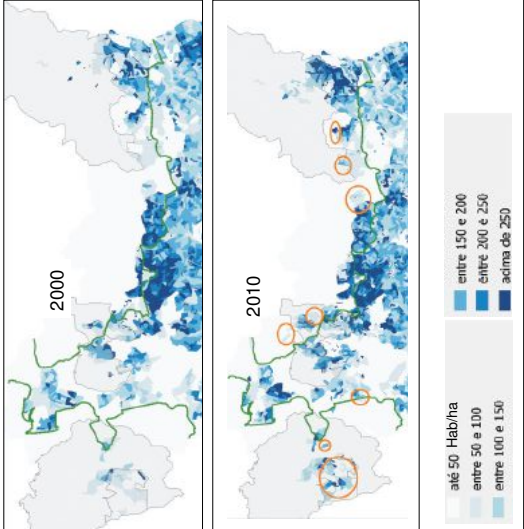
DINÂMICA URBANA NA MPA: AUMENTO DA DENSIDADE POPUCIONAL – REGIÃO LESTE

No período de 2000 a 2010, observam-se ocorrências de **adensamento populacional** sobre sítio físico frágil, relacionado com as cabeceiras da Bacia do Aricanduva estabelecendo competição com áreas de agricultura.

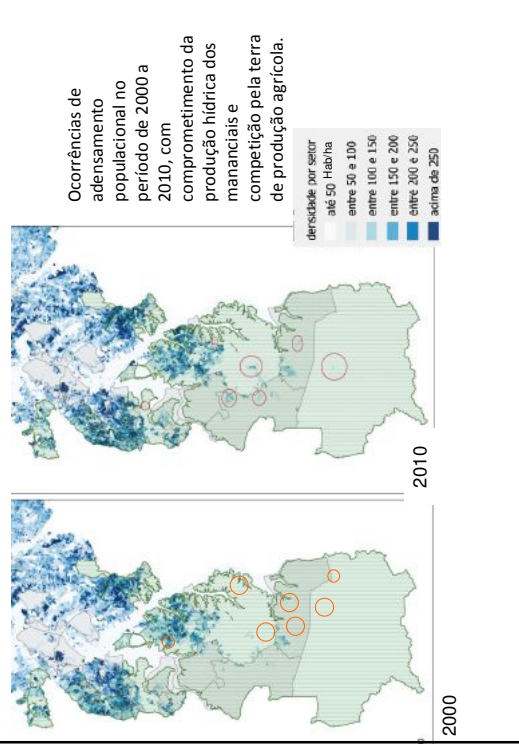


DINÂMICA URBANA NA MPA: AUMENTO DA DENSIDADE POPUCIONAL – REGIÃO NORTE

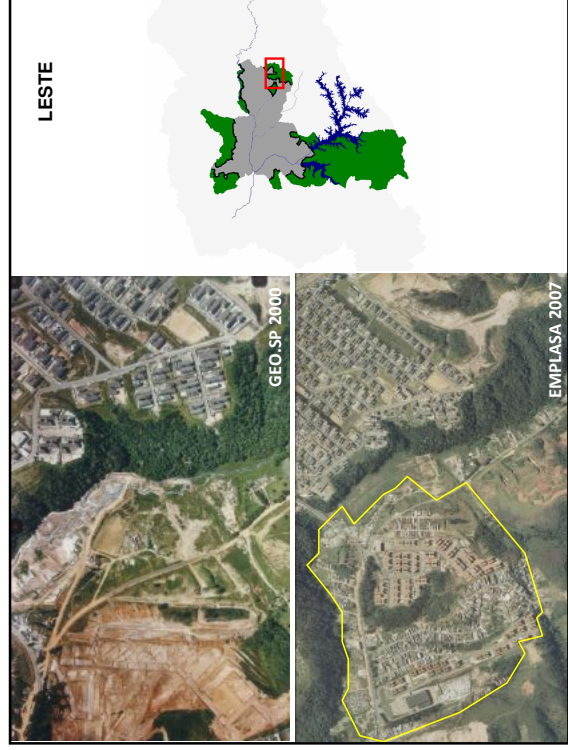
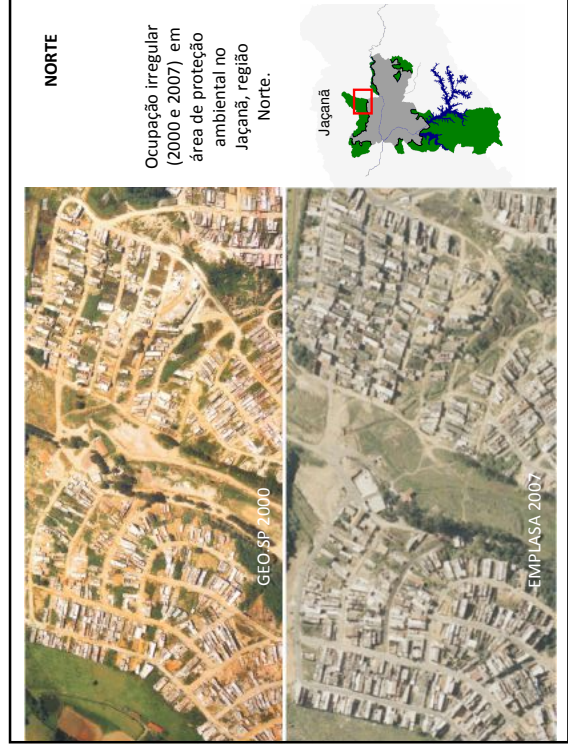
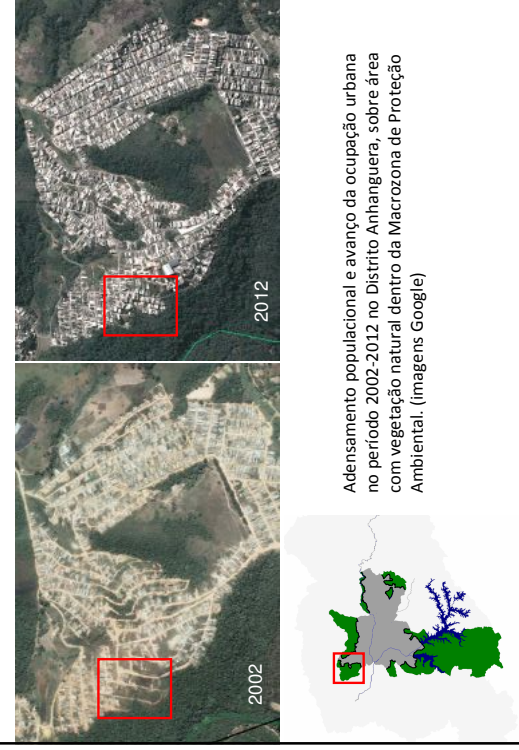
Ocorrência de **adensamento populacional** na Macrozona de Proteção Ambiental no período de 2000 a 2010, com consequências negativas sobre áreas de importância ecológica metropolitana. A Noroeste, possível influência da implantação do Rodanel.

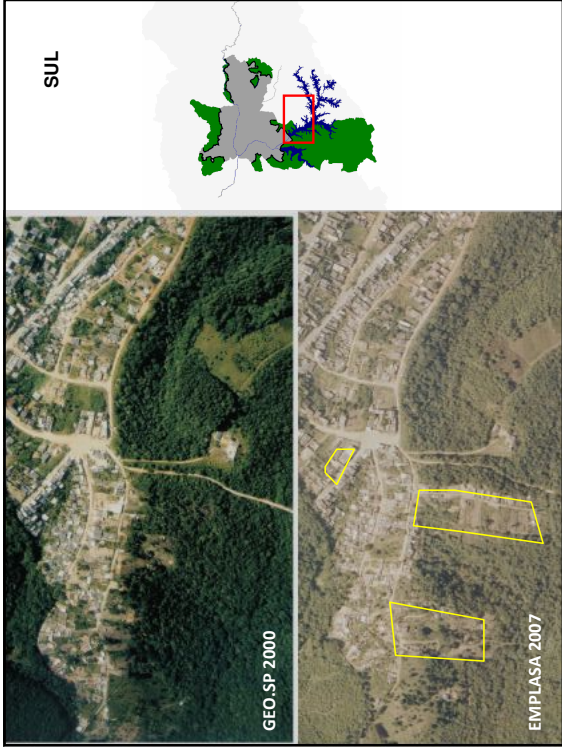


DINÂMICA URBANA NA MPA: AUMENTO DA DENSIDADE POPULACIONAL – REGIÃO SUL



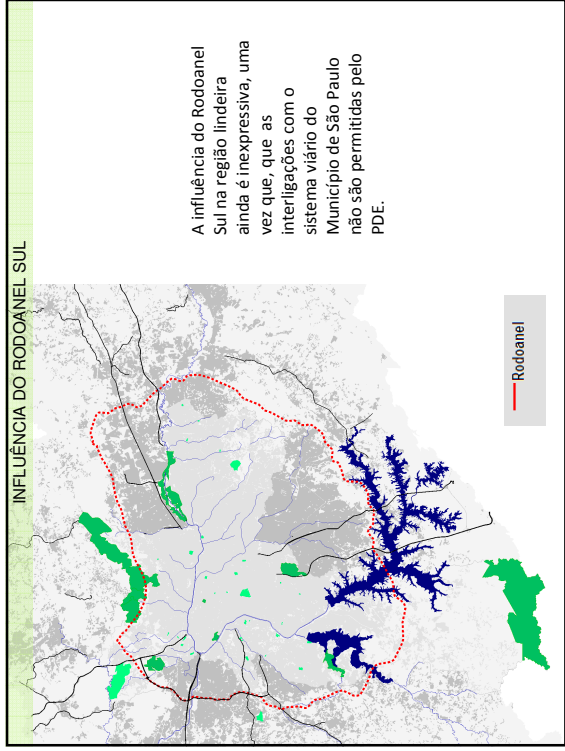
DINÂMICA URBANA NA MPA: AUMENTO DA DENSIDADE POPULACIONAL – REGIÃO NORTE



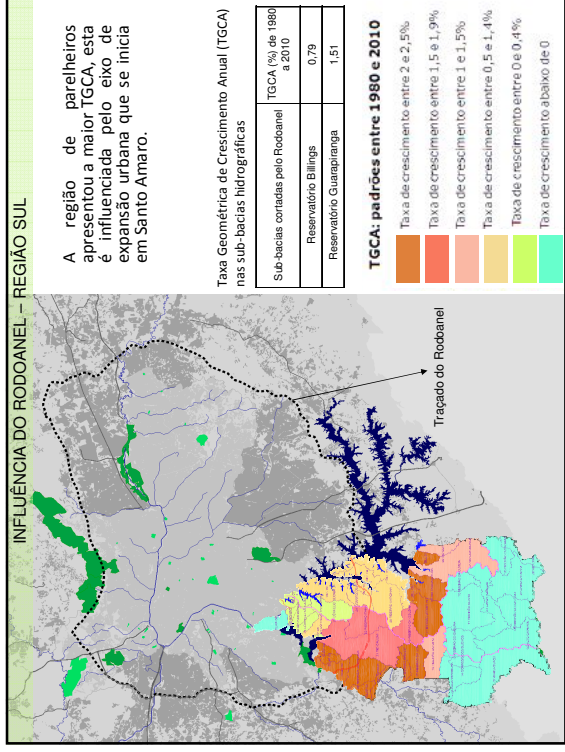


AVALIAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Influência do Rodãoel Sul

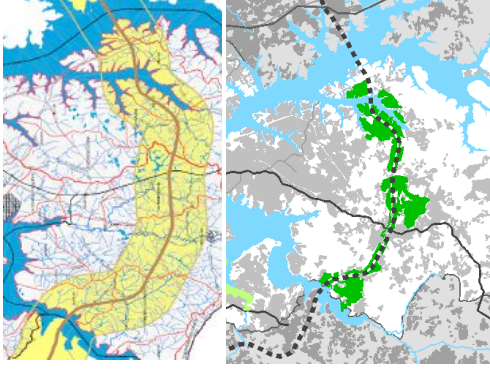


A influência do Rodãoel Sul na região litorânea ainda é inexpressiva, uma vez que, que as interligações com o sistema viário do Município de São Paulo não são permitidas pelo PDE.



A região de paralelos apresentou a maior TGCA, esta é influenciada pelo eixo de expansão urbana que se inicia em Santo Amaro.

INFLUÊNCIA DO RODOANEL – REGIÃO SUL

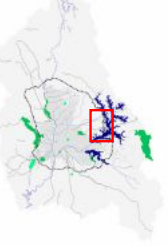


O PDE estabeleceu que:

- Na Macrozona de Proteção Ambiental ao longo do rodovial Sul ficam reservadas faixas de 300 metros, destinadas à implantação de parques, com a função de barreira à expansão urbana (Art. 223).



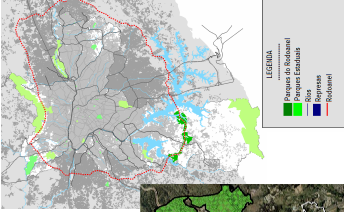
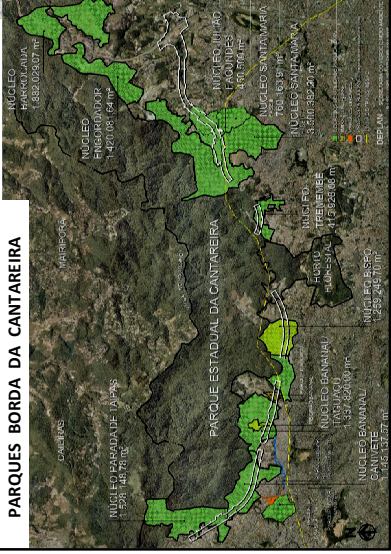
A diretriz do PDE resultou na criação de quatro núcleos de parques.



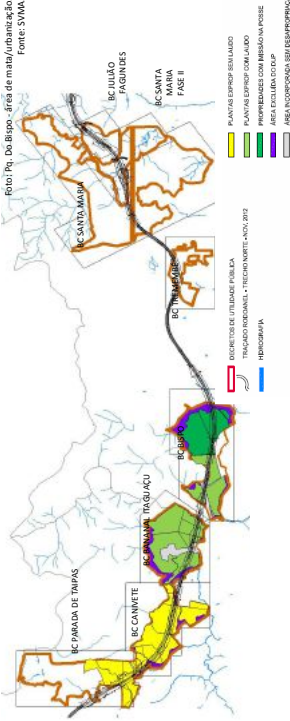
INFLUÊNCIA DO RODOANEL NORTE

O Rodoanel Mario Covas Trecho Norte tem o objetivo de completar o anel rodoviário integrado pelos Trechos Oeste, Sul e Leste, interligando as principais rodovias que chegam à RMSP.

PARQUES BORDA DA CANTAREIRA



RODOANEL NORTE - Parques Borda da Cantareira (Proposta SVMA)



Tendo em vista que o traçado do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas causa interferência nas áreas para implantação dos parques municipais da Borda da Cantareira, previstos nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e Plano Diretor, recomendamos a otimização desse traçado e das soluções de projeto e obra, para que a rodovia e os parques municipais sejam implantados de forma integrada e compatibilizada para efetivação do “efeito barreira” esperado.

AVALIAÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL O território rural e urbana no PDE

RURAL E URBANO NO PDE

- O instrumento de Transferência do Potencial Construtivo Virtual – aplicável aos imóveis, lotes ou glebas na MPA, em ZEPAG – ainda não está regulamentado. É fundamental que sua conceituação clara e seus critérios de aplicabilidade sejam definidos, promovendo políticas para a permanência do agricultor na terra, valorizando as suas atividades;

- A atividade agrícola no município não está restrita apenas à ZEPAG, mas ocorre também em ZPDS, ZLT e em ZEPAM, sendo necessário, por isso mesmo, estabelecer política para a atividade e não para a zona;

RURAL E URBANO NO PDE

Região Sul – Subprefeitura de Parelheiros



AGRICULTORES EM PARELHEIROS

Levantamento de Agricultores do Município de São Paulo
Projeto Agricultura Limpa – Protocolo de boas práticas agroambientais (SVMA)

Áreas de produção agrícola

Núcleos Urbanos

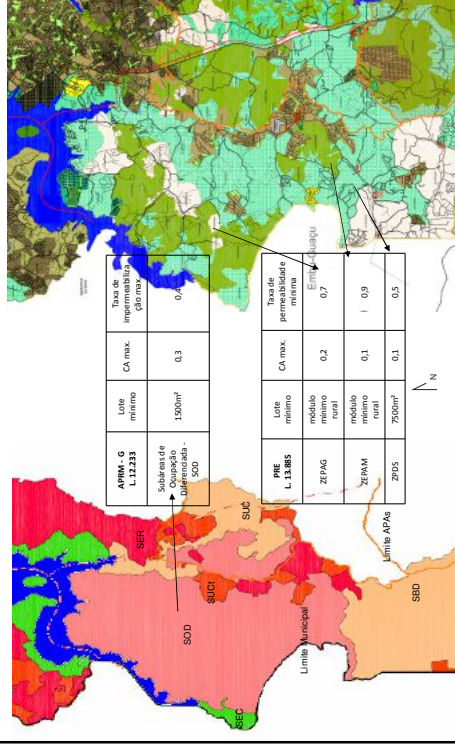
AValiaÇÃO DA MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Compatibilização com Leis Específicas

COMPATIBILIZAÇÃO COM LEIS ESPECÍFICAS

- Após a promulgação do PDE e na vigência do PRE, após 2004, as Leis 12.233/06 (APRM-Guarapiranga) e 13.579/09 (APRM – Billings) definem novos parâmetros urbanísticos para o território dos mananciais localizados ao sul do município de São Paulo, com o intuito de proteção e recuperação dessas áreas após três décadas da aprovação da Lei 1.172/76.
- Deverá haver compatibilização entre os conceitos de preservação e recuperação propostos para a Macrozona de Proteção Ambiental e as leis específicas das APRM Billings e Guarapiranga;
- No entanto, há conflitos entre os parâmetros de uso e ocupação do solo definidos entre as legislações, estadual e municipal.

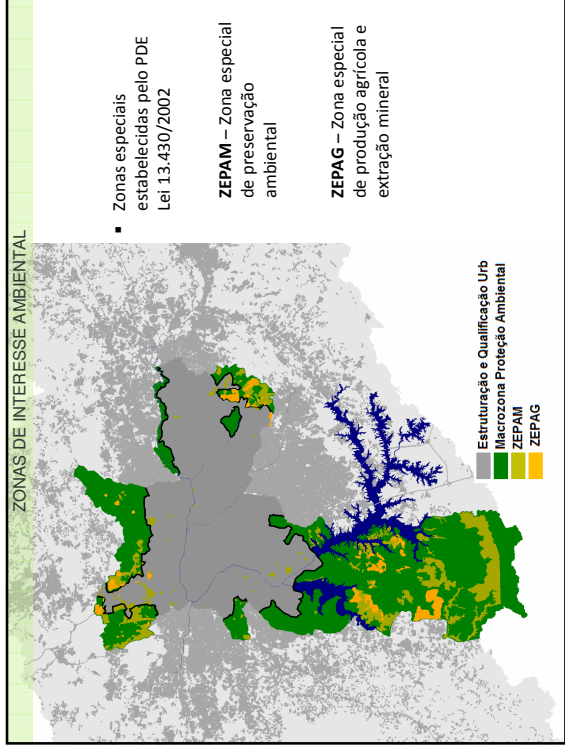
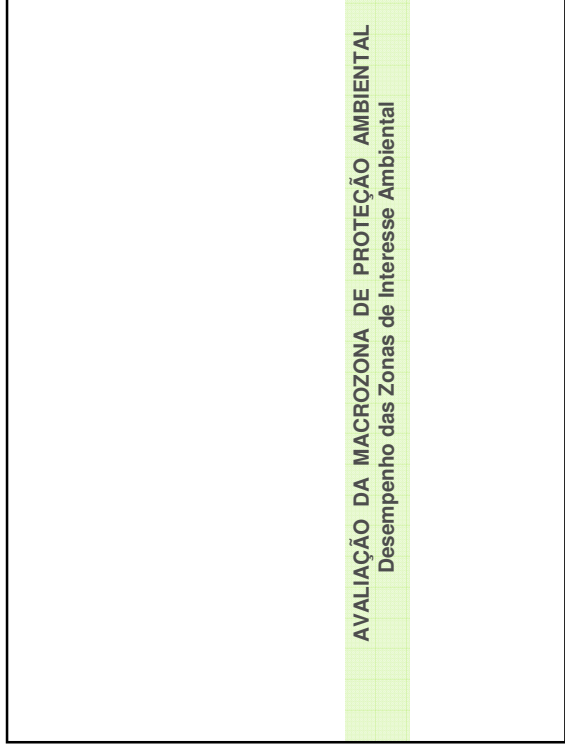
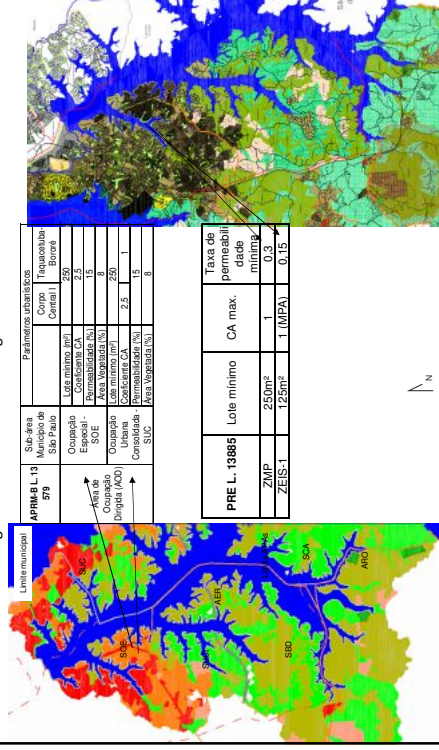
COMPATIBILIZAÇÃO COM LEIS ESPECÍFICAS - Guarapiranga

A Lei Estadual 12.233/2006 e o Decreto 51.686/2007 dispõem sobre medidas de proteção e recuperação ambiental da Bacia do Guarapiranga - APRM-G. Órgãos estaduais e municipais devem observar as normas ambientais e urbanísticas definidas nessa lei.

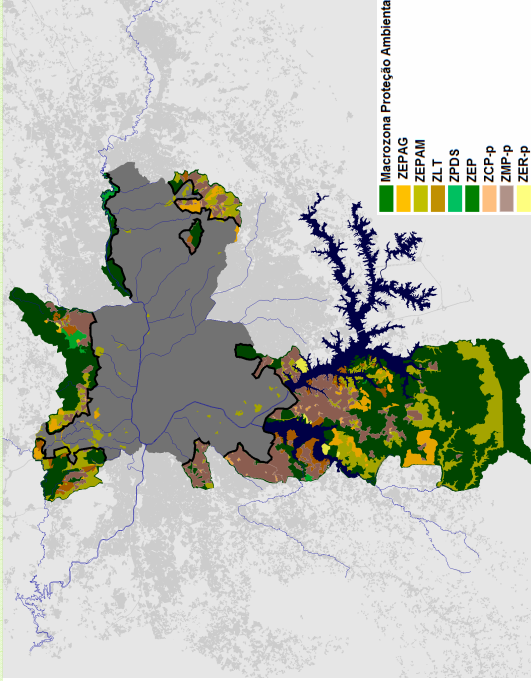


COMPATIBILIZAÇÃO COM LEIS ESPECÍFICAS - Billings

A Lei Estadual 13.579/2009 dispõe sobre medidas de proteção e recuperação de mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B. O Decreto nº 55.342/2010 regulamenta os dispositivos da Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009, que declara a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – APRM-B.



ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL



ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL: AVALIAÇÃO

ZMp na Macrozona de Proteção Ambiental (MPA) e
ZMp na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana (MEQ)

- As diretrizes diferenciadas de recuperação, proteção e preservação, que definem a Macrozona de Proteção Ambiental – MPA, muitas vezes não se expressam nos parâmetros urbanísticos das zonas de uso e ocupação do solo;
- Na ZMp (denominação da zona mista na MPA) há pouca diferença entre índices e parâmetros para MPA e daqueles da Macrozona de Estruturação e Qualificação, como o tamanho de lote e taxa de permeabilidade;
- Dentro da MPA, os parâmetros para cada zona de uso e zonas especiais diferem entre si, em subprefeituras diferentes. Isto faz com que não reflitam diretrizes claras de uso e ocupação para a situação da Macrozona de Proteção Ambiental.

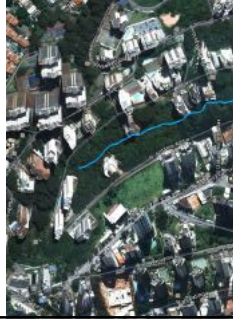
ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL AVALIAÇÃO

ZEPAM na Macrozona de Proteção Ambiental (MPA) e
ZEPAM na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana (MEQ)

- Coloca sob os mesmos parâmetros de proteção situações muito distintas que mereceriam tratamento diferenciado, como por exemplo áreas com cobertura vegetal arbórea e áreas de recuperação ambiental;
- A não aplicação de instrumentos de incentivos à conservação em áreas grafadas como ZEPAM dificultou a manutenção das condições ecológicas destas áreas;
- O conceito ZEPAM contempla na mesma categoria áreas de proteção (pelo seu atributo ambiental) e áreas de alto risco, mas não inclui possibilidades de tratamento diferenciado para conservação e recuperação;

Aspectos positivos:

- Efetivamente se constituiu em instrumento orientador para o planejamento de parques;
- Com exceção das áreas onde incidiu “direito de protocolo”, a ZEPAM evitou a ocupação urbana sobre áreas frágeis e importantes para a biodiversidade.



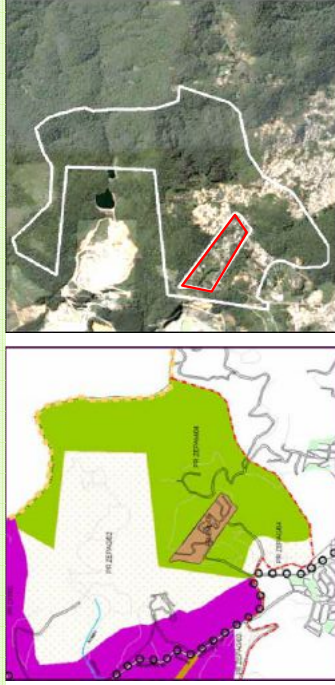
Vila Andrade



Áreas com características de ZEPAM delimitadas como Zona Mista, com perda para a cidade, de espaços com vegetação arbórea significativa.



ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ZEPAM



Perus – Zona Norte

ZEPAM com nascentes do Córrego do Tanique, parte ocupada e loteada que tem delimitada em seu interior uma ZVip, o que favorece a pressão do avanço de ocupação irregular sobre a área de mata.

ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ZEPAM

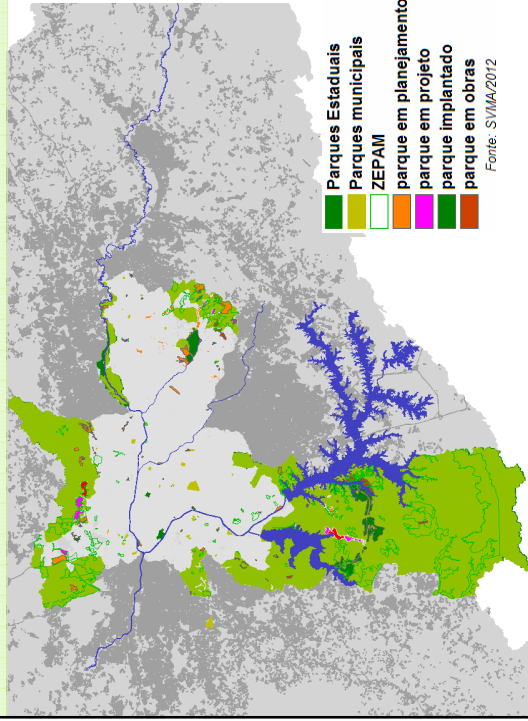


Guaianases – Zona Leste

ZEPAM: GU ZEPAM/01 (mineração)

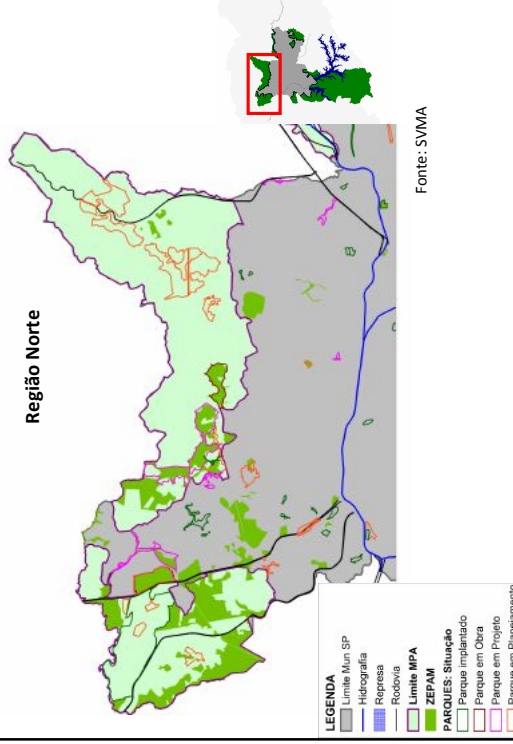
Área de mineração em Guaianases, Zona Leste, delimitada como ZEPAM, com o objetivo de recuperar ambientalmente para futuro parque.

ZEPAM: INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO DE PARQUES

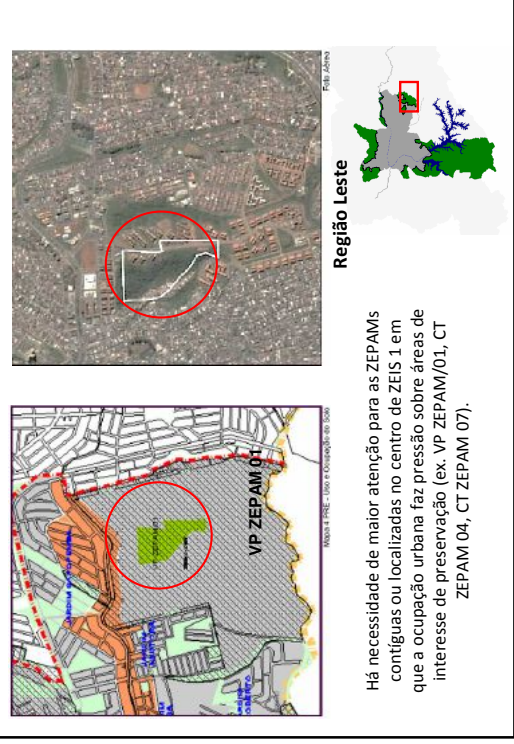
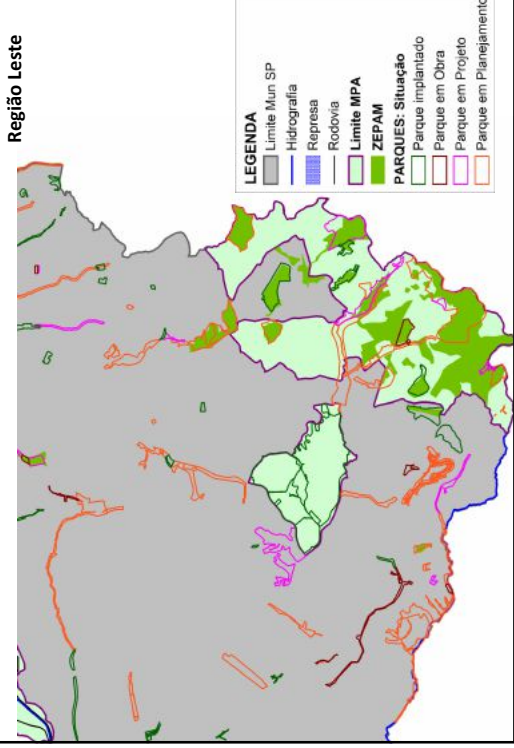
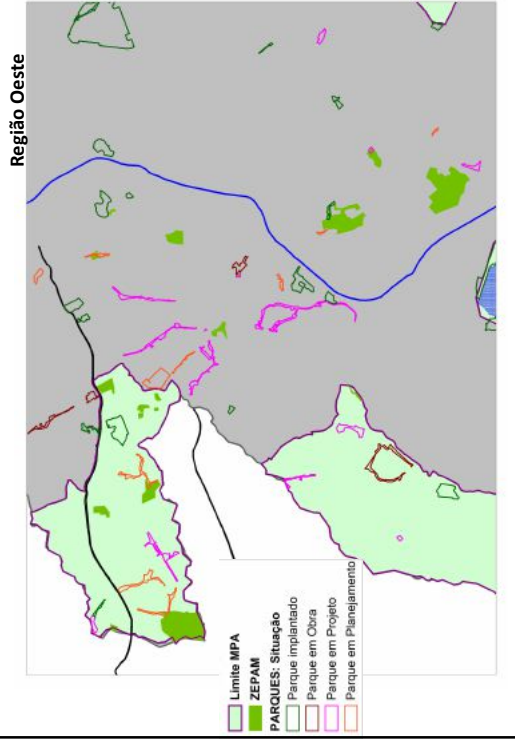
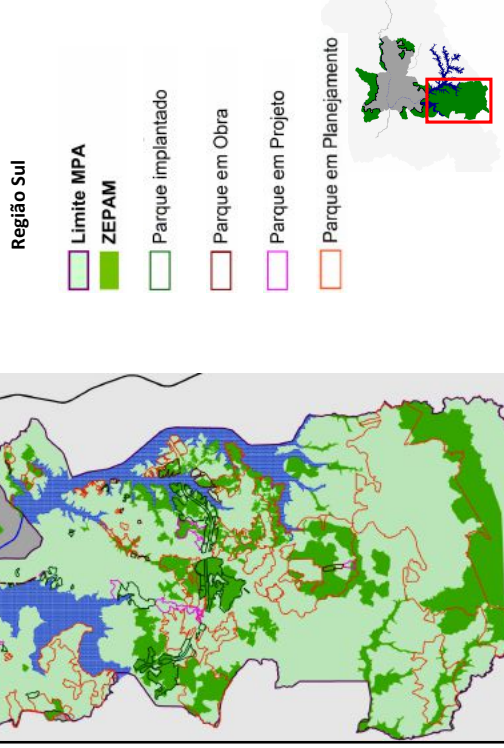


- Parques Estaduais
 - Parques municipais
 - ZEPAM
 - parque em planejamento
 - parque em projeto
 - parque implantado
 - parque em obras
- Fonte: SVMA/2012

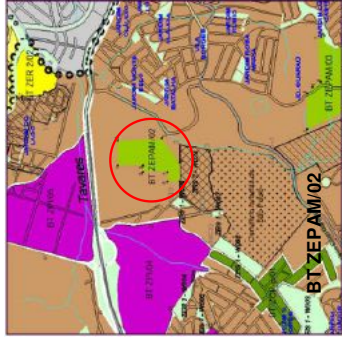
ZEPAM: INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO DE PARQUES



- LEGENDA
 - Limite Mun SP
 - Hidrografia
 - Represa
 - Rodovia
 - Limite MPA
 - ZEPAM
 - PARQUES: Shuição
 - Parque implantado
 - Parque em Obra
 - Parque em Projeto
 - Parque em Planejamento
- Fonte: SVMA



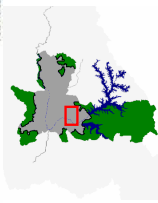
ZEPAM e ZEIS2



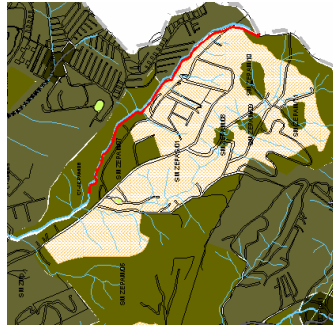
ZEPAM no Butantã, contígua a ZEIS 2 em que ambos os perímetros caracterizam-se pela presença de cobertura vegetal densa (ex. BT ZEPAM/02)



Região Oeste



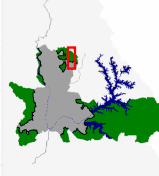
ZEPAG: PROBLEMAS DE ENQUADRAMENTO



Perímetro de ZEPAG-01 em São Mateus inclui áreas industriais – atividade não permitida.



Região Leste



ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ZEPAG

ZEPAG - Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral

- A atividade agrícola existente supera as áreas enquadradas como ZEPAG e está também presente em ZPDS;
- As ZEPAGs enquadram áreas de atividade minerária, no entanto, as áreas hoje grafadas so contemplam as áreas de mineração existentes (desativadas ou em funcionamento). Não contemplam as áreas com potencial mineral;
- Existem várias ZEPAGs que não tiveram atividade agrícola ou de extração mineral identificadas, parecem ser áreas livres ou com cobertura vegetal arbórea densa.

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ZPDS

- O conceito é aplicado em territórios distintos, tanto na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais quanto na Zona Leste;
- Apesar de ser uma das zonas com o menor número de perímetros é a zona que soma a maior área (209 km²);
- As características da ZPDS aparentemente estão de acordo com o grau de proteção dos recursos naturais que elas requerem. Há predominância de áreas com cursos hídricos e cobertura vegetal arbórea;
- A ZPDS por ter sido definida posteriormente pela 13.885/04, é mais abrangente, incorporando atividade de produção agrícola, prevista como ZEPAG no PDE;
- Possui parâmetros de ocupação mais flexíveis dentre as demais zonas de interesse ambiental.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

EIA/RIMA: Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

EIV/RIVI: Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança

EVA: Estudo de Viabilidade Ambiental

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Licença Ambiental Prévia (**LAP**) para empreendimentos ou atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio, será emitida somente após avaliação do prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

A Licença Ambiental de Instalação (**LAI**) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

A Licença Ambiental de Operação (**LAO**) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

EIA/RIMA: Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos e atividades capazes, sob qualquer forma de causar significativa degradação ambiental, de acordo com a Lei No. 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente), ou legislação que venha a sucedê-la, dependerão de prévio licenciamento do órgão municipal competente (Art. 256 do PDE).

- As licenças ambientais poderão ser concedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, compreendendo a sequência: LAP => LAI => LAO.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

EIV/RVI: Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhaça

Quando o impacto ambiental previsto corresponder basicamente à alteração das características urbanas do entorno, os empreendimentos ou atividades, especificados em lei municipal, estarão dispensados da obtenção da licença ambiental, mas estarão sujeitos à avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhaça e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhaça (EIV/RVI) por parte do órgão ambiental municipal competente, previamente à emissão das licenças ou alvarás de construção, reforma ou funcionamento.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

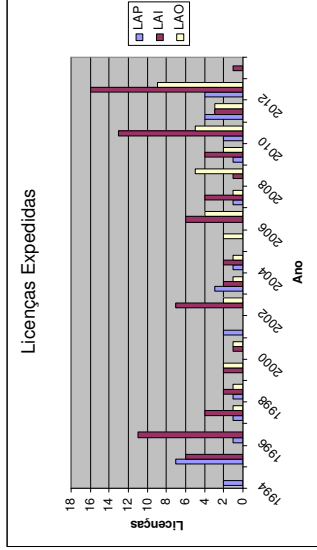
EVA: Estudo de Viabilidade Ambiental

O Estudo de Viabilidade Ambiental é um instrumento não previsto pelo PDE, mas utilizado no Licenciamento Ambiental no Município de São Paulo.

Este estudo será exigível para empreendimentos e atividades de menor potencial de degradação ambiental, adequando-se à abrangência e natureza dos aspectos analisados e às peculiaridades do empreendimento ou atividade e de sua localização (Art. 2, § 2º da Resolução nº 61 CADES/2001).

O EVA será objeto de avaliação e deliberação pelo Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT da SVMA -, previamente à concessão da licença ambiental solicitada (Art. 5, § 2º da Resolução nº 61 CADES/2001).

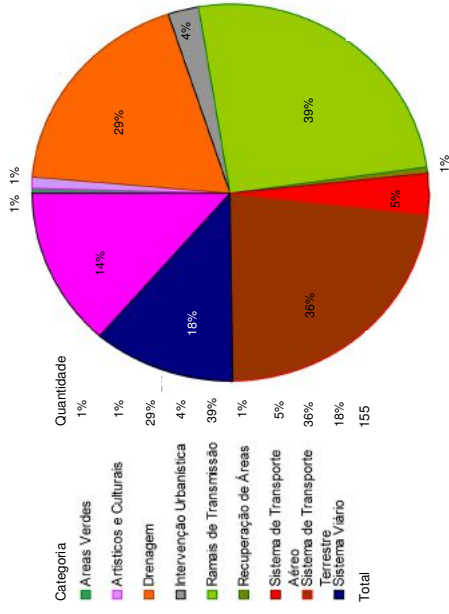
AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



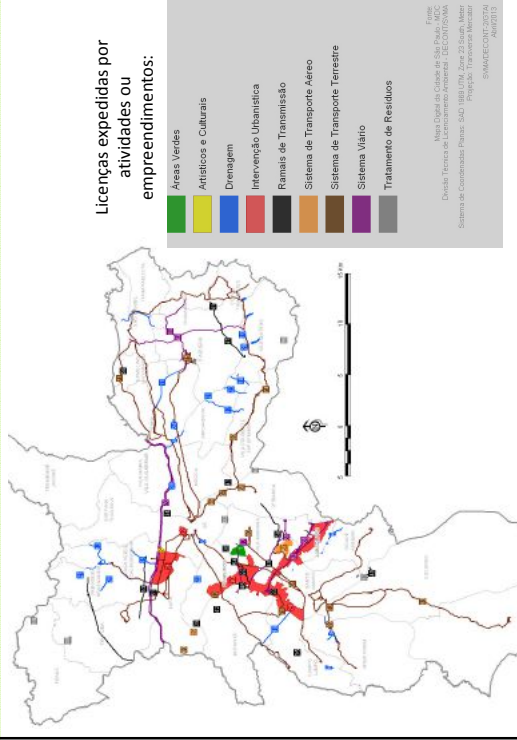
Licenças Ambientais Prévias (LAP): 30
 Licenças Ambientais de Instalação (LAI): 85
 Licenças Ambientais de Operação (LAO): 40
 TOTAL DE LICENÇAS: 155

AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenças expedidas por atividades ou empreendimentos



AValiação DO INSTRUMENTO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



AValiação DO INSTRUMENTO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Fortalecimento do órgão ambiental municipal – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente;
- Ampliação dos canais de participação da sociedade civil através da realização de audiências públicas, da divulgação de estudos ambientais e da participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- Maior possibilidade de mitigação de impactos ambientais de empreendimentos com potencial para degradação ambiental;
- A questão da adequação do licenciamento ambiental através do EIA-RIMA nos casos das Operações Urbanas é uma discussão que está presente;
- É importante questionar se a lei específica da Operação Urbana deve ser aprovada previamente à emissão da licença ambiental ou posteriormente.

AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA - AAE

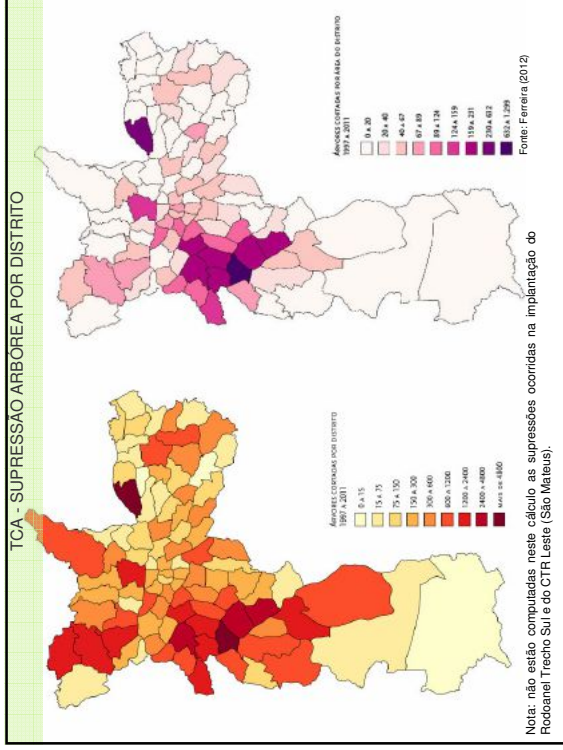
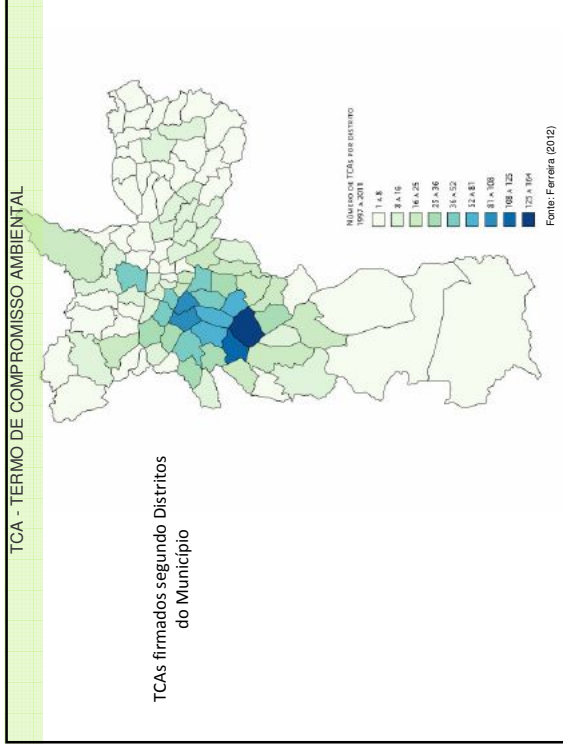
- A **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** é um instrumento voltado para a avaliação de políticas, planos e programas setoriais públicos, visando compatibilizá-los com os padrões ambientais e reduzir impactos negativos no meio ambiente;
- Está previsto no PDE (Art. 255), mas a sua função como instrumento de planejamento ainda está pouco discutida, não tendo sido implementado;
- AAE aparentemente tem potencial para avaliação de políticas, planos e programas com abrangência territorial significativa, como, por exemplo, no caso do planejamento das Operações Urbanas Consorciadas (OUC).

Tomando-se como exemplo uma operação urbana, o momento de aplicação de uma Avaliação Ambiental Estratégica é concomitante ao desenvolvimento dos Projetos Urbanísticos Específicos (PUE), subsidiando-os, pois tem a possibilidade de avaliar de maneira articulada os programas, planos e projetos incidentes no território da OUC, inclusive numa perspectiva ambiental. Posteriormente, as obras e demais intervenções indicadas pelo PUE serão objeto de licenciamento.

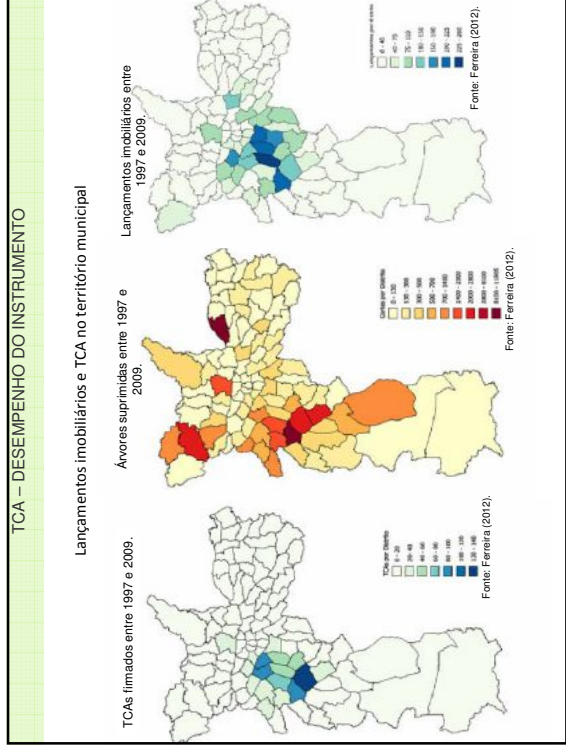
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Termo de Compromisso Ambiental – TCA

- O PDE (Art. 251) institui o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), documento a ser firmado entre o poder público e pessoas físicas ou jurídicas, resultante da negociação de contrapartidas nos casos de autorização prévia para supressão de espécies arbóreas.
- Regulamentação do instrumento:
- Decretos municipais nºs 47.145/06 e 47.937/06;
 - Diversas Portarias de SVMA – procedimentos e critérios para a compensação da supressão, sendo a atual a Portaria nº 44/SVMA-G/2010.



- TCA - DESEMPENHO DO INSTRUMENTO**
- Necessidade de reaver os critérios de autorização para a supressão da vegetação e da compensação;
 - Considerar as espécies arbustivas e herbáceas na compensação, considerando as características da vegetação natural/original da cidade (mosaico de matas e campos naturais).
 - Ampliar o conceito da valoração ecológica; como, por exemplo, considerar a vegetação como suporte da fauna - formações vegetacionais que ainda não solicitam autorização para o manejo da vegetação, o que inclui levantamentos faunísticos;



TCA – AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO

- Controle da supressão de vegetação se dá predominantemente na cidade formal em oposição à localização dos principais remanescentes florestais (áreas de ocupação informal);
- Última década: mais de 60 mil árvores suprimidas oficialmente não estando contabilizadas as grandes supressões por obras públicas (Rodoanel trecho sul, CTR Leste) e sem controle do Poder Público;
- A complexidade da legislação incidente dificulta sua aplicação;
- Atual legislação contempla critérios de preservação da vegetação – hoje contempla apenas os remanescentes mais conservados (estágios médio e avançado);
- Há necessidade da previsão de mecanismos que possibilitem a recuperação dos remanescentes em estágio inicial ou pioneiro;
- Atual legislação: predomínio de ações de comando e controle (princípio do poluidor-pagador);
- Medidas de incentivo hoje existentes: muito tímidas e pouco aplicadas (baixa eficiência);
- Necessidade de combinação/compatibilização com legislações de incentivo (princípio do provedor/receptor);
- Necessidade de incorporação do conceito de serviços ecossistêmicos/serviços ambientais.

TCA – AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO

Conclusões

- Na última década embora a PMSP tenha como prioridade a implementação de política pública de criação de áreas verdes, esta política tem um paradoxo em seu desenvolvimento. Vem sendo utilizados, de forma crescente, recursos originários da supressão de outras áreas verdes, estas majoritariamente localizadas em propriedade privada.

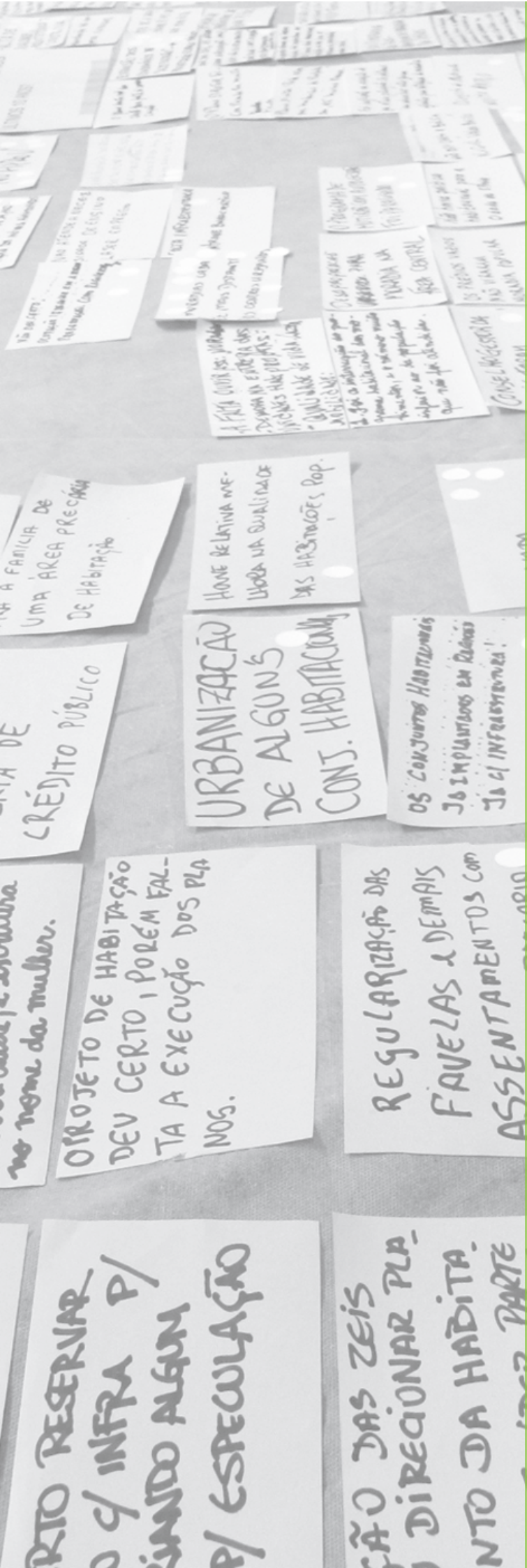
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

- O TAC tem por objetivo a recuperação do meio ambiente degradado, mediante a fixação de obrigações e condicionantes técnicos que deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator em relação à atividade degradadora de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

2013	22
2012	87
2011	103
2010	94
2009	63
2008	37

Obs.: A maior parte dos TACs lavrados foi por autuação de manejo irregular da vegetação.

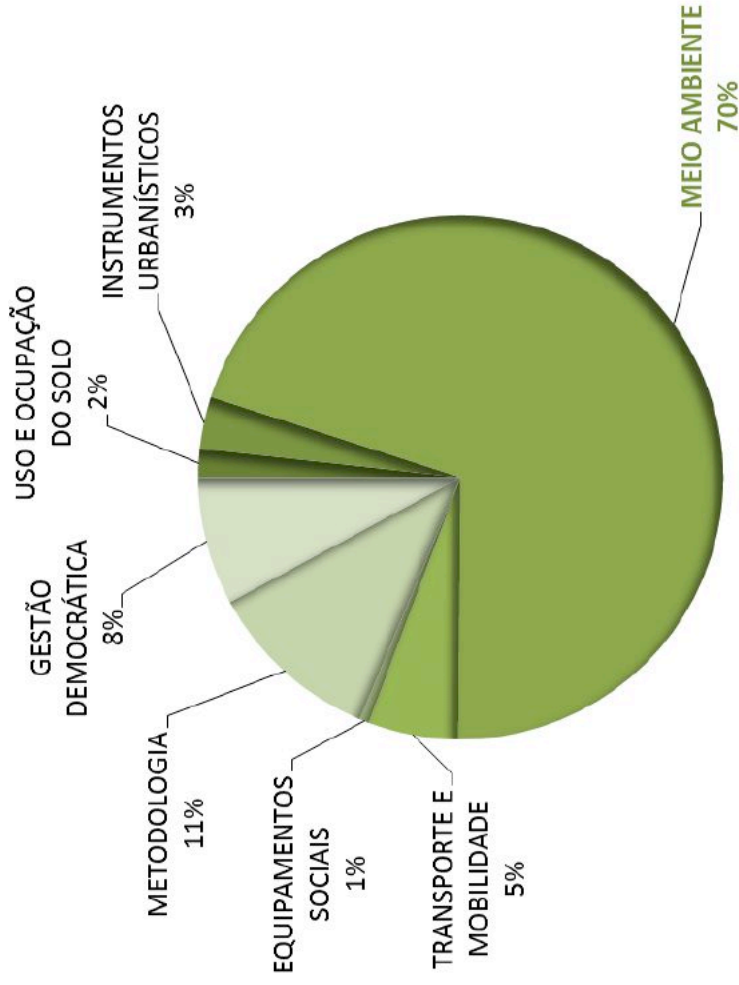


REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – Lei 13.430/02

1ª FASE: AVALIAÇÃO TEMÁTICA

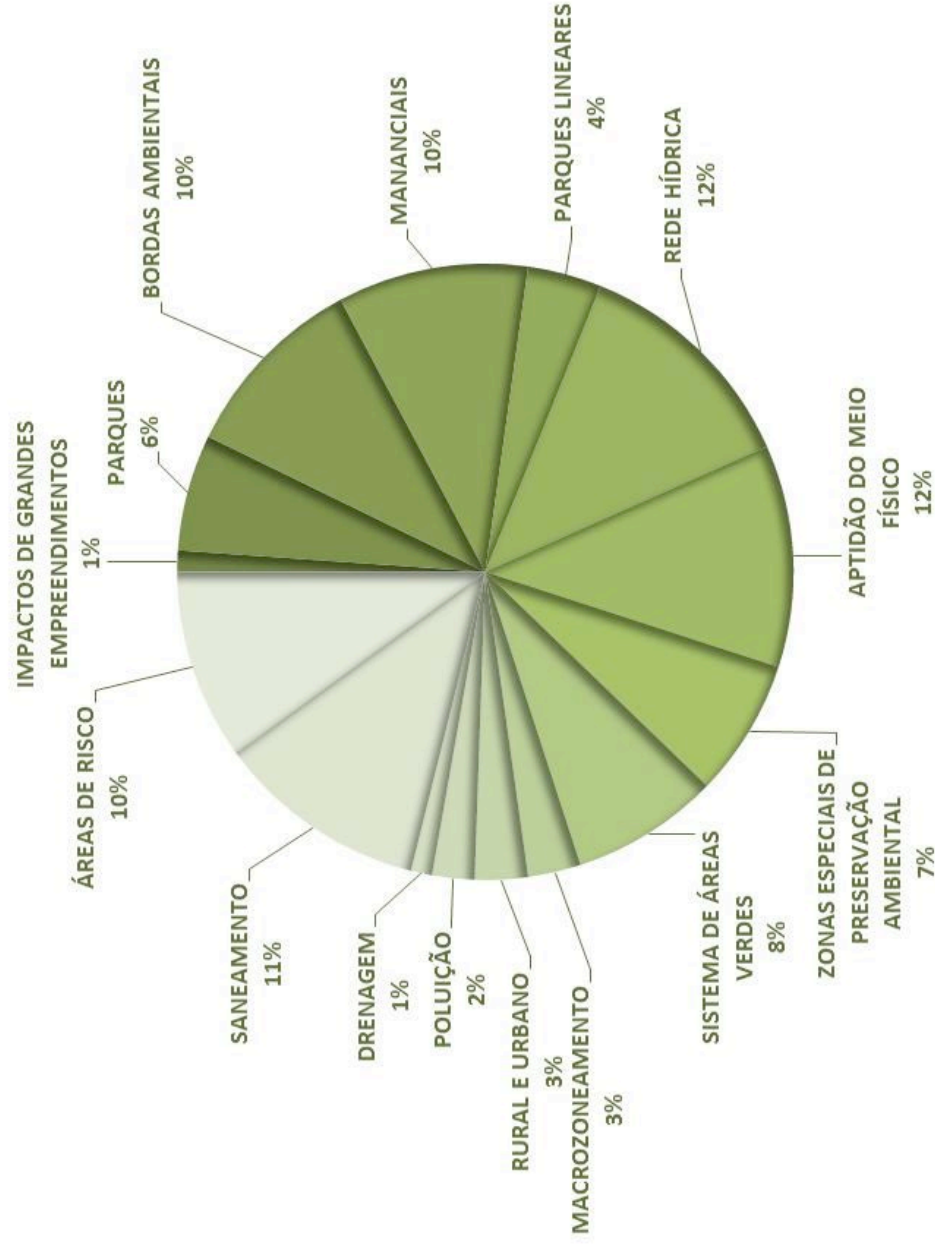
SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES MEIO AMBIENTE

A. TEMAS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES



CONTRIBUIÇÕES POR TEMAS	
Uso e ocupação do solo	6
Instrumentos urbanísticos	11
Meio ambiente	240
Transporte e mobilidade	19
Equipamentos sociais	2
Metodologia	37
Gestão democrática	27

B. SUBTEMAS



CONTRIBUIÇÕES POR SUBTEMAS

Impactos de grandes empreendimentos	2
Parques	11
Bordas ambientais	18
Mananciais	18
Parques lineares	7
Rede hídrica	22
Aptidão do meio físico	21
Zonas especiais de preservação ambiental	13
Sistema de áreas verdes	14
Macrozoneamento	5
Rural e urbano	5
Poluição	4
Drenagem	2
Saneamento	20
Áreas de risco	18

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	PROBLEMAS AMBIENTAIS NO AVANÇO URBANO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E MANANCIAIS. ACABANDO COM OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO HÍDRICO DA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	EXPANSÃO URBANA NA SERRA DA CANTAREIRA, POR EXEMPLO, NO JARDIM PARANÁ CAUSAM DERRUBADA DA MATA E ESPANTA OS PÁSSAROS, LAGARTOS E MACACOS. RESTARAM AS COBRAS CAUSANDO UM PROBLEMA DE SEGURANÇA DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS DE BAIXA RENDA.	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	NO TREMENBÉ HÁ OCUPAÇÃO COM MANSÕES DE ALTA RENDA EM ÁREAS DA COHAB.	HABITAÇÃO	MORADIA ADEQUADA COMO ACESSO À CIDADE
ANTONIO CUNHA	MOVIBELO	O PDE É DIVIDIDO EM ELEMENTOS ESTRUTURANTES PRIMEIRO E INTEGRANTES DEPOIS. ESQUECEMOS DE RESOLVER O ESTRUTURAL. O SISTEMA AMBIENTAL É UM ELEMENTO ESTRUTURANTE POR EXCELÊNCIA. É NECESSÁRIO REFAZER ESTRUTURA A PARTIR DELE. ÚNICO ELEMENTO AMBIENTAL ESTRUTURAL É A REDE HÍDRICA, PORÉM TODOS ELEMENTOS PRECISAM ENTRAR. QUE O SISTEMA AMBIENTAL, QUE É ESTRUTURANTE, PASSE A INTEGRAR A ESTRUTURA.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
ANTONIO CUNHA	MOVIBELO	ZONAS ESTRITAMENTE AMBIENTAIS SÃO AS ÚNICAS ÁREAS DE REFRIGÉRIO, AS RESTANTE SÃO ILHAS DE CALOR.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
ANTONIO CUNHA	MOVIBELO	AS ÁREAS URBANAS DO PDE PRECISAM SER ÁREAS URBANIZADAS DE FUNÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
BRUNO GIORGI C. IANORI	CICLOCIDADES	IMPLEMENTAR NA CIDADE TELHADOS VERDES E HORTAS.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
BRUNO GIORGI C. IANORI	CICLOCIDADES	OBRIGAR GRANDES CONSTRUÇÕES A UTILIZAR ENERGIA RENOVÁVEL COMO EÓLICA E SOLAR.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
BRUNO GIORGI C. IANORI	CICLOCIDADES	INTEGRAR NOVAS CICLOVIAS COM VEGETAÇÃO PARA TER AMBIENTES MAIS FRESCOS E COM SOMBRA PARA OS CICLISTAS. FAZER, SE POSSÍVEL, COM PISO DE MATERIAL PERMEÁVEL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
BRUNO GIORGI C. IANORI	CICLOCIDADES	NO FUTURO, O MINHOCÃO VIRAR UM GRANDE PARQUE LINEAR PARA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
CARLOS EDUARDO MINNITI	CONSEG PERDIZES	NÃO CONSEGUIU VER TRANSMISSÃO PELO SITE. A GRAVAÇÃO NÃO ESTÁ NO SITE SMDU PARA SER CONSULTADA PELA POPULAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
CARLOS EDUARDO MINNITI	CONSEG PERDIZES	SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA PERMEIA TODAS AS QUESTÕES E PRECISA ESTAR PRESENTE. CONVIDAR O SECRETÁRIO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	FOMENTAR HORTAS URBANAS	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	PRECISA MOBILIZAR EQUIPES PARA ACABAR COM A MÁFIA DA MERENDA ESCOLAR	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	AS CICLOVIAS PRECISAM ESTAR ESPALHADAS PELA CIDADE EM ÁREAS PERIFÉRICAS	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	FOMENTAR COMBUSTÍVEL LIMPO NAS FROTAS DE ÔNIBUS	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	MAIS PARQUES, POIS O PARQUE AUGUSTA É APENAS PROMESSA	MEIO AMBIENTE	PARQUES
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA O CONTROLE SOCIAL E NÃO E APENAS EDUCAÇÃO TÉCNICA VOLTADA PARA MÃO-DE-OBRA PARA INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
DANIEL AIMORÉ FERREIRA	PLENÁRIA	TRANSPARÊNCIA ACESSO AOS DADOS PÚBLICOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04-05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	PROBLEMAS COM SANEAMENTO POR CONTA DE LODO. A FAUNA (MARRECO, URUBU, PATO) DO PARQUE IBIRAPUERA VEM BOTANDO OVO E FAZENDO NECESSIDADES NOS PRÉDIOS AO REDOR.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	EXISTEM AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO COM O PODER MUNICIPAL NA AV. RUBEM BERTA COM REPÚBLICA DO LÍBANO PORQUE ESTÃO TUBULANDO O SUBSOLO. VÃO EMPURRAR O LODO PARA BAIXO SEM CONHECER O SUBSOLO.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	SÃO PAULO NÃO TEM TRATAMENTO DE ESGOTO. O ESGOTO DE MOEMA E DE ITAIM BIBI VÃO PARA O PLANALTO PAULISTA E PIRINÓPOLIS.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	O PDE TEM DIRETRIZES CLARAS, MAS FALHOU NA IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	PRECISA MELHORAR A AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO PDE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	FOMENTAR A GESTÃO INTEGRADA ENTRE VÁRIAS SECRETARIAS, POIS TODOS ÓRGÃOS PRECISAM TROCAR INFORMAÇÕES ENTRE SI.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	INTEGRAÇÃO
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	LICENCIAMENTO DEVERIA PASSAR PELO CADES.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	O ESTÁDIO DE ITAQUERA NÃO ESTÃO PREVENDO CICLOVIA E NEM PASSAGEM PARA PEDESTRE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
FÁBIO ARAÚJO PEREIRA	CADES PENHA	COBRAR MANEJAMENTO INTEGRADO PARA NÃO SEREM FEITAS ENORMES OBRAS RUINS DOS ESTÁDIOS QUE ESTÃO SENDO CONSTRUÍDOS.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
JOÃO PEDRO ROSIN	CADES PINHEIROS	O PODER PÚBLICO NÃO VAI ÀS REUNIÕES DO CADES E ACABA NÃO HAVENDO REUNIÃO PORQUE NÃO DÁ QUÓRUM.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	CADES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
JOÃO PEDRO ROSIN	CADES PINHEIROS	O CADES TÊM QUE SER DELIBERATIVO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	CADES
JOÃO PEDRO ROSIN	CADES PINHEIROS	POLUIÇÃO É MATÉRIA COM ENERGIA. PODE SER SONORA E RADIAÇÃO IONIZANTE. O PDE TEM QUE PREVER A POLUIÇÃO.	MEIO AMBIENTE	POLUIÇÃO
JOÃO PEDRO ROSIN	CADES PINHEIROS	PINHEIROS TEM AUMENTO DE CASOS DE PROBLEMA COM SAÚDE MENTAL COMO ATROFIAMENTO POR FALTA DE ESPAÇO PÚBLICO, FALTA DE INSOLAÇÃO NOS APARTAMENTOS.	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS - PARQUES
JOÃO PEDRO ROSIN	CADES PINHEIROS	AS CAVA NO SUBSOLO CAUSAM SOLAPAMENTOS NAS ÁREAS PRÓXIMAS E CONTAMINAM LENÇÓIS FREÁTICOS, POIS O BATE-ESTACA TREME TODO SOLO. CONSTRUTORES DEVEM SER OBRIGADOS A TUBUJAR PARA ACABAR COM O BATE-ESTACA, POIS DETONAM AS CASAS NO ENTORNO, POR EXEMPLO, AS CASAS NA VILA MADALENA.	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO	PLENÁRIA	OS AVIÕES QUE DECOLAM DO AEROPORTO DE GUARULHOS JOGAM QUEROSENE E DIÓXIDO DE CARBONO NO VALE DO RIO CABUÇU, ONDE MORAM 300 MIL PESSOAS. MUITOS IDOSOS E CRIANÇAS SOFREM DE ALERGIA, PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS E ATÉ OCORREM MORTES.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO	PLENÁRIA	AGRAVANTES: TAMPÃO DA SERRA DA CANTAREIRA, VIADUTO DA AVENIDA FERNÃO DIAS E A AMPLIAÇÃO DE SEU TERMINAL DE CARGAS, ESTACIONAMENTO DE CAMINHÕES E AGORA GANHARAM O RODOANEL TRECHO NORTE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
MANOEL CRUZ	ASS. COMUNIDADE PARQUE NOVO MUNDO	SECRETÁRIOS E VEREADORES NÃO ESTÃO PRESENTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MARIO S. BORTOTO	MOVIMENTO POPULAR	PROPOSTA QUE A DINÂMICA TENHA MAIS TEMPO NA HORA DE FAZER AS DISCUSSÕES COM A SOCIEDADE CIVIL. NÃO FIZEMOS DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS POR NÓS. PROPONHO MENOS FALHA E MAIS DISCUSSÃO EM GRUPO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
MARIO S. BORTOTO	MOVIMENTO POPULAR	A LEI NÃO ESTÁ SENDO RESPEITADA. A CONSTRUÇÃO DO ATERRO ACABOU COM O MORRO DO CRUZEIRO.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
MARIO S. BORTOTO	MOVIMENTO POPULAR	RODOANEL FOI TRAÇADO NA BORDA DA SERRA DA CANTAREIRA CAUSANDO MUITOS IMPACTOS AMBIENTAIS. 1. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ. 2. NOSSO PREFEITO ASSUMA A PRESIDÊNCIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ 3. IMPLANTAR O SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA PENHA-PINHEIROS, POIS A GESTÃO DE ÁGUAS ESTÁ SEM COLEGIADO E ALI É O PRINCIPAL VETOR DE INVESTIMENTOS NA ZONA LESTE. OS INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS PRECISAM SER MELHOR ASSOCIADOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS E IPTU	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ROS MARI ZENHA	CADES - OESTE 1 - SOCIEDADE CIVIL		MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
ROS MARI ZENHA	CADES - OESTE 1 - SOCIEDADE CIVIL		INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS
ROS MARI ZENHA	CADES - OESTE 1 - SOCIEDADE CIVIL	ESTIMULAR OS PRINCÍPIOS DAS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS EM OBRAS PÚBLICAS E PRIVADAS, TAMBÉM EM OBRAS DE INTERESSES SOCIAIS. COMO EXEMPLO, EFICIÊNCIA ENERGICA, REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA, CONFORTO TÉRMICO.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
SONIA IMPÉRIO HAMBURGER	ASS. CULT. COMUNIDADE MORRO DO QUEROSENE	AS INTERVENÇÕES URBANAS NÃO SÃO COMPATÍVEIS COM A FRAGILIDADE DAS ÁREAS DE VÁRZEA, EM ESPECIAL, EM ÁREAS COM ADENSAMENTO URBANO.	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	OCORRE MUITO DESPÉRDICIO DE ÁGUA PELAS INDÚSTRIAS.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	CONTAMINAÇÃO NO RIO TIETÊ E PINHEIROS CAUSADA PELA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS EVOLUÍRAM.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES PLENÁRIA				
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	A ECOLOGIA URBANA PRECISA SER APROFUNDADA NO PDE E NAS SUAS ARTICULAÇÕES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	A CICLOVIA DA ELISEU DE ALMEIDA TEM UM CONCEITO URBANO ERRADO, POIS FOI CONSTRUÍDA EM UMA ÁREA QUE TAMPOU O CÓRREGO E PASSOU POR CIMA VEÍCULOS MOTORIZADO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	O POTENCIAL DE ÁREAS VERDES FICOU AQUÉM NO PDE.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	PRECISA FOMENTAR A RECUPERAÇÃO DE FUNDOS DE VALES E ÁREAS VERDES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	PARQUES EM GERAL ESTÃO MAL CONSTRUÍDOS COM PROJETO RUINS E OBSCUROS. MUITOS CAUSAM MAIS IMPACTOS NEGATIVOS QUE POSITIVOS. TUDO É FEITO SEM PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	ALTOS CUSTOS NA CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	PLANO DE METAS ESTÁ RUIM NA PARTE AMBIENTAL.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	PLANO DE METAS
VINICIUS DE SOUZA ALMEIDA	INSTITUTO BIGUÁ - ECO ESTUDANTIL	É PRECISO FORTALECER A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E A INFRAESTRUTURA VERDE.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
ANTONIO CUNHA N. HEITOR	FICHA - MEIO AMBIENTE	TRANSFORMAR O SISTEMA AMBIENTAL COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR FUNDAMENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
ANTONIO CUNHA N. HEITOR	FICHA - MEIO AMBIENTE	TRANSFORMAR AS ZERS COMO ÁREAS URBANIZADAS DE FUNÇÃO AMBIENTAL TENDO EM VISTA COMPROVAÇÃO TÉCNICA DE SUA EFICÁCIA NA RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DA MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA.	MEIO AMBIENTE	USO E OCUPAÇÃO
BRUNO AVELLAR ALVES DE LIMA	FICHA - MEIO AMBIENTE	GOSTARIA INICIALMENTE DE DESTACAR A IMPORTÂNCIA DE SE COLOCAR EM PRIMEIRO PLANO AS QUESTÕES AMBIENTAIS DA CIDADE, TENDO EM VISTA QUE A RESOLUÇÃO DESTAS TEM GRANDE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, BEM COMO DA CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA E MANUTENÇÃO DAS UCS.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
BRUNO AVELLAR ALVES DE LIMA	FICHA - MEIO AMBIENTE	MINHA CRÍTICA MAIS RELEVANTE TRATA-SE DA FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS SECRETARIAS. AS QUESTÕES AMBIENTAIS DEVEM SER TRATADAS DE FORMA SISTÊMICA E INTERSETORIAL, TRANSCENDENDO A VISÃO COMPARTIMENTADA CORRENTE. AS QUESTÕES AMBIENTAIS DEVEM SER ENFRENTADAS CONJUNTAMENTE A SECRETARIA DE HABITAÇÃO, TRANSPORTES, ETC. DA MESMA FORMA FALTA INTEGRAÇÃO INTERMUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE SÃO PAULO NÃO PODE SER VISTA COMO UM SISTEMA ISOLADO, DISSOCIANDO DE SEU CONTEXTO METROPOLITANO.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO DEMOCRÁTICA
BRUNO AVELLAR ALVES DE LIMA	FICHA - MEIO AMBIENTE	FALTA INTEGRAÇÃO METROPOLITANA NO TRATAMENTO DE QUESTÕES, POR EXEMPLO, COMO A PRESSÃO URBANA SOBRE UCS ESTADUAIS.	MEIO AMBIENTE	INTEGRAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
CLÁUDIA CARMINATI	FICHA - MEIO AMBIENTE	MEGA EMPREENDIMENTOS DEVERIAM SER AVALIADOS EM SUA TOTALIDADE E NÃO EM SUAS SEÇÕES. A LEI PERMITE QUE EMPREENDIMENTOS COMO O JARDIM DAS PERDIZES, EM UM TERRITÓRIO DE 150.000m ² , ONDE SERÃO CONSTRUÍDOS EM TORNO DE 28 PRÉDIOS COM 3 OU 4 VAGAS POR UNIDADE, SEJAM REALIZADOS SEM UM ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA. SERÃO MILHARES DE PESSOAS TRANSITANDO NAS RUAS E AVENIDAS QUE JÁ NÃO SUPORTAM OS MORADORES DA REGIÃO, SEM COMENTAR OS ALAGAMENTOS, USO DO SISTEMA DE ESGOTO, ETC.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
CLÁUDIA CARMINATI	FICHA - MEIO AMBIENTE	SURGE A DÚVIDA SE A VENDA DO TERRENO QUE ERA DA ESTATAL TELESP, QUE FOI CEDIDA EM CONCESSÃO À TELEFÔNICA, FOI FEITA DE FORMA LEGAL.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	
GILBERTO DE ANDRADE FREITAS	FICHA - MEIO AMBIENTE	NÃO HOUE GESTÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A DESMOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE ELAS AS COOPERATIVAS DE CATADORES QUE NÃO RECICLAM NEM 2% DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO. TENHO INFORMAÇÃO JÁ CONFIRMADA QUE O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESTÁ EM ARTICULAÇÃO PARA IMPORTAR USINAS DE INCINERAÇÃO DE LIXO E QUE O MUNICÍPIO DE BARUERI - SP É O PIONEIRO NESTA SENDO TECNOLOGIA TOTALMENTE ULTRAPASSADA NA EUROPA, PORTANTO "SUCATA" E ALTAMENTE POLUENTE ALÉM DE QUEIMAR RESÍDUOS SÓLIDOS QUE SEGURAMENTE VENDERIAM UM BOM DINHEIRO PARA OS CATADORES.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
GLÓRIA COSTA	FICHA - MEIO AMBIENTE	ACHEI PÉSSIMA A DIVULGAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO EVENTO DADA A SUA IMPORTÂNCIA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GLÓRIA COSTA	FICHA - MEIO AMBIENTE	A RESPEITO DA APRESENTAÇÃO DE HABITAÇÃO: A PRIMEIRA EXPLANAÇÃO FOI INSEGURA E MUITO TÉCNICA PARA ALGUMAS PESSOAS, ISSO NÃO AJUDA A FOCAR OS OBJETIVOS DAS COMUNIDADES MAIS SIMPLÓRIAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GLÓRIA COSTA	FICHA - MEIO AMBIENTE	FALTOU A PRESENÇA DOS REPRESENTANTES DA PREFEITURA, OS SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO, DO MEIO AMBIENTE, PARA NOS OUVIR, ISSO SUGERIU A MIM UMA INADEQUAÇÃO DA INSTRUMENTAÇÃO DO EVENTO DA REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO. A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPOU, MAS NÃO OS REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS PÚBLICAS QUE PRECISAVAM ESTAR CONOSCO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
JORGE MACEDO DOS SANTOS	FICHA - MEIO AMBIENTE	PARA AS LEGISLAÇÕES REFERENTE O PLANO DIRETOR SÃO NECESSÁRIOS MUITAS EQUIPES DE TRABALHO, HOJE NÃO TEM FISCALIZAÇÃO NAS ZEPAM, ZEPAG E ZEPEC. PRECISA DE MATERIAL HUMANO URGENTE.	MEIO AMBIENTE	FISCALIZAÇÃO
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO	FICHA - MEIO AMBIENTE	AMBIENTE = TERRA, ÁGUA, AR E OUTROS. QUALIDADE DO AR - UMA RELAÇÃO IMPORTANTE POIS A EXEMPLO DO VALE DO RIO CABUÇU - RECEBE PRODUTORES NOCIVOS DE DIÓXIDO DE CARBONO. AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS, RODOVIAS: DUTRA E FERREIRA DIAS. TERMINAL DE CARGAS - INCLUSIVE CLANDESTINO OCUPANDO ÁREA DO MUNICÍPIO DO EMURB. RODOANEL TRECHO-NORTE.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
LUCIA MARTINS CAMPOS	FICHA - MEIO AMBIENTE	HOUVE INCONGRUÊNCIA DE PROPOSTA NO PDE: NA OPERAÇÃO URBANA VILA SÔNIA SE PROPÕE ADENSAMENTO DE FUNDO DE VALE AO LONGO DO CÓRREGO PIRAUSSARA / AV. ELISEU DE ALMEIDA.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
LUCIA MARTINS CAMPOS	FICHA - MEIO AMBIENTE	DIREITO DE PROTOCOLO AUTORIZOU INÚMEROS EMPREENDIMENTOS NÃO COMPATÍVEIS COM ÁREAS DEFINIDAS FRÁGEIS DE MANEJO AMBIENTAL PELO PDE. VAMOS TER DE NOVO DIREITO DE PROTOCOLO NESSA REVISÃO?	MEIO AMBIENTE	DIREITO DE PROTOCOLO
LUCIA MARTINS CAMPOS	FICHA - MEIO AMBIENTE	NÃO HÁ INSTRUMENTOS DE RESTRIÇÃO NA SVMA DE OCUPAÇÃO NAS ÁREAS ENVOLTÓRIAS DOS PARQUES MUNICIPAIS E OS EMPREENDIMENTOS ESTÃO SENDO CONSTRUÍDOS E IMPACTANDO A FLORA, FAUNA E LENÇOL FREÁTICO DESSES PARQUES OU OS INSTRUMENTOS NÃO ESTÃO SENDO RESPEITADOS. OS CONGESTIONAMENTOS SÃO OS GRANDES VILÕES DA POLUIÇÃO DO AR NA CIDADE DE SÃO PAULO. ESTA SITUAÇÃO PIOROU MUITO NESTE PERÍODO DO ÚLTIMO PLANO DIRETOR, QUANDO ADOTARAM A IDEIA DA "OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR". PORTANTO, NO PRÓXIMO PLANO NÃO PODE HAVER MAIS ESTE SISTEMA QUE PIORE MUITO A QUALIDADE DE VIDA DO CIDADÃO PAULISTANO.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
RUI N. ALVES BARRETO	FICHA - MEIO AMBIENTE		INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA	FICHA - MEIO AMBIENTE	NA QUESTÃO AMBIENTAL NÃO HOUE PLANEJAMENTO NA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS DOS PARQUES LINEARES OU QUEM ESTÁ AINDA NESTAS ÁREAS. NAS ÁREAS DE MANANCIAS TAMBÉM NÃO HOUE UM PLANEJAMENTO SOCIAL. COM ISSO ESTA A POLÍTICA URBANA NA QUESTÃO DE MORADIA DE INTERESSE SOCIAL PORQUE DA-SE UMA BOLSA ALUGUEL OU APENAS UM CHEQUE DESPEJO E AS FAMÍLIAS VÃO OCUPAR OUTRA ÁREA DE PARQUE LINEAR, OUTRO MANANCIAL, ETC.	MEIO AMBIENTE	HABITAÇÃO
SONIA IMPÉRIO HAMBURGUER	FICHA - MEIO AMBIENTE	QUALIFICAÇÃO URBANA (AMBIENTAL) É UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA. IMPORTANTE ASSINALAR QUE A MELHORIA DA CONDIÇÃO AMBIENTAL SE FAZ ATRAVÉS DA APROPRIAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA, DO ESPAÇO, COMUM, DANDO IMPORTÂNCIA E CUIDANDO DO ENTORNO. PARA ISSO O PODER PÚBLICO PODE CRIAR INSTRUMENTOS SIMPLES E FACILITADORES PROMOVENDO ATIVIDADES E INCENTIVANDO GRUPOS CULTURAIS LOCAIS A OCUPAR ESPAÇOS MESMO QUE PEQUENOS. TAMBÉM DISPONIBILIZAR INFORMAÇÃO E CRIAR ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
SONIA IMPÉRIO HAMBURGUER	FICHA - MEIO AMBIENTE	A APROPRIAÇÃO SOCIAL PROMOVE CUIDADO COM O AMBIENTE E A SEGURANÇA NO ESPAÇO. A APROPRIAÇÃO SOCIAL PROMOVE O ESTABELECIMENTO MAIS HUMANO DE CRITÉRIOS QUE PODEM TER O PODER DE BARRAR A GANÂNCIA DE GRUPOS ECONÔMICOS.	MEIO AMBIENTE	PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE DEFINIU E DELIMITOU A MACROZONA E AS DIFERENTES ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE DEFINIU AS ÁREAS VERDES COMO ELEMENTO INTEGRADOR E A REDE HÍDRICA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE COMO FERRAMENTA IDENTIFICOU AS ÁREAS A SOFREREM INTERVENÇÕES.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE CRIOU INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL E EFETIVAÇÃO NA APLICABILIDADE.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FOI AMPLIADO O NÚMERO DE PARQUES E PARQUES LINEARES (CONCEITO INTRODUZIDO) DE 54 PARA 102.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE DEU INÍCIO ÀS IMPLANTAÇÕES DE PARQUES LINEARES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	AUMENTOU O NÚMERO DE PARQUES MUNICIPAIS. QUANTIDADE DE PARQUES MELHOROU.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NO PDE FORAM IMPLANTADOS OS PARQUES LINEARES, MAS QUE PRECISAM SER MELHOR MONITORADOS, ALGUNS NÃO SÃO "PARQUES" COMO DEVERIAM PELO EXCESSO DE CIMENTAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	INCLUSÃO DOS CONCEITOS DE PARQUES LINEARES E CAMINHOS VERDES (O QUE FALTA É PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO).	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FORAM PLANTADAS MAIS DE 2 MILHÕES DE MUDAS DE ÁRVORES, COM APOIO DOS NÚCLEOS DA SVMA.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FALTA AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS PROCESSOS DE PROPOSIÇÃO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO SÃO CONSIDERADOS CONHECIMENTOS E DEMANDAS LOCAIS NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO. PLANO DE BAIRRO NÃO OCORREU.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE NÃO CRIOU MECANISMOS QUE TORNASSEM OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ALI PRESENTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	AS METAS DE PRESERVAÇÃO FORAM DESCUMPRIDAS PELO GOVERNO ESTADUAL.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO MELHOROU. OS ÍNDICES AMBIENTAIS PIORARAM (TODOS). O PDE NÃO FOI IMPLANTADO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	MEIO AMBIENTE: HÁ FALTA DE APLICAÇÃO DO PDE.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA PROVOCA DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO PARA ÁREAS DE PRESERVAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO HOUVE INSTRUMENTOS PARA INIBIR A EXPULSÃO DE POPULAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS PELA HIPervalorização DO SOLO URBANO (OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAS)	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	HOUVE OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ZEPAM.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FIM DA ÁREA RURAL NA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE PROPÓS INCONGRUÊNCIAS COMO ADENSAMENTO EM FUNDO DE VALE NA AV. ELISEU DE ALMEIDA.	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O DIREITO DE PROTOCOLO AUTORIZOU EMPREENDIMENTOS EM ÁREA (MACROÁREA) DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	ÁREAS CADA VEZ MAIS IMPERMEÁVEIS COM NOVOS EMPREENDIMENTOS.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	AVIFAUNA FOI MUITO PREJUDICADA COM A SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES DEVIDO À VERTICALIZAÇÃO.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	OS EIA/RIMAS DE OUC DESAUTORIZARAM OS EIV/RIVIS.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	O PDE NÃO MELHOROU O PLANEJAMENTO DAS MICRO-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL NÃO OBSERVADA. TCAS: FALTA DE MONITORAMENTO.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	TCAS PARA ARBORIZAÇÃO URBANA DE MODO PLANEJADO. NÃO HÁ PLANO DE MANEJO DE ARBORIZAÇÃO URBANA.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FALTAM PARQUES MUNICIPAIS NA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FORAM IMPLANTADOS MUITOS PARQUES, MAS NÃO SE ESTABELECEU RESTRIÇÕES NO ENTORNO PARA PRESERVAÇÃO DO VERDE.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	OS NOVOS PARQUES E PARQUES LINEARES FORAM FEITOS SEM PARTICIPAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CRITÉRIOS ECOLÓGICOS EXPLÍCITOS.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	A NÃO COLABORAÇÃO ENTRE SECRETARIAS PARA IMPLANTAR OS PARQUES LINEARES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO HOUE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO HÁ UMA SISTEMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES, SOBRETUDO NO PLANO MAIS MICRO DAS PRAÇAS E ÁREAS VERDES DE BAIRRO.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	MUITO POTENCIAL AMBIENTAL DO PDE NÃO FOI APROVEITADO EM SISTEMA DE ÁREAS VERDES E FUNDOS DE VALE.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	INTEGRAÇÃO ENTRE MODAIS DE TRANSPORTE, PRINCIPALMENTE CICLOVIA E METRÔ. MAIS METRÔ!	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FALTA CICLOVIA NA CIDADE	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	FALTA POLÍTICA PÚBLICA PARA RESÍDUOS SÓLIDOS.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	RESÍDUOS SÓLIDOS: FALTA COLETA EM ÁREAS PRECÁRIAS E FALTA COLETA SELETIVA	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO MELHOROU A GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A DIMINUIÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	GRUPO 1	NÃO HÁ GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS → COMPOSTAGEM (INCENTIVO À DOMÉSTICA E PRIVADA / OBRIGATORIEDADE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, ESPECIALMENTE ESCOLAS E SAÚDE). NÃO HOUVE ACORDO, PRECISA APRENDER A SEPARAR.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	DEFINIU E DELIMITOU A MACROZONA E AS DIFERENTES ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL E EFETIVAÇÃO NA APLICAÇÃO	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FOI AMPLIADO O NÚMERO DE PARQUES LINEARES., MAS SUA IMPLANTAÇÃO PRECISA SER MONITORADA	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA PROVOCA DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO PARA ÁREAS POBRES. FALTA DE INSTRUMENTOS PARA INIBIR A EXPULSÃO DA ÁREA CENTRAL.	HABITAÇÃO	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA MONITORAMENTO DA RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL NÃO OBSERVADA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA MONITORAMENTO DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA DE CICLOVIA NA CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	OS NOVOS PARQUES LINEARES FORAM IMPLANTADOS SEM PARTICIPAÇÃO, SEM INTEGRAÇÃO, SEM CRITÉRIOS ECOLÓGICOS E SEM OUVIR A POPULAÇÃO	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 1 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FIM DA ÁREA RURAL NA CIDADE QUE PODE PROMOVER O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O PDE MELHOROU A IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES LINEARES E CRIAÇÃO DE PARQUES, COM AUMENTO DE ÁREAS VERDES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES LINEARES E AGRICULTURA URBANA	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	APESAR DOS AVANÇOS EM TRATAMENTO DE CÓRREGOS, RIOS E AFLUENTES, AINDA SE FAZ NECESSÁRIO UM PROGRAMA DE INVESTIMENTOS MACIÇOS A CURTO PRAZO	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FORAM CRIADAS SETE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE: UMA APA E SEIS PARQUES NATURAIS, ISSO FUNCIONOU A PARTIR DO PDE	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	PLANEJAR AS ÁREAS VERDES E CUIDADO AOS MANANCIAIS	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O PDE TROUXE A CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, APESAR DE POUCO ABRANGENTE	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	AMPLIAÇÃO DE CORREDORES PARA TRANSPORTE COLETIVO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	A VALORIZAÇÃO DO PDE EM SÃO PAULO OCORREU PELA OBRIGAÇÃO IMPLANTADA NO ESTATUTO DAS CIDADES. FOMENTO DE PARTICIPAÇÃO, MAS AINDA COM GRAVES AJUSTES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	PLANEJAR A CIDADE NO USO DO SOLO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	AVANÇOU NA CONCEITUAÇÃO DAS MACROÁREAS.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O PDE AVANÇOU NA GARANTIA DA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E LOTEAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS COM SANEAMENTO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MELHOROU NA DIVISÃO DE ÁREAS SOBRE COMÉRCIO E MORÁDIAS	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	DEFICIÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS PARA O MEIO AMBIENTE	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	SUBPREFEITURAS SEM ESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DOS CADES	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O PDE NÃO MELHOROU A ESQUEMATIZAÇÃO DO TRATAMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL COM O PROBLEMA DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES.	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS SECRETARIAS E MESMO NO ÂMBITO METROPOLITANO TENDO EM VISTA A DINÂMICA INTERDEPENDENTE	METODOLOGIA	INTEGRAÇÃO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	SANEAMENTO BÁSICO É UMA DAS GRANDES CAUSAS DE MORTALIDADE INFANTIL E GRAVES DOENÇAS POR INGESTÃO DE ÁGUA CONTAMINADA - NÃO HOUVE MELHORIAS	MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	A QUARTA MAIOR CIDADE DO MUNDO NÃO SER AUTO-SUFICIENTE EM RECURSOS HÍDRICOS.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTOU UMA POLÍTICA ENERGÉTICA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS: SANEAMENTO E DRENAGEM.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	LIMITES DE CONTENÇÃO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM CÔRREGOS CANALIZADOS.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA DRENAGEM URBANA	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	CONTINUA TENDO CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS SEM SANEAMENTO	MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	SANEAMENTO BÁSICO E DESPOLIÇÃO DE RIOS	MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTA UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	QUALIDADE DO AR: - AFETA DIRETAMENTE A SAÚDE; - DEPENDE DO SISTEMA DE TRANSPORTE	MEIO AMBIENTE	QUALIDADE DO AR
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	APROVAÇÃO DO RODOANEL TRECHO NORTE SEM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	IRREGULARIDADES E DESRESPEITO AO PDE QUANTO AO TRAÇADO DO RODOANEL NORTE – ESTABELECE DISTÂNCIA DE NO MÍNIMO 50KM DO CENTRO (TRAÇADO É DE 6 E 12 KM)	TRANSPORTE E MOBILIDADE	RODOANEL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTA POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DE PRAÇAS COM ENVOLVIMENTO DOS MORADORES	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	ENQUANTO “DORMIAM” AS REVISÕES DE 2006 E 2012, O PDE 2002 FOI ALTERADO POR INTERESSE ASSOCIATIVO DE BAIROS E MERCADO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	MUITAS VEZES INTERESSES PARTICULARES SOBREPÕEM A LEI, POIS ENCONTRAM AS “BRECHAS” POSSÍVEIS PARA BURLAR O ZONEAMENTO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	VIABILIZAR INCENTIVOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	INCENTIVOS FISCAIS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NÃO EXISTE LEGISLAÇÃO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	INCENTIVOS FISCAIS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NÃO AVANÇOU NO USO SUSTENTÁVEL AMBIENTAL POR MEIO DO USO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NÃO AVANÇOU NO USO SUSTENTÁVEL AMBIENTAL POR MEIO DO USO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O PLANO DIRETOR ATUAL NÃO CONTRIBUIU ATÉ AGORA PARA O DESENVOLVIMENTO EVOLUCIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CAPITAL, TRANSPORTE PÚBLICO DE MASSAS, METRÔ, FERROVIA, FLUVIAL E PARA A QUALIDADE AMBIENTAL E DA SAÚDE E DE VIDA DO POVO PAULISTANO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	UTILIZAR A AGENDA 21 COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	O MEIO AMBIENTE NÃO MELHOROU NADA, DESDE QUE O PDE NÃO FOI IMPLEMENTADO!	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTOU A IMPLEMENTAÇÃO REAL DO PDE	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NÃO IMPLEMENTOU O PDE NA SUA TOTALIDADE SÓ EM AÇÕES DE ALGUNS INTERESSES	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NÃO MELHOROU: OPERAÇÕES URBANAS DEGRADANDO BAIROS, VERTICALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	NECESSITA DE IMPLANTAÇÃO ADEQUADA DE EMPREENDIMENTOS URBANOS, POIS HÁ VERTICALIZAÇÃO E TRÂNSITO RUIM.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	VERTICALIZAÇÃO SOBRE ÁREAS FRÁGEIS GEROU SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO E DE NASCENTES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	CRESCIMENTO URBANO IRREGULAR NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	CARÊNCIA DE TRANSPORTE COLETIVO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	TRANSPORTE COLETIVO INSUFICIENTE E SEM QUALIDADE	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	ACESSIBILIDADE NÃO DESENVOLVEU CONFORME PENSADO NO PLANO, INCLUSIVE HOUE UMA ESTAGNAÇÃO EM CICLOVIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	HOUE O DESAPARECIMENTO DO CONCEITO DE “ÁREA RURAL” NO MUNICÍPIO	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	DISCUSSÃO URBANO X RURAL: AGRICULTORES LOCALIZADOS EM ÁREAS EM QUE NÃO SE PERMITE A PRÁTICA DA AGRICULTURA	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	GRUPO 2	FALTOU AMPLA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	MELHORIA NA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES LINEARES E DE AGRICULTURA URBANA	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	PLANOS DE BAIRRO ENQUANTO INSTRUMENTO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	PLANOS DE BAIRRO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	IMPLANTAÇÃO DE 7 NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	AUMENTO DA CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PORÉM É POUCO ABRANGENTE.	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	VALORIZAÇÃO DO PDE POR MEIO OBRIGAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO PREVISTAS NO ESTATUTO DAS CIDADES	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	A DISCUSSÃO SOBRE ÁREAS URBANAS E RURAIS NÃO AVANÇOU. ISSO ESTÁ CRIANDO DIFICULDADES PARA AGRICULTORES QUE NÃO PODEM FAZER JUS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS, MESMO ESTANDO LOCALIZADOS EM ÁREAS QUE SÃO RURAIS NO PONTO DE VISTA DA PAISAGEM	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	O PDE NÃO CONTRIBUI PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, TRANSPORTE, INFRAESTRUTURA E VIDA SAUDÁVEL PARA O POVO PAULISTANO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA UMA POLÍTICA MAIS ENERGICA PARA RECURSOS HÍDRICOS.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	IRREGULARIDADE E DESRESPEITO DO RODOANEL QUANTO AO PDE PORQUE A VIA PASSA CERCA DE 6 KM DO CENTRO E NO PDE CONSTA QUE PRECISARIA ESTAR PELO MENOS 20 KM DE DISTÂNCIA DO CENTRO	MEIO AMBIENTE	RODOANEL
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	A PREFEITURA NÃO FOI OUVIDA NO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO RODOANEL, NEM MESMO VIA CADES	MEIO AMBIENTE	RODOANEL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 2 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA POLÍTICAS PÚBLICAS DE MANUTENÇÃO DE PRAÇAS	MEIO AMBIENTE	PRAÇAS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	AMPLIAÇÃO DE ÁREAS VERDES E PARQUES LINEARES MELHORARAM.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	RENATURALIZAÇÃO DE VÁRZEAS	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	HOUE AMPLIAÇÃO DE PARQUES E ÁREAS VERDES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ADEQUADO E INCENTIVOS A CONSERVAÇÃO EM ÁREAS PRIVADAS.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	O QUE MELHOROU FOI O OLHAR E A GESTÃO NAS ZEPAMS E A PARTICIPAÇÃO	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	SURGIMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA SOBRE QUALIDADE DE VIDA E MEIO AMBIENTE.	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	MELHOROU INSTRUMENTOS DE DEFESA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	REDE AGROECOLÓGICA URBANA.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	CRESCENTE RECONHECIMENTO DE ALTERNATIVAS PARA A LOCOMOÇÃO PÚBLICA EM ESPECIAL O USO DE BICICLETA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	LICENCIAMENTOS DE JARDINS VERTICAIS TRANSPARENTES.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	MELHOROU A CRIAÇÃO DE PARQUES LINEARES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	HOUE A CRIAÇÃO DE NOVAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. 1º PARQUE NATURAL URBANO	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	PDE/PRE/LEI DE USO DO SOLO – ZONEAMENTO DAS ÁREAS A SEREM PROTEGIDAS ZEPAMS E ZEPAGS.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	TENTATIVA DE REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	TENTATIVA DE MELHORAR O SANEAMENTO PÚBLICO	MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	OS RIOS NÃO FORAM RECUPERADOS PARA A CIDADE. FALTA DE GESTÃO METROPOLITANA.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO MELHOROU O TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO MELHOROU: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: MORADIA, TRANSPORTE E ESPAÇOS VERDES	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	AMPLIAÇÃO DA ILEGALIDADE NAS REGIÕES DOS MANANCIAIS.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	FALTA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS E TRANSPARENTES QUANTO A PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS PELA POPULAÇÃO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO MELHOROU O SISTEMA DE DRENAGEM.	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	A VEGETAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE FOI PREJUDICADA COM CONSTRUÇÕES QUE FERIRAM A REGULAMENTAÇÃO DO BAIRRO (REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO)	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	AUMENTO DAS CONSTRUÇÕES X DIMINUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES. FALTA DE MECANISMO DE CONTROLE.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NECESSÁRIO O COMBATE A DESPOLUIÇÃO DO AR.	MEIO AMBIENTE	POLUIÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	QUALIDADE DE VIDA X POLUIÇÃO	MEIO AMBIENTE	POLUIÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO MELHOROU A MOBILIDADE URBANA	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	PROBLEMAS DE ENCHENTES	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO MELHOROU SISTEMA DE MACRO DRENAGEM	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	MAIOR PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES DE AVALIAÇÃO	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	MELHOR INFORMAÇÃO PARA AS COMUNIDADES SOBRE O PDE TEM QUE OCORRER DE MODO QUE O CIDADÃO POSSA IMPLANTÁ-LO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	NÃO HOUVE PLANEJAMENTO NA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS ÁREAS DOS PARQUES LINEARES	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	AÇÃO QUALIFICAÇÃO URBANA FRACO	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	DRENAGEM E RECURSOS HÍDRICOS PRECISAM MELHORAR.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	PDE NÃO CONTRIBUIU EM NADA PARA A MELHORIA AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	DICOTOMIA ENTRE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO E OCUPAÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	OS RIOS NÃO FORAM RECUPERADOS (GESTÃO METROPOLITANA)	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	RESÍDUOS SÓLIDOS – NENHUMA POLÍTICA DE TRATAMENTO	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	MELHOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	GRUPO 3	HOUVE AMPLIAÇÃO DA ILEGALIDADE NOS MANANCIAIS	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	MELHORARAM: AMPLIAÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES LINEARES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	HÁ UMA DICOTOMIA ENTRE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PORQUE O ZONEAMENTO NÃO É RESPEITADO. QUEM TEM DINHEIRO E QUEM NÃO TEM DINHEIRO PASSA POR CIMA E DESRESPEITAM AS ZONAS DE USO.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	ZONEAMENTO DE USOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	PRECISA DE INTERLOCUÇÃO COM MUNICÍPIOS LINDEIROS PARA GESTÃO METROPOLITANA DOS RECURSOS HÍDRICOS. COMITÊ DE BACIA NÃO DÁ CONTA.	MEIO AMBIENTE	INTEGRAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO TÊM POLÍTICA DE TRATAMENTO. NÃO PODE TER COOPERATIVA DE RECICLAGEM NAS ÁREAS DE MANANCIAIS, AS QUAIS TÊM MUITO LIXO SENDO GERADO E MUITO LIXO QUE VAI DE FORA PARA LÁ. AS COOPERATIVAS EXISTENTES ESTÃO NA ILEGALIDADE.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	O ESTATUTO DA CIDADE APONTA PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MAS NÃO ACONTECE. A MAIORIA DAS PESSOAS NÃO CONHECE O ESTATUTO DA CIDADE E O PDE. ISSO DEVERIA SER MATÉRIA NA ESCOLA.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	AMPLIAÇÃO DA ILEGALIDADE NOS MANANCIAIS ACERCA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. AS PESSOAS REMOVIDAS DE ÁREAS CENTRAIS OCUPAM AS ÁREAS DE MANANCIAIS E EM 20 ANOS TUDO VAI SER IMPERMEABILIZADO CRIANDO CIDADE CONSOLIDADA.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 3 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	A DRENAGEM OCASIONANDO AS ENCHENTES.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	DELIMITOU AS MACROZONAS E, EM ESPECIAL, A MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	ESTABELECEMENTO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL, MACROZONAS, MACROÁREAS, REDE HÍDRICA ESTRUTURAL, EIV. AAE COMO PARTE DO PLANEJAMENTO URBANO.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAL, EM ESPECIAL NA ZONA SUL DA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	O MAPEAMENTO DAS ZEPAM FOI UM GRANDE AVANÇO.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	A IMPLANTAÇÃO DE PARQUES LINEARES AO LONGO DE CÓRREGOS QUE ERAM DEGRADADOS.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL. PARQUES LINEARES E CICLOVIAS ESTÃO SAINDO DO PAPEL.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE INSTRUMENTOS EFETIVOS DE GARANTIR A PERMANÊNCIA E O ADENSAMENTO POPULACIONAL EM ÁREAS VALORIZADAS PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA O QUE PERMITIRA DIMINUIR A PRESSÃO NAS ÁREAS PROTEGIDAS.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTOU INTEGRAÇÃO NO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SETORES DA PREFEITURA NA ÁREA AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTOU ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE 96 PLANOS DE BAIRRO, UM PARA CADA DISTRITO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	CONFLITO NÃO RESOLVIDO ENTRE IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS FRÁGEIS E NECESSIDADE DE MORADIA.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NAS CONTRAPARTIDAS AMBIENTAIS.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO DEMOCRÁTICA
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	MELHOROU A ORGANIZAÇÃO DA VISÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E ADEQUAÇÃO DO CRESCIMENTO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	O PDE MOSTROU INÚMERAS FALHAS NA SUA CONCESSÃO E INTRODUÇÃO PRÁTICA. FALHAS VIRAM OPORTUNIDADES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	HOUE PREVISÃO DO TCA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	PROTEÇÃO DAS RESERVAS FLORESTAIS. SERRA DA CANTAREIRA.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	ACONTECEU UM AUMENTO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	HOUE INCENTIVO AOS PARQUES LINEARES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	A IMPLEMENTAÇÃO DOS PARQUES LINEARES EM ALGUMAS REGIÕES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	NÃO HOUE A PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DAS ÁREAS RURAIS DA CIDADE.	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL DOS PROJETOS IMOBILIÁRIOS.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	O PODER PÚBLICO NÃO TEM EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO PARA AS ZEPAM.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	AS ÁREAS INUNDÁVEIS E AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL CONTINUAM SENDO OCUPADAS, MAS NÃO DE FORMA SUSTENTÁVEL.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA DA SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PDE.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE MECANISMOS PARA A PRESERVAÇÃO EFETIVA: EM PRESERVAÇÃO. TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR – SERVIÇOS AMBIENTAIS.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA A CONSOLIDAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTA DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISTO NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTOU POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO E DE DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA E COMPATIVEL DE HABITAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA DE MANANCIAL.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO E DE DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA E COMPATIVEL DE HABITAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA DE MANANCIAL.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	MELHORIA NO CONTROLE E AÇÕES; POLUIÇÃO DO AR (AVIAÇÃO); VALE DO CABUÇU; JAÇANÁ/TREMEMBÉ.	MEIO AMBIENTE	POLUIÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	O PDE NÃO CONTRIBUIU PARA A PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E INSTALAÇÃO DE CAMINHOS VERDES.	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	FALTOU AÇÕES AMBIENTAIS QUE MELHOREM A QUALIDADE DE VIDA NA ÁREA URBANIZADA, ALÉM DAQUELAS DESTINADAS ÀS ÁREAS DE PROTEÇÃO.	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	AS RESERVAS TERRITORIAIS DOS ESPAÇOS VAZIOS CONTEMPLARAM A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NAS ÁREAS VERDES.	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	A IMPLANTAÇÃO DE MAIS ATERROS SANITÁRIOS EM ÁREAS DE MANANCIAIS.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAIS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	É NECESSÁRIA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE BAIRRO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	VERTICALIZAÇÃO DESENFREADA.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	A MACROZONA NÃO RETRATA A SITUAÇÃO REAL E NECESSITA SER REVISTA.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE VÁRZEA E CONFLITO COM A QUESTÃO AMBIENTAL.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	GRUPO 4	PROBLEMA COM A IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO.	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	ESTABELECEMENTO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA FINS DE PLANEJAMENTO URBANO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAS NA ZONA SUL.	MEIO AMBIENTE	MANANCIAS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	MAPEAMENTO DE ZEPAM.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES LINEARES EM CÓRREGOS DEGRADADOS	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA DE PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO GERARAM ADENSAMENTO POPULACIONAL E DE INFRAESTRUTURA CAUSADO PELA EXCLUSÃO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA INTEGRAÇÃO DE SETORES DA PREFEITURA PARA GESTÃO DE ÁREAS AMBIENTAIS.	MEIO AMBIENTE	INTEGRAÇÃO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE BAIROS	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	CONFLITO ENTRE ÁREAS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL E NECESSIDADE DE MORADIA.	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
GRUPO 4 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	INSTRUMENTOS FALHOS DE CONTROLE AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	ARTICULAÇÃO SETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	CONTROLE DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E ESTÍMULO A FONTES DE NÃO POLUENTES DE TRANSPORTE	MEIO AMBIENTE	POLUIÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	O USO MISTO DA CIDADE NÃO ACONTECEU	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	EDUCAÇÃO POPULAR: CONSUMO CONSCIENTE; PARTICIPAÇÃO; CONTROLE SOCIAL	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	CONSELHO MOBILIDADE URBANA	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	AMPLIAÇÃO DE PARQUES – ÁREAS VERDES / PARQUES LINEARES	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	MANUTENÇÃO DAS MACROZONAS – PROTEÇÃO AMBIENTAL – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	COLETA DE RESÍDUO ECO PONTOS	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	ABORDAGEM DOS ELEMENTOS AMBIENTAIS PRESENTES NO PDE (INSERÇÃO DE VARIÁVEIS E PARÂMETROS AMBIENTAIS)	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FORAM IMPLANTADAS AS ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	INSTITUIU INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS QUE PODERIAM RECUPERAR ÁREAS AMBIENTALMENTE FRAGILIZADAS	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	SISTEMA DE INDICADORES AMBIENTAIS (CRIAÇÃO)	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	INDICAÇÃO DE PARQUES LINEARES A SEREM IMPLANTADOS	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE ARTICULAÇÃO SETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	EXPANSÃO IMOBILIÁRIA FORA DE CONTROLE	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO REGULAMENTOU REFERIDOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E AÇÕES SETORIAIS EFETIVAS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE TRANSPARÊNCIA E DE DADOS ABERTOS	GESTÃO DEMOCRÁTICA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	O METRÔ NA ZONA OESTE MELHOROU.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	A PREFEITURA CEDEU E PASSOU A OUVIR A SOCIEDADE CIVIL	GESTÃO DEMOCRÁTICA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	CONSCIÊNCIA DA POPULAÇÃO QUE VERDE É VIDA	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	UTILIZAÇÃO INSTRUMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL (EIA / EIV)	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	ESTABELECIAMENTO DE LIMITES TEÓRICOS E DE EXPANSÃO URBANA	MEIO AMBIENTE	BORDAS AMBIENTAIS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	ATUALIZAÇÃO CADASTRO DE ÁREAS DE RISCO	MEIO AMBIENTE	ÁREAS DE RISCO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	PLANO DE MACRODRENAGEM PARA O MSP	MEIO AMBIENTE	DRENAGEM
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	AINDA PRECISA-SE DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E INCENTIVOS PARA PROMOVER A SUSTENTABILIDADE NAS ÁREAS URBANIZADAS	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA PARA DEFINIÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS ANTES DA DEFINIÇÃO DO URBANISMO	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	VISÃO DE DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E NÃO OPOSIÇÃO ENTRE "CIDADE X ÁREAS VERDES"	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	DEFINIÇÃO LIMITES TÉCNICOS PARA A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CONSIDERANDO O MEIO FÍSICO.	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO HÁ UMA DIRETRIZ QUE DETERMINE A QUESTÃO DE SUSTENTABILIDADE EM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO SE ADOTARAM OS PRINCÍPIOS DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL NEM REUTILIZAÇÃO RESÍDUOS CONSTRUÇÃO CIVIL.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE MECANISMOS DE ATUAÇÃO EM ÁREAS PARTICULARES ABERTAS.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO SE INTEGRARAM OS PLANOS DE DRENAGEM CONSIDERANDO AS SUBBACIAS COMO UNIDADE REFERÊNCIA	MEIO AMBIENTE	REDE HÍDRICA AMBIENTAL
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE IMPACTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS (EIV / EIA) GERENCIAR DESTINAÇÃO COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DA CARTA GEOTÉCNICA DA CIDADE DE SP	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS ASSOCIADOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS (ISENÇÃO IPTU / REDUÇÃO ICMS...)	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAS	MEIO AMBIENTE	MANANCIAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	COLETA SELETIVA DE LIXO NÃO É EFETIVA	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	A FALTA DE DIÁLOGO DAS SECRETARIAS PARA DESENVOLVER OS PARQUES LINEARES	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	O GOVERNO NÃO FAZ O TRABALHO ADEQUADO EM RELAÇÃO AOS ESGOTO RESIDENCIAL. A CDHU FALA QUE É OBRIGAÇÃO DA SABESP.	MEIO AMBIENTE	RESÍDUOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS, PRAÇAS E UBS NÃO MELHORARAM	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	INTEGRAÇÃO EFETIVA DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS ÀS POLÍTICAS SETORIAIS	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	CONHECIMENTO DOS COMPROMETIMENTOS DAS RESERVAS SUBTERRÂNEAS E MONITORAMENTOS / BOMBAMENTOS	MEIO AMBIENTE	APTIDÃO DO MEIO FÍSICO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO MELHOROU O DIÁLOGO COM PODER PÚBLICO E SOCIEDADE PARA ADEQUAR AS MUDANÇAS DO PDE	GESTÃO DEMOCRÁTICA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO DE ÁREAS DE RISCO E ENCHENTES E ESCORREGAMENTOS	MEIO AMBIENTE	ÁREAS DE RISCO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	A NÃO COMUNICAÇÃO DOS TRANSPORTES COLETIVOS E A POPULAÇÃO DA ZONA OESTE NÃO MELHORARAM	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTAM AS CICLOVIAS JÁ PREVISTAS NA ZONA OESTE - PERIFERIA	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	ÁREAS VERDES: NÃO FINALIZADAS, PROBLEMAS DE GESTÃO	MEIO AMBIENTE	SISTEMAS DE ÁREAS VERDES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE COORDENAÇÃO DAS SECRETARIAS NA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	GESTÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS QUE CAUSAM IMPACTO	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO HOUE O CUMPRIMENTO DA DIRETRIZ DE IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS EM PARQUES LINEARES E CAMINHOS VERDES	MEIO AMBIENTE	PARQUES LINEARES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	UTILIZOU POUCA A ECOLOGIA URBANA	MEIO AMBIENTE	RURAL E URBANO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	FALTA DE MONITORAMENTO E AJUSTE	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	RETOMADA DO SISTEMA DE INDICADORES AMBIENTAIS	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	METAS DE PARQUES NÃO FORAM RESPEITADAS	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	GESTÃO DEFICITÁRIA, SVM: EQUIPE / CAPACIDADE	MEIO AMBIENTE	GESTÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	GRUPO 5	NÃO CONCRETIZOU POLÍTICAS PARA MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	ABORDAGEM DE ELEMENTOS AMBIENTAIS NO PDE E AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS AMBIENTAIS.	MEIO AMBIENTE	GESTÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
04.05.2013 Avaliação Temática - Meio Ambiente - CONTRIBUIÇÕES GRUPO				
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	criação da ZEPAM.	MEIO AMBIENTE	ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	AMPLIAÇÃO DOS PARQUES, ÁREAS E PARQUES LINEARES.	MEIO AMBIENTE	PARQUES
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	PROPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DAS MACROZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	MACROZONEAMENTO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	SISTEMA DE INDICADORES AMBIENTAIS QUE AVANÇOU EM 2004 E DEPOIS TEVE RETROCESSO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	EXPANSÃO IMOBILIÁRIA FORA DE CONTROLE	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO (EX: VERTICALIZAÇÃO, ADENSAMENTO, ETC)
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	APERFEIÇOAMENTO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL.	MEIO AMBIENTE	INSTRUMENTOS
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	NÃO HAVER INTEGRAÇÃO ENTRE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE COM AÇÃO SETORIAIS EFETIVAS	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
GRUPO 5 MEIO AMBIENTE	PLENÁRIA	FALTA DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL PARA PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NA DISPONIBILIDADE DE DADOS REFERENTE A AÇÕES EM ANDAMENTO DO PODER PÚBLICO.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

REGISTRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

1ª ETAPA. Atividades de Avaliação Participativa

OFICINAS TEMÁTICAS

OFICINA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

Data: 04.05.2013 (tarde)

Local: UNINOVE BARRA FUNDA

Número de Participantes: 610 credenciados desde a parte da manhã e 250 participantes da oficina.

Número de oficinas/ salas: (5)

Cartelas utilizadas: (2) cores, uma para cada questão.

Temas mais debatidos: Rede hídrica, saneamento e aptidão do meio físico.

Objetivo das oficinas: Compartilhar as avaliações trazidas pela sociedade e avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais secretarias, sobre a aplicação do PDE de 2002.

Descrição da Atividade de Oficina Avaliativa:

1. AS OFICINAS AVALIATIVAS tiveram início com a apresentação da avaliação produzida pela equipe técnica de SMDU e SVMA sobre o tema específico – MEIO AMBIENTE - com duração de aproximadamente 40 minutos. Estiveram presentes na mesa: o Secretário de SMDU – Fernando de Mello Franco, o Diretor do Departamento de Urbanismo de SMDU – Anderson Kazuo Nakano, a geógrafa de SMDU – Olga Gross.

2. Na seqüência, os participantes reunidos em plenário foram divididos em salas de aproximadamente 40 pessoas. As salas estavam ambientadas com TNT e cartazes com o seguinte conteúdo:

- a) Uma QUESTÃO apresentada para estimular o debate – **NA SUA OPINIÃO COMO O PDE CONTRIBUIU PARA MELHORAR OU NÃO A QUALIDADE AMBIENTAL EM SÃO PAULO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS?**
- b) Objetivos da revisão do PDE (7 objetivos Gerais)
- c) ACORDOS
- d) Orientações para Escrita

3. Foi aplicada a técnica de visualização de idéias por cartelas. Os participantes foram convidados a anotar em cartelas, individualmente, respostas às perguntas formuladas. Nessa etapa os moderadores estavam disponíveis para atender quem solicitasse ajuda para a escrita.
4. Na seqüência, os presentes foram convidados a se agrupar em grupos de 5 a 8 pessoas para debater as idéias anotadas: comparar idéias semelhantes e identificar idéias conflitantes, de tal forma a apresentar o conjunto de idéias debatidas para a sala – sempre respeitando a regra de uma cartela por idéia, não havendo restrição quanto ao número de idéias. Nesta oficina foram utilizadas cartelas de (2) cores, uma para cada questão (COMO MELHOROU E COMO NÃO MELHOROU).
11. Além de agrupar avaliações semelhantes, os grupos puderam construir, a partir do debate, novas avaliações além daquelas indicadas nas cartelas individuais.
12. Um porta-voz indicado por cada subgrupo leu a idéia para a sala e entregou a cartela ao moderador, que teve como tarefa construir “nuvens” de idéias comuns, afixando no TNT de acordo com a proximidade do assunto.
13. Afixadas no painel, de forma agrupada, todas as idéias produzidas pelo grupo, cada participante foi convidado a “votar” em até (3) propostas que considerasse mais importante dentro daquele conjunto. As (5) idéias mais votadas foram levadas para o plenário pelo porta-voz indicado pela sala.
14. Lidas as idéias mais votadas, a mesa abriu algumas rodadas de inscrições para a Plenária, com a possibilidade de novas contribuições.
15. Além disso, houve também a possibilidade de entrega de contribuições por escrito, em formulários padrão.
16. Para registro no banco de contribuições desta atividade, foram consideradas todas as cartelas com contribuições (provenientes dos subgrupos e votadas pelo grupo para apresentação na plenária), as falas individuais feitas em plenária e as contribuições por escrito.

Avaliação da Oficina Temática de MEIO AMBIENTE: Esta oficina ocorreu na parte da tarde, na seqüência da oficina de Habitação. Parte dos participantes da atividade da manhã permaneceram, mas a maioria do público inscreveu-se à tarde, contando a atividade com cerca de 250 participantes. Movimentos ambientalistas e representantes do segmento acadêmico trouxeram muitas contribuições, sendo os temas mais discutidos “bordas ambientais”, “mananciais”, “áreas de risco” e “saneamento”.



REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO

PRIMEIRA ETAPA

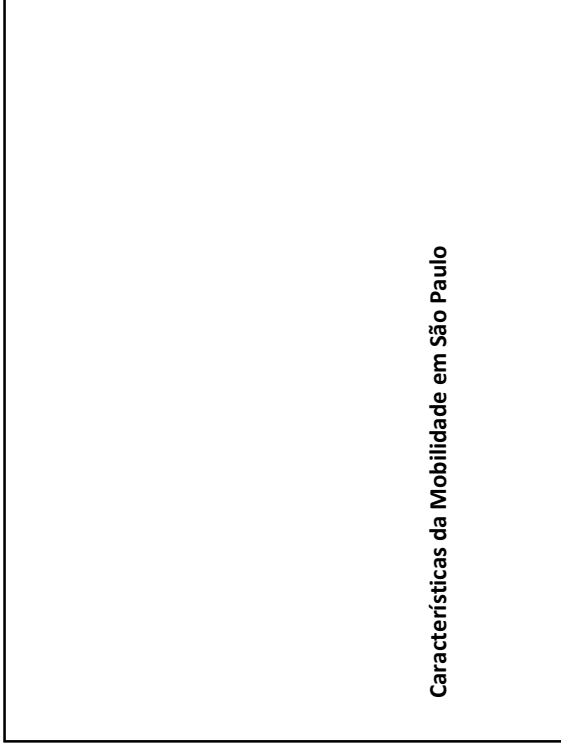
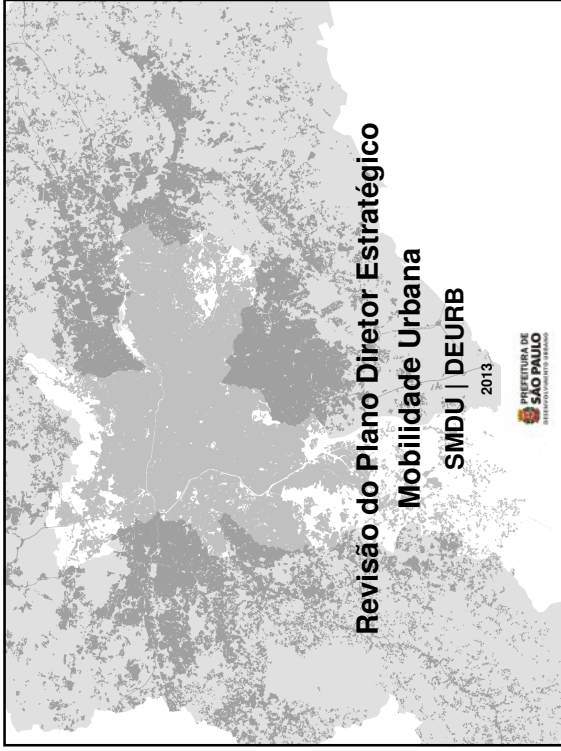
MOBILIDADE URBANA

07/05/2013

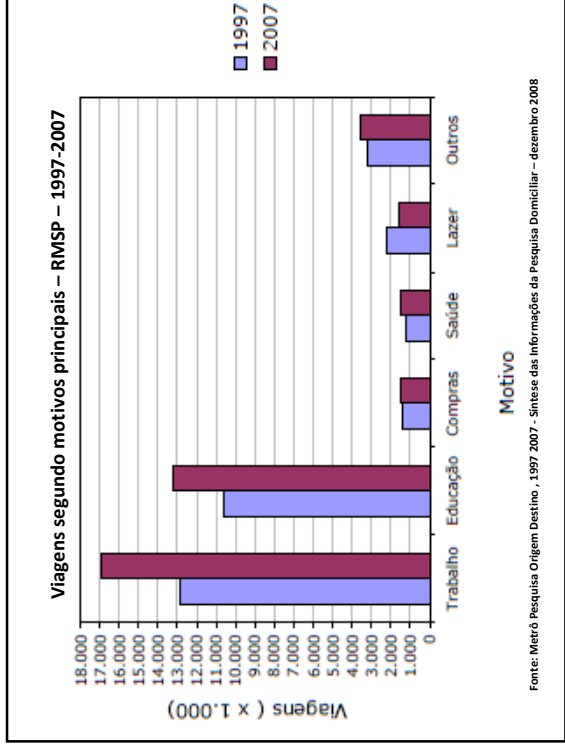
Relatório Fotográfico
Apresentação – Power Point
Sistematização das Propostas Apresentadas
Relatório Sintético

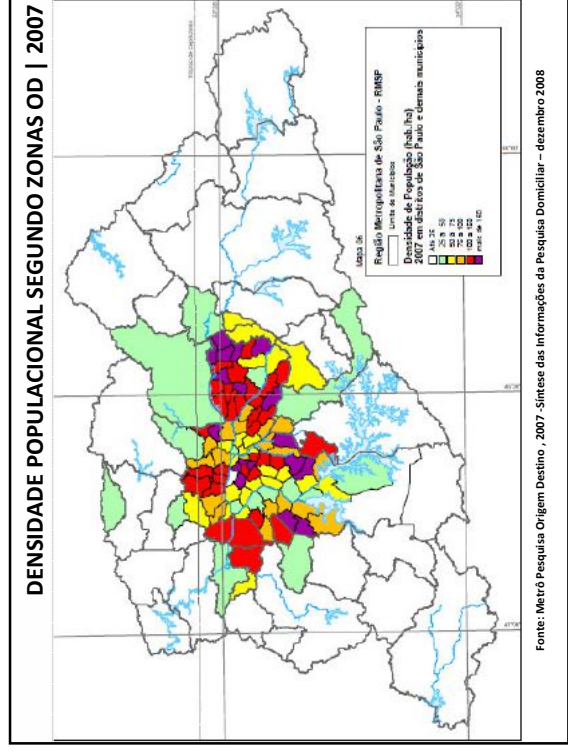
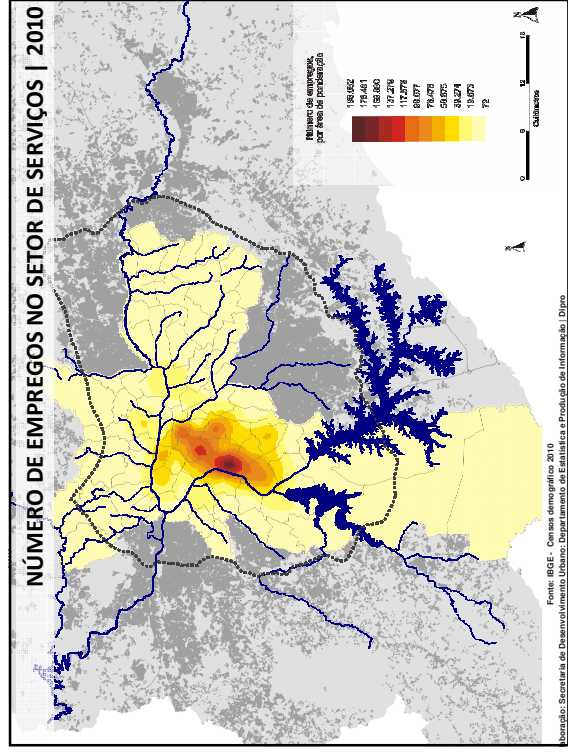
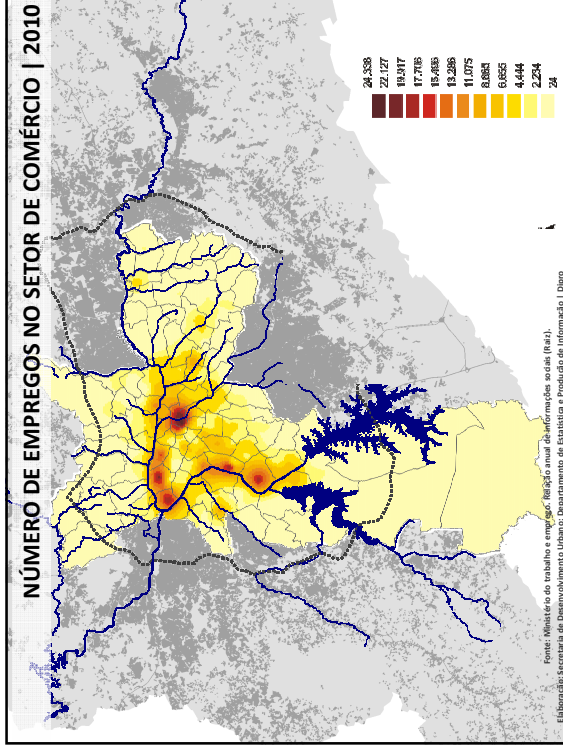
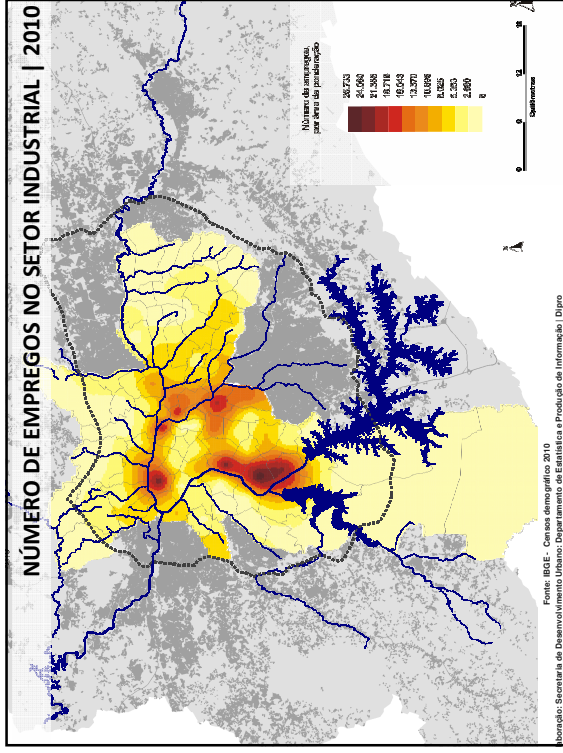
Registro fotográfico -07/05/2013

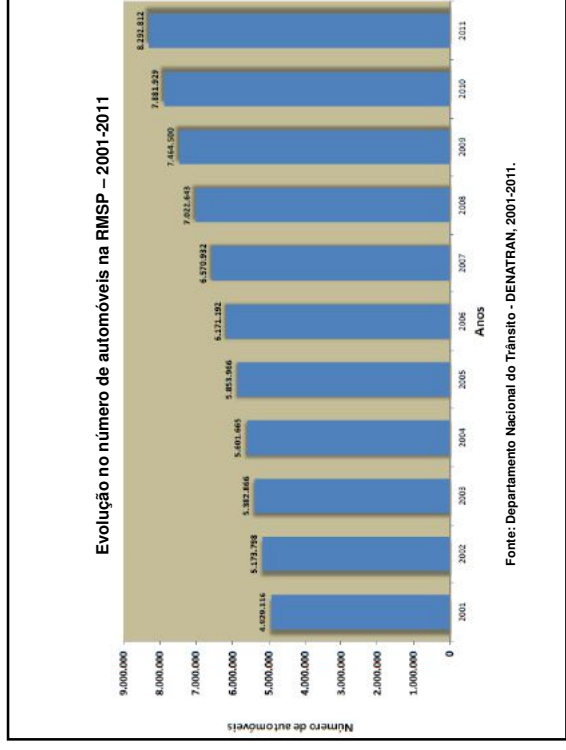
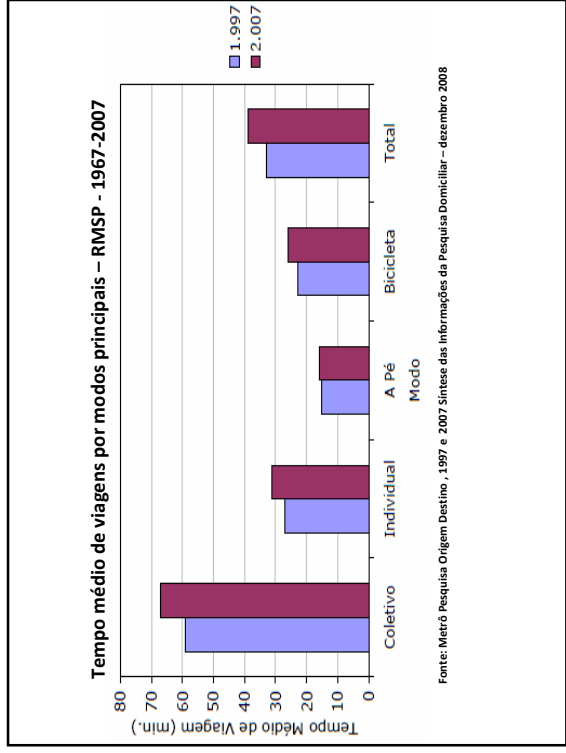
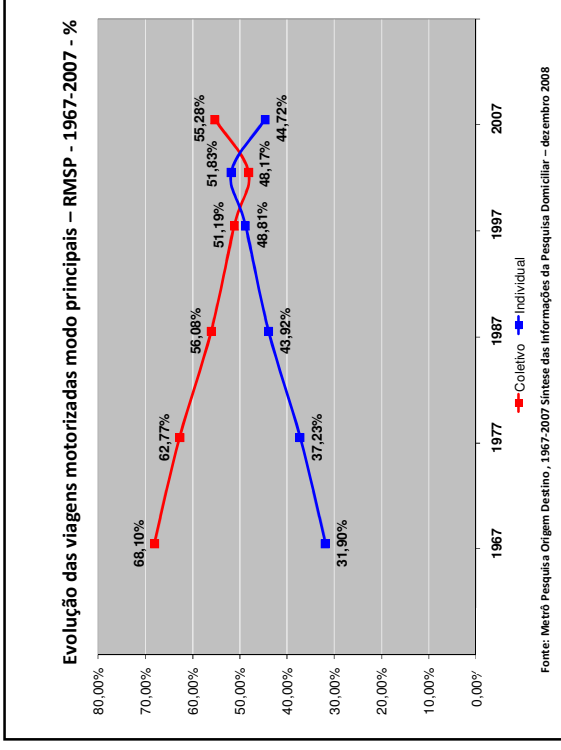
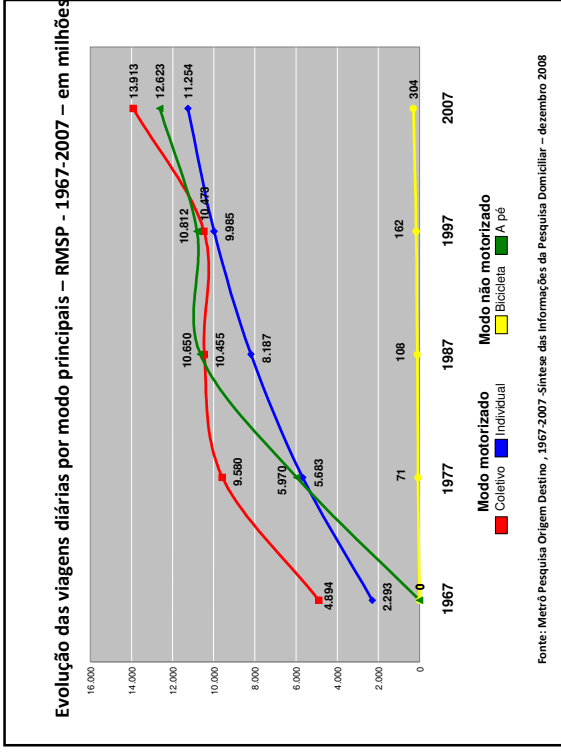


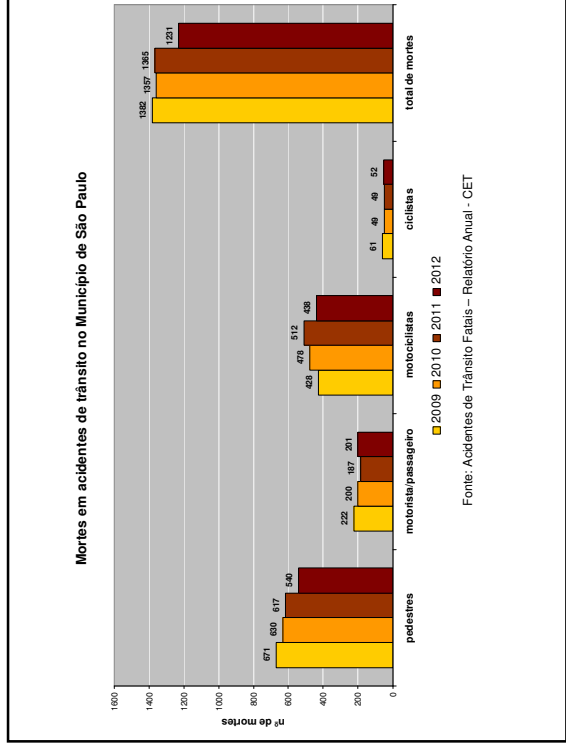
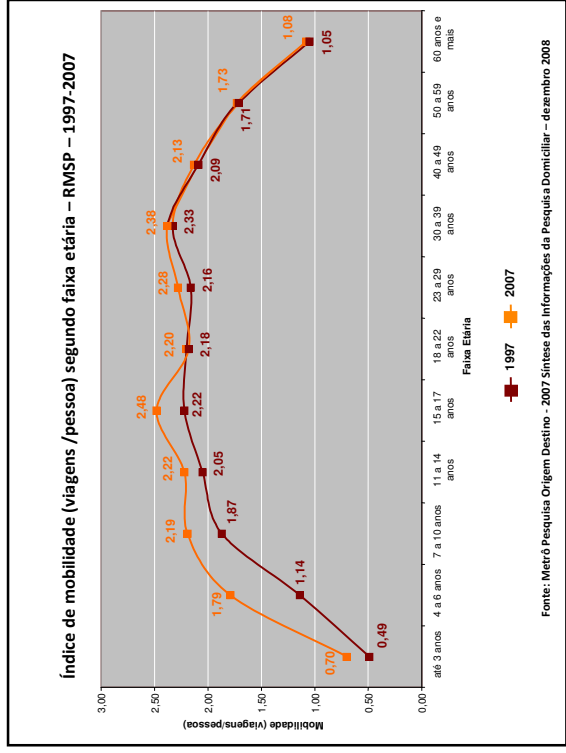
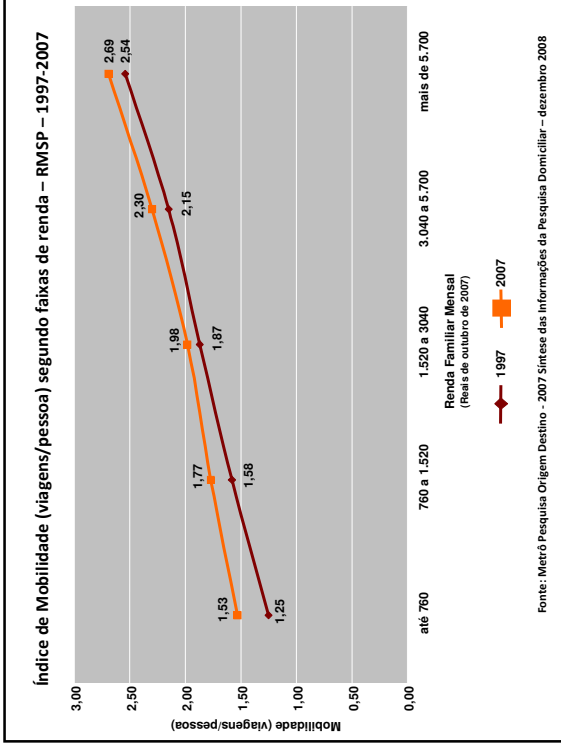
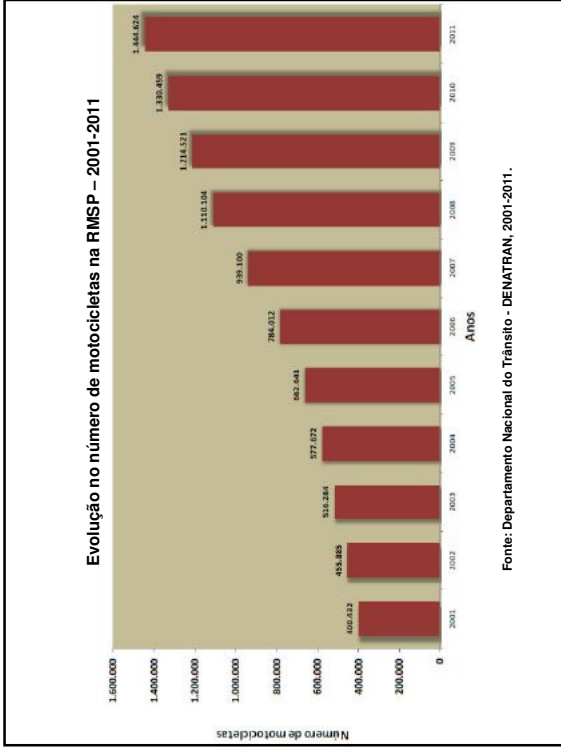


- 25,2 milhões de viagens diárias motorizadas na RMSP;
 - 18,0 milhões de viagens diárias motorizadas no MSP;
 - 7,2 milhões de pessoas realizando os 18,0 milhões de viagens diárias no MSP;
 - 4,5 milhões de pessoas utilizando modos coletivos no MSP;
 - 2,7 milhões de pessoas utilizando modos individuais no MSP.
- Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 2007 - Premissas para um Plano de Mobilidade Urbana, 2012

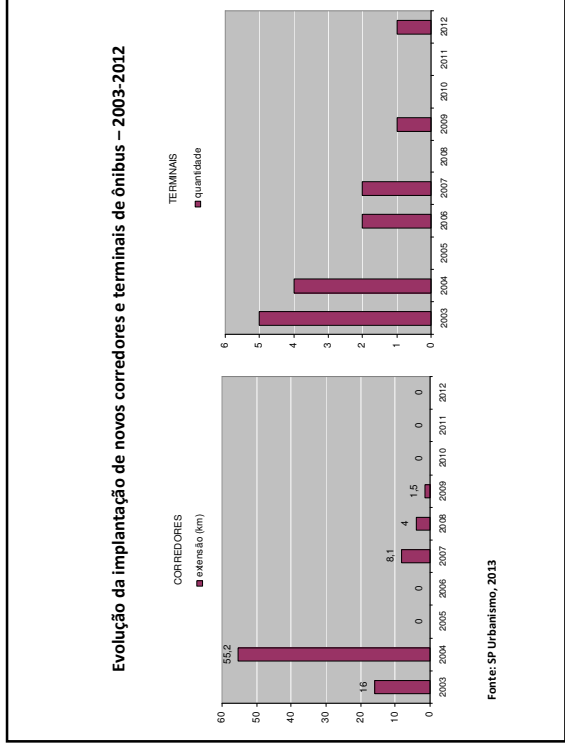
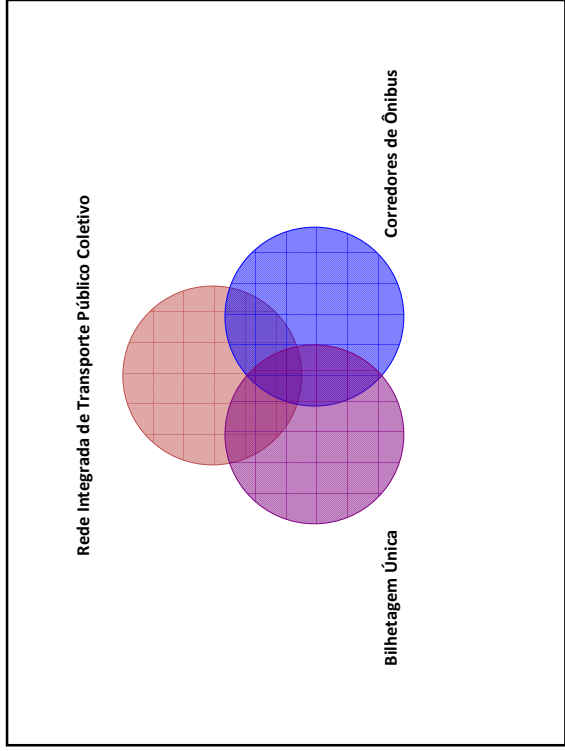
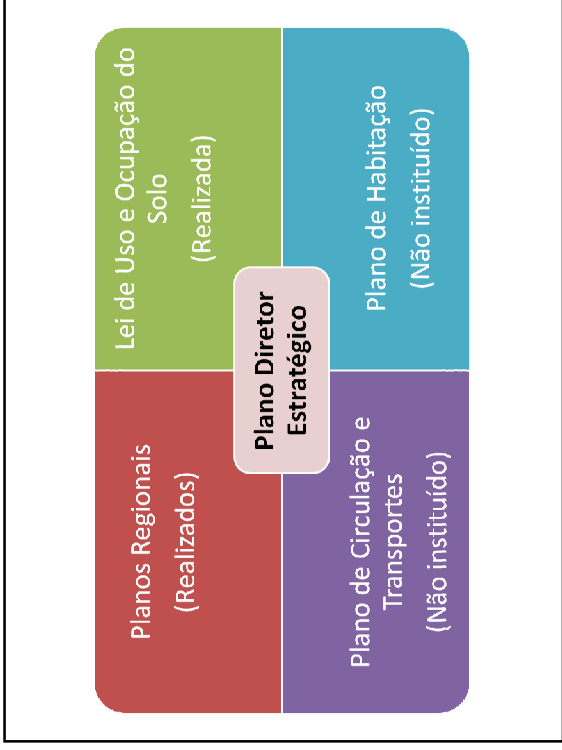


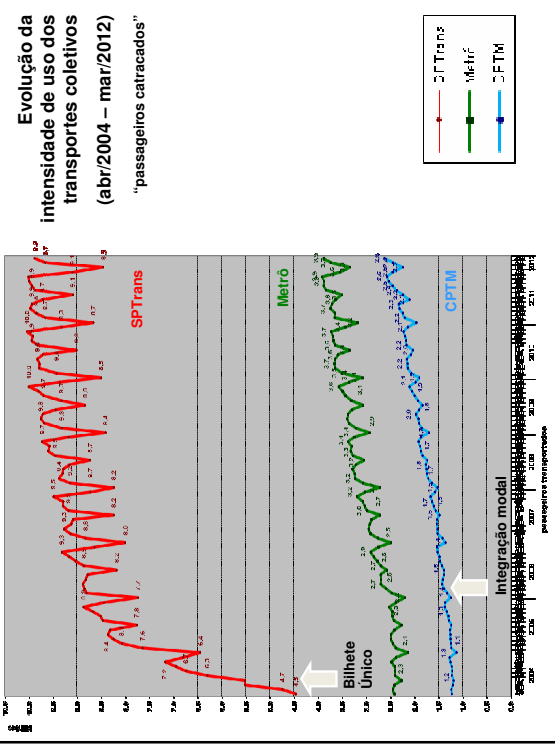






Componentes da mobilidade trabalhados no PDE 2002



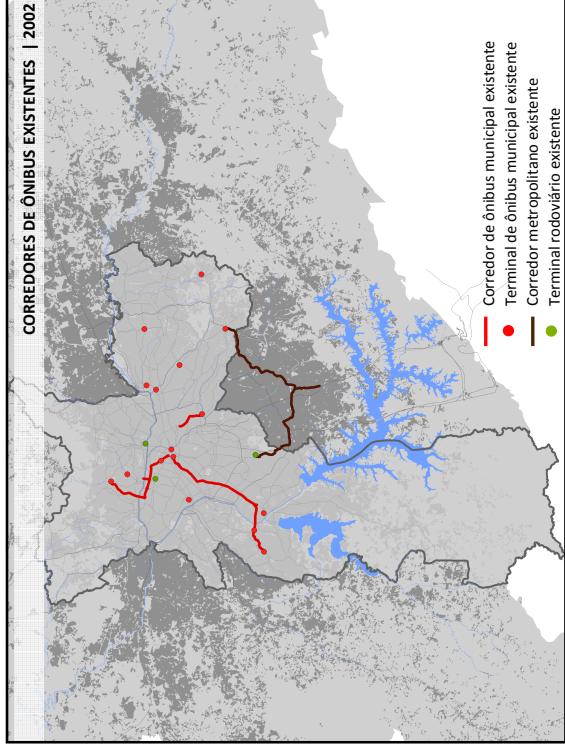


Em setembro de 2002 o Município de São Paulo possuía 39,7 km de corredores de ônibus municipais em operação

- Corredor Paes de Barros;
- Corredor Santo Amaro/Nove de Julho;
- Corredor Vila Nova Cachoeirinha e
- Corredor Itapeperica.

Em setembro de 2002 o Município de São Paulo possuía 14 terminais de ônibus municipais.

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano



O PDE 2002 propôs a construção de uma rede com 325 km de corredores de ônibus municipais

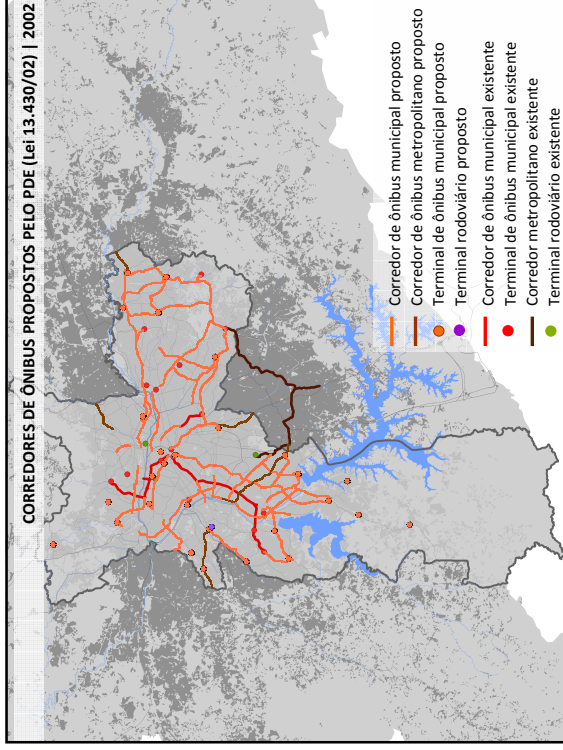
- 117 km planejados até 2006 e
- 169 km planejados até 2012.

O PDE 2002 propôs a construção de 28 terminais de ônibus municipais

- 5 terminais até 2006
- 23 terminais até 2012

O PDE 2002 propôs a construção de 1 terminal de ônibus interestaduais

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

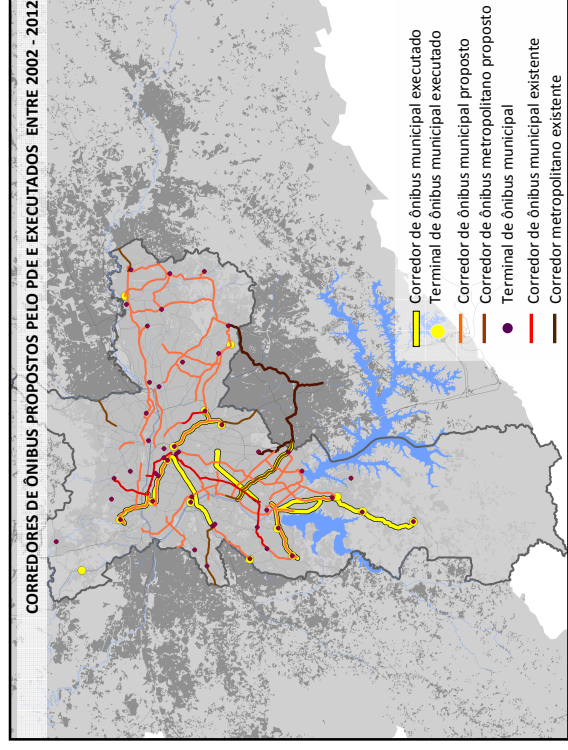
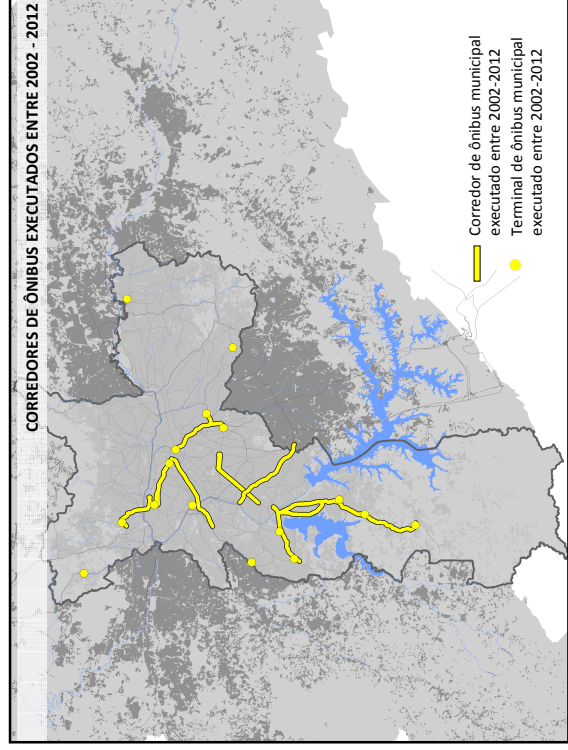


Entre 2002 e 2012 foram implantados aproximadamente 85 km de corredores de ônibus municipais

Pirituba – Lapa – Centro - (16,0 km) - 12/2003;
 Guarapiranga - (9,3 km) - 08/2004;
 Ibirapuera - (4,8 km) - 08/2004;
 Rebouças - (9,8 km) - 09/2004;
 Rio Bonito - (31,3 km) - 09/2004;
 Expresso Tiradentes (Sacomã) - (8,1 km) - 03/2007;
 Ibirapuera (Pedro de Toledo/Borges Lagoa) - (2,0 km) - 01/2008;
 Ibirapuera (Vereador José Diniz) - (2,0 km) - 02/2008;
 Expresso Tiradentes (Vila Prudente) - (1,5 km) - 03/2009.

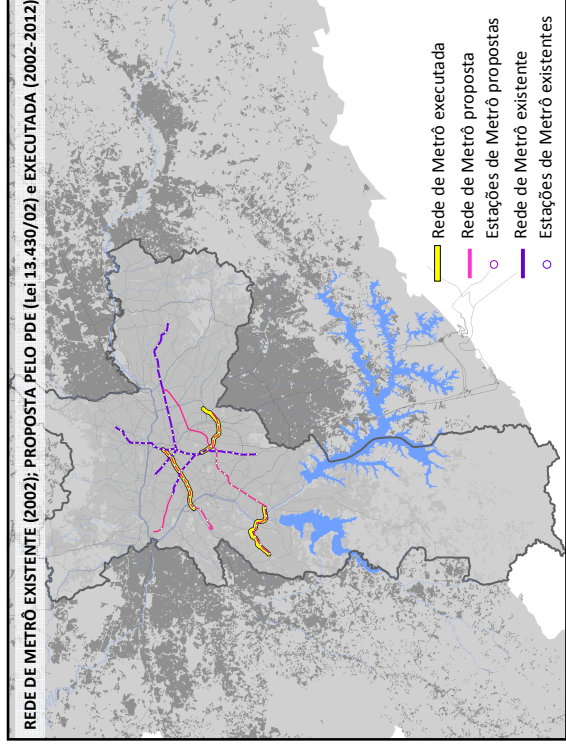
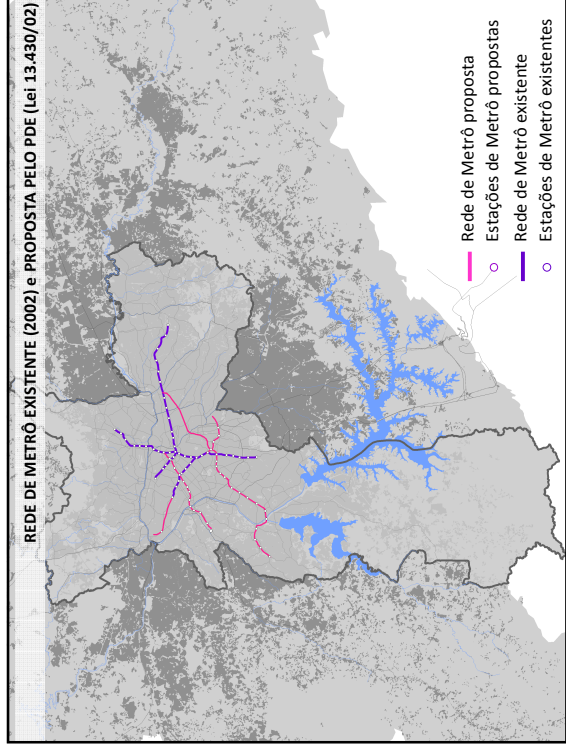
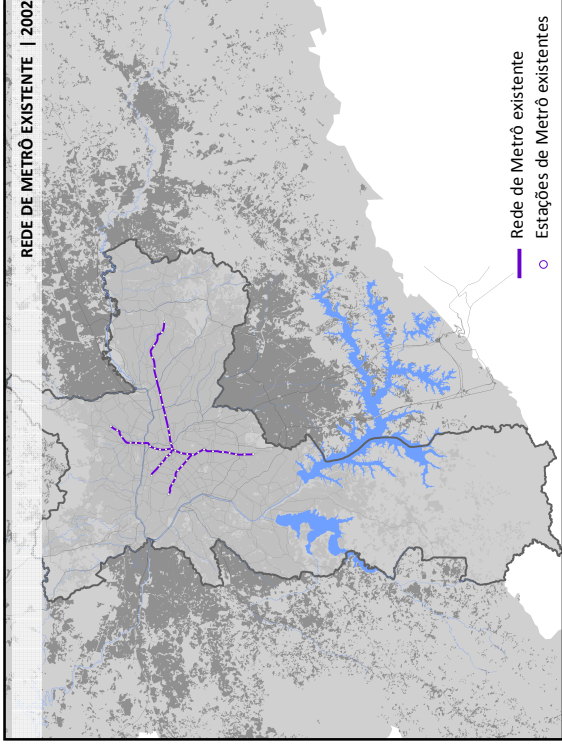
Entre 2002 e 2012 foram construídos 15 terminais de ônibus municipais

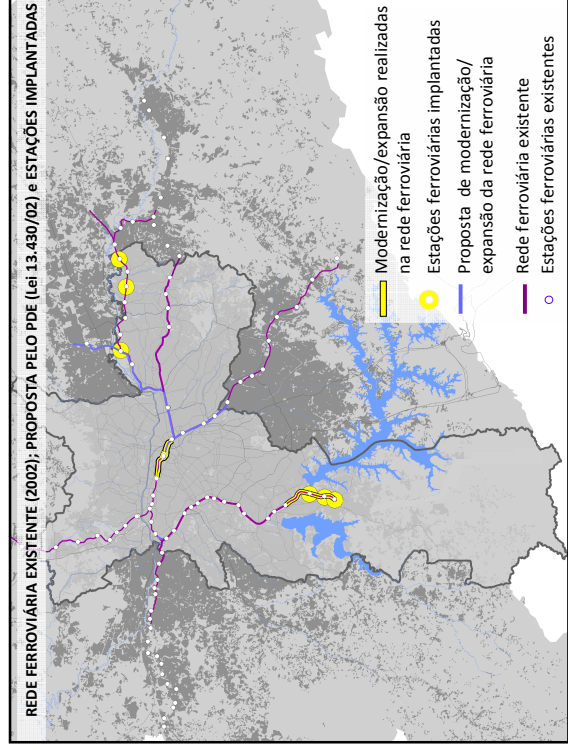
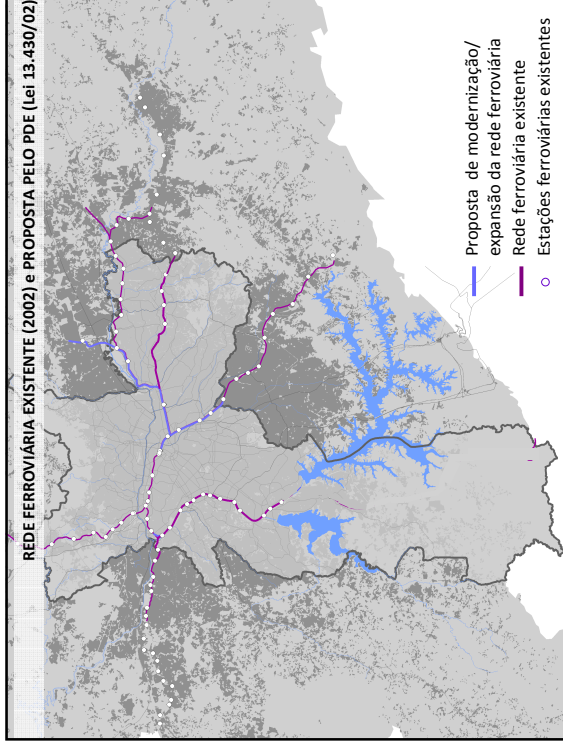
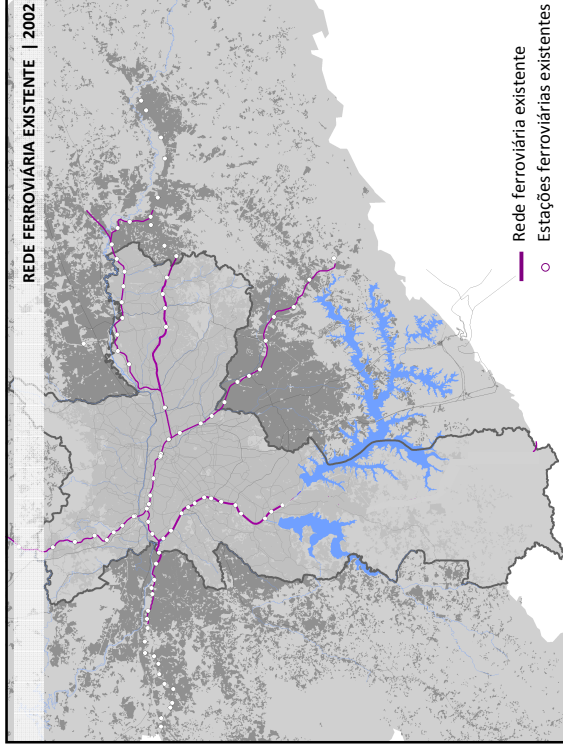
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano





Corredor Eusébio Matoso





Componentes da mobilidade pouco trabalhados no PDE 2002



58 km de ciclorrotas implantadas (2002-2012)

- sinalização vertical
- pintura no solo com o símbolo da bicicleta
- velocidade máxima 30 km/h

Fonte: www.cetesp.com.br - (abril de 2013)



3,3 km de ciclofaixas implantadas (2002-2012)

- sinalização
- pintura de solo em vermelho
- mesmo sentido de circulação da via

Fonte: www.cetesp.com.br - (abril de 2013)



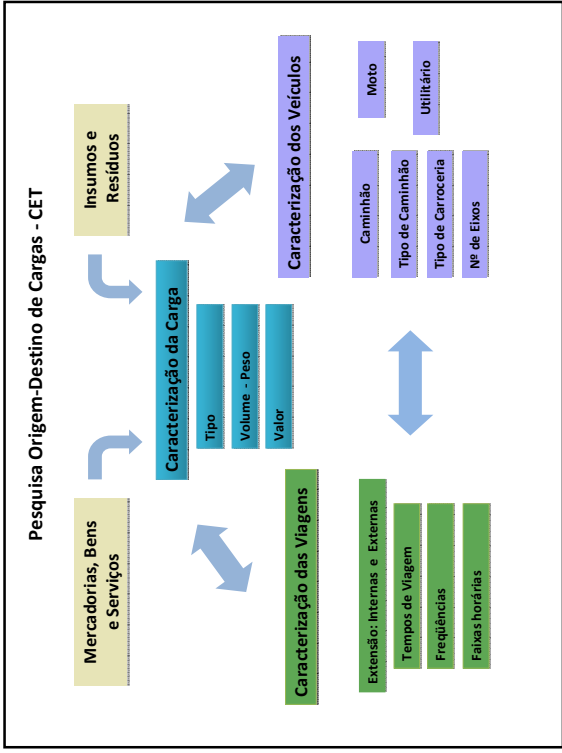
66,0 km de ciclovias implantadas (2002-2012)

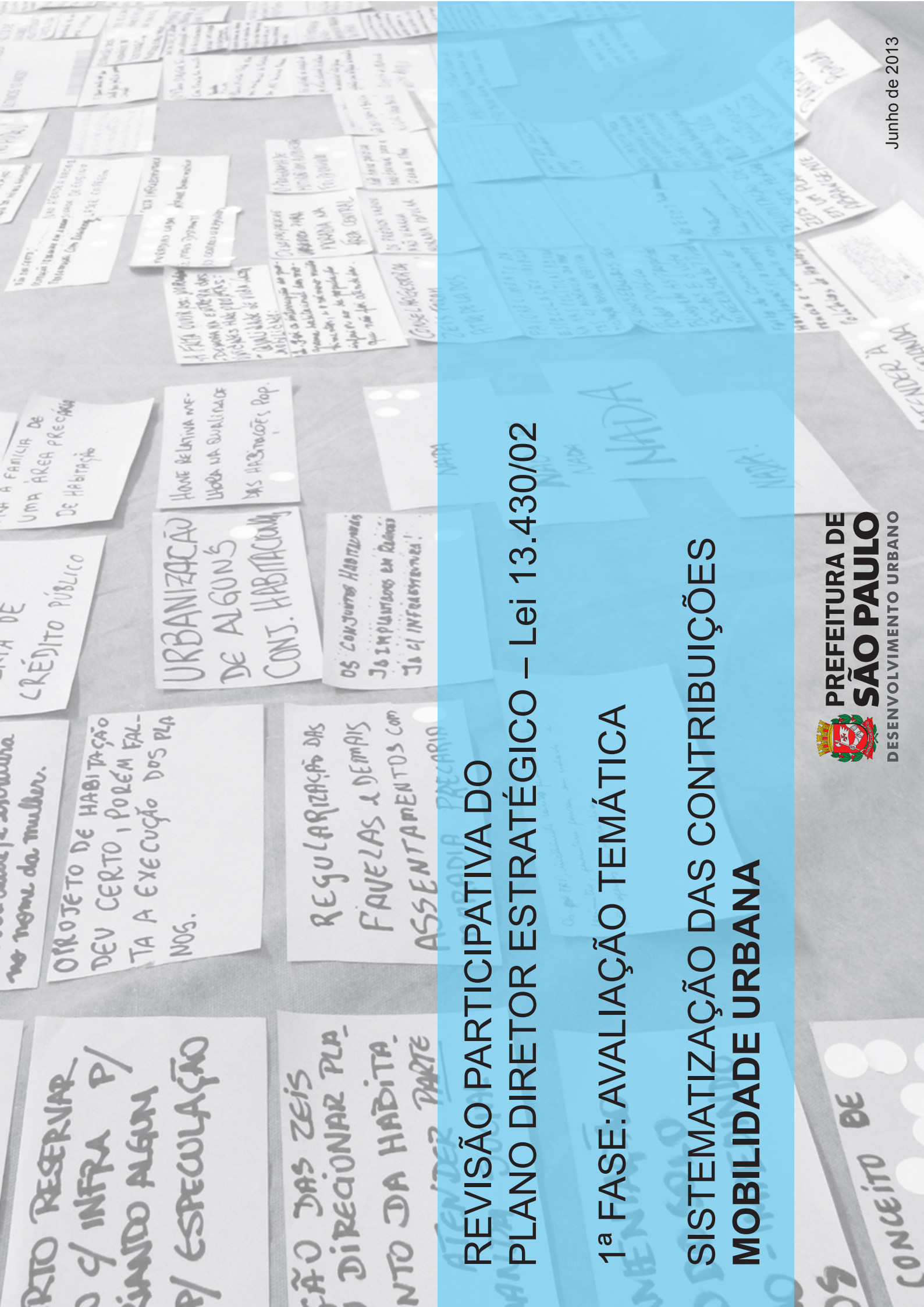
- sinalização
- pintura do solo em vermelho
- separação da via de automóvel

Fonte: www.cetesp.com.br - (abril de 2013)

Razões da escolha	Viagens de bicicleta 2007	%
Pequena distância	172.000	56,5
Condução cara	67.000	22,2
Ponto/ estação distante	4.000	1,3
Condução demora para passar	8.000	2,6
Viagem demorada	2.000	0,7
Condução lotada	2.000	0,7
Atividade física	20.000	6,6
Outros motivos	29.000	9,5
Total	304.000	100,0

Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 2007

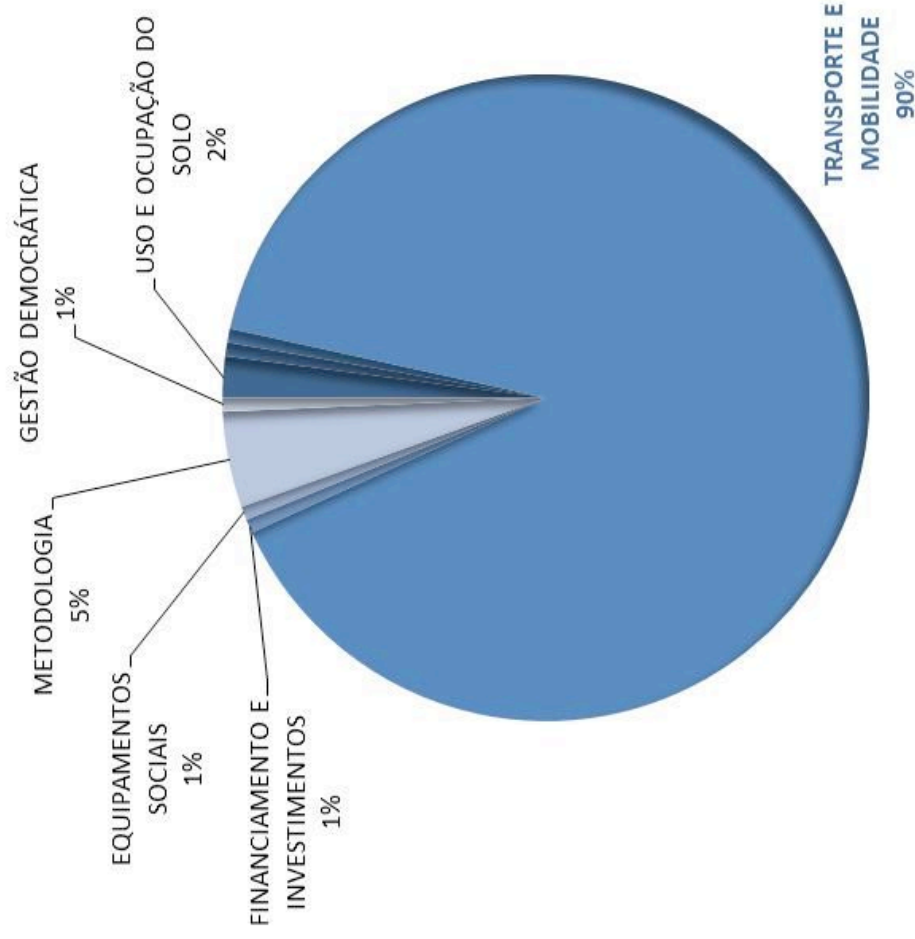




REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO – Lei 13.430/02

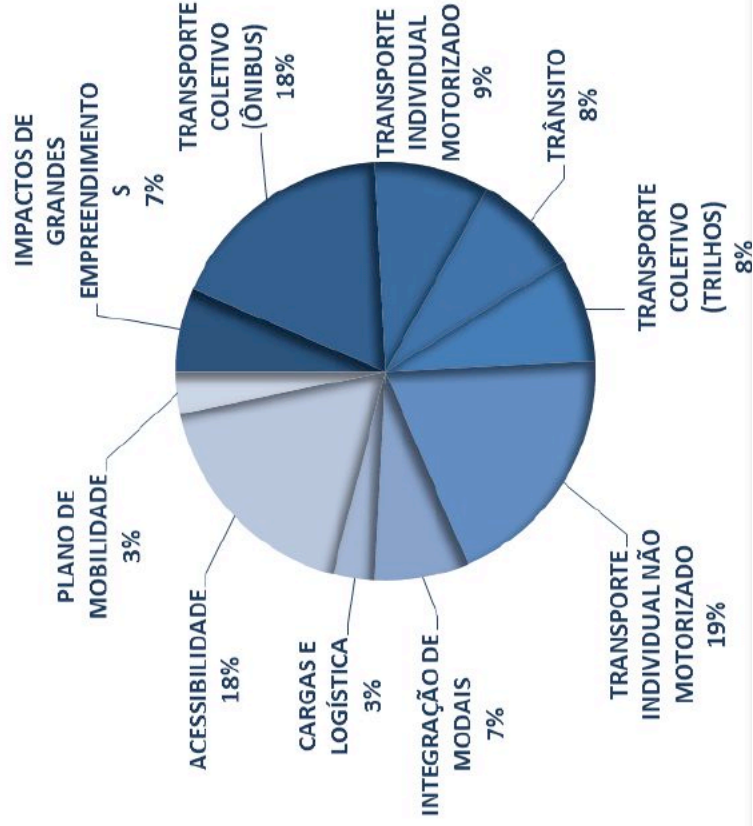
1ª FASE: AVALIAÇÃO TEMÁTICA SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES MOBILIDADE URBANA

A. TEMAS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES



CONTRIBUIÇÕES POR TEMAS	
Uso e ocupação do solo	3
Instrumentos urbanísticos	1
Habitação	1
Transporte e mobilidade	131
Financiamento e investimentos	1
Equipamentos sociais	1
Metodologia	7
Gestão democrática	1

B. SUBTEMAS



CONTRIBUIÇÕES POR SUBTEMAS	
Impactos de grandes empreendimentos	8
Transporte coletivo (ônibus)	22
Transporte individual motorizado	11
Trânsito	10
Transporte coletivo (trilhos)	10
Transporte individual não motorizado	24
Integração de modais	9
Cargas e logística	4
Acessibilidade	22
Plano de mobilidade	4
Total	124

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
ADALBERTO MALUF	FUNDAÇÃO CLINTON C40	REDUZIR VIAGENS: ESTAMOS AVANÇANDO COM A POLÍTICA DA HABITAÇÃO COM A MOBILIDADE, MAS TEMOS AINDA PROBLEMAS FEDERAIS COMO O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, ALÉM DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE USO MISTO DO SOLO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
ADALBERTO MALUF	FUNDAÇÃO CLINTON C40	PEDÁGIO URBANO É INTERESSANTE, MAS ANTES PRECISAMOS DE POLÍTICAS MAIS SIMPLES. RESTRIÇÃO DE ESTACIONAMENTO – SE EU TENHO LUGAR, EU VOU DE CARRO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
ADALBERTO MALUF	FUNDAÇÃO CLINTON C40	SE O PLANO DIRETOR FOR CUMPRIDO COM CORREDORES DE ÔNIBUS, AS PESSOAS VÃO PREFERIR USAR OS ÔNIBUS. A QUESTÃO DA EFICIÊNCIA, COM OS NOVOS CORREDORES. AÇÕES PRÁTICAS – FAIXAS ULTRAPASSAGEM, FAIXA DE EMBARQUE, PARA DAR MAIS VELOCIDADE – ÔNIBUS DE PISO BAIXO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
ADALBERTO MALUF	FUNDAÇÃO CLINTON C40	INTEGRAR MAPAS METROPOLITANOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	PROBLEMA DOS EMPREENDIMENTOS DOS BAIRROS SEM PLANEJAMENTO. BAIRRO DA FREGUESIA DO Ó, DEZENAS DE EDIFÍCIOS FORAM CONSTRUÍDOS, FAMÍLIAS E AUTOMÓVEIS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	HOJE A FREGUESIA SOFRE COM ESTRANGULAMENTO VIÁRIO – DEMORA DUAS HORAS PARA ATRAVESSAR O RIO TIETÊ. EMPRESA DE ENGENHARIA SE COMPROMETEU EM CONSTRUIR UM ACESSO PARA A FREGUESIA, MAS NADA ACONTECEU.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AILTON BARROS	TRIBUNA DEMOCRÁTICA DA REGIÃO NOROESTE	NOS BAIRROS, PLANOS DE BAIRROS SÃO IMPORTANTES – ECONÔMICO, SOCIAL. ORIENTAR AS CONSTRUÇÕES DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	PLANOS DE BAIRROS
ALEX SARTORI	PLENÁRIA	ANÁLISE QUE FIZEMOS COM PLANO – QUALITATIVO EM VEZ DE QUANTITATIVO. BOGOTÁ OS CORREDORES TEM DUAS FAIXAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
ALEX SARTORI	PLENÁRIA	BILHETE ÚNICO QUE NÃO É BILHETE ÚNICO – O BOM NÃO SE INTEGRAM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
ALEX SARTORI	PLENÁRIA	O QUE NÃO FOI FEITO PREVISTO NO PDE, SE AS PREVISÕES FORAM REAIS OU NÃO, SE PODIAM OU NÃO. A CIDADE CRESCER OU NÃO?	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ALEX SARTORI	PLENÁRIA	RECEIO DA ELABORAÇÃO DO PLANO – TODA A ANÁLISE FOI FEITA EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO SOMENTE, MAS NÃO REPRESENTA A MACROMETRÓPOLE (EXCETO OD) QUE TEM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS. QUAL É O PAPEL DA INDÚSTRIA DA CIDADE EM RELAÇÃO A MOBILIDADE, PERDENDO OS EMPREGOS E ATIVIDADES OU VAMOS CRIAR UM NOVO MODAL APROVEITANDO OS GRANDES EIXOS – FERROVIAS E HIDROVIAS.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
ALEX SARTORI MADEISE A. S. VARALLO	PLENÁRIA	PROJETO DE ESTAÇÃO DO METRO EM LOCAL ALAGÁVEL. É SÉRIO, PRECISA SER ESTUDADO COM MUITO CUIDADO – ATRÁS DO SESC POMPÉIA – É VÁRZEA DO CÔRREGO, NÃO É LOCAL PARA SE FAZER UMA INTERVENÇÃO DESTE TAMANHO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
ALEX SARTORI MADEISE A. S. VARALLO	PLENÁRIA	O LUGAR EM SI E PRECISA MESMO DE UM METRÔ NA POMPÉIA? A MEU VER É UM TRAMBOLHO A MAIS. UM É A ARENA E O OUTRO É O METRÔ – PARA LEVAR TORCEDOR PARA A ARENA. GULLIVER NO MEIO DA POMPÉIA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ANTONIO CUNHA	MOVIBELO	A ESPINHA DORSAL DE UMA CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE É A MOBILIDADE. SE SÃO ELEMENTOS ESTRUTURADORES, ELES QUE DEVEM COMEÇAR E NÃO OS INTEGRADORES. PORTANTO POR ELE QUE SE DEVE COMEÇAR, ESTABELECIMENTO DO QUE JÁ EXISTE, NOVAS ROTAS (CIRCULARES), PLANO DE URBANIZAÇÃO (NÃO NECESSARIAMENTE ADENSAMENTO). PLANOS DE BAIRRO. ÁREAS ECONÔMICAS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIAS PARA COMPOR O PLANO GERAL DA CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
ANTONIO CUNHA	MOVIBELO	VEJO COM ESTUPEFAÇÃO QUE ESTE PLANO ESTÁ SENDO FEITO PELA CET, SPTRANS E EMURB E QUE NÓS NÃO ESTAMOS PARTICIPANDO DESSA DISCUSSÃO TÃO FUNDAMENTAL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PARTICIPAÇÃO POPULAR
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	PROGRAMA MORADIA-EMPREGO – SE NÃO ESTIVERMOS ACESSO NÃO TEREMOS CONDIÇÕES DE UMA CIDADE MELHOR.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	QUEM VEM DA REGIÃO DA GUARAPIRANGA, DA ZONA LESTE – SÓ TEM APENAS UM ACESSO – VIAS ESTRUTURADORAS ENTUPIDAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	SE NÃO TIVERMOS UM ZONEAMENTO ADEQUADO: CONFORME A CLASSIFICAÇÃO DA VIA	TRANSPORTE E MOBILIDADE	LARGURA DE VIAS
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	ESTÁDIO DO CORINTHIANS – PRECISA-SE MEXER NO ZONEAMENTO PARA MELHORAR OS ACESSOS PARA A POPULAÇÃO – PLANO DE ESTUDOS VIÁRIOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	PLENÁRIA	PROPOSTA QUE SEJA CRIADO UM BICICLETÁRIO NOS TERMINAIS DO METRÔ E NO TREM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	PESQUISAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS CICLOVIAS. TEMOS UM PLANEJAMENTO DENTRO DOS PLANOS REGIONAIS. 123 PROJETOS CICLOVIÁRIOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	AS POUCAS CICLOVIAS NÃO ATENDEM AS DEMANDAS DOS TRABALHADORES. NÃO TEM INDICAÇÃO DESTAS CICLOVIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	EM PINHEIROS, OU FICAMOS NO CANTEIRO CENTRAL, OU ANDAMOS FORA DA CICLOVIA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	MAPEAMENTO COM AS CICLOVIAS: NÃO POSSIBILITAM ACESSO A DIVERSOS PONTOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	FALTAM BICICLETÁRIOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	NÃO TEMOS INTEGRAÇÃO PARA ATRAVESSAR AS PONTES, VAMOS PARA DENTRO DAS MARGINAIS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
DANIELA MAFFERU	PLENÁRIA	OBRIGATORIEDADE DE CHUVEIROS PARA CICLISTAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	PARABENIZAR O RETORNO DOS BONDES NO SISTEMA DE TRANSPORTE DE SP. GEOMETRIA DE TRAJETOS – MONOTRILHOS	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	PROPUS EM 2002 UM ANEL (5 ANÉIS) – CULTURA RADIAL TUDO PASSA PELO CENTRO. MOBILIDADE NO QUADRADO NERVOSO DO CENTRO DA CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	URBANISMO E TRANSPORTE CAMINHAM JUNTOS, DEFINE TRAJETOS – E PRECISAMOS DE TRAJETOS METROPOLITANOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	CIDADE PROPONDO COPA, OLIMPIADAS – PROPOR MOBILIDADE TURÍSTICA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
EDUARDO MERHEJE	ASSUAPI	OPERAÇÃO URBANA PARA O ZOOLOGICO – INCENTIVAR O CAMINHO PARA O ZOOLOGICO – PARQUE IBIRAPUERA PARA O PARQUE DO ESTADO-JARDIM BOTÂNICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
GABRIEL DI PIERRO	CICLOCIDADE	O QUE FOI FEITO E PREVISTO NO PDE – EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO – NÃO FOI SUFICIENTE PARA REDUZIR A FROTA DE CARROS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
GABRIEL DI PIERRO	CICLOCIDADE	FRACASSAMOS NO DESAFIO DE TORNAR A MOBILIDADE MAIS SEGURA. NECESSITA A DIMINUIÇÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL. MAIS FIRMES E EFETIVOS PARA RESTRIÇÃO DE AUTOMÓVEIS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
GABRIEL DI PIERRO	CICLOCIDADE	NÃO ESTÁ INSERIDO NO CONTEXTO AS ROTAS DE CICLOVIA, ELAS NÃO TEM LIGAÇÃO, NÃO TEM FUNCIONALIDADE. INSERIR GESTÃO PLANEJADA, INTEGRANDO-A AOS DEMAIS MODAIS DE TRANSPORTE COLETIVO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GABRIEL DI PIERRO	CICLOCIDADE	O ORÇAMENTO EMPENHADO NO USO DA BICICLETA 20X MENOR DO QUE A PARTICIPAÇÃO DA OD NO METRO. ESTÃO SUPERESTIMANDO O USO DA BICICLETA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GABRIEL DI PIERRO	CICLOCIDADE	PLANO DE MOBILIDADE – NOS ASSUSTA PORQUE NÃO FOMOS CONSULTADOS. TUDO QUE FOI FEITO DE PLANEJAMENTO CICLOVIÁRIO NÃO TEVE A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANDO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
HEWTON FIGUEIREDO	SECOVI SP	PRECISAMOS FAZER QUE COM ESSE PLANO DIRETOR NÃO VIRE UM PDE DE GOVERNO (COMO FOI QUE ACONTECEU EM 2002 E QUE NÃO FOI ADOTADO, APARENTEMENTE, PELA GESTÃO SEGUINTE), UM PLANO PARA A CIDADE, UM PLANO DE CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07-05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
HEWTON FIGUEIREDO	SECOVI SP	GOSTARIA DE ALERTAR AOS EXECUTORES DO PLANO DIRETOR DA RESISTÊNCIA DA LEI 12.557/13 QUE DETERMINA QUE TODOS OS MUNICÍPIOS TENHAM PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, PORQUE SE ASSINAM POR FEITO, OS RECURSOS FEDERAIS PARA AS CIDADES QUE NÃO APRESENTAREM O PLANO, SEJAM CORTADOS. TODA ESSA PREOCUPAÇÃO E SUAS DIRETRIZES ESTÃO COLOCADAS NESTA LEI E ACHO QUE SERIA IMPORTANTE SE A PREFEITURA PUDESSE APROVEITAR, EM PARALELO COM ESSA LEI DETERMINANTE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PLANO DE MOBILIDADE
JANDIRA RIBEIRO DE PAULA DA SILVA	PLENÁRIA	QUESTÃO DAS GRANDES RODOVIAS QUE ATRAVESSAM A CIDADE E DIFICULTAM A MOBILIDADE URBANA. NÃO SERVE NADA, SÓ TRANSPORTE INDIVIDUAIS. CRIA SÉRIOS PROBLEMAS PARA OS BAIRROS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
JANDIRA RIBEIRO DE PAULA DA SILVA	PLENÁRIA	O PROBLEMA DOS CENTROS LOGÍSTICOS QUE SÃO APLICADOS NAS GRANDES RODOVIAS SOB OS CENTROS DE BAIRROS PERIFÉRICOS. RODOVIA DOS BANDEIRANTES, COMO FAZEM AS COMPENSAÇÕES? ELES INTERFEREM NA MOBILIDADE URBANA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CARGAS E LOGÍSTICA
JORGE EDUARDO	PRESERVA SP	INVESTIMENTO MACIÇO – TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE – ENERGIA ELÉTRICA, TRILHOS, LINHA DE BONDE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
JORGE EDUARDO	PRESERVA SP	NÃO QUEREMOS MAIS UMA PONTE, OU AMPLIAÇÃO DE MARGINAL, NÃO É ESSE TIPO DE OBRA QUE VAI MELHORAR A MOBILIDADE URBANA. A PREFEITURA AINDA NÃO TEM ARQUIVADO O TÚNEL DA OPERAÇÃO URBANA ÁGUA ESPRAIADA – QUE SÓ VAI FACILITAR PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL (TEM QUE SER ARQUIVADO).	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
JORGE EDUARDO	PRESERVA SP	TRANSPORTE TEM QUE SER CONTROLADO PELO SETOR PÚBLICO. PREOCUPAÇÃO COM O ADENSAMENTO ONDE O TRANSPORTE PÚBLICO VAI PASSAR, SENÃO VAI EXPULSAR A POPULAÇÃO LOCAL. DEVERIA SIM LEVAR PARA AS REGIÕES JÁ ADENSADAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07-05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
LAERTE BRASIL	PLENÁRIA	ACIDENTES COM PEDESTRES QUE DÃO PREJUÍZOS AO SUS E DEIXAM AS PESSOAS DEFICIENTES. COLOCAM AUTOMÓVEIS COMO VILÕES, MAS É NECESSÁRIO PROJETOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
LAERTE BRASIL	PLENÁRIA	É UM DEVER DE ESTADO E MUNICÍPE DE CUIDAR DAS CALÇADAS. AS VIAS NÃO TEM CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
LAERTE BRASIL	PLENÁRIA	90% DOS HOTÉIS NÃO REÚNEM INSTALAÇÕES PARA RECEBER ACESSIBILIDADE VISUAL. INTERVENÇÃO NOS HOTÉIS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
LUCA MIRANDOLA	PLENÁRIA	CONSIDERAÇÃO DO USO DO AUTOMÓVEL. ESTATUTO DA CIDADE – LOTES VAZIOS UTILIZADOS COMO ESTACIONAMENTO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ESTACIONAMENTO
LUCA MIRANDOLA	PLENÁRIA	MUDANÇA DE PARADIGMA E ESTÍMULO DO USO DA BICICLETA: NESSE CASO O QUE PRECISAMOS É DE PROJETO DE EDUCAÇÃO – CASOS COMO NA ZONA SUL ONDE FOI FEITO A CICLOVIA E OS COMERCIANTES COM MEDO DE PERDER OS CLIENTES DA LOJA. PROJETO PARA EXPLICAR O USO DA BICICLETA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
LUCILA LACRETA	MOVIMENTO DEFENDA SP	SEM ACESSO ADEQUADO, NÃO HÁ USO ADEQUADO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
LUCILA LACRETA	MOVIMENTO DEFENDA SP	VAMOS INCENTIVAR EMPREGO NA PERIFERIA – NÃO ADIANTA SE NÃO TIVER O ACESSO PARA QUE AS EMPRESAS, COMÉRCIO E SERVIÇO SE INSTALEM LÁ, NADA VAI ACONTECER, COMO NÃO ACONTECEU ATÉ HOJE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
LUCILA LACRETA	MOVIMENTO DEFENDA SP	HÁ PELO MENOS TRINTA ANOS OUÇO DIZER QUE AS ZONAS PERIFÉRICAS TENHAM MELHORES INVESTIMENTOS.	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	INSTRUMENTOS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
LUCILA LACRETA	MOVIMENTO DEFENDA SP	NÃO ADIANTA QUERERMOS O SERVIÇOS JUNTOS DA POPULAÇÃO SE ANTES NÃO FOR IMPLANTADO O ACESSO ADEQUADO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
LUCILA LACRETA	MOVIMENTO DEFENDA SP	A PREFEITURA COMO EMPRESA PRECISA SE REESTRUTURAR SEU SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. SE NÃO HOUVER UM PROCESSO PARTICIPATIVO, DELIBERATIVO, COM DIREITO A VETO, NÃO VAMOS PROGREDIR E NEM CONSEGUIR QUE AS ETAPAS DE PLANEJAMENTO SE CONCLUA AO LONGO DO TEMPO, AO LONGO DAS GESTÕES. PRECISAMOS INSISTIR QUE ESSE ESPACO INSTITUCIONAL CONSIDERAÇÃO: PESSOAS QUE PASSAM HORAS E HORAS NO TRANSPORTE, APESAR DE ESTARMOS EM UM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, MUITAS PESSOAS NÃO TEM COMO FICAR ATÉ O FINAL OU NEM CHEGAR AQUI.	GESTÃO DEMOCRÁTICA	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
LUIS EDUARDO	PLENÁRIA		METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
LUIS EDUARDO	PLENÁRIA	APROXIMAR O EMPREGO E RESIDÊNCIA É FUNDAMENTAL	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	USO MISTO
LUIS EDUARDO	PLENÁRIA	CONSTRUÇÃO DE NOVAS MORADIAS – VAGAS MÍNIMAS DE GARAGEM, AS PESSOAS PROCURAM LOCAIS ONDE TEM MAIS VAGAS. EM CONTRAPARTIDA AS PESSOAS MAIS POBRES NÃO TEM GARAGENS SUBTERRÂNEAS. AS ÁREAS COMUNS DO CONDOMÍNIO SÃO TOMADAS POR GARAGENS NO TÉRREO.	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
LUIS EDUARDO	PLENÁRIA	QUESTÃO CICLOVIÁRIA: É IMPORTANTE, QUE REVERBERA NA CLASSE MÉDIA, POR TER MAIS VOZ. TENHO PREOCUPAÇÃO QUE AS PESSOAS QUE MAIS USAM SÃO AS DE PERIFERIA – SE VOCÊ VAI NAS ESTAÇÕES DA CPTM, ESTÃO LOTADAS – AUMENTO DE BICICLETÁRIOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MADEISE A. S. VARALLO	PLENÁRIA	A NECESSIDADE DE CONVERSA ENTRE PREFEITURA E ESTADO COM RELAÇÃO AO METRÔ E MOBILIDADE	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
MARCIO HENRIQUE NIGRO	CARONETAS	CARRO FAZ PARTE DO TRANSPORTE NA CIDADE, COMPÕE E NÃO PODE SER O FOCO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TODO MUNDO TEM QUE TER O DIREITO, MAS NÃO TIRAMOS O CARRO DA RUA POR INTELIGÊNCIA. INCENTIVAR BONS ÔNIBUS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
MARCIO HENRIQUE NIGRO	CARONETAS	ENTRAR COM A BIKE NO METRÔ.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
MARCIO HENRIQUE NIGRO	CARONETAS	FAIXAS DE TRANSPORTE COMPARTILHADO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
MAURÍCIO ANTONIO R. LOPES	MINISTÉRIO PÚBLICO	PROPOSTAS ANTIPÁTICAS. HORÁRIO DE PICO DE SÃO PAULO É 24HS, É HORA DE PREPARAR RODÍZIOS – COMO EDUCAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
MAURÍCIO ANTONIO R. LOPES	MINISTÉRIO PÚBLICO	SEGUNDA IDÉIA ANTIPÁTICA – ESPERO QUE TENHAM A CORAGEM DE ENFRENTAR O PEDÁGIO URBANO – ESTRATÉGIA PUNITIVA DO USO DO AUTOMÓVEL, COMO NO CENTRO EXPANDIDO DE SÃO PAULO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
MAURÍCIO ANTONIO R. LOPES	MINISTÉRIO PÚBLICO	MOBILIDADE HUMANA: ENTENDEMOS PORQUE OS IDOSOS NÃO ANDAM, PORQUE DIMINUÍMOS O LAZER – REFORMA DAS CALÇADAS, VOLTA DAS CALÇADAS PARA O PODER PÚBLICO E NÃO DE QUEM MORA ATRÁS DELAS. DEVOLVER AO PODER, PADRONIZA-LAS, CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, CONFORTO E BELEZA PARA A SOCIEDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
MAURÍCIO ANTONIO R. LOPES	MINISTÉRIO PÚBLICO	MOBILIDADE HUMANA: ENTENDEMOS PORQUE OS IDOSOS NÃO ANDAM, PORQUE DIMINUÍMOS O LAZER – REFORMA DAS CALÇADAS, VOLTA DAS CALÇADAS PARA O PODER PÚBLICO E NÃO DE QUEM MORA ATRÁS DELAS. DEVOLVER AO PODER, PADRONIZA-LAS, CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, CONFORTO E BELEZA PARA A SOCIEDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
MAURÍCIO ANTONIO R. LOPES	MINISTÉRIO PÚBLICO	PROPICIAR QUE AS VIAGENS DE LAZER VOLTEM A OCORRER A PÉ, PARA TAMBÉM OS IDOSOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
PAULO ACRAS	CORECON SP	BAIRO DO BROOKLIN, COM TERRENO PLANO E CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS. É UTILIZADA A BICICLETA E, A BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA JUSTIFICAM QUE NÃO É PRECISO O METRÔ E O MONOTRILHO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
PAULO ACRAS	CORECON SP	AS DANCETERIAS DEVEM SER RESPONSÁVEIS POR DEIXAR AS PESSOAS ALCOOLIZADAS DIRIGIREM – PROIBIR ESTACIONAMENTOS OU VALLETS.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
ROBERSON MIGUEL	CICLOCIDADE	QUEM ANDA DE BICICLETA É A PERIFERIA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ROBERSON MIGUEL	CICLOCIDADE	AS CALÇADAS COMPLICADAS E AS VIAS ESTREITAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ROBERSON MIGUEL	CICLOCIDADE	QUESTÃO DAS PONTES – VELOCIDADE DE TRÁFEGO E A NÃO PREFERÊNCIA NÃO AJUDA PEDESTRES E CICLISTAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ROBERSON MIGUEL	CICLOCIDADE	AS VIAS JÁ SÃO CICLÁVEIS – PRECISAM SER ARTICULADAS. COMPARTILHAMENTO E EDUCAÇÃO NECESSARIAMENTE. UM BURACO TEM MAIS MORAL DO QUE UM CICLISTA. CRIAR PROXIMIDADES E NÃO TRANSPOR DISTÂNCIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
RUY PAULO D'ELIA NUNES	COVISA SMS	CERCA DE 80% DA POPULAÇÃO DE SP MORRE POR ACIDENTE, DOENÇA CRÔNICA. MAIS INVESTIMENTO NO SUS, TRABALHADO COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GARANTIR DIREITOS COLETIVOS, ESTRATÉGIA POPULACIONAL (SAÚDE COLETIVA).	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE
RUY PAULO D'ELIA NUNES	COVISA SMS	QUE O SETOR DE SAÚDE TEM A VER COM A MOBILIDADE? ESTÍMULOS DA OMS, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL... CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE NO TRABALHO. ARTICULAR ESSAS QUESTÕES COM A MOBILIDADE URBANA. NÃO É POSSÍVEL SÓ O SISTEMA DE SAÚDE ENFRENTAR ESSA SITUAÇÃO, PREVENIR E ESTIMULAR A ATIVIDADE FÍSICA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTERAÇÃO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
SÉRGIO REZE	CMPU	PODERÍAMOS PROMOVER UMA MELHOR OCUPAÇÃO ONDE TEM TRANSPORTE COLETIVO. TROCA DE PARADIGMA. TODAS AS PESSOAS TÊM UM PONTO DE ÔNIBUS PELO MENOS A DUAS QUADRAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
SÉRGIO REZE	CMPU	QUEM AQUI EM SP TEM DINHEIRO, COMPRA UM AUTOMÓVEL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
SÉRGIO REZE	CMPU	ÔNIBUS BONS, CONVITATIVOS, NÃO QUE ATRASAM E VIAGEM TENSA. MOSTRA QUE QUEM TEM PODER AQUISITIVO COMPRAM UM CARRO. UMA QUESTÃO QUE TEM QUE SER ENFRENTADA. PÉSSIMA QUALIDADE DO SERVIÇO DE ÔNIBUS – É CARO E RUIM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
SÉRGIO REZE	CMPU	COMO VAMOS TRAZER AS PESSOAS PARA OS ÔNIBUS? TEMOS QUE ENCARAR QUE O TRANSPORTE DE ÔNIBUS É MUITO RUIM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	NÃO CONSIDERO A MOBILIDADE URBANA COMO CONTEXTO COMO LEI DA LEI DE MOBILIDADE URBANA DO ANO PASSADO (EM 2002).	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PLANO DE MOBILIDADE
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	FALTA DE CONSIDERAÇÃO DE PEDESTRES E CICLISTAS, MAIS A FALHA DE OUTROS INSTRUMENTOS, FALTA UMA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA AMARRANDO ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, ETC.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PLANO DE MOBILIDADE
THIAGO BENICCHIO	CICLOCIDADE	PARA OS CICLISTAS – TODAS AS VIAS SÃO CICLÁVEIS. O QUE O PLANO CICLOVIÁRIO DEVE CONTEMPLAR É A INDUÇÃO DE CAMINHOS COMO A CICLOVIA, CICLOFAIXAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - Contribuições Plenária				
THIAGO MENEGON	SETCESP	SETOR DE TRANSPORTE DE CARGA NÃO É INIMIGO DA POPULAÇÃO. TEMOS UMA FUNÇÃO SOCIAL. ELES TEM A FUNÇÃO DE LEVAR AO MERCADO OU AO SHOPPING. É PRECISO SER FEITO POR VEICULO DE CARGA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CARGAS E LOGÍSTICA
THIAGO MENEGON	SETCESP	ME SURPREENDE NÃO TER FEITO AINDA OD DE CARGA, PRINCIPALMENTE PELAS MEDIDAS RESTRITIVAS AO SETOR DE CARGA. TEMOS A CARGA DE TRANSITO (QUE PASSA PELAS MARGINAIS) E A CARGA PARA ABASTECIMENTO DA CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CARGAS E LOGÍSTICA
THIAGO MENEGON	SETCESP	É IMPORTANTE PASSAR A VISÃO PARA A SOCIEDADE QUE A MOBILIDADE É IMPORTANTE PARA O SETOR DE CARGA. AS MEDIDAS ADOTADAS FORAM TIRO NO PÉ. AS EMPRESAS TIVERAM DE SE ADAPTAR CAMINHÕES POR UTILITÁRIOS. TIROU UM CAMINHÃO PARA 5 VANS – PIOROU A QUANTIDADE DE AUTOMÓVEIS NA RUA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CARGAS E LOGÍSTICA
VANIR FÁTIMA	PLENÁRIA	SEMPRE USEI AS BICICLETAS, MESMO SEM AS CICLOVIAS E CICLOFAIXAS. QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARA CRIAR TANTA CICLOVIA. A IDEIA DO CICLISTA É TER AUTONOMIA, ROTA ALTERNATIVA DE BICICLETA PARA SEREM CONSIDERADAS. OS CICLISTAS TEM GRANDE CONTRIBUIÇÃO PARA DAR O PROJETO DAS CICLOVIAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
VANIR FÁTIMA	PLENÁRIA	O PODER LOCAL TEM QUE REGULAMENTAR O USO DO CARRO NA CIDADE, PEDÁGIO, LIMITES DE VELOCIDADE OU LOCAL DE USO DO CARRO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
VANIR FÁTIMA	PLENÁRIA	POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE OUTROS TRANSPORTES ALÉM DO PÚBLICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
VANIR FÁTIMA	PLENÁRIA	UMA HERANÇA DA GESTÃO ANTERIOR, COMO BICICLETA COMO QUESTÃO DE LAZER: OU NO DOMINGO OU NO FERIADO NACIONAL. O CICLISTA PELO CÓDIGO NACIONAL DO TRANSITO É NA VIA PUBLICA SIM. CET REVER O CONCEITO DE VALORIZAÇÃO DO USO DA BICICLETA SOB A ÓTICA, NÃO COMO MODAL DE LAZER E SIM COMO TRANSPORTE PUBLICO DE FATO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
WANDERLEY PREITE SOBRINHO	PORTAL IG	O QUE SIGNIFICAM OS CORREDORES URBANOS? SÃO DIFERENTES DO QUE CONHECEMOS E COMO ELES PODEM SER ORGANIZADOS?	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
AFRÂNIO BELLATO	FICHA	<p>COMO ESTIMULAR O USO DO TRANSPORTE COLETIVO NUMA ZONA DA CIDADE ONDE CIRCULAM BASTANTE UNIDADES DE ÔNIBUS - PORÉM OS MESMOS FICAM PARADOS E ENFILEIRADOS POR 3 A 4KM - COMO NA ESTRADA DE ITAPEGERICA E AV. GIOVANNI GRONCHI ATÉ A PONTE JOÃO DIAS, TODOS OS DIAS DE MANHÃ, FORÇANDO PASSAGEIROS A DESCERER E ANDAREM A PÉ. NECESSITAMOS MAIS VIAS DE ESCOAMENTO DO TRÂNSITO - OU HORÁRIO NOTURNO PARA UMA PARTE DA POPULAÇÃO.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
AIARLAM SILVA DA CONCEIÇÃO	FICHA	<p>O MAIOR MOTIVO DE SUPERLOTAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO É PARA ACESSO AO TRABALHO / CASA CAUSANDO UM GRANDE CAOS NO HORÁRIO DE PICO. SÓ INVESTIMENTO NO MELHORAMENTO DO TRANSPORTE NÃO É A GRANDE SOLUÇÃO. DEVERIA HAVER UMA ATENÇÃO E ESTUDO PARA POSSIBILIDADE DE CONTROLAR, FLEXIBILIZAR OS HORÁRIOS DE TRABALHO, MUDANDO ESSE PADRÃO DE HORÁRIO COMERCIAL QUE CAUSA MUITA LOTAÇÃO NESSES DETERMINADOS HORÁRIOS DO DIA. HAVENDO FLEXIBILIDADE, UMA ESCALA DIVERSIFICADA DOS HORÁRIOS PODE DIMINUIR A SUPERLOTAÇÃO QUE OCORRE EM HORÁRIOS ESPECÍFICOS COM ISSO MELHORA E AJUDA A CONDIÇÃO DO TRANSPORTE.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
AIRTON GOES	FICHA	<p>NA QUESTÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES, QUE NÃO FOI INSTITUÍDO CONFORME PREVIA O PDE DE 2002, A PREOCUPAÇÃO É QUE O MESMO OCORRA COM O FUTURO PLANO (OU QUE DEMORE MUITO PARA SER INSTITUÍDO). POR ISSO, PROPONHOU QUE NO PDE A SER ELABORADO SEJA ESTABELECIDO UM PRAZO MÁXIMO PARA A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS. AVALIO TAMBÉM QUE SERIA IMPORTANTE CONSTAR NO FUTURO PDE A INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - UM INSTRUMENTO DE INTERLOCUÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO PARA DEBATES E DEFINIR POLÍTICAS PARA MELHORAR A MOBILIDADE URBANA E OS TRANSPORTES NA CIDADE.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES
ANA CRISTINA JIMENEZ	FICHA	<p>GOSTARIA DE SUGERIR QUE A REESTRUTURAÇÃO DAS CALÇADAS DE SÃO PAULO FOSSEM FEITAS DE MODO INTEGRADO ENTRE AS DIFERENTES SECRETARIAS MUNICIPAIS. AS CALÇADAS DEVEM SER ACESSEÍVEIS VERDES E ECOLÓGICAS. PARA TANTO, É NECESSÁRIO ENVOLVER A COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, A SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE E A SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE. UMA AÇÃO COMBINADA ENTRE TAIS ATORES, SOBRETUDO EM ÁREAS PÚBLICAS (ESCOLAS, HOSPITAIS) É UM INCENTIVO AOS MUNICÍPIOS E PRINCIPALMENTE UM BOM EXEMPLO PARA OS CIDADÃOS.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ANA FLÁVIA BÁDUE	FICHA	<p>CALÇADAS ESTRITAS NAS PERIFÉRIAS, MESMO QUANDO A PREFEITURA ATUA NA REURBANIZAÇÃO. A REURBANIZAÇÃO É FEITA PENSANDO NOS CARROS E A POPULAÇÃO NUMEROSA FICA RESTRITA A ESTREITAS CALÇADAS, MUITAS VEZES MAL CONSERVADAS.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07-05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
ANA FLÁVIA BÁDUE	FICHA	EM CRUZAMENTOS MOVIMENTADOS, A PRIORIDADE É SEMPRE DOS CARROS, E O SEMÁFORO DE PEDESTRES FICA POUCO TEMPO ABERTO; SOMA-SE A ISSO A QUESTÃO ANTERIOR DAS CALÇADAS PEQUENAS, NAS QUAIS OS PEDESTRES FICAM AMONTOADOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
ANA FLÁVIA BÁDUE	FICHA	CORREDORES DE ÔNIBUS PRECISAM DE PONTOS LARGOS PORQUE AS PESSOAS SÃO MUITAS E FICAM APERTADAS NOS HORÁRIOS DE PICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
ANA FLÁVIA BÁDUE	FICHA	PASSARELAS SOBRE VIAS DE GRANDE MOVIMENTO E ESTRADAS (RAPOSO TAVARES, DUTRA, ETC) DEVEM SER REVISTAS, CONSERVADAS E PENSADAS JUNTO DA POPULAÇÃO DO ENTORNO. TAMBÉM PODEM SER PENSADAS COMO ALTERNATIVAS, E NÃO COMO ÚNICA FORMA. FAIXAS E SEMÁFOROS SÃO MAIS EFICIENTES.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ANA FLÁVIA BÁDUE	FICHA	TRAVESSIA DAS MARGINAIS A PÉ: É PRECISO PAGAR PARA ATRAVESSAR OS GRANDES RIOS DE SP, SEJA DE ÔNIBUS, CARRO OU TÁXI! ATENÇÃO ÀS TRAVESSIAS DE VIAS COM MUITAS FAIXAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
ANTONIO GOMES DOS SANTOS	FICHA	PARA ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE AS CALÇADAS OS MORADORES ESTÃO SEM A INFORMAÇÃO DE COMO ATUALIZAR O PASSEIO SEM AS INFORMAÇÕES POIS NÃO ESTÃO A DISPOSIÇÃO DE FORMA CLARA PARA QUE NÃO SEJA NECESSÁRIO UM ENGENHEIRO PARA REFORMAR AS CALÇADAS. COMO A PREFEITURA PRETENDE RESOLVER ESTE ASSUNTO?	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	FAZER CONSTAR NOS PLANOS DE METAS QUE TODAS AS SUBPREFEITURAS FAÇAM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS A CADA 3 MESES.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	criação de BICICLETÁRIO JUNTO DAS ESTAÇÕES DA CPTM E METRÔ.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	criação de CICLOVIAS LIGANDO ZOOLOGICO AO MUSEU DO IPIRANGA SEGUINDO PELA MIGUEL ESTÉFANO, AV. RICARDO JAFET ATÉ O MUSEU DO IPIRANGA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ARLINDO AMARO DOS SANTOS	FICHA	PROLONGAR A AV. TEREZA CRISTINA - SENTIDO CENTRO BAIRRO ATÉ A RUA LEAIS PAULISTANOS NO IPIRANGA. PLANEJAR É PRECISO!	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
ASUNCIÓN BLANCO	FICHA	SE 1/3 DAS VIAGENS SÃO FEITAS A PÉ PORQUE NÃO MUDAMOS DE PARADIGMA E PASSAMOS AS CALÇADAS PARA O PODER PÚBLICO? O MUNÍCIPE NÃO PODE ENFRENTAR OS PROBLEMAS DE ÁRVORES, DE POSTE, DE PONTO, BANCA, ORELHÃO, LIXEIRAS E PRINCIPALMENTE DE LARGURA DE CALÇADA. NÃO RESPEITAMOS A LEI QUE DIZ QUE VIA É DE UM LOTE A OUTRO, NÃO RESPEITAMOS A LEI QUE EXIGE 1,20M PARA PASSAGEM DO PEDESTRE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
CARLOS ARANHA	FICHA	A ÚLTIMA OD MOSTROU DESLOCAMENTOS A PE EM NUMERO SEMELHANTE AO DESLOCAMENTOS POR AUTOMÓVEL. E O QUE O PDE PREVÊ PARA OS DESLOCAMENTOS A PÉ? (O PLANO DE METAS NEM MESMO CITA O PEDESTRE) ENQUANTO ISSO, SEGUIMOS COM 500 MORTOS POR ATROPELAMENTO POR ANO, E MAIS DE 15 ATROPELADOS TODOS OS DIAS. FAIXAS DE TRAVESSIA SÃO INSUFICIENTES, ANDA-SE ATÉ 500M ATÉ ALCANÇAR UMA. QUANDO EXISTEM SEGUEM SENDO ABSOLUTAMENTE DESRESPEITADAS E IGNORADAS ESPECIALMENTE QUANDO NÃO HÁ SEMÁFARO. A CET É CRIMINOSAMENTE ORIENTADA A CUIDAR DA FLUIDEZ DO TRANSITO DE AUTOMOVEIS ENQUANTO IGNORA A BARBARIEDADE COMETIDA CONTRA OS PEDESTRES A TODO MOMENTO NA CIDADE. POR QUE NÃO A CET NAS RUAS A NOITE? POR QUE TANTO SE QUANDO SERA EFETIVADA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE (EU, SUGIRO, QUE DEVE SER RENOMEADO PARA CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA)?	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
CARLOS ARANHA	FICHA	A DISCUSSÃO NÃO SE ENCERRA NA NOITE DE HOJE, EM UMA SESSÃO LIMITADA SOBRE O PDE. HÁ DIVERSOS ASSUNTOS RELATIVOS AO EXECUTIVO QUE PRECISAM SER EXPOSTOS PELA SOCIEDADE CIVIL DIRETAMENTE AOS GESTORES DO ESPAÇO PÚBLICO DE SÃO PAULO. CRIAÇÃO DO CONSELHO. ABERTO E DEMOCRATICO. JÁ	TRANSPORTE E MOBILIDADE	CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
DEISE TOMOCO ODA	FICHA	OS CORREDORES DE ÔNIBUS PODERIAM SE ADAPTAR PARA RECEBER VEÍCULOS VLP OU OUTRAS MODALIDADES / MODELOS MENOS POLUENTES E COM MAIOR CAPACIDADE DE TRANSPORTE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
DEISE TOMOCO ODA	FICHA	AS MOTOCICLETAS DEVEM TER CORREDOR EXCLUSIVO OU PREFERENCIAL - É DIFÍCIL A SUA CONVIVÊNCIA COM OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE SEM ACIDENTES.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
EDSON SILVA	SAMPAPÉ	A PROPOSTA DE REVISÃO FOI ÓTIMA, PORÉM FALTA NO SENTIDO DE APRESENTAR PREVISÕES DE DEMANDAS PARA CONTRAPOR ALTERAÇÕES JÁ NECESSÁRIAS. AS ESTATÍSTICAS MOSTRAM DE FORMA CLARA OS PRINCÍPIOS MODAIS, FICANDO EM 2º LUGAR OS PEDESTRES, PORÉM NÃO AVALIA A QUALIDADE DESSES MODAIS. A SUGESTÃO É FORMAR UMA FRENTE DE PESQUISA PARA A QUANTIDADE DESSES MODAIS, PERMITINDO A MELHORIA DAS FERRAMENTAS JÁ EXISTENTES COM RESULTADOS DE MÉDIO E CURTO PRAZO. OFERECEMOS NOSSO APOIO NA REALIZAÇÃO DESSA PESQUISA. www.sampape.com.br	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
EDUARDO LAGE	FICHA	AS CRESCENTES BICICLETAS ELÉTRICAS, COMO FORMA ALTERNATIVA A MOBILIDADE URBANA E, DIGA-SE DE PASSAGEM, ECOLÓGICAS, SUSTENTÁVEIS E SOCIÁVEIS, ESTÃO PREVISTAS NO NOVO PDE? HAVERÁ MAIS ESPAÇO PARA ELAS, ASSIM COMO PARA AS BICICLETAS CONVENCIONAIS? É PACÍFICO O ENTENDIMENTO DE QUE AS BICICLETAS ELÉTRICAS SÃO CONSIDERADAS TRANSPORTES MOTORIZADOS? HÁ OU HAVERÁ LEGISLAÇÃO PRÓPRIA/ESPECÍFICA PARA ESTE TIPO DE TRANSPORTE?	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
EDUARDO LAGE	FICHA	POR FIM, A MINHA SUGESTÃO/COLABORAÇÃO AO NOVO PDE É A AMPLIAÇÃO E EXIGÊNCIA AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E EDIFÍCIOS PRIVADO E PÚBLICOS DE BICICLETÁRIOS E DEMAIS INFRAESTRUTURA NECESSÁRIOS À VIABILIZAR A MUDANÇA DE PARADIGMAS DA SOCIEDADE, PARA QUE POSSAM ADOPTAR AS BICICLETAS, SEJAM ELAS ELÉTRICAS OU NÃO, EM SUBSTITUIÇÃO AO VEÍCULO MOTORIZADO PARTICULAR E/OU COLETIVO. É TAMBÉM UMA FORMA DE MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA!	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
GABRIELA FRANCO JULIA DOURADO	FICHA	AUMENTAR CORREDORES, PODENDO SER ATÉ DUAS FAIXAS NO HORÁRIO DE PICO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GABRIELA FRANCO JULIA DOURADO	FICHA	PLANEJAR PARA QUE O PERCURSO DO ÔNIBUS SEJA POR ROTAS PRÓXIMAS, PORÉM ALTERNATIVAS ÀS GRANDES VIAS DE CIRCULAÇÃO. ISSO ACARRETA EM MELHORAR ESSAS ROTAS ALTERNATIVAS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GABRIELA FRANCO JULIA DOURADO	FICHA	AMPLIAR VIAS DE TRENDS/METRÔS E CRIAR NOVAS LINHAS, AUMENTANDO O ACESSO A DIFERENTES LUGARES E DIMINUINDO A NECESSIDADE DE REALIZAR BALDEAÇÃO, FATO QUE AUMENTA O TEMPO DE VIAGEM E O NÚMERO DE USUÁRIOS NUMA MESMA LINHA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
GABRIELA FRANCO JULIA DOURADO	FICHA	RELATIVO AOS PEDESTRES, ARBORIZAR AS RUAS/CALÇADAS, IMPLANTAR EQUIPAMENTOS COMO BANCOS, BEBEDOUROS E LOCAIS PARA SE REFRESCAR.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
GUILHERME NASCIMENTO MIRANDA	FICHA	MICROÔNIBUS DEVERIA NÃO MAIS EXISTIR POIS FAZEM PARTE DAS COMPANHIAS EXISTENTES. DEVERIAM SER SUBSTITUIDOS POR ONIBUS E TRAFEGAREM PELO CORREDOR OU IREM ATÉ O TERMINAL CAPELINHA, DEIXANDO LIVRE A ESTRADA DE ITAPECERICA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
GUSTAVO SERAPHIN M. ALMEIDA	FICHA	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO: CRIAÇÃO PELA PREFEITURA DE PLATAFORMA ONLINE, ABERTA, PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS METAS DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO PELA POPULAÇÃO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
IRANY MARIANA SANTOS MIRANDA	METRÔ	PARA INCENTIVAR O MODO A PÉ O IDEAL É MELHORAR A QUALIDADE DAS CALÇADAS E ISSO NÃO É CONSEGUIDO APENAS COM OBRAS. NÃO ADIANTA UMA CALÇADA PLANA CHEIA DE LIXO. A CIDADE TEM QUE TER CALÇADAS LIMPAS QUE CONVIDEM AO PASSEIO (VEJA CIDADES COMO GUARAREMA E JAGUARIÚNA). PRECISAMOS DE RUAS QUE NOS TRAGAM BOAS SURPRESAS. QUE BOM SERIA SE AO ANDAR PELA AUGUSTA EU ENCONTRASSE VÁRIOS VASOS DE FLORES AO INVÉS DE LIXO. É PRECISO EDUCAR A POPULAÇÃO E PENSAR EM PEQUENAS INTERVENÇÕES NAS CALÇADAS QUE FAÇAM A DIFERENÇA, QUE CONVIDEM A POPULAÇÃO A ANDAR. NÃO DÁ PRA TER MICROÔNIBUS TRAFEGANDO NA ESTAÇÃO ITAPECERICA. MICROONIBUS IR ATÉ METRÔ CAPÃO REDONDO OU TRANSFERIR PARA FROTA DE ÔNIBUS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
JOSÉ LUIZ MARTIN DO NASCIMENTO	FICHA	O METRÔ DEVE AUMENTAR MUITO A SUA MALHA PARA UMA CIDADE TÃO GRANDE QUANTO SÃO PAULO. LONDRES E PARIS, POR EXEMPLO, TEM UMA MALHA ENORME, POR ISSO, ESSE MEIO DE TRANSPORTE FUNCIONA MUITO BEM NESSAS CIDADES. OS CORREDORES DE ÔNIBUS JÁ ESTÃO SENDO AMPLIADOS, MAS DEVEM SER MUITO MAIS E TAMBÉM DEVERIA HAVER UMA MELHORIA NA INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS, RELATIVAS A ESSE TIPO DE TRANSPORTE, EM CADA PARADA DE ÔNIBUS. O SISTEMA INFORMATIVO DA CIDADE DE LONDRES (VOCÊS DEVERIAM CONFERIR) É O MELHOR QUE EU JÁ VI. ESTOU TENTANDO PASSÁ-LO AO PESSOAL DA SPTRANS. OUTRO PONTO QUE DEVERIA SER MUDADO É: OS TÁXIS NÃO DEVERIAM PODER USAR OS CORREDORES DE ÔNIBUS, POIS ESSES SÃO UM MEIO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
JULIA COELHO DOURADO	FICHA	O METRÔ DEVE AUMENTAR MUITO A SUA MALHA PARA UMA CIDADE TÃO GRANDE QUANTO SÃO PAULO. LONDRES E PARIS, POR EXEMPLO, TEM UMA MALHA ENORME, POR ISSO, ESSE MEIO DE TRANSPORTE FUNCIONA MUITO BEM NESSAS CIDADES. OS CORREDORES DE ÔNIBUS JÁ ESTÃO SENDO AMPLIADOS, MAS DEVEM SER MUITO MAIS E TAMBÉM DEVERIA HAVER UMA MELHORIA NA INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS, RELATIVAS A ESSE TIPO DE TRANSPORTE, EM CADA PARADA DE ÔNIBUS. O SISTEMA INFORMATIVO DA CIDADE DE LONDRES (VOCÊS DEVERIAM CONFERIR) É O MELHOR QUE EU JÁ VI. ESTOU TENTANDO PASSÁ-LO AO PESSOAL DA SPTRANS. OUTRO PONTO QUE DEVERIA SER MUDADO É: OS TÁXIS NÃO DEVERIAM PODER USAR OS CORREDORES DE ÔNIBUS, POIS ESSES SÃO UM MEIO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
JULIA COELHO DOURADO	FICHA	O METRÔ DEVE AUMENTAR MUITO A SUA MALHA PARA UMA CIDADE TÃO GRANDE QUANTO SÃO PAULO. LONDRES E PARIS, POR EXEMPLO, TEM UMA MALHA ENORME, POR ISSO, ESSE MEIO DE TRANSPORTE FUNCIONA MUITO BEM NESSAS CIDADES. OS CORREDORES DE ÔNIBUS JÁ ESTÃO SENDO AMPLIADOS, MAS DEVEM SER MUITO MAIS E TAMBÉM DEVERIA HAVER UMA MELHORIA NA INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS, RELATIVAS A ESSE TIPO DE TRANSPORTE, EM CADA PARADA DE ÔNIBUS. O SISTEMA INFORMATIVO DA CIDADE DE LONDRES (VOCÊS DEVERIAM CONFERIR) É O MELHOR QUE EU JÁ VI. ESTOU TENTANDO PASSÁ-LO AO PESSOAL DA SPTRANS. OUTRO PONTO QUE DEVERIA SER MUDADO É: OS TÁXIS NÃO DEVERIAM PODER USAR OS CORREDORES DE ÔNIBUS, POIS ESSES SÃO UM MEIO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
LENINA POMERANZ	FICHA	NA EXPOSIÇÃO FOI CORRETAMENTE RELACIONADO O CONGESTIONAMENTO COM OS GRANDES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. A QUESTÃO PORÉM NÃO DEVE RESTRINGIR-SE AOS GRANDES EMPREENDIMENTOS. DEVE-SE AVALIAR A POSSIBILIDADE DE RESTRINGIR OS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS (TORRES, CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS) EM ÁREAS EVIDENTEMENTE CONGESTIONADAS. ISTO PODERIA SER FEITO ATRAVÉS DE ESTUDO DE DENSIDADE DE OCUPAÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DA CIDADE (METROPOLITANA) E A PARTIR DELE, PROVIDENCIAR MEDIDA LEGAL (LEI DE ZONEAMENTO). NO SENTIDO DA RESTRIÇÃO (PROIBIÇÃO) DE CONSTRUÇÃO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LOIDE CRUZ VIDAL PARPATO	FICHA	DEVERIA SER FEITO TAMBÉM O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE MAIOR CONGESTIONAMENTO E UMA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AOS GRANDES EQUIPAMENTOS IMOBILIÁRIOS E OS IMPACTOS CAUSADOS.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LOIDE CRUZ VIDAL PARPATO	FICHA	OS PLANOS DE IMPACTO DEVERIAM SER FEITO A NÍVEL DE BAIRROS/DISTRITOS E NÃO A NÍVEL DO EMPREENDIMENTO ISOLADO OU COM UM PEQUENO RAIO NO ENTORNO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
LOIDE CRUZ VIDAL PARPATO	FICHA	FINALMENTE A PREFEITURA PRECISA PRIORIZAR TAMBÉM A CONSTRUÇÃO DE MAIS LINHAS DE METRÔ - SEM NECESSIDADE DE OBRAS FARAÔNICAS - MAIS SIMPLES, MAS EM MAIORES EXTENSÕES.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
LUIS FERNANDO SOARES DA SILVA	FICHA	SÃO PAULO FOI MAL PROJETADO, PENSARAM SÓ NO VEÍCULO E ESQUECERAM DE PENSAR NA FERROVIA, HIDROVIA. PENSAR NOS DIVERSOS MEIOS DE LOCOMOÇÃO. POR INTERESSE FIZERAM MAL PROJETO SOCIAL DE LOCOMOÇÃO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRÂNSITO
MARCIA REGINA NASCIMENTO	FICHA	OS MICRO-ÔNIBUS NA EST. ITAPEERICA TRUNCAM TODO O TRÂNSITO, PODERIAM IR ATÉ O TERMINAL DE METRÔ CAPÃO REDONDO OU SER MUDADA A FROTA DE MICRO ÔNIBUS PARA ÔNIBUS COMUM E O DESLOCAMENTO SER PELO CORREDOR.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
MARCIA TRENTO	FICHA	CORREDORES DE ÔNIBUS, IDEALMENTE DEVEM POSSUIR DUAS FAIXAS, ASSIM ALÉM DE AUMENTAR O NÚMERO DE ÔNIBUS SE PERMITE ULTRAPASSAGENS E COLOCAR ÔNIBUS VAZIOS A FRENTE QUANDO NECESSÁRIO, ASSIM COMO OCORRE NO METRÔ.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07-05-2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
MARCIA TRENTO	FICHA	O TRANSPORTE SOBRE TRILHOS AINDA É DEFICITÁRIO É O QUE MELHOR ATENDE A GRANDE DEMANDA.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
MARCIA TRENTO	FICHA	FALTA ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS PARA AUTOMÓVEIS E BICICLETAS EM ESTAÇÕES DE METRÔ, O QUE FACILITARIA A INTERMODALIDADE TAMBÉM ENTRE TRANSPORTE PÚBLICO E PRIVADO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	INTEGRAÇÃO DE MODAIS
MARCIA TRENTO	FICHA	UM GRANDE PROBLEMA DO SISTEMA DE ÔNIBUS É A FALTA DE PREVISIBILIDADE DO USUÁRIO SOBRE O TEMPO DE ESPERA. APESAR DO APLICATIVO OLHO VIVO, NEM TODOS POSSUEM INTERNET NO CELULAR. PONTOS DE ÔNIBUS COM A INFORMAÇÃO OU SISTEMA DE AVISO VIA SMS COMO OCORRE EM SANTIAGO, NO CHILE, AUXILIARIAM O USUÁRIO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
MARCIO H. NIGRO	FICHA	GOSTARIA QUE FOSSE INCLUIDA NO PLANO DE MOBILIDADE A INCLUSÃO DE FAIXAS DE CARONA NA CIDADE.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO
MARCOS KIYOTO	FICHA	ISTO PODE GERAR AMANHÃ A REDUÇÃO DE CARROS SEM QUALQUER INVESTIMENTO PÚBLICO E AO MESMO TEMPO REPRESENTA UM MODO DE TRANSPORTE JA DISPONIVEL NA FROTA ATUAL	TRANSPORTE E MOBILIDADE	PLANO DE MOBILIDADE
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	FOI APRESENTADO PELO ARQ. KAZUO QUE O PLANO COMPLEMENTAR DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES NÃO FOI REALIZADO. NÃO HÁ ALGUMA SANÇÃO? COMO GARANTIR QUE DESTA VEZ ELE SERÁ FEITO?	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	RETIRAR DO CÓDIGO DE OBRAS A OBRIGATORIEDADE DE 1 VAGA PARA CADA RESIDÊNCIA, COMERCIO, ETC- ELIMINAR E ABOLIR, OUSAR MUDAR. MOSTRAR A SERIEDADE DESTA GESTÃO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	SE A CLASSE A E B QUISER COLOCAR CARROS NO APTOS DE LUXO ELAS DEVEM PAGAR PARA ISTO E TAMBEM FAZER A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ISTO QUANTO EMITE DE GÁS CARBÔNICO, PLANTAR ÁRVORES	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	TAMBÉM ACABAR COM AS GARAGENS NO SUBSOLO VERSUS LENÇOL FREÁTICO	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	PASSAR A SER COMPUTADO O M² DO SUBSOLO COMO ÁREA CONSTRUÍDA OU MUDAMOS AGORA OU NUNCA MAIS!	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO
MARIA LAURA FOGAÇA ZEI	FICHA	A CALÇADA É SIM OBRIGAÇÃO DA PMSP É O IPTU QUE PAGAMOS!	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
MARINA MARIA ALEXANDRE PEREIRA	ETEC CEPAM	JÁ FOI CITADO EM VÁRIOS PONTOS DURANTE ESTA AUDIÊNCIA PARTICIPATIVA QUE O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO É QUASE UM IDEAL. QUANDO O TRANSPORTE FOR INDIVIDUAL, A BICICLETA É UM MEIO DE UTILIZAÇÃO ACEITÁVEL. A MEDIDA QUE PROPOMOS, VISTO QUE FIO UMA DISCUSSÃO TRABALHADA EM SALA DE AULA NA ETEC A QUAL FAÇO PARTE, É DE VIABILIZAR QUANTIDADE DE TRANSPORTE COLETIVO EM HORÁRIOS DE PICO. EM HORÁRIOS NÃO MUITO CONSUMIDO PELOS USUÁRIOS, TEMOS ÔNIBUS MAIS VAZIOS NÃO UTILIZANDO TODO O SEU POTENCIAL. MAIS ÔNIBUS EM DEMANDA MAIOR (COMO NAS MANHÃS PELO TRANSPORTE AO TRABALHO E ESCOLA, E NOS FINS DE TARDE E INÍCIO DA NOITE PARA O MESMO FIM CITADO).	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
MARTA MEDRADO DELELLIS	FICHA	SOBRE A DESCONTINUIDADE QUE AFETOU A EXECUÇÃO DO PDE 2002 E A IMPORTÂNCIA DE SE INVESTIR EM COMUNICAÇÃO A FIM DE UTILIZAR O PODER DAS REDES SOCIAIS PARA PRESSIONAR A EXECUÇÃO DO PLANO. A FALTA DE CONHECIMENTO DO PAULISTANO SOBRE O ANTERIOR PDE FOI UM DOS PRINCIPAIS MOTIVOS DA NÃO MOBILIZAÇÃO PARA SUA EXECUÇÃO. A MINHA SUGESTÃO É QUE A PREFEITURA EM SUA ATUAL GESTÃO UTILIZE AS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DISPONÍVEIS COM DESTAQUE PARA AS REDES SOCIAIS PARA AUMENTAR O CONHECIMENTO E MOBILIZAÇÃO QUE PRESSIONE O CUMPRIMENTO DO PLANO EM PRÓXIMAS GESTÕES. A SUGESTÃO É INVESTIR NAS REDES SOCIAIS, PRODUIR VÍDEOS CURTOS QUE SE ESPALHEM E EXPLIQUEM O CONCEITO DO PDE PARA AMPLIAR O CONHECIMENTO DOS CIDADÃOS COMO MANEIRA DE AUMENTAR SUA COBRANÇA PELA EXECUÇÃO NO FUTURO.	METODOLOGIA	METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
MATIAS MICKENHAGEL	CICLOCIDADE	SOBRE ÔNIBUS X BONDE. TIVE A OPORTUNIDADE DE CONHECER STUTTGART E SEU SISTEMA DE BONDES. ALÉM DE NÃO BALANÇAR, ELE POSSIBILITA UM TRATAMENTO DE SOLO QUE AJUDA NA PERMEABILIDADE DO MESMO. ENFIM, BONDES PODEM PARECER ALGO ANTIGO, MAS É O MAIS CONTEMPORÂNEO DOS TRANSPORTES. PERMEABILIZA O SOLO NO TÉRREO MELHORANDO EMBARQUE E DESEMBARQUE, HUMANIZANDO A RUA. NADA SUBTERRÂNEO NEM AÉREO TAMBÉM.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (TRILHOS)
REINALDO JOSÉ CARUSO	FICHA	SUGIRO PENSAR TAMBÉM EM HIDROVIAS, E CRIAÇÃO DE HORTAS URBANAS COMUNITARIAS PARA GERAR EMPREGOS E ALIMENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO.	TRANSPORTE E MOBILIDADE	ACESSIBILIDADE
RICARDO AIRUT PRADAS	FICHA	DEVE HAVER USO MAIOR DO DIREITO DE PREENPÇÃO, DE MANEIRA QUE ÁREAS CENTRAIS TENHAM OBRIGATORIAMENTE UMA CONSULTA AO PODER PÚBLICO QUANTO AO INTERESSE, ANTES DE REALIZAR A NEGOCIAÇÃO ESTES INSTRUMENTOS VAI SER MAIS UTILIZADO? QUAL A POSIÇÃO DA SMDU	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	DIREITO DE PREENPÇÃO MORADIA NA ÁREA CENTRAL

Nome	Entidade / Organização	Contribuição	Tema	Subtema
07.05.2013 Avaliação Temática - Mobilidade - CONTRIBUIÇÕES FICHAS				
RODRIGO GUEDES DE AZEVEDO	FICHA	<p>GOSTARIA DE TRATAR SOBRE ALGUNS ASPECTOS DO SISTEMA DE ONIBUS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS AO PDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A LIMPEZA INTERNA DOS ÔNIBUS É MUITO RUIM, MUITAS VEZES SUJANDO A ROUPA DOS USUARIOS. - A PRÓXIMA GERAÇÃO DOS ÔNIBUS DEVE TER ISOLAMENTO ACÚSTICO DOS MOTORES PARA GERAR MENOS RUÍDO - TODO USUÁRIO DO TRANSPORTE PÚBLICO É TAMBÉM PEDESTRE, PORTANTO É ESSENCIAL O TRATAMENTO ADEQUADO PARA AS CALÇADAS, SUA DESOBSTRUÇÃO E, PRINCIPALMENTE, SEU NIVELAMENTO (ELIMINAÇÃO DOS DEGRAUS) 	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS)
YRANY MARIANA SANTOS MIRANDA	FICHA	<p>NOS BASTA AUMENTAR O NÚMERO DE CIVLOVIAS É PRECISO EDUCAR. AS PESSOAS USAM AS BICICLETAS SEM RESPEITAR FAROL, FAIXA, CALÇADA E NEM PEDESTRE. É URGENTE A EDUCAÇÃO QUANTO AO USO DA BICICLETA DE FORMA CIVILIZADA. ALÉM DISSO, HÁ LOCAIS EM QUE O USO DA BICICLETA DEIXA O CICLISTA EM SITUAÇÃO EXTREMAMENTE PERIGOSA. POR EXEMPLO: CICLISTA NA AV. DO ESTADO OU AV. DE PORTE SIMILAR. CABE AO PODER PÚBLICO INFORMAR REGULAR E NÃO SIMPLEMENTE PUNIR. É DIFÍCIL, PARA QUEM DIRIGE AUTOMÓVEL DAR CONTA DE UM MONTE DE MOTOCICLISTA NAS RUAS, QUANTO MAIS DOS CICLISTAS. EU IMAGINO A DIFICULDADE DE QUEM DIRIGE EM ÔNIBUS OU EM CAMINHÃO EM ENXERGAR UM CICLISTA.</p>	TRANSPORTE E MOBILIDADE	TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO

REGISTRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

1ª ETAPA. Atividades de Avaliação Participativa

ATIVIDADE TEMÁTICA

TEMA MOBILIDADE URBANA

Data: 30.05.2013

Local: Centro Cultural São Paulo Horário: 19 as 22h.

Número de Participantes: 307.

Objetivo da atividade: compartilhar as avaliações trazidas pela sociedade e as avaliações técnicas realizadas por SMDU e demais secretarias, sobre a aplicação do PDE de 2002.

Descrição da Atividade:

3. A atividade foi organizada no formato de seminário, com uma apresentação inicial de SMDU e abertura para recepção de contribuições avaliativas do plenário. A abertura do Seminário foi realizada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco, e na seqüência o Diretor do Departamento de Urbanismo (DEURB) apresentou os estudos realizados pelos técnicos de SMDU, em conjunto com técnicos da Secretaria de Transportes.
4. Realizada a apresentação, a coordenação da mesa abriu inscrição para as contribuições dos presentes. O grupo de apoio registrou em fichas o nome e a organização do interessado em fazer o uso da fala e a mesa foi chamando os presentes ao microfone e, a cada grupo de 5 falas, a mesa retomou para algumas considerações, ressaltando pontos em comum e pontos discordantes relacionados ao tema.

Avaliação da Atividade: Na primeira etapa de revisão participativa pretendeu-se testar dois formatos (oficinas e seminários) como alternativos ao formato de audiência pública, permitindo o debate entre os segmentos da sociedade e dos vários segmentos com o poder publico. Nesse sentido, foi percepção geral que o formato “oficina” cumpriu melhor essa função do que o formato “seminário”. A atividade temática sobre Mobilidade Urbana, entretanto, teve um elemento muito positivo: a participação de segmentos muito diversos – ciclo ativistas, sindicatos e empresas de transporte de carga, empresários, docentes e pesquisadores de universidades, além de muitos estudantes do curso de Gestão Pública da ETEC CEPAM e cidadãos em geral. A troca de impressões entre esses participantes foi muito rica e permitiu a formulação de questões que se tornaram elementos para redimensionar os estudos realizados pela SMDU e demais secretarias envolvidas no tema.